

LUÍS MANUEL DOMINGUES DO NASCIMENTO

**INVENTÁRIO DOS FEITOS MODERNIZANTES NA
CIDADE DO RECIFE (1969-1975)**

SOBRE AS MEDIAÇÕES HISTÓRICAS E LITERÁRIAS ENTRE A
HISTÓRIA RECENTE DO RECIFE E O ROMANCE *A RAINHA DOS
CÁRCERES DA GRÉCIA*, DE OSMAN LINS

Tese apresentada ao Curso de Doutorado
em História do Programa de Pós-
Graduação em História da UFPE, como
requisito parcial à obtenção do título de
Doutor em História.

Orientador: Antonio Paulo de Moraes
Rezende

**Programa de Pós-Graduação em História da UFPE
Recife
2004**

TERMO DE APROVAÇÃO

LUÍS MANUEL DOMINGUES DO NASCIMENTO

INVENTÁRIO DOS FEITOS MODERNIZANTES NA CIDADE DO RECIFE (1969-1975)

SOBRE AS MEDIAÇÕES HISTÓRICAS E LITERÁRIAS ENTRE A HISTÓRIA
RECENTE DO RECIFE E O ROMANCE *A RAINHA DOS CÁRCERES DA
GRÉCIA*, DE OSMAN LINS

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor
no Curso de Doutorado em História do Programa de Pós-Graduação em
História da UFPE, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende
Departamento de História, UFPE

Prof. Dr. Antonio Jorge Siqueira
Departamento de História, UFPE

Prof. Dr. Denis Antônio de Mendonça Bernardes
Departamento de Serviço Social, UFPE

Prof. Dr. Lourival de Holanda Barros
Departamento de Letras, UFPE

Prof. Dr. Raimundo Pereira Alencar Arrais
Departamento de História, UFRN

Recife, 30 de agosto de 2004

A Luís Domingues dos Santos e Maria Celeste. Sujeitos e vidas itinerantes, expectadoras e reféns da história de duas terras.

Aos amigos e amigas dos anos 70, quando a incerteza cedeu lugar ao sonho de fazer história.

A Julia Nogueira Domingues, na certeza de que ela e outros de sua geração se apropriarão das reminiscências do passado para que elas não se percam nas ruínas da história.

AGRADECIMENTOS

A confecção de uma tese de doutorado ou qualquer outra do gênero é, muitas das vezes, um trabalho solitário e, em muitas das outras vezes, requer algumas renúncias. A atividade só é facilitada pelo apoio e persistência dispensada por parentes, amigos, colegas e instituições.

Nesta empreitada, juntam-se pessoas como Antonio Paulo de Moraes Rezende, orientador e, muito mais e mais, um amigo, que consegue ser metódico e disciplinador nas suas orientações e, ao mesmo tempo, não deixa a bola da solidariedade nas relações interpessoais cair.

Outras vão se juntando e dividindo as angústias, as incertezas e os achados, sejam nas horas que nos reunimos para estudar e pesquisar sejam em outras horas para jogar conversa fora, na casa de alguém ou nos bares da vida. Lá sempre estiveram: Lucinha, Silvia, Daniel, Cibele, Flávio, Fabiana, Teca, Susan, Miguel, Jaíson, Gustavo e tantos outros.

No exercício de confeccionar uma tese às vezes podemos contar com a presteza e acuidade de gente que sabe descobrir nas entrelinhas de nossas reflexões aquilo que queremos e não conseguimos expor devidamente. É neste caso que entram pessoas como Rafaella Passos de Araújo, passando um pente fino sobre documentos e nos municiando com subsídios que nos dão alicerces para as nossas investidas pela produção do conhecimento histórico, além de nunca abrir mão de ser uma amiga.

A ela se juntam Palomas, Alessandros, Analices, Augustos, Joões Pimentas, Jorges Michelles, que direta ou indiretamente, na medida do possível e no tempo devido entre aulas, estudos e comunhões boêmias, nos proporcionam debates e embates que enriquecem a nossa reflexão.

E chegam aqueles, como Sumaia Madi, Semada Ribeiro, Silvia Cortez Silva, Lourival Holanda, Inaldo Soares, Kátia Carvalho (A Secretária) e tantos outros que nos vão dando apoio, dicas, informações, esclarecimentos, subsídios e até, vagando pelo Recife e por casa de amigos, como o fez Jorge Ricardo, ao gravar e tomar emprestado discos dos anos 70 e nos fornecer como documentos de uma história, ou então, cedendo seus próprios documentos históricos, como Jomard Muniz de Britto ao nos emprestar cópias de seus filmes. E, mais ainda, a Antonio

Jorge Siqueira e Denis Bernardes pela avaliação criteriosa e proposições esclarecedoras nas fases que antecederam ao ato final de defesa desta tese.

Ainda temos um senhor, como Luís Domingues dos Santos, capaz de nos tirar dúvidas, lembrar histórias de uma cidade, nos dar informações precisas de eventos passados e vividos, como se fosse um acervo ao nosso dispor para esclarecer aquilo que nem as mais apuradas das pesquisas às vezes conseguem desvendar.

Tivemos ainda o apoio de Celestes, Rosas e Marcias, que nas horas de nossas aflições souberam compreender a dimensão da empreitada e nos aliviar de alguns pesos e contratempos do cotidiano para que pudéssemos voltar toda a nossa atenção e dispêndio de energia física e mental para o ofício de confeccionar uma tese.

A todos estes se somam o importante apoio institucional e logístico da Universidade Católica de Pernambuco, principalmente, através da pessoa de seu Reitor – Padre Theodoro Paulo Severino Peters, SJ, fundamental para nos fornecer condições de produção e podermos aproveitar no limite a capacidade de que dispomos para o nosso exercício de vir a ser um produtor de conhecimento histórico.

Agregam-se, também, todos aqueles que fazem o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como a professora Socorro Ferraz e as secretárias Marly, Luciane e Betânia, que muitas vezes nos forneceram informes e nos auxiliaram a encaminhar questões e nos alertaram de outras para que não nos perdêssemos nas malhas da burocracia.

E ao Programa se junta a Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que apoiou as nossas pesquisas e nossos estudos.

Ao apoio da Secretaria de Educação da PCR e, em nossas pesquisas, do pessoal do Arquivo Público Estadual, da Biblioteca do Condepe, da Biblioteca Celso Furtada da Sudene, da Biblioteca da URB e da Biblioteca do IBGE.

Por fim, agradecer a Julia Nogueira Domingues, que, como filha, esteve sempre ao lado deste pai e lhe ofertou carinhos, afetos, vida e tanta afeições, convertidas no combustível que manteve de pé um cidadão do Recife e a sua empreitada e presunção de poder contar uma pequena parte da história desta cidade repleta de gentes cheias de derrotas e triunfos.

... ele não conta uma história, é a história que o conta.

Osman Lins, *in* **A rainha dos cárceres da Grécia**

RESUMO

A nossa investigação e reflexão histórica têm como ponto de partida o estudo da área central do Recife, o epicentro da Região Metropolitana do Recife, a partir do qual podemos averiguar, entre 1969 e 1975, como a cidade foi modernizada para se integrar de forma cabal aos padrões de uma sociedade de consumo e industrial, que para tanto promoveu um reordenamento urbano no seu centro, uma urbanização viária, a instalação de novos equipamentos urbanos e a remodelação de suas paisagens, arquitetadas através de ações instituídas e constituídas pelos poderes públicos, associados ao capital havido por novas oportunidades de negócios e aliados as classes sociais mais abastadas da cidade com interesses numa mobilidade territorial eficaz num tempo hábil, a partir de uma política assentada num aparelho de Estado de feições autoritárias, tecnocráticas e de uma racionalização instrumental da sociedade, impondo sobre as classes subalternas os custos dessa modernização.

Mas, também, como estas reagiram e como Osman Lins, através do romance *A rainha dos cárceres da Grécia*, desvela, analisa e crítica essa modernização e dá voz e vez aos sonhos, projetos, experiências de vida, história e dramas dessas classes sociais deserdadas pela modernização brasileira.

Partindo desta relação entre história/literatura e das mediações sociais e políticas entre as classes sociais, podemos, também, averiguar a produção de formas e modos de vida distintos na sociedade, a agregação de paradigmas à esfera cultural, a redefinição da relação com a memória e a história e a contigüidade com a reserva de consciência crítica da sociedade.

Palavras-chaves: Recife; História Recente; Literatura; Lins, Osman; Modernização.

ABSTRACT

Our historical investigation and reflection begins with the study of the central area of Recife, the epicentre of the Metropolitan Region of Recife, arising from which we can examine how the city was modernized between 1969 and 1975 so that it came to match up fully to the standards of a consumer and industrial society. In order to achieve this, the following were undertaken: urban re-ordering in the city centre; urbanization of the road network; setting up and using new forms of urban equipment; and the re-modeling of its landscapes. The architectural design for this arose from and was undertaken by the public authorities who linked up with private capital to create new opportunities for business and the highest income-earning groups in the city in whose interest it is to have effective territorial mobility as quickly as possible. The policies for all this were grounded in State machinery of an authoritarian and technocratic stamp which rationalized society in an instrumental way, and thereby imposed the costs of this modernization on the lower-income groups.

But, the thesis also sets how to show, how these people reacted and how Osman Lins, through his novel *A Rainha dos Cárceres da Grécia* (*The Queen of the Jails of Greece*), unveils, analyzes and criticizes this modernization and gives rhyme and reason to the dreams, projects, life experiences, history and drama of these social groups which Brazilian modernization disinherited.

By making use of this relationship between history/literature and the social and political maneuvering between the social classes, we can also determine the production of distinct forms and ways of life in society, the compilation of paradigms in the cultural sphere, the re-definition of the relationship between memory and history, and the contiguity with the reserve of critical awareness of society.

Key-words: Recife; Recent History; Literature; Lins, Osman; Modernization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 1. Capas de três edições do romance <i>A rainha dos cárceres da Grécia</i>	50
Fig. 2. Passageiros a espera de transporte coletivo num ponto de ônibus	87
Fig. 3. Transeuntes na Av. Guararapes e acidente de trânsito com um táxi	95
Fig. 4. Estudo de desvio da Av. Dantas Barreto	106
Fig. 5. Vista geral das obras de construção da Av. Dantas Barreto	116
Fig. 6. Cerimônia de Inauguração da Av. Dantas Barreto	117
Fig. 7. Propaganda de inauguração da Av. Dantas Barreto	117
Fig. 8. Demolição da Igreja dos Martírios e abertura da Av. Dantas Barreto	118
Fig. 9. Croquis da Praça Machado de Assis e local onde seria construída	125
Fig. 10. Planta baixa da Praça Machado de Assis	127
Fig. 11. Projeto de Reurbanização de Brasília Teimosa	128
Fig. 12. Plano de Urbanização da Rua das Flores	132
Fig. 13. Planos de urbanização das ruas Nova e Imperatriz	134
Fig. 14. Planta Geral do Complexo Salgadinho	153
Fig. 15. Demolição das barracas do mercado do Cais de Santa Rita	159
Fig. 16. Peças publicitárias da gestão do prefeito Geraldo Magalhães	163
Fig. 17. Peça publicitária da gestão do prefeito Geraldo Magalhães	164
Fig. 18. Croquis de trecho da Av. Agamenon Magalhães	177
Fig. 19. Traçado da Av. Agamenon Magalhães	177
Fig. 20. Elevado do Cabanga e Ponte-Viaduto do Rio Capibaribe	177
Fig. 21. Vista área da enchente de 1975	191
Fig. 22. Transeuntes em pânico com o boato do rompimento de Tápacura	191
Fig. 23. Traçado do Contorno Viário do Recife	195
Fig. 24. Foto de Antônio da S. Lima após ter sido criminalmente queimado	243
Fig. 25. Certificado de mendicância de Alcina M ^a da Conceição	250
Fig. 26. Comércio ambulante em rua da área central do Recife	263
Fig. 27. Favela nos alagados do Coque	271
Fig. 28. Favela nos morros de Casa Amarela	271
Fig. 29. Favela ribeirinha no Pina	271
Fig. 30. Exposição do Volks 1.600 no Sport Clube Recife	290
Fig. 31. Faixa anunciando mudança dos moradores de mocambos	293
Fig. 32. Propaganda de um edifício residencial	302
Fig. 33. Croquis do Shopping Center Independência	328

Fig. 34. Obras do Shopping Center Independência	328
Fig. 35. Croquis do Shopping Center Boa Viagem	331
Fig. 36. Cinema Torre pouco antes de encerrar suas atividades	355
Fig. 37. Propaganda governamental fundada em fatos históricos	372
Fig. 38. Festa de rua na área central do Recife	381
Fig. 39. Maquete do Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães	397
Fig. 40. Palácio do Rio Capibaribe ao centro da Ilha do Recife	398
Fig. 41. Foto dos integrantes do conjunto Ave <i>Sangria</i>	414
Fig. 42. Cena do filme <i>O Palhaço Degolado</i>	425

LISTA DE TABELAS, QUADROS E MAPAS

TABELAS

Tabela 01 - Distribuição empregos na área central do Recife em relação a RMR em % (1973)	73
Tabela 02 - Crescimento da frota de veículos na cidade do Recife (1969-1973)	89
Tabela 03 - Distribuição das viagens de caminhões e automóveis nos principais eixos (1972)	90
Tabela 04 - Número de acidentes nos principais cruzamentos do Recife (1972)	91
Tabela 05 - Número de veículos licenciados na Cidade do Recife (1970-1976)	147
Tabela 06 - Distribuição de automóveis por domicílio no Recife (1972)	148
Tabela 07 - Domicílios permanentes alugados no Recife (1980)	149
Tabela 08 - Região Metropolitana do Recife: distribuição por classe de renda (1970)	208
Tabela 09 - Rendimento médio mensal por distritos no Recife (1980)	209
Tabela 10 - Região Metropolitana do Recife: grau de instrução por níveis de renda (1973)	212
Tabela 11 - Processos totalmente procedentes solucionados em Pernambuco (1969-1975)	269
Tabela 12 - Recife e Região metropolitana – renda <i>per capita</i> e índice de concentra <i>gini</i> (1960-1973)	269
Tabela 13 - População residente em domicílios particulares e média de pessoas por domicílios particulares em favelas do Recife (1980)	273
Tabela 14 - Domicílios particulares permanentes segundo as instalações existentes (1970)	276
Tabela 15 - Equipamentos e serviços por domicílio no Recife (1980)	286
Tabela 16 - Evolução das licenças de construção civil no Recife (1966 – 1973)	312
Tabela 17 - Região Metropolitana do Recife – Hábitos de compras da população, segundo os fornecedores (1973)	324

QUADROS

Quadro 01 - Localidades da cidade do Recife citadas no romance <i>A rainha dos cárceres da Grécia</i>	68
Quadro 02 - Distribuição dos principais setores econômicos, políticos, culturais e sociais na área central do Recife (início dos anos de 1970)	71
Quadro 03 - Principais corredores de tráfego do Recife (1973)	77
Quadro 04 - Terminais das linhas de ônibus na área central do Recife, número de linhas e localidades de origem das linhas (1972)	85
Quadro 05 - Principais intervenções da política urbanística da gestão do prefeito Geraldo Magalhães (1969 – 1970)	185
Quadro 06 - Firms estabelecidas no Recife e seus ramos de atividade (1968)	205
Quadro 07 - Número de Estabelecimentos comerciais no Recife (1975)	206
Quadro 08 - Obras concluídas e inauguradas por Augusto Lucena em 1974	237

MAPAS

Mapa 1. Região Metropolitana do Recife nos anos de 1970	70
Mapa 2. Área urbana da cidade do Recife nos anos de 1970	71
Mapa 3. Área Central da Cidade do Recife antes de 1970	73
Mapa 4. Áreas de favelas na cidade do Recife no início dos anos de 1980	280

BIBLIOTECAS E ACERVOS DE PESQUISA

BIBLIOTECAS E ACERVOS INSTITUCIONAIS

AGMF	- Arquivo Gráfico Municipal – FIDEM
APEJE	- Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano
BCFS	- Biblioteca Celso Furtado – SUDENE
BC	- Biblioteca Central da UFPE
BCU	- Biblioteca Central da UNICAP
BCSB	- Biblioteca Conselheiro Souza Barros – CONDEPE
BSPUMA	- Biblioteca da Secretaria de Planejamento da PCR
BCCS	- Biblioteca do Centro de Ciências Sociais da UFPE
BIBGE	- Biblioteca do IBGE
BCB	- Biblioteca Pública Estadual Pres. Castelo Branco
BURB	- Biblioteca URB – Recife
FCCR	- Fundação de Cultura Cidade do Recife

BIBLIOTECAS E ACERVOS PESSOAIS

AJMB	- Acervo Jomard Muniz de Britto
AJRFB	- Acervo Jorge Ricardo França Barros
ALMDN	- Acervo Luís Manuel Domingues do Nascimento

Obs.: As bibliotecas e acervos sem abreviaturas, nos abreviamos com as iniciais.

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	9
LISTA DE TABELAS, QUADROS E MAPAS	11
BIBLIOTECAS E ACERVOS DE PESQUISA	13
INTRODUÇÃO - PRÓLOGO DE UMA TRAGÉDIA URBANA	17
1. A SIGNIFICAÇÃO DO TECIDO LITERÁRIO DE <i>A RAINHA DOS CÁRCERES DA GRÉCIA</i>	18
2. AS MARCAS DAS EXPERIÊNCIAS MODERNIZANTES	22
3. O RECIFE E A CONDENSAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO	27
4. UMA CIDADE E SEUS SUJEITOS A UM PASSO DA HISTÓRIA	33
5. <i>A RAINHA DOS CÁRCERES DA GRÉCIA</i> COMO UMA PRÁXIS E PRODUTO HISTÓRICO	36
CAPÍTULO I - PELAS ARTERIAS DO RECIFE CIRCULA A MODERNIZAÇÃO	51
1. O RECIFE E O PRELÚDIO DOS ENCANTOS E DESENCANTOS DA MODERNIZAÇÃO	52
2. DA MODERNIZAÇÃO AO CAOS DA CIDADE DO RECIFE	63
3. YES! NÓS TEMOS, TAMBÉM, MODERNIZAÇÕES	99
4. RECIFE, CAPITAL DO NORDESTE DO SÉCULO XX	123
CAPÍTULO II - Os TEMPOS E OS ESPAÇOS DA MODERNIZAÇÃO	142
1. AS MOBILIDADES ESPACIAIS E SUAS RAZÕES NO RECIFE	143
2. OS FUNDAMENTOS DA RAZÃO MODERNIZANTE	151
3. PELAS AVENIDAS QUE O RECIFE SE LOCOMOVE	173
4. DISCURSO E PRÁTICAS MODERNIZANTES	181
CAPÍTULO III - Os CÁRCERES DE UMA CIDADE	199
1. FISIONOMIA DAS FAINAS DA ECONOMIA MODERNIZANTE	200
2. ARROUBOS E REPRODUTIBILIDADE TÉCNICA DA OMISSÃO	210
3. QUANDO O TRABALHO NÃO ENOBRECE, MAS INSULTA	229
4. OS CÁRCERES NÃO SÃO ILUMINADOS PELAS ESTRELAS	269
CAPÍTULO IV - Os CELEIROS DE UMA CIDADE	285
1. UMA CIDADE DE CELEIROS E CÁRCERES	286
2. OS CELEIROS EM SEUS ESPELHOS	299
3. AS MARCAS E ETIQUETAS ASSINALAM OS CELEIROS	316
CAPÍTULO V - MEMÓRIAS, HISTÓRIAS E CULTURAS CINDIDAS	344
1. RESCISÕES MODERNIZANTES: DO CULTO A EXPONIBILIDADE	345
2. AS METAMORFOSES DOS ESTÍLOS E MODOS DE VIDA	376

3. O ALARIDO DAS CULTURAS INSURGENTES E OS PODERES	389
4. REZENDE E OS (DES)ENCANTOS MODERNIZANTES	400
CONCLUSÃO - (DE)FEITOS MODERNIZANTES	427
FONTES E BIBLIOGRAFIA	435

INVENTÁRIO DOS FEITOS MODERNIZANTES NA CIDADE DO RECIFE (1969-1975)

*SOBRE AS MEDIAÇÕES HISTÓRICAS E LITERÁRIAS ENTRE A
HISTÓRIA RECENTE DO RECIFE E O ROMANCE A RAINHA DOS
CÁRCERES DA GRÉCIA, DE OSMAN LINS*

*Quando a beleza é superada pela realidade, / Quando perdemos nossa pureza
nestes jardins de males tropicais, / Quando no meio de tantos anêmicos
respiramos / O mesmo bafo de vermes em tantos poros animais, / Ou quando
fugimos das ruas e dentro da nossa casa / A miséria nos acompanha em suas
coisas mais fatais / Como a comida, o livro, o disco, a roupa, o prato, a pele, / O
fígado de raiva arrebatando, a garganta em pânico / E um esquecimento de
nós inexplicável, / Sentimos finalmente que a morte aqui converge / Mesmo
como forma de vida, agressiva.*

(Fala de Paulo, em off, no filme Terra em Transe, de Glauber Rocha)

De como, a partir da área central do Recife, o epicentro da Região Metropolitana do Recife, podemos averiguar, entre 1969 e 1975, como a cidade foi modernizada para se integrar de forma cabal aos padrões de uma sociedade de consumo e industrial que, para tanto, promoveu um reordenamento urbano no seu centro, uma urbanização viária, a instalação de novos equipamentos urbanos e a remodelação de suas paisagens, arquitetadas através de ações instituídas e constituídas pelos poderes públicos, associados ao capital ávido por novas oportunidades de negócios e aliado às classes sociais mais abastadas da cidade com interesses numa mobilidade territorial eficaz num tempo hábil, a partir de uma política assentada num aparelho de Estado de feições autoritárias, tecnocráticas e de uma racionalização instrumental da sociedade, impondo sobre as classes subalternas os custos dessa modernização. Mas, também, como estas reagiram e como Osman Lins, no romance A rainha dos cárceres da Grécia, desvela, analisa e critica essa modernização e dá voz e vez aos sonhos, projetos, experiências de vida, histórias e dramas dessas classes sociais deserdadas pela modernização brasileira.

INTRODUÇÃO

PRÓLOGO DE UMA TRAGÉDIA URBANA

Como as rosas, as formas mais perfeitas, abstrações, as cores. As rosas estão no espírito, no absurdo, na eternidade; os comunistas não compreendiam isto, a minha fome do absoluto! Eu cheguei a Deus na maturidade, quando vi minhas esperanças perdidas, minha juventude. Quando somos jovens queremos mudar o mundo; todos somos comunistas aos vinte anos; aos vinte anos somos poetas e revolucionários é a única coisa que conseguimos...

(Fala de Silvino, do primeiro tratamento do roteiro do filme *Terra em Transe*, de Glauber Rocha)

Inflexões e reflexões de como o romance A rainha dos cárceres da Grécia, escrito por Osman Lins e publicado em 1976, comporta no seu tecido literário um aporte de análises e críticas referentes a uma das etapas do programa de internalização e modernização da produção capitalista no Brasil que, no período de 1969 a 1975, procurou viabilizar a hegemonia do capital monopolista e, ao mesmo tempo, desenvolveu um conjunto de estratégias objetivando conter, submeter e disciplinar as demandas sociais, políticas e econômicas das classes subalternas no país, impelidas a arcar com os custos da modernização e a viver submissa aos ditames da lógica da acumulação e reprodução do capital. O infortúnio, a desagregação, a demência e a exaustão desses sujeitos sociais e de suas forças e consciências se instituiriam como marcas e frutos de uma chaga social projetada, internalizada e reproduzida pelos territórios do país Brasil e de suas cidades, em nome da sociedade industrial e de consumo.

1. A SIGNIFICAÇÃO DO TECIDO LITERÁRIO DE *A RAINHA DOS CÁRCERES DA GRÉCIA*

Podemos assegurar, sem receio de cometer algum exagero ou de enunciar alguma impropriedade, que na cidade do Recife, no período de 1969 a 1975, a lógica, a organização, o planejamento e a execução das alterações proporcionadas pela modernização resultaram num processo dotado de uma seqüência contínua de fatos e operações, munidos de uma unidade e reproduzidos com regularidade, que se fizeram presentes na cidade de forma mais nítida, contínua, irremediável e eficaz em seus cenários urbanos do que até então a cidade havia presenciado, implantando alterações e promovendo repercussões significativas em suas esferas sociais, econômicas, culturais, políticas, arquitetônicas e urbanísticas.

Nesse interregno, a cidade do Recife e os seus sujeitos passariam a existir e conviver em uma dicotomia que ia de habitar e transitar entre os cárceres de fato das angústias e os ofertados celeiros dos simulacros.

A presença dessa dicotomia já se revela no título do último romance publicado por Osman Lins no ano de 1976, *A rainha dos cárceres da Grécia*.¹ A palavra chave desse título é cárcere e isso requer, previamente, que nos detenhamos em uma investigação acerca dos seus significados, das razões e usos que o autor quis imputar à palavra, para, a partir desse exame, podermos operar uma análise e crítica histórica da modernização na cidade do Recife, no período em foco, e estabelecer uma relação entre a obra de Osman Lins e a história da cidade no período delimitado para esta tese.

Inicialmente, começaremos a averiguar as origens e os significados da palavra cárcere. Esta palavra vem do latim *carcer*, amplamente utilizada na Roma Antiga para significar os recintos onde eram recolhidas e detidas as pessoas: prisão, calabouço, masmorra. Mas a palavra tinha uma origem mais remota e

¹ A edição do romance utilizada para o desenvolvimento das proposições apresentadas ao longo deste capítulo foi LINS, Osman. **A rainha dos cárceres da Grécia**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1976, (Série Escalada), com a narrativa distribuída por 218 páginas. Esta informação é pertinente, porque a edição seguiu as orientações de composição gráfica do autor, que sempre tinha esta preocupação com as suas narrativas de ficção desde a publicação do seu livro de contos e novelas **Nove, Novena**. Posteriormente, chegou-se a ter duas outras edições do romance, dessa vez publicadas pela Editora Guanabara, sendo que a última edição, a 3ª, foi publicada no ano de 1986, hoje esgotada, mas disponível na Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco e na Biblioteca da Universidade Federal de Pernambuco.

precisa: denominava, inicialmente, o local nos antigos circos romanos de onde os cavalos saíam para o espetáculo e/ou, para uma aplicação mais minuciosa, indicava as barreiras que formavam a pista por onde deveriam seguir os carros, bigas, quadrigas ou o recinto de onde partiam os carros numa corrida para efetuarem as encenações dos espetáculos circenses romanos. A partir dessa origem e significados da palavra cárcere, poderemos pressupor que o seu uso pode portar dois sentidos, dependendo dos objetivos de sua utilização nos diversos contextos que se queira compreender, interpretar e explicar: um estabelecido a partir do conhecimento de seu diacronismo antigo e outro, pelo seu significado resultante de uma derivação por analogia de seu sentido. Cárcere tanto pode significar o local onde alguém é detido e privado de sua liberdade e onde suas faculdades são inibidas, como também o lugar onde se aloja e, posteriormente, de onde se transita para o espetáculo.

Esses dois sentidos da palavra cárcere já se fazem presentes no título da obra. O cárcere se incrusta e se dissemina, ao longo do romance, pelos espaços urbanos das cidades visitadas, habitadas, experimentadas, citadas e ponderadas pelos seus personagens. As cidades são as do Recife, Olinda e São Paulo, situadas num dos momentos da história recente do Brasil em que, em nome da internalização e modernização da produção capitalista no país, operou-se um reordenamento político que promoveu a hegemonia do capital monopolista e a contenção, submissão e disciplinamento das demandas sociais, políticas e econômicas das classes subalternas, para as quais não foram reservadas quaisquer políticas preferenciais capazes de minimizar os custos que tiveram que arcar com a sua submissão aos ditames da lógica da acumulação e reprodução do capital. O infortúnio, a desagregação, a demência e a exaustão desse sujeito social e de suas forças e consciências se instituíam como marcas e frutos de uma chaga social projetada, internalizada e reproduzida pelos territórios das cidades e da nação do país Brasil.

Nos cárceres das cidades é(são) cultivada(s) a(s) rainha(s) e neles são consignadas as suas trajetórias de vida possíveis, como infantes destinados a prover a lógica incrustada na produção capitalista e/ou a prestar serviço como figurantes de um espetáculo que procura imprimir uma coerência *no tornar-se* cotidiano e concreto a essa lógica. Essas rainhas não são aquelas que, por

direitos de sucessão hereditária, assenhoram-se do título de soberania de uma estirpe e um domínio. São rainhas por portarem ainda um conhecimento das histórias que se querem desvanecer e por deterem uma presença entre os que tentam assegurar a condição de pensantes, de ter consciência e de ser sujeitos, e, como tais, fazem-se rainhas para orientar, assistir, informar e suscitar em outros protagonistas a vida, a memória e a história intimidada.

Do romance *A rainha dos cárceres da Grécia* emergem três personagens – Julia Marquezim Enone, Maria de França e Ana – que, ao seu modo, em suas trajetórias e nas suas condições, se fazem rainhas. Vivem a dupla condição de serem as detidas de um cárcere e, ao mesmo tempo, de serem aquelas que deles transitaram para prover a modernização nacional e figurar na realização do seu espetáculo, composto de imagens, valores, modelos e mitos efetuados segundo a lógica dos objetos que circulam no mercado (fetiches das mercadorias), forjados no âmbito da ideologia do desenvolvimento com segurança.

Como em todas as lógicas de produção e reprodução do capital e de espetáculos de entretenimento, não os circenses de feições romanas, mas os que exalam imagens da feliz unificação da sociedade pelo consumo,² espera-se dessas rainhas um desempenho eficaz e produtivo na geração de mercadorias e representações condizentes com a lógica do espetáculo, para o qual se acena como recompensa o direito de sobreviver e de poder acessar em doses diminutas os simulacros ofertados pelos celeiros e as experiências mensurantes³ com as mercadorias tornadas exequíveis pelas pseudonecessidades imputadas pelo mercado.

Das três protagonistas femininas, a primeira a entrar em cena será Júlia Marquezim Enone, que dará existência a uma segunda personagem, Maria de França, que emerge na qualidade de principal protagonista de um romance que escrevera e deixara inédito, e, já nas últimas páginas do romance escrito por Enone, emerge a terceira personagem, Ana, como resultado do delírio e das leituras incompreensíveis, indecifráveis e desconexas feitas por Maria de França

² DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, pp. 46.

³ Conceituamos experiências mensurantes como a relação do homem com objetos significantes, em que estes são considerados analiticamente, através de critérios objetivos de significação. Para esta conceituação, consultar: CUNHA, José Auri, **Filosofia**. Iniciação à investigação filosófica. São Paulo: Editora Atual, 1992, pp. 219-222.

sobre notícias de jornais de datas anteriores àquelas em que realizava suas leituras. Na condição de protagonistas, elas forjam, na trajetória dos romances que se sucedem, uma operação que resulta na combinação de fatos de suas vidas, de partes de suas histórias, de elementos de suas existências, de concepções diversas sobre os sentidos do mundo ao seu redor, de modo que parecem se compor num todo congruente, em uma única protagonista: fazendo-se uma única rainha às avessas em contraposição àquelas que são soberanas de uma estirpe e de um domínio.

À semelhança de um jogo de xadrez, as protagonistas fazem às vezes de uma rainha. No tabuleiro das cidades, são as personagens de maior mobilidade, movem-se para quaisquer das casas ao longo das colunas, fileiras ou diagonais que ocupam, e locando-se nas adjacências e perante o(s) rei(s), os que só se movem em suas adjacências e só realizam movimentos maiores quando combinados com fortalezas em prol de sua maior segurança. Da mediação com os reis, as rainhas excursionam dos cárceres aos celeiros urbanos e aportam numa existência marcada pela indeterminação e contingência.

Elas são, também, protagonistas que carregam em seus perfis de mulheres qualidades que ora inspiram ou atormentam os homens ora se projetam na condição de inconformidade, negando aos homens o sopro criador que a eles possibilitaria produzir uma arte com pretensões de eternidade. E, numa outra dimensão, a sistêmica, as protagonistas apreendem o processo de desumanização em curso, no qual se passa a situar o homem no mesmo nível dos objetos e engrenagens do funcionamento da maquinaria social e a viver numa sociedade fundada numa estrutura industrial e em uma produção maciça de mercadorias.

As protagonistas-rainhas interceptam em suas consciências o peso da administração, da técnica, da burocracia e do individualismo, gerenciado pela organização racional da produção que se instala sobre a invenção – a desintegração do poder cultural – e procura dirigir as identidades afetivo-emocionais para o âmbito da sociedade de consumo. Ante essa hostilidade crescente, as personagens se lançam ao campo de batalha por uma outra experiência de vida e história, com cada uma das protagonistas realizando uma parte das estratégias que delinearam: Julia é tomada de consciência e crítica;

Maria instiga as estruturas, tentando a elas resistir e buscando insistentemente desvelar as suas debilidades; Ana protagoniza a rebelião e reivindica um outro projeto civilizatório não mais fundado na supremacia do “ter” e “parecer” sobre o “ser” e “existir”. Contudo, o triunfo será excluído como desfecho provável no campo de batalha para as protagonistas, o único dividendo que elas poderão obter é instigar nos outros a trágica investida de descobrirem sobre si mesmos e de delegar a missão de restituírem ao mundo as memórias e as histórias ameaçadas como uma experiência única.⁴

2. AS MARCAS DAS EXPERIÊNCIAS MODERNIZANTES

Julia Marquezim Enone – a única que trafega por todo o romance, ora como personagem autora de uma romance ora como uma reminiscência apropriada pela memória daquele que a cita para que seja reconhecida – ⁵ carrega em seu nome, antenome e sobrenome signos cuja carga de significação é o conteúdo vivido pela própria protagonista em sua existência. O seu sobrenome, Enone,⁶ já anuncia quem ela é ou qual dimensão pode explicá-la: é uma entre as ninfas, aquelas portadoras de qualidades que habitavam os mundos naturais (rios, fontes, bosques, florestas, prados e montanhas) na forma de almas e que se convertiam em divindades por meio de suas diligências, personificando as forças vivas da natureza. Possuíam extraordinária beleza, alvura e delicadeza, e eram amigas dos brinquedos e das pandegas, e detinham para si prestígios e créditos e

⁴ Sobre a tarefa daqueles que se voltam para a apreensão do passado como experiência única, consultar a tese de número 16, in BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história, in **Magia e técnica, arte e política**. 3. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987, pp. 230-231. (Obras Escolhidas, v. I)

⁵ Esta proposição em relação à memória e/ou história podemos encontrar na tese de número 6, in BENJAMIN, Walter, *op. cit.*, p. 224. *A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido.*

⁶ Referências sobre a trajetória de Enone são encontradas, primeiramente, em APOLODORO. **Biblioteca de Mitologia**. Madrid: Alianza Editorial, 1999, pp. 188-189, que teria vivido no século I ou II, em Alexandria. Podemos, também, encontrar referências sobre Enone e a sua trágica história em Públio Ovídio Nasão, em suas *Heróides*, na qual delineia as súplicas de amor de Enone e solicita o retorno de Páris para ela. Também um outro destino trágico terá a Enone de *Phèdre*, de Jean Racine, suicidando-se mais uma vez por causa da chama do amor que ardia em si. Quanto às produções de conhecimento contemporâneas voltadas para o estudo da mitologia grega, principalmente sobre a ninfa Enone, mas, fundamentado em Apolodoro, podemos encontrar subsídios em HAMILTON, Edith. **A Mitologia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983, pp. 261 e 288-289; em BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, pp. 110-111, e também, de sua autoria, **Dicionário de Mitologia**. 4. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000, pp.335-336. (v. I, A-I), e, mais recentemente, em MORENO, Cláudio. **Tróia**. O romance de uma guerra. Porto Alegre: L&PM, 2004.

podiam ser desposadas pelos homens que viviam na cegueira. Como uma ninfa, Julia Marquezim Enone⁷ será aquela que leva o seu sobrenome, que em grego poderia significar alguma coisa relacionada com *a guarda do vinho* (adega) ou *a terra das videiras*, pois o nome é derivado de *oînos*, vinho em grego, ou ainda *a que foi negada* ou *deserdada* (*ee-Nenhum-nee*), a partir de uma leitura das partes que compõem o nome. Ela, como ninfa, era a filha do deus fluvial Cebren e habitava o Monte Ida; podia, também, ler e antever o futuro, um dom que lhe fora ofertado por Réia, a mãe dos deuses do Olimpo, e detinha um conhecimento das plantas medicinais, de onde desenvolveu uma prestigiosa habilidade como curandeira, dons que o deus Apolo, que a considerava bela, lhe concedera em troca da sua virgindade. Ainda jovem, Enone foi desposada por Páris Alexandro, com quem teve um filho, chamado Córito.⁸ Posteriormente, Enone seria abandonada (negada) por Páris Alexandro quando este se apaixonou, mediante a ingerência de Afrodite,⁹ auxiliada por Eros, por Helena, mulher de Menelau, rei de Esparta, e com ela fugiu para a cidade de Tróia. Apesar das súplicas de Enone e das sinistras previsões que fizera para o destino de Páris Alexandro, este futuro herói e guerreiro que muito deixou a desejar como tal nas contendas da Guerra

⁷ O nome Enone é uma forma aportuguesada do grego Οἰνωνη, que literalmente poderia ser grafado no alfabeto latino como *Oinônê*, de onde surge a forma latinizada *Oenone*, ganhando posteriormente outras duas formas de ortografia: *Oinone*, utilizada nas línguas anglo-saxônicas; e Enone, utilizada tanto na língua portuguesa como na espanhola. A tradução do grego para Enone poderia ser uma expressão de negação, um advérbio, pois *non* em latim significa *não* ou *nenhum* e em grego, o que permite que o nome seja pronunciado como E-non-e. O *nô* também significa em grego uma negação que está condicionada pela sílaba anterior, *Oi*, e reforçada pela última, *nê*, podendo-se pronunciar como *Oi-no-ne*, o que poderia significar literalmente *ee-Nenhum-nee*, ou numa tradução do seu sentido *a que é negada* ou *deserdada*, que condiz em muito com o mito da ninfa que é deserdada ou negada por seu marido (Páris) e trocada por outra (Helena). No grego temos também a palavra Οἶνον, que elimina o η, considerado de uso forçado, podendo significar *a adega que guarda o vinho*. Com essas possibilidades para o significado do nome Enone em grego, podemos supor que o nome teria algo a ver com *ser negada* e *guarda do vinho*, bebida muito apreciada pelos gregos e que também era utilizada com fins de cura pelos que tinham a habilidade de curandeiros. Para chegarmos a essas conclusões consultamos alguns dicionários de grego-português, grego-latim-português e algumas gramáticas de grego, relacionados na bibliografia desta tese. Especificamente para o significado de *negada* ou *deserdada*, consultamos o *site*: Disponível na Internet, em: <<http://amartinho.home.sapo.pt/escola/latim/latim10/gramatica>>. Acesso em: 28 ago. 2003

⁸ Corito era considerado mais belo e bonito que o pai e teria sido enviado pela mãe para guiar os aqueus até Tróia, tendo depois se tornado amante de Helena, com quem o seu pai havia contraído um conúbio, razão pela qual ele teria tomado a atitude do filho como uma ofensa, vindo a matá-lo.

⁹ A ingerência de Afrodite para que Helena e Páris se apaixonassem era motivado por este tê-la elegido a mais bela entre as três deusas consideradas as mais belas do Olimpo (Hera, Atena e a própria Afrodite), destinando-lhe o pomo da discórdia que Cassandra teria lançado às deusas para que a mais bela das três com ele ficasse.

de Tróia¹⁰ se esvai, mas voltará ferido mortalmente por uma flecha envenenada arremessada por Filoctetes, filho de Aquiles, a quem ele havia eliminado ao desferir uma flecha no seu ponto fraco, o calcanhar, pedindo o auxílio e a cura de Enone, que lhe havia comunicado antes de sua partida que conhecia uma droga mágica que curava e abrandava todas as espécies de padecimentos. A princípio, ela se recusara a atendê-lo, ainda ressentida com a infidelidade, a ingratidão e o regresso exclusivamente justificado pela necessidade do momento de Páris Alexandro, mas recuará e resolve socorrê-lo. Dirige-se à cidade de Tróia, contudo já era tarde para a intervenção, mesmo que fosse de uma ninfa, e Páris Alexandro viria a falecer. Ante o acontecimento cruel, Enone, num surto de arrependimento e angústia, culpando-se pela morte do único homem a quem realmente amara, cometeu suicídio, enforcando-se ou atirando-se na pira em que Páris Alexandro era cremado, em Tróia, cidade que dias depois a sua morte seria varrida pelos gregos e arderia em chamas.

A Enone do romance carrega consigo outros nomes e outros significados. Seu nome é Julia, que em latim significa *a cheia de juventude*, mas que na trajetória de sua vida assistiu a sua juventude se esvaír e o aspecto senil tomar conta de seu corpo já aos 33 anos. O antenome, Marquezim, nos revela o estigma da trajetória da existência e história dessa protagonista. O antenome é de origem italiana e pode estar relacionado a uma adaptação fonológica e ortográfica de Marchesino (filho de um marquês), pois se pode encontrar Marquezim como sobrenome de alguns descendentes de italianos, principalmente em São Paulo. Contudo, podemos encontrar na língua italiana a palavra *marquez*, significando *a que tem sua marca*, que no caso do antenome de Julia é acrescido o redutor *im*, de *-inho* ou *-ino*. Assim nos parece que o antenome de Julia quer nos anunciar que ela possui uma marca, não as marcas territoriais de um marquês, mas

¹⁰ O tratamento oferecido por Homero a Páris Alexandro, na *Ilíada*, quase sempre tende para a satirização desse protagonista quanto as suas supostas virtudes guerreiras, ao seu denodo e aos seus reais interesses. Numa passagem do poema fica bem claro o questionamento e a sátira em relação à Páris Alexandro, trata-se de uma passagem do Canto III, no qual Páris Alexandro caminha a frente do exército troiano para mais uma das batalhas contra o exército grego, quando o mesmo se apercebe da presença de Menelau caminhando em sua direção para com ele duelar. Páris Alexandro foge do duelo e se esconde do oponente, no que é repreendido pelo seu irmão Héctor: *Ó mal-parido, belo só nas formas, mulherengo, impostor! Não-nascido, sem-bodas – penso – melhor seria, que servires de opróbio e vexame perante os olhos de nós todos*. Sobre este episódio, consultar HOMERO. **Ilíadia de Homero**: tradução de Haroldo Campos. São Paulo: Mandarin, 2001, pp. 119-121. (v. I)

reduzida a uma outra dimensão, a marca de uma impressão da dimensão deixada por uma história. Em suma, Julia Marquezim Enone poderia significar no romance: a cheia de juventude que tem sua marca em Enone, aquela que foi negada ou deserdada.

A carga de significação do conteúdo vivido aparece também no nome e sobrenome da protagonista Maria de França. Com origem no vocábulo hebraico *Miriam*, o seu nome significa a soberana, a senhora, a excelsa, a sublime. No romance, ela será a excelsa de um contingente de deserdados e impotentes frente às políticas econômicas de modernização do subdesenvolvimento do país. A soberana e senhora de uma resistência contra um sistema opressivo e injusto, procurando ser sublime frente à tensão e angústia vivida ante uma realidade cotidiana cada vez mais impossível de ser mitigada. Mas, Maria ainda acalenta uma reminiscência, os fragmentos de lembranças pouco precisas que a remetem ao significado histórico do seu sobrenome, a França: aquele lugar do último século dos tempos modernos e dos primórdios da era contemporânea no qual se fomentou um projeto iluminista de emancipação do gênero humano pela razão e da sua libertação do peso inibidor da religião e autoridade despótica, posteriormente propagada pelo ímpeto revolucionário da Revolução Francesa, que procurava pôr em prática os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. No entanto, no tempo presente da história de Maria de França, final dos anos 1960 e primeira metade da década de 1970, a fúria revolucionária remanescente dos primórdios da modernidade seria convertida numa força reformadora pelos estudantes e pelas classes operárias européias que desde maio de 1968 arquitetavam um novo radicalismo a partir das ruas de Paris, mas que haviam descoberto que os novos tempos podiam ser diferentes e melhores e, portanto, podiam exigir mais da nova sociedade do que tinham até então imaginado e que os seus antepassados jamais tinham sonhado.¹¹ Contudo, para Maria de França e outros deserdados e impotentes, o sonho ainda presente na acepção do significante França nunca chegou de fato a acontecer, portanto nem podia acabar, e o sobrenome pode, ainda, funcionar como uma marca para avivar a lembrança

¹¹ Sobre esta colocação, consultar: HOBBSAWM, Eric, **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 296. Para maiores detalhes sobre esta análise de Eric Hobsbawm, consultar no mesmo livro, preferencialmente, os capítulos 9 e 10, pp. 253-313.

a respeito de algo, mesmo que para eles só restassem o pesadelo do processo de burocratização que submete os sujeitos às regras da administração pública e a empresa capitalista, anexando cada vez mais os segmentos do mundo vivido aos seus imperativos funcionais e proporcionando a coisificação do indivíduo.

A entrada em cena de Ana – do hebraico *Hannah*, a cheia de graça, a benéfica – é uma insurgência às normas que administram e impelem os sujeitos a se submeterem ao sistema e a viverem uma relação entre as coisas. Ela questiona o saber/poder que se converte em estratégias que visa persuadir, ganhar e submeter os sujeitos aos padrões de produção e à convivência da sociedade capitalista e que procurava institucionalizar esse processo como um caminhar natural a um ponto de chegada pré-determinado. Ela procura restituir aos homens a graça perdida e, como tal, ela é a benéfica por querer restituir o projeto da emancipação do gênero humano.

Por essa insurgência e crítica, Ana é eleita a rainha dos cárceres de um lugar denominado Grécia. Aqui se estabelece a inter-relação entre Ana, Maria de França e Julia Marquezim Enone. Elas se confundem, se fundem e se trespassam na figura eleita da rainha, agora já sem sobrenome, como o de Julia (a identidade mítica do fatalismo) ou o de Maria (a experiência mítica da modernização). Agora é só um nome para uma só rainha que tem medo de saber de que modo o tempo passa, mas que está propensa a romper com o mundo do trabalho. Ana, como na forma de um palíndromo – o nome Enone também o é –, correndo num sentido inverso ou voltando sobre seus passos, instaura o levante dos cárceres contra os ofertados celeiros. E é esta a atração que a protagonista exerce sobre Maria de França:

(...) atraída pela astúcia com que Ana, persistente e desastrada nos seus golpes, tantas vezes sendo presa e condenada, move-se nos tribunais e entre as grades dos presídios, entidades para Maria de França inacessíveis e, para a atual concidadã de Minos, juiz da corte infernal, decifradas, conseguindo, no cárcere, revisão de processo e perdão, quando não sumia entre os muros como sombra, iludindo a vigilância dos guardas, para surgir e voltar a ser presa nos lugares menos previsíveis, vindo, com o passar dos anos, das penas, dos perdões e das fugas, a personificar uma legenda, a da mulher que conhece, no tramado da força e da administração, todas as saídas – estejam escritas nas leis ou erigidas em pedra –, a ponto de ser recebida com honras nas celas onde é encerrada e receber, sem que houvesse nisto a mínima ironia, o título, por ninguém contestado na parte continental do país ou nas ilhas, de Rainha dos Cárceres da Grécia.¹²

¹² LINS, Osman, *op. cit.*, p. 202.

3. O RECIFE E A CONDENSAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO

A Grécia do título dado a Ana e do romance de Osman Lins não é aquela decantada nos livros didáticos de meados dos anos 1970, pelo seu legado cultural para a civilização Ocidental.¹³ No romance, Grécia é um lugar nomeado, como a própria península helênica, a Heláde, fora denominada pelos conquistadores romanos no século II a. C., que utilizaram a designação das tribos *greceia*, situadas nas regiões localizadas ao norte da península, para nomear aquilo que hoje conhecemos por Grécia Antiga. Esse lugar nomeado é a condensação das periferias dos centros modernizantes, a Europa e suas capitais que, para instituir a modernidade e levar a acabo sua modernização, tiveram que se valer do mundo descoberto e colonizado. Esse mundo é a América e suas cidades, entre as quais está o Recife, que durante muitos séculos foi um não-lugar ou um simples apêndice do centro europeu, mas, como tantas outras cidades da América, foi essencial para que a Europa se tornasse o centro do mundo e desencadeasse o seu processo de modernidade, feito à custa de seus sacrifícios e de derrotas catastróficas para seus povos.¹⁴

Dessa forma, antecipando Caetano Veloso e Gilberto Gil em quase duas décadas, Osman Lins parece nos querer dizer: *pense na modernização do Recife, explique o Recife, a Grécia é aqui, a Grécia não é aqui (...) pense no Recife, explique o Recife, a Grécia é aqui, a Grécia não é aqui*.¹⁵ Pois para o autor era

¹³ A título de ilustração podemos mencionar as apreciações feitas sobre o legado cultural da Grécia por ARRUDA, José Jobson de A. **História Antiga e Medieval**. São Paulo: Editora Ática, 1976, pp. 184-185; BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental**. Porto Alegre: Editora Globo, 1975, 18ª edição, pp. 190-191; e MAIOR, Armando Souto. **História Geral**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, 16ª edição, pp. 68-96. Nesses três exemplos, o primeiro é quase lacônico na apresentação do legado cultural grego; o segundo é eloquente quanto ao legado; e o terceiro é um enlevo da história como ela é, com o legado cultural grego sendo encarado como um fato a ser descrito para servir de exemplo. Contudo, os três coincidem num ponto: eles pressupõem uma interdependência entre a chamada Civilização Ocidental e a Grécia Antiga, no qual, durante o interlúdio histórico entre as duas épocas e nas épocas históricas, a memória, a experiência e a história dos vencidos foram excluídas de suas narrativas.

¹⁴ Sobre essa colocação em relação ao vínculo entre o papel decisivo da América e a emergência da modernidade européia e a sua ascensão como centro do mundo, utilizamos as argumentações desenvolvidas por artigo de BASTOS, Hermenegildo. Ficção e verdade nas cidades de Murilo Rubião. In LIMA, Rogério e FERNANDES, Ronaldo Costa (orgs.). **O imaginário da cidade**. Brasília: Editora da UNB/Imprensa Oficial, 2000, pp.47-48.

¹⁵ Fazemos uma analogia com a canção de Caetano Veloso e Gilberto Gil denominada *Haiti*, principalmente o verso: (...) *pense na festa do Haiti, reze pelo Haiti / o Haiti é aqui – o Haiti não é aqui... (...) pense no Haiti, reze pelo Haiti / o Haiti é aqui – o Haiti não é aqui*, onde os autores utilizam a lógica dialética fundada na operação de raciocínio *é e/ou não é*, no qual o movimento incessante e contraditório resulta em uma síntese.

preciso pensar e explicar esse seu Recife, que, diante da sua percepção e consciência, entrava agora numa fase inteligível e cabal de incorporação da lógica, das estratégias, do alinhamento e da estrutura operacional da modernização.

O Recife, inserido num país que crescia a uma média de 11% do PIB ao ano, entre 1970 e 1973, passava a não mais ser governado e sim gerenciado pelos parâmetros da eficiência e racionalidade, livrando-se assim das rugas das administrações politizadas e/ou tidas como populistas pelos gerentes da cidade, mesmo aqueles, como Augusto Lucena, que com suas políticas clientelistas, assistencialistas e autoritárias, romperam as barreiras que ainda resistiam ao processo de modernização.¹⁶ A cidade agora se expandia por todos os seus recantos com a administração pública abrindo espaço de manobra para a expansão imobiliária nas áreas destinadas aos moradores da classe média de renda média para alta e classe dominante (Espinheiro, Aflitos, Rosarinho, Madalena, Boa Viagem etc.), nas quais vão ser construídos, com financiamento do BNH, recursos financeiros em princípio destinados à construção de moradias para os trabalhadores, apartamentos de luxo de mais de 100 m². Por outro lado, a municipalidade projetava e instaurava um programa de intervenções e de uma reordenação no espaço urbano, com a construção de largas avenidas e viadutos integrando os cantos e recantos da cidade e garantindo o acesso e o deslocamento ao fluxo crescente dos “carros do ano”, financiados em até 36 meses, alterando e desfigurando, assim, o espaço da cidade.

A cidade também se integrava ao mundo via satélite através da transmissão em tempo real de jogos, noticiários, novelas e shows. O último grande acontecimento que ela não viu ao vivo foi à chegada do homem à Lua, em junho de 1969. Entretanto, ao título de tricampeão mundial conquistado pela Seleção

¹⁶ Nos capítulos seguintes enfocaremos a gestão do Prefeito Augusto Lucena. Nestes capítulos, trabalharemos a sua segunda gestão, 1971/1975, principalmente, os anos de 1972 e 1973, quando da abertura e alargamento da Av. Dantas Barreto, na qual o prefeito encaminhou a empreitada da demolição de inúmeros prédios e da Igreja dos Martírios para o alargamento e conclusão desta avenida, promovendo uma polêmica acirrada durante a sua administração. Desta polêmica, ressaltamos o caráter simbólico do embate entre os que apoiavam a derrubada da Igreja e abertura da avenida como a emergência definitiva da modernização na cidade e os que se colocavam contra essa empreitada, motivados pelo ideário da preservação do patrimônio e da memória histórica da cidade, que passaram a serem taxados à época de arcaicos, saudosistas, atrasados e tantas outras designações que os colocavam na contra-mão da modernização da cidade.

Brasileira na Copa do Mundo de 1970, no México, assistiram quase todos que puderam finalmente comprar o seu televisor, mesmo a crédito, não dependendo mais da televisão, da vontade e do humor do vizinho. Junto com a TV, vieram também o consumo de aparelhos de som “três em um”, gravadores, geladeiras, liquidificadores, fogões e outras quinquilharias eletrodomésticas, à disposição dos consumidores nas melhores casas do ramo no centro da cidade (Viana Leal, Sloper, Mesbla, A Primavera, Fortunato Russo), estabelecidas em ambientes confortáveis e dotadas de instalações e tecnologia para o atendimento ao cliente e com facilidades creditícias a perder de vista. Os novos hábitos e pontos de consumo se estendiam, também, para o de alimentos e gêneros alimentícios industrializados com a expansão das redes de supermercado na cidade (Bompreço e Comprebem), substituindo, em grande parte, as feiras livres e mercearias ou vendas de bairro como hábitos de consumo, principalmente para a clientela da classe média de renda média para cima.

Por outro lado, o lazer e a cultura ganhavam novos pontos destinados aos mais variados tipos de programas e clientelas da cidade, como: os bares e livrarias do entorno da Rua Sete Setembro, freqüentada por escritores, artistas, boêmios, políticos; boates e bares da moda, como a Boate Ferro-Velho e Bar Mustang, freqüentadas por jovens da classe média; bares e redutos *underground* (os botecos no Beco da Fome, entre a Rua do Hospício e Sete de Setembro), ponto e quase local de estada dos hippies da cidade; restaurantes, como as churrascarias (O Laçador, Palhoça do Melo, Churrascaria Chic-Chic) para o convencional programa de “almoçar fora” aos domingos com a família; cinemas (Veneza, Rits e Astor) e teatros (TAP e Vivencial Diversiones); e aos grandes shows musicais com astros da música brasileira no Teatro Santa Isabel (shows de Maria Betânia, Elis Regina, Gal Costa etc) ou no Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães (Secos e Molhados e Discoteca do Chacrinha), vistos por uma classe média engalanada ou atualizada aos modismos culturais. Tinha-se a impressão, à época, que a cidade estava a um passo do paraíso do consumo.

Desses celeiros, brota na cidade do Recife uma disseminação de meios que vão forjar uma identidade cultural composta de valores, modelos e mitos fabricados de acordo com as exigências da ordem tecnológica e de funcionamento do mercado. Em outras palavras, a indústria cultural e a cultura de

massas se expandiram com as instalações de novas emissoras de TV e de rádio, chegando a cidade a ter quatro estações de TV e dezesseis emissoras de rádio no final do período,¹⁷ só sendo superada pelas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Ao lado dessa expansão, proliferaram pelo Recife bancas de revistas com os últimos periódicos nacionais, as coleções e fascículos sobre os mais variados temas do conhecimento, as revistas de informação nacional e mundial e outras dirigidas a temáticas específicas (moda, esoterismos, assuntos femininos, assuntos masculinos, sexualidade, negócios etc.), bem como o advento de lugares para o usufruto cultural (Livro 7, Cinema Veneza, o complexo dos cinemas Astor e Rits e outros com programação especializada) e novos pontos de encontro e diversão.

Na esteira dessa modernização, havia o seu reverso: a dilapidação e exaustão das classes subalternas da cidade. Para elas só restou expandir as favelas (Brasília Teimosa, as inúmeras favelas no entorno de Casa Amarela, nos alagados, como o Coque) ou promover loteamentos clandestinos (Vietnã, Entra a pulso), vivendo em moradias construídas de restos de materiais de construção ou de outros materiais aproveitados de produtos diversos (folhas-de-flandres e madeiras de caixotes), quando não em conjuntos habitacionais localizados em distantes bairros da periferia (as conhecidas Vilas da Cohab) e nos municípios vizinhos (os conjuntos habitacionais da Muribeca, Cidade Tabajara etc.), levando os trabalhadores a gastarem horas extras só para a locomoção ao trabalho e a se

¹⁷ Até o ano de 1976, a cidade do Recife tinha instalado em seu espaço urbano as seguintes emissoras de televisão: TV Jornal do Commercio, pertencente à Empresa Jornal do Commercio, grupo fundado e mantido até a década de 1970 pelo empresário F. Pessoa de Queiroz, inaugurada em março de 1960; TV Rádio Clube, afiliada da Rede Tupi, das Emissoras Associadas, inaugurada em junho de 1960; TV Universitária, emissora estatal pertencente à Universidade Federal de Pernambuco, inaugurada em 1969; e a TV Rede Globo Nordeste, pertencente ao Sistema Globo, de propriedade de Roberto Marinho, inaugurada em 1972. No caso das duas primeiras, posteriormente, junto com a Rede Globo, os sinais de TV chegavam até o interior e estados vizinhos com o auxílio de transmissores. A essas emissoras se somavam 16 emissoras de rádio, como Rádio Jornal do Commercio, Rádio Clube de Pernambuco S. A., Rádio Capibaribe do Recife S. A., Rádio Universitária do Recife, Rádio Continental, Rádio Tamandaré Ltda., Rádio Repórter, Rádio Musical, com a maioria delas funcionando através do sistema de ondas médias, um total de nove, três funcionando com sistema de ondas curtas e quatro através do sistema de ondas tropicais. As duas primeiras possuíam equipamentos para a transmissão do seu sinal para o interior de Pernambuco ou tinham o seu sinal repetido por transmissores ou por emissoras afiliadas localizadas no interior do Estado.

Informações sobre esses meios de comunicação podem ser encontrados em: ANDRADE, Manuel Correia. **Cidade e campo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974, pp. 76-75; CASTELÃO, Fernando. **Todos contam a sua história**. Rádio – Teatro – Televisão. Recife: Edições Bagaço, 1999, pp. 117-123; Anuário Estatístico do Brasil de 1977 IBGE. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro, 2003. 1 CD-ROM.

isolarem territorialmente. Nesses *habitat* faltavam quase tudo e na atualidade ainda faltam: água, esgoto, luz, calçamento, transporte, posto de saúde, creches, escolas, segurança.

Contudo, o reverso não se exauria só nas formas e locais de moradia, estendia-se à submissão ao arrocho salarial, à degradação das suas condições de trabalho, às ameaças à integridade física com elevação dos acidentes de trabalho, que iam do cais aos andaimes. O resultado foi o aumento das horas extras e do contingente de mão-de-obra feminina e infantil se dirigindo ao mercado de trabalho para recompor a renda familiar em atividades informais, levando a uma explosão quantitativa do número de subempregos, ante um crescimento tímido de empregos no mercado formal de trabalho, fazendo do Recife uma das cidades do Brasil com maior índice de vendedores ambulantes (os camelôs) e subempregados (biscateiros, empregadas domésticas, *office-boys*, mecânicos de oficinas de fundo de quintal, borracheiros e inúmeros trabalhadores dispostos a executar qualquer atividade remunerada) e índices alarmantes de desnutrição crônica e doenças epidêmicas como as epidemias de meningite e a elevação dos casos de sarampo e paralisia infantil, resultado direto da falta de infra-estrutura mínima para as moradias das classes subalternas e da quase inexistência de uma estrutura de assistência e prevenção médica, apesar de o Recife já contar à época, na área que vai do Parque Amorim à Ilha do Retiro e na Avenida Caxangá, com um pólo de hospitais e clínicas particulares e públicas que rivalizava com os de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Sobre todo esse conjunto de integrantes das classes subalternas e da cidade em geral recaíam as estruturas de poderes público e privado, através de seus órgãos e empresas, fortemente burocratizados. Principalmente nos órgãos públicos, a gestão se caracterizava cada vez mais por um caráter apolítico e tecnocrático das atividades assistenciais e do planejamento e execução de políticas públicas de caráter social. Isso significava que as demandas sociais (transporte, educação, saneamento, abastecimento de água, iluminação, saúde etc.) tinham que esperar as sobras dos recursos disponíveis para investimentos em setores e obras mais rentáveis à circulação e reprodução do capital.

Consolidava-se, assim, a burocratização e tecnocratização da administração e autoridade patronal, municipal e dos organismos previdenciários, assistenciais,

educacionais, habitacionais e de saúde, produzindo-se uma dependência cada vez maior dos integrantes e segmentos das classes subalternas a esses detentores do poder por qualquer benefício estatal. As gestões burocráticas, tecnocráticas e apolíticas terminaram por levar a uma extrema centralização e à instituição de um sistema funcional no qual imperava obstáculos e morosidades que dificultavam o acesso dos possíveis beneficiários aos seus serviços. Como contra-prova disso tomemos os tortuosos percursos, a desmedida paciência disponibilizada e a humilhante sujeição que os moradores e/ou líderes comunitários de favelas e loteamentos clandestinos tiveram que perpetuar pelos órgãos públicos da Prefeitura da Cidade do Recife e perante as autoridades de plantão dos chefes e dos técnicos das repartições públicas por simplórios benefícios, como um mero poste de iluminação pública para ruas escuras.¹⁸

Os indivíduos eram assim reduzidos em sua consciência a coisa, tornados um objeto ou dimensionados através de parâmetros dados por valores materiais. Ou como, em termos gerais, sentenciaria Georg Lukács¹⁹: tratava-se de uma etapa comum na organização das sociedades capitalistas, caracterizadas por uma transformação experimentada na atividade produtiva, nas relações sociais e na própria subjetividade humana, que agora se sujeitava a e se identificava cada vez mais com o caráter inanimado, quantitativo e automático dos objetos ou mercadorias circulantes no mercado, cabendo à administração burocrática um papel decisivo, pois:

Só neste contexto se pode compreender plenamente o problema da moderna burocracia. A burocracia [*e a tecnocracia*] implica uma adaptação do modo de vida e de trabalho e também, paralelamente, da consciência, aos pressupostos econômicos e sociais gerais da economia capitalista, tal como constatamos quanto ao operário na empresa particular. A racionalização formal do Direito, do Estado, da Administração, etc., implica, objetiva e realmente, uma idêntica

¹⁸ A título de exemplo dessa situação, tomemos o caso relatado por Antonia Vidal de Lima, conhecida por Tôta, moradora da Rua Canal da Macaxeira, em Casa Amarela, sobre o desfecho de sua luta e de outros moradores por iluminação pública na sua rua, nos idos de 1969: *Aí a gente, né? Tome baixo-assinado, tome baixo-assinado. Aí, quando ele cismou, deu. Cheguei lá, já ia com as dezenove. Cheguei lá fora, aí ele disse: Essa mulher perturba muito, aqui, viu? Comigo. A senhora perturba muito! Eu digo: eu perturbo porque meus filhos tão lá tudo no escuro, dentro da lama. Além de estar na lama, no escuro. Aí ele olhou... vá simhora que amanhã esse poste chega lá. Chegou mesmo!* Este depoimento está contido na coletânea de entrevistas: FEACA (Departamento de Memória de Casa Amarela). **Casa Amarela**: memórias, lutas, sonhos. Recife: FEACA, 1988, p. 13. (Série – I, Entrevistados)

¹⁹ Referimos-nos aqui ao conceito de reificação da forma como é trabalhado por Lukács. Sobre este conceito, consultar o tópico: O fenômeno da reificação. In: LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**: estudos de dialética marxista. Rio de Janeiro/Porto: Elfos Ed./Publicações Escorpão, 1989, 2ª edição, pp. 97-126.

decomposição de todas as funções sociais nos seus elementos, uma idêntica busca das leis racionais e formais que regem estes sistemas parciais rigorosamente separados uns dos outros; por conseguinte, subjetivamente, idênticas repercussões na consciência, resultantes da separação entre o trabalho e as capacidades e necessidades individuais daquele que o executa – implica, pois, uma divisão do trabalho, racional e desumana, exatamente idêntica à que encontramos na empresa, no plano da técnica e do maquinismo.²⁰

4. UMA CIDADE E SEUS SUJEITOS A UM PASSO DA HISTÓRIA

Nesse Recife, atravessado pela história e entrelaçado numa reificação modernizante, configura-se um novo espaço que contém em si a tradição da cidade de Olinda e a modernização de São Paulo, cidades que em toda narrativa ora invadem o Recife com seus referenciais para lhe dar sentido, ora com ela interagem para que seja operado o estranhamento, distanciando-se, assim, de si para descobrir o que lhe é familiar. É por isso que pelas tortuosas artérias do Recife, em constante decomposição e recomposição, vagueiam Julia Marquezim Enone e Maria de França com as suas marcas, maturando e compondo seu *vir a ser* em Ana, tentando, a partir dela, desvelar aquilo que existe por pressuposição, que está no limite de suas consciências, que se está para além de suas percepções ou aquilo que está para além do que poderia ser pensado.

As três protagonistas não se contentam mais com as possíveis verdades, querem a posse da realidade, querem deter algum grau de familiaridade, em face das coisas que valem para elas, podendo, assim, ter consciência dela, descobrir suas leis de funcionamento e promover suas reações. A Grécia do título do romance *é e/ou não é* aquela da história da Antiguidade Clássica. Ela agora é o resultado das experiências vividas retidas na memória, da modernização que se forja como imanente, da insurreição das protagonistas, na qual a história de Ana a perpassa como o compêndio da história dos vencidos, a bula da autenticidade de seus sonhos e projetos e a marca que aviva as suas memórias e fornece o traço distintivo de sua luta:

Nesse lugar nomeado Grécia, que, no espírito de Maria de França, flutua como ilha sobre imensa nuvem arenosa, a invencível Ana vagueia até à morte, renegando, obstinada, qualquer ocupação produtiva, compelida ou entregue por princípio a todo gênero de falcatruas, do estelionato ao furto, com a só restrição, que se impõe, de agir sem armas. Sempre a mudar de sobrenome, mas conservando o nome de batismo, para honrar o que ela considera a sua *marca*, sobe, em uma embarcação pintada de vermelho, como as naus alígeras de Ulisses, de Creta ao continente, age na antiga Citera e a seguir em Esparta,

²⁰ LUKÁCS, Georg, *op. cit.*, p. 113.

cruza o Peloponeso, é presa e condenada em Maratona, em Atenas, em Samos, em Corinto, em pequenas cidades banhadas pelos mares Jônio e Egeu, traçando sobre todos esses nomes, magnificados por acontecimentos históricos e míticos (onde vos bateis agora, preclaro Aquiles e tu, que submeteste a Pérsia?), traçando nova gesta, individual e sem fulgor.²¹

Nas cidades as protagonistas produzem seus feitos, acontecimentos ou conjunto de acontecimentos em forma de história, mas uma história sem o fulgor das histórias dos heróis, estadistas e líderes eleitos pelas descrições assépticas da realidade histórica que se prestavam ao exemplo, com pretensões pedagógicas e servindo de instrumento de educação cívica.²² Sobre as cidades, as protagonistas e suas histórias repousam, no curso da narrativa de *A rainha dos cárceres da Grécia*, uma reflexão que recusa o historicismo²³ (a compreensão da história como fluxos e conjuntos dispersos de singularidades, desconectados de processos e apresentados como fragmentos autárquicos, que privilegia a historização dos pontos de vista dos observadores)²⁴ ou uma hermenêutica que se propõe outorgar um sentido para o mundo da história e conhecê-lo através das interpretações dadas pelas expressões de suas manifestações.²⁵

A reflexão operada no curso da narrativa de *A rainha dos cárceres da Grécia* se volta para uma outra possibilidade: a de que a história contada pode ser analisável (investigar os elementos ou componentes significativos de uma realidade histórica), observável (examinar a realidade histórica diretamente a

²¹ LINS, Osman, *op. cit.*, p. 201-202.

²² Fazemos aqui referência à produção e à circulação do conhecimento histórico fundado nos paradigmas e proposições da Escola Metódica. Sobre este assunto, consultar: REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Editora Ática, 1999, 2ª edição (Série Fundamentos, 125), pp. 24-25.

²³ Tradicionalmente, a historiografia tem usado o termo *historicismo* para designar uma das correntes teóricas e metodológicas do conhecimento histórico que tinha a história como um critério fundamental na compreensão e interpretação das culturas e sociedades humanas, sem se submeter aos grandes modelos explicativos que fundamentavam, de forma determinista e prospectiva, o processo histórico em suas etapas gerais de desenvolvimento ou progresso, que tinha em Dilthey um dos principais mentores. Contudo, o termo historicismo comporta uma dimensão mais ampla: a qualidade ou condição do que é histórico, podendo ser usado por diversas concepções de estudo e pesquisa da história (hegelianismo, marxismo, escola metódica e as diversas vertentes da nova história). Neste sentido, com o propósito de especificar historicamente uma corrente historiográfica (o tradicional historicismo), tem-se utilizado recentemente o termo *historismo* em substituição ao *historicismo*, deixando este último para um emprego mais geral que visa qualificar que diversas concepções de história delegam a qualidade ou a condição do que é histórico aos seus objetos de estudos.

²⁴ Sobre essa crítica ao historicismo, em sua versão mais moderna, consultar: FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. São Paulo: Papirus, 2000, p. 62.

²⁵ REIS, José Carlos, *op. cit.*, p. 14.

partir da contra-prova), objetivável (expressar a realidade histórica numa forma em que outros também possam experimentá-la) e quantificável (desenvolver formas de diagnosticar com precisão a realidade histórica), uma história que pode vir a ser estruturada e pensável, penetrável em toda a sua realidade, não se restringindo só a uma compreensão (o entendimento do significado de algo) e a uma interpretação (conferir um certo sentido do significado de algo), e sim que pode ser explicada (desvelar as razões de algo). Quem realiza a reflexão é um narrador que não se identifica pelo nome. Um indivíduo, professor de ciências naturais, ex-companheiro de Julia Marquezim Enone, que descobre o seu romance inédito sobre Maria de França, e parte para realizar um ensaio sobre o mesmo e uma reflexão sobre os sujeitos, as cidades e as histórias que permeiam os escritos da ex-companheira e as histórias da mesma e de sua própria vida.

Estabelecido em São Paulo, esse protagonista, a partir do seu apartamento, penetra e pensa Olinda, Recife e São Paulo. Ao contrário de *Abel*, principal protagonista de *Avalovara*, ele não mais precisa estar nas cidades, pode recorrer não só à memória, mas também às informações sobre as cidades que em tempo real lhe chegam ou estão dispostas em algum impresso. Como o próprio Osman Lins, o narrador se encontra sitiado numa cidade que ainda lhe é estranha e tormentosa, a qual quer deixar e ir para o Recife, sem ter que voltar.²⁶ Mas mesmo que não consiga voltar para os vínculos de origens de sua identidade e dores, em São Paulo estará distante e cada vez mais perto do Recife, já que as rotas do mundo a serem percorridas não são mais medidas pela relação do tempo e espaço que o homem deve caminhar, mas sim na velocidade dos meios de comunicação e translados da modernização tecnológica. Tempo e espaço são redimensionados e cabe ao narrador a tarefa de *fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso*,²⁷ narrar a história para que ela não seja perdida, com o *dom de despertar no passado as centelhas da esperança*.²⁸ Pois para esse narrador *o passado dirige um apelo e esse apelo não pode ser rejeitado*

²⁶ Osman Lins teria dito *Quase detesto São Paulo* para Letícia Lins em uma entrevista para o Jornal do Brasil, datada de 25/01/1975. Essa entrevista, intitulada *Um livro real sobre um livro imaginário*, consta de LINS, Osman. **Evangelho na taba**: outros problemas inculturais brasileiros. São Paulo: Summus Editorial, 1979, p. 194.

²⁷ BENJAMIN, Walter, *op. cit.*, p. 224.

²⁸ Idem, p. 224.

impunemente.²⁹ Tanto é assim, que o próprio narrador tem consciência de que *ele não conta uma história, é a história que o conta*.³⁰

5. A RAINHA DOS CÁRCERES DA GRÉCIA COMO UMA PRÁXIS E PRODUTO HISTÓRICO

O romance *A rainha dos cárceres da Grécia* emerge para o leitor como um diário, no qual um narrador inominável, tomando como ponto de partida a tarefa de produzir um ensaio sobre um romance inédito deixado por sua ex-companheira, vai registrando, consignando e narrando, ao longo de uma linha cronológica que se estende de 26 de abril de 1974 até 23 de setembro de 1975, fatos ocorridos nos territórios do Brasil durante este período e em outros que o antecederam, acontecimentos do dia-a-dia do seu ofício e do seu cotidiano, opiniões e impressões sobre o que lhe é estranho e que, ao mesmo tempo, integra a sua convivência, desvelamentos daquilo que lhe era oculto, contemplações e confidências sobre a sua existência e suas histórias, memorações de lembranças suas e de outros, reflexões sobre as mediações pelas quais passaram e passam os sujeitos que interagem com e, ao mesmo tempo, habitam o seu mundo.

Na tarde do último dia em que registra algo em seu ensaio-diário, o narrador encerra a linha cronológica que até então vinha metodicamente construindo. A partir dessa tarde, de 23 de setembro de 1975, o narrador passa a dissertar, nas vinte e seis páginas que se seguem, sobre as inferências possíveis e os plausíveis propósitos e projetos em um território e, nele, nas suas cidades, no qual a problemática sobre o mesmo não mais se circunscreve ao cânone de sua construção como Estado-nação e, muito menos, em relação às perspectivas de afloramento de um instinto e de uma identidade marcada pela nacionalidade nos sujeitos que o habitam.

Essas duas problemáticas, a construção do Estado-nação e o afloramento da identidade nacional, nos poderiam parecer, a primeira vista ou leitura, constituir-se num dos eixos centrais de *A rainha dos cárceres da Grécia*, pois, com uma certa constância, emana da narrativa do narrador inominável o intento e preocupação de alinhar características e questões históricas, historiográficas,

²⁹ Idem, p. 223.

³⁰ LINS, Osman, *op. cit.*, p. 39.

sociológicas, antropológicas e psicológicas, que nos poderiam levar a interpretar que na temática central do romance se instaura e persiste uma empreitada de subsidiar e/ou reformar o ideário fundado da idéia de nação e identidade nacional. Essa linha de interpretação quase se impõe como atraente ao leitor na medida em que acontecimentos da história do país (como os relativos ao domínio holandês no Nordeste do Brasil), personagens da história do país (de Matias de Albuquerque a Getúlio Vargas), o cabedal cultural produzido e agregado às gentes do Brasil (do Carnaval aos modos de fazer um tipo de sabão ou o biscoito *brote*, de procedência holandesa), as digressões sobre a economia brasileira em seus diversos períodos históricos (das economias agro-exportadoras do açúcar, algodão, tabaco e pau-brasil até a da industrialização), as condições e mediações sociais e históricas presentes na história do país (as relações coercitivas e patriarcais do meio rural e as relações contratuais do pólo-urbano industrial), a problematização dos cursos recentes da sociedade brasileira (os programas históricos de desenvolvimento e modernização da economia e sociedade brasileira, de Getúlio aos dos comandantes militares no pós-64) e, por fim, as relações da História do Brasil com as histórias de outros lugares e do mundo, em geral, (da Grécia Antiga ao Nordeste brasileiro dos anos de 1970) se inscrevem em quase todos os segmentos do romance e estabelecem interconexões com os seus personagens ou com outros extraídos de várias obras literárias, do cotidiano do país ou da sua história.

Contudo, o tecido literário composto por Osman Lins detém para si uma autoridade que não nos permite ter como ponto de partida o eixo temático Estado-nação e identidade nacional para um exercício de sua compreensão, interpretação e explicação. Por mais que temas e ocorrências históricas, que integram, também, o eixo desta discussão, estejam presentes no romance, é certo que em *A rainha dos cárceres da Grécia* não pré-existe ou existe o ofício de buscar subsídios e/ou reformar um conjunto de características culturais e históricas com o qual se possa alinhar uma concepção de nação e, muito menos, inventariar qualidades nos seus sujeitos históricos para que eles se identifiquem, por naturalidade ou naturalização, com a identidade nacional supostamente encravada e emergente no Estado-nação Brasil.

Com essas colocações, fundamentamos o nosso percurso de interpelação e apropriação da obra de Osman Lins a partir das proposições que Umberto Eco desenvolve para o exercício de interpretação e leitura das obras literárias:

A leitura das obras literárias nos obriga a um exercício de fidelidade e de respeito na liberdade da interpretação. Há uma perigosa heresia crítica, típica de nossos dias, para a qual de uma obra literária pode-se fazer o que se queira, nelas lendo aquilo que nossos mais incontroláveis impulsos nos sugerirem. Não é verdade. As obras literárias nos convidam à liberdade da interpretação, pois propõem um discurso com muitos planos de leitura e nos colocam diante das ambigüidades e da linguagem e da vida. Mas para poder seguir neste jogo, no qual cada geração lê as obras literárias de modo diverso, é preciso ser movido por um profundo respeito para com aquela que eu, alhures, chamei de intenção do texto.³¹

No romance *A rainha dos cárceres da Grécia*, enquanto um texto literário, está enunciado explicitamente aquilo que não poderemos colocar em dúvida: a submissão intensiva, a desagregação, a desterritorialização e a coisificação dos sujeitos do país Brasil ante uma política de modernização de seu subdesenvolvimento, caracterizada pela consolidação e reprodução ampliada do pólo urbano-industrial e de sua sociedade de consumo. A obra assinala com autoridade aquilo que para o autor deve ser assumido como relevante e o que não devemos tomar como ponto de partida para interpretações livres.³² Isto é: não o cânone da brasilidade, mas as marcas de um passado que se transmutaram em chagas para os sujeitos que neles viveram historicamente, e, como tal, estão abertas para nos anunciar que o passado recente e de outras épocas são reais e ainda vicejam e clamam para que dele se façam uma experiência única *para fazer saltar pelos ares o continuum da história*.³³

Partindo das colocações de Carlo Guinzburg, em seu artigo *De A. Warburg a E. H. Gombrich. Notas sobre um problema de método*,³⁴ a construção literária de Osman Lins se caracteriza, primeiramente, pelos seus vínculos estreitos para com a história de um país e de seus sujeitos nos momentos que antecedem e sucedem a história ou histórias que são narradas no corpo do romance, carregando consigo uma objetividade que nos permite conhecer e interpelar uma época, nos quais os eventos, fatos, acontecimentos, feitos, processos, rupturas e

³¹ ECO, Umberto. **Sobre a literatura**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003, p. 12.

³² Sobre esta forma de conduzir as interpretações dos textos literários, consultar: ECO, Umberto, *op. cit.*, p. 13.

³³ Citação de BENJAMIN, Walter, *op. cit.*, p. 231.

³⁴ De A. Warburg a E. H. Gombrich. Notas sobre um problema de método. In GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 41-93.

estruturas de um passado nos são apresentados e entregues como contra-prova e não como exemplo de uma regra que se confirma ou não ou, muito menos, como uma lição a ser absorvida, mesmo quando expressada através de uma simulação em concordância com as regras da lógica, com fins de fundamentar um sentido ou significado enviesado de paralogismos. Caso venha a predominar essa última forma de enfoque que criticamos, poder-se-ia recair naquilo que Carlo Guinzburg preconiza para certas formas de pesquisa e abordagens:

As pesquisas iconográficas são importantíssimas e utilíssimas: é inútil insistir neste ponto. Mas, se elas se apresentam como auto-suficientes, e suficientes para interpretar a obra de arte em todos os sentidos, a análise estilística e a avaliação estética acabam por cair nas mãos dos praticantes do mais enfadonho e insípido impressionismo crítico.³⁵

Tendo em vista as colocações acima, já podemos constatar que as construções literárias fundamentadas nos paradigmas da construção do Estado-nação Brasil e do afloramento no seu bojo de uma identidade nacional de há muito eram uma problemática, um cânone e uma perspectiva que já vinham sofrendo um processo de desmanche nos tecidos literários que se produziram no Brasil, principalmente a partir da década de 1950, como em *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosas, publicado em 1956, onde o regionalismo de até então, um dos suportes na construção de uma identidade nacional e popular, arquitetado a partir de arquétipos locais que se almagamavam para configurar o protótipo do Brasil Estado-nação, cedeu lugar a um outro regionalismo que se firma por uma linguagem que se inventa e reinventa de percursos de uma vida quase fantástica e absurda de seus personagens que se fazem locais para serem universais e comportam em si uma universalidade para se reconhecerem no mundo que habitam:

O senhor escute meu coração, pegue no meu pulso. O senhor avista meus cabelos brancos... Viver – não é? – é muito perigoso. Porque ainda não se sabe. Porque aprender-a-viver é que é o viver, mesmo. O sertão me produz, depois me enguliu, depois me cuspiu do quente da boca... O senhor crê minha narração?³⁶

Ou ainda, como na poética de João Cabral de Melo Neto, na qual, principalmente em *Morte e vida severina*, auto de natal escrito entre 1954 e 1955, a inspiração e a intuição, propalados fermentos da produção poética, cedem seu espaço a uma narrativa fundada na exploração da materialidade das palavras e

³⁵ GINZBURG, Carlo, *op. cit.*, p. 70.

³⁶ ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 12 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1978, p. 443.

nas possibilidades de organização de estruturas verbais para a emergência de uma poética analítica e crítica do sujeito desencantado e deserdado num país que, à época, alinhavava o ideário do nacional-desenvolvimentismo como a possibilidade de atualizar-se a si e a suas gentes em relação à modernidade dos centros industrializados dos países centrais:

E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte severina
ataca em qualquer idade,³⁷
e até gente não nascida).

Nas duas décadas que se seguiram, as de 1960 e de 1970, o Brasil passaria por um dos mais intensos processos de modernização de sua história contemporânea, alterando significativamente as suas fisionomias sociais, econômicas e políticas. Permeando essa modernização, principalmente no pós-64, a ditadura militar, então instalada e montada em um aparelho repressivo, na censura, em instrumentos autoritários, em um *marketing* ufanista, promoveria uma política de desmobilização, estendida a quase todas as esferas organizadas da sociedade civil, e o estrangulamento das formas democráticas, podendo, assim, compor e instituir um cenário favorável e profícuo para se reinvestir na interpretação de um mundo homogêneo e totalizador fundado, agora, no binômio segurança nacional/desenvolvimento, que se legitimava no grau da eficiência e racionalização na esfera econômica e financeira como principal estratégia de construção do “Brasil Grande Potência”.

Subjacente ao Brasil Oficial dos *slogans* ufanistas (O Brasil é feito por nós; Ninguém segura mais este País; Brasil – ontem, hoje e sempre; Brasil, ame-o ou deixe-o), principalmente, no período que vai de 1969 a 1975, anos que marcam a instauração, o clímax e o desmanche do espectro político-ideológico do “milagre econômico”, uma outra realidade sócio-econômica promovia de forma draconiana alterações na estrutura e no modo de vida da imensa massa de indivíduos das

³⁷ Morte e vida severina, in MELO NETO, João Cabral de. **Serial e antes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 146. (Poesia Completa).

classes subalternas que habitavam e/ou transitavam entre o campo e a cidade, alterando as estruturas familiares, as organizações e dinâmicas do cotidiano, os fundamentos morais e éticos das relações interpessoais, as estratégias de sobrevivência e as condições de vida que lhes eram próprias, recaindo, ainda, sobre essa massa de indivíduos os estigmas do desterro, da deserdação, da desagregação, da coisificação e da indeterminação de suas vidas e de seus referenciais.

Nesse contexto, suscitam-se crises e conflitos que darão a conhecer a fluidez dos processos de construção de identidade cultural e nacionalidade, atravessando, ainda, as simbologias nacionais do desenvolvimento com segurança e promovendo fissuras nas construções dos mitos constantes do “Brasil Grande Potência”. Apropriando-se dessa fluidez e fissuras, Osman Lins produz um romance, *A rainha dos cárceres da Grécia*, no qual o seu tecido literário se volta, primeiramente, para o encargo de expressar, analisar e criticar os significados e sentidos de um culto que pretendia legitimar um sistema de dominação em relação aos dominados. Trata-se, nesse aspecto, de desconstituir tanto o culto como a autoridade emanada dos discursos arrazoados com as políticas em curso, das imagens higienizadas que se voltavam para imunizar a percepção da realidade inomogênea, do *marketing* persuasivo que se propunha a assolar as estratégias de dissuasão, das efemérides comemoradas como exemplo de referendo da direção a ser seguida, dos *slogans* ufanistas promotores de empatias com os comandos do Estado, das campanhas tecno-ideológicas que definham as gestões politizadas, dos consensos consentidos em torno do programa político imposto, das versões instituídas à realidade do país, dos prodígios (in)esperados confiscados como prenúncios do sucesso das políticas estatais e da politização disciplinada da cidadania.

Para Osman Lins, tratava-se de desconstituir todo um aparato que estava apto a fazer ecoar e a fincar por todo o território nacional e em cada um de seus rincões os cultos e mitos da modernização em curso, que tinha como objetivo fundamentar a sacralização do conjecturado perfil empreendedor de individualidades individuais em sua relação com outras individualidades coletivas – época, nação, Estado –, que formariam uma individualidade integral dotada de estrutura interna, tendência e sentido, a partir da qual se supunham estarem

executando pretensamente a tarefa histórica de propiciar ao país uma atmosfera de progresso e satisfação social, mas que sempre mantinha de prontidão o pulso firme no combate aos promotores de sua transgressão.

Em *A rainha dos cárceres da Grécia*, o autor põe à vista do leitor a empreitada e a fadiga daqueles que outra coisa não lhes restavam fazer se não a de transgredir o projeto, o programa e a estratégia da modernização em curso, pois sobre eles, os deserdados da modernização brasileira, é que recaíam os ônus dos desdobramentos e os estilhaçados afiados das políticas econômicas modernizantes do subdesenvolvimento. Como, também, expõe a fragmentação das suas vidas que se vão cedendo a desterritorialização, haja vista que deixam de ser exemplo de um possível arquétipo de nacionalidade para serem algo como um cidadão funcional, utilitário e consumível para a estruturação, evolução e continuidade da empreitada de construção do “Brasil Grande Potência”. Aqui, Osman Lins denuncia a trama de submeter à história efetiva desses sujeitos e o conhecimento que dela se poderia ter a um processo de desestruturação, seguindo de outro que a reestrutura para que seja estruturada como uma experiência imóvel e mensurante a ser consumida e poder, por conseguinte, alimentar a reprodução de um sistema fundado na ordem tecnológica e no funcionamento do mercado.

Esse conluio objetivava fazer da gênese e das experiências de vidas dos sujeitos, das suas práticas de construção de si e do seu mundo, das suas histórias como reconstrução de suas realidades histórico-concretas e das suas memórias como a estrutura e inventário de fixação, ativação, retenção, reconhecimento e evocação das suas experiências e histórias algo que pudesse vir a emergir e se expressar às percepções de todos de forma contingente e descontínua, anulando-as como um material histórico que poderia ser racionalmente estruturado e que poderia ser analisado e criticado. Assim sendo, toda a realidade e material histórico dos sujeitos seriam previamente considerados incognoscíveis e limitados em sua explicação, cabendo, no máximo, a tarefa de poder compreendê-los e interpretá-los através dos exercícios racionais de alteridade que se podem fazer sobre as expressões imagéticas que estes produzem ou deles se produzem, relacionadas com outras que venham a se manifestar.

Nesse âmbito, o ser não emergiria mais como sujeito e sim como coisa, como um fragmento, como uma fração. Coisificado, não teria mais espaço para questionar a relação sujeito-coisa e projetar a relação sujeito-sujeito, tudo agora seria coisa-coisa e era a partir do simulacro que o homem se imbricava com essa relação, levando-se a atomizar e a ser reconhecido conforme a sua capacidade utilitária. Não é à toa que o narrador de *A rainha dos cárceres da Grécia* se configura, inicialmente, como um espantalho disposto a ser um protetor daquelas que caminham ao seu lado, seja Julia Marquezim Enone, de quem procura proteger a memória, seja Maria de França, a personagem que lhe permite memorar a própria Julia Marquezim Enone, tentando de forma inepta espantar os predadores.

No entanto, ao final de seu diário, percebe-se que sua transmutação o levou à condição de demiurgo que passou a atuar como artífice incumbido de ordenar o mundo da memória em caos. Não é por muito menos que o final de seu diário é concluído com uma referência a Hesíodo e ao seu livro *Teogonia – A origem dos deuses*:

Conta Hesíodo que no princípio era o Caos, tenebroso e sem fim. Mas Gea, a Terra, surge e dela nascerá o firmamento, Urano, seu igual em extensão, para que a cobrisse toda. Cria ainda Gea os elevados cumes e os abismos talássicos. Recebe dentro de si o próprio filho, Urano, o espaço estrelado e, dentre os seres fabulosos que engendram, nasce Mnemósina, a Memória. Memosina ou Mimosina são desfigurações desse nome, culto e sem halo emotivo.

Recordar seria então um ato essencial, ligado intensamente à Terra e aos astros que a envolvem. Implantam-se, nele, a Criação, o Entendimento e a Direção, o Rumo.

Memosina, pequeno animal deplorável, concentra em si o fenômeno de que romance e mundo estão impregnados, a geral obliteração da memória, enfermidade metafísica (onde nasce e como fazê-la regredir?) que precipita o homem e suas obras na insânia, na sem-razão.³⁸

Assim como Hesíodo, que em sua época foi um demiurgo com habilidades artesanais para modelar e organizar narrativas e assim poder ordenar o mundo tanto dos deuses como dos mortais,³⁹ o narrador inominável do romance de Osman Lins se entrega, também, ao ofício de produzir uma narrativa na qual se

³⁸ Idem, pp. 192-193.

³⁹ Além da *Teogonia*, Hesíodo nos deixou o poema *Os trabalhos e os dias*, no qual nos mostra a organização do mundo dos homens, as suas origens, os seus limites, as suas obrigações, as suas labutas e os fundamentos sobre os quais se inscreve a condição humana. Para uma apreciação dessas narrativas desse autor grego, que viveu na Beócia entre o final do século VIII e o início do século VI a. C., podemos dispor das seguintes edições no Brasil: HESÍODO. **Os trabalhos e os dias**. São Paulo: Iluminuras, 1990. (Biblioteca Pólen) e HESÍODO. **Teogonia – A origem dos Deuses**. São Paulo: Iluminuras, 1991. (Biblioteca Pólen)

propõe a restaurar, reviver e ordenar o passado, a história, a memória e todas as dimensões temporais que saturaram a vida de sua ex-companheira e a inventariar um tempo saturado de “agoras” que a lógica dominante poderia traduzir como de caráter informe, ilimitado e indefinido e que, segundo essa mesma lógica, poderia se prenunciar como um caos permeando os acontecimentos e as histórias, principalmente naqueles que são expressos nos tempos que antecedem e interagem com a narrativa de *A rainha dos cárceres da Grécia*, procurando-se, assim, fazer ser verossímil que o caos já era exeqüível e estava instalado na estirpe, memória e história dos sujeitos que tanto Julia Marquezim Enone como os outros personagens do romance incorporam.

A esse caos aparentemente exeqüível e já instalado, o narrador vai se apercebendo de que a construção do estigma do caos era uma operação velada que procurava encobrir a empreitada de construção de um tempo homogêneo, vazio, linear, progressivo e determinista a serviço de uma de uma lógica que queria cooptar e submeter às experiências de vida, histórias e memórias dos sujeitos ao processo de burocratização e racionalização consoante as regras da administração pública e da empresa capitalista, intensificando, assim, uma racionalidade instrumental e ampliando-a progressivamente para anexar cada vez mais os segmentos do mundo vivido aos imperativos funcionais e, assim sendo, poder alimentar a reprodução de um projeto civilizatório fundado num sistema alicerçado na ordem tecnológica e burocrática que submete o mundo vivido, na experiência mensurante que instrumentaliza a experiência de vida, na metodologia que examina a vida e suas relações como inanimadas, no anteparo fetichista que faz parecer que a mercadoria adquire vida própria e no suporte de coerção que submete o indivíduo e o classifica conforme os imperativos de funcionamento do mercado.

Nesse sentido, o caos é a empreitada que procurava fazer interromper a explosão do *continuum* da história e a marca que se queria instituir sobre o tempo saturado de “agoras”⁴⁰ que já vai se antevendo, compondo e inscrevendo para e em Julia Marquezim Enone, mesmo antes de nascer, quando sua mãe, Adelaide, havia promovido o prelúdio da explosão do *continuum* da história e uma ruptura

⁴⁰ Essa concepção de *continuum* da história e passado saturados de “agoras” esta presente na tese de número 14, in *Sobre o conceito de história*, de BENJAMIN, Walter, *op. cit.*, p. 224.

na ordem pré-estabelecida quando se apropriou de Oton Enone, que viria a ser o pai de Julia e era o prometido à irmã de Adelaide. Daquele momento, por volta de 1920, até o nascimento de Julia, em 6 de junho de 1940, a vigésima primeira filha de um casal que chegou a ter duas dúzias de filhos e filhas, o mundo ainda não parecia vir a ser encoberto pelo estigma do caos de caráter tenebroso e frio, mas quando a própria Julia Marquezim Enone, antes dos quinze anos, casou-se com um homem de nome Heleno, com quem viria a ter uma filha e de quem se separaria três anos após o casamento, o estigma passou a ganhar vulto sobre a sua vida. Passava a atuar como elemento de dessubstancialização e desreferencialização sobre Julia Marquezim Enone, justamente a partir do momento em que ela, assim como sua mãe um dia o fizera, queria deter para si a soberania sobre sua vida ao romper a submissão a que estava sujeita com Heleno, este, também, uma expressão dos que tentam conquistar e submeter os indivíduos aos seus imperativos, como os helenos que em épocas passadas o fizeram das gentes de Tróia, terra da ninfa Enone, suas presas e posses.

Até os seus 20 anos, Julia Marquezim Enone já portava sobre o seu corpo e mente uma história de vida pouco comum entre aqueles que integravam a classe média e outras camadas sociais acima desta, como nos aponta o narrador:

Difícil interrogar alguém que amamos e que, aos vinte anos, coisa impensável na classe média, à qual na verdade ela não pertencia (pertenceria a alguma?), mas de norma entre as mulheres do povo, carregue uma biografia de meio século ou mais.⁴¹

A biografia de Julia Marquezim Enone passa a ganhar uma dimensão cada vez maior a partir do seu casamento e separação, motivado, segundo Heleno, cioso de sua virilidade, pelo desejo sexual incontrolável da companheira, mas que de fato desnudava a sua incompetência para se compor como parceiro de uma mulher que lhe exigia a contrapartida do prazer e se recusava a ser só mais um depósito de despejo do produto de sua virilidade. Os rumos da biografia viriam a ganhar novos contornos a partir de um encontro fortuito entre ambos após a separação, do qual Julia Marquezim Enone viria a ficar grávida e passaria desde então a ser pressionada pelo seu pai, Oton Enone, que a coagiria a abortar, levando-a a reagir com veemência e rispidez, situação que o pai converteu em pretexto para interná-la em um hospício e entregar sua filha ao pai, que

⁴¹ LINS, Osman, *op. cit.*, p. 133.

posteriormente se recusou a admitir a paternidade e entregou a filha de Julia aos tios para que fosse por eles criada.

Desprovida da filha e já com uma passagem por um hospício, que alegava ser um lugar imundo, de comida ruim e onde os cadáveres dos internos eram vendidos para lições de anatomia, e ao qual voltaria uma segunda vez, Julia Marquezim Enone passa a se interessar pelo movimento dos trabalhadores rurais, da Zona da Mata de Pernambuco, pela reforma agrária e os direitos trabalhistas, após um contanto, em um 1º de Maio, com uma manifestação desses trabalhadores. A sua inserção se dá como militante provedora de ajuda financeira e prestadora de serviços. Após os seus vinte anos, ela irá fazer o curso normal e atuar como professora, entre 1961 e 1962, em uma escola primária no Alto José do Pinho, bairro-favela da periferia do Recife, para depois ser funcionária, por concurso, do INPS, até a ser demitida após cinco anos de serviço, em 1967. Seguindo o seu itinerário, Julia Marquezim Enone passa a conhecer e manter contatos com escritores, artistas e livreiros do Recife, dos quais se aproveita para ampliar o seu acervo de conhecimento e sua capacidade de discernimento sobre o mundo em que vive. Em um desses seus péréplos, entre artistas e intelectuais na cidade do Recife, conhecerá o narrador do romance, com quem irá viver por três anos e meio. Nesse período, mais especificamente a partir de novembro de 1969, começará a escrever o seu romance, concluindo-o em 11 de janeiro de 1973. Em 27 de março de 1973 comete o suicídio, atirando-se à frente de uma carreta em plena Av. Paulista, centro nevrálgico da modernização do capitalismo brasileiro à época.

Toda essa trajetória de Julia Marquezim Enone é transmutada em seu romance, no qual a personagem Maria de França incorpora as chagas sociais e históricas que marcam tanto o corpo e a mente da autora como da protagonista que ela mesma cria para nela se transmutar e configurar o conteúdo e o perfil dos sujeitos deserdados da modernização brasileira em curso.

Em Maria de França, uma ex-prostituta, ex-empregada doméstica e ex-operária, dada como meio louca, que tenta obter uma aposentadoria por direito nos labirintos kafkianos do INPS, Julia Marquezim Enone expõe as chagas de um país para se manterem como feridas abertas e/ou cicatrizes para informar que o passado e as experiências de vida nele contidos não sejam esquecidos e sejam

expressos como reais e não como imagéticas e/ou simulacros. É nesse sentido que da mente de Maria de França emerge Ana tanto como a insurreição como um apelo ao narrador para que atue como um demiurgo que dilui o caos imposto sobre vidas submissas e como o historiador prescrito pelo perfil constante na sexta tese de Walter Benjamin:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi". Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.⁴²

Osman Lins, e não o narrador, entrega-nos um relato de uma época histórica como um produto de reflexão histórica sobre o mesmo para que possamos nos apropriar das reminiscências que relampejam num e nos momentos futuros em que corre o perigo de serem perdidas e esquecidas, pois a tarefa que nos cabe, principalmente àqueles que se dispõem a produzir um conhecimento histórico, é antes de tudo memorar, rememorar e comemorar as histórias soterradas sobre as ruínas resultantes das empreitadas demolidoras dos vencedores. O autor parece nos querer dizer a todo momento em seu romance que outros sonhos, outros projetos, outras empreitadas, outras histórias, outras experiências, outras memórias e outros desejos existiam no curso da modernização brasileira, que até aquele momento foram vencidos mas não ainda não foram convertidos em instrumentos dos vencedores. Para tanto, aponta-nos Osman Lins, a sua obra nos serve, também, como um documento de uma época, não para dele se extraírem informações que alimentem a crônicas dos vencedores, tampouco para serem contemplados como simulacros através de raciocínios de alteridade e interpretação das impressões que manifestam.

O romance *A rainha dos cárceres da Grécia* é, portanto, um tecido literário que se explica a partir da análise e crítica da história que o atravessa. Também é uma reflexão analítica que suscita questões, desvela conteúdos, inscreve críticas

⁴² BENJAMIN, Walter, *op. cit.*, pp. 224-225.

e (re)constrói projetos e programas em relação à história que perpassa o tecido literário do romance. A partir dessas divagações, cabe-nos a pergunta: apropriar-se do romance de Osman Lins para, a partir dele, produzir um conhecimento histórico é realizar uma leitura do romance atravessada pela história, ou é buscar produzir um conhecimento histórico a partir de uma história que atravessa a leitura do romance? Qualquer resposta a esta questão que venha a preterir e/ou eleger uma dessas alternativas nos levará a reter para a nossa investigação o primado da relevância de como o aspecto formal, tanto na história como no tecido literário, apresenta-se a nossa percepção, levando-nos aos exercícios descritivos e, na melhor das hipóteses, a instituir interpretações na busca da definição da configuração das formas apreendidas para relacioná-las com outras formas conhecidas e descritas, que, assim, poderiam vir a compor e a se entrecruzar para dar lugar a uma rede ou trama.

Conferir um grau de credibilidade a essa rede ou trama resultante significaria partirmos do primado de que cada forma em si e as demais a si acopladas têm o seu significado, a sua verdade e a sua histórica específica, em que se circunscreve a sua própria dimensão, sendo que a articulação de umas às outras se daria através de normas ou regularidades que lhes são externas e provenientes de uma articulação que se configura como um sistema dado *a priori*, de caráter imanente, que determina o que pode e não pode ser pensado e dito em um determinado momento/forma e fazendo com que sua jurisdição, sem contingência alguma, estenda-se sobre esta e outras formas/momentos apreendidos, que deveriam ser entendidos *a priori* como marcados pela descontinuidade, alteridade e contingência.

Essa perspectiva nos apresenta dois conjuntos de problemas para uma investigação histórica. O primeiro se configura no fato de partirmos em princípio do dado de que o sujeito não pensa e não é um vir-a-ser (devir). Ele é, simplesmente, uma palavra ou coisa pensada e refletida ou um refém-objeto-imagem de discursos que perpassam as interpretações sociais e históricas. Não leva em conta, portanto, conforme a proposição que Carlo Guinzburg desenvolve para a produção do saber, que as interpretações e explicações sociais e históricas se relacionam com um saber que é um *patrimônio, em parte unitário, em parte diversificado, de homens e mulheres pertencentes a todas as classes*

sociais... [e que] ...todas nasciam da experiência, da concretude da experiência. Nessa concretude estava a força desse tipo de saber, e o seu limite – a incapacidade de servir-se do poderoso e terrível instrumento da abstração. Mas a este, poderíamos acrescentar, subsidia-o como contra-prova em sua formulação.

O segundo conjunto de problemas está no fato de que, aceitos os axiomas que emanam das premissas que configuram o primeiro conjunto de problemas, passaremos a utilizar só as evidências que consideraremos pertinentes e capazes de serem objeto de seleção a partir dos critérios de validade que estabelecemos, levando-nos a construir interpretações coniventes com os dados que selecionamos e aos quais conferimos credibilidade, quando evidências outras ou pistas e indícios *talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível*.⁴³

Em síntese, caso aceitemos as premissas subjacentes ao conjunto dos dois problemas acima expostos, poderíamos, como os sofistas da Grécia Antiga, produzir e/ou avaliar argumentos e pretensas narrativas históricas que seriam convincentes não pela contra-prova histórica que os fundamentam, mas sim pela verossimilhança ou veracidade que aparenta ou pela potência que os perpassa ao serem proferidos.⁴⁴

As duas alternativas acima expostas são as que se apresentam a nossa empreitada, tendo em vista que a história do Recife, no período que delimitamos, de 1969 a 1975, possa ser investigada e refletida a partir de questões e significados que o romance *A rainha dos cárceres da Grécia* nos suscitou, como também a análise e crítica dos significados e questões do mesmo passam a ser analisáveis, observáveis, objetiváveis e quantificáveis a partir da história do Recife.

A história de uma cidade, Recife, e sua modernização, com seus cárceres e celeiros, é que procuraremos contar e refletir ao longo desta tese, através e/ou mediado pelo romance *A rainha dos cárceres da Grécia* e como o mesmo relampeja irreversivelmente uma imagem do passado.⁴⁵

⁴³ Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In GINZBURG, Carlo, *op. cit.*, p. 150.

⁴⁴ A nossa crítica aqui se dirige aos paradigmas e aos preceitos da concepção de história que emana das obras de Michel Foucault, expressas, principalmente, em FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, e **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

⁴⁵ Utilizamos aqui uma expressão de Walter Benjamin, contida na sua quinta tese Sobre o conceito de história. Consultar: BENJAMIN, Walter, *op. cit.*, p. 224.



Fig. 1. Capas de três edições do romance *A rainha dos cárceres da Grécia*. Da esquerda para direita: primeira capa, primeira edição brasileira pela Editora Melhoramentos; segunda capa, edição alemã pela editora Roman Subrkamp; terceira capa: edição norte-americana, Latin American Literature Series.

CAPÍTULO I

PELAS ARTERIAS DO RECIFE CIRCULA A MODERNIZAÇÃO

Eu vou embora, negro, eu vou voltar para cidade, vou voltar pra cidade! Vou encontrar a mesma desgraça, negro! E vou ficar girando, girando, apanhando, sofrendo, apanhando e sofrendo... Brasil, Brasil, Brasil...
(Fala do Professor, no filme *O Dragão da maldade contra o Santo Guerreiro*, de Glauber Rocha)

Dos motivos para o estudo da história recente da cidade do Recife, entre 1969 e 1975, a partir da observação de que a cidade era à época o epicentro de sua área metropolitana e de Pernambuco, postando-se na Região Nordeste como uma das áreas urbanas mais dinâmicas e ajustadas à lógica da sociedade industrial e de consumo que se consolidava e passava a permear a sociedade brasileira, traduzida no emblema das maquinária automobilística e de seus condutores. Podendo-se observar, ainda, que no período à área central da cidade convergiam quase todos os indivíduos residentes na área metropolitana com alguma necessidade e resolução por obter e que a mesma e sua periferia passavam a serem reorganizadas em função dos parâmetros da sociedade de consumo emergente, suscitando empreitadas de modernização no espaço urbano, problemas urbanos e conflitos e disputas sociais que passaram configurar as suas histórias contemporâneas, corroboradas por uma análise e crítica de A rainha dos cárceres da Grécia e pelas contraprovas históricas.

1. O RECIFE E O PRELÚDIO DOS ENCANTOS E DESENCANTOS DA MODERNIZAÇÃO

Até o final dos anos 1960, quase todos os moradores da cidade do Recife, estivessem residindo na periferia distante, nos subúrbios, nos bairros próximos do centro principal ou nas áreas residenciais nobres (Boa Viagem e os bairros do eixo do Capibaribe), boa parte deles tinham que se dirigir obrigatoriamente à área central da cidade, composta pelo Bairro do Recife ou Recife Antigo (Ilha do Recife), bairros de Santo Antônio e São José (Ilha de Santo Antônio), situados na parte insular da cidade, Boa Vista, Paissandu, Ilha do Leite e Coelhos, localizados na parte continental da cidade que se segue às ilhas no sentido oeste, para atender a grande parte de suas necessidades de consumo, providenciar resoluções dos diversos problemas próprios de um cidadão de um grande centro urbano e poder acessar os novos equipamentos urbanos que surgiram com o desenvolvimento tecnológico, como o automóvel, a eletricidade, a telefonia etc.

Esses bairros estavam inseridos em quatro distritos (Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista), circundados por outros de importância industrial, comercial, político-administrativa, social e cultural (Santo Amaro, Graças, Encruzilhada, Afogados, Boa Viagem e Madalena), que a eles interligados compunham uma estrutura intra-urbana que proporcionava uma concentração de atividades do setor terciário na área central do Recife, fazendo desta o epicentro que atraía para si um grande fluxo dos indivíduos estabelecidos nos subúrbios, na periferia e nas cidades vizinhas que necessitavam dos préstimos das funções que podiam executar, das atividades que podiam oferecer e dos produtos e serviços que proporcionavam. Nessa área central, pelos caminhos, logradouros, quarteirões, pontes, calçadas, ruas e interiores de edificações, tudo que pudesse servir de passagem, mas infestadas por prenúncios de limites, perambulavam os personagens do romance *A rainha dos cárceres da Grécia*, não com um destino incerto, e sim com celeridade, sem poderem se entregar às impressões e aos espetáculos imediatistas das paisagens urbanas. Os seus principais protagonistas esquadrinham percursos dotados de sentidos e direções calculadas e a eles agregados, ditados pelo peso da normatização e da administração que sobre si recaem, anunciando o deperecimento e/ou ausência de a muito do *flâneur* como já o havia antevisto Walter Benjamin:

(...) Na medida em que o ser humano, como força de trabalho, é mercadoria, não tem por certo necessidade de se imaginar no lugar da mercadoria. Quanto mais consciente se faz do modo de existir que lhe impõe a ordem produtiva, isto é, quanto mais se proletariza, tanto mais é traspassado pelo frio sopro de economia mercantil, tanto menos se sente atraído a empatizar com a mercadoria. Contudo, a classe dos pequenos burgueses à qual pertencia Baudelaire ainda não chegara tão longe. Na escala de que tratamos agora, ela se encontrava no início do declínio. Inevitavelmente, um dia, muitos deles teriam de se defrontar com a natureza mercantil de sua força de trabalho: Esse dia, porém, ainda não chegara.⁴⁶ (...)

Aquele *flâneur*, que Walter Benjamin encontrou na poética de Charles Baudelaire, que ociosamente vagava, sem sentido certo, pelas ruas para encontrar nelas tipos interessantes, fazendo das mesmas a sua moradia e que entre as fachadas dos prédios, passagens, galerias, muros, calçadas, nas quais se sentia em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes⁴⁷, onde moldava o seu *habitat* e exercia a sua vida e o seu ofício, vai ceder o seu lugar em *A rainha dos cárceres da Grécia* aos deserdados, aos subproletários, aos proletários e aos em via de proletarização que passaram a transitar pela área central do Recife por entre veículos, em coletivos, pelos itinerários aglomerados de indivíduos e por prédios com seus pavimentos e compartimentos inextricáveis, nos quais passaram a se olhar por instante e por mais algum tempo quando se estabelecia uma mediação regulada por uma persuasão de autoridade. De resto, os seus corpos passaram a se tocar e/ou se chocar indistintamente na via pública e nos interiores de pavimentos e compartimentos, onde a comunicação entre os indivíduos foi deixando de se realizar de forma direta para passar a ser mediatizada pelos meios de comunicação, ou através das janelas dos veículos e dos prédios ou, ainda, por notificações, despachos, expedientes, ofícios etc.

O *flâneur* de Walter Benjamin, caso ainda existisse na cidade do Recife, existia mais como um manifesto programático, protagonizado por indivíduos integrantes da classe média que se sentiam um quase *outsider*, ou seja: comportavam-se como indivíduos não integrados a nenhum grupo determinado e por todos eles queriam trespassar. Incorporavam a si o ideário *beatnik* no qual recusavam aceitação da estética da vida burguesa e a sua submissão à cultura e ao espetáculo do consumo. Para tanto, cultuavam a atitude ou a *performance* como estratégias, nas quais arquitetavam posturas psicofísicas fundadas em

⁴⁶ BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989, pp. 54-55. (Obras Escolhidas, III).

⁴⁷ BENJAMIN, Walter, *op. cit.* p. 35.

alguma experiência contestatória e com pretensões de poderem exercer uma influência diretiva e dinâmica sobre o comportamento alheio ou que este lhe prestasse um desagravo. Na realidade, esses supostos *flâneur*, que aqui classificamos como programáticos, adotavam de forma premeditada a estética do flanador para expressar a sua insatisfação econômica, social, política e cultural com uma sociedade que lhe havia negado reconhecimento ou podia prescindir de seus méritos. Uma boa parte deles era composta por trabalhadores não-manuais que não haviam conseguido ocupar postos de trabalho na modernização da economia brasileira, frustrando, assim, as possibilidades de satisfazerem os seus anseios meritocráticos e de *status* social.⁴⁸

Grosso modo, as suas performances eram feitas mediante posturas intelectuais, cultos artísticos e expressões emblemáticas comportamentais, com ações estratégicas premeditadas, fundadas em desempenhos de papéis, exercícios de atuações e proezas representativas, nas quais ainda acalentavam deter para si uma ascendência política e preponderância intelectual sobre a sociedade de sua época, para dela poder retirar mais resultados e espaços para poderem compartilhar o exercício de direção da mesma, metas que haviam sido frustradas pela dominação e direção tecnocrática do processo de internalização da produção capitalista no Brasil.

Por mais que o *flâneur* estivesse em extinção no Recife, a cidade ainda possuía um no final dos anos 1960. Bem conhecido e reconhecido pelos habitantes da cidade, principalmente, pelos que trafegavam pela sua área central. O seu nome era *Lolita*, um homossexual que não negava a sua opção e dela se orgulhava. Procurava sempre conservar seu corpo com aspectos viris, agregando a ele trejeitos afeminados e algumas peças femininas para se distinguir dos demais transeuntes quando por eles passavam ou os encontravam em recintos boêmios da cidade. Quase sempre era encontrado cantarolando uma canção na

⁴⁸ No Capítulo V, retornaremos à análise e crítica do que aqui classificamos como *flâneur* programático quando abordaremos alguns segmentos sociais e integrantes seus que adotavam posturas próximas a do hippie, intelectual contestador, boêmio existencial, agitador cultural, artistas *underground* etc. De antemão podemos acrescentar que situamos como tais os indivíduos e grupos que no final dos anos sessenta e início dos anos setenta, oriundos de setores intelectualizados e artísticos da classe média, viram-se marginalizados em suas pretensões e interesses pelo autoritarismo político posterior à instituição do AI-5, no final de 1968, que excluiu, expurgou e reprimiu da participação e ação política de indivíduos e grupos de oposição ao regime militar e ao seu projeto de modernização do país.

qual dizia: *quem não conhece Lolita, não conhece o Recife*. Dele se podia dizer de fato que era um *flâneur*, pois seu modo de vida era fundamentalmente o de um nômade perambulando pelas ruas da cidade, fazendo de cada local o seu *habitat*, apesar de ter o seu, mas que quase ninguém conhecia, transitando entre pedestres, mendigos, prostitutas, policiais, bêbados, boêmios etc., esquadrinhando, contemplando e absorvendo a estética urbana e seus atores em constante transmutação. Rostand Paraíso assim descreve Lolita:

Chamava a atenção de todos, uma verdadeira festa, a figura de Lolita, com suas calças apertadas, rebolando, todo perfumado, pelas ruas do bairro, cantarolando músicas de Ângela Maria, exibindo uma enorme frescura, não obstante, impondo, pela sua por demais conhecida valentia, o respeito de todos, inclusive dos policiais que por ali circulavam. Peço permissão para reproduzir, aqui, parte de uma crônica de minha autoria, inserida em A Esquina do Lafayette, onde me detenho sobre essa grande figura do Recife de ontem:

Valentão conhecido, e, em algumas ocasiões, macho pra homem nenhum botar defeito, Lolita tinha, porém, suas fraquezas. Não podia ver um jovem musculoso que se desmanchava todo, sua audácia desaparecendo ou sendo canalizada noutro sentido. Quando tomava raiva, no entanto, não havia quem o segurasse, sendo capaz de topa brigas as mais temerárias, ele sozinho contra muitos, não sendo raro que, ao fim, mesmo muito machucado, saísse vitorioso.

Quem, daqueles tempos, não se lembra de Lolita, nas suas ruas prediletas, as do bairro do Recife, andando, banho tomado, perfumado e todo fagueiro, calças bem justas, remexendo os quadris, a mão arrumando a cabeleira, a frescura toda saindo, exuberantemente, pelos poros, a cantando, em voz alta: *Será que eu sou lindo?*, ou declamando uma de suas frases prediletas, *Ai, ai, vide, quanto mais ando, mais a estrada fica comprida*, ou, a de todas a preferida, *Quem não conhece Lolita, não conhece o Recife...*

Realmente, só aqueles que tivessem visto Lolita e, de alguma forma, admirado suas muitas qualidades, presenciando a dualidade de comportamento que nele existia – uma enorme frescura num determinado instante, noutros momentos um valente como poucos homens sabiam ser –, somente assim poderiam dizer que conheciam, de fato, o Recife. Lolita assemelhava-se, às vezes, a um toureiro numa arena: de repente, sem mais nem que, investia, num passinho miúdo a rápido, contra alguém, parava, então, bruscamente, e, desafiadoramente, a bater com o pé no chão, exatamente como um toureiro, ficava a esperar a reação do touro...

Muitas são as histórias dessa figura que, não obstante suas fraquezas, sabia, como poucos, impor respeito, ninguém ousando tomar certas liberdades com ele e lhe dizer algumas pilhérias, sob pena de entrar no cacete.⁴⁹

Contudo, tanto para último *flâneur* de fato da cidade, como para aquele desvelado por Walter Benjamin, como para os programáticos, o Recife, do final dos anos 1960 e da primeira metade dos anos 1970, já não dispunha nem mais de espaço e tempo para os seus exercícios voyeurísticos. Nesse período, a cidade passou, desde então, a adquirir de forma mais consistentes uma arquitetura e urbanização destinadas ao trânsito do habitante e do veículo,

⁴⁹ PARAÍSO, Rostand. **Charme e magia dos antigos hotéis e pensões recifenses**. Recife: Edições Bagaço, 2003, pp. 279-280.

proporcionando que as suas formas fossem se sucedendo umas às outras e que os espaços novos viessem a se sobrepor a outros espaços recentes, forjando um conjunto de logradouros, edificações e vias sem uma aparente conexão. Sobre e entre esses espaços da cidade, o tempo aos sujeitos agora impunha a sua dominação e direção, pois o tempo do deslocamento, com a sua relação inteligível sobre a pluralidade das esferas sociais e sua organização metódica voltada para a sua maximização e otimização, passava a marcar a superfície do espaço e a prescrever os itinerários dos indivíduos e deles em multidão pelas artérias do Recife, deliberando pelas composições, decomposições e recomposições sucessivas do espaço urbano.

Uma nova realidade se sobrepunha aos que só almejavam perambular pela cidade. Uma antevisão disso já tinha sido feita por Carlos Pena Filho, em 1958, ao proclamar o desenlace de um tempo em que ainda se podiam praticar exercícios voyeurísticos, suprimido por um outro com a marca da solidão existencial, seja à margem de uma multidão que incomodava pelo seu deslocamento frenético ou por uma outra vida imposta pela emergência de um mundo marcado pela organização metódica e maximização e otimização dos indivíduos.

O poeta fazia o prenúncio do definhamento da entidade do *flâneur*, anunciando a emergência das condições e dos limites de uma sociedade que passava a inviabilizar a existência do *flâneur* como entidade que podia se colocar à margem do mundo que até então ele tinha como *habitat*, mesmo sendo e se considerando parte dele. No trecho do poema que selecionamos, Carlos Pena Filho nos informa que o *flâneur* já não podia contar mais com as condições que lhe permitiam se colocar como independentemente dos atributos da sociedade, que ele tanto procurou trespassar para captar e expressar a sua existência real ou essência. Agora era o *flâneur* que se deixava traspasar pela sociedade mercantil, inserindo-se em um processo que levaria ao seu desfalecimento na medida em que a lógica da sociedade industrial em si se estabelecia e o levava a se empatizar cada vez mais com a mercadoria.

Na avenida Guararapes,
o Recife vai marchando.
O bairro de Santo Antônio,
Tanto se foi transformando
que, agora, às cinco da tarde
mais se assemelha a um festim,
nas mesas do bar Savoy,

o refrão tem sido assim:
São trinta copos de chopp,
são trinta homens sentados,
trezentos desejos presos,
trinta mil sonhos, frustrados.
Ah mas se a gente pudesse
fazer o que tem vontade:
espiar o banho de uma,
a outra amar pela metade
e daquela que é mais linda
quebrar a rija vaidade.
Mas como a gente não pode
fazer o que tem vontade,
o jeito é mudar a vida
num diabólico festim.
Por isso no bar.Savoy,
o refrão é sempre assim:
São trinta copos de chopp,
são trinta homens sentados,
trezentos desejos presos,
trinta mil sonhos frustrados.⁵⁰

O que Carlos Pena Filho tinha antevisto, para o narrador, Julia Marquezim Enone e Maria de França já era algo de fato. Ele e elas circulam pelo Recife quase que buscando um mínimo para sobreviver como sujeitos. Como na passagem abaixo, na qual Maria de França, ao sair do Hospício Ulisses Pernambucano, conhecido como Tamarineira, vai ter no centro da cidade em um dia de Carnaval:

O isolamento é a nota principal na soturna construção da Avenida Rosa e Silva; no trecho que se segue e, pode-se dizer, em todo o capítulo IV, reina a comunhão. Maria de França, livre, em vez de ir para casa, sai andando sem rumo e de repente se vê no centro da cidade. Gente se abraça nas ruas, nos bares, joga talco e água nos estranhos, improvisa instrumentos musicais. Ela bebe restos de copos ("para as mágoas esquecer, ouvintes, eu sou é da fuzarca"), diz a todo mundo que é milionária, sobe nos estribos dos carros que se arrastam, escapamento aberto, cai no frevo sob os alto-falantes ("é de amargar, é do barulho") e por fim entra no bloco "Flor da Madrugada". Aí desfila com um novo personagem, cantando o "hino" da turma, em coro:

*"Mandeí fazer um buquê pra minha amada,
mas sendo ele de bonina disfarçada,
com o brilho da estrela matutina.
Adeus, menina,
linda flor da madrugada!"⁵¹*

Aqui Maria de França saía de uma clausura que buscava remarcar a capacidade e a potencialidade de sua consciência, impedindo-a de poder fazer com que as suas identidades afetivo-emocionais extrapolassem a direção e os limites impostos pela administração, pela técnica e pela burocracia. Dessa

⁵⁰ PENA FILHO, Carlos. **Livro Geral**. Poemas. Recife: Gráfica e Editora Liceu/Tânia Carneiro Leão, 1999, pp. 139-140.

⁵¹ LINS, Osman, *op. cit.*, pp. 22-23.

clausura, ainda em estado narcótico, a personagem passa a perambular pelas ruas da cidade sem produzir alguma referência que permita a ela se abastecer das identidades dos lugares. O centro da cidade também não identifica, são os outros em um outro momento distinto de suas vidas cotidianas, nos poucos momentos de um ano de trabalho em que podem entrar em comunhão e escorrer irreverência sobre a organização racional da produção que reduzem suas consciências a coisa, que lhe anunciam o momento e o espaço, que ela numa condição de destituída de recursos e de consciência passa a se apossar das sobras das festas alheias e nelas penetrar por devaneio. É esse mínimo momento em quase todo o seu percurso do romance que a personagem se ver afortunada por sobras, podendo até viver uma fantasia avessa a sua condição (ser milionária), mas que permite a ela romper já com o estado de torpor e inconsciência que o hospício lhe havia outorgado.

Contudo, os personagens procuram também discernir sobre as identidades dos lugares da cidade, diluindo a descontextualização aportada sobre esses espaços e outros em seu entorno. Querem capturar a imagem que da cidade é apresentada, mas não se restringir só a apreciação das manifestações de seus fenômenos, e sim delas se apropriarem como indícios a partir dos quais operaram uma investigação e um exercício cognitivo para reter cursos de acontecimentos, fatos singulares, mediações entre sujeitos, conexões sociais e construções históricas que informem e expliquem os lugares e estes na cidade. Como na Tese III, de Karl Marx, em suas *Teses sobre Feuerbach*, os personagens de Osman Lins não se limitavam mais só a *interpretar o mundo de diferentes maneiras*.⁵² Não compartilhavam eles, os personagens, do exercício da descoberta, sistematização e exposição de um padrão inteligível das histórias passadas pelos homens, que poderiam ser apreendidas pelos seus intelectos, no qual o padrão inteligível passaria a ser uma compreensão e expressão daquilo que já estava dado em uma fórmula geral já modelada e reconhecida *a priori*, conforme propunha Immanuel Kant.⁵³ Ao contrário desse filósofo, os protagonistas de *A*

⁵² MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1982, p. 14.

⁵³ Para Immanuel Kant haveria dois tipos de história: a empírica e a racional. Na primeira, tratava-se de um relato dos eventos do passado escrito sem uma concepção prévia, ficando o historiador encarregado de investigar as idéias e atos do passado e retirar conclusões das evidências que encontram (... *descobrir um curso regular dessas manifestações* [idéias e atos do passado], e que,

rainha dos cárceres da Grécia se encarregam da história como possível de ser analisável, observável, objetivável e quantificável, podendo ela ser estruturada e pensável, penetrável em toda a sua realidade, e não só mais contemplada e interpretada, e sim podendo ser explicada para ser transformada – *o que importa é transformá-lo*.⁵⁴ Para tanto, procuram poder conhecer os objetos do mundo na medida em que os mesmos participam da sua vida social.⁵⁵

Podemos verificar essa postura a partir da personagem Julia Marquezim Enone, quando o narrador procura singularizar os seus périplos pelo Recife e em seu entorno, dando-lhe uma conotação de quem executa uma peregrinação que investiga e busca desvelar a história oculta de seus sujeitos, dos cursos destes e das mediações que se forjaram sobre os espaços citadinos. Isso pode ser observado no fragmento abaixo do romance:

Também era comum vê-la em Recife e Olinda, um ar de romeira, com sandálias franciscanas e vestidos de segunda mão, mal passados, sempre muito limpos, uma bolsa a tiracolo com o sabonete e vagos manuscritos que a ninguém exibia, seu perfil silente deslizando ante as paredes das galerias de arte, percorrendo sem dinheiro as livrarias e as casas de discos, quando não vagava pelas ruas, saturando-se da topografia das cidades que no seu livro haveria de unir, preferindo os lugares onde se agitava, oprimida, a gente do serviço pesado, ou das ocupações transitórias, ou sem meio algum de vida – carregadores de frete, mercadores ambulantes, mendigos, prostitutas, ciganos, cantadores de feira –, gravando as caras de fome e as vozes cantantes do seu povo.⁵⁶

Esse exercício de Julia Marquezim Enone tem por finalidade operar a capacidade de poder narrar os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, tomando consciência de que os acontecimentos de épocas passadas e recentes não podem ser tomados como perdidos para a história, pois para Julia Marquezim Enone *somente para a humanidade redimida o passado é*

desta maneira, aquilo que nos parece confuso e irregular em indivíduos isolados, possa ser reconhecido no conjunto da espécie como um desenvolvimento sempre contínuo, embora lento, das suas capacidades originais.). Para a história racional, tratar-se-ia de encontrar um padrão inteligível no passado humano aparentemente caótico, conforme Immanuel Kant: *Perante isto, o filósofo, na impossibilidade de pressupor um específico propósito racional nos homens ou nos seus actos em geral, não tem outra solução senão tentar descobrir um desígnio da natureza nesta marcha absurda das coisas humanas, a partir do qual seja possível uma história que obedeça a um determinado plano da natureza, a propósito de criaturas que agem sem plano próprio.* Sobre estas citações, consultar: KANT, Immanuel, *Idéia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*, in GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969, pp. 28 e 29.

⁵⁴ Complemento da Tese III de MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, *op. cit.*, p. 14

⁵⁵ Sobre esta colocação, ver a Tese III de MARX, Karl e ENGELS, Friedrich *in Teses sobre Feuerbach. A ideologia alemã (Feuerbach)*, *op. cit.* p. 12.

⁵⁶ LINS, Osman, *op. cit.*, p. 189.

*citável, em cada um dos seus momentos.*⁵⁷ Procura a personagem assim instituir para si e desenvolver a tarefa de desvelamento de história de uma cidade e de seu entorno e articulá-la historicamente para que seja apropriada como uma reminiscência, pois essa história até então se manifestava aos seus contemporâneos como fragmentada, desconexa e contingente. A consciência dessa insurgência na personagem pode ser observada no extrato do romance que abaixo transcrevemos:

Teríamos então aí um caso raro e exemplar, no qual a eficácia dos resultados advém da sobrecarga de recursos. As imagens fragmentadas de 1630, dispersas em duas cidades separadas, impõem-se ao leitor porque, exatamente, ao impossível do seu ressurgimento, da sua renovação, da sua transgressão às leis do *tempo* acrescenta-se o impossível de uma transgressão às leis do *espaço*. Com máquinas aladas, Julia Marquezim Enone remove os alicerces e as construções de Olinda (algumas das quais, nesse lance encantatório, renascidas do pó, com suas arcas, seus armários, os leitos com sobrecoço), mescla à capital de hoje a de ontem, unindo – com isto impondo-as sem recusa possível – visões afastadas entre si e, de um ponto de vista natural, duplamente inacessíveis ao "eu" que vê e fala.⁵⁸

Já no final do romance, o narrador, após discorrer por um longo tempo uma exaustiva rememoração, decifração, análise e reflexão sobre o romance da ex-companheira e de sua relação para com ela, perambula na noite por ruas e avenidas centrais da cidade São Paulo, para em seguida emergir nas paragens do Recife e de Olinda.

(...) A muitos metros do solo, na minha sala, um gato dúbio imanta devagar o mundo com a sua substância, irradia-se e é dele, talvez, que procuro fugir, eu, esse homem ansioso, de óculos, as mãos nos bolsos da japona. Sobe a Rua Pamplona e pára na Avenida Paulista: os sinais de trânsito acendem-se e apagam-se, refletem-se nos seus cabelos quase brancos. Vem até ele o som impossível de uma onda arremetendo sobre as rochas e assalta-o, estrídulo, um odor de algas. Mais estreita e aprazível esta avenida quando a carreta esmagou, aqui, teu corpo leve, Julia. Houve uma tarde de setembro onde caminhamos no passeio, abraçados, sobre as flores roxas dos ipês que o asfalto substituiu? Cruzo a avenida e, adiante, extravio-me pelas ruas Sílvia ou Doutor Seng. (...) ⁵⁹

(...) Percebo então leve claridade à direita, não o grande halo ambulante, mas uma pequena nebulosa fixa, e busco-a (assim fazem os viajantes que se perdem nos contos, ao divisarem uma lanterna), o lugar onde estou é mais alto do que eu imaginava, de repente vejo luzes a distância, um navio, as luzes se refletem, é o mar. Não havia, ali, terra firme e massas de edifícios com luzes vermelhas nos pára-raios? Flutua quase na linha do horizonte o minguate e o vento do oceano passa entre os buracos dos meus trajes, me arrancaria o chapelão, não fosse o barbante amarrando-o no queixo. Voltaram as luzes a

⁵⁷ Sobre este exercício com relação ao ato de discorrer sobre a história, consultar a tese de número 3, in BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história, in **Magia e técnica, arte e política**, *op. cit.*, p. 223.

⁵⁸ Idem, p. 137.

⁵⁹ LINS, Osman, *op. cit.*, p. 214.

acender-se ou – estas que cintilam – nunca se apagaram? Corro as mãos informes na superfície áspera da amurada que se delinea à minha frente (mãos de pano?), vejo à esquerda uma guarita, um sino começa a bater, dou as costas ao mar e ao navio, piso sem pés, como um bêbado, as pedras desta cidade ladeirosa, cheia de velhas igrejas, desço um beco (das Cortesias), Rua do Sol, Amparo, S. Francisco, um farol gira no ar, lê-ô-lê, lê-ô-lá, que faço aqui, que rua esta, ali os sobrados e de outro lado o cais, suas árvores torcidas na direção das águas, quando vi aquelas pontes e quem me diz o nome desse rio, cheirando a peixe e lama? (...) ⁶⁰

Nesses extratos do romance, o personagem já não trata mais os espaços das cidades como paisagens, ante as quais ele poderia se colocar até como um espectador, transformando-as em interiores que poderiam ser observados em todas as direções, dimensões, espessuras e profundidades sem limites ou soleiras, como fazia o *flâneur*.⁶¹ Ao contrário deste, não sente prazer em se perder nos panoramas urbanos e muito menos de neles se posicionar como um observador anônimo. Para o personagem, os espaços urbanos de São Paulo, Recife e Olinda lhe despertam um interesse inusitado no qual ele vai se fixando e buscando as identidades dos lugares e neles a dele, negando-as como paisagens para o simples deleite da observação. Na sua relação com os espaços urbanos e os lugares que os constituem, todos são apreendidos para compor uma totalidade de elementos em inter-relação e interdependência, onde tudo é estático e dinâmico, determinante e determinado pela interconexão resultante entre esses elementos,⁶² nos quais em cada um dos lugares se pode apreender a totalidade ao mesmo tempo que manifestam as suas singularidades.

Na percepção desse personagem não há uma predominância da atividade visual sobre a auditiva, ela compartilha em importância com esta e outras atividades (tateia com os pés as ladeiras e com as mãos as ásperas amuradas; distingue pelo olfato o odor de flores roxas de ipê daquele do asfalto; desenvolve excitabilidades aos estímulos das correntes de vento que quase arrancariam seu chapelão e através do tato dos pés é informado dos desníveis das elevações de uma localidade que sua percepção julgava ser outra; capta através da audição sons de ondas batendo nas rochas e outros de sinos; visualiza sinais e imagens que ganham significados a partir da apreensão realizada pelas

⁶⁰ Idem, pp. 215-216.

⁶¹ Sobre esta forma de observar a paisagem por parte do *flâneur*, consultar: BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo, *op. cit.* p. 192.

⁶² Valemos-nos aqui da categoria de sistema desenvolvida por SOUSA, Daniel. **Teoria da história e conhecimento histórico**. Lisboa: Livros Horizontes, 1982, p. 20.

outras atividades que pode pôr em exercício), permitindo-lhe, assim, operar um estranhamento para descobrir o que lhe é familiar e progressivamente se aproximar e apropriar dos espaços, transfigurando a apreensão ilusória dos significados das manifestações dos lugares e espaços. Isto é: o protagonista não se detém só no que lhe é apresentado, procura adquirir uma consciência sobre os espaços, descobrir as suas articulações e desvelar o(s) seu(s) âmago(s), que permite ao narrador-personagem traduzir as ladeiras e ruas de Olinda como a memória das consciências do passado anunciando a sua consciência; por um farol que gira no ar, um cais, pontes e rios do Recife, que lhe desvendam a matriz de sua identidade; as avenidas, as ruas e os edifícios de São Paulo, que lhe informam a singularidade do contexto histórico no seu presente.

As apropriações e composições congruentes do protagonista-narrador permitem a ele reagir à angústia no momento em que a realidade aparenta deixar de fazer sentido para ele ou não possui sentido, pois se ele não sabe o nome do rio e ninguém o diz (... *quem me diz o nome desse rio...*), a partir de uma atividade sensitiva já começa novamente a operar um estranhamento (... *cheirando a peixe e lama?*) para novamente reiniciar o curso de suas apropriações e composições congruentes. Os espaços passam, portanto, a ser concretos, orientados e figurativos, não só mais um espetáculo para deleite de mais um *flâneur*, e não lhes apresentam mais fronteiras (não há limites entre as cidades nos extratos transcritos) que, se fossem aceitas, o levariam a se perpetuar e buscar um sentido prazeroso na monotonia e no cotidiano.

Os percursos dos três personagens do romance *A rainha dos cárceres da Grécia* nos informam sobre os possíveis itinerários dos deserdados pelos meandros da modernização brasileira, com as suas histórias e outras histórias, que vão se sobrepondo uma às outras para constituir um painel da realidade nacional e citadina do Recife no período do chamado “milagre brasileiro”.

Em princípio, encontramos no romance dois romances contidos em um, dos quais se erguem, ainda, outras histórias compartilhadas pelos personagens centrais e outras tantas resultantes de suas consciências e familiaridades e/ou de personagens de fatos ocorridos que são agregados à narrativa como histórias. Uma das histórias narradas é a da personagem Maria de França (retirante, operária, empregada doméstica, prostituta e portadora de uma suposta deficiência

mental), que tem a sua trajetória escrita pela ex-companheira do narrador do romance – Julia Marquezim Enone – que um outro romance escreve, no qual descreve, comenta, analisa e reflete sobre a história e o seu relacionamento com a escritora e onde se propõe a reapresentar os escritos da mesma e sobre ele desenvolver um ensaio. Maria de França, Julia Marquezim Enone e o narrador (que em momento algum é denominado) compõem uma quase tríade marcada por uma natureza comum e que se aproxima de uma trindade formando um só personagem: o sujeito que procura operar uma reação à ação predadora que a modernização faz recair sobre os indivíduos. Esses três principais personagens do(s) romance(s), em algum momento ou em vários outros momentos perambulam pela cidade do Recife, principalmente pela área central da cidade, num período que podemos identificar como o da primeira metade dos anos de 1970, e em outros anteriores em que se constroem histórias que explicam as trajetórias de suas vidas nesse período.

2. DA MODERNIZAÇÃO AO CAOS DA CIDADE DO RECIFE

Dos três personagens de *A rainha dos cárceres da Grécia* relacionados acima, é através de Maria de França que o leitor do romance terá um contato mais constante e instigante com o Recife da primeira metade da década de 1970. A história da personagem, como a de muitas outras Marias do Recife e do Brasil, é a trajetória de uma retirante, órfã de pai, que vai tentar viver na cidade do Recife com sua mãe e seus irmãos, acabando por se estabelecer, como tantos outros retirantes, em uma das favelas da cidade. A partir daí o seu itinerário parece ser o mesmo de quase todos de sua estirpe social, passando da condição de retirante recém-chegada a prostituta, entre os seus 14 e 16 anos, depois de ter sido deflorada por um sedutor qualquer de plantão. Durante o seu percurso será uma e outras vezes uma empregada doméstica prestando serviço em casas alheias e, em algumas dessas residências, servirá como babá das crianças de seus proprietários, passando, ainda, pela condição de operária até começarem a dá-la como meio louca. Como tal passará a integrar a população de um dos hospícios da cidade, sendo reduzida a sua história e consciência em mais um prontuário da instituição em que é internada e passando a integrar, como um número a mais e como tantos outros indivíduos, as estatísticas das agências governamentais

responsáveis pela saúde e seguridade social. Estamos no auge do “milagre econômico” brasileiro, na primeira metade da década de 1970, no qual os governos prometem eficiência e racionalização não só agora para o desenvolvimento econômico do país, mas também para o desenvolvimento social de seus habitantes (saúde, moradia, educação, alimentação e seguridade).

Crendo nos anúncios e na propaganda oficial, Maria de França vai a busca de seus direitos e benefícios na condição de pessoa incapacitada para o trabalho pela sua latente meia loucura. Aconselhada e assistida por uma legião de outros de sua categoria social, a personagem se enfurna pelos meandros da burocracia e tecnocracia estatal por uma aposentadoria no INSS. A sua busca a leva a idas e vindas pelos meandros das repartições públicas para a obtenção de uma aposentadoria que cada vez mais parece inalcançável, passando a enfrentar um mundo feito de prorrogações, mentiras, atestados, carimbos, arbítrios.

Nesse seu itinerário, Maria de França vai-nos apresentando a área central do Recife, percorrendo as suas principais ruas, avenidas e logradouros, enveredando por compartimentos e pavimentos de prédios, num vaivém por repartições, constituindo-se para si a cidade, com seus espaços e interiores, em um quase labirinto de caminhos articulados por complicações inextricáveis. Nesses espaços passa a viver várias experiências urbanas e o significado de outras recolhe das pessoas alheias que passam por experiências similares a sua, que uma mesma condição social com ela compartilha no território citadino. Assim sendo, passam a constituir uma aglomeração humana em centros urbanos nos moldes como Walter Benjamin definiu a multidão:

(...) Uma rua, um incêndio, um acidente de trânsito, reúnem pessoas, como tais, livres de determinação de classe. Apresentam-se como aglomerações concretas, mas socialmente permanecem abstratas, ou seja, isoladas em seus interesses privados. Seu modelo são os fregueses que, cada qual em seu interesse privado, se reúnem na feira em torno da "coisa comum". Muitas vezes, essas aglomerações possuem apenas existência estatística. Ocultam aquilo que perfaz sua real monstruosidade, ou seja, a massificação dos indivíduos por meio do acaso de seus interesses privados. Porém, se essas aglomerações saltam aos olhos – e disso cuidam os Estados totalitários fazendo permanente e obrigatória em todos os projetos a massificação de seus clientes –, então vem à luz seu caráter ambíguo, sobretudo para os próprios implicados. Estes racionalizam o acaso da economia mercantil – acaso que os junta – como o "destino" no qual a "raça" se reencontra a si mesma. Com isso, dão curso livre simultaneamente ao instinto gregário e ao comportamento automático.⁶³ (...)

⁶³ BENJAMIN, Walter, *op. cit.*, p. 58.

Quase duas décadas e meia antes de Julia Marquezim Enone começar a escrever o seu romance, ainda era possível ter ciência de que na cidade do Recife as pessoas se reuniam como aglomeração para compor multidões distintas das que Walter Benjamin procurou explicar e que a personagem Maria de França passou a compartilhar em seu périplos pela cidade. As multidões se formavam não como uma mera aglomeração reunida para assistir a uma ocorrência ou se entrecruzarem quando trafegam por logradouros em prol de seus interesses privados ou, ainda, como uma massa quantitativa de indivíduos reunidos por terem que compartilhar espaços ao acaso. No ano de 1945, as pessoas ainda se reuniam em praças públicas do Recife por um interesse comum, ainda se reconheciam com perspectivas compartilhadas por todos, ainda forjavam movimentos de evocação para comemorar algo que pata todos interessavam. A multidão ainda comportava em si algo do antigo significado que a plebe da Roma Arcaica delegou ao termo pejorativo que os patrícios utilizaram para designá-los: *plebs*, que significava multidão, oriundo de *plere*, que era a designação dada para **encher**.⁶⁴ Como a plebe romana, a multidão no Recife nos idos de 1945 ainda se reconhecia como tal para se constituir em uma comunidade com interesses políticos e formas de expressão comuns.

Em uma das crônicas de Rostand Paraíso, intitulada *O Fim*, do seu livro *O Recife e a II Guerra Mundial*, esse memorialista nos brinda com a descrição de uma multidão na qual as pessoas de uma cidade, no caso, o Recife, reuniam-se, nos meses de abril e maio de 1945, em frente à sede dos principais jornais de circulação diária na cidade, para tomar conhecimento em primeira mão dos rumos e o desfecho final do conflito mundial que se arrastava no continente europeu. Nos extratos selecionados da crônica poderemos averiguar que não eram os acasos, os interesses privados ou alguma ocorrência fortuita na cidade que reunia as pessoas. Elas se aglomeravam a partir de desejos e intenções previamente definidos em função de um sentimento de unidade e de interesse comum, que almejando e manifestando predileção por um certo desfecho histórico.

No Recife, víamos no cine Boa Vista um interessante documentário sobre *O Carnaval Do Recife*. Passava, nos cinemas do Centro, *A Dupla Vida De Andy Hlardy*, com Mickey Rooney, *As Chuvas Chegaram*, com Tyrone Power e Mirna

⁶⁴ Sobre o significado histórico, político e lingüístico de plebe, consultar ALFÖLDY, Géza. **A História social de Roma**. Lisboa: Editorial Presença, 1989, pp. 24-26. (Biblioteca de Textos Universitários, 102)

Loy, e *Você Já Foi À Bahia?*, novo desenho vindo dos estúdios Disney. Era oficialmente estabelecida, para entrada imediata em vigor, a semana inglesa no nosso comércio, que, então, passaria a fechar às 12 horas dos sábados. Era mais um velho hábito do recifense, o de fazer compras nos sábados à tarde, que desaparecia. A velha ponte do Pina caía literalmente aos pedaços e quem a visse por baixo, afirmava um repórter do Diário, nunca iria ter a ousadia de atravessá-la por cima, *nem com a promessa de ganhar a loteria da Espanha...* Continuava a campanha política em torno das candidaturas do brigadeiro Eduardo Gomes e do marechal Dutra, e, nos bastidores, mantinha-se ativo o movimento do *Queremos Getúlio*. Kay Francis (ah, os olhos de Kay Francis...) vinha ao Recife onde se apresentava num *show* para o *U.S.O.*

Na Europa, a guerra estava no fim. Os russos estavam a poucos quilômetros de Berlim, e Goebbels, afinal, reconhecia a derrota. Os jornais anunciavam, dia a dia, a progressão das forças aliadas e já se combatia nas ruas da capital alemã.

(...)

No dia 7 de maio de 1945, no Quartel General de Eisenhower, em Reims, era assinado, pelo general Jodl, o documento da capitulação. No dia 8, dia considerado oficialmente como o *Dia da Vitória*, era assinado o ato definitivo da rendição dos exércitos alemães, agora no Quartel General soviético de Berlim, sob a presidência do marechal Zukov.

Terminavam as hostilidades na Europa. Em todo o mundo se comemorava festivamente o fim da guerra.

(...)

No Recife, multidões se postavam defronte aos edifícios do Diário e do Jornal do Commercio, ávidas pelas últimas notícias da Europa. O povo pernambucano comemorava o fim da guerra, fazendo, mesmo fora de tempo, um animado carnaval nas ruas do Recife, o Carnaval da Vitória.

Folheio, dando por encerrado o meu trabalho, os jornais do mês de junho de 1945.

O Náutico promovia a Corrida da Fogueira e a sua já tradicional Festa da Canjica.⁶⁵

Como memorialista, Rostand Paraíso procura estabelecer uma faculdade que lhe permita a si e aos seus leitores preservar e relembrar e/ou informar estados de consciências passados na cidade do Recife, resultante de experiências urbanas vividas, lembranças de acontecimentos que marcaram a si e a cidade e reminiscências de um passado que volta e meia lhe aportam a consciência. No curso de sua narrativa, o cronista vai combinando as suas recordações com pesquisas em jornais da época, a contra-prova de serem suas reminiscências verossímeis, a partir da qual emerge um memorial onde estão alocados os fundamentos políticos, culturais, sociais, urbanos e afetivos de constituição de sua experiência de vida e de sua relação com a cidade do Recife e desta com uma história que atravessa o mundo além de suas fronteiras e lhe chega através das ondas radiofônicas e dos impressos dos meios de comunicação de massa possíveis à época. Isso vai permite ao cronista, décadas depois, aperceber-se e estabelecer que a história de uma época no Recife já não

⁶⁵ PARAISO, Rostand. **O Recife e a II Guerra Mundial**. 2. ed. rev. e ampl. Recife: Edições Bagaço, 2003, pp. 310-313.

era só produto de suas próprias forças produtoras de história, a sua gênese desde há muito se imbricava com os desdobramentos além de suas fronteiras.

Para Rostand Paraíso se faz necessário que um memorial de seus tempos passados seja estabelecido como um anteparo contra o esquecimento de como era a cidade e assegure o ato de informar de como ela era em outras épocas. É dessa empreitada que emergem informações da programação dos cinemas de bairro e da área central do Recife, os problemas com suas infra-estruturas, as regulamentações sobre a sua economia mercantil, os aspectos dos modos de vida e do comportamento de seus habitantes, as suas formas de comemorações e as suas tradições, os acontecimentos políticos, os desejos e sonhos de uma época, como se, para o cronista, em cada relato de algo que havia acontecido no passado estivesse subliminar que no tempo presente de sua escrita aquilo não mais existia e que uma outra urbanidade havia se apossado da cidade, restando à memória reter um Recife já de há muito ausente e ameaçado de desfalecimento.

No Recife, do final dos anos de 1970, a multidão descrita por Rostand Paraíso havia perdido o seu espaço e as circunstâncias que lhe permitiam uma existência. A modernização recente e aquela que teria lugar na década de 1970 dariam lugar a uma outra urbanidade na qual as personagens de *A rainha dos cárceres da Grécia* irão fixar, traduzir e discernir sobre as suas dimensões para que as experiências de vida, os sonhos, os desejos, os projetos, as histórias, as memórias e as lutas não sejam perdidos e esquecidos, para que não restem àqueles do tempo futuro imediato o exercício de prostração sobre o passado.

Para averiguar essas dimensões, iniciaremos a nossa investigação e análise a partir da área central do Recife e seu entorno, na qual Maria de França realiza a maioria de seus percursos e o período de tempo em que eles estão inseridos. Antes, contudo, vamos relacionar, as localidades e lugares que podemos identificar no romance nos quais essa personagem e outros protagonistas circulam no Recife, conforme o quadro abaixo (QUADRO 01).

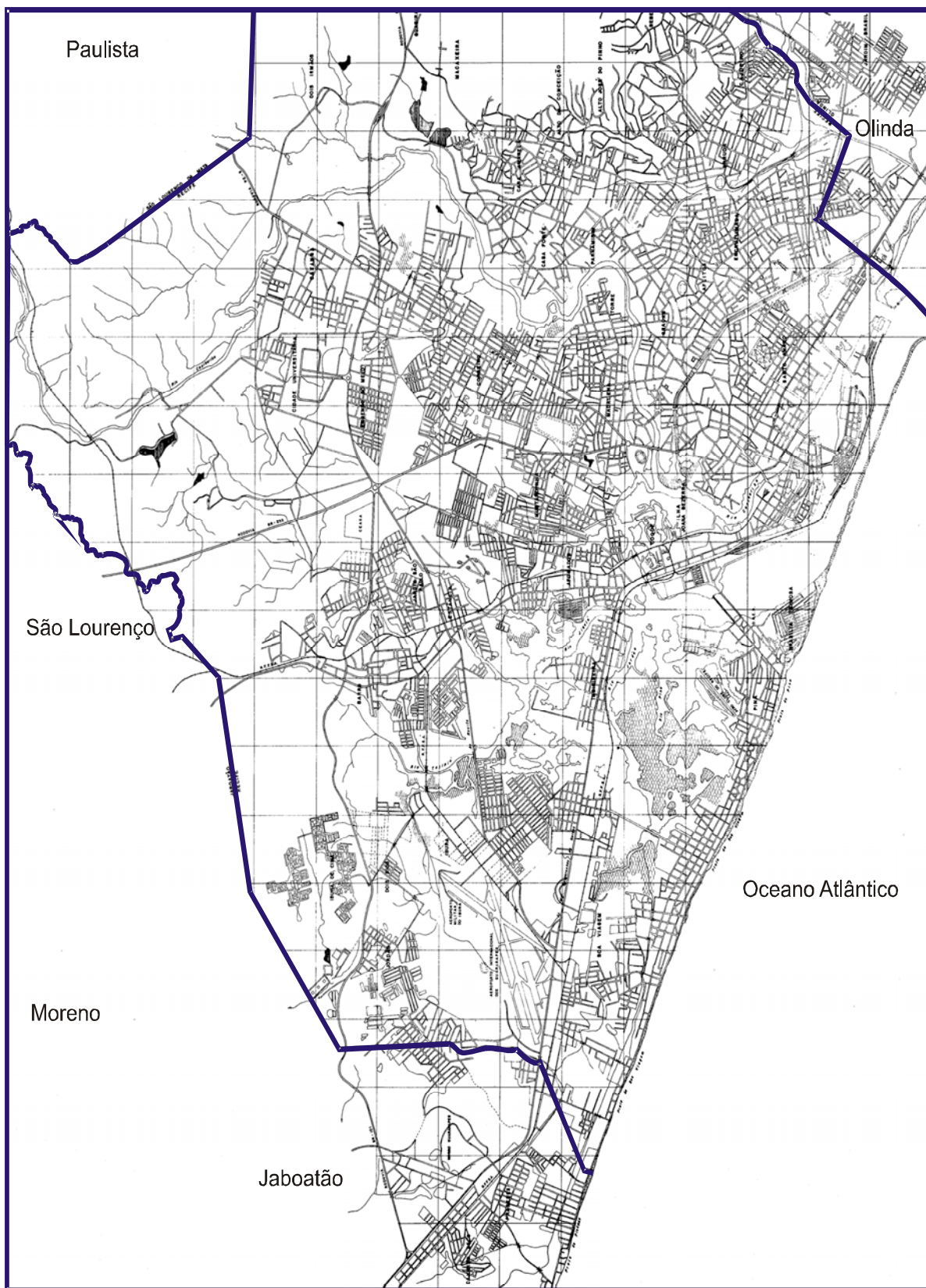
Quase todas as localidades do Recife citadas em *A rainha dos cárceres da Grécia*, excetuando-se Aflitos, Alto José do Pinho, Arraial do Bom Jesus, Av. Rosa e Silva, Beberibe, Casa Amarela, Encruzilhada, Hospital de Alienados, Morros do Recife, Torre e Várzea, estão localizadas no entorno da área central da cidade e, principalmente, nela. Esta área representava aproximadamente 8,8 km²,

dos 209 Km² da superfície do Recife, equivalente a 4,21% desta área, com uma população de 59.623 habitantes, representando 5,62% da população da cidade e com uma densidade demográfica de 6.775,34 hab/km², conforme o Censo Demográfico de 1970.

QUADRO 01 – LOCALIDADES DA CIDADE DO RECIFE CITADAS NO ROMANCE *A RAINHA DOS CÁRCERES DA GRÉCIA*

LOCALIDADE	LOCALIDADE	Nº DE CITAÇÕES
Aflitos	Bairro mencionado na sinestesia de Maria de França	01
Alto José do Pinho	Bairro onde fica a escola na qual Julia Marquezim Enone foi professora	01
Arraial do Bom Jesus	Referência histórica sobre a localidade	01
Arrecifes	Referência a um aspecto da paisagem litorânea da cidade	01
Av. Martins de Barros	Avenida onde está situado o Grande Hotel	01
Av. Rosa e Silva	Avenida onde está o Hospital de Alienados e onde ocorre um incêndio	03
Beberibe	Descrição do rio, de suas cheias e de sua importância histórica e social	02
Cais da Alfândega	Localidade observada das janelas do Grande Hotel	01
Cais de Santa Rita	Localidade mencionada por Maria de França e pelo narrador	02
Capibaribe	Descrição do rio, de suas cheias e de sua importância histórica e social	09
Casa Amarela	Distrito atingido por enchente	01
Centro da cidade	Local onde ocorrem festejos do Carnaval e descrito por Maria de França	02
Coque	Localidade onde se encontram favelas	03
Encruzilhada	Localidade mencionada em sinestesia de Maria de França	01
Grande Hotel	Hotel com alguns dos escritórios do Setor de Benefício do INPS	03
Hospital de Alienados	Instituição onde Maria de França foi internada mais de uma vez	09
INPS	Instituição com diversas repartições distribuídas pelo centro do Recife	01
Liga de Higiene Mental	Instituição de assistência localizada na Rua Padre Inglês	03
Morros do Recife	Descrição do efeito das chuvas nos morros que circundam o Recife	01
Palácio da Justiça	Poder público no qual Maria de França despacha documentos	07
Palácio do Governo	Localidade mencionada em sinestesia de Maria de França	01
Pátio do Mercado	Localidade mencionada em sinestesia de Maria de França	01
Pina	Local onde morou Julia Marquezim Enone quando era casada	01
Ponte da Boa Vista	Logradouro percorrido pelo narrador e Julia Marquezim Enone	01
Ponte Santa Isabel	Logradouro percorrido por Maria de França	01
Ponte Velha	Localidade mencionada em sinestesia de Maria de França	01
Pontes do Recife	Menção as pontes do Recife sem identificação	04
Praça da Independência	Localidade de onde ocorrem festejos carnavalescos	01
Praça da República	Logradouro percorrido por Maria de França	02
Porto do Recife e cais	Várias referências ao porto (atividades e acontecimentos históricos)	09
Rua da Aurora	Rua percorrida por Maria de França	01
Rua da Concorórdia	Rua percorrida por Maria de França	02
Rua da Imperatriz	Localidade onde ocorrem festejos carnavalescos	01
Rua da Praia	Rua onde estão estabelecidos consultórios de médicos da Previdência	02
Rua da União	Rua onde está situado o Departamento Médico da Previdência	01
Rua do Imperador	Localidade onde ocorrem festejos carnavalescos	01
Rua do Príncipe	Rua mencionada com o objetivo de ser identificada	01
Rua do Riachuelo	Rua onde se encontram os escritórios da Previdência	13
Rua Nova	Localidade onde ocorrem festejos carnavalescos	01
Livraria Livro 7	Livraria freqüentada por Julia Marquezim Enone, na Rua 7 de Setembro	01
Rua Vigário Tenório	Localidade mencionada em sinestesia de Maria de França	01
Santo Antônio	Descrição de enchente no bairro	01
São José	Bairro mencionado em sinestesia de Maria de França	01
Torre	Bairro mencionado em sinestesia de Maria de França	01
Várzea	Descrição de enchente no bairro	01
Zona Portuária	Descrição da área de serviços portuários, localizada no Bairro do Recife	01

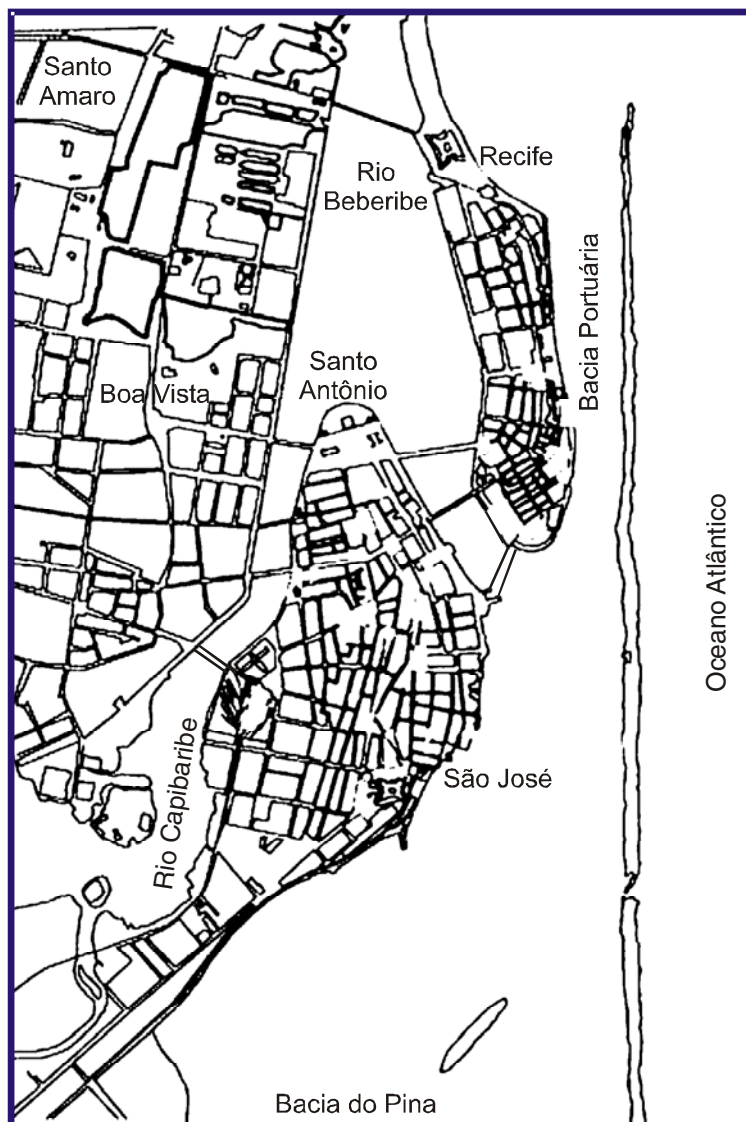
ÁREA URBANA DA CIDADE DO RECIFE NOS ANOS DE 1970



Mapa 2. Área urbana da cidade do Recife nos anos de 1970.

Fonte: RECIFE, Secretaria de Planejamento – URB. **Plano de Desenvolvimento do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1980, p. 25.

QUADRO 02 – DISTRIBUIÇÃO DOS PRINCIPAIS SETORES ECONÔMICOS, POLÍTICOS, CULTURAIS E SOCIAIS NA ÁREA CENTRAL DO RECIFE (início dos anos 70)	
ÁREA CENTRAL DA CIDADE	PRINCIPAIS SETORES
Distrito do Recife	
Área sudeste	Armazéns e docas do Porto, Fábrica de produtos alimentícios.
Área sul	Órgãos públicos (Polícia Federal, Tribunal Regional do Trabalho), sede local de Banco do Brasil, matriz do Bandepe, armazéns de estocagens privados.
Área sul e central	Firmas de exportação/importação, comércio de assessorios e peças para máquinas, de máquinas operatrizes, de insumos químicos, de chapas metálicas, de ferragens e vigas de metais, sede do grupo Votanranti e concentração de bares, restaurantes, boates e condomínios destinados, em sua grande maioria, à prostituição.
Área norte	Terminal açucareiro, parque de tancagem e quartel militar do Forte do Brum.
Área nordeste	Armazéns e docas do porto.
Distrito de Santo Antônio	
Área sul	Poder executivo e judiciário, teatros (Santa Isabel e Marrocos), Praça da República, órgãos da administração pública (Sudene, secretarias de estado, previdência), Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, cartórios, escritórios de advocacia, Arquivo Público de Pernambuco e Liceu de Pernambuco.
Área sul (Av. Guararapes e ruas paralelas no sentido sul até a altura da Igreja do Carmo)	Agências bancárias, correios, escritórios de profissionais liberais e de empresas, cinemas, lojas de departamento (Mesbla, Vianna Leal, Primavera), magazines (Sloper), lojas de artigos especializados (sapatos, tecidos, joalherias, relojarias, papelarias, óticas e outros), empresas de serviços, assistência médica da previdência e principais bares, restaurantes e lanchonetes do centro da cidade.
Distrito de São José	
Área sudoeste (Da Igreja do Carmo até a altura da Praça Sérgio Loreto)	Estação Central da Rede Ferroviária Federal, Casa de Detenção, lojas de produtos especializados (eletrodomésticos, autopeças, material eletrônico) armazéns de material de construção, revendas de veículos, escritórios de empresas, firmas de representações e bares, hotéis, restaurantes e lanchonetes.
Área sudeste (Da Igreja do Carmo até a altura da Praça Sérgio Loreto)	Comércio varejista de ferramentas e ferragens em geral (parafusos, porcas, pregos, lâminas metálicas etc.), artigos de iluminação doméstica e de condomínios, material de construção e insumos para oficinas; no Mercado de São José e no seu entorno estavam concentrados o comércio de miudezas, o de grosso e varejo para o fornecimento de artigos para o comércio de bairro e lojas e feiras destinadas ao comércio de produtos <i>in natura</i> e alimentos industrializados; no sentido da Rua Florentina e início Av. Dantas Barreto se concentrava o comércio de estivas de alimentos (arroz, feijão, charque e outros) para venda no atacado; hotéis; em toda área havia uma distribuição de lanchonetes, bares, restaurantes e vendedores ambulantes de comida; no bairro de São José, mais ao sul, estava concentrado a maior área residencial das duas ilhas (Recife e Santo Antonio), com 24.665 habitantes, segundo o Censo de 1970.
Distrito da Boa Vista	
Av. Conde da Boa Vista, laterais e Rua Imperatriz	Prefeitura da Cidade do Recife (Rua da Aurora), Polícia Civil de Pernambuco, Assembléia Legislativa, Câmara de Vereadores, órgãos públicos de planejamento e estudo (IBGE, Comdepe, Fiam) agências bancárias, escritórios de profissionais liberais e de empresas, maiores e mais confortáveis cinemas da cidade (Cinema São Luís, Cine Veneza e o complexo de cinemas Astor e Rist) lojas de departamento (Mesbla, Primavera), magazines, lojas de artigos especializados (sapatos, tecidos, joalherias, relojarias, papelarias, óticas, móveis e outros), livrarias, escritórios, consultórios médicos, clínicas, hospitais, estabelecimento de ensino superior (UNICAP, Fafire, Faculdade de Direito) e ensino fundamental público e privado (Ginásio Pernambucano, Colégio Pedro Augusto, Colégio Oliveira Lima, Colégio Nóbrega, Colégio Marista, Colégio São José, Colégio Americano Batista e outros), hotéis, teatros (Teatro do Parque e Teatro de Amadores de Pernambuco), maior concentração da área central da cidade de apartamentos residências, um conjunto diversificado de bares, restaurantes e lanchonetes e revendas de automóveis.
Coelhos e Ilha do Leite	Comércio de estivas, madeireiras, armazéns de material de construção, hospitais (Pedro II e IMIP), clínicas, consultórios, escritórios, sede de sindicatos patronais e de trabalhadores e maior concentração de residências da área central da cidade.
Entorno da Boa Vista (sentido de Santo Amaro)	Emissoras de TV e rádio, agências e oficinas autorizadas de marca de veículos, fábricas, sede de sindicatos patronais e de trabalhadores, hospitais, cemitério, escolas públicas e privadas, prédios residenciais e o Parque 13 de Maio.
Entorno da Boa Vista (sentido do Derby)	Pólo médico, destacando-se o Hospital da Restauração, na Baixa Verde, escolas públicas e privadas e a Praça do Derby.



Mapa 3. Área Central da Cidade do Recife.

Fonte: Intervenção sobre mapa: Disponível na Internet:
<http://www.abap.org.br/notic/figurajornal/mapa1.jpg>.
 Acesso em: 31 abr. 2004.

Outro aspecto que demonstra a importância da área central da cidade do Recife é o número de empregos que a mesma proporcionava em relação à Região Metropolitana do Recife (RMR). Na tabela que se segue ao quadro (TABELA 01), podemos averiguar que os seus distritos concentravam 23,63% dos números de empregos do Grande Recife, só sendo superado por outros distritos do Recife no item indústria, como: Boa Viagem, com 10,47%; Beberibe, com 6,41%; Santo Amaro, com 4,85%; Afogados, com, 5,12%. Quase todos eram distritos de concentração industrial e a maioria deles situados no entorno da área central da cidade, exceto o de Beberibe.

TABELA 01 - DISTRIBUIÇÃO EMPREGOS NA ÁREA CENTRAL DO RECIFE EM RELAÇÃO A RMR EM % (1973)

Distritos	Distribuição de Empregos por Atividade em %			Distribuição do Emprego Total em %
	Escritório	Indústria	Serviços	
Recife	6,38	3,75	1,64	3,44
Santo Antônio	17,55	4,53	10,84	10,62
São José	3,35	4,34	3,24	3,50
Boa Vista	8,05	2,97	6,46	6,07
Total	35,33	15,59	22,18	23,63

Fonte: Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife. Recife: CONDEPE, 1974, p. 416. (volume 2b)

Afora a área central da cidade, os distritos que forneciam o maior número de empregos eram os de Boa Viagem (8,22%), Santo Amaro (6,93%), Casa Amarela (5,65%), Beberibe (5,06%) e Várzea (5,08%). Nesses distritos, alguns de seus bairros funcionavam como subcentros, atuando como pólos comerciais e de prestação de serviços incrustados em áreas de grande concentração populacional, como: Afogados, Prado/Madalena, Graças, Encruzilhada, Casa Amarela, Mustardinha, Água Fria, Pina, Beberibe, Arruda. Esses centros comerciais de bairros, organizados em torno de mercados públicos, construídos e postos em funcionamento desde meados da década de 1940, destinavam-se mais ao comércio varejista de produtos alimentares *in natura*, alimentos semi-industrializados e industrializados (bens de consumo não-duráveis), armazéns de material de construção, comércio de miudeza e estabelecimento de prestação de serviços (conserto de eletrodomésticos, automóveis, serviços médicos básicos), servindo à população de menor poder aquisitivo e aos segmentos da classe média de renda baixa. Um centro comercial de prestação de serviços e vendas varejistas que se aproximava ao do centro da cidade estava à época se formando na área de Boa Viagem, mas era, basicamente, destinado aos segmentos sociais com poder aquisitivo médio e alto na cidade.

Contudo, apesar desses subcentros e pólos comerciais localizados nos subúrbios e da emergência do de Boa Viagem, a área central da cidade do Recife ainda era, no final dos anos 1960 e início da década de 1970, o seu epicentro urbano. Dentre as principais razões para ser o epicentro estava o de comportar em quase todos os seus distritos as diversas esferas e instâncias do poder público e os órgãos estatais, inclusive aqueles que deviam prestar aos integrantes da sua sociedade algum tipo de seguridade. Espalhados por prédios em suas principais avenidas e ruas (Av. Guararapes, Av. Martins de Barros, Av. Conde da

Boa Vista, Rua da União, Rua do Riachuelo e tantas outras), estavam sediados consultórios, escritórios, repartições e órgãos da seguridade social, os quais quase todos os indivíduos deviam percorrer para obter muitas das vezes um único e simplório benefício ou acessar um direito previdenciário e/ou poder fazer um simples exame ou tratamento.

Numa passagem de *A rainha dos cárceres da Grécia*, Osman Lins nos fornece com alguma exatidão a medida dessa concentração e a dimensão que o poder público responsável pela seguridade tinha sobre os indivíduos que a ele recorriam:

Tem reinício a partida contra o INPS, mas, com o centro-avante do "Torre", a máquina emperrada movimenta-se, embora esse combate seja como lutar em campo adversário, com um juiz vendido, marcando tudo a favor do outro lado. Dudu consegue cópias das entradas de Maria de França no Hospital de Alienados; leva-a, em companhia da mãe, à Assistência Judiciária. Contra-ataque: os documentos provando que ela esteve louca são insuficientes, queiram trazer atestados de saúde e de pobreza, e reconheçam as firmas no tabelião. Dudu assedia a Assistência Judiciária: esbarra no expediente encerrado e nas ausências dos servidores, todos de licença ou em viagem ou em enterro de parentes. Por fim, depois de tanto esforço e combatividade (seu time, enquanto isso, atua desastrosamente no campeonato estadual), vem a ser informado que os termos do atestado de saúde são demasiado vagos e que deve obter outro. Desespera-se e tumultua a Assistência Judiciária, pressionando todos os pontos possíveis, insistente, quando aceitam o segundo atestado de saúde e resolvem impugnar o de pobreza. Faz o Comissário de Polícia amolecer, sorrir, fornecer novo atestado, depois de haver gritado que se retirassem e que de modo algum.

Toda essa pertinácia parece dar resultados. Os papéis são aceitos (esgotaram-se os pretextos negativos da repartição) e mais tarde devolvidos, para encaminhamento ao Palácio da Justiça. O centro-avante leva-os ao Palácio da Justiça e daí para a Liga de Higiene Mental, onde um médico – afinal – deve examinar a sua amiga.

No dia, o desprestigiado atleta suburbano está com ela na exígua e sufocante sala de espera. O psiquiatra nem sequer chega a vê-la. Manda dizer que, não sabe como, os papéis se extraviaram.⁶⁷

Em pleno período do “Brasil Grande” e do “milagre econômico”, a partir do qual o governo, do nível municipal ao federal, passando pelo estadual, procurava passar uma imagem empreendedora, instituir no país um clima de progresso e vincular ações que pretendiam forjar uma certa satisfação social por parte de seus mais diversos segmentos sociais, os meandros burocráticos destinados a atender às demandas daqueles de baixa ou de quase nenhuma renda revelavam a face e os propósitos do regime autoritário instalado no país após o Golpe Militar de 1964.

Era ali, nos meandros da burocracia da seguridade social que os necessitados de seus serviços e ações conheciam uma política destinada a fazer

⁶⁷ LINS, Osman, *op. cit.*, pp. 24-25.

com que imperassem dificuldades e morosidades de acesso a qualquer tipo de assistência e/ou de acesso aos direitos desde há muito tempo garantidos em leis. Tinha-se na realidade um contexto burocrático que procurava escapar a qualquer lógica ou racionalidade, aliado a uma indiferença em relação às necessidades das pessoas que procuravam, por direito, os seus préstimos, formando e reproduzindo uma estrutura ineficiente, inoperante e morosa capaz de postergar qualquer solução para as questões dos que os procuravam. O mesmo não se verificava na burocracia voltada para o planejamento e execução das políticas econômicas baseadas na consolidação e reprodução da grande empresa capitalista no país. Para elas, as políticas de financiamentos, de isenções e incentivos fiscais, dos créditos oferecidos a juros baixos, da instituição de facilidades para aquisição de máquinas, implementos, insumos e tecnologias e da alocação de infra-estrutura para os empreendimentos fluíam com uma eficiência e eficácia digna de uma administração sintonizada com os melhores parâmetros de racionalização e agilidade empresarial da época.

No entanto, para Maria de França não bastava ser só uma cidadã e procurar exercer a sua cidadania para poder acessar os seus direitos. Ela tinha que contar com a complacência e a força de vontade de alguém na sua empreitada. Primeiramente, os mais próximos e ligados a ela por laços consangüíneos, e, quando nem esses representavam uma força capaz de reverter uma situação, buscar naqueles que lhe têm um afeto e que já detém em si alguma experiência de confronto, de disputa e de enfrentamento o auxílio para a sua árdua empreitada pela consecução de um direito.

Esse Recife de Maria de França ainda lhe instituía e arbitrava sobre a sua locomoção, pois a área central da cidade é para ela e para muitos outros um quase lugar obrigatório de circuito, mesmo que ali não fosse fazer nada e que só ali iria para dali ir a um outro lugar. Tanto era que para alguém se locomover pela cidade, de um lugar para outro, tinha que, quase que obrigatoriamente, transitar pela área central em busca de transporte, e, mesmo o indivíduo que possuísse automóvel particular, tinha que transitar pelas avenidas centrais para se deslocar em direções opostas pela cidade. Tanto os itinerários dos transportes públicos como as principais ruas, vias, avenidas e estradas de fluxo de veículos

convergiavam para o centro da cidade, bem como as principais intervenções para a construção de obras viárias ainda eram feitas em função da área central.

Na maioria das vezes, os habitantes do Recife tinha que se dirigir indispensavelmente ao centro para pegar uma condução para se locomover de sua localidade para outro subúrbio, mesmo que às vezes este estivesse próximo à fronteira do seu bairro. Era o caso de quem morasse em Campo Grande, Hipódromo ou Espinheiro, bairros da zona noroeste da cidade, se quisesse se deslocar para a Madalena, Graças, Rosarinho ou Aflitos, localidades situadas na faixa central da cidade mais para leste. Isso se devia por serem raras as linhas de ônibus que interligavam os subúrbios, tanto em virtude da maioria ter o seu trajeto definido no sentido subúrbio-centro principal da cidade como por uma quase ausência de vias ou corredores de tráfego interligando as localidades. Na melhor das hipóteses, o passageiro só podia se locomover em linha de reta de um bairro para outro em trajetos servidos pelas linhas de ônibus que tinham seu terminal na periferia (Beberibe, Várzea, Caxangá, Dois Irmãos, Casa Amarela, Campo Grande, Macaxeira, Dois Unidos, Barro, Boa Viagem) ou em grandes conjuntos habitacionais (Jardim Brasil, Cohab, Ipsep, Curado) e se dirigiam ao centro da cidade. O mesmo acontecia para o deslocamento entre as cidades do Grande Recife. No quadro que apresentaremos a seguir (QUADRO 3),⁶⁸ poderemos averiguar que os principais corredores de tráfego, recenseados em 1973, tanto os oriundos de distritos do Recife como das principais cidades da região Metropolitana (Jaboatão, São Lourenço da Mata, Olinda) tinham o seu itinerário dirigido para a área central da cidade.

Podemos observar que só dois corredores de tráfego dos oito relacionados não se dirigem ao centro do Recife e deles só um (Afogados – Encruzilhada) interligam bairros da cidade. O outro (Macaxeira – Prazeres) interligam a periferia do Recife a um dos principais distritos de Jaboatão.

Só no sentido dos municípios da região metropolitana para o centro do Recife havia 34 linhas de ônibus com um número total de 214 ônibus, fazendo em

⁶⁸ Observamos que no citado quadro a coluna **Nº de Ordem** indica a ordem de importância do corredor de tráfego pelo volume de seu trânsito e importância de locomoção. No item **Vias Componentes**, a coluna **1ª Ordem** indica o corredor principal de interligação com o centro e na coluna **2ª Ordem** temos os ramais de ligação entre este corredor e o centro da cidade.

média 10 viagens de ida e volta ao dia, em meados da primeira metade dos anos 1970.⁶⁹

QUADRO 03 – PRINCIPAIS CORREDORES DE TRÁFEGO DO RECIFE (1973)			
Denominação do Corredor	Nº de Ordem	Vias Componentes	
		1ª Ordem	2ª Ordem
Piedade – Centro	1	Av. Boa Viagem Av. Conselheiro Aguiar Estrada da Imbiribeira	Av. José Estelita Av. Sul Rua Imperial
Jaboatão – Centro	2	Av. José Rufino/Rua São Miguel BR-232	Av. Sul Rua Imperial Av. Engº Abdias de Carvalho
Camaragibe – Centro	3	Av. Canxangá	Rua Benfica
Casa Amarela – Centro	4	Av. 17 de Agosto/Av. Parnamirim/Av. Ruy Barbosa Estrada do Arraial/Av. Rosa e Silva	Av. João de Barros
Beberibe – Centro	5	Av. Beberibe Estrada de Belém	Av. João de Barros Av. Norte
Olinda – Centro	6	PE-1	Av. Cruz Cabugá
Afogados – Encruzilhada	7	Estrada dos Remédios Estrada Velha de Água Fria	Rua Visconde de Albuquerque Rua José Bonifácio
Macaxeira – Prazeres	8	BR-101 Av. Recife Av. Perimetral	

Fonte: **Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife**. Recife: CONDEPE, 1974, p. 309. (volume 2b)

Para servir ao perímetro urbano do Recife, havia cerca de 787 coletivos, em 1970,⁷⁰ dos quais a Companhia de Transportes Urbanos (CTU), empresa municipal, detinha 458 coletivos (115 trólebus ou os conhecidos ônibus elétricos e 343 ônibus a diesel), servindo 18 linhas,⁷¹ Em 1973,⁷² o Recife era servido por 1.316 ônibus e as outras cidades da Região Metropolitana do Recife por 621 ônibus, totalizando 1.937 veículos de transporte coletivos, com 62,2% da população metropolitana se utilizando desses meios de transporte com a finalidade de fazer percursos de casa-trabalho (27,0%), casa-escola (14,0%), casa-outros (41,0%) e fora de casa (17,4%), chegando a um valor absoluto de 885.061 passageiros diários, o que perfazia, num cálculo bastante modesto, uma média de 38 passageiros por viagem, distribuídos por doze viagens diárias.

A projeção ainda será mais significativa para os deslocamentos dos passageiros nos horários de *peak* de uso do transporte coletivo, observando uma sobrecarga no uso dos coletivos e no tráfego dos corredores. Principalmente, nos

⁶⁹ Para estes informes, consultar: ANDRADE, Manuel Correia, *op. cit.*, pp. 80-81.

⁷⁰ Anuário Estatístico de Pernambuco – 1970, p. 126.

⁷¹ MENDONÇA, Luís Carnevalheira e PEREIRA, Affonso Cezar B., *op. cit.*, p. 81.

⁷² Os indicadores e informes que apresentaremos a seguir foram coletados em **Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife**. Recife: CONDEPE, 1974, pp. 314-320. (volume 2b)

trechos da Av. Boa Viagem, na ponte Agamenon Magalhães (ligando a Boa Vista aos subúrbios), Rua São Miguel, Estrado dos Remédios, Largo da Paz (as três no distrito de Afogados), Rua Conde de Irajá, Ponte da Torre (ambas na Madalena), Largo da Encruzilhada (girador de ligação com a zona norte da cidade) e em alguns trechos da Av. Norte. Na área central, os pontos de sobrecarga eram verificados na Rua Imperatriz, Rua Gervásio Pires, Rua do Hospício, Rua 1º de Março, Rua do Imperador e nas avenidas Nossa Senhora do Carmo, Conde da Boa Vista, Manoel Borba e trechos da Dantas Barreto, locais onde estavam situados os principais terminais de ônibus do centro da cidade e de ligação com os principais corredores de tráfego.

Em uma reportagem datada de 9 de março de 1969, do Diário de Pernambuco, o jornalista Jeová Franklin já antecipava, com base num diagnóstico *in loco* das condições deficitárias do serviço de transporte coletivo no Recife, problemas e condições que se arrastariam sem solução pela década seguinte:

(...) Os problemas principais do transporte coletivo são proporcionais à extensão da linha e ao número de ônibus de que dispõe a empresa para servi-la. Algumas áreas são consideradas privilegiadas – Afogados, Água Fria, Encruzilhada e Cordeiro – porque se situam a pequena distância do centro e porque por elas trafegam inúmeras linhas de outros bairros. Outros subúrbios apesar de não terem grande problemas de distância – Cajueiro, Cidade Universitária, Torrões, Casa Forte – dispõem de uma só empresa de ônibus servindo-a e os moradores ficam literalmente a mercê dela.

(...) **Casa Amarela.** No bairro dos Aflitos, perto da avenida Malaquias, três operários sentavam no meio-fio à espera do elétrico de Casa amarela. Estavam já desde às 15 e 30 horas. Logo depois algumas mocinhas de vestidos coloridos chegaram e ficaram mais afastadas. O grupo, às 15 e 20 horas, já chegava a 15 pessoas, mas três delas chamam um táxi vermelho que passa. Era quinta-feira, 27 de fevereiro e só às 3 e 37 minutos passou um diesel da CTU – nº 687 – logo seguido de um elétrico.

Cidade Universitária – Dois estudantes esperavam o ônibus da Cidade Universitária, na avenida Manoel Borba (esquina com a Rua das Ninfas). Dias 25 de fevereiro. Chegaram já às 14 e 55 horas e só às 15 e 45 horas foi aparecer o ônibus número 607 que servia à linha desejada. Cinquenta e cinco minutos depois quatro ônibus diesel da CTU estavam parados tranquilamente sem passageiros na praça da Várzea, onde também fazem terminal os carros da Cidade Universitária. (...) ⁷³

Além de ressaltar o aspecto que frisamos acima, o da quase ausência de vias ou corredores de tráfego interligando as localidades, o repórter pôde verificar *in loco* que outro problema do transporte coletivo no Recife era o da morosidade e irregularidade para as linhas de ônibus cumprirem os seus itinerários e horários, levando a maioria dos usuários a dispensar um tempo extra para poderem

⁷³ **Diário de Pernambuco**, de 09/03/1969, p. 3, 3º Caderno.

usufruir dos serviços do transporte coletivo para o exercício de suas ocupações. No geral, a população atribuía a responsabilidade pelo problema da morosidade e irregularidade aos funcionários das empresas, principalmente motoristas e cobradores, por não estarem ciosos de suas obrigações profissionais e mais voltados para a contemplação de seus interesses privados em detrimento dos serviços que tinham que prestar. Podemos depreender esses aspectos a partir das razões declaradas pelos usuários sobre a qualidade do serviço prestado pelo transporte coletivo, que iam desde acusações aos seus funcionários de desleixo no cumprimento dos horários, de atrasos premeditados, irresponsabilidade na condução dos veículos, falta de empenho no cumprimento das tarefas, até acusações de subtração de recursos dos passageiros quando da restituição do troco do passageiro para proveito próprio, conforme trechos de uma reportagem datada de 22 de julho de 1970, do Diário de Pernambuco:

- Vamos para o meio do carro, minha gente, está vazio, vamos, vamos! É proibido ficar na porta! Para o meio do carro, vamos, vamos!

O cobrador do ônibus grita nervoso. As pessoas se amontoam, pisam nas outras, soltam palavrões, cospem, esmurram, praguejam. O cobrador está outra vez brigando por causa de troco. O passageiro reclama alto, para todo mundo ouvir. Grita alto que “tudo que é cobrador está enricando”. Outros passageiros aprovam. O calor está aumentando. O carro dá um freio brusco, as pessoas embolam para a frente, depois para trás, uma cai, a outra pisa. Aí meu pé! Desculpe, não foi por gosto”. “É isso mesmo, depois inventaram desculpa, ninguém mais foi preso!” O homem que reclama o troco continua falando:

É isso mesmo. Tudo quanto é cobrador está ficando rico.

Uma mulher que está observando a conversa, balança o gordura, e com uma fala muito fina e enervante, diz:

Conheço um na minha rua, que já tem duas casas. Não tinha nada, passou a trabalhar em ônibus. Nunca mais passou fome. Depois querem tirar onda de honesto. Eu sei!

O cobrador quer se levantar. Está num pé de briga. No entanto, sabe ser essa sua luta diária: todas as horas, todos os instantes, sempre, sempre convencendo de que não tem troco. (...)

Quem responde primeiro é o jovem José Epanimondas de Azevedo, que fala a respeito dos ônibus que fazem a linha de Dois Irmãos. Ele afirma: “Não é boa. É servida por ônibus – diesel da Companhia de Transportes Urbanos, mas tem uma porção de falhas que a CTU parece fechar os olhos para não ver. Por exemplo: a demora dos ônibus. Às vezes correm demais nas ruas para vencer o horário, somente porque os motoristas e cobradores param para namorar. Isso é o cúmulo. Cheguei a ver, pessoalmente, isso. Não foi de ouvir dizer. No terminal, o motorista e o cobrador, tranqüilamente, conversam com suas namoradas, como queriam, enquanto os passageiros reclamavam. (...)”

Rigorosamente, não. A gente faz um cálculo, de 20 em vinte minutos. No entanto, eles atrasam. Às vezes, passam dois de uma vez. Aí é fogo, demora muito. E as lotações saem, geralmente, no mesmo momento do elétrico.(...) ⁷⁴

⁷⁴ **Diário de Pernambuco**, de 22/07/1970, p. 5, 2º Caderno, Seção: **Problemas da Cidade**.

Para os usuários dos transportes coletivos, os seus problemas eram fundamentalmente produzidos e reproduzidos por aqueles que se colocavam à frente dos veículos para fazer funcionar o sistema de transporte. Tratava-se, nesse caso, de uma percepção imediata e restrita das razões dos problemas, orientada muito mais pelo senso comum, juízos de valores e pré-julgamentos dirigidos aos que eram responsáveis pelo funcionamento do serviço de transporte coletivo, que tinham contra si e seu desconforto as condições de serem os indivíduos mais perceptíveis que exerciam funções no sistema de transporte. Por conseguinte, estes apareciam aos usuários como os sujeitos que apresentavam possibilidades imediatas para os quais se podiam canalizar em sua direção os descontentamentos e as insatisfações quanto à qualidade dos serviços prestados no transporte coletivo. Nesse contexto, ocultavam-se e se ignoravam as razões estruturais, a lógica empresarial e as políticas estatais responsáveis pela implantação, funcionamento e manutenção do sistema de transporte coletivo na cidade do Recife como os verdadeiros motivos da sua degradação.

No caso da lógica empresarial dos proprietários de empresas de transporte coletivo, as estratégias e ações se orientavam muito mais no sentido de auferirem vantagens e prerrogativas no mercado de transporte coletivo, obtenção de exclusividades de linhas e eliminação de concorrentes, que pudessem proporcionar elevação de seus lucros sem ter que realizar investimentos. Um exemplo de tentativas de eliminação de concorrência foram às campanhas desenvolvidas contra o uso dos trólebus (ônibus elétrico) e os obstáculos impostos ao seu funcionamento. Quanto ao seu uso, quase sempre se alegava que, por serem grandes, lentos e dependerem da regularidade de linhas de energia para se locomoverem, apresentavam transtornos no trânsito e promoviam engarrafamentos, principalmente na área central da cidade com a sua combinação de ruas largas com outras mais estreitas, sendo estas a maioria, e pontos de afunilamento do tráfego, o que fazia emergir as proposições de proibição de circulação dos elétricos pelas artérias centrais da cidade.⁷⁵ Outras

⁷⁵ Entre 1970 e 1975, diversas reportagens do **Diário de Pernambuco** sobre o as condições do transporte coletivo e o trânsito no Recife, principalmente na sua área central, quase sempre faziam referência à necessidade de eliminar o uso do ônibus elétrico como meio de transporte. Entre as reportagens do referido jornal, destacamos as seguintes: *Elétrico devem sair do centro*, de 08/04/1970, p. 5, 2º Caderno; *Trânsito vai melhorar*, de 12/04/1970, p. 2, 3º Caderno, por Samir

ações partiam dos próprios órgãos estatais, como o DETRAN, que volta e meia alterava ou impunha restrições à circulação, aos percursos e ao uso de pontos de convergência (terminais) pelos elétricos. Nesse caso, vale mencionar a proibição, feita pelo DETRAN em janeiro de 1970, de uso dos terminais na Av. Nossa Senhora do Carmo pelos ônibus elétricos, dando à CTU um prazo de onze dias para transferir a rede elétrica e que viabilizasse o deslocamento dos trólebus para os terminais no Cais de Santa Rita, ao lado do Armazém 17. O não cumprimento do prazo pela CTU levou o DETRAN a apreender, em plena via pública e transportando passageiros, cerca de dezoito ônibus elétricos, desencadeando a chamada “guerras dos terminais”, que se arrastou durante quase todo o mês de janeiro daquele ano.⁷⁶ A razão da proibição estava no fato de o terminal em questão está localizado em plena área central da cidade e servir aos ônibus que transportavam usuários de alguns dos distritos mais populosos da Zona Sul da cidade (Boa Viagem, Afogados, Tejipió) e cidades vizinhas densamente habitadas (Jaboatão, Cabo, Moreno), razão que levava os usuários a optar pelos coletivos que ali se dirigiam.

Outras razões para a preferência dos usuários pelos elétricos estavam no menor custo de sua passagem e na sua maior capacidade em acomodar passageiros, conforme alguns depoimentos:

(...) “É lógico que o coletivo deve e tem que vir ao centro da cidade. Por esta mesma razão é que criam nas cidades grandes o chamado metrô. Para levar o trabalhador cada vez mais perto do seu trabalho, da sua repartição. E além disso, carregar um número maior de pessoas. Se apenas um veículo pode carregar uma grande quantidade de pessoas, por que o concurso de vários? Não há necessidade. É muito comodismo. O ônibus elétrico tem essa vantagem. Pode levar mais do que 50 automóveis particulares e mais 30 ou 40 táxis, se cada desses veículos levar mais de um passageiro. (...)”⁷⁷
(...) “Os ônibus – diesel de Engenho do Meio são quase inúteis; muito pouca gente os utiliza. Quase ninguém. E as lotações são poucas, nem todas muito boas, além do preço ser mais caro. O transporte ideal mesmo é o elétrico. É preciso reconhecer isso. Acima de tudo, são ônibus grandes, com capacidade para transportar muitos passageiros, além de serem higiênicos, bem tratados, zelados. Essa é a verdade. E a passagem é sempre mais barata. Tem todas as condições para ser o melhor transporte, e é, justiça seja feita. Agora, os que servem a à linha são poucos. Também é outro caso indiscutível.”⁷⁸

Abou Hana; *Só DETRAN e Prefeitura retirariam os elétricos*, de 14/04/1971, p. 3, 1º Caderno; *DETRAN e CTU: a busca da definição*, 17/11/1975, p. 3, 1º Caderno;

⁷⁶ Sobre este episódio consultar o **Diário de Pernambuco**, 13, 16, 20 e 21/01/1970, pp. 3, 2, 3 e 3, respectivamente, 1º Caderno, para todos as datas indicadas.

⁷⁷ **Diário de Pernambuco**, de 08/04/1970, p. 5, 2º Caderno.

⁷⁸ **Diário de Pernambuco**, de 22/07/1970, p. 5, 2º Caderno, Seção: **Problemas da Cidade**.

Esses depoimentos já nos apontam para as razões estruturais dos problemas relacionados ao transporte coletivo e ao trânsito no Recife. Na mesma reportagem de onde extraímos o primeiro depoimento, é observado que 56% do espaço de uma avenida comum eram ocupados por carros particulares; 36%, por táxis e 9% eram reservados aos coletivos, sendo que estes transportavam 28 vezes mais passageiros que os táxis e 18 vezes mais que os automóveis particulares. Outro aspecto que concorreu, ao longo dos anos, foi uma diminuição no número absoluto de coletivos para o serviço de transporte coletivo. Segundo uma reportagem datada de 1º de setembro de 1975, do Diário de Pernambuco, o Grande Recife era servido, em 1974, por cerca de 1.350 ônibus contra 1.937 coletivos, em 1973.⁷⁹ Por outro lado, as iniciativas estatais para impedir a degradação do transporte coletivo e do trânsito da cidade se restringiram, praticamente, à administração dos valores das passagens de ônibus, à implementação de planos viários com o objetivo de melhorar o fluxo de veículos e à construção de grandes obras viárias dirigidas a fluxo do automóvel particular. Quanto aos proprietários de empresas, estes só se manifestavam para assegurar vantagens e prerrogativas para suas empresas, sendo uma constante a reclamação dos usuários contra o descumprimento das suas obrigações e da ausência de qualidade nos serviços que eles tinham que prestar às comunidades assistidas. Em grande parte, esses desrespeitos eram favorecidos pela quase ausência de fiscalização pelos órgãos estatais responsáveis quanto ao cumprimento das obrigações e ao dever das empresas em oferecerem qualidade nos serviços que prestavam.

No geral, ao longo dos anos, a situação tendeu a se deteriorar na medida em que o transporte coletivo tinha cada vez mais que disputar espaço com o crescente número de veículos individuais, que à época já correspondiam a 39,8% dos veículos em trânsito na cidade. Esse era um problema de cuja dimensão uma parte da população da cidade já tinha uma certa consciência, conforme nos faz lembrar a reportagem *Trânsito vai melhorar?*, de Samir Abou Hana:

Aliás, ia esquecendo, tem um detalhe importante nessa história: é que aumenta, diariamente, o número de automóveis em circulação. Apesar das aperturas financeiras, muita gente encontra um meio de fazer seu pé-de-meia e adquirir um transporte próprio. Ora, se providências não foram tomadas nos últimos anos, para que fossem construídas avenidas perimetrais e houvesse

⁷⁹ **Diário de Pernambuco**, de 01/09/1975, p. 3, 1º Caderno.

alargamento das ruas centrais, esse detalhe tem, portanto, contribuído para que o problema seja agravado aos poucos.⁸⁰

Outra reportagem, datada de 3 de março de 1973, do Diário de Pernambuco, viria a confirmar as expectativas levantadas por Samir Abou Hana anos antes, ao informar que: *Com 80.000 veículos em circulação por ruas estreitas e esburacadas, e matriculando a cada mês 1.200 carros novos, Recife é uma cidade de tráfego difícil.*⁸¹ Como solução, a reportagem segue a mesma linha de proposição feita anteriormente por Samir Abou Hana: a construção urgente e em lugares estratégicos de obras viárias capazes de desafogar o tráfego do Recife, principalmente, em sua área central, para servir ao número crescente de automóveis. Dois anos mais tarde, quando obras viárias como a Av. Dantas Barreto e o Complexo Salgadinho já estavam concluídas e boa parte da Av. Agamenon Magalhães estava pronta, faltando ainda para a sua conclusão a ponte-viaduto sobre o Rio Capibaribe e o Elevado da Cabanga, que faria a ligação direta da avenida ao distrito de Boa Viagem, o problema do tráfego não apresentava perspectivas de melhoras e sim de agravamento:

São várias as origens dos estrangulamentos do tráfego no Recife, disse César Cavalcanti. Entre eles, a que mais pesa é o fato de o volume de automóveis que circula na área metropolitana ser consideravelmente superior às possibilidades do espaço que as vias de circulação oferecem. Outro grande problema é a concentração densa de atividades e serviços no centro do Recife. Isto é, nos bairros de Santo Antônio, Boa Vista e São José.⁸²

O título da reportagem do qual retiramos esse trecho era *É preciso evitar o caos do trânsito*. Evitar talvez não fosse a ação mais apropriada para aquele momento, pois não se tratava mais de evitar algo que já estava de fato e há muito instalado no tráfego do Recife, apesar de todas as soluções viárias que tinham sido oferecidas, principalmente, em proveito da circulação dos automóveis particulares e aos seus condutores.

De fato, para alguns o caos já era um resultado visível e palpável, principalmente para os usuários dos transportes coletivos, que tinham que disputar diariamente e de forma acirrada uns com os outros o acesso aos coletivos e, quando obtido, um espaço exíguo nos mesmos, nos quais tinham que enfrentar condições de compressão sobre o corpo, dificuldades de respiração, condições de insalubridade e elevação da temperatura ambiente, levando ao

⁸⁰ **Diário de Pernambuco**, de 12/04/1970, p. 1, 3º Caderno.

⁸¹ **Diário de Pernambuco**, de 03/06/1973, p. 10, 1º Caderno.

⁸² **Diário de Pernambuco**, de 01/09/1975, p. 3, 1º Caderno.

desgaste físico antes e depois do trabalho desses passageiros. Em alguns casos, como no uso dos trólebus, nas horas de *peak*, a população os denominavam como verdadeiras “latas de sardinha”, numa alusão de que se sentiam nos ônibus como se estivessem na condição de uma sardinha comprimida em uma lata hermeticamente vedada.

Mas o caos ainda tinha outras faces, reveladas por uma pesquisa e estudo pormenorizado produzido pela SUDENE, tendo como referência o ano de 1972, sobre as condições do trânsito e tráfego no Recife e Grande Recife, *Estudos de Transportes do Grande Recife*⁸³, que já evidenciava uma situação crítica para a área central da cidade e a sua periferia e apontava para as possíveis intervenções urbanas no sentido de melhoria do fluxo de transporte e das suas condições.

Inicialmente, podemos retirar do estudo a confirmação da centralização do fluxo do transporte coletivo no sentido da área central da cidade, oriundos dos subúrbios, da periferia e das cidades vizinhas do Recife. Conforme o QUADRO 04 abaixo, os terminais de destino e retorno das viagens das linhas de ônibus que serviam à cidade e à área metropolitana estavam concentrados em ruas, avenidas e praças do Bairro do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista.

No total, nesses bairros existiam 19 terminais, servidos por 113 linhas de ônibus com destino para as mais diferentes localidades do Recife e Grande Recife, sendo que treze das linhas eram servidas por trólebus, os ônibus elétricos, com tarifas mais reduzidas que as cobradas nos ônibus a diesel, que serviam às áreas centrais dos bairros de Beberibe, Engenho do Meio, Casa Amarela, Córrego do Euclides, Várzea, Mustardinha, Madalena, Macaxeira, Campo Grande, Peixinhos, Vasco da Gama e Vila do IPSEP, com os seus terminais de origens localizados nas Vias Componentes de 1ª Ordem do Corredor Principal de Tráfego (ver Quadro 03), por onde também faziam o seu itinerário no sentido da área central do Recife. As demais linhas de ônibus e algumas das quais servidas por trólebus (Peixinhos e Vasco da Gama) eram servidas por ônibus a diesel.

Será num desses terminais ou pontos de ônibus da área central do Recife que Nicolau Pompeu captará para si e Maria de França um lapso de tempo que interrompe provisoriamente a perambulação entre os meandros burocráticos da

⁸³ **Estudos de Transportes do Grande Recife.** Recife: SUDENE/Wit Olaf Prochnik, 1973.

QUADRO 04) - TERMINAIS DAS LINHAS DE ÔNIBUS NA ÁREA CENTRAL DO RECIFE, NÚMERO DE LINHAS E LOCALIDADES DE ORIGEM DAS LINHAS (1972)

Localização do Terminal de Destino	Número de Linhas	Distrito e Cidade de Origem
Terminal Rodoviário do Recife (São José)	05	Itapissuma Igarassu Goiana Arassoiaba Itamaracá
Terminal Praça Artur Oscar (Bairro do Recife)	04	Casa Amarela
Terminal Cais do Apolo (Bairro do Recife)	02	Beberibe
Terminal Armazém 7 e 8 das Docas (Av. Alfredo Lisboa, Bairro do Recife)	08	Casa Amarela São Lourenço da Mata
Terminal Rua Vigário Tenório (Bairro do Recife)	15	Boa Viagem Afogados Imbiribeira Várzea Curado
Terminal Cais da Alfândega (Bairro do Recife)	03	Afogados Imbiribeira
Terminal Rua Mariz e Barros (Bairro do Recife)	01	Beberibe
Terminal Cais de Santa Rita (São José)	07	Boa Viagem Jaboatão Cabo Moreno
Terminal Travessa do Carioca (São José)	03	Afogados
Terminal Av. Martins de Barros (São José)	15	Tejipió Afogados Abreu e Lima Paulista Olinda Abreu e Lima
Terminal Avenida Guararapes (Santo Antonio)	08	Madalena Beberibe Casa Amarela Várzea
Terminal Rua Siqueira Campos (Santo Antonio)	05	Beberibe Madalena Casa Amarela Encruzilhada
Terminal Rua do Sol (Santo Antonio)	05	Beberibe Madalena Casa Amarela
Terminal Rua Floriano Peixoto (São José)	09	Boa Viagem Afogados Jaboatão
Terminal Rua do Riachuelo (Boa Vista)	10	Olinda Beberibe
Terminal Rua da Aurora (Boa Vista)	06	Madalena Várzea
Terminal Rua da Saudade (Boa Vista)	02	São Lourenço da Mata Tiúma
Terminal Cais José Mariano (Boa Vista)	05	Camaragibe

Fonte: **Estudos de Transportes do Grande Recife**. Recife: SUDENE/Wit Olaf Prochnik, 1973, pp. A5.24-A5.25.

previdência e a marcha forçada pela experiência mistificadora da modernização brasileira. Nesse interregno de um ponto de ônibus, ele, Nicolau Pompeu, entre a um ônibus e outro, busca a oportunidade para que Maria de França conheça as suas intenções, conversem sobre outras coisas de seus interesses, troquem

informações e impressões, flertem um ao outro, descubram-se e tomem ciência do que entre ambos acontece.

Aproveita-se, assim, Nicolau Pompeu, também conhecido como Dudu, seu cognome de jogador de futebol, para selar seu romance com Maria de França ofertando a ela uma aliança e pedindo-a em noivado. Esse ato cria para os dois um dos raros momentos em que prevalecer a sensação de prazer, alegria e o contentamento entre ambos.

A decepção é compensada, em parte, quando Nicolau Pompeu, no ponto do ônibus, oferece a Maria de França uma delgada aliança de noiva. O gesto é a culminação de um movimento jubiloso, que, por assim dizer, evolui em surdina. Apesar da incompetência ou da má fé do esquema previdenciário, ou da conjugação de ambas, tudo parecendo obedecer a um cálculo, a um plano capcioso, sente-se a antiga tecelã, sob os cuidados ativos do amigo – agora noivo –, em união com o mundo, como que vertendo sobre tudo e todos as provas de amor que recebe:

"Ninguém me ama? Ninguém me quer? Quer, sim. Alô, ouvintes, ouçam, vocês estão por longe, fora do Globo da Morte, mas agora abro a porta de aço e vou até aí, meu homem e anjo ordena, vou de chapéu de palha e entro na ciranda, coroa de pessoas, dedos dados, jogo flores nos telhados, no rio e nas ruas do Recife."⁸⁴

Nicolau Pompeu, o Dudu, comporta-se nessa passagem do romance como um verdadeiro jogador de futebol, mais precisamente, como um centroavante de um time de futebol, o Torre, uma agremiação predestinada a fazer número no campeonato estadual e a servir aos grandes times do futebol local (Sport Recife, Santa Cruz e Náutico) como uma fonte abundante de goleadas para a ampliação dos saldos de gols dos grandes times, mas que de vez em quando aprontava alguma com os grandes clubes ao impingir aos mesmos surpreendentes vitórias, contrariando as expectativas e produzindo verdadeiras zebras, conforme os diagnósticos da crônica esportiva.

Depois de enfrentar as duras retrancas da burocracia estatal, a imparcialidade dos árbitros e o jogo desleal dos adversários, Dudu aproveita o único momento de um dia, no qual ele e Maria de França podiam se cindir do tramado da força e do peso da burocracia da administração, e que com sua habilidade de centroavante em buscar ocasiões e bons momentos, realiza então a sua grande jogada do dia, desferindo para si e para a companheira um gol de placa. Ali, naquele ponto de ônibus, Dudu e Maria de França, como tantos outros da cidade, descobrem a oportunidade de dele fazer um ponto de fuga às avessas,

⁸⁴ LINS, Osman, *op. cit.*, p. 25.

no qual se liberam de um ponto de vista único e fixo e divergem em paralelas para outras direções e perspectivas de vida, como o senhor da figura abaixo que se apropria de um interlúdio em um ponto de ônibus para pôr em dia o seu conhecimento sobre o mundo ou como as pessoas da outra figura que parecem até relaxar de algo enquanto não chega o seu coletivo. Isso parece se apresentar para Maria de França quando, encantada e prazerosa ante o pedido de noivado, anuncia, como num programa radiofônico, ao público ouvinte que é amada, abrindo as portas de aço e conclamando todos a se evadirem da esfera estatal do poder burocrático e tecnocrático, dentro da qual todos se sentem impelidos a se movimentarem de forma constante, uniforme e retilínea, para não despencarem (o Globo da Morte). Como contrapartida, feito uma mestra cirandeira, convida todos a se juntarem para, de mãos dadas, lado a lado, independente de quem quer que sejam, formarem uma roda e dançarem imitando o ondulado suave das ondas do mar, para inventarem uma outra causa, manifestarem uma outra vontade e se imporem a qualquer poder autocrático.



Fig. 2. Passageiros a espera de transporte coletivo num ponto de ônibus.

Fonte: Fotos de Antônio Colhada para a reportagem *Recife: uma cidade bem servida de coletivos?*, de Jeová Franklin, in **Diário de Pernambuco**, 09/03/1969, p. 3, 3º Caderno.

Entretanto, Dudu conhece os limites desse interlúdio, desse interregno. A sua própria experiência proletária lhe anuncia os limites desse momento, pois, vivendo na condição de jogador de um clube pequeno, sendo, portanto, mal-remunerado, e sonhando com um futuro promissor, acalenta ainda jogar na seleção, sonho que se mostra cada vez mais inatingível. Emprega-se como cobrador de ônibus para compor uma renda mínima e passa a viver uma condição quase carcerária e maquinal.

Nicolau Pompeu, preso o dia quase todo na borboleta do ônibus, dispõe agora de pouco tempo livre. Mesmo assim, arma-se de decisão e investe, confiante, para nova tentativa, a última. Certamente de coração apertado, pois a sua

noiva, a essa altura, só quer viver no quintal, tentando, entre acessos de raiva, mover o corpo antes da sombra.⁸⁵

A sujeição de Nicolau Pompeu às condições do mundo do trabalho não tardarão a pressagiar que um destino similar ao de Maria de França também o acometerá. Pois, depois de ter atuado de forma negligente no seu trabalho como vigia, suspeito de ter jogado dopado numa partida em que deu a vitória no último minuto ao seu time contra o líder do campeonato, Dudu vai trabalhar como cobrador e passa a dormir na garagem dos ônibus para não gastar com moradia, passando a sentir dores agudas nas costas:

À falta de outra coisa, Dudu aceita o lugar de cobrador de ônibus, ganhando menos; para economizar e poder alimentar-se, dorme na garagem, dentro dos carros; e então lhe aparecem dores agudas nas costas.⁸⁶

As dores lhe extenuaram o estado físico e mental e o que em Maria de França provocou uma meia loucura, nele outorgou a tuberculose. O próprio tráfego de veículos e a realidade dos transeuntes na cidade do Recife já eram um sinal evidente da pouca ou quase nenhuma preocupação para com as suas gentes, que diariamente tinham que vender e revender a sua força de trabalho.

Os pontos de ônibus até que podiam servir por alguns instantes como ponto de encontro e de fuga e ali até se poderia pensar e sonhar numa ciranda. Contudo, a dura realidade do globo da morte se anunciava presente e hegemônica quando o sistema de transporte coletivo do Recife apresentava a eles uma outra perspectiva de cidade que se configura paulatinamente em sua rede urbana, na qual a maquinária automobilística cada vez mais era dirigida para se impor ao sujeito e submetê-lo. Podemos averiguar isso quando procedemos a uma análise das condições do sistema de transporte coletivo da cidade.

No geral, as linhas de ônibus que serviam à cidade transportavam em média 60 passageiros nos horários considerados de pico (6h às 7h, 11h às 14h e 18h às 19h), configurando ambientes abarrotados que desfaziam qualquer perspectiva de afabilidade que os pontos de ônibus ainda prometiam. Ainda mais, as frotas de ônibus em suas sucessivas viagens tinham que enfrentar, à época, uma considerável saturação da rede, principalmente em locais que ligavam a área central da cidade aos subúrbios, periferia e cidades vizinhas (Av. Conde da Boa Vista, pontes que faziam a ligação com os bairros de Santo Antônio e Boa Vista,

⁸⁵ Idem, p. 35.

⁸⁶ Idem, p. 35.

Av. Cruz Cabugá e Olinda, Ponte Motocolombó e Largo da Paz, Encruzilhada e Av. Norte, corredores da Rua Imperial e Cais José Estelita).

Contudo, essa saturação, como vimos acima, era muito mais um produto da disputa que a frota de transporte coletivo tinha que realizar com o número crescente de automóveis (táxis e automóveis particulares) e os veículos de carga (TABELA 02), que, no período de 1969 a 1973, haviam crescido consideravelmente, enquanto a frota de coletivos tinha registrado o menor crescimento em número de veículos em relação a todo crescimento verificado para os demais tipos de veículos, exceto aqueles que eram considerados oficiais. O resultado desse crescimento era um significativo número de viagens de automóveis e caminhões (TABELA 03) pelos principais corredores de tráfego da cidade e a sua disputa por espaço de tráfego com o transporte coletivo.

TABELA 02 – CRESCIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS NA CIDADE DO RECIFE (1969-1973)			
Tipo de Veículo	1969	1973	% de Crescimento
Veículo Particular (Automóvel)	24.578	69.717	183,66
Veículo de Aluguel (Táxi)	4.128	5.870	42,20
Veículo Oficial	5.294 ¹	1.838	- 65,28
Veículo de Carga	3.601	6.899	91,59
Veículo Coletivo (Ônibus)	859	1.316	53,20
Outros Tipos de Veículos	337 ²	639	89,61

Fonte: Anuário Estático de Pernambuco de 1970 e 1973, pp. 126 e 41, respectivamente.

(1) Indicadores referentes ao ano de 1970.

(2) Indicadores referentes ao ano de 1968.

Entretanto, as consequências mais significativas da sobrecarga do trânsito na cidade do Recife eram aquelas relacionadas com a influência dos transportes sobre o meio ambiente e o estabelecimento de um número considerável de acidentes de trânsito.

Quanto à influência sobre o meio ambiente, *Estudos de Transportes do Grande Recife* pressupõe problemas com os níveis de ruído, de poluição de ar e de vibrações produzidos pela frota em circulação, tendo em vista que o Recife não fora uma cidade planejada para suportar o crescimento contínuo e elevado da frota de carros particulares e caminhões. No entanto, o problema de maior relevância verificado foi o número de acidentes nos principais corredores e cruzamentos da cidade, para os quais eram apresentados os seguintes

indicadores: colisão entre veículos – 1.441 (949); colisão com objeto fixo – 342 (128); atropelamento – 60 (34); outros tipo – 34 (14).⁸⁷

TABELA 03 – DISTRIBUIÇÃO DAS VIAGENS DE CAMINHÕES E AUTOMÓVEIS NOS PRINCIPAIS EIXOS (1972)		
Logradouro	Caminhões	Automóveis
Estrada da Imbiribeira	5.577	15.952
Estrada dos Remédios	4.620	13.912
Av. Sul-Rua Imperial	3.960	8.791
Av. Norte	3.465	14.033
Av. Conde da Boa Vista	3.428	33.510
Ponte da Torre	3.300	10.139
Av. Cruz Cabugá	2.970	12.310
Av. Caxangá	2.838	14.607
Ponte do Pina	2.343	20.655

Fonte: **Estudos de Transportes do Grande Recife**. Recife: SUDENE/Wit Olaf Prochnik, 1973, p. 5.3.

Era nos principais cruzamentos da cidade que se verificava um elevado número de acidentes de trânsito (TABELA 04). Constituindo-se eles em verdadeiras armadilhas aos transeuntes e motoristas ante o crescimento acelerado da frota de veículos e do tráfego pelas artérias do Recife. Esses cruzamentos e avenidas que os constituíam passaram, no decorrer dos anos, a disputar o título nefasto de “ponto negro” do trânsito recifense. Esse título indicava os cruzamentos ou trechos de avenidas e ruas onde mais se registravam, em um determinado mês, o maior número de acidentes de trânsito. Dos logradouros identificados como os mais problemáticos e que regularmente eram incluídos na relação dos candidatos a “ponto negro” do trânsito, dois se destacavam: o Largo da Paz, em Afogados, eixo viário de ligação com Av. Mascarenha de Moraes, principal avenida do Recife por onde fluía o maior número de veículos de carga; e a Av. Guararapes, localizada no distrito de Santo Antônio, uma das principais avenidas da área central da cidade e que servia de corredor de ligação entre as ilhas fluviais e a parte continental da cidade. Pelo menos em dois momentos esses dois logradouros ganharam destaque na imprensa:

Largo da Paz, “ponto negro” do trânsito recifense

⁸⁷ **Estudos de Transportes do Grande Recife**. Recife: SUDENE/Wit Olaf Prochnik, 1973, p. 5.20. O estudo informa que esses indicadores não seriam confiáveis por não traduzir uma quantificação real dos acidentes de trânsito, pois uma parte dos sinistros não eram registrados e/ou eram por diferentes órgãos públicos que não intercambiavam as informações e dados entre si. Outra observação sobre esses indicadores é que os indicadores situados entre parênteses se referem aos acidentes de trânsito ocorridos exclusivamente em cruzamentos.

Com um total de sete acidentes ocorridos no mês passado, o Largo da Paz foi considerado o “ponto negro” mais perigoso deste período, pelo Detran, de acordo com dados fornecidos pela Delegacia de Acidentes.

O segundo foi a Ponte de Motocolombó, com seis acidentes, seguido do cruzamento das avenidas Caxangá e General San Martin, com abalroamentos. (...)⁸⁸

Avenida Guararapes é ponto negro do trânsito

A Avenida Guararapes foi considerada o ponto negro mais perigoso do mês passado pelo Detran, de acordo com dados fornecidos pela Delegacia de Acidentes.

No local ocorreram 12 acidentes de trânsito, seguido da Estrada dos Remédios, no trecho entre a Rua São Miguel e a Rua 21 de Abril, com seis acidentes.⁸⁹

TABELA 04 – NÚMERO DE ACIDENTES NOS PRINCIPAIS CRUZAMENTOS DO RECIFE (1972)								
Local	Feridos				Mortos			
	A	B	C	D	A	B	C	D
Largo da Paz	1	-	18	2	-	-	-	-
Av. Guararapes	8	4	18	1	-	-	-	-
Av. Norte c/ João de Barros	16	-	1	-	-	-	2	-
Estrada dos Remédios c/ Rua do Benfica	4	2	9	-	-	-	1	-
Av. 4 de Outubro c/ Av. Agamenon Magalhães	8	-	4	-	-	-	-	-
Largo da Encruzilhada	1	-	13	2	-	-	-	-
Av. Agamenon Magalhães c/ Rua Buenos Aires	19	-	-	-	-	-	-	-
Av. Caxangá c/ Prof. Novais Rego	8	-	-	-	1	-	1	-
Estrada dos Remédios c/ Abdias de Carvalho	2	-	-	-	1	-	1	-

Fonte: **Estudos de Transportes do Grande Recife**. Recife: SUDENE/Wit Olaf Prochnik, 1973, pp. 5.21

Convenções: A – colisão entre veículos

B – colisão com objeto fixo

C – atropelamento

D - outros

Os indicadores da TABELA 04 confirmam as colocações e os fatos descritos pelas notícias dos jornais, mas a mesma tabela também nos informa que a situação não era específica de dois ou três logradouros. Os acidentes de trânsito, na medida em que crescia o número de veículos e o trânsito se intensificava na cidade, faziam de qualquer avenida ou rua apropriada ao fluxo da maquinaria automobilística um território propício ao acidente de trânsito ou ao perigo, inclusive, de vida. Isso já era algo perceptível no começo dos anos 1970, no Recife, tanto que em 25 de março de 1970 o Diário de Pernambuco, na seção *Problemas da Cidade*, publicava a reportagem *Cuidado! A morte está nas avenidas*. A matéria alertava para o perigo de vida que o transeunte corria ao atravessar ruas e avenidas da cidade, relacionando, inclusive, locais onde ocorria o maior número de acidentes, como: a descida da Av. Conde da Boa Vista,

⁸⁸ **Diário de Pernambuco**, de 17/05/1973, p. 2, 1º Caderno.

⁸⁹ **Diário de Pernambuco**, de 31/07/1973, p. 3, 1º Caderno.

seguindo pela Ponte Duarte Coelho, para adentrar na Av. Guararapes; as ruas e avenidas que os estudantes precisavam atravessar quando saíam das escolas, ao final de seu turno de estudo, e as ameaças que nelas o espreitavam; uma relação de avenidas (Caxangá, Mascarenha de Moraes, Conde da Boa Vista, Beberibe) onde havia perigo constante de acidentes de trânsito; alguns trechos e cruzamentos da cidade que passaram a ficar conhecidos ora como “esquina da morte” ou “praça do horror”, devido ao altíssimo número de acidentes de trânsito com vítimas fatais. A reportagem termina com uma quase ironia, ao afirmar que o número era tão crescente que poderia virar um negócio: *Só o que está faltando, na verdade, é uma empresa para negociar as mortes nas avenidas. Ficaria rica em pouco tempo.*⁹⁰

Contudo, ironia à parte, a reportagem tinha a finalidade de alertar e orientar os transeuntes sobre os perigos crescentes que enfrentavam ao transitarem por avenidas e ruas cada vez mais infestadas de veículos:

O cidadão que atravessar a rua, percebe que o sinal fechou. Põe o pé na rua e começa. Não andou dez metros, o sinal abre, ele tenta voltar, não sabe, quer continuar, também não sabe, está indeciso. De surpresa é apanhado por um carro e atirado longe. A cidade parece tomar outro aspecto, as pessoas se movimentam, um homem atirado no chão, ferido, começa a morrer. O motorista do carro desce para lhe prestar socorro.

Ninguém entende como se verificou o acidente. Pelo tempo, dava muito bem para o homem atravessar, para depois ser fechado o sinal. Ou o guarda não soube calcular o tempo, ou o sinal automático está quebrado. Esse tipo de acidente no Recife é constante. Todas as horas em todos os momentos estão acontecendo.

A reportagem ainda apontava que uma das principais causas dos acidentes residia na indisciplina e irresponsabilidade dos motoristas na condução dos veículos, como trafegar com luz alta e na contra-mão. Pouco mais de dois anos depois, Raimundo Carrero alertava, em uma reportagem, que uma outra indisciplina contribuía decisivamente para a elevação dos acidentes de trânsito: a alta velocidade desenvolvida pelos motoristas em seus veículos.

E por que ocorrem tantos acidentes de trânsito no Recife? Segundo, ainda, o delegado de acidentes, a causa principal seria a falta de precaução de muitos motoristas ou até o desrespeito ao Código Nacional de Trânsito. É comum verificar-se que “os ases do volante” prezam por cruzar as avenidas desenvolvendo grandes velocidades, atravessando todos os sinais, colocando em perigo a própria vida e a vida dos transeuntes. Há também aqueles que dirigem completamente embriagados.

A Avenida Conde da Boa Vista, a Avenida Boa Viagem, a Avenida Caxangá e a Estrada da Imbiribeira são as principais “pistas” de corrida do Recife. Nestas

⁹⁰ **Diário de Pernambuco**, de 25/03/1970, p. 5, 2º Caderno, Seção: **Problemas da Cidade**.

áreas, os motoristas são “arrebataados” pelo espírito de Emerson Fittipaldi. “Transferem para os pés – ao comprimir o acelerador – todas as suas frustrações e angústias. Em muitos casos, transportam para a morte suas agonias”, comentou um psicólogo.⁹¹

Em meados da década de 1970, o carro já passava a ser comparado a uma arma, a ponto de uma matéria jornalística do repórter Ernani Regis se intitular: *Mesmo sem fazer “do carro uma arma” – a vítima será sempre você*. Nessa reportagem o jornalista comparava os indicadores de acidentes de trânsito do Brasil com os de outros países, o que lhe permitia concluir que o Brasil detinha o primeiro lugar nesse tipo de sinistro no mundo, superando países da Europa e os Estados Unidos. O repórter comparava, ainda, a potência destruidora de vidas do carro à de uma espécie de peixeira quando usada como arma para perfurar abdômes alheios. Das razões para a conversão do carro em arma, o jornalista arrola a sempre indisciplina e irresponsabilidade dos motoristas, mas dá destaque a um outro aspecto até então pouco discutido: o crescente número de automóveis que passaram a ocupar o espaço urbano, galgando, assim, uma supremacia sobre este e impondo uma hegemonia opressiva sobre os transeuntes.

A esta altura, o leitor, o motorizado ou não, percebeu que o problema é grave e já está pensando mais na própria família, em si próprio, pois apesar do recente conselho – não faça do seu carro uma arma. A vítima pode ser você – a verdade é que a vítima continua sendo não você, nem eu, mas o pedestre...

E por ser um problema grave, a verdade é que todos se preocupam. Principalmente, as autoridades e já agora todas as “forças vivas” (existe “força morta”) da Nação (danação não, do País), formam um só coro, uníssono, visando a debelar a terrível praga.⁹²

Outras razões levavam os motoristas a conduzirem seus veículos de forma imprópria e a colocarem em risco tanto a vida dos outros como a sua própria vida, conforme os depoimentos de motoristas de táxi para uma reportagem de Ernesto Neves, intitulada *Excesso de trabalho causa acidentes*.

Eraldo Soares da Silva, de 19 anos, trabalha no ramo há apenas um ano, e disse: “Começo meu trabalho às 6 horas e vou até às 18 horas, quase sem parar, tendo que entregar no fim do dia 50 cruzeiros a um irmão, dono do carro, e além disso tenho que colocar 50 cruzeiros de gasolina. Quando sobram 15 para mim, é muito. Desse jeito, quem pode trabalhar tranquilo, calmo e atencioso, mesmo sabendo que os passageiros nada têm com isso?” (...)

Naelson Silva, do táxi TX-5208, disse: “Rodamos 24 horas por dia e disso, é lógico, aparece o maior número de acidentes envolvendo carros de aluguel. Além do mais, vivemos nervosos e apreensivos, pois temos que apurar 120

⁹¹ **Diário de Pernambuco**, de 29/06/1972, p. 3, 3º Caderno.

⁹² **Diário de Pernambuco**, de 23/09/1975, p. 14, 1º Caderno.

cruzeiros diários, para dar ao proprietário, pagar a gasolina e “salvar” a bóia dos meninos”.⁹³

A partir desses depoimentos, podemos aventar a hipótese de que a indisciplina e a irresponsabilidade não eram os fatores preponderantes para os acidentes envolvendo táxi. Os sinistros envolvendo essa modalidade de veículo eram decorrentes de uma exacerbação da exploração da força de trabalho do motorista, que tinha de gerar um dividendo previamente estipulado pelo proprietário do instrumento de trabalho, obrigando-o, assim, a um prolongamento extensivo de sua jornada de trabalho e a ter que conviver com uma pauperização das condições apropriadas para o exercício da atividade de condutor de táxi. De qualquer forma, o carro havia de fato se tornado uma arma, mesmo que não fosse esse o propósito de seus condutores, e o seu encanto tão sólido se desmanchava no asfalto, não mais no ar.

Em épocas passadas o automóvel foi no Recife uma quase fantasmagoria, uma máquina inanimada que, aos espectadores de sua circulação, podia parecer portar qualidades mágicas e sedutoras, servindo até de culto.⁹⁴ Contudo, nessa primeira metade da década de 1970, pelos indicadores acima apresentados e fatos arrolados, podemos concluir que o automóvel e todos os outros veículos se constituíram não mais numa fantasmagoria portando aparências ilusórias para aqueles que com eles tinham que disputar espaço, e sim em uma espécie de quimera. Mas, não como a representação mitológica do animal fantástico composto de partes de outros animais, e sim como uma maquinária composta por outras máquinas articuladas que passavam a ameaçar e causar medo e susto nos transeuntes, instituindo sobre os mesmos uma situação opressiva, ou vertendo-se num arauto do infausto ou, ainda, transmutando-se num petardo que podia subtrair aqueles que se interpunham no curso de seus roteiros.

⁹³ **Diário de Pernambuco**, de 03/06/1974, p. 07, 2º Caderno.

⁹⁴ Sobre este aspecto, o fascínio perante o automóvel no Recife, principalmente, na década de 1920, consultar: REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. **(Des)encantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997, pp. 60-62. Neste segmento da obra do autor, nos é mostrado como o automóvel tornou-se um fetiche na cidade do Recife, que ia desde a perplexidade dos que assistiam ao tráfego dos veículos pelas ruas da cidade, como no caso do automóvel do médico Otávio de Freitas, até um uso possível que iria delegar aos usuários outras dimensões e satisfações além da simples finalidade de se locomover (serviço de locomoção funerária diferenciado, sinônimo de alto padrão de vida, objeto para usos variáveis, instrumento de conquistas amorosas etc.) até passar a integrar a vida da cidade, como salienta o autor, na página 61: (...) *o automóvel se incorpora, irreversivelmente, à paisagem da cidade com seu fononar, com sua capacidade incrível de provocar seduições e desejos.*



Fig. 3. Transeuntes na Av. Guararapes e um acidente de trânsito com um táxi.

Fonte: Da esquerda para a direita, primeira foto da reportagem *Cuidado! A morte está nas avenidas*, in **Diário de Pernambuco**, de 25/03/1970, p. 5, 2º Caderno, Seção: **Problemas da Cidade**; segunda foto da reportagem *Excesso de trabalho causa acidentes*, in **Diário de Pernambuco**, 03/06/1974, p. 7, 2º Caderno.

Será, justamente numa grande avenida (Av. Paulista) de uma grande cidade do Brasil (São Paulo), que a vida de Julia Marquezim Enone irá se esvaír, quando ela se interpõe diante de uma carreta em movimento.

Sobe a Rua Pamplona e pára na Avenida Paulista: os sinais de trânsito acendem-se e apagam-se, refletem-se nos seus cabelos quase brancos. Vem até ele o som impossível de uma onda arremetendo sobre as rochas e assalto-o, estrídulo, um odor de algas. Mais estreita e aprazível esta avenida quando a carreta esmagou, aqui, teu corpo leve, Júlia.⁹⁵

***Morta Laura, il passato, il presente
e il futuro, tutto gli é tormento e pena***

*"La vita fugge e non s'arresta una ora,
e la morte vien dietro a gran giornate,
e le cose presenti e le passate
mi danno guerra, e le future ancora;
e'l rimembrare e l'aspettar m'accora
or quinci or"...*

Não, Petrarca, teu soneto não é duro bastante para celebrar o aniversário, o segundo, da iníqua morte de Júlia, esmagada, cinco meses depois de dar por terminada a sua obra, sob um caminhão GM de cor verde, chassi de 882 mm, eixo dianteiro tipo viga em I (capacidade 3.750 kg), eixo traseiro flutuante-dupla redução (capacidade 9.300 kg), tanque para 104 litros de óleo Diesel, freios a ar, pneus de 12 e de 14 lonas, carregado, peso bruto total 22.500 kg.⁹⁶

Nesses extratos nos parece, a princípio, que o automóvel, o símbolo do “Brasil Grande”, do “milagre brasileiro”, venceu Julia Marquezim Enone. Contudo, a forma de seu suicídio nos ressalta que o que ela procurou foi denunciar a morfologia do que até décadas atrás era a fantasmagoria dos tempos modernos

⁹⁵ LINS, Osman, *op. cit.*, p. 214.

⁹⁶ Idem, pp. 123-124. Uma possível tradução do poema de Petrarca, aqui realizada, exceto à a última frase, seria:

*Morta Laura, o passado, o presente
e o futuro, todos são tormentos e aflição
“A vida foge e não se apreende uma hora
e a morte vem atrás do grande caminho
e as coisas presentes e passadas
me avaria a luta, e o futuro novamente
e relembro-me e a espera me encurta*

antes que venha a se converter numa construção e representação idealizadas da modernização, constituindo-se, assim, num novo mito. Uma situação de impasse que passa e perpassa a consciência do narrador ao citar Petrarca, ressaltando a sua angústia ante a perda do referencial que lhe dava sentido, o esvaziamento de suas forças ante a ameaça que recai sobre a sua existência e o perigo do tempo cíclico que pode levá-lo ao mito. Aliás, ao descrever a carreta que levou à morte a sua ex-companheira, o narrador está quase a um passo da admissão da supremacia da técnica sobre as identidades afetivo-emocionais, pois parece querer ignorar o uso a que se destinam as máquinas automobilísticas ao prover uma descrição técnica da carreta que nada acrescenta conceitualmente, mas que se expressa muito mais como uma forma simbólica própria dos mitos.

Na mesma época, Alceu Valença, na canção *Papagaio do futuro*, apresentava o encanto e descrença em relação ao mito encorpado na maquinária automobilística e em todas as outras tecnologias que seguem o seu cortejo.

Estou montado no futuro indicativo
Já não corro mais perigo
Nada tenho a declarar
Terno de vidro costurado a parafuso
Papagaio do futuro
Num pára-raio ao luar...

Eu fumo e tusso
Fumaça de gasolina...

Quem sabe, sabe, que não sabe, sempre, sobra
Cobra caminha sem ter direção
Que sabe a cabra das barbas do bode
A ave avoa sem ser avião.⁹⁷

Na primeira estrofe da canção há uma tentativa de manifestar a coerência da tecnologia como portadora de um modo de vida que se instala no presente e se propaga para o futuro, configurando-se uma etapa de vida na qual o alvará para a celebridade se faz pelos artefatos tecnológicos que se possa deter e expor e pela inserção na e a consagração da sucessão de eventos que justificam a própria tecnologia, produzindo-se os cultos e ritos para si. Contudo, o mito da maquinária automobilística também apresenta as suas rachaduras nos momentos em que se fazem sentir as suas repercussões, em que a finalidade em si mesma do novo mito se mostra como um paralogismo que desperta agora dúvidas em seus crentes quanto a sua autonomia, autoconsciência e onipotência. Já na última

⁹⁷ VALENÇA, Alceu. **Molhado de Suor**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1974.

estrofe da canção, a reputação da maquinária automobilística começa a se evadir quando, por analogias, nos é informado que no mundo natural existem seres que operam as mesmas proezas dessa tecnologia e sem ter que se abarrotar de tantos recursos.

Num novo disco, *Vivo*, resultado de uma gravação ao vivo do seu show *Vou danado pra Catende*, realizado em 1975, no Teatro Tereza Rachel, no Rio de Janeiro, Alceu Valença volta a cantar *Papagaio do futuro*, mas antes discorrendo sobre as razões e propósitos que o levaram a compor a canção. No seu discurso, no mais que perfeito estilo de um mestre de cerimônia circense, Alceu Valença anunciou aos ouvintes que a canção era uma antevisão do colapso do uso desenfreado do automóvel e toda tecnologia sustentada no uso indiscriminado e imoderado do combustível barato, que naqueles idos de 1973 a 1975 havia se tornado bastante oneroso com a crise do petróleo de 1973, desencadeada pela Organização dos Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP). Frisava também o compositor que a canção era uma tomada de consciência perante a acelerada e insensata expansão e uso intensivo das maquinárias automobilísticas, ditadas pelas razões do mercado e pelo consumismo, sem que fossem medidas a extensão das repercussões e conseqüências sobre a vida dos indivíduos e o espaço de vida destes.

A cidade de referência de Alceu Valença era o Recife, na qual, desde o início da década de 1970, juntamente com outros artistas, tentara criar, produzir e veicular uma estética musical que fundisse a tradição musical da região com os desdobramentos musicais resultante das renovações da música popular e pop dos anos 1960, para a partir daí poderem discorrer sobre a impressão que tinham do estado desordenado e indiferenciado que se abateu sobre os homens e as cidades ante a marcha forçada da modernização brasileira do “milagre econômico”. A manifestação que mais saltava aos olhos desses artistas era a vida num quase caos numa cidade tomada de assalto e reduzida, num curto espaço de tempo, a uma extensão do império do automóvel e de seus similares.

Anos mais tarde, em 1997, Antônio Paulo de Moraes Rezende, ao analisar a integração do automóvel à paisagem do Recife na década de 1920, permitia-nos antever que as preocupações de Alceu Valença resultavam de um processo que

há muito vinha subordinando a ciência e técnica aos imperativos do capital, que prometia a realização de sonhos e desejos que o caos urbano do futuro diluiria:

O fetiche da mercadoria presente nas sociedades modernas transforma a dimensão dos objetos, redefine ou esconde o seu valor de uso. A sociedade moderna vai tornando-se um vasto império de sedução, avassalador, na medida em que a ciência e a técnica aliam-se às ambições quase incontroláveis do capital. A sociedade de consumo pede passagem ao sonho e ao desejo na grande maioria dos homens.⁹⁸

A partir do *Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife*, podemos averiguar que os sintomas de um caos urbano em andamento promovido pela expansão e saturação da maquinária automobilística não eram uma manifestação captada apenas por Alceu Valença. Era também uma preocupação daqueles responsáveis por estudar o quadro urbano da cidade e que anteviam uma situação e perspectivas de agravamento do quadro, principalmente para o sistema de transporte e trânsito urbano do Recife.

Considerando que, nas horas de *peak*, a relação de passageiros transportados/área ocupada do ônibus, é cerca de 5 vezes maior do que a dos veículos individuais, torna-se patente uma ineficiente utilização do sistema, originando o desequilíbrio acima mencionado. Daí, conclui-se que as grandes tensões verificadas no sistema global de transporte da Região Metropolitana localizam-se fundamentalmente na cidade do Recife, com tendência a um sério e rápido agravamento, devido à maior participação do veículo individual na frota existente (cerca de 88% do total) e sua acelerada expansão, em detrimento do sistema de coletivos.⁹⁹

Contudo, as soluções a serem oferecidas não seguiriam as recomendações do relatório, mas sim a de dotar a cidade, nos anos que se seguiram, de novas avenidas, ruas, vias expressas, viadutos, pontes e áreas de estacionamento destinadas ao tráfego da frota de veículos de carga e, principalmente, ao automóvel de passeio, tendo, como consequência direta, um incremento de ações e de alterações na paisagem urbana, o que possibilitou a abertura de novas frentes imobiliárias e uma nova mobilidade espacial que cada vez mais alargava e reordenava os espaços tradicionais e de uso recente. Acelerava-se um urbanismo que se propunha a remodelar a cidade, inclusive em suas partes antigas, requerendo para isso um incremento dos espaços livres para o lazer público e para a instalação dos novos equipamentos urbanos. O resultado imediato foi uma alteração, para os habitantes do Recife, na dinâmica do deslocamento territorial, na capacidade de percepção espacial e nas possibilidades de estabelecer uma

⁹⁸ REZENDE, Antônio Paulo de Moraes, *op. cit.*, p. 62.

⁹⁹ *Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife*, *op. cit.*, p. 322.

relação de continuidade e descontinuidade entre os limites e áreas urbanas. No extrato abaixo, do romance de Osman Lins, esse resultado parece assustar o protagonista, que, criticando e/ou tentando decifrar o romance escrito por Julia Marquezim Enone, prontifica-se a avaliar a noção de espaço da autora:

Temos, em *A Rainha dos Cárceres da Grécia*, um espaço natural (aí estão as avenidas e bairros de uma cidade que todos podem identificar) e contudo arbitrário. Como sempre, a romancista disfarça as suas soluções. Quem conhece o Recife, achará absurdo que uma personagem venha pelo Cais de Santa Rita, dobre à direita, passe pela Estação Central e atravesse a Ponte Santa Isabel; que no fim da Rua da Concórdia surja a Praça da República; ou mais ainda que Maria de França, indo pela Rua da Aurora, ao lado do rio, enverede pelo beco das Cortesias ou observe o Seminário, situados em Olinda. Como se não bastasse converter o Recife numa estrutura móvel, que se desconjunta e sem cessar reordena-se, Julia M. Enone remove a cidade de Olinda, anula os seis quilômetros que a distanciam do Recife e faz com que ela invada a capital, trespasse-a.¹⁰⁰

Nesse fragmento do romance é interessante observar uma certa antinomia quando o narrador-protagonista faz a seguinte assertiva: *um espaço natural (aí estão as avenidas e bairros de uma cidade que todos podem identificar) e contudo arbitrário*. Considera o narrador espaço natural àquela paisagem que é resultante da dinâmica e da manifestação física da produção, da circulação e das idéias de uma sociedade, quando para ser natural deveria ser um produto exclusivo da dinâmica da natureza. Outro aspecto seria o de interpelar ao narrador se poderiam todos realmente identificar o espaço que menciona a partir de suas avenidas e bairros, sabendo que num curto espaço de tempo a área pela qual se locomove Maria de França sofreu alterações profundas.

3. YES! NÓS TEMOS, TAMBÉM, MODERNIZAÇÕES

Desde o início do século XX, o espaço urbano do Recife, principalmente a sua área central, vinha sendo objeto de intervenções, reformas e/ou reordenamentos urbanos.¹⁰¹ Toda esta área foi objeto, em quase todas as décadas desse século, de sucessivas e regulares intervenções que visavam desobstruir e liberar as áreas centrais dos sobrados e demais construções que eram consideradas obstáculos para o progresso e que recebiam a designação e qualificação das mais depreciativas pelos advogados e mentores do progresso: pardieiros, prédios velhos, insalubres e imprestáveis. Procurava-se, assim, dotar o

¹⁰⁰ LINS, Osman, *op. cit.*, p. 109.

¹⁰¹ Trata-se de um eufemismo utilizado para designar a demolição e destruição de espaços urbanos com casario secular e a constituição de espaços livres ao ideário do progresso.

centro da capital de avenidas largas e retilíneas para acomodação e circulação das máquinas automobilísticas, constituições de quadras aptas a receberem um novo conjunto arquitetônico de edifícios integrados ao funcionamento das redes econômicas e uma série de equipamentos urbanos adequados aos desenvolvimentos tecnológicos e aptos a atender as demandas de lazer, cultura e urbanidade das sociedades regidas pelo signo do progresso. Quase sempre tudo foi operado em nome do futuro, uma entidade inflexível e onipotente que outorgava um projeto de um *mundo novo* que se constitui no presente e se instala no futuro, mas em momento algum se situa ou se reporta ao passado e à tradição, mas que procura quase sempre expurgar e soterrar as experiências de vida, memórias e projetos destes.

Uma das mais significativas alterações urbanas do Recife ocorreu entre os anos de 1971 e 1973. Tratava-se da abertura e alargamento da Av. Dantas Barretos no trecho compreendido entre o pátio da Igreja N. S. do Carmo e a Praça Sérgio Loreto, atingindo direta e indiretamente uma área de quase 4 km². A obra era justificada pela necessidade de buscar uma solução capaz de enfrentar o cenário caótico do tráfego de veículos na parte central da cidade e possibilitar uma ligação direta e fluente entre o centro e a zona sul, tanto no sentido de Boa Viagem (local de maior concentração de proprietários de automóveis particulares e de maior poder aquisitivo da cidade) e da Av. Mascarenhas de Moraes (principal área de recepção, armazenagem e distribuição de produtos industrializados no Recife e, também, a localidade de onde fluía o maior número de veículos de carga em direção ao centro da cidade). Dentre os argumentos utilizados em defesa da obra, dois se destacavam pelo aspecto da dinamização e racionalização do tráfego de veículos:

Com a Avenida Dantas Barreto concluída você poderá chegar oito minutos antes à Zona Sul. Os veículos ficarão livres das curvas da Avenida Nossa Senhora do Carmo e das rótulas para entrada no cais de Santa Rita. (...)

A Avenida Dantas Barreto é uma das artérias vitais para o trânsito no centro da cidade. Por ela escoará todo trânsito no centro da Zona Sul. Com a abertura do trecho da rua Tobias Barreto e da rua São João, outras ruas do centro da cidade também serão beneficiadas, pois o trânsito será canalizado para um objetivo comum.¹⁰²

¹⁰² Trechos da reportagem *Zona Sul ficará mais perto com a ampliação da Dantas Barreto*, in **Diário de Pernambuco**, de 21/08/1971, p. 03, 1º Caderno.

Para a abertura e alargamento da Av. Dantas Barreto se desencadeou a maior e mais vasta ação demolidora de intervenção sofrida pela cidade no seu conjunto de prédios remanescentes da época colonial em um curto espaço de tempo. Em cerca de dois anos e meio, foram postos abaixo centenas de edifícios do bairro de Santo Antônio, alguns de significativo valor histórico, como o Quartel do Regimento de Artilharia, de 1786, e o Hospital de São João de Deus, onde fora instalada a Academia do Paraíso, um dos locais de onde se irradiou o movimento revolucionário de 1817. No bairro de São José as intervenções se estenderam para a demolição de 6 quadras, centenas de imóveis (casas, sobrados, pardieiros, prédios), várias ruas (Águas Verdes, Hortas, Augusta, Alecrim, Dias Cardoso, Santa Teresa, Trincheiras, Laranjeiras), o Pátio do Carmo e a Igreja do Bom Jesus dos Martírios.

À época era prefeito do Recife o Sr. Augusto Lucena (1971-1975), que havia iniciado a sua segunda gestão à frente da Prefeitura com a meta de firmar o papel de metrópole regional da cidade e de executar uma empreitada de modernização dos aspectos urbanos da cidade,¹⁰³ possibilitando o desenvolvimento do Recife como um todo e a sua inserção na dinâmica do progresso econômico do “milagre econômico” pelo qual o país passava naquele período. Tais propósitos já estavam presentes no anúncio feito pelo prefeito no Plano de Desenvolvimento para a cidade: *A programação a ser elaborada, segundo o arquiteto Luís Coimbra, assessor de planejamento, levará em consideração o desenvolvimento econômico e social da Cidade, dentro das características de metrópole regional, estando condicionada às exigências do Plano Estratégico do Governo Federal.*¹⁰⁴ Anos mais tarde, no *Ciclo de Debates: Política Urbana, Planejamento e Democracia*,¹⁰⁵ ocorrido entre maio e junho de 1981, o ex-prefeito Augusto Lucena reafirmaria as metas da sua segunda administração. Primeiramente, o ex-prefeito definiu o perfil de sua administração fundado na busca da implantação de uma ação

¹⁰³ Sobre estes aspectos da administração de Augusto Lucena, à frente da Prefeitura da Cidade do Recife, consultar: BERNARDES, Denis. **Recife: o caranguejo e o viaduto**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996, p. 85.

¹⁰⁴ D.O.M.R., de 08.04.1971, citado por BERNARDES, Denis, *op. cit.*, p. 85.

¹⁰⁵ Este Seminário foi promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de Pernambuco e Clube de Engenharia de Pernambuco, que reuniu ex-prefeitos do Recife e de outras cidades de sua região metropolitana e diversos debatedores. As palestras e as intervenções dos debatedores desse ciclo de debates foram reunidas no livro: IAB-PE e CEP. **Ciclo de Debates: Política Urbana, Planejamento e Democracia**. Recife: IAB-PE/CEP, 1982.

racionalizadora capaz de tecnicamente e de forma despolitizada realizar um exame qualificado das demandas e dos problemas urbanos, de discernir e deliberar de forma eficaz e eficiente às políticas de intervenção municipal e, por fim, de executar as mesmas obedecendo a critérios técnicos e administrativos racionais. A parte política de seu perfil administrativo se ateria ao aspecto de uma ação empírica na relação do governante com sociedade, cabendo ao mesmo e aos grupos qualificados (capacitados, habilitados, tecnocratas e despolitizados) executar a política municipal:

Porque eu sempre dizia: uma cidade requer um gerente, um prefeito. O prefeito não é apenas um técnico, não é apenas um político: tem que ser as duas coisas e, mais, um gerente, um administrador, um homem que pesquise, um homem que tenha a vivência do próprio parlamentar, de um político, que conheça as dificuldades das áreas mais carentes, que esteja ao nível de empreender o desenvolvimento da cidade com o apoio da sociedade mais qualificada e mais poderosa.¹⁰⁶

Mais adiante, Augusto Lucena aponta as razões que fazem do Recife o pólo metropolitano por excelência da Região Nordeste, pelo menos de uma parte, e a dimensão que faz dela uma cidade que não se restringe ao âmbito local, mas que é impelida a exercer um papel mais macro e a extrapolar a sua fronteira política, territorial e administrativa:

O Recife, como sempre, radiador da economia, da educação e cultura do Nordeste, é também pólo de convergência interiorana e sobre ele se processa o fenômeno universal da desruralização.
(...) Porque o Recife não é só o nosso estado, é o Rio Grande do Norte, é a Paraíba, é Alagoas e é o sul do Ceará.¹⁰⁷

A persistência em estabelecer esse perfil de administração se revelou no confronto que a prefeitura teve que travar contra aqueles que se opuseram à demolição do casario de feições coloniais, principalmente o da Igreja do Bom Jesus dos Martírios, construída entre 1791 e 1796, com uma fachada em estilo rococó, pela Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, ou, mais especificamente, a Irmandade dos Homens Pardos, que congregava os homens de cor, principalmente escravos, e homens brancos, em terreno doado pelo então Sargento-Mor José Marques do Vale e sua esposa, a Sra. Ana Ferreira. Os defensores da preservação da Igreja exigiam o seu tombamento como um bem histórico-cultural, pois ela era a única igreja do Brasil totalmente edificada por escravos.

¹⁰⁶ IAB-PE e CEP, *op. cit.*, p. 31.

¹⁰⁷ Idem, p. 34.

Na questão da demolição da Igreja dos Martírios teve lugar um episódio que Denis Bernardes denominou “A Batalha dos Martírios”¹⁰⁸: o confronto entre personalidades e autoridades da cidade reunidos em grupos com interesses opostos quanto à necessidade da Av. Dantas Barretos e ao destino da paisagem arquitetônica colonial remanescente dos bairros de Santo Antônio e São José. Especificamente em relação à demolição da Igreja dos Martírios, colocaram-se ao lado do prefeito Augusto Lucena pessoas como os historiadores Flávio Guerra e Alfredo Carlos Schmalz, o colunista social de maior projeção na cidade, José de Alencar (o Alex), mais da metade da bancada de vereadores da Câmara Municipal, a grande maioria da bancada de deputados estaduais, alguns deputados federais, entidades de classe patronal e empresarial, os membros do Conselho Municipal de Cultura, algumas organizações da sociedade civil, congregações e irmandades religiosas e associações e entidades civis. No grupo de oposição ao prefeito estavam jornalistas e escritores proeminentes na imprensa local, como: Ariano Suassuna, Leonardo Dantas Silva, Paulo Malta, Orlando Parahym, Nilo Pereira, Marcos Vinícios Vilaça (presidente da Academia Pernambucana de Letras e secretário do Estado) e, também, renomados arquitetos, como Lúcio Costa e José Luiz da Mota Menezes.

Nas páginas dos jornais da capital, a batalha se desenrolou através de insultos e acusações mútuas, com ataques que iam desde acusações de politiquice rasteira, corrupção, inimigos empedernidos do desenvolvimento da cidade, conspirações das autoridades municipais e ações clandestinas da mesma para a consumação do desmoronamento da Igreja.

O confronto descambou para o envolvimento da Arquidiocese de Olinda e Recife, que se colocou ao lado do prefeito; para denúncias de descaso e de corrupção dos membros da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios¹⁰⁹ quanto ao real interesse na preservação do patrimônio em questão; para um confronto entre dois velhos inimigos, Augusto Lucena e Ayrton de Almeida

¹⁰⁸ BERNARDES, Denis, *op. cit.*, p. 87.

¹⁰⁹ Segundo o arquiteto José Luiz da Mota Menezes, a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios tinha concordado com a demolição da Igreja *em troca de uma quantia em dinheiro e um terreno em outro local*. Sobre esta declaração do arquiteto, consultar: **Edificação foi o único templo do Brasil todo construído pelas mãos de escravos**, in **Jornal do Commercio**, de 15/10/2000. Disponível na Internet: <http://www2.uol.com.br/JC/_2000/1510/cd1510.htm>. Acesso em: 05 abr. 2004.

Carvalho (diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, futuro IPHAN), que desde a primeira gestão de Augusto Lucena à frente da Prefeitura do Recife (1964-1969) se colocara no campo oposto ao do prefeito com relação as suas metas de construir obras viárias no centro da cidade a custa do patrimônio arquitetônico de feições coloniais.

As pretensões de demolir a Igreja dos Martírios para permitir o prolongamento da Av. Dantas Barreto já eram aventadas pelo prefeito Augusto Lucena desde a sua primeira gestão à frente da Prefeitura da Cidade do Recife, entre 1964 e 1969, quando, em 1968, começou a articular a demolição da Igreja, situada na Rua Augusta e com a fachada principal voltada para um beco que dava na Igreja de Nossa Senhora do Terço. Nessa sua primeira gestão, Augusto Lucena reiniciou a construção da referida avenida, projetada no início dos anos 1940, e com vários trechos construídos sucessivamente em administrações anteriores, que estenderam a avenida até as imediações da Praça do Carmo.

Quando assumiu a prefeitura pela primeira vez, na condição de vice-prefeito, no lugar do prefeito deposto pelo golpe militar de 1964, o Sr. Pelópidas da Silveira,¹¹⁰ Augusto Lucena construiu um trecho da Av. Dantas Barreto que ia do Edifício Igarassu, situado na Av. Nossa Senhora do Carmo, até a Rua Tobias Barreto. Quando retornou à Prefeitura do Recife para a sua segunda gestão, Augusto Lucena estabeleceu como uma de suas metas prioritárias o prolongamento e conclusão da avenida, que se estenderia até a Praça Sérgio Loreto, no sentido da Zona Sul da cidade, interligando-a com a Av. Sul e Rua Imperial. Com a conclusão da Av. Dantas Barreto, a ilha de Santo Antônio viria a ter uma avenida que atravessaria a sua área central no sentido horizontal, começando num dos seus extremos, na parte norte, mais precisamente na Praça da República, indo até quase a metade da ilha e dali se interligando a duas outras vias que atingiriam o seu outro extremo.¹¹¹

¹¹⁰ Vale aqui ressaltar dois aspectos com relação à sucessão municipal neste período: primeiro, em 1963, Pelópidas da Silveira, pela Frente do Recife, tinha sido eleito prefeito da cidade do Recife numa disputa com o udenista Lael Sampaio; segundo aspecto, neste pleito eleitoral, a eleição para vice-prefeito tinha uma votação própria, independente daquela que era dada para o candidato a prefeito. Foi este aspecto da legislação eleitoral à época que levou a eleição de Augusto Lucena, integrante da chapa do candidato a prefeito Lael Sampaio, sendo, assim, derrotado no pleito o candidato a vice-prefeito da chapa de Pelópidas da Silveira.

¹¹¹ Queremos aqui ressaltar que o que se compreende hoje como toda a extensão da Ilha de Santo Antônio é resultado, também, da incorporação contínua da Ilha Joana Bezerra e Ilha do

O prolongamento e a conclusão da Av. Dantas Barreto, almejados por Augusto Lucena, implicariam algum tipo de solução urbanística em relação à Igreja dos Martírios, que estava situada quase na metade da extensão da avenida projetada e se posicionava numa faixa central em relação a sua largura. No entanto, muito antes de o prefeito deliberar pela demolição do templo, uma outra solução já tinha sido proposta em relação ao destino da Igreja dos Martírios e a sua coexistência com a avenida. A solução tinha sido proposta em 1969, atendendo a um pedido do arquiteto Valdeci Pinto, assessor de Planejamento da Prefeitura do Recife, ao Escritório Técnico de Planejamento Físico (ETPF) da mesma. O arquiteto justificava a sua solicitação ao ETPF em virtude de: *O templo não cria dificuldades ao Plano Viário do Recife, nem nosso Plano viário chega a criar dificuldades ao templo*. A partir da solicitação, o ETPF entrou em contato com o 1º Distrito do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para apreciar as sugestões oferecidas por esses organismos.

Dessa mediação resultou um memorial que foi encaminhado à Faculdade de Arquitetura para que seus professores dessem um parecer objetivando preservar a Igreja dos Martírios e viabilizar a execução da Av. Dantas Barreto. Da Faculdade de Arquitetura viria o seguinte parecer:

A Igreja dos Martírios, ainda que não se constitua um dos mais puros exemplares de nossa arquitetura, merece todavia, ao nosso ver, pela sua forma e presença no perfil da cidade, ser respeitada.

Um tratamento adequado da vizinhança, a provável inflexão do traçado daquela avenida, de molde a conservá-la, integrada na estrutura viária em questão, poderão, estamos certos disso, resultar num testemunho irrefutável de sensibilidade, mais do que o raciocínio frio, esteve presente; e queremos ainda adiantar que, à semelhança do que se tem feito em várias partes do mundo civilizado, o significado autêntico de cultura, nas manifestações do seu patrimônio, se mede e se aquilata por tais medidas de veneração e por idênticas atitudes de respeito.

Um exemplo que vise a este pensamento, deixará por certo uma herança para o futuro, um futuro de homem que baseados nele, selarão também, sem dúvida, as marcas deste presente que nós próprios estamos construindo.¹¹²

Desse documento resultou também um estudo com sugestão para o desvio da Av. Dantas Barreto e preservação da Igreja dos Martírios, concluído e

Maruim, formadas por braços do Rio Capibaribe, que foram sendo aterrados ao longo do século XX para formar uma única ilha.

¹¹² Sobre as informações acima e este parecer, consultar: **Diário de Pernambuco**, de 17/09/1969, p. 03, 1º Caderno.

encaminhado, provavelmente, em março de 1970 à Prefeitura do Recife, que podemos averiguar na figura abaixo.¹¹³

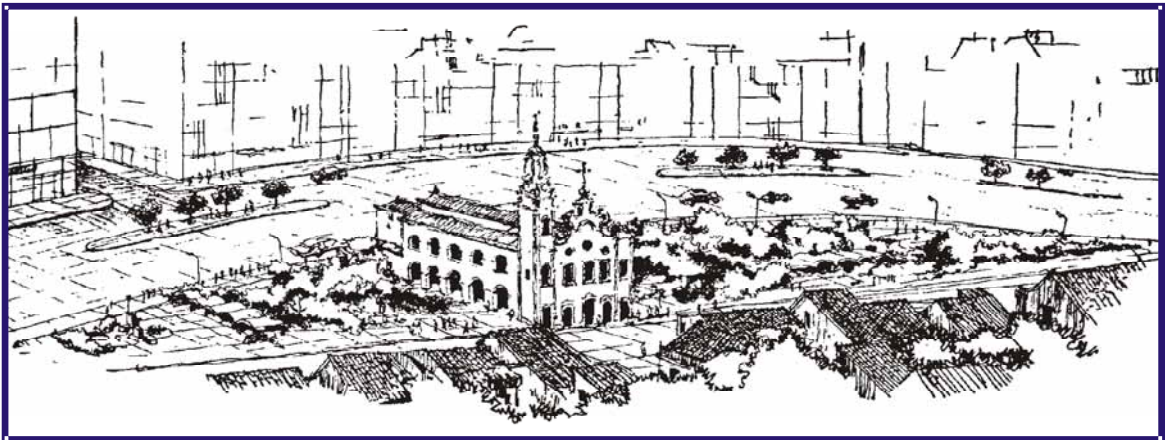


Fig. 4. Estudo de desvio da Av. Dantas Barreto.

Fonte: AMORIM, Luiz Manuel do Eirado (coord.). **Delfim Amorim**. Arquiteto. 2 ed. Recife: Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de Pernambuco, 1991, p. 171. Segundo a fonte, este estudo foi feito pela Faculdade de Arquitetura da UFPE e depois usado como Cartão de Natal do IPHAN. A fonte não determinou o ano do estudo.

Durante o mês de agosto de 1971, a equipe técnica da Prefeitura do Recife e o prefeito Augusto Lucena, detendo-se em legalismos burocráticos, negariam a existência de um plano aprovado para o desvio da Av. Dantas Barreto, mesmo tendo o professor Roberto Soeiro, diretor do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, entregado cópias dos documentos, parecer e plantas, resultantes das mediações realizadas em 1969 e 1970, ao secretário de Justiça da Prefeitura do Recife, Urbano Vitalino Filho.¹¹⁴ Essa empreitada de Roberto Soeiro se mostrou de imediato infrutífera em virtude de tanto o prefeito como sua equipe técnica terem se mostrado irresolutos quanto a qualquer alternativa que não fosse a demolição da Igreja dos Martírios. A sua demolição só foi sustada num primeiro momento em virtude de ações e providências imediatas tomadas pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que, após ter descoberto que a mesma não era tombada,

¹¹³ Tanto no parecer como no estudo de sugestão do desvio da Av. Dantas Barreto para a preservação da Igreja dos Martírios foi fundamental a participação do arquiteto Delfim Amorim, sendo inclusive o mesmo um regular colaborador à época do Serviço Federal de Proteção aos Monumentos Nacionais, por solicitação do engenheiro Ayrton da Costa Carvalho, chefe do distrito regional deste órgão federal. Sobre estes aspectos, consultar: AMORIM, Luiz Manuel do Eirado (coord.). **Delfim Amorim**. Arquiteto. 2 ed. Recife: Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de Pernambuco, 1991, pp. 17-18. A participação de Delfim Amorim na elaboração da solução também é confirmada pelo o arquiteto José Luiz Menezes. Sobre este aspecto, consultar: **Edificação foi o único templo do Brasil todo construído pelas mãos de escravos**, *op. cit.*

¹¹⁴ **Diário de Pernambuco**, de 24/08/1971, p. 03, 1º Caderno.

providenciou a sua inscrição no livro de tombos, em junho de 1971, como forma de salvaguardar o patrimônio.¹¹⁵

A deliberação do IPHAN vinha ao encontro de uma antiga reivindicação feita em ofício por Ayrton de Almeida Carvalho, encaminhado ao diretor do 1º Distrito do Patrimônio Histórico, em 10 de setembro de 1969, no qual chamava a atenção para a responsabilidade do órgão pela preservação da Igreja dos Martírios e para a obrigação dos governos com a preservação dos monumentos históricos, mesmos os que não estivessem tombados:

(...) esta repartição jamais apreciou o caso da Igreja dos Martírios, quer concordando, quer impugnando a sua demolição, mesmo porque a referida igreja não é um monumento tombado.

(...) mesmo não estando o monumento inscrito nos livros de Tombo do DPHAN, ele não deveria ser demolido, justamente no momento em que é geral o interesse em serem mantidos manifestações e exemplos do passado do Recife. Cumpre aos governos, com efeito, a obrigação de suportar o ônus da preservação dos exemplos que melhor explicam a nossa evolução arquitetônica.¹¹⁶

A partir do momento do tombamento da Igreja dos Martírios, seguiram-se às contendas que deram lugar à chamada “Batalha dos Martírios”. O auge do confronto ocorreu nas semanas que se seguiram ao dia 12 de agosto de 1971, no qual ocorreu o desabamento de um sobrado, de nº 370, na Rua Augusta, ao lado da Igreja dos Martírios, que causou a morte de cinco pessoas e deixou quase duas dezenas de pessoas feridas.¹¹⁷

Para vencer as resistências contra a demolição da Igreja dos Martírios, o prefeito recorreu a quase todos aqueles que lhe pudessem oferecer algum tipo de apoio, manifestação ou arrazoado que fundamentassem o seu posicionamento. Entre os primeiros a oferecerem tal préstimo estava o historiador Alfredo Carlos Schmalz, que teria exposto os seguintes argumentos e declaração para justificar a demolição do templo:

Para o historiador Alfredo Schmalz não tem nenhuma expressão o tombamento da Igreja dos Martírios pelo Patrimônio histórico. Isso, porque o estilo do templo é comum, uma espécie de barroco brasileiro, não possui peças de arte e as paredes estão sempre ameaçadas pela umidade. Está sem imagens e seu altar não é mais o original.

Assim, segundo afirma, monumentos mais importantes foram destruídos, como a Igreja do Corpo Santo, próxima ao Porto e os arcos nas cabeceiras das

¹¹⁵ Sobre estes informes, consultar: **Edificação foi o único templo do Brasil todo construído pelas mãos de escravos**, *op. cit*

¹¹⁶ Esses trechos do ofício estão contidos na reportagem **Patrimônio decide destino da Igreja**, in **Jornal do Commercio**, 18/06/1971, p. 12.

¹¹⁷ **Diário de Pernambuco**, de 29/08/1971, p. 03, 1º Caderno.

pontes. “Estes sim, deviam ter permanecido como estavam. A Igreja dos Martírios servirá somente para impedir a continuação da abertura da Avenida Dantas Barreto”.¹¹⁸

Outro historiador contemporâneo aos acontecimentos, Flávio Guerra, seguirá a mesma lógica de argumentação de Alfredo Carlos Schmalz:

“Neste agitado e controvertido caso, da Igreja dos Martírios, em que o povo está totalmente ao lado do seu Prefeito, insiste-se, quando tantos patrimônios históricos e artísticos estão abandonados, em se manter caprichosamente em função do dito patrimônio”, – declarou o historiador Flávio Guerra.

“O resultado – continuou o historiador – é que o povo está sofrendo, a Prefeitura desgastando-se e preocupando-se, além de causar sérios prejuízos financeiros e ao progresso urbano da cidade, somente porque uma minoria vê arte e história onde absolutamente não há.”¹¹⁹

Pelas manifestações desses dois historiadores, podemos observar que os seus principais argumentos em defesa da demolição da Igreja dos Martírios se fundamentavam: primeiro, numa simulação de veracidade sobre uma suposta ausência de uma expressão histórica e artística no monumento, sem, contudo, especificarem quais os paradigmas e critérios postulavam para fundamentarem os seus diagnósticos, ficando a sua argumentação subordinada a uma impressão fundada numa suposta teorização que poderia ser aplicável a qualquer campo especulativo. O segundo fundamento parte para um questionamento, ao se apropriar do fato de que se outros monumentos foram destruídos e ninguém manifestou interesse, porque o monumento em questão suscita tantos interesses pela sua preservação? Esse questionamento permitiu aos historiadores, por um lado, insinuar que por parte dos opositores haveria uma certa má fé ou conspiração e, por outro lado, alinhavarem a tese de que a demolição é justa em virtude de exemplos já ocorridos, não se baseando, assim, em princípios estabelecidos que deveriam servir de fonte ou causa para uma ação. Um terceiro fundamento se estabelece numa avaliação da degradação física do templo, sem levar em consideração que a deterioração das condições arquitetônicas da Igreja dos Martírios se deveu à falta de apreço dos organismos estatais pela sua preservação, não cumprindo, dessa forma, as obrigações estabelecidas em lei, e por ações impróprias dos mesmos, quando da construção da avenida, as quais atentaram contra as condições físicas e arquitetônicas do templo.¹²⁰

¹¹⁸ **Diário de Pernambuco**, de 14/07/1971, p. 03, 1º Caderno.

¹¹⁹ **Diário de Pernambuco**, de 19/07/1971, p. 07, 1º Caderno.

¹²⁰ Segundo as reportagens pesquisadas, na medida em que avançavam as obras de demolição no sentido da Igreja dos Martírios, os procedimentos utilizados eram cada vez mais rudimentares e danosos tanto às condições físicas e arquitetônicas dos prédios como ao próprio templo. Um

As condições físicas do templo e um provável perigo que ele representava aos moradores vizinhos e transeuntes foi capitalizada pelos interessados na sua demolição, conforme nota de apoio da Associação dos Proprietários de Imóveis do Recife ao prefeito e contendo crítica à atuação do IPHAN:

Este órgão de classe pede vênia a V. Excia. Para expor e solicitar medidas cabíveis à preservação de vidas e progresso da cidade.

Os desabamentos têm sido constantes, sacrificando inúmeras pessoas, além de prejuízos materiais. O último ocorreu no dia 12 de agosto com o desabamento de um prédio na rua Augusta quando 5 pessoas morreram e dezenas ficaram feridas. Recife é a única cidade no mundo onde o homem nada representa quando se trata da preservação de velhos pardieiros, haja visto os lamentáveis acontecimentos. (...) ¹²¹

Tanto o desabamento como a insegurança suscitadas nos moradores e transeuntes foram amplamente capitalizados pelos defensores da demolição do templo. O sucesso dessa capitalização se evidenciou numa certa mobilização dos moradores da vizinhança da Igreja dos Martírios pela sua imediata demolição ante o perigo de vida que ela podia representar. Contudo, ressalte-se que essa mobilização era provocada pelos acontecimentos recentes que favoreciam a disseminação de uma cultura do pavor entre habitantes da localidade, estando longe de ter significado uma tomada de posição em prol da construção da Av. Dantas Barreto e de adesão ao ideário de progresso que ela supostamente comportava em si. Podemos depreender essa preocupação dos moradores a partir de um trecho de uma carta enviada ao prefeito Augusto Lucena, após os mesmos tomarem conhecimento de um estrondo no interior do templo:

“Quem vai cair agora é o restante da Igreja. O senhor fique atento de que vai acontecer isso. Se quiser evitar um mal maior, mantenha os próprios trabalhadores da Prefeitura distantes dos Martírios. Inclusive os soldados da Polícia”. (...) ¹²²

Aqui podemos observar que a preocupação dos moradores era com um possível desabamento da Igreja dos Martírios e com o risco de vida que isso

exemplo disso foi o uso de um fuzil de retinida, que tinha um projétil que podia ser lançado até 25 metros de distância e atravessava o imóvel de um lado ao outro. Depois, os cabos de aço ligados ao projétil arremessado eram amarrados a uma pá carregadeira que arrastava os pardieiros sem nenhum cuidado com as oscilações e rupturas que podiam provocar. Isso teria sido uma das razões que levou à aceleração da danificação da Igreja dos Martírios, promovendo a queda de uma de suas torres e rachaduras em suas paredes, conforme esta observação de uma matéria jornalística: *Nas últimas horas piorou ainda mais a situação da torre da Igreja dos Martírios. A parede lateral esquerda do templo, ao ser atingida pelo desabamento de um pardieiro contíguo, sofreu rachaduras, ficando ainda mais abalada a base na qual, em situação precária, está assentada a torre.* In **Diário de Pernambuco**, de 18/08/1971, p. 07, 1º Caderno.

¹²¹ **Diário de Pernambuco**, de 22/08/1971, p. 13, 1º Caderno.

¹²² **Diário de Pernambuco**, de 24/08/1971, p. 03, 1º Caderno.

podia representar para os operários e policiais que estavam nas suas proximidades, sugerindo implicitamente a sua demolição para salvaguardar as vidas alheias. Não era esse o caso da Associação Comercial, que via na preservação do monumento um obstáculo ao processo de modernização viária do Recife.

Congratulamos com V. Excia. pelas suas providências para evitar o tombamento da Igreja dos Martírios, que está impedindo a abertura da continuação da Avenida Dantas Barreto, que é uma necessidade imprescindível para o escoamento do tráfego de automóveis, ônibus e caminhões.¹²³

Contudo, o investimento mais incisivo do prefeito Augusto Lucena para ter a autorização de demolição da Igreja dos Martírios foi em relação às instâncias federais responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e cultural (MEC, Conselho Federal de Cultura, SPHAN) e ao poder Judiciário a nível federal, em busca de uma autorização legal para a demolição do templo, mantendo ainda contatos freqüentes e uma certa pressão sobre autoridades federais para intervirem em favor de sua empreitada.

Numa decisão do Presidente, o Ministro da Educação veio aqui. Esteve aqui o dr. Jarbas Passarinho. Ao tempo, eu soube, que ele esteve presente, duas noites, quando esteve aqui no Recife, na Dantas Barreto, assistindo às obras e, naturalmente motivou o presidente da República, que na hora era o Gen. Médici, para que fosse dada a liberação de botar a Igreja abaixo, uma vez que, todos os prédios tinham sido já demolidos, desapropriados justamente, pagando-se pelo justo valor da nossa Comissão de Desapropriação e de acordo com os proprietários e ficou a Igreja como um obstáculo. Veio aqui o Ministro da Educação, que era o Cel. Jarbas Passarinho e, então levou motivações e informações ao Conselho, alegando que ali não havia monumento nem história, nem tradição, nem cultura, nem arquitetura. E, por isso, veio ordem para ser botada abaixo.¹²⁴

O *lobby* político do prefeito surtiu os efeitos que desejava, tanto que a Presidência da República, em de 11 de abril de 1972, acolhendo parecer do ministro da Educação, Jarbas Passarinho, assina o Decreto 70.389, que autorizava o cancelamento da inscrição de tombamento da Igreja dos Martírios no Livro de Tombo do IPHAN, orientando ainda o Ministério da Educação e Cultura para que transferisse e cuidasse da preservação do frontão da Igreja dos Martírios em outra localidade às margens da Av. Dantas Barretos.¹²⁵ Por outro lado, em despacho com Presidente Médici, no qual solicitava o cancelamento da inscrição da igreja no livro de tombamentos, o ministro Jarbas Passarinho trazia a

¹²³ **Diário de Pernambuco**, de 29/08/1971, p. 03, 1º Caderno.

¹²⁴ IAB-PE e CEP, *op. cit.*, 59-61, p. 61.

¹²⁵ Sobre o decreto, consultar: **Diário de Pernambuco**, de 13/04/1972, p. 02, 1º Caderno.

tona à natureza das ações do governo municipal na condução das obras da avenida na vizinhança da Igreja dos Martírios (desapropriações de prédios, seguida de demolições) como atos premeditados que tinham por objetivo danificar a estrutura física do templo e dar como fato consumado a necessidade de sua demolição.

Conquanto lastimável, profundamente, que o agente local do poder público tenha adotado a violência para após a mutilação do templo, argumentar com fatos consumados, procedimento intolerável e que deverá provocar responsabilidade penal, que proporei em tempo hábil (...) ¹²⁶

De qualquer forma, a assinatura do decreto seria creditada como uma vitória tanto do movimento que levou os militares ao poder em 1964 como do bom senso, da razão, do progresso e do interesse geral da cidade do Recife, conforme teria externado o secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura do Recife, Urbano Vitalino Filho:

Depois de uma longa e renhida batalha judicial-administrativa, o povo do Recife recebeu mais um laurel de vitória, outorgado pela Revolução, através do decreto assinado pelo presidente Médici.

Dizia no meu discurso onde representava o pensamento do Secretariado Municipal, no dia 5 último, quando se comemorava o primeiro aniversário da administração Augusto Lucena, que Sua Excelência vinha sofrendo a mesma angústia do poeta Castro Alves, quando versejou: “É que os martírios foram tantos que mesmo para o riso só tem prantos.”

O prefeito Augusto Lucena sempre contou com o apoio incondicional do governo Eraldo Gueiros, a ajuda de todos os seus auxiliares, além da cooperação da Empresa Jornal do Commercio, Diário da Noite, Diário de Pernambuco e Diário da Manhã, que sempre estiveram ao lado do bom direito, do progresso e da razão, postulando na defesa dos interesses da cidade do Recife. ¹²⁷

Esse discurso do secretário Urbano Vitalino Filho seguia a melhor tradição da argumentação que pretendia apresentar uma relação de verossimilhança entre os propósitos da Prefeitura do Recife para com uma realidade política e social presumida, ao nível do discurso, mediados por entidades e fenômenos vagos e imprecisos (bom direito, progresso, razão, interesses da cidade do Recife), permitindo, assim, aos seus enunciadores, que se outorgavam estarem falando em nome do interesse geral, expresso no apoio da imprensa escrita, e fundados

¹²⁶ **Diário de Pernambuco**, de 1322/04/1972, p. 02, 1º Caderno. Quanto à recomendação para que o frontão da igreja fosse reerguido em outra parte da avenida, sabe-se, até os dias atuais, que essa recomendação não foi seguida nem pelo governo federal nem pelo governo municipal.

Pelas informações prestadas pelo Sr. Augusto Lucena, ele teria chegado a providenciar os estudos para a reconstrução da fachada. Entretanto, até hoje não se tem conhecimento do destino desse estudo. Sobre esse aspecto, consultar: IAB-PE e CEP, *op. cit.*, 59-61, principalmente a intervenção do arquiteto Geraldo Gomes no debate.

¹²⁷ **Jornal do Commercio**, 13/04/1972, p. 1, Caderno I.

na autoridade emanada pelo autoritarismo do regime pós-1964 (a Revolução), instituir argumentos, a partir da vitimização do prefeito Augusto Lucena e da apropriação artilosa e descontextualizada de um escrito de um personagem histórico (Castro Alves), de desqualificação contra os opositores da empreitada do governo municipal.

Essa forma de enfretamento para com os opositores da demolição da Igreja dos Martírios deu lugar às qualificações impingidas a estes, que iam desde inimigos empedernidos do desenvolvimento até indivíduos a serviço de “forças ocultas”. A frequência e o uso desmedido dessas qualificações eram tão constantes como estratégia de embate que, alguns meses antes da assinatura do Decreto saudado por Urbano Vitalino Filho, levaram um dos opositores à demolição da Igreja dos Martírios, Nilo Pereira, a tentar esclarecer a sua posição e de outros e a tentar estabelecer a possibilidade de uma discussão mais coerente, racional e crítica sobre o problema e as proposições de soluções para o mesmo. Tratava-se da palestra *A Igreja dos Martírios*, apresentada no Seminário de Tropicologia, em 30 de agosto de 1971, cujo tema era *Turismo e Trópico*, e publicada no Diário de Pernambuco, em 02 de setembro de 1971:

(...) para lembrar que o turismo religioso, se a expressão é exatamente esta, deve ser considerado tanto quanto o turismo cívico e o paisagístico. Para que haja turismo é necessário que se conservem os monumentos e lugares dignos de preservação histórica e cultural. Mas, quem hoje, se aventura a defender essa “preservação”, arrisca-se a passar por simples saudosista, que acaso veja no antigo – seja monumento profano ou sagrado – a única expressão da vida numa cidade.

(...) o meu protesto contra certa interpretação que se dá por vezes, ao problema da demolição da Igreja dos Martírios, tão em foco, no momento, na imprensa recifense. (...) Afirma-se que quem defende a permanência dessa Igreja – cujo valor artístico e histórico foi reconhecido por Lúcio Costa e pelo prof. Robert Smith, o que valeu o tombamento pelo Patrimônio Artístico e Histórico – está a serviço de “forças ocultas”, de interesses políticos, ou são simplesmente inimigos da cidade ou do seu prefeito. Como sou dos defensores dessa igreja, baseado no projeto do arquiteto Waldeci Pinto, que até a destaca como centro de atração turística, mesmo com a abertura da avenida Dantas Barreto, quero deixar bem claro que essa posição nada tem de pessoal. Não me liga a interesses políticos nem muito menos a “forças ocultas”. Parece-me apenas que o projeto de Waldeci Pinto – exposto longamente no Conselho Estadual de Cultura – devia ser escolhido porque resguarda a Igreja dos Martírios, e nisso eu não via apenas a guarda de um monumento, mas também uma atração turística, desde que a Igreja, quase duas vezes secular seria motivo de estudos por parte de interessados, ou por parte mesmo de turistas atraídos por esta cidade (...) No dia em que o turismo deixasse de se vincular a motivações dessa espécie, que não impede o progresso desde quando não seja falsamente urbano nesse dia seria simples industrialização ou investimento sem uma razão de ser maior – a que falasse ao povo de belezas e sugestões que tanto vêm do passado como do presente.

Ninguém se opõe ao alargamento da avenida Dantas Barreto, que o progresso urbano reclama. Ninguém quer que esse progresso se faça com vítimas pois acima de tudo está com efeito, a vida humana. Mas se é possível urbanizar, no melhor sentido da palavra, sem sacrificar os monumentos, mesmo aqueles que, como no caso, tenham menos valor do que outros então que se respeite m – inclusive em nome do Turismo – aquilo que os séculos não devem deixar em vão.

É preciso que se entenda, duma vez para sempre, que, num assunto como esse, não há outro interesse senão o da preservação daquilo que é um patrimônio da comunidade e nunca um saudosismo emperrado; ou capricho pessoal, ou intenção política disfarçada em defesa da Arte e da História.¹²⁸

De posse do decreto, o prefeito Augusto Lucena tratou de apressar a conclusão da Av. Dantas Barreto e a interpelar judicialmente com sucesso o mandado de segurança que impedia a demolição da Igreja. Alguns meses mais tarde, em julho de 1972, o desfecho esperado pelo prefeito Augusto Lucena, finalmente, ganhava os contornos nítidos que almejava com a derrubada do mandado de segurança decidido pela Justiça Federal:

Justiça é favorável à demolição dos Martírios

A Justiça Federal, através do juiz Orlando Neves, da Segunda Vara, acaba de denegar o mandado de segurança que havia concedido há vários meses, por solicitação da União Federal, pronunciando-se, agora, favorável à demolição das ruínas da Igreja dos Martírios, para que prossigam as obras de prolongamento da Avenida Dantas Barreto.¹²⁹

Justiça diz que a Prefeitura poderá demolir Martírios

A Justiça Federal, por intermédio do juiz Orlando Neves, derrubou o mandado de segurança há alguns meses concedido contra a Prefeitura do Recife, por solicitação da União Federal, permitindo, assim, a demolição da Igreja dos Martírios.

O prefeito em exercício, vereador Clóvis Corrêa, está adotando providências para que até o dia 20, o prefeito Augusto Lucena possa determinar a derrubada do templo, tendo em vista que já foram iniciadas as obras de pavimentação da Avenida Dantas Barreto. (...) ¹³⁰

O prefeito recorrerá, também, ao apoio e ao pronunciamento de um intelectual local de projeção nacional e internacional, como argumento de autoridade para se confrontar no debate com os seus opositores e legitimar a sua posição e decisão. Esse intelectual era Gilberto Freyre,¹³¹ que no início dos confrontos havia se colocado contra *o furor da destruição maciça do Bairro de São José* para, em seguida, após ter sido aliciado pelas esferas do poder estatal,

¹²⁸ **Diário de Pernambuco**, de 02/09/1971, p. 4, 1º Caderno.

¹²⁹ **Diário de Pernambuco**, de 06/07/1972, p. 12, 1º Caderno.

¹³⁰ **Diário de Pernambuco**, de 06/07/1972, p. 1, 1º Caderno.

¹³¹ Entre os intelectuais da cidade, Gilberto Freyre, à época membro do Conselho Federal de Cultura, foi o que teve uma das atuações mais destacadas para viabilizar a empreitada de demolição da Igreja dos Martírios. Pelos serviços prestados, posteriormente, Gilberto Freyre seria recompensado com algumas honrarias, como: o Mérito Educacional – Classe Ouro – conferida pelo Governador Eraldo Gueiros Leite, e a Medalha do Mérito Cidade do Recife, conferida pelo Prefeito Augusto Lucena.

apoiar a demolição da Igreja dos Martírios por considerar que ela *não era monumento de alto valor*, mesmo sem ser *expert* no assunto e contrariando o parecer dos técnicos do IPHAN e dos que lutavam pela preservação do monumento.¹³²

À época, Gilberto Freyre era membro do Conselho Federal de Cultura, que através da sua Câmara do Patrimônio Histórico Nacional podia manter ou sustar tombamentos de prédios. A esta foi levada a questão sobre o tombamento da Igreja dos Martírios e solicitado o destombamento e a autorização para sua demolição. Em reunião do Conselho, em de outubro de 1971, esse intelectual apresentou um parecer, com apoio de Raymundo Faoro e Josué Monteiro, membros desse órgão, onde defendia a demolição do templo com a preservação do seu frontal, que deveria ser reconstruído em outra parte da avenida:

Compreende-se que, assim considerada pelo órgão oficial mais autorizado na matéria, também os progressistas do Recife, quase fanáticos das grandes retas, mantido o trajeto da ampla e nova avenida, reclamadíssima, aliás, pela expansão da cidade, desatentos a uma igreja considerada menos significativa na sua história. Foi lamentável que assim sucedesse porque da fachada da Igreja dos Martírios, repita-se que bastava, por si só, para compensar, como arte, o resto do templo, de sua mediocridade e como história, o passado do mesmo templo: um passado de sua pouca profundidade. Soa dos que pensam que a Igreja, mesmo não tombada, poderemos ter sido então – o momento certo – objeto de advertência, da parte técnica recifense do Instituto do Patrimônio aos engenheiros ou urbanistas ostensivamente empenhados em dotar a cidade de uma avenida essencial ao seu tráfego e ao seu desenvolvimento. A estes urbanistas ou engenheiros, e aos seus chefes administrativos, teria sido fácil atender, naquele dia tais advertências. (...)

Não sendo, porém, viável essa solução, [*discordando da solução de preservar e restaurar a Igreja dos Martírios devido ao alto custo financeiro*] fato ideal – a do meu sonho, a do meu desejo – que se adote, realisticamente, a da conservação da fachada da Igreja, uma jóia – repita-se – essa fachada – merecedora de todo nosso carinho, quer preservando-se tam e somente ela: uma nesga – não uma ilha, mas uma ilhota, na própria área da avenida – o mais desejável – quer promovendo-se tal providência for de fato tecnicamente possível, como parece ser, o seu transplante – moderna técnica arquitetônica – para margem da mesma avenida. Desse modo, mesmo desaparecendo do Recife um conjunto menos significativo que outros, dentre os que enriqueceram o burgo recifense, da Igreja dos Martírios, teríamos a conservação de parte mais preciosa.¹³³

Outros argumentos, recorrendo ao sofisma e ao moralismo fácil, como: dar continuidade aos planejamentos de reordenação urbana da cidade, construções irrelevantes, ambientes sórdidos enviesados de bordéis e de casas com

¹³² Sobre estas declarações e posições de Gilberto Freyre, consultar: CAVALCANTI-BRENDLE, Betânia Uchoa, **Martírios do Recife** in **Continente Mucultural**. Recife: CEPE Editora, Ano III, nº 31, julho/2003, p. 83.

¹³³ Trechos do parecer de Gilberto Freyre apresentado ao Conselho Federal de Cultura, in **Diário de Pernambuco**, de 18/10/1971, p. 2, 1º Caderno.

atividades ilícitas, construções em ruínas, ambientes deteriorados, construções de irrelevante valor histórico, cultural, artístico e arquitetônico seriam utilizados para justificar a demolição das quadras e da Igreja dos Martírios no bairro de Santo Antônio e São José.¹³⁴ Todo esse confronto, principalmente quanto ao seu aspecto e desfecho legal, foi bem descrito e resumido por Clênio Sierra:¹³⁵

O litígio envolvendo a Igreja dos Martírios foi levado a julgamento no Conselho Federal de Cultura, cuja maioria dos membros, seguindo a opinião do conselheiro Ariano Suassuna, decidiu pela preservação do edifício eclesiástico: a avenida deveria sofrer um desvio no alinhamento para contorná-la. Augusto Lucena protestou. Gilberto Freyre, membro daquela casa, foi uma das vozes que se levantaram contra a decisão do Conselho, assim como Raymundo Faoro, segundo se disse, destacando que, da igreja, apenas seu frontispício deveria ser conservado. Apegado à apreciação de Freyre, a quem chegou a homenagear pelo posicionamento assumido, Augusto Lucena tanto fez que conseguiu o aval do então Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, para o seu intento. Assim, fazendo valer sua autoridade, e depois de ter ouvido o parecer do seu Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, aos onze dias do mês de abril de 1972, conforme a cópia do documento que chegou ao IPHAN-Recife, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República assinou o Decreto nº 70389, autorizando o cancelamento da inscrição de tombamento da Igreja dos Martírios e determinando que fosse reconstruído seu frontispício noutro local.

Em janeiro de 1973, sem ter providenciado o frontão da Igreja dos Martírios, mesmo tendo-se anunciado através dos jornais que as providências estavam sendo tomadas,¹³⁶ e ignorando as alternativas e estudos de desvio da avenida ¹³⁷, o prenúncio da vitória de Augusto Lucena já despontava com o início da derrubada dos últimos casarios que ainda eram obstáculos para a conclusão e ligação da Av. Dantas Barreto entre os seus dois extremos (Pátio da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e Praça Sérgio Loreto).

¹³⁴ Idem, pp. 59-60.

¹³⁵ Dentre os textos que utilizamos para sistematizar informações sobre o episódio envolvendo a demolição da Igreja dos Martírios está o de: SIERRA, Clênio. **Sob invocação do arrogo do progresso**. Disponível em: <<http://carlota.cesar.org.br/arqbr>>. Acesso em: 11 ago. 2003.

¹³⁶ A reportagem intitulada **Frontão dos Martírios tem esboço** informava que os técnicos da Prefeitura estavam começando a desenvolver o esboço do frontão da Igreja dos Martírios, *in* **Jornal do Commercio**, 14/04/1972, p. 1. Outra reportagem informava a autorização dada pelo ministro Jarbas Passarinho para a restauração do frontão: **Jarbas Passarinho autoriza a Prefeitura a restaurar o frontispício dos Martírios**, *in* **Jornal do Commercio**, 16/06/1972, p. 3.

¹³⁷ Com referência à possibilidade de um desvio para preservar a Igreja dos Martírios, afora as propostas já mencionadas anteriormente como aquela exposta na transcrição da palestra de Nilo Pereira, a reportagem **Patrimônio decide destino da igreja** informava que: *O Secretário Luís Coimbra, da Assessoria de Planejamento da Prefeitura, afirma que está aguardando a decisão do DPHAN e diz que a Prefeitura não mutilará nenhum monumento histórico, desde que assim seja considerado. E caso isto aconteça com a Igreja dos Martírios, a Avenida Dantas Barreto sofrerá um desvio nos seus 550 metros de prolongamento até a Rua São João. In* **Jornal do Commercio**, 18/06/1971, p. 12.

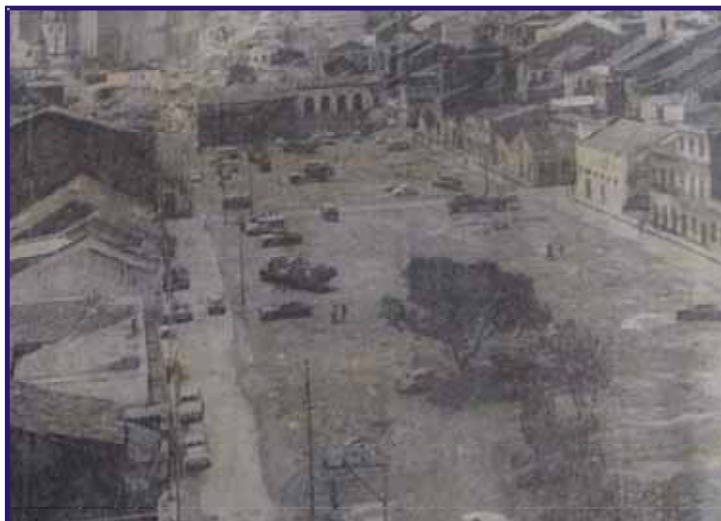


Fig. 5. Vista geral das obras de construção da Av. Dantas Barreto
 Fonte: **Diário de Pernambuco**, de 02/04/1972, p. 12, 1º Caderno. Ao fundo na foto, a Igreja dos Martírios.

Começa demolição para unir D. Barreto/Av. Sul

As casas que formam o quarteirão do lado esquerdo da Praça Sérgio Loreto, área que será ocupada pelas pistas de tráfego da Av. Dantas Barreto, começaram a ser demolidas ontem pela manhã. Ubirajara Reis, que comanda os trabalhos, informou que dentro de 10 dias toda a quadra estará praticamente desimpedida.

O prefeito Augusto Lucena esteve no local dos serviços e determinou ao secretário Fernando Pontual, de Viação e Obras, imediatas providências para que as obras sejam concluídas no máximo dentro de 15 dias, com suas três pistas e refúgios emendas à Avenida Sul.¹³⁸

Neste mês, na manhã de 23 de janeiro de 1973, com ordens do Prefeito Augusto Lucena, devidamente autorizado por instâncias superiores, as máquinas colocaram abaixo a Igreja dos Martírios. Em setembro do mesmo ano, Augusto Lucena, ladeado pelo então governador do Estado de Pernambuco, Eraldo Gueiros, e pelo misto de antropólogo e sociólogo, Gilberto Freyre, honrado com a função de ligar a chave geral de iluminação da três pistas, inauguravam a Av. Dantas Barreto, em meio a um carnaval fora de época, programado especialmente para o evento.

Lucena entrega Dantas Barreto pronta dia 16

O prefeito Augusto Lucena confirmou ontem que a inauguração da Avenida Dantas Barreto será no dia 16 deste mês, às 21 horas, logo após a abertura oficial (19 horas) da temporada carnavalesca de 1974. O governador Eraldo Gueiros Leite, o prefeito e as autoridades militares desatarão a fita dando por inaugurada a mais bonita avenida do centro da cidade.

O escritor Gilberto Freyre será convidado para acionar a chave que iluminará as três pistas. (...)

(...) custo da obra: Cr\$ 9.200.000,00, é uma das mais bem iluminadas avenidas do país, com 43 postes de 17 metros de altura com 2 grandes luminárias a vapor de mercúrio.¹³⁹

¹³⁸ **Diário de Pernambuco**, de 05/01/1973, p. 7.

¹³⁹ **Diário de Pernambuco**, de 02/09/1973, p. 5.



Fig. 6. Cerimônia de Inauguração da Av. Dantas Barreto. No primeiro plano, a tríade que compôs a linha de frente na luta pela demolição da Igreja dos Martírios. Da esquerda para direita: o escritor Gilberto Freyre, prefeito Augusto Lucena e o governador Eraldo Gueiros.

Fonte: **Diário de Pernambuco**, de 02/10/1972, p. 3, 1º Caderno.

**O RECIFE RECEBE
MAIS NOVE MILHÕES
E DUZENTOS
MIL CRUZEIROS
DE PROGRESSO**

Precisamente o quanto custou a Avenida Dantas Barreto aos cofres da municipalidade. Em pleno centro da cidade a Prefeitura desapropriou mais de 100 imóveis num total de 46.000 m². A pavimentação das duas pistas foi concluída em tempo recorde.

Os recifenses não recebem apenas mais uma avenida: a Dantas Barreto obra prioritária da administração Augusto Lucena é, sem dúvida, a maior avenida periferica urbana do Nordeste e uma das mais bem iluminadas avenidas do País. São 43 postes, com 17 metros de altura e luminárias a vapor de mercúrio. Para possibilitar maiores áreas de sombreamento, a avenida possui, em seus refúgios, amêndoas, pau-d'arco, além de palmeiras, tocas de região. E não é só: ao lado desta arborização existem canteiros com plantas ornamentais de várias espécies. Um mesmo jardim em pleno coração da cidade. Tudo isso, sem falar no quanto a nova avenida irá beneficiar o trânsito da cidade. Dantas Barreto: uma realidade. Uma obra de coragem administrativa! Sem dúvida, uma senhora avenida.

**PREFEITURA
MUNICIPAL DO RECIFE**

Administração: **AUGUSTO LUCENA** Estado de Pernambuco: **ERALDO GUEIROS LEITE**

o recife crescendo com você.

Fig. 7. Propaganda de inauguração da Av. Dantas Barreto.

Fonte: **Diário de Pernambuco**, de 29/09/1972, p. 7, 1º Caderno.

A empreitada e as ações e acontecimentos que dela resultaram não podiam ser atribuídas simplesmente a uma decisão pessoal de um governante sintonizado com o ideário da ideologia do progresso ou a uma contingência que envolveu a administração Augusto Lucena, como gostaria de fazer crer o arquiteto Geraldo Gomes, conforme questionamento que teria feito no *Ciclo de Debates: Política Urbana, Planejamento e Democracia*.¹⁴⁰



Fig. 8. Etapas da demolição da Igreja dos Martírios e abertura da Av. Dantas Barreto.

Fonte: Primeira foto, da esquerda para direita, Arquivos Fotográficos de Wilson Carneiro da Cunha, acervo da Fundação Joaquim Nabuco; as duas últimas, fotos do acervo da URB/Recife, in **Continente Múlticultural**. Recife: CEPE Editora, Ano III, nº 31, julho/2003, p. 83.

Desde muito tempo o Recife, principalmente a sua área central, era objeto de diversas intervenções que desfiguravam e configuravam a sua composição urbana a cada passar de uma década, quase sempre definidas e redefinidas por uma lógica modernizante moldada conforme as necessidades de cada novo estágio da economia capitalista.¹⁴¹ A lógica da Av. Dantas Barretos, à época de

¹⁴⁰ No debate do plenário, o arquiteto Geraldo Gomes chega a fazer esta interpelação ao ex-Prefeito Augusto Lucena: *Pergunto: 1º - A abertura da referida avenida foi uma proposta de planejadores da prefeitura municipal do Recife ou foi uma decisão pessoal do prefeito? Contra o parecer unânime de todos os 30 membros do Conselho Federal de Cultura, o Presidente da República decidiu então não preservar a Igreja de Nossa Senhora dos Martírios, que foi demolida. Um dos membros do referido Conselho, o sociólogo Gilberto Freyre, salvo engano, sugeriu naquela oportunidade que a Igreja tivesse a sua fachada reconstruída à margem da nova avenida. Pergunta: Essa proposta foi aceita por V. Exa.? Em caso de resposta afirmativa, por que não foi executada?* IAB-PE e CEP, *op. cit.*, p. 59.

A interpelação de Geraldo Gomes traduz uma interpretação que ficaria consagrada para a busca de uma explicação sobre a posição do Prefeito: a de que a demolição da Igreja dos Martírios teria sido uma decisão pessoal, produto de sua teimosia e das contingências do momento.

¹⁴¹ As políticas de reformas e/ou reordenamentos urbanos no Recife, ao longo do século XX, deram lugar a uma série ações voltadas para a demolição de imóveis, logradouros, fortes, ruas, monumentos, igrejas e tantos outros de feições arquitetônicas e urbanas diversas e marcadas pelo curso da história da cidade. A lista é consideravelmente longa, mas aqui citamos alguns dos mais significativos patrimônios que foram demolidos para dar lugar à modernização urbana da cidade do Recife, como: demolição da Igreja do Corpo Santo, em 1913, do Arco da Conceição, em 1917; do Arco de Santo Antônio, em 1917, para dar lugar à ampliação do porto e as vias de acesso ao mesmo; demolição parcial do Forte do Buraco, localizado no istmo entre o Recife e Olinda, em 1953, pela Marinha; demolição do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, do Pátio Paraíso e da Igreja de Nossa Senhora do Paraíso, nos anos 40, para dar lugar às reformas urbanas, abertura de avenidas (Guararapes e Dantas Barreto) e a construção de edifícios no bairro de Santo

Augusto Lucena, não era mais aquela que nos anos 1950 a projetaram nem, menos ainda, a lógica das grandes reformas urbanas que os distritos do Bairro do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista haviam passado em décadas anteriores, e muito menos a de Haussman, para a Paris da segunda metade do século XIX. A lógica da modernização do então prefeito do Recife e de seus coetâneos era dotar a cidade de uma infra-estrutura viária capaz de proporcionar uma mobilidade territorial aos interessados numa locomoção rápida e eficaz e capaz de encurtar as distâncias e de contrair o tempo de locomoção: os proprietários de automóvel, principalmente, o de passeio ou particular. Para atender a esses interesses, toda a composição urbana, fosse ela recente ou de tempos imemoriais, cedia lugar às outras composições urbanas, até que estas um dia viessem também a se tornar ruínas ou cederem lugar a outras intervenções condizentes com novos parâmetros de modernização.

As sucessivas lógicas modernizantes faziam emergir na cidade do Recife uma fugacidade de que todas as coisas iriam aos poucos perder as suas qualidades e referências de uso para que o seu caráter fetichista se sobrepusesse de forma quase totalizante a tudo. Assim sendo, até o que era moderno e novo ontem já poderá ser arcaico no momento seguinte com o esvaziamento do seu caráter fetichista. As coisas não se conservavam mais pelas suas qualidades e usos, mas pelo seu caráter fetichista e pela capacidade de alienação e coisificação que podiam ter. Até a própria Av. Dantas Barretos, menos de uma década depois, seria considerada arcaica ante as novas e sofisticadas avenidas que a cidade conheceria e pela dissipação das razões de seu uso e a que fim ela deveria mesmo servir. Ao longo dos anos que se seguiram, o uso que se pretendia para Av. Dantas Barretos, via expressa para o fluxo de automóveis e veículos de carga, foi paulatinamente se diluindo com o deslocamento do trânsito para as novas avenidas e perimetrais que contornavam a área central da cidade.

Acontecia com essa avenida algo similar às reflexões que permeavam um diálogo de um conto de Osman Lins, intitulado *Perdidos e achados*¹⁴²:

- Tudo bem, Renato?
- Mais ou menos.
- Que tal os aviões?

Antônio, além de um imenso conjunto de imóveis, logradouros e ruas de feições arquitetônicas e urbanísticas diversas.

¹⁴² LINS, Osman. **Nove, novena**. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1974, pp. 208-109.

- Não prestei atenção. Estou apreensivo com...
- Você chegou a ver o *Zeppelin*?
- A fotografia. Saiu nos jornais.
- Eu era bem pequeno, mas me lembro. Aquilo, sim. Não sei por que não continuam fazendo zepelins.
- Também não. Meu garoto...
- É isso... Tudo muda. Imagine o que hão de ver os nossos filhos.
- Onde estão os seus?
- Ali, tomando banho.
- Nenhum quis ver a parada de 7 de setembro?
- Não.
- O meu, queria. Gosta de passeatas. Você o viu há pouco?
- Não. Puxaram a mim, os meus. Gostam de mecânica e de praia. Vamos mergulhar?
- Depois.
- Por que depois? São onze e quarenta. Daqui a meia hora chega nosso ônibus. Não temos muito tempo. Vamos. Dizem que a vida começou no mar. Voltemos à origem.

Nesse diálogo, podemos perceber que o que era até recentemente uma novidade, um emblema dos tempos modernos (o *Zeppelin*), já era algum tempo depois algo em desuso e fora de linha, tendo dado lugar a novas tecnologias e com elas as novas fantasmagorias. O mesmo se dará para as paisagens das cidades, elas serão fugazes e serão constantemente e aceleradamente alteradas para atender as lógicas e exigências das novas empreitadas de modernização que se sucedem umas às outras. A Av. Dantas Barreto foi um exemplo disso. Construída como expressão da modernização viária do Recife, viria a ser nos anos seguintes um corredor viário inútil, apropriado pelo comércio ambulante, pelos terminais de ônibus e estacionamentos, com a população da cidade passando a qualificá-la como a *avenida que começa em lugar nenhum e não vai para nenhum lugar*. A adulteração de seu uso e o esvanecimento de sua real finalidade ficou tão latente ao longo dos anos que se seguiram a sua conclusão que, em 1994, o então prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos, aproveitou o espaço e o uso ocioso da avenida para ali levantar um conjunto de edificações destinado a disciplinar e acomodar os vendedores ambulantes estabelecidos na área central da cidade, que eufemisticamente João Braga denomina como equipamento urbano, mas que os habitantes da cidade logo passaram a chamar, ainda quando da sua construção, de “Camelódromo”.¹⁴³

¹⁴³ BRAGA, João. **Trilhas do Recife**. Guia turístico, histórico e cultural. Recife: ALEPE/Ed. do Autor, s/d, p. 76. O autor era à época da construção do Camelódromo o titular da Secretaria de Infra-estrutura da Prefeitura da Cidade do Recife.

A repercussão imediata das aceleradas e sucessivas alterações na paisagem urbana sobre os indivíduos que vivem na e percorrem a cidade é a diluição das referências que os orientavam e os posicionavam no espaço urbano, ante a quase extinção dos indícios, sinais, marcos, traços, indicações, registros e vestígios que os guiavam. Na sua falta, os indivíduos passaram a recorrer à memória topográfica, não para operar uma da reconstrução dos espaços pelos espaços, mas deles reter e depositar na memória suas marcas como referências para captar experiências espirituais e sociais de um lugar e de uma época que se foi,¹⁴⁴ estocando, assim, as histórias de percepções, de sensibilidades e de formação de afetividades de um espaço de convivências, experiências e historicidades. A elas podem recorrer e/ou levá-las a um entrelaçamento entre si, operando, por um lado, um procedimento voluntário que almeja programar a reminiscência de um lugar, ou, por outro lado, como uma resistência, construir uma memória pactuada com o lugar, onde estão guardadas experiências, referentes, manifestações, significados, sentimentos, angústias, deleites, sentidos,¹⁴⁵ através dos quais se evocam a memória e a história soterrada e se abrem possibilidades de aguçar a percepção para captar as marcas históricas do espaço e a sua incontinência.

É isto que Maria de França, postada em algum lugar na área central do Recife, junto com seu noivo Dudu, procura operar. Uma sinestesia ante uma cidade que se desfigura e se configura constantemente em cada um dos momentos em que ela trafegava pelas suas artérias. Podemos distinguir esse procedimento na personagem no trecho abaixo, no qual as suas sensações vão lhe permitindo perscrutar a arquitetura, os objetos, os indivíduos, os costumes, os lugares, os acontecimentos, as intempéries da natureza, os indícios de histórias.

A onisciência toda ficcional de que é portador o "eu" de Maria de França não se limita a ler no íntimo dos seus interlocutores ou dos que passam por ela. Abrange, com liberdade nem sempre concedida ao narrador impessoal, o registro do espaço, todos os seus sentidos debandados no Recife e libertos, portanto, da clausura corporal:

¹⁴⁴ Sobre a memória topográfica, fundada nos escritos de Walter Benjamin, consultar: BOLLE, Willi. **Fisiognomia da Metrópole Moderna**: representação da história em Walter Benjamin. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2000, pp. 332-336.

¹⁴⁵ Neste segmento, nos apropriamos das duas formas de memória que Willi Bolle desenvolve a partir de Walter Benjamin, agregando aos conceitos do autor outros desdobramentos que nos são úteis na análise que ora procedemos. Sobre as definições de formas de memória do autor, consultar: BOLLE, Willi, *op. cit.*, p. 336.

"Vocês não podem sentir, mas esse é o cheiro do mangue e da fumaça do trem das 7 da manhã, carvão de pedra, na direção do agreste, os balaústres da Ponte Velha, ferro alcatroado, começam a esquentar, entra pela boca, no ar, o gosto das mangabas e das agulhas fritas do Pátio do Mercado, badalam os sinos grandes do Carmo e dos Franciscanos, os sinos de menino das capelas, o sol vai subindo, montante da maré, sobe, alô! alô!, olhem e vejam, inunda os arrabaldes e o centro da cidade."

Olfato, tato, paladar, audição e visão, isolados, captam aspectos soltos do Recife num amanhecer de estio. Por vezes, altera Julia Enone o processo, acumulando a figura que os manuais designam por sinestesia:

"Vejam, vejam, o estouro das ondas, brilhante e cor de fuligem, quebra na praia, é bonito?, é bonito?, meninos estendem as mãos para fora da janela (na Torre, nos Aflitos, na Encruzilhada, em São José, nas pensões das toleradas da Rua Vigário Tenório), esse gosto da chuva nas palmas estendidas, o Arcebispo, sem sapatos, levanta a cara no meio do jardim, abre a boca santa, vê na língua sagrada a chispa do relâmpago, fecha a boca, a língua encandeada, Dudu!, amor meu, ouve o cheiro da chuva que devagar vai entrando pelos vidros meio abertos do ônibus, um segredo este perfume da chuva cruzando o óleo, a graxa, a tigna da garagem, no Palácio do Governo o Rei abre as narinas, aspira, não se move, não vê, aspira e ensina, real: 'A chuva é fria.'"

O apelo a todos os sentidos é por assim dizer, obrigatório nesse gênero de descritivo, tão freqüente no livro e acusando tais variações que justificaria estudo à parte.¹⁴⁶

O narrador nos informa, neste último parágrafo, o uso dos sentidos como obrigatório para que Maria de França opere uma sinestesia. Contudo, a pergunta que poderíamos fazer era se à personagem restava algum outro recurso ou gênero estilístico? Pois, obras viárias como a Av. Dantas Barreto quase apagaram os registros de épocas passadas, restando para muitos só a relação subjetiva mediada por sensações espontâneas para poder evocar imagens de um passado e presente que vai se diluindo através de intervenções urbanas que atendem a outros interesses e modos de vida instituídos por uma nova lógica de modernização.

A conclusão da Av. Dantas Barreto representava, de fato, um símbolo de uma modernização que tinha como opção, desde o início da década de 1970, privilegiar o uso extensivo do automóvel, num período de gasolina barata e de facilidades de crédito para aquisição do veículo particular de passeio. Para tanto, a avenida foi mais projetada para atender a locomoção do automóvel particular, pois o novo trecho, que se estendia até a Praça Sergio Loreto, tinha uma extensão de 850 metros, com três faixas de rolamentos, cada uma com 10,5 metros de largura, sendo que duas eram destinadas ao tráfego de alta velocidade e uma ao tráfego de baixa velocidade, principalmente para os transportes

¹⁴⁶ LINS, Osman. **A rainha dos cárceres da Grécia**, *op. cit.*, pp. 73-74.

coletivos, separando assim a locomoção dos automóveis particulares da dos coletivos. Possuía, ainda, dois refúgios, um central de 4,5 metros de largura e outro lateral de 7 metros, uma pista de 2 metros de largura para estacionamento, uma área de 152 m² para arborização e, por fim, uma iluminação considerada à época como moderna.¹⁴⁷ Diferente das outras duas grandes avenidas da área central da cidade (Av. Guararapes e Av. Conde da Boa Vista), que serviam mais como corredores de tráfego para a locomoção mista de veículos, mas, principalmente, aos veículos de transporte de passageiros, a Av. Dantas Barreto já era uma obra orientada para atender às novas demandas e interesses da locomoção do automóvel particular, sendo, portanto, uma pista adequada ao seu deslocamento rápido e a sua capacidade de produzir uma maior mobilidade, resguardando espaços para as suas necessidades de parquear.

Contudo, a Av. Dantas Barreto vinha concluir, em grande parte, uma empreitada iniciada no início do século XX. Pois, além do propósito de ligar o centro da cidade ao bairro de Boa Viagem e aos corredores de tráfego, era também seu objetivo, com sua abertura e alargamento, desde a sua concepção nos anos 1940, viabilizar um fluxo eficaz e adequado de circulação das mercadorias entre a área central da cidade e as vias (Rua Imperial e Av. Sul) que interligavam o centro com a Av. Mascarenhas de Moraes, que servia de pólo de armazenagem e distribuição de mercadorias e de conexão direta com o aeroporto da cidade e as rodovias que ligavam a cidade do Recife aos principais pólos industriais do Estado de Pernambuco (Jaboatão e Cabo) e aos principais centros industriais do país, localizados no Sudeste. A estratégia para atingir esse objetivo foi o reordenamento urbano comum as grandes metrópoles. A sua justificativa foi a necessidade de dotar a cidade de uma modernização, equiparando-a às grandes cidades ocidentais e instituindo no seu espaço intra-urbano condições de vida moderna para os seus habitantes e o desenvolvimento de suas atividades.

4. RECIFE, CAPITAL DO NORDESTE DO SÉCULO XX

Ao cabo da abertura e alargamento da Av. Dantas Barreto, deveria ter lugar na área central da cidade uma outra grande intervenção de renovação urbana de

¹⁴⁷ Estes detalhes foram recolhidos na revista **A Construção Norte Nordeste**, nº 9, fev. 1974, pp. 13-14.

seu espaço. Tratava-se do projeto de construção da Praça Machado de Assis no início da Av. Avenida Conde da Boa Vista e adjacências, que, segundo os técnicos que a conceberam:

Só o mais antigo e já mais trabalhado dos projetos de reurbanização do Recife - o da construção da Praça Machado de Assis, entre as ruas da Imperatriz e Sete de Setembro e a Avenida Conde da Boa Vista - poderá proporcionar à cidade uma área verde de 1.500 m² e a substituição de velhos e deteriorados pardieiros por sofisticados equipamentos de serviços, que incluirão estacionamento rotativo subterrâneo em dois ou três níveis, bares, quiosques, agências bancárias, cabinas telefônicas e pequenos teatros ou locais para apresentação pública.¹⁴⁸

Temos aqui um projeto que visava confeccionar um espaço e um cenário urbano expurgado das histórias passadas e das formas que se consideravam decaídas, degradadas, contraproducentes e inconvenientes, presentes e disseminadas em outros espaços da cidade, através da eliminação em seu interior dos vestígios da paisagem geográfica do qual a Praça *não quer ser parte da cidade, mas seu equivalente ou substituto*,¹⁴⁹ alocando em seu lugar elementos considerados relevantes para a constituição de um espaço quase totalmente destinado ao consumo do lazer, da cultura e de serviços, direcionados para atender às necessidades de uma clientela que pode pagar para usufruí-la.

O objetivo de fazer da Praça Machado de Assis um espaço equivalente e substituto daqueles que eram considerados degradantes na cidade era identificado a partir das próprias razões alocadas para a urbanização do espaço onde teria lugar a Praça:

A área a ser urbanizada abrange um local que até o momento é desprovido de qualquer infra-estrutura. Não possui calçamento, iluminação ou galerias pluviais. Em alguns locais, nos fundos dos velhos edifícios da Imperatriz e Aurora, principalmente, o lixo acumulado exala mau cheiro e as construções desprovidas de qualquer serviço de manutenção estão sujas, sem reboco ou indício de caiação ocorrido nas últimas décadas.

Aqui e acolá, a exposição de roupas e toalhas em janelas ou varais improvisados. Nas paredes dos velhos prédios cresce musgo abundante e alguns muros estão parcialmente destruídos. Todo o conjunto provoca uma impressão de abandono.

Há também um improvisado estacionamento, feito de toros de madeira e telhas desgastadas pela chuva e pelo sol. O resto da área é também repleto de veículos, havendo apenas três árvores.¹⁵⁰

¹⁴⁸ **A Construção Norte Nordeste**, nº 16, set. 1974, pp. 10-14.

¹⁴⁹ Para a análise da configuração e propósitos do espaço que se pretendia para a Praça Machado de Assis, utilizaremos aqui as análises e críticas feitas por Fredric Jameson para o Hotel Bonaventure, construído pelo arquiteto e empreiteiro John Portman, no centro novo de Los Angeles. Sobre esta citação, consultar: JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo**. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 1996, p. 64.

¹⁵⁰ **Diário de Pernambuco**, de 13/05/1974, p. 3, 1º Caderno.

Nessa área deveria ser construída a referida Praça Machado de Assis, onde teria lugar um novo cenário e espaço, com outras feições e expurgados de seus aspectos degradantes:

O logradouro terá jardins e árvores, os bares serão localizados ao ar livre e nos quiosques serão vendidos sorvetes, pipocas, bombos, revistas e flores. Serão também construídos locais específicos para pequenas apresentações públicas, tais como violeros e outros shows populares. Bancos públicos e cabines telefônicas farão parte dos benefícios a serem instalados naquele local.

A área verde terá uma via de acesso, destinada ao uso exclusivo de pedestre, e três que servirão para o fluxo de carros que utilizarão o estacionamento rotativo no subsolo.

Com a urbanização da praça, o comércio das áreas vizinhas será dinamizado e o recifense terá um novo ponto para sua recreação e repouso, em pleno centro da cidade. O início das obras está previsto para este ano, ainda.¹⁵¹

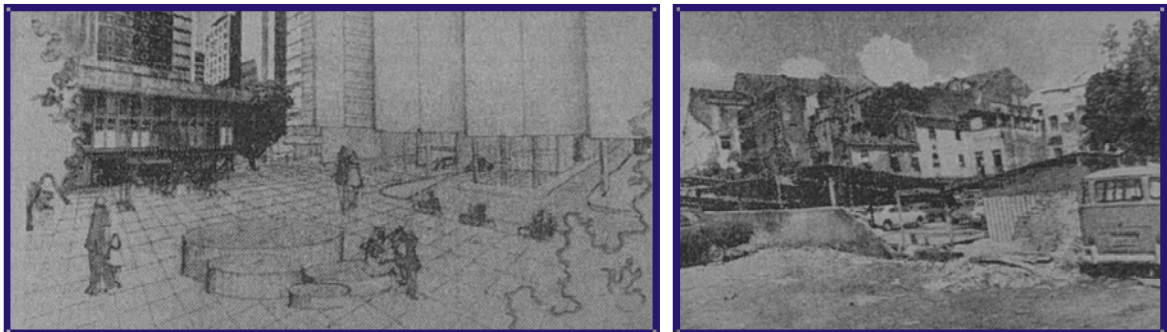


Fig. 9. Croquis da Praça Machado de Assis e local onde seria construída.
Fonte: **Diário de Pernambuco**, de 13/05/1974, p. 3, 1º Caderno.

O cenário proposto para a Praça Machado de Assis seria, assim, dirigido exclusivamente para atividades consumistas e dele seriam expurgados os distúrbios produzidos pela divisão social do trabalho, os estigmas e chagas das desigualdades sociais e a politização da vida urbana. O seu objetivo era criar uma realidade agradável ou hiper-realidade, segundo uma terminologia utilizada por Jean Baudrillard,¹⁵² que se constituiria num espaço neutralizado em relação às dimensões simbólicas das relações sociais, sendo homogeneizado pelos signos e pela cultura consumista que dissimulam os problemas urbanos e sociais contemporâneos, pois este espaço seria dotado de meios e modos de controle para atender à obsessão da segurança e estabeleceria uma indiferença para com os indesejáveis, munido de mecanismo de segregação que os expulsariam para os guetos da periferia. Poderíamos, assim, segundo Baudrillard, ter tido na área

¹⁵¹ **Diário de Pernambuco**, *op. cit.*

¹⁵² Sobre o conceito de hiper-realidade, consultar: BAUDRILLARD, Jean. **A troca simbólica e a morte**. São Paulo: Edições Loyola, 1996, pp. 93-98. Para este autor, o mundo contemporâneo viveria uma realidade não mais mediada pelas relações sociais fundadas nas trocas entre valor de uso e valor de troca, mas sim por trocas de valores simbólicos midiáticos.

central do Recife um espaço dotado de objetos e experiências manufaturadas projetadas para funcionarem de forma “mais reais” que a própria realidade.

Como no caso da construção da Av. Dantas Barreto, a Praça Machado de Assis era um outro projeto de intervenção urbana orientado para a expansão da produtividade capitalista em consonância com o projeto de consolidação da hegemonia de uma nova cultura comercial, marcada por uma simbiose entre mercado e mídia, no qual mercadoria e imagem se identificam gradualmente,¹⁵³ atuando de forma iconoclasta contra a história, a memória e a cultura existente, que, conforme observou Fredric Jameson, passam a ser *gradualmente colonizadas e exterminadas pela integração ao sistema de mercado*.¹⁵⁴ Assim sendo, passa-se a afirmar uma nova cultura do consumo à custas de uma demolição do passado por portar aparências disformes, colocando-se no seu lugar uma estética que é a sua negação e, ao mesmo tempo, configurando-se como formas harmônicas para o deleite, a admiração e a aprazibilidade que atuam como um bônus prazeroso de consumo: *o consumo do próprio processo de consumo, muito além do de seu conteúdo e dos produtos comerciais mais imediatos*.¹⁵⁵

Conforme as proposições sugeridas por Baudrillard, caso fosse concretizada a construção da Praça Machado de Assis, o Recife poderia ter entrado num estágio em que os artefatos culturais, as imagens, as representações, os sentimentos e estruturas psíquicas se tornariam parte do mundo econômico, com as imagens sociais ou signos funcionando como mercadorias e produzindo a hegemonia do valor simbólico que passaria agora a predominar sobre o valor de uso e valor de troca, com as operações da cultura e significação subordinando a si a atividade econômica. Mas, consoante o que apresentamos a partir das análises de Fredric Jameson, o problema não é saber se o que estava em jogo era ou não a afirmação e supremacia do “valor simbólico”, pois este era e é muito mais uma manifestação de uma nova cultura do consumo que, também, pauta-se

¹⁵³ Sobre este tópico, consultar JAMESON, Fredric, *op. cit.* p. 282.

¹⁵⁴ *Idem*, p. 88.

¹⁵⁵ *Idem*, p. 282. Esta colocação de Fredric Jameson é feita para a tecnologia computacional que adicionaria ao consumidor bônus na medida em que ele participa de cada sessão de consumo da mídia. Este raciocínio também pode ser extrapolado para os espaços instaurados e organizados para o consumo na medida em que eles procuram ofertar aos consumidores algo mais de prazeroso do que aquilo que ele vai estritamente consumir: um prêmio ou uma vantagem concedida a mais pelo consumo que realiza.

por sua avaliação quantitativa, pelo seu ajuste ao mercado e pelas possibilidades de prover e realizar mais-valia.

Nesse sentido, tanto o projeto da Praça Machado de Assis como outros elaborados pelos técnicos partiam sempre de uma avaliação quantitativa ajustada ao mercado e do diagnóstico das perspectivas de extração de mais-valia. Isso fica bem claro na seguinte passagem do relatório para o projeto concebido para Brasília Teimosa: *área dispõe de condições privilegiadas para assegurar um rápido retorno de capital a investimentos que sejam feitos para sua completa reurbanização.*¹⁵⁶ A reurbanização era agora um grande negócio fundado na coisificação mercantilizada da vida espiritual e da cultura simbólica proporcionada por uma crescente acumulação de mercadorias e de extração de mais-valia. Tanto é que, entre as razões para não se levar adiante o projeto de construção da Praça Machado de Assis, estão aquelas arrolados por Denis Bernardes: (...) *por conta de problemas técnicos de execução, pelo grande custo da obra e pela maior capacidade de resistência dos usuários e proprietários de imóveis que seriam demolidos, a Praça Machado de Assis não foi realizada (...).*¹⁵⁷

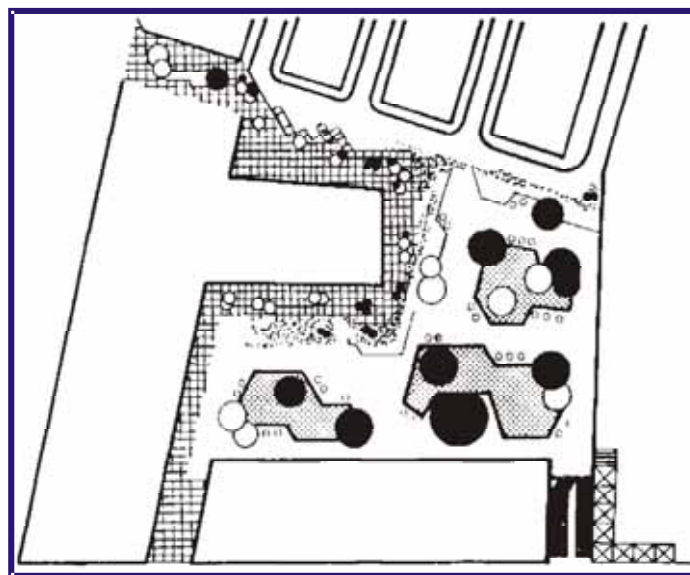


Fig. 10. Plano baixa da Praça Machado de Assis.
Fonte: **A Construção Norte Nordeste**, nº 16, set. 1974, p. 10-14.

¹⁵⁶ **A Construção Norte Nordeste**, nº 16, set. 1974, pp. 10-14.

¹⁵⁷ BERNARDES, Denis, *op. cit.*, p. 90. Para se ter uma dimensão dos custos e da repercussão da obra vale salientar que seriam desapropriados e demolidos 43 prédios, sendo doze da Rua Sete de Setembro, quatorze na Rua da Imperatriz, oito na Rua da Aurora e oito na Av. Conde da Boa Vista, a maioria com mais de quatro pavimentos. Sobre esta informação, consultar: **Diário de Pernambuco**, de 13/05/1974, p. 3, 1º Caderno.

Ou seja: por um lado, a taxa de inversão de capitais para investimentos nos projetos de continuação do reordenamento urbano da área central do Recife se apresentavam insuficiente devido ao volume investido nas obras de abertura e alargamento da Av. Dantas Barreto, com o Estado (a Prefeitura da Cidade do Recife) encontrado limites para o financiamento; por outro lado, o desgaste político proporcionado pelas polêmicas e embates sobre as demolições no bairro de São José e uma organização política mais articulada e consistente dos opositores estabelecidos na Boa Vista impôs injunções políticas aos programas de reurbanização pretendidos pelo governo municipal do Sr. Augusto Lucena, levando o projeto da Praça Machado de Assis para as gavetas governamentais.

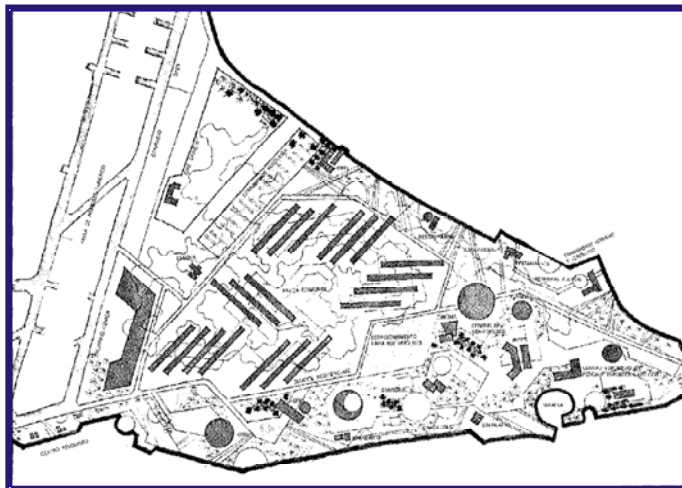


Fig. 11. Projeto de Reurbanização de Brasília Teimosa.
Fonte: **A Construção Norte Nordeste**, nº 16, set. 1974, p. 10-14.

A proposição de construção da Praça Machado de Assis ainda seria retomada no primeiro ano da gestão do prefeito Antônio Farias (1975-1979). No entanto, a discussão da construção da praça já apresentava os desgastes da oposição que o projeto havia sofrido no ano anterior, tanto que a reapresentação da sua proposição, feita através de reportagem em um caderno especial no Diário de Pernambuco, *Caderno Recife*, datado de 2 de novembro de 1975, aventava possibilidades de alterações no projeto original, pois ao mesmo se apresentavam, primeiramente, duas soluções alternativas, e a decisão quanto à consecução cedia lugar à incerteza, contrapondo-se com a perspectiva incisiva de realizar e de viabilizar a construção da praça na gestão do prefeito Augusto Lucena.¹⁵⁸

¹⁵⁸ Cabe-nos aqui fazer uma observação quanto ao destino do espaço e projeto da Praça Machado de Assis nas décadas que se seguiram: na atualidade o que continua a existir é o espaço coetâneo ao projeto, ampliado com algumas poucas demolições à época, rodeado por lojas e bares estabelecidos no térreo dos edifícios, por um estacionamento organizado de forma

Praça Machado de Assis vai ser construída e terá uma garagem subterrânea.

A Empresa de Urbanização do Recife – URB-Recife – concluiu o projeto de construção da Praça Machado de Assis situada por trás do Cinema São Luiz, que será dotada de uma garagem subterrânea com capacidade para 200 carros, além de um estacionamento rotativo. O projeto de construção da praça faz parte do Plano de Humanização do Recife, com apoio total do prefeito Augusto Lucena.¹⁵⁹

Projeto Praça Machado de Assis

A Praça Machado de Assis é a área interna da quadra limitada pela Avenida Conde da Boa Vista, Rua da Aurora, Rua da Imperatriz e Rua Sete de Setembro.

Foram estudadas três soluções para a área: 1 – Praça e estacionamento a nível – este plano propõe a execução de uma praça com áreas ajardinadas, limitada por um estacionamento rotativo com capacidade para 67 veículos. 2 – Edifício Garage – adotando esta solução, haverá um estacionamento para 445 veículos em um edifício que ocupará parte da área, ficando o restante para a praça. 3 – Praça a nível e estacionamento a subsolo – a solução escolhida: o programa consiste em uma praça que se estende por toda área, onde serão implantados equipamentos tais como: bares com área livre, quiosques, lajeados para pequenas apresentações, jardineiras com bancos, árvores de médio porte; como complementação está prevista a implantação de um subsolo para estacionamento de autos com capacidade para 200 veículos.¹⁶⁰

O projeto da praça integrava um plano mais ambicioso da Prefeitura: o Plano de Humanização do Recife. Contudo, com o detalhamento do projeto da Praça Machado de Assis, podemos observar que a ênfase era de disponibilizar espaços na área central do Recife que viabilizassem o estacionamento dos veículos que fluíam pelo centro da cidade, integrando-se dessa forma a lógica que tinha dado lugar a Av. Dantas Barretos, pois se havia alguma humanização esta era dirigida, em primeiro lugar, ao proprietário do veículo e, em segundo lugar, aos indivíduos aptos a consumir as mercadorias e serviços ofertados com a construção da praça.

O fiasco do projeto de construção da Praça Machado de Assis não significou, entretanto, a suspensão de projetos e intervenções de renovação urbana na área central da cidade. No final de 1974, a URB-Recife anunciava novos projetos destinados às principais ruas do centro comercial do Recife, que, de acordo com os projetos formulados, deveriam ser transformadas em logradouros e áreas de lazer somente para pedestres, de modo que pudesse, segundo os mentores do projeto, auxiliar na redução das tensões dos pedestres, na promoção e dinamização do comércio varejista e orientá-las, também, para a exploração do turismo. O projeto comportava um parque e estacionamento de

desordenada e como local de acomodação de mesas e cadeiras para os freqüentadores dos bares existentes, verificando-se quase nenhum serviço de manutenção da área por parte da Prefeitura.

¹⁵⁹ **Diário de Pernambuco**, de 03/04/1974, p. 9.

¹⁶⁰ **Diário de Pernambuco**, de 03/04/1974, Caderno Recife, p. 11.

1.210 m², com capacidade para 58 automóveis, tratamentos paisagísticos e ruas imitando jardins para o fluxo dos pedestres. Os logradouros contemplados seriam a Rua Duque de Caxias, Larga do Rosário, Estreita do Rosário, Rua do Fogo, parte da Praça da Independência e trechos da avenida Nossa Senhora do Carmo, além de tratamentos paisagísticos que seriam efetuados ao longo de trechos das avenidas Dantas Barreto e Martins de Barros e da Rua 1^º de Março, locais onde estavam situados à época importantes setores do comércio da capital pernambucana. Uma descrição do projeto nos é fornecida por reportagem da revista *A Construção Norte Nordeste*:

É evidente que a Urb-Recife quer ir além, inclusive valorizando a área constante do seu novo projeto. Assim é que serão criados ambientes de lazer para o público, com bancos e árvores de pequeno porte, além de calçadas coloridos, com desenhos assimétricos. Nos calçadas, o projeto prevê o uso de material de grande resistência para permitir, à noite, o tráfego de caminhões de abastecimento às casas comerciais e hotéis do trecho.

Aproximadamente 20 jardineiras serão implantadas para conferir à área uma aparência de jardim, eliminando-se desse modo a tradicional concepção que tem cada rua. Está prevista também a instalação de 15 barracas em fiberglass, para venda de revistas, bombons, sorvetes. Além disso, o projeto prevê postes de iluminação adequados ao novo tipo de organização e recipientes para coleta de lixo, em fiberglass, de modelos moderníssimos.

Convicta de que uma área somente para pedestre deve naturalmente oferecer condições para estacionamento fácil, a Urb-Recife projetou um parque com 1.210 m² e capacidade para 58 automóveis. Tal estacionamento terá acesso pelas ruas Estreita do Rosário e Larga do Rosário, com saída pela praça da Independência. Os acessos totalizam 1.225 m² e terão controle (inclusive com pagamento de taxa) para evitar o ingresso de automóveis que busquem apenas fazer o retorno. Através desse mesmo sistema de controle, será evitada a entrada de veículos que não estejam ligados aos serviços de hotéis e bancos do trecho.¹⁶¹

Com esse projeto o prefeito Augusto Lucena realizou intervenções que possibilitaram no futuro a destinação da Rua Duque de Caxias ao uso exclusivo de pedestre e operou a ampliação e reforma da Praça da Independência. A conversão das outras ruas e mais algumas da área central, como a Rua da Imperatriz e Rua Nova, no que à época se chamava em “ruas jardins” e nelas a adoção dos equipamentos, foram realizadas por administrações posteriores ao longo da década de 1970 e 1980. Mesmo assim, a única rua que o prefeito conseguiu converter para uso exclusivo de pedestre, a Duque de Caxias, já estava plenamente ocupada pelos vendedores ambulantes em agosto de 1975,

¹⁶¹ **A Construção Norte Nordeste**, nº 20, jan. 1975, pp. 24-25.

com quem os transeuntes tinham que disputar espaços para se locomover.¹⁶² Esse aspecto era tão relevante que a própria prefeitura admitia que a conversão da referida rua ainda não havia sido concluída, pelo menos como se pretendia no projeto de humanização, levando uma reportagem do Diário de Pernambuco a concluir, a partir de informes da URB-Recife, que: *a Rua Duque de Caxias já é rua de pedestre, embora não esteja urbanizada para tal função; a pesquisa de aceitação, já efetuada, mostrou apoio da parte dos proprietários.*¹⁶³

A primeira rua da área central do Recife que de fato viria a ter um perfil similar ao de uma “rua jardim” seria a Rua das Flores, vindo a si constituir, talvez, no primeiro espaço público destinado ao serviço do incremento da circulação e do consumo da mercadoria, dotado de uma realidade agradável à disposição de uma clientela que poderia usufruí-la como se fosse a sua casa e por ela enveredar para consumir as mercadorias expostas à exibição pública como imagens de um sonho, como se referendasse aquelas passagens descritas por Walter Benjamin para a Paris dos poemas de Charles Baudelaire: *Tal imagem é presentificada pelas passagens, que são tanto casa quanto rua.*¹⁶⁴ Assertiva que seria corroborada pela seguinte manchete com relação às potencialidades da Rua das Flores: *O Largo das Flores, no centro do Recife, um ambiente sempre convidativo às compras ou à visitação,*¹⁶⁵ ou, ainda, por um anúncio da URB-Recife sobre os objetivos de urbanização da área central da cidade:

Faça de sua rua uma vitrine.

O recifense quer sossego nas ruas comerciais do centro da cidade. Para admirar tranqüilamente, as vitrines das lojas e fazer suas compras. Com segurança e conforto.

A URB – Empresa de Urbanização do Recife veio ao encontro dos pedestres. E vai devolver a eles o centro da cidade: ruas desobstruídas, arborizadas, com calçadas e equipamentos comunitários. Com o apoio e a participação dos comerciantes lojistas, a URB executará o Projeto de Humanização do Recife, que consiste exatamente nisto: abrir passagem para as pessoas e fazer das ruas autênticas vitrines.

Colabore com a URB.

Vamos fazer o Recife mais humano.

Prefeitura Municipal do Recife.

¹⁶² Esta informação foi extraída de uma reportagem intitulada: **Acúmulos de ambulantes na Duque de Caxias dificulta passagem dos transeuntes**, in **Diário de Pernambuco**, de 18/08/1975, p. 2, 1º Caderno.

¹⁶³ **Diário de Pernambuco**, de 02/11/1975, Caderno Recife, p. 11.

¹⁶⁴ Paris, capital do século XIX in KOTHE, Flávio R. (org.). **Walter Benjamin**. São Paulo: Ed. Ática, 1985, p. 40. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 50)

¹⁶⁵ **Diário de Pernambuco**, de 27/10/1976, p. A-3.

Pouco mais de um ano antes estas probabilidades já eram apresentadas quando do anúncio da reformulação do projeto de urbanização da Rua das Flores, conforme trecho da reportagem abaixo:

A Empresa de Urbanização do Recife (URB) conclui este mês as obras de urbanização da Rua das Flores, que foram paralisadas para uma reformulação geral no projeto. A urbanização daquela artéria está entre as principais realizações do prefeito Antônio Farias, com a finalidade de diminuir os problemas provocados no centro urbano pelo crescimento irregular da cidade, que contribui para dificultar o acesso e circulação de pedestres.

O plano de valorização urbana que a URB-Recife propôs para o centro da cidade consiste em isolar alguns trechos da cidade para uso exclusivo dos pedestres, com parques e jardins, as chamadas áreas humanizadas.

Essas áreas terão calçadas para livre uso e circulação de pedestres, com jardineiros, bancos e no e médio (*sic*), os trechos terão iluminação de acordo com a iluminação implantada em toda a cidade, em estilo moderno e eficaz.

Aos jardineiros de concretos da Rua das Flores já se encontram concluídas, faltando, ainda, para o término das obras a implantação dos quiosques, três postes, com luminárias ornamentais, cada uma delas com três lâmpadas de forma esférica, com vidro translúcido.

As jardineiras de concreto da Rua das Flores (*sic*) vidro; estes funcionarão na venda de flores, fazendo justiça ao antigo e poético nome – Rua das Flores – permitindo que o Recife reapareça em seu lado mais agradável.¹⁶⁷

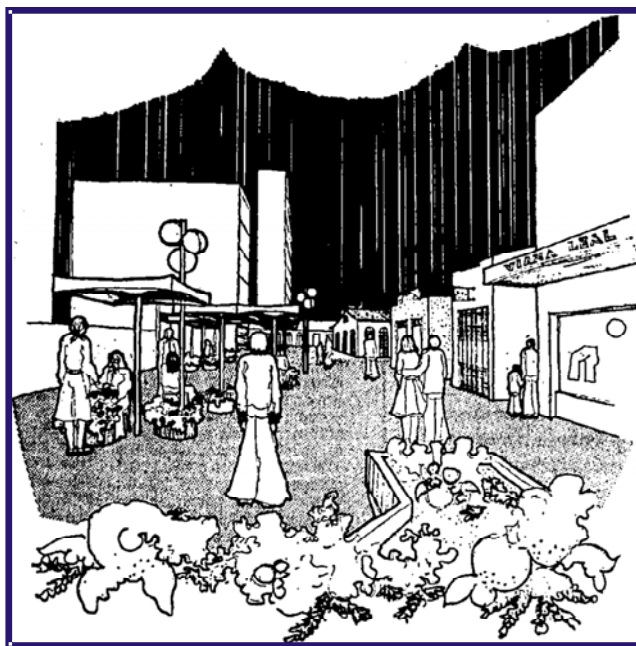


Fig. 12. Plano de Urbanização da Rua das Flores.

Fonte: **Diário de Pernambuco**, de 02/11/1975, Caderno do Recife.

No começo de 1977, a Prefeitura do Recife apresentaria à cidade outros projetos de áreas a serem humanizadas e um programa mais amplo de revitalização da área central do Recife, fundamentados nos mesmos princípios que nortearam o projeto da Rua das Flores, que iam desde a conversão a

¹⁶⁶ **Diário de Pernambuco**, de 25/12/1976, p. A-9.

¹⁶⁷ **Diário de Pernambuco**, de 02/11/1975, Caderno Recife, p. 11.

Pracinha do Diário em um calçadão, humanização de algumas ruas (ruas Novas e Imperatriz) até políticas de intervenção urbana, como: disciplinamento do tráfego de automóveis e dos estacionamentos; preservação dos conjuntos arquitetônicos; ampliação da área de tráfego para o pedestre; recuperação de praças, largos e pátios; introdução de novas modalidades de transporte coletivo - os chamados frescões, coletivos climatizados para transportar passageiros de maior poder aquisitivo, desestimulando por parte destes o uso do automóvel -; políticas de recuperação e manutenção das edificações; racionalização e ampliação do transporte coletivo entre o centro e os subúrbios; e ampliação da área verde da cidade.¹⁶⁸

A diferença da proposição desse projeto em relação aos que eram definidos e executados na gestão de Augusto Lucena foi de que o prefeito Antônio Farias teve que abandonar pouco a pouco a discussão e deliberações efetuadas nos recintos fechados dos gabinetes da esfera do poder municipal e abrir canais de interlocução com a sociedade civil para a elaboração de projetos e sua execução. Este tipo de procedimento já fazia parte da dinâmica administrativa do prefeito Antônio Farias, quando, em meado de 1976, o secretário de Planejamento do Recife, Valdeci Pinto, reuniu-se com técnicos de organismos estatais (Fidem, IPHAN e Fundarpe) para discutir o Plano de Urbanização do Recife.

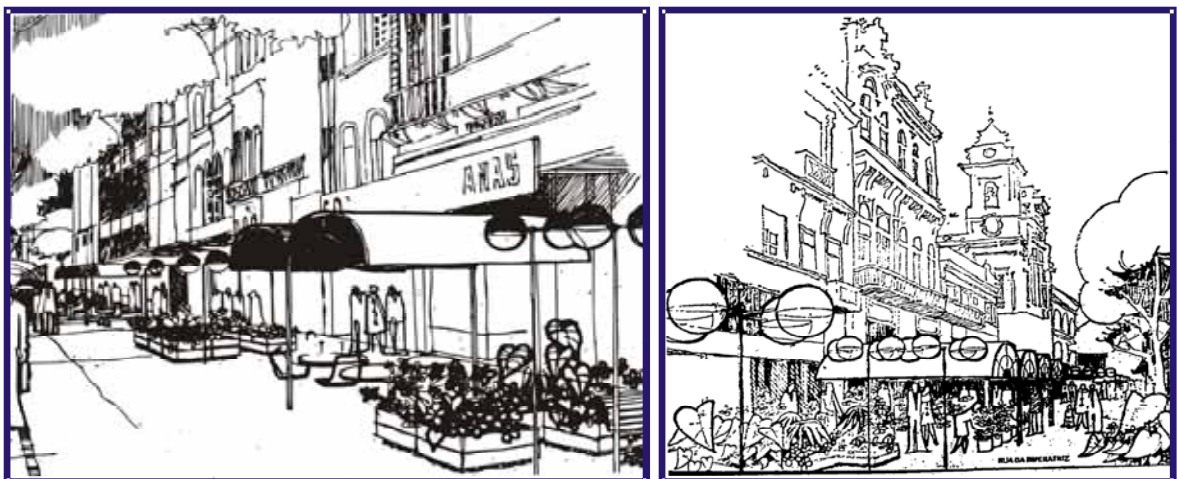


Fig. 13. Planos de Urbanização das ruas Nova e Imperatriz, respectivamente.
Fonte: **Diário de Pernambuco**, de 06/03/1977, p. A-31.

¹⁶⁸ O programa de intervenção apresentado em no início de março de 1977, previa uma série de outras ações que se estenderia a diversos bairros e logradouro do Recife que não estavam circunscritos a sua área central. Sobre este planos consultar as matérias jornalísticas sobre os projetos e programas in **Diário de Pernambuco**, de 02/11/1975, pp. 30-31-A.

Projeto urbano é modificação ousada na paisagem do Recife

Ontem pela manhã o secretário municipal do Planejamento, Valdeci Pinto, apresentou e discutiu com técnicos do Fidem, Iphan e Fundarpe o Plano de Urbanização do Recife. ao final da reunião de três horas, foram feitas sugestões e alguns comentaram que “nunca se pensou em coisa tão grandiosa para a Cidade”.

O Plano envolve principalmente aspectos do tráfego de automóveis e coletivos e a revitalização do centro da Cidade, devolvendo praças para o homem e criando ruas exclusivas de pedestres, calçadas, arborização e instalação de um mobiliário urbano, além da urbanização de ilhas, aproveitando o aspecto eminentemente fluvial do Recife.¹⁶⁹

Nesta notícia se destaca a participação do IPHAN e de seus técnicos como interlocutores. Tal destaque é relevante em virtude de o IPHAN e de seus integrantes terem sido, em anos anteriores, o organismo estatal e conjunto de indivíduos que tinham premeditado e efetuado as críticas, as mobilizações e as ações mais eficazes e significativas em relação aos projetos, programas e intervenções de modernização urbana na área central do Recife, quando da administração do prefeito Augusto Lucena, principalmente em relação à construção da Av. Dantas Barreto e à demolição da Igreja dos Martírios. Contudo, isto não significava a instauração de mecanismos e de um espaço efetivo de discussão e deliberação entre a administração municipal e a sociedade, nem era, muito menos, uma concessão de mecanismos de interlocução fruto de uma visão e atitude esclarecida de um mandatário municipal com propensões mais democratas que seus antecessores. Tratava-se muito mais de uma mudança política que emergia tanto na cena nacional como local como resultado de um conjunto de fatores¹⁷⁰ que pressionava o regime autoritário, instalado desde 1964, no sentido de sua liberalização, num momento em que os problemas sociais se aguçavam e ganhavam as manchetes diárias dos jornais.

Denis Bernardes, analisando os governos municipais do Recife, no período de 1975 a 1985, denominaria os anos da gestão de Antônio Farias, de 1975 a 1979, como uma fase de transição, que se caracterizaria justamente por

¹⁶⁹ **Diário de Pernambuco**, de 10/06/1976, p. 2.

¹⁷⁰ Entre os fatores poderemos citar: a derrota eleitoral do partido do governo, a ARENA, para o partido de oposição ao regime, o MDB, nas eleições de 1974, principalmente nos grandes centros urbanos do país; o desgaste e crise do modelo econômico vigente na primeira metade da década de 1970, acunhado de “milagre econômico”; as crescentes manifestações das massas populares proporcionada pelo descontentamento com as políticas e condições econômicas e sociais que se sobre elas se abatiam; a (re)articulação da sociedade em busca de espaços políticos de participação; o advento de um novo sindicalismo e de organizações populares nos grandes centros urbanos; e, também, a existência de fissuras no bloco político no poder, que permitiu que a corrente liberal, representada por Geisel, assumisse o poder político, a partir de 1974, em contraposição a “linha-dura” no poder desde o governo Costa e Silva.

mudanças no modo da gestão municipal, sem que, contudo, fosse abandonado de imediato o estilo das gestões anteriores fundadas nas grandes obras:

O essencial, portanto, nesta rápida visão desta 1ª fase do nosso segundo período, é o aparecimento, ainda tímido a contido, da necessidade de uma nova forma de fazer política e o reconhecimento da existência da sociedade civil e dos movimentos organizados. Este reconhecimento não foi fruto de uma espécie de "iluminação" súbita do poder. Vincula-se ao esgotamento de um ciclo de acumulação e, ao mesmo tempo, à fissura nas bases sociais de sustentação dos governos militares. Por outro lado, é fundamental mencionar que os movimentos sociais nunca desapareceram de todo e, sobretudo, tiveram na ação da Igreja um forte sustentáculo.¹⁷¹

De modo geral, da conclusão da Av. Dantas Barretos aos novos projetos de humanização do centro do Recife, tinha-se levado a termo a feitura do projeto de reforma e reordenamento urbano de toda a área central da cidade do Recife. A execução desse projeto começou com a reforma do porto e do Bairro do Recife, na segunda década do século XX, prosseguindo com a reforma urbana da Av. Guararapes, no final da década de 30 e nos anos 1940, e prolongou-se, a partir de 1945, com as obras que deram início a Av. Dantas Barreto, na parte norte da Ilha de Santo Antonio. Continuou, posteriormente, com a construção da Av. Conde da Boa Vista, no Bairro da Boa Vista, a partir de 1946. Todas essas artérias comunicavam o Recife, principalmente o seu porto, em forma de leque com o interior do Estado e do Nordeste, no sentido norte, noroeste, oeste e sudeste, através de ferrovias, e, posteriormente, pelas rodovias. Faltava ainda a ligação direta da área central da cidade com o sul, mas primeiro ela teve que esperar a conclusão da Av. Mascarenha de Moraes, nos anos 1950, para depois se dar início, a partir de 1971, a construção da Av. Dantas Barreto.

Contudo, os anos vindouros mostrariam que as soluções oferecidas e executadas na área central do Recife, e, principalmente, nos bairros de Santo Antônio e São José, de pouca valia foram para resolver os problemas de trânsito, de disputa por espaço entre os transeuntes e veículos e melhorias urbanas nos seus logradouros, pois, conforme o *Plano de Preservação dos Sítios Históricos*, elaborado pela Fidem,¹⁷² os logradouros estudados e pesquisados, em número de 13, que vai da Praça das Cinco Pontas, com a Rua Imperial, até a Praça da República, quase todos apresentavam as seguintes demandas e problemas:

¹⁷¹ BERNARDES, Denis, *op. cit.*, p. 98.

¹⁷² Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife. **Região Metropolitana do Recife**: plano de preservação dos sítios históricos. Recife: FIDEM, 1978, pp.185-206.

- necessidade de melhorias nos serviços de infra-estrutura e nas condições de salubridades e habitabilidade das edificações;
- necessidade de preservação das características essenciais dos conjuntos;
- necessidade de restauração e conservação dos sítios históricos;
- revitalização de edificações para uso residencial, comercial e de serviço;
- disciplinamento do tráfego de veículos individuais e/ou de carga;
- estacionamento irregular de veículos;
- uso irregular de áreas dos sítios históricos como estacionamento de veículos;
- disciplinamento do comércio ambulante e remoção de estabelecimento comerciais irregulares;
- e, por fim, reorientar o uso naquela atualidade dos imóveis.

Mesmo com estes problemas, consolidava-se, de forma consistente, nas praias recifenses a cultura ocidental do progresso e do moderno e com ela, portanto, uma anuência outorgada por essa cultura, disseminava-se sua moral ditada pelo êxito material e na consideração do valor para escolha e obtenção de objetos em vista dos fins pretendidos; os seus referenciais com estilos e apreciações de *ter* e *parecer* para poder consumir valores e objetos apreciados a partir de seu valor de troca no mercado; a sua razão cultural composta de valores, modelos e mitos produzidos segundo os critérios de ordem tecnológica e de funcionamento do mercado; e a lógica do mercado de que a produção, a circulação e o consumo de mercadoria podem dominar e submeter aos seus interesses às forças da natureza sem qualquer restrição de ordem moral. Todo este contexto seria bem traduzido por Alceu Valença na letra da canção *Dente de Ocidente*, do seu disco *Molhado de suor*,¹⁷³ lançado em 1974, quando o mito da modernização já apresentava as primeiras fissuras:

Essa espuma sobre a praia
 É um dente de ocidente
 É um dente, um osso, um dente
 Vomitado pelo mar

Vem em ondas poluídas
 Vem em nome da moral
 Vem na crista dessa onda
 A cultura ocidental

E a espuma branca se lança
 Na força da preamar
 Em ondas curtas, notícias
 Na hora do meu jantar

Vem nos mistérios da noite
 Na clara essência do dia
 Nos anúncios luminosos

¹⁷³ VALENÇA, Alceu. **Molhado de Suor**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1974.

Como na canção de Alceu Valença, essa modernização tinha uma matriz maturada e consagrada na história do Ocidente. O projeto de reforma e reordenamento urbano do Recife tinha como paradigmas aqueles inaugurados pelas reformas urbanas que Haussman operou em Paris, a partir de 1859, cujas ruas estreitas, os pardieiros, os labirintos urbanos, os obstáculos à locomoção e à percepção foram cedendo lugar às largas avenidas retilíneas e quarteirões racionalmente planejados para edificações, evitando assim as aglomerações urbanas indesejáveis, a formação dos guetos, e orientando-a ao trânsito, à expansão e ao espetáculo mediado pela produção, circulação e consumo da mercadoria. O próprio Augusto Lucena, lamentando a não continuidade das construções de ampliações e as desapropriações planejadas que se estenderia da Av. Dantas Barreto até o rio Motocolombó, início da Av. Mascarenha de Moraes, conclui que esta seria *uma avenida portentosa grande, em termos da avenida de Campos Elíseos até a praça da Concórdia, em Paris*.¹⁷⁴ Ou seja: o seu referencial era Haussman. E com esse referencial, Augusto Lucena e todos os interesses e grupos sociais que ele representava visavam dotar a área central do Recife de um território passível de controle, de meios para efetivar uma sociabilidade vigiada, de mecanismos que pudessem operar exclusão daquilo que consideravam pobreza e politização da vida urbana, dotando-a de espaços orientados às atividades consumistas e isentos dos aspectos indesejáveis comuns nas grandes cidades.

Retornando agora à citação que selecionamos do romance *A rainha dos cárceres da Grécia*, aquela do percurso e/ou o passeio incongruente de Maria de França, esboçado por Julia Marquesim Enone, pelas paisagens urbanas do Recife, ela continha, por parte daqueles que transitavam em suas artérias, o significado da assimilação, o fato e a consciência de um grande expurgo de marcas e traços urbanos conhecidos e assimilados pela experiência. Aos olhos e a percepção dos transeuntes um novo cenário passou a atuar com uma força significativa sobre as suas faculdades de perceber e imaginar os espaços de sua cidade, no qual tudo ou quase tudo serviu como uma arena na qual a modernização se encenou com grandiosidade, vibração e maestria à custa das

¹⁷⁴ IAB-PE e CEP, *op. cit.*, p. 59.

promessas de redenção e felicidade acenadas pelo progresso, expresso desde as novas arquiteturas até os trabalho de reforma urbana.¹⁷⁵

Com a demolição e limpeza dos quarteirões seculares, a abertura e alargamento das largas avenidas e construção de um novo conjunto arquitetônico dotado de vários equipamentos urbanos (culturais, comerciais, administrativos, serviços), o caminhar pela cidade ganhou uma potência crescente, tornando-se cada vez menor a sedução de se reter em alguma parte, de decifrar algum detalhe da paisagem, de fitar os outros, de resguardar referenciais e de operar estranhamentos.¹⁷⁶ Agora a distância entre a Rua da Concórdia e a Praça da República está a um passo; dobrando a direita em algum lugar e caminhando reto pode se chegar à Estação Central; vagando pela Rua da Aurora e pondo o olhar no horizonte já se pode enxergar a outrora distante Olinda com suas ruas e casarios coloniais, e para lá caminhar aceleradamente pelas avenidas que encurtam distâncias e tempos.

A área central do Recife se abre agora como um cenário desprovido de obstáculos ao tráfego crescente de transeuntes e veículos e com ele foram desaparecendo os labirintos (ruelas, becos, travessas, ruas etc.) e as moradias carregadas de memórias e história, pelas quais os seus habitantes viviam uma experiência própria, histórias de que de a muito havia entre eles, mediações entre sujeitos que se conheciam e sociabilidades de valor consuetudinário. Agora o espaço é do mercado e dos produtores e consumidores de mercadorias, a morada das massas, da perpetuação e reprodução da divisão do trabalho e dos espetáculos da modernização.¹⁷⁷

Em 1924, Joaquim Cardozo, em um poema denominado *Recife Morto*, já antevia o futuro que estava reservado aos antigos espaços e edificações da cidade ante a sanha incontável das obras viárias e de outro tipo que tomariam conta da cidade nas décadas subseqüentes e/ou promoveriam uma nova

¹⁷⁵ Nos fundamentamos aqui acerca da percepção da paisagem urbana pela população parisiense com as reformas urbana de Haussmann, desenvolvidas por BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 85.

¹⁷⁶ Sobre esta alteração no comportamento dos transeuntes das cidades, consultar: BENJAMIN, Walter, *op. cit.*, p.186.

¹⁷⁷ Idem, pp. 194-195 e 198-199, como referenciais teóricos para o desenvolvimento destes argumentos.

reurbanização ou reordenamento urbano, conforme o gosto por eufemismos, de seus espaços e cenários:

Recife. Pontes e canais.
Alvarengas, açúcar, água rude, água negra.
Torres da tradição, desvairadas, aflitas,
Apontam para o abismo negro-azul das estrelas.
Pátio do Paraíso. Praça de São Pedro.
Lajes carcomidas, decrepitas calçadas.
Falam baixo na pedra as vozes da alma antiga.

Gotas de som sobre a cidade,
Gritos de metal
Que o silêncio da treva condensa em harmonia.
As horas caem dos relógios do Diário,
Da Faculdade de Direito e do Convento
De São Francisco:
Duas, três, quatro... a alvorada se anuncia.

Agora a ouvir as horas que as torres apregoam
Vou navegando o mar de sombra das velas
E o meu olhar penetra o reflexo, o prodígio,
A humilde proteção dos telhados sombrios,
O equilíbrio burguês dos postes e dos mastros,
A ironia curiosa das sacadas.

As janelas das velhas casas negras,
Bocas abertas, desdentadas, dizem versos
Para a mudez imbecil dos espaços imóveis.

Vagam fantasmas pelas velhas ruas
Ao passo que em falsete a voz fina do vento
Faz rir os cartazes.

Asas imponderáveis, úmidos véus enormes.
Figuras amplas dilatadas pelo tempo,
Vultos brancos de aparições estranhas.

Vindos do mar, do céu... sonhos!... evocações!...
A invasão! Caravelas no horizonte!
Holandeses! Vryburg!
Motins. Procissões. Ruído de soldados em marcha.

.....
Os andaimes parecem patíbulos erguidos

.....
Vão pela noite na alva do suplício
Os mártires
Dos grandes sonhos lapidados.

.....
Duendes!
Manhã vindoura. No ar prenúncio de sinos.

Recife,
Ao clamor desta hora noturna e mágica,
Vejo-te morto, mutilado, grande,
Pregado à cruz das novas avenidas.
E as mãos longas e verdes
Da madrugada

Te acariciam.¹⁷⁸

Antevia o poeta, de há muito, a entrada em cena da sóbria realidade da nova paisagem e da nova arquitetura sob os auspícios do progresso e da modernização, saindo da cena urbana paulatinamente os espaços constituídos de sociabilidade entre as populações residentes de uma localidade. Este último aspecto nos é revelado pela queda vertiginosa do número de habitante na área central do Recife, de 66.012 habitantes, em 1950, para 65.797 habitantes, em 1960, e 52.446 habitantes, em 1980, com queda de 20,55% no número da população residente no período de duas décadas.¹⁷⁹ No tocante ao bairro de São José, área mais atingida pelo reordenamento urbano no período, o decréscimo no número de habitantes seria ainda mais significativo, com a população variando de 27.298 habitantes, em 1960, para 25.387, em 1970, e, por fim, para 20.217 habitantes, em 1980, perfazendo um decréscimo de 25,94% na população residente. Para o conjunto dos bairros do Recife, Santo Antônio e São José, podemos verificar, ainda, um decréscimo acentuado no número de residências: de 6.259 domicílios, em 1950, para 4.992 domicílios, em 1980, totalizando um decréscimo de 20,24% no número de residências. Nesta época, só o distrito da Boa Vista manteve um crescimento no número de área construída, mas muito mais em razão dos prédios com funções empresárias e de alguns conjuntos de edifícios residências nas suas fronteiras, mantendo-se praticamente estagnado o número de população residente, fato que observaremos mais detalhadamente nos próximos capítulos.

Para a área central da cidade, as demolições e as obras viárias tiveram o significado e conteúdo de desfigurar e abolir para quase todo o sempre os traços de uma paisagem urbana carregada de história e os modos e experiências de vidas contidos em cada logradouro e edificação, onde outrora um colorido seu, uma aglomeração domiciliar e as fainas de labor incitava um cotidiano de trabalho e, também, passeios despreocupados. Agora os seus distritos estavam definitivamente subordinados à lógica do progresso e do apenas moderno.

¹⁷⁸ Este poema foi retirado de antologia de poemas de Joaquim Cardoso, reunidos *in* DANTAS, Maria da Paz Ribeiro. **Joaquim Cardoso**: contemporâneo do futuro. Recife: Ensol, 2003, pp.178-179.

¹⁷⁹ Os indicadores que apresentamos acima e que serão expostos nos próximos parágrafos foram recolhidos nos Censos Demográfico de 1950, 1960, 1970 e 1980, e no Anuário Estatístico de Pernambuco de 1950.

Um dia, muito e muito antes destes dias, Joaquim Cardozo tentou, como um narrador que conhecia as histórias e os espaços de sua localidade, fazer um registro que pudesse, um dia, ser rememorado e comemorado.

Contudo, a paisagem urbana agora se permutava, se desarticulava, se alterava e se reconstituía em outra paisagem, como frisa o narrador-protagonista de *A rainha dos cárceres da Grécia*:

Por um lado, o que aí ocorre com o tempo imita ponto por ponto a desarticulação do espaço: as permutações ou enrugamentos da topografia real.¹⁸⁰

Nesta paisagem urbana não há mais espaço para o deslumbrante e o exercício de pensar a privação ou ausência daquilo que é necessário numa cidade, como um dia ainda o pode fazer Joaquim Cardozo. Ao transeunte só cabe agora avaliar os resultados da nova paisagem, que brotam a cada instante, assistir à intrepidez da fúria modernizante que demole, desconstrói, constrói, altera, deforma, reforma, forma coisas novas, puídas, belas, disformes e produz ruínas, mas que, assim como Saturno, que devora seus filhos, destrói e soterra também as suas coisas modernas, gastas pelo uso, e já agora sem utilidade. Espaços e tempos, monumentos e ruínas, detritos e vestígios, nomes e lugares, indivíduos e multidões que se intercalam e se moldam traduzindo-se numa nova singularização.

Mas talvez houvesse o risco de uma fissura demasiado ampla entre o espaço do romance e o espaço ordinário, não obstante as numerosas alusões às duas cidades reais, a edifícios tradicionais - como em Olinda o Mosteiro de São Bento ou no Recife o Palácio da Justiça - e a nomes verdadeiros de ruas: do Amparo, da Concórdia, do Príncipe, do Sol. Havia ainda o perigo de um corte ou, ao menos, de uma atenuação do nexo entre esse espaço feérico e a temática da penúria, cuja importância no livro é indiscutível. Julia M. Enone, hábil, desfaz as duas possibilidades mediante uma nova singularização: a personagem central avaliando os detritos urbanos.¹⁸¹

¹⁸⁰ Idem, p. 207.

¹⁸¹ Idem, p. 158.

CAPÍTULO II

OS TEMPOS E OS ESPAÇOS DA MODERNIZAÇÃO

O profeta disse enquanto combatia no centro da ilha, nas montanhas altas:
“Desconfiem do charme da besta de ouro. Estejam atentos ao charme da besta de ouro”...

(Fala do Padre, no filme *O Leão de Sete Cabeças*, de Glauber Rocha)

Sobre a recepção na cidade do Recife das novas configurações, noções e modos de se instituir, organizar e operacionalizar o espaço e o tempo da sociedade industrial e de consumo e como os agentes sociais dominantes e do poder constituído estabeleceram convicções, projetos, procedimentos e metas para fazer imperar a modernização que suscitaram para a cidade, mesmo que não fosse possível conciliá-la com outras história, formas e experiências de cidade existente e em vigor até então entre as gentes do Recife. Mas, como através dos personagens de A rainha dos cárceres da Grécia (Julia Marquelim Enone, Maria de França, Ana e um narrador inominável) é denunciado a coisificação do ser, a sua subordinação à lógica industrial e do consumo, o seu disciplinamento e normatização, a sua inserção como figurante no espetáculo da mercadoria e como reféns do autoritarismo vigente e, ainda, como esses personagens não se restringem só a constatar e contemplar o mundo a sua volta, mas se voltam para a sua análise, crítica e proposição de insurgências na ordem histórica que se quer estabelecer como hegemônica na Cidade do Recife e em outras pelo país afora.

1. AS MOBILIDADES ESPACIAIS E SUAS RAZÕES NO RECIFE

Coube a Maria de França, a personagem de Julia Marquezim Enone, correr as artérias do Recife, mas é na personagem resultante de seu delírio, Ana, a rainha dos cárceres da Grécia, que se anunciará uma nova composição emergente do espaço sob a direção e administração da composição de tempo modelado e estabelecido pela sociedade industrial e de consumo. Trata-se de uma configuração, ordenação e disposição do tempo fundada numa forma precisa de prenunciar, fixar, segmentar e regular a escala e o transcurso da dimensão temporal no curso dos dias, semanas, meses e anos, sincronizado com e deduzido a partir da dinâmica e da estrutura das modernas sociedades fundadas no industrialismo, na produção maciça, na organização burocrática, na administração técnica e no consumo massivo de mercadorias portadoras de construções significantes. Conjunção estrutural que confere uma materialidade social e econômica a essa composição de tempo, possibilitando, assim, repartir, estabelecer, orientar e destinar jornadas específicas para execução de atividades e definir os seus limites de continuidade e descontinuidade, podendo, dessa forma, regular, racionalizar, maximizar e dinamizar o transcurso dos indivíduos e das sociedades de forma eficaz, operacional e eficiente.

É o tempo convertido em uma mercadoria que se paga e se consome para extrair e agregar valor, dividido em escaladas e dimensões, arquitetadas a partir do exercício abstrato de frações matemáticas, gerenciando a dinâmica do espaço e dos homens, expurgando para quase todo o sempre o tempo que expressava a relação de identidade do indivíduo para com o seu espaço.

Ou seja: vai se exaurindo um tempo premeditado a partir das configurações, ritmos e variações paisagísticas sobre a dinâmica do espaço que o homem se apropriava para se orientar e regular no transcurso de sua vida, informando aos indivíduos as suas horas de dormir, acordar, trabalhar (quando a manhã chegava), almoçar (quando o sol estava a pino), tirar sesta (quando o calor do sol começava a amenizar e a brisa da tarde já dava a sua presença), voltar a trabalhar (depois das forças refeitas e do descanso), fazer compras (quando a tarde começava a cair), conversar e/ou brincar (antes de ir para casa), jantar (quando a noite chegava e a fome começava a apertar), namorar ou fazer companhia (quando a noite já podia esconder os casais nos becos e ruelas), e

voltar a dormir (quando a noite avançava e o silêncio chegava, ajudando a amortecer o corpo), para quando o dia estivesse clareando, voltar a acordar.

As fases do dia, as estações e o clima ainda serviam como referência de demarcação do tempo decorrido, combinadas com os sinais, sons e ritmos gerados pelas intervenções do homem no espaço físico (as luzes dos postes e das edificações anunciando a chegada da noite, as sirenes de fábricas e escolas informando o início dos expedientes, os movimentos alternados de máquinas e automóveis comunicando e ditando ritmo dos movimentos) para anunciar a repetição de um dia igual a outro promovido por um tempo que ainda não era refém da empreitada, estipulá-lo em formas de tempos necessários para cada ato do dia.

O extrato abaixo, de uma crônica de Osman Lins, na qual descreve o trabalho de seu pai, um alfaiate estabelecido na cidade de Vitória de Santo Anta, conta-nos um pouco da forma como tempo era marcado pela relação do homem com o seu mundo, para daí estabelecer as demarcações do tempo de um dia, de meses e de um ano.

Porque o fim do ano era a "safra". Época das festas e da produção dos engenhos, quando corria mais dinheiro e muita gente começava a enfarpelar-se. A maior parte do ano, mais ou menos de fevereiro a outubro, levava ele uma vida bastante sossegada, mas, como só depois eu viria a saber, sacrificada e triste. Todos os dias estava no trabalho, sempre havia alguma roupa a cortar, mas as encomendas rareavam e ele passava a maior parte do tempo sentado num banquinho, lendo o jornal ou conversando com os amigos da vizinhança. Quando chegava a safra, sua vida mudava por completo. Trabalhava pelo resto do ano. O tanque, em nossa casa, enchia-se de brins molhados, estendidos depois nos arames do quintal. A operação de molhar era indispensável para evitar que a roupa encolhesse depois de costurada. Ele saía cedo, voltava para o almoço, tornava ao trabalho, vinha à noite para a ceia e logo desaparecia, ia fazer serão, só se recolhendo muito tarde. Às vezes, eu ia com ele para esses expedientes noturnos. Havia, então, lâmpadas fortes na oficina, que adquiria com isso um ar de festa, conversava-se alto, fazia-se café e os operários riam, contentes, pois também para eles estava entrando dinheiro. Só um, Severino, excelente oficial, que trabalhou muitos anos com meu pai e de quem me fiz amigo, era capaz de rir com a mesma constância na safra e na entressafra. (Viria depois a estabelecer-se por conta própria e nunca mais tive notícias dele.) Depois das festas, recaía-se na pasmaceira e na espera.¹⁸²

Já no Recife, a demarcação temporal e espacial regida pelo processo de racionalização do tempo já se premeditava e se imbricava há décadas pela cidade, mas ainda tinha que compartilhar a regência sobre os indivíduos e sociedade com outras formas de tempo. Contudo, a partir do final dos anos 1960,

¹⁸² LINS, Osman. **Evangelho na taba**: outros problemas inculturais brasileiros, *op. cit.*, p. 116.

o tempo regido indescritivelmente pelo relógio passou a instituir uma racionalização e organização da vida ritmada da cidade, impondo novas rupturas e periodizações no dia, gerando a ansiedade pela possibilidade de tempo perdido, acelerando o ritmo dos homens na urbe Recife. De seus habitantes, o tempo de sua propriedade lhes havia sido expropriado e um outro instituído para subordiná-lo à lógica da produção, circulação e consumo da mercadoria. O tempo passava a ser mensurado e qualificado pelo quanto foi possível expropriar, produzir e acumular. Disso resulta a angústia da personagem Ana, que foge do tempo e se recusa a tomar conhecimento dele, pois sabe ela que o tempo agora está a serviço da acumulação e do processo de subordinação e coisificação do homem.

O tempo acumula mudanças no espaço. Para não saber de que modo ele passa, Ana, apavorada, cruza a Grécia inteira, de cidade em cidade, de prisão em prisão: foge das transformações nas coisas e, assim, de apreender um dos modos do fluir do tempo.¹⁸³

O Recife do final dos anos sessenta e da primeira metade da década de 1970 parecia dar razão a Ana. As transformações das coisas e do espaço no qual elas se encontravam obedeciam agora ao modo de fluir o tempo das sociedades industriais e de consumo. Nesse período e até quase 1980, alterações e reformulações urbanas já estavam orientando a cidade para outros parâmetros de mobilidade territorial e de controle do tempo a partir do uso múltiplo e sistemático do automóvel pelos segmentos sociais (classe média de renda média para cima) que podiam adquirir o seu veículo particular. As questões e os embates envolvendo a abertura e o alargamento da Av. Dantas Barreto foram apenas uma cortina de fumaça que ocultava um outro processo de reordenamento urbano mais incisivo e que redefiniria pelas próximas décadas a funcionalidade, a paisagem e a natureza das intervenções do território urbano da cidade do Recife e de outras metrópoles brasileiras. Sobre esse processo vale aqui citar Flávio Villaça em relação ao seu conteúdo e dimensão:

Foram os interesses de locomoção dessa classe que modelaram, a partir da década de 1970, uma parte dos territórios de nossas metrópoles, inclusive seus novos centros. A mobilidade territorial libertou as pessoas da prisão, do peso do espaço. Para as famílias que conseguiram aumentá-la, ampliou-se o raio de ação dentro do qual podiam fazer uso do comércio e dos serviços, de médicos, dentistas, clubes, restaurantes, escolas, etc. Inversamente, as lojas - e obviamente os shopping centers -, os hotéis, os consultórios, os restaurantes e também as academias de judô, os salões de beleza, as escolas maternas ou elementares, etc. aumentaram seu raio de ação em função da clientela

¹⁸³ LINS, Osman. **A rainha dos cárceres da Grécia**, *op. cit.*, pp. 203-204.

motorizada. Essa classe, e o Estado por ela dominado, produziram então um espaço urbano em que elas podiam desfrutar ao máximo as opções que a liberdade espacial lhes oferecia. Isso ocorreu inclusive - em maior ou menor grau - com os centros principais de nossas metrópoles. Por isso, eles passaram, a partir dos anos 70, a assumir enormes dimensões e grande fragmentação; para isso precisaram de nova localização e de uma nova cidade, mais adaptada ao automóvel. Grandes estacionamentos, novas avenidas, vias expressas e rodovias. Elas permitiram que as classes de alta renda continuassem se deslocando para localizações mais afastadas. Entretanto (o controle do tempo de deslocamento é vital), apesar da maior mobilidade territorial, elas, à medida que se afastavam, procuravam minimizar o tempo de deslocamento ao centro, trazendo-o para sua direção. Isso ocorreu, porém, em uma parte clara e específica da cidade: a região geral onde se concentrava a alta renda.¹⁸⁴

A cidade do Recife, como uma das metrópoles brasileiras, não ficou a margem desse processo de modelação de parte de seu território em prol dos interesses de locomoção para os segmentos sociais motorizados. Já no primeiro mês de 1969, a Prefeitura da Cidade do Recife promovia desapropriações e demolições de casas, casebres e sobrados para o alargamento da Av. Cruz Cabugá.¹⁸⁵ O projeto de alargamento desta avenida remontava aos anos de 1964 a 1968, período da primeira gestão do prefeito Augusto Lucena. Nesta época, o então prefeito do Recife havia conseguido autorização do governo inglês para fazer um recuo em parte do Cemitério dos Ingleses para o alargamento da avenida. Geraldo Magalhães, prefeito do Recife entre 1969 e 1971, retomou as obras de alargamento, mas foi na segunda gestão de Augusto Lucena, de 1971 a 1975, que o alargamento da Av. Cruz Cabugá foi concluída com a desapropriação de 50 imóveis (casas e fábricas), ganhando 860 metros, de um total 2.280 metros, dos quais 1.400 metros entre a Escola de Aprendizes Marinheiro, divisa com Olinda, até a Av. Norte, 880 metros na faixa que vai desta avenida até a Av. Mario Melo, com uma largura em toda a sua extensão de 17 metros.¹⁸⁶

Esta obra tinha o propósito o de facilitar o escoamento do tráfego entre o Recife e Olinda, que seguia, quase que obrigatoriamente à época, na direção da avenida que se articulava com Av. Olinda. Outras tentativas para aliviar esse tráfego haviam sido feitas pelo ex-prefeito de Olinda, Barreto Guimarães, durante o seu de mandato de 1959 a 1963, quando tentou viabilizar um segundo corredor entre o Recife e Olinda. A alternativa de tráfego passava pela construção e

¹⁸⁴ VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 1998, p. 280.

¹⁸⁵ **Diário de Pernambuco**, de 03/01/1969, p. 3, 1º Caderno e 07/01/1969, p. 7, 1º Caderno.

¹⁸⁶ **A Construção Norte Nordeste**, nº 9, fev. 1974, pp. 13-14.

alargamento da atual Av. Prof. Andrade Bezerra, localizada no bairro de Salgadinho (Olinda), ligando-a, através da atual Rua Alemanha, à Av. Olinda, à Estrada de Belém, no bairro de Campo Grande e Peixinhos, bairros limites ao norte de Recife, com Olinda. Contudo, esse prefeito enfrentou problemas para executar a obra viária devido à resistência de um pároco que se recusava a ter o pátio de sua igreja, onde hoje está localizado o Centro de Convenções de Pernambuco, cortado por uma avenida.¹⁸⁷ A persistência do prefeito prevaleceu, mas, já no final da década de sessenta, a solução encontrada se mostrava insuficiente para comportar o fluxo crescente de veículos entre as duas cidades.

Nesse sentido, o alargamento da Av. Cruz Cabugá se apresentava como uma solução, embora de caráter provisório, pois estávamos à época num período em que qualquer previsão de aumento do número e da circulação de automóveis e de soluções e empreitadas de obras viárias para sua locomoção se apresentavam extremamente defasadas pelo número crescente de veículos em circulação para os próximos anos, conforme podemos verificar na análise que produzimos a partir dos indicadores da TABELA 02 (Capítulo I). Ou seja, a cidade estava entrando numa fase histórica em que seria subordinada à hegemonia que direcionava à manutenção e expansão do espaço urbano dirigido ao uso intensivo do automóvel de caráter particular, o tradicional carro de passeio.

TABELA 05 – NÚMERO DE VEÍCULOS LICENCIADOS NA CIDADE DO RECIFE (1970-1976)								
Tipo de Veículo	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	% de Crescimento
Automóvel Particular	33.133	39.570	45.582	51.245	54.371	62.258	70.072	111,48
Automóvel de Aluguel	5.223	5.223	5.623	5.870	5.870	5.664	5.902	13,00
Veículos de Carga	3.390	3.719	4.283	4.776	5.285	6.114	6.041	78,20
Ônibus	787	890	1.018	987	740	886	1.057	34,30
Veículos Oficiais	1.294	1.059	1.219	1.379	1.179	1.893	2.336	80,52
Outros Veículos	-	907	1.044	479	879	1.192	1.264	36,80
Total de Veículos	43.827	51.368	58.746	64.736	68.324	78.007	86.672	97,75

Fonte: Súmula de Dados Estatísticos da RMR, p. 135.

Para termos uma idéia do crescente número de automóveis particulares, podemos afirmar que em 1976 o seu quantitativo representava 80,84% da frota de veículos licenciados na cidade do Recife, havendo 4,22 automóveis particulares para cada outro veículo componente da frota. Na Tabela acima (TABELA 05)

¹⁸⁷ GOUVEIA, Graça. **Barreto Guimarães**: por amor a Olinda. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 2001, p. 83. (Perfil Parlamentar. Século XX; v. 4)

podemos, ainda, averiguar um crescimento de 111,48 da frota de automóveis particulares no período de 1970 a 1976, o que significou em termos absolutos a inclusão no espaço urbano de 36.939 novos veículos licenciados, perfazendo um total de 70.072 automóveis particulares, número que continuaria a crescer no mesmo ritmo nos próximos anos, segundo as fontes consultadas.

Outro dado relevante para se compreender a natureza da composição da frota de automóveis particulares é a sua distribuição relativa e absoluta pelos distritos do Recife. É possível verificar, a partir dos indicadores da TABELA 06, que os distritos que possuíam os bairros de maior concentração de população com renda média para alta concentravam o maior número absoluto de veículos e tinham uma distribuição significativa por domicílio. Nesse caso, podemos verificar que os distritos onde estavam concentrados os bairros com uma população de maior poder aquisitivo eram os que concentravam o maior número automóveis particulares em termos absolutos (Boa Viagem e Graças) e, na distribuição de automóveis por domicílio, ocupavam as sete primeiras colocações (Boa Viagem, em 7º, Graças, em 2º). Vale destacar ainda que distritos como Encruzilhada, Madalena e Boa Vista possuíam áreas com concentração de segmentos de classe média de renda média até os de renda alta.

TABELA 06 – DISTRIBUIÇÃO DE AUTOMÓVEIS POR DOMICÍLIOS NO RECIFE(1972)			
Distritos do Recife	Nº de Automóveis	Nº de Domicílios	Automóveis por Domicílio
Santo Antônio	1.879	2.237	0,83
São José	695	7.594	0,09
Boa Vista	2.190	6.957	0,31
Santo Amaro	1.502	8.439	0,17
Graças	3.243	5.040	0,64
Encruzilhada	2.042	8.293	0,24
Afogados	1.381	21.052	0,06
Madalena	2.285	9.052	0,25
Tejipió	1.076	16.230	0,06
Boa Viagem	4.952	29.280	0,16
Poço	390	5.830	0,06
Casa Amarela	2.050	28.942	0,07
Várzea	1.596	18.008	0,08
Beberibe	1.339	27.465	0,04
Todos os Distritos	26.620	194.419	0,13

Fonte: Súmula de Dados Estatísticos da RMR, p. 138.

Nesse sentido, era o caso dos bairros do Espinheiro e Aflitos, para o distrito da Encruzilhada, o bairro das Graças no distrito com o mesmo nome, e as áreas

residências ao longo do eixo do Rio Capibaribe, que atravessava os distritos das Graças e Madalena, áreas que desde meados do século XIX se tornaram locais de moradia dos segmentos sociais mais abastados da cidade, como Apipucos, Casa Forte, Torre, Monteiro, Jaqueira, as imediações da Estrada do Arraial (já localizado no distrito de Casa Amarela, mas próximo ao eixo do Capibaribe), que ficaram marcados pela localização de boas residências e grandes sobrados e casarões, sendo ainda dotado ao longo de mais de um século de uma infraestrutura de transporte (caminhos de maxambomba, linhas de bondes e, a partir dos anos de 1950, extensas e largas avenidas), de serviços e opções de lazer.

TABELA 07 – DOMICÍLIOS PERMANENTES ALUGADOS NO RECIFE(1980)					
Distritos do Recife	Aluguel Mensal (Salário Mínimo)				
	Até ½	Mais de ½ até 1	Mais de 1 até 3	Mais de 3	Total
Recife	4	8	-	-	12
Santo Antônio	54	45	51	-	150
São José	1.941	329	316	4	2.604
Boa Vista	913	571	2.688	128	4.320
Santo Amaro	1.708	401	929	99	3.141
Graças	65	98	1.395	332	1.890
Encruzilhada	1.987	662	1.512	111	4.279
Afogados	7.508	2.955	1940	9	12.454
Madalena	3.475	910	1.731	164	6.288
Tejipió	4.313	1.442	389	8	6.152
Boa Viagem	7.025	2.826	6.017	1.696	17.594
Poço	1.067	314	493	111	1.985
Casa Amarela	10.864	2.034	1.533	53	14.500
Várzea	4.737	1.629	1.800	33	8.208
Beberibe	9.747	1.925	968	7	12.692
Cidade do Recife	55.408	16.149	21.762	2.755	96.269

Fonte: Censo Demográfico – Pernambuco, p. 119.

Já o distrito de Boa Viagem, desde a década de 1950 começava a concentrar no seu interior uma população dotada de maior renda que a média da cidade, principalmente em sua orla marítima e ao longo das avenidas que se foram seguindo à orla (Av. Conselheiro Aguiar e Av. Domingos Ferreira). Para termos uma idéia da concentração de indivíduos com uma renda de média para alta nesta área do distrito, podemos tomar como base os indicadores da TABELA 07, do Censo de 1980, que projeta o perfil e a composição do nível de renda dos moradores do distrito de Boa Viagem para década de 1970. Nele podemos verificar que lá estava concentrado o maior número de imóveis, tanto em termos

absolutos como relativos, com aluguéis superiores a três salários mínimos, perfazendo um índice de 61,56% dos imóveis da cidade com aluguéis superiores a três salários mínimos, seguido em termos relativos e absolutos dos distritos das Graças, Madalena, Boa Vista e Encruzilhada.

Ainda quando ao distrito de Boa Viagem, ele possuiu indicadores superiores para os imóveis com aluguéis de um a três salários mínimos, 27,65% dos imóveis da cidade, só sendo superado nos itens que contemplam os imóveis com aluguel até um salário mínimo, que são os distritos de Casa Amarela, Beberibe e Afogados, com uma população composta basicamente de renda baixa.

Esses indicadores servem para corroborar os argumentos desenvolvidos por Flávio Villaça, no caso aplicado ao Recife, a partir do final da década de 1960, de que foram os interesses de locomoção dos segmentos sociais motorizados e de renda de média para alta que definiram, a partir de suas localidades de moradia e de seus interesses de locomoção, a elaboração, o planejamento e a execução de obras viárias ao longo da década 1970, na cidade do Recife. Obras viárias que colocaram num plano secundário ou até ignoraram os interesses e as necessidades de locomoção das classes subalternas e que avançaram sobre espaços territoriais com agrupamento de habitações das populações de menor renda na cidade.

Por outro lado, essas obras viárias fariam do automóvel particular uma espécie de Hidra, que, na medida em cada via expressa, estacionamento, viaduto, ponte, faixa de recuo é construída para um automóvel, outros dois, quatro, oito etc, como numa progressão geométrica, vão surgindo para ocupar o mesmo lugar ou lugares construídos, que dependente ou não da forma como eram comandados por seus condutores, parece subordiná-los e se convertem numa entidade disforme que tudo no seu caminho irá submeter ou destruir para conseguir passagem. Tal dimensão para a proliferação e hegemonia do automóvel era tão latente, que para o narrador de *A rainha dos cárceres da Grécia* o veículo de a muito já deixara de ser só um objeto com a utilidade de locomoção e passará a agregar a si a entidade inumana que em todos já despertava a consciência do perigo.

Vejo o texto legal, aí, como uma espécie de veículo inseguro, acionado por condutores ineptos e malignos, que trocam peças, invertem comandos,

deterioraram o veículo, transformando-o num monstro voluntarioso - num insano.¹⁸⁸

O domínio e onipotência do automóvel encontraram os seus mais decisivos momentos de consolidação já na década de 1970. Nesses anos, uma grande parte das obras urbanas no Recife foi executada e ela só encontrou limites em sua execução na medida em que foi objeto de uma oposição mais organizada de segmentos das classes subalternas e/ou por limitações orçamentárias.

2. OS FUNDAMENTOS DA RAZÃO MODERNIZANTE

As principais obras viárias do período de 1969 a 1975, e outras que vieram a completar os projetos iniciais, estendendo-se até o final dos anos 1970, resultaram de uma ação conjunta e coordenada do poder municipal, estadual e federal. As principais obras foram: o Complexo Salgadinho, localizado na divisa de Olinda com o Recife, sob responsabilidade do Governo do Estado; a Av. Agamenon Magalhães, ligando a zona norte à zona sul do Recife e contornando, em forma de perimetral, a área central da cidade, executada pela Prefeitura da Cidade do Recife; e o Contorno Rodoviário do Recife, contornando a cidade e ligando-a às principais rodovias de ligação com o norte, sul e oeste do estado, da região e do país, sob responsabilidade do Governo Federal.

O Complexo de Salgadinho¹⁸⁹, um antigo projeto de um sistema viário ligando o Recife ao Eixo Norte do estado – as cidades da região Metropolitana situadas ao norte, o litoral pernambucano e os estados ao norte do país, que teve os seus primeiros esboços propostos ainda no final da década de 1950. Seu objetivo sempre fora, em princípio, implantar um sistema viário na divisa de Olinda com o Recife destinado a facilitar o tráfego entre as duas cidades, disciplinar e conter as enchentes do Rio Beberibe na região e criar áreas verdes que substituíssem os manguezais.

A construção do Complexo Salgadinho, iniciado no Governo Eraldo Gueiros (1971 a 1975), era composto de vias de escoamento, de viadutos, de pontes, de um lago artificial com áreas verdes que substituiria as áreas de manguezais e de

¹⁸⁸ LINS, Osman, *op. cit.*, pp. 18-19.

¹⁸⁹ Para o detalhamento da construção e dos aspectos viários que estruturam o Complexo Salgadinho utilizamos como fontes: **A Construção Norte Nordeste**, nº 4, mai./jun. 1973, pp. 26; NOVAES, Ferdinando. **Olinda, evolução urbana**. Recife: FUNDARPE, 1990, pp. 78-77; e GOUVEIA, Graça, *op. cit.* pp. 92-94.

comportas para controlar a maré e evitar as inundações provocadas pelo rio Beberibe na Zona Norte do Recife. O Complexo Salgadinho devia se constituir numa parte integrante da rodovia radial PE-1 que findava no balneário de Maria Farinha, em Paulista, e fazendo a partir desta rodovia conexão com a PE-15 e a com a BR-101 Norte, atendendo assim ao tráfego de grande parte de Recife e Olinda com as cidades da área metropolitana situadas ao norte do Estado (Paulista, Goiana, Itamaracá e Igarassu) e viabilizando a expansão turística nesta área litorânea do Estado, possibilitando assim um acesso cômodo e fácil às cidades históricas e às praias daquela parte do litoral pernambucano.

Na outra extremidade, o Complexo Salgadinho faria conexão com a Av. Cruz Cabugá, possibilitando a conexão com o porto do Recife e o seu centro comercial e de serviços, e com a Av. Agamenon Magalhães, que deveria circundar o centro dando acesso a ele e à zona sul e oeste do Recife, através de ruas e avenidas que se conectariam com a avenida. Para a concretização de tal empreitada, o projeto final do Complexo foi concluído em agosto de 1972, com as obras se estendendo de 1971 até março de 1975, quando foi inaugurado com uma festa pretensamente popular na qual as autoridades governamentais, principalmente o vice-governador, Barreto Guimarães, reuniu agremiações carnavalescas olindenses. Ao contrário da festa de inauguração, de feição popular, a nova obra viária servia basicamente aos interesses da locomoção em tempo hábil e rápido dos automóveis particulares e procurava afastar das ruas estreitas de Olinda o trânsito de veículos de cargas que cruzavam a cidade, vindos do Recife, no sentido norte do Estado.

O próprio traçado do sistema viário, depois de pronto, evidenciava o seu propósito. Na realidade, o Complexo Salgadinho era uma espécie de auto-estrada com pistas para quatro veículos, em cada direção, separadas por canteiros e áreas verdes e lagos projetados com algumas centenas de metros. Possibilitando assim um fluxo rápido, principalmente dos automóveis particulares, e uma paisagem agradável para os passageiros. Para tanto a obra viária contou com uma nova ligação entre Olinda e Recife, substituindo a antiga estrada de 2,8 km de extensão por 3,5 metros de largura por uma nova estrutura viária de 8 km de pistas, com 10 a 14 metros de largura, três novas pontes, dois viadutos e mais um girador articulando o tráfego no cruzamento da Av. Presidente Kennedy com a Av.

Agamenon Magalhães e um trecho de avenida hoje denominado de Pan-Nordestina, expurgando ao máximo as possibilidades de retenção no trânsito.

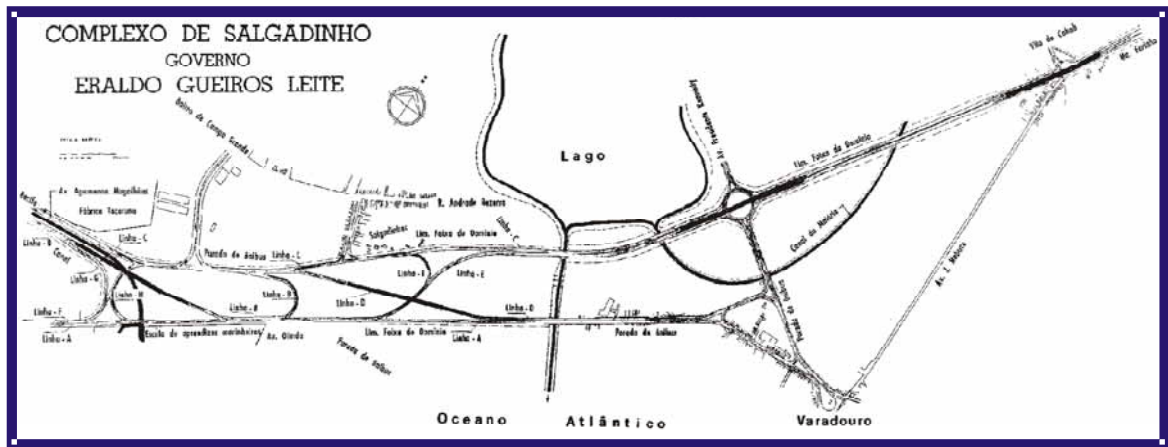


Fig. 14. Planta Geral do Complexo Salgadinho.
Fonte: **A Construção Norte Nordeste**, nº 4, mai./jun. 1973, p. 26.

As comportas no Rio Beberibe e o lago artificial com área verde ficaram para uma etapa posterior, sendo que este último só foi concluído nos anos 1990, com a construção do Parque Memorial Arcorverde que avançou sobre áreas de manguezais, preservando alguns ante uma pressão ambientalista e servindo muito mais como uma peça excêntrica de caráter ecológico para devaneios de seus expectadores. Quanto às comportas, obra talvez de maior projeção social, pelo que se sabe, até os dias atuais, ainda não saíram do papel.

Em relação ao Recife, especificamente, é a partir da gestão do prefeito Geraldo Magalhães que a cidade ganhará a sua mais complexa obra viária destinada ao tráfego preferencial dos automóveis particulares: Av. Agamenon Magalhães. Alias, a gestão desse prefeito tem início num quadro político regido pela vigência do Ato Institucional nº 5, a partir do qual passou a vigorar uma tutela quase plena do Estado sobre a sociedade, que no dizer de Denis Bernardes permitiu:

(...) o estrito controle sobre os movimentos sociais e os meios de comunicação, a inexistência de autonomia da representação política, a referência última à tutela militar como legitimadora do poder civil e, fato capital, a extrema centralização político-administrativa exercida pelo executivo federal.¹⁹⁰

A gestão de Geraldo Magalhães foi marcada por uma atuação incisiva no espaço urbano e por uma concepção administrativa de caráter eminentemente gerencial, primando por uma busca da eficácia e eficiência dada por critérios hipoteticamente racionalizadores, planejadores e técnico-administrativos,

¹⁹⁰ BERNARDES, Denis, *op. cit.*, p. 77.

tomando como parâmetros aquilo que à época poderia ser considerado de mais moderno e modernizado, fundado num comportamento autoritário na relação entre o poder Executivo e segmentos da sociedade.

Essa concepção de administração pública já era anunciada no discurso de posse do prefeito na Câmara Municipal do Recife, no qual podemos salientar três aspectos: primeiro, a Câmara Municipal, território no qual a sociedade deveria expressar seus interesses e discuti-los, deliberar e mediar as políticas públicas com a esfera do poder Executivo, passa a ser entendido como organismo de exame dos problemas da cidade e do encaminhamento de proposições de soluções dos mesmos para o poder Executivo; segundo, a melhoria das condições e da eficiência administrativa do poder Executivo passa por soluções técnicas ou racionais de seus problemas e dinâmica, sem levar em conta aspectos políticos e sociais com que a administração pública tem que se relacionar; terceiro, refere-se às esferas políticas com que a municipalidade irá se relacionar para discutir, deliberar e executar as políticas de Estado no Recife, e, nesse caso, a primeira instância é um órgão federal dotado de eficácia e eficiência racional, planejador e técnico-administrativo, a Sudene. A segunda esfera é o poder político estadual, o esteio do projeto político do regime autoritário pós-1964 e abalizador do governo municipal, que iniciava sua gestão.

(...) O estudioso do fenômeno municipalista do Brasil percebe o relevante papel reservado, atualmente, às Câmaras Municipais no estudo e equacionamento de um vasto elenco de problemas econômicos, sociais e políticos. Não menor, todavia, a responsabilidade do Executivo no defrontá-los em função do interesse coletivo, fim último de nossa tarefa comum.

(...) No campo do desenvolvimento institucional, ter-se-á em vista uma reforma administrativa calcada na mais avançada técnica, com a avaliação dos níveis de eficiência da máquina administrativa, identificação das deficiências da estrutura, utilização de modernos métodos de pesquisa a apresentando conteúdo de atividade de administração não financeiras, como pessoal, material e patrimônio, de administração financeira, qual a tributação, o orçamento, a contabilidade, a tesouraria, a atividade de administração tais os serviços de competência exclusiva concorrentes, suplementares e concedidos.

(...) Daí, meus senhores, no instante em que honrosamente externamos o nosso desejo de servir à frente dos destinos do Recife, temos o dever, a obrigação indeclinável de convocar a todos para a grande tarefa de fazer o Novo Recife, contando especialmente com a Sudene, órgão de planejamento presente, onde quer que haja um administrador do Nordeste, um sentido de equipes trabalhando pelo bem comum, e, ainda mais obrigatoriamente presente aqui, quando uma nova administração se instala na Prefeitura Municipal do Recife, pois o Recife é a própria casa da Sudene. Ao sermos distinguido com a honrosa convocação do eminente governador Nilo Coelho, homem perfeitamente integrado nos mais puros e construtivos ideais da Revolução de 1964, que detêm em suas mãos a bandeira de vanguarda, de trabalho, de progresso, da própria sobrevivência do povo nordestino, como

seres livres e independentes, não o fomos, repetimos distinguido como um elemento isolado, mas como integrante, que éramos e somos, da equipe de um governo que se volta para a construção e concretização do Novo Nordeste. (...)¹⁹¹

Dois fatos ocorridos em 1969 nos dão a dimensão do perfil desse tipo de administração e do autoritarismo exercido pelo prefeito Geraldo Magalhães. Trata-se de dois projetos que começavam a ser colocados em prática logo no início de sua gestão: a construção de um amplo estacionamento no Cais de Santa Rita, comportando até 500 automóveis, e a transformação do Pátio de São Pedro num centro de turismo destinado à instalação de negócios envolvendo este ramo.

No caso dos dois projetos, para a sua viabilização o prefeito teria que desapropriar, desocupar e até demolir estabelecimentos comerciais para dar lugar às obras. No Cais de Santa Rita estava localizada uma rede com cerca de 150 a 300 estabelecimentos comerciais, trabalhando com a revenda de diversos produtos (ferragem, ferro-velho, roupas, frutas, verduras, legumes, cereais, estives), serviços (bares, barbeiros, boates, consertos de aparelhos doméstico, confecção de roupas) e pequenas oficinas artesanais (funileiros, carpinteiros, ferreiros, sapateiros), constituindo um mercadinho destinado aos consumidores de renda baixa e servindo ao mesmo tempo como um dos setores que absorviam a mão-de-obra daqueles que não encontravam emprego no mercado formal de trabalho.

A proposta da Prefeitura do Recife para a saída dos proprietários foi a indenização e a sua alocação em espaços disponíveis em mercados públicos da cidade e na CARE (Central de Abastecimento do Recife, futura CEASA), localizada na periferia da cidade.

As propostas foram sumariamente descartadas pelos comerciantes por alegarem que os aluguéis nos mercados públicos eram alto demais para os rendimentos de seus negócios, faltando ainda estrutura adequada e, no caso da CARE, para onde estavam sendo destinados a maior parte dos proprietários, um local com pouco fluxo de clientes a que se destinavam a maioria dos

¹⁹¹ Trechos do discurso de posse do prefeito Geraldo Magalhães, na Câmara Municipal do Recife, em 1º de fevereiro de 1969, e transcrito no **Diário de Pernambuco**, de 02/02/1969, p. 2, 1º Caderno.

estabelecimentos do mercadinho do Cais de Santa Rita.¹⁹² A reação à gestão de Geraldo Magalhães foram as ações de desocupação e demolição forçada dos estabelecimentos. A ação só foi interrompida em virtude de muitos proprietários terem recorrido à Justiça para obter mandatos de segurança para sustá-la. A Prefeitura do Recife reagiu, conseguindo derrubar boa parte dos mandatos de segurança e iniciou, no final de maio de 1969, através de uma portaria da Secretaria de Abastecimento e Concessões, a derrubada de mais de 76 estabelecimentos, ficando só 20 autorizados funcionar no local, por terem conseguido mandato de segurança, e outros que tiveram a demolição interditada a tempo.¹⁹³

Uma parte do desfecho produziria nos antigos proprietários sentimentos de frustração e angústia ante as incertezas por vir:

Apenas 20 estabelecimentos do Mercadinho de Santa Rita deverão ser preservado, de acordo com a Portaria 36, baixada ontem pelo secretário de Abastecimento e Concessões, recomendando o administrador evitar qualquer dano aos impetrados.

Ontem à noite, quando alguns compartimentos já haviam sido derrubados, centenas de pequenos comerciantes andavam de um lado para outro ou simplesmente se postavam defronte de suas barracas. Havia um clima de expectativa generalizado, uma vez que ninguém sabia o que ia suceder.

Em meio a isso a insatisfação era generalizada. O sr. José Teotônio Filho, do compartimento 349, declarou vendeu cinco bezerros de qualidade e uma vaca para poder adquirir o estabelecimento que serviu de arrimo para sua mulher e onze filhos durante muitos anos. “Esses homens são uns malvados: e agora como vou dar de comer aos meus filhos?”, indagou em tom de angústia.

O sr. Cícero Luís da Silva, que negocia com frutas, na barraca 204, disse que ordem era demolir a 203, uma vez que ele tinha também impetrado o mandato de segurança. “Assim – afirmou “derrubaram a minha por engano”.

Não obstante, não houve nenhum equivoco da Prefeitura, a respeito desse caso, porquanto a barraca que consta da relação dos compartimentos a ser preservado é de fato, a 203 e não a outra.

O comerciante Sebastião da Paz, que mantinha ali um galpão para a venda de frutas e verduras, negociou durante dez anos. Após a demolição, os fiscais perguntaram se ele queria aproveitar algum material. E retrucou, perguntando: “que vou fazer agora com isso”.¹⁹⁴

Por algum tempo, o prefeito ainda teria que recorrer à Justiça para derrubar outros mandatos de segurança de proprietários, tendo até entrado em atrito com um desembargador quanto às demolições feitas no final de maio e nos dias

¹⁹² Sobre esta discussão entre os estabelecimentos oferecidos pela Prefeitura do Recife e as vantagens e desvantagens para os locatários, consultar: **Diário de Pernambuco**, de 25/05/1969, p. 20, 1º Caderno.

¹⁹³ **Diário de Pernambuco**, de 30/05/1969, p. 3, 1º Caderno.

¹⁹⁴ **Diário de Pernambuco**, de 30/05/1969, p. 3, 1º Caderno. As demais informações foram recolhidas em diversas reportagens publicadas nesses periódicos nos meses de abril e maio.

seguintes, cerca de 161 estabelecimentos demolidos.¹⁹⁵ Em uma reportagem do Diário de Pernambuco, datada de 31 de maio de 1969, era noticiada a reação do desembargador quanto às suspeitas de que as demolições tinham atingido barracas que estavam protegidas por mandatos de segurança:

A Prefeitura do Recife suspendeu ontem a demolição das barracas edificadas no mercado de Santa Rita, em virtude do ofício enviado pelo desembargador Feliciano Porto, que como relator do mandato de segurança por 20 comerciantes estabelecidos no mercado, contra a intenção de demolir suas barracas, recebeu os outros 106 comerciantes litisconsortes no mandato, passado eles a gozar da liminar anteriormente concedida. Como algumas das barracas já haviam sido demolidas, uma vez que a Prefeitura já tinha começado os trabalhos, será tomada, em favor dos proprietários, medida de reintegração de posse ou de vistoria, para determinar os prejuízos sofridos.¹⁹⁶

No dia 4 de junho de 1969, no mesmo jornal, o prefeito Geraldo Magalhães tentava contornar o atrito ao afirmar que enviara um ofício ao desembargador no qual afirmava não ter desrespeitado a medida liminar, mas que de qualquer forma *mandou suspender as demolições, que só continuarão, após o julgamento do mandado de segurança impetrado*.¹⁹⁷

No dia 15 do mesmo mês, o Tribunal de Justiça do Estado dava ganho de causa à Prefeitura, negando provimento ao mandato de segurança do advogado dos comerciantes do mercado de Santa Rita. No entanto, durante o julgamento, o desembargador Feliciano Porto fizera questão de expor que as ações da Prefeitura do Recife haviam seguido um itinerário calcado no arbítrio, desrespeitando direitos adquiridos de terceiros, ignorando as competências e responsabilidades de outras instâncias de poder e implementando ações que violavam todo e qualquer aparato legal.

O desembargador Feliciano Porto, relator do feito, concedeu a segurança pedida, alegando que não houvera, por parte da Prefeitura, notificação judicial ou administrativa aos comerciantes, não constando dos autos nenhum documento além do farto noticiário da imprensa, que viesse comprovar a notificação dos comerciantes.

Disse que a Prefeitura deveria ter agido através da Justiça, uma vez que a ninguém é lícito fazer justiça com as próprias mãos, não escapando desse princípio as entidades de direito público, ao contrário, sendo de se lhes atribuir mais rigorosa obediência àquele princípio.

Afirmou o relator que “dizer de plano, que direito algum assiste aos impetrantes equivale a erigir o arbítrio como norma regular de procedimento”. A Prefeitura tinha a obrigação de recorrer aos meios legais adequados, cabendo à Justiça a última palavra, porque é por meio do poder judiciário que o Estado realiza a sua decisão de assegurar, na sociedade, o império da Justiça isto é, a

¹⁹⁵ **Diário de Pernambuco**, de 04/06/1969, p. 3, 1º Caderno.

¹⁹⁶ **Diário de Pernambuco**, de 31/05/1969, p. 3, 1º Caderno.

¹⁹⁷ **Diário de Pernambuco**, de 04/06/1969, p. 3, 1º Caderno.

manutenção da ordem pública e privada. "Tenho como líquido e certo este direito que assiste aos impetrantes flagrantemente violados com a ação direta da autoridade impetrada, deixando inteiramente à margem a medida judicial aludida."¹⁹⁸

Na prática, o relato do desembargador tornava explícita a natureza do autoritarismo que havia se instalado nas esferas do poder público, principalmente após a decretação do AI-5, do qual a administração municipal de Geraldo Magalhães era um dos frutos de extração local. O seu autoritarismo e a forma como era exercido emergia fundado na convicção de que não era possível manter uma conciliação entre as suas convicções, procedimentos e metas que tinham estabelecido com a estrutura legal e/ou o estado de legalidade vigente, ignorando que essa estrutura e esse estado eram sancionados tanto pela sociedade como pelos que dela receberam delegação de poderes, bem como violando a delegação recebida pelas esferas de poder (Poder Judiciário) que tinham o mérito reconhecido para a sua administração.

Contudo, quando os atos de autoritarismo vigente eram desnudados e mostrava-se que suas justificativas eram deturpadas, como nas justificativas do prefeito Geraldo Magalhães ante as deliberações do desembargador, o recurso para contornar o desvelamento era o uso de raciocínios fundados em argumentos inverossímeis que simulavam uma verdade que se instituía pela coerção ou pela cumplicidade. Um exemplo desse tipo de conduta nos é mostrado em *A rainha dos cárceres da Grécia*, quando nos é apresentado uma notícia de jornal sobre uma sindicância contra policiais envolvidos no abandono e espancamento de noventa e três menores, no município mineiro de Camanducaia, em 1974, para a qual eles delineiam versões carregadas de fraudes para com os acontecimentos de fato, donde o narrador ressalta as incongruências e simulações de versões dos policiais na sindicância:

Os policiais ouvidos sobre os menores dispersados à noite, em Camanducaia, declararam que, devido a uma avaria no ônibus-presídio, os noventa e três detidos provocaram tumulto, despiram-se (será mais cômodo escapar sem roupa?) e fugiram. Proclamam ainda os agentes da lei terem agido na "mais pura das intenções a fim de resolver problema sem solução" e que os "melhores propósitos de bem servir a coletividade" os inspiraram. Na sindicância instaurada pela Secretaria de Segurança, surge como único culpado o escrivão J.A.P., suspenso por trinta dias. (*O Estado de S. Paulo*, 1º-11-74.).¹⁹⁹

¹⁹⁸ **Diário de Pernambuco**, de 17/06/1969, p. 11, 1º Caderno.

¹⁹⁹ Osman, Lins, *op. cit.*, pp. 53-54.

No caso do autoritarismo e do seu exercício praticado pelo prefeito Geraldo Magalhães, apesar do desembargador tê-lo desnudado e mostrado serem insofismável as bases que os sustentavam, o alcaide do Recife recolhe como vitória o referendo da decisão judicial favorável aos seus atos. A sua vitória se traduziu numa imediata ação contra os estabelecimentos restantes no mercado de Santa Rita, logo demolidos para que o local desse lugar ao estacionamento projetado, destinado aos condutores de automóveis particulares que trafegassem da parte sul da cidade para o centro do Recife, utilizando o futuro viaduto das Cinco Pontas.

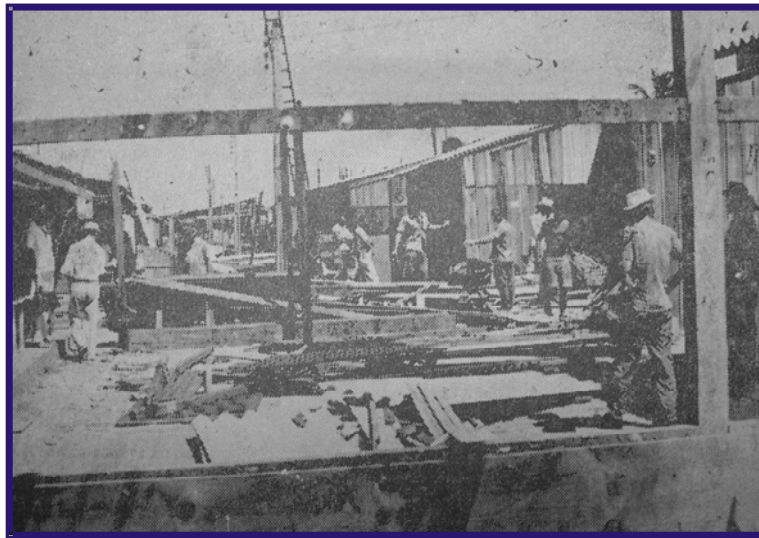


Fig. 15. Demolição das barracas do mercado do Cais de Santa Rita.
Fonte: **Diário de Pernambuco**, de 17/06/1969, p. 11, 1º Caderno.

Tratava-se de uma estratégia de intervenção de não só expurgar as marcas de uma convivência como também de purgar a localidade dos vestígios, indícios e até das ruínas de uma história e histórias ali passadas, como até então podia Maria de França fazer por sinestesia:

A onisciência toda ficcional de que é portador o "eu" de Maria de França não se limita a ler no íntimo dos seus interlocutores ou dos que passam por ela. Abrange, com liberdade nem sempre concedida ao narrador impessoal, o registro do espaço, todos os seus sentidos debandados no Recife e libertos, portanto, da clausura corporal:

"Vocês não podem sentir, mas esse é o cheiro do manguê e da fumaça do trem das 7 da manhã, carvão de pedra, na direção do agreste, os balaústres da Ponte Velha, ferro alcatroado, começam a esquentar, entra pela boca, no ar, o gosto das mangabas e das agulhas fritas do Pátio do Mercado, badalam os sinos grandes do Carmo e dos Franciscanos, os sinos de menino das capelas, o sol vai subindo, montante da maré, sobe, alô! alô!, olhem e vejam, inunda os arrabaldes e o centro da cidade."²⁰⁰

²⁰⁰ LINS, Osman, *op. cit.* p. 75

Os desdobramentos dos fatos decorridos para construção do estacionamento do Cais de Santa Rita explicitavam de forma nítida as prioridades da gestão de Geraldo Magalhães: projetos, ações e interferência urbana destinada a erguer equipamentos urbanos para os habitantes da cidade que podiam se apresentar como consumidores privilegiados, independente da repercussão social e econômica que tivesse sobre as classes menos abastadas.

Na mesma linha seguia o projeto de transformação do Pátio de São Pedro em um centro de turismo. No projeto constavam a apresentação periódica de espetáculos com danças folclóricas, a recuperação da infra-estrutura e a instalação de restaurantes com comidas regionais, casas de espetáculos, galerias de arte, butiques e lojas com produtos artesanais, todas instalados nas casas e sobrados do Pátio, formando uma *greenwich village* (vilas turísticas), conforme terminologia usada pela Prefeitura do Recife, sendo a administração confiada à Empresa Metropolitana de Turismo (EMETUR).²⁰¹ Para a realização do empreendimento, o prefeito assinou um decreto – posteriormente sustado por decisão da Justiça Federal - desapropriando os imóveis, principalmente os que formavam a área quadrangular em torno do Pátio de São Pedro, por considerá-los de utilidade pública.

Conseguindo derrubar as liminares contra o decreto, a Prefeitura do Recife passou a arrombar casas no Pátio de São Pedro e a desalojar os moradores e seus pertences. A ação da municipalidade foi interrompida várias vezes por liminares e alguns dos moradores e comerciantes desalojados puderam voltar as suas moradias. Ao longo do tempo, o projeto de transformar o Pátio num centro de turismo foi definhando por falta de interesse de empresários em investir no local, pouco a pouco abandonado.²⁰² Ainda em novembro de 1970, o repórter Tadeu Rocha observava que a conversão do Pátio em centro de turismo ainda necessitava de alguns agrados: *Tudo foi muito bem pensado, planejado e, em grande parte, executado, só faltando uns agrados finais.*²⁰³ Entre os agrados estava a remoção de platibandas que descaracterizavam os prédios de estilo colonial e a remoção de transformadores e linhas elétricas, que deveriam ter sido substituído por um sistema subterrâneo de transmissão de energia. Na realidade,

²⁰¹ **Diário de Pernambuco**, 04/02/1969, p. 3, 1º Caderno

²⁰² **Diário de Pernambuco**, de mai. e jun./1969.

²⁰³ **Diário de Pernambuco**, 01/11/1970, p. 5, 3º Caderno.

as únicas intervenções da prefeitura do Recife se restringiram às desapropriações, recuperação de algumas casas desapropriadas para locação e instalação de escritório da Empresa Metropolitana de Turismo (EMETUR).

Foi na inauguração, em 9 de outubro de 1970, que o Pátio de São Pedro viveu de fato o seu maior momento como centro de turismo, com shows de Orlando Silva, Silvio Caldas e Isaurinha Garcia. O outro grande momento aconteceu na noite de 17 de dezembro de 1972, quando Ademar Paiva, presidente da EMETUR, inaugurou um presépio em tamanho natural no Pátio, em meio a uma festa com corais e lançamentos de bens culturais.²⁰⁴ Afora esses dois momentos, o Pátio de São Pedro foi ao longo dos anos voltando a uma condição que se tendia a igualar àquelas vividas em anos anteriores,²⁰⁵ condições que muitas vezes eram estereotipadas nas opiniões de alguns leitores adeptos da empreitada do prefeito:

Era um largo imundo, de casario sujo que embora possuindo como edificação principal uma das mais antigas e mais belas igrejas da capital, que mesmo cheio de lembranças e recordações de acontecimentos e fatos de outros anos, não passava, até bem poucos anos, de um recanto suspeito por onde passavam marginais corridos da polícia e onde paravam boêmios e “mariposas” em algum bar ou barraca para o bate-papo demorado de uma cervejada ou a tomada ligeira de uma “lapada” (...)²⁰⁶

Como o mercado do Cais de Santa Rita, o Pátio de São Pedro era também um lugar onde as pessoas com poucos recursos e sem colocação no mercado formal de trabalho exerciam algum tipo de atividade para garantir a sua sobrevivência e a dos familiares. Sobre estas pessoas recaíram os custos da empreitada de transformar o Pátio num centro turístico, desarticulando modos de vida e fundamentos de décadas que lhes garantiam alguma segurança no mundo, conforme depoimento do Sr. João Bandeira, dono de uma funilaria no Pátio de São Pedro:

²⁰⁴ **Diário de Pernambuco**, 10/10/1970, p. 3, 1º Caderno e 18/12/1970, p. 3, 1º Caderno.

²⁰⁵ Uma das razões que lavaram ao insucesso do centro turístico do Pátio de São Pedro foi à dificuldade que a Prefeitura do Recife teve para arranjar locatários interessados em arrendar as casas desapropriadas para montar ramos de negócio na área. Por duas vezes a Prefeitura teve que prorrogar o prazo para recebimento de propostas de locação devido à falta de interessados. Quatro meses antes da primeira data marcada para inauguração ainda havia nove imóveis, dos 21 desapropriados, para serem locadas e, conforme reportagens, a véspera da inauguração do Centro Turístico, marcada pela segunda vez para 9 de outubro de 1970, ainda não tinham sido arrendados. Sobre este tópico ver edital publicado in **Diário de Pernambuco**, 19/04/1970, p. 5, 1º Caderno, e reportagem em 03/07/1970, p. 5, 2º Caderno.

²⁰⁶ **Diário de Pernambuco**, 05/12/1970, p. 5, 1º Caderno.

“Lutei a vida inteira dentro dessa casinha, tombada pelo Patrimônio Artístico Nacional, onde com grandes dificuldades consegui o necessário para sustentar a família, educar os filhos e guardar alguma importância para fazer o meu enterro, quando Deus me chamar, sem precisar de mendigar à caridade pública.

Agora pedem-me a casa para conservá-la e transformá-la em Casa de Turismo. Quem melhor do que eu conservou esta casinha durante estes 50 anos que aqui vivo?” Pergunta o velho comerciante e ele mesmo responde. “Eu, que durante todo este tempo não deixei a casa ir ao chão, e à custa dos maiores sacrifícios e dificuldades que se apresentaram consegui introduzir algumas reformas sem tirar as características originais do prédio.”

E prossegue: “Hoje, com meus 76 anos, no fim da vida, estou ameaçado de despejo, isto é, condenado a parasitar porque nem tenho dinheiro para comprar um ponto que sirva para meu negócio, nem poderei trabalhar em lugar algum, dada a minha idade avançada. Com o dinheiro que devo receber como indenização, não compro um ponto nem num pé de escada do Recife, todos sabem disso.

Então só me resta uma alternativa. Não vou ficar em casa parado pois jamais me acostumaria com o uso de pijama. Vou, portanto, preparar um pedaço de arame arranjar umas botas e partir para arrancar marisco nos mangues do Capibaribe, mesmo contra a vontade dos meus filhos. Vou me distrair algumas horas por dia, até que chegue o dia do Juízo Final.”²⁰⁷

A partir do dois projetos que apresentamos e discutimos acima, o prefeito Geraldo Magalhães entendia inaugurar uma administração modernizadora da Prefeitura da Cidade do Recife, atuando como um gerente em busca de empreendimentos lucrativos para a cidade e implantando equipamentos urbanos sintonizados com as demandas da sociedade de consumo. Essa imagem era perpassada ao público através de uma campanha publicitária que ocupava espaços significativos nos meios de comunicação da imprensa escrita e das emissoras de TV locais. No geral, a publicidade produzia uma imagem do prefeito como um indivíduo que havia recebido um mandato ou procuração a quem tinha sido delegado a função ou exercício de administrar e gerir os negócios e o aparelho administrativo da Prefeitura do Recife e da sua sociedade.

Nesse sentido, a publicidade reforçava sempre a figura do prefeito como um gerente e administrador imbuído de um conjunto de aptidões, estratégias, normas e funções cujo objetivo era planejar, alocar, coordenar, disciplinar e dirigir as condições e os elementos de produção e submeter as condições de sua produtividade a um controle de qualidade, para a obtenção de resultados eficazes. Essa ênfase podia ser observada nas peças publicitárias que procuravam ora conotar a administração pública como gerenciamento de uma estrutura produtora que segue à risca um cronograma traçado para linha de

²⁰⁷ **Diário de Pernambuco**, 18/05/1969, p. 21, 1º Caderno.

produção ora enfatizar os produtos oriundos do exercício da coordenação, do disciplinamento e da direção executado pelo administrador-gerente da cidade.



Fig. 16. Peças publicitárias da gestão do prefeito Geraldo Magalhães
Fonte: Da esquerda para a direita, primeira figura: **Diário de Pernambuco**, de 28/09/1969, p. 3, 3º Caderno; segunda figura: **Diário de Pernambuco**, de 01/02/1970, p. 15, 1º Caderno.

Contudo, as peças publicitárias mais significativas da administração de Geraldo Magalhães foram protagonizadas, tanto na imprensa escrita como nas emissoras de TV, por uma garota-propaganda, em idade pré-adolescente, denominada de Carminha,²⁰⁸ que apresentava um programa em uma emissora de televisão e outras propagandas de curta duração nas demais emissoras, distribuídas entre os intervalos dos programas. A protagonista, simbolizando o novo, já que o *slogan* da administração era *Novo Recife*, ia anunciando e explicando aos expectadores as obras projetadas, em execução ou a serem executadas e as suas finalidades, bem como o significado de modernização que elas tinham e dos novos paradigmas que a administração municipal introduzia para a renovação da cidade. O programa da garota, exibido de segunda-feira a sexta-feira, a partir de 21 de setembro de 1970, no Canal 6, TV Rádio Clube, no horário das 19h 35min, antes do telejornal da emissora, intitulava-se *O Mundo de Carminha, um amor de menina*, no qual as peças publicitárias de chamada para o programa tinham a seguinte convocação feita pela garota-propaganda: *Olá pessoa! Eu sou Carminha. Estou convidando vocês a assistir o meu programa. Quem gosta do Recife, também vai gostar de mim.* A partir dessa empatia

²⁰⁸ Este provavelmente não era o nome da garota-propaganda, já que ela aparece em outras publicidades, desta vez de empresas privadas, utilizando uma outra denominação.

premeditada, o programa discorria sobre as obras realizadas e inauguradas pelo prefeito Geraldo Magalhães e o significado de serem um marco que inaugurava na cidade uma experiência administrativa marcada por uma gestão gerencial, racionalizadora e modernizadora, instauradora de um novo tempo para um novo Recife.²⁰⁹



Fig. 17. Peça publicitária da gestão do prefeito Geraldo Magalhães
Fonte: **Diário de Pernambuco**, de 17/09/1970, p. 7, 1º Caderno.

Para exemplificar o apego desse prefeito aos parâmetros de modernização do seu momento, citemos aqui a sua postura diante do acontecimento de repercussão mundial que foi a chegada do homem, pela primeira vez, à Lua.²¹⁰ Mesmo o Recife se vendo impossibilitado de acompanhar a chegada do homem à Lua em tempo real através de transmissões de TV, pois dias antes havia ocorrido um defeito no satélite Intelsat III, equipamento responsável pela transmissão via satélite do evento, no dia do esperado acontecimento, 20 de julho de 1969, a cidade, com apoio do poder municipal, comemorou a suposta conquista da Lua ao som de ritmos carnavalescos, com as agremiações carnavalescas ganhando as ruas e a sua frente o desfile de um carro alegórico que representava a Lua Cheia

²⁰⁹ Podemos encontrar diversos exemplos desta publicidade nas páginas dos jornais da cidade. Para o nosso trabalho, utilizamos os registros constantes no **Diário de Pernambuco**, entre 13 e 17/09/1970.

²¹⁰ Sobre este episódio e a sua repercussão na cidade do Recife utilizamos o **Diário de Pernambuco** e o **Jornal do Commercio** dos dias 03, 16, 21, 22, 23 de 07/1969.

e, logo atrás dela, grandes painéis com as imagens dos astronautas Neil Armstrong, Edwin Aldrin e Michael Collins.

Na noite desse evento, o prefeito teria recebido em seu gabinete de trabalho convidados e o cônsul americano para comemorar o fato. Dentre os convidados, o vereador Wandekolk Wanderley aproveitou a oportunidade para apresentar um projeto de lei que visava construir na cidade um monumento com uma placa de bronze, no qual seria destacado o grande feito espacial, projeto que já havia apresentado dias antes na Câmara de Vereadores do Recife.²¹¹ Contudo, o projeto nunca foi adiante, mas dessa noite pode se extrair uma preciosidade de veleidade futurista fundada num desvario do então prefeito: torcia o prefeito que nas viagens espaciais futuras os homens pudessem encontrar e manter contatos com seres mais adiantados para progressos futuros da humanidade, além de uma eloqüente nota oficial de congratulações, encaminhada ao cônsul dos E.U.A., na qual tentava traduzir o fato como o começo de uma nova era para a humanidade, na qual o progresso conquistado e feito realizado pela nação americana se traduziria como *um indicativo de paz universal, de compreensão humana de entendimento entre os povos*.²¹² O futuro mostraria o quanto o prefeito estava tão equivocado.

Em contra-partida, desde maio de 1969, o Recife acompanhava pelos jornais as investigações e as repercussões sobre o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Neto. Esse episódio teve diversos desdobramentos quanto a sua investigação, sendo objeto de diversos enfoques, especulações, suspeitas e críticas quanto aos procedimentos e rumos das investigações, através das páginas dos jornais da cidade. O que se configurava, provavelmente, era uma ação investigativa por parte do aparelho policial que procurava contornar a solução do crime, expurgando as possibilidades de uma solução verossímil do crime quanto as suas razões e aos seus responsáveis. Tais procedimentos inauguravam um comportamento policial e judicial que seria comum em outras investigações sobre crimes de ampla repercussão na sociedade brasileira, nos quais os principais mentores e/ou suspeitos eram indivíduos encastelados no aparelho de Estado ou integrantes da elite brasileira, mas que sobre eles, mesmo

²¹¹ Sobre a proposição deste vereador, consultar **Diário de Pernambuco**, 13/07/1969, p. 5, 1º Caderno.

²¹² **Diário de Pernambuco**, 21/07/1969, p. 7, Caderno Especial.

diante da comoção, mobilização e pressão da opinião pública, não iriam recair o rigor da lei.²¹³ Sabe-se, até os dias de hoje, que o assassinato do padre Henrique é motivo de especulações, várias versões e de um sem número de possíveis motivos, não tendo a sociedade local obtido uma resposta a contento, que pudesse ser considerada crível.

À época, contudo, o assassinato do padre Henrique não era um caso isolado, fazia parte de uma estratégia mais ampla de intimidação da Igreja, posta em prática pelos órgãos de repressão, instalados nos porões da ditadura militar, e que passaram a ganhar mais força e consentimento para sua atuação com a decretação do Ato Institucional nº 5, o AI-5.

Desde o início de 1969, a Igreja passara a ser um dos alvos primordiais dessa ação de intimidação por parte dos órgãos de repressão, na medida em que se começou a vencer internamente na Igreja a resistência de sua ala conservadora quanto a levar a diante um distanciamento e uma crítica política frente ao regime ditatorial institucionalizado com o AI-5. Dessa empreitada, um dos membros do clero mais atuantes era o Arcebispo de Recife e Olinda, Dom Helder Câmara.²¹⁴ A partir de sua arquidiocese e com o seu clero e leigos ligados aos trabalhos pastorais, Dom Helder passou a desenvolver ações junto aos jovens e aos indivíduos situados no subsolo das desigualdades econômicas, sociais e políticas do país, com estratégias de conscientização e organização dos indivíduos e de comunidades para atuarem conjuntamente na luta pelos direitos sociais e humanos e melhorias econômicas.

A ação desenvolvida por Dom Helder e por boa parte da Igreja, principalmente aquele segmento ligado à Teologia da Libertação e a sua ala considerada progressista, que preconizava uma relação de solidariedade da Igreja com os menos favorecidos para a sua promoção social e política e a emergência de um compromisso de engajamento social por parte da Igreja,

²¹³ Para se ter uma idéia da mobilização da opinião pública recifense quanto a um esclarecimento sobre o assassinato do Padre Henrique, o **Diário de Pernambuco** destaca, no dia 29/05/1969, que dez mil pessoas acompanharam o enterro do Padre Henrique no Cemitério da Várzea, e, no dia 12/07/1969, comenta que uma multidão foi ao Fórum da cidade acompanhar a chegada do principal suspeito do crime.

²¹⁴ Sobre esta mudança de postura da Igreja Católica, durante a ditadura militar no Brasil, consultar: GASPARI, Elio. **As ilusões armadas**. A ditadura escancarada. São Paulo; Companhia das Letras, 2002, pp. 257-258.

salientou as tensões frente a um Estado autoritário que não se fazia de rogado em prender, exilar, difamar, torturar e assinar os seus opositores.

As tensões se acirraram ainda em 1968, quando a Igreja passou, também, a denunciar a construção de um legado de violência e arbítrio que o regime autoritário instalara sobre os opositores ao regime, ao mesmo tempo, que integrantes do clero eram também vítimas do aparelho de repressão estatal.²¹⁵ Nesse sentido, a Igreja e, especificamente, a Arquidiocese de Recife e Olinda, passou a atuar na luta pelos direitos humanos, na defesa dos excluídos das benesses das políticas estatais e na recuperação da dignidade dos trabalhadores e dos que compunham a grande massa de indivíduos que integravam as camadas populares que habitavam as áreas urbanas, nas quais a dignidade humana era constantemente ameaçada e onde de tudo faltava para uma vida minimamente apropriada (abastecimento de água, saneamento, escolas, creches, segurança, lazer, transporte, assistência médica, energia elétrica, coleta de lixo).²¹⁶

O novo posicionamento da Igreja significava uma mudança em sua relação com a sociedade, conforme salienta Lucília de Almeida Neves Delgado e Mauro Passos:

Naquela conjuntura política, a Igreja dialoga mais profundamente com a sociedade civil sobre os importantes desafios da realidade brasileira. Dessa forma, afirma sua aliança com interlocutor popular, redescobrimo a dimensão social e a carência que atingia as populações menos favorecidas. Tornava-se, ainda, fundamental lutar pelo restabelecimento da ordem democrática, diante do quadro político do regime de exceção.²¹⁷

É nessa conjuntura que irá atuar o clero e os leigos vinculados ao trabalho de Dom Helder Câmara. A resposta do regime autoritário a essa atuação virá na forma de ações intimidadoras por parte dos órgãos de repressão. As respostas se iniciaram com uma tentativa de seqüestro do estudante Cândido Pinto de Mello, presidente da União Estadual de Estudantes de Pernambuco, na noite de 20 de abril de 1969, que resistiu à tentativa e foi alvejado por tiros que o deixaram

²¹⁵ No dia 19 de fevereiro de 1969, o padre Jan Talpe, após uma reunião da CNBB, em São Paulo, foi preso e encarcerado com outro religioso, que teria sido espancado, nas dependências do II Exército. Sobre estas informações, consultar: GASPARI, Elio, *op. cit.*, p. 258.

²¹⁶ Com relação aos aspectos políticos que caracterizaram a atuação da Igreja Católica, utilizamos como fonte de consulta o artigo de DELGADO, Lucília de Almeida Neves e PASSOS, Mauro, Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970), *in* FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da ditadura: o regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 123-125. (O Brasil Republicano, v. 4)

²¹⁷ DELGADO, Lucília de Almeida Neves e PASSOS, Mauro, *op. cit.*, p. 125.

paraplégico, e se seguiram, na madrugada de 30 de abril de 1969, com uma rajada de tiros contra as paredes do palácio arquiépiscopal do Recife. No entanto, a ação mais intimidadora ainda estava por vir, e ocorreu na noite de 27 de maio de 1969, como relata Elio Gaspari:

D. Helder recebeu o terceiro aviso menos de um mês depois do atentado ao estudante. No dia 27 de maio de 1969 havia um cadáver nas cercanias das residências da cidade universitária do Recife. Tinha uma corda passada no pescoço, feridas por todo o corpo, um tiro na cabeça e cortes de facão na garganta e na barriga. Era o padre Antônio Henrique Pereira Neto, de 28 anos, assistente da arquidiocese para Assuntos da juventude, a quem o arcebispo estimava como a um filho. Ainda no necrotério, d. Helder Câmara identificou genericamente os assassinos: "aqueles que julgam estar salvando a civilização cristã com a eliminação de sacerdotes e líderes estudantis".²¹⁸

Uma descrição da anatomia desse crime nos é, ainda, fornecida por uma matéria do *Jornal do Commercio*, publicada quando dos 30 anos do assassinato do padre Henrique, e transcrita no *site* www.torturanuncamais.org.br:

A corda aperta-lhe o pescoço e o homem dobra as pernas, semi-asfixiado e cai de joelhos. Uma pancada de faca ou canivete no rosto e o sangue escorre, grosso, molhando o dorso nu e as calças. Os vultos, ao seu redor, começam a tornar-se ainda mais difusos e ele sente um impacto na face e, certamente, não sente o segundo, à queima-roupa, pouco acima da orelha. Dois tiros de mestre, convergindo para um só ponto do cérebro. O homem estende-se em meio à pequena clareira aberta no matalal e, nos últimos estertores da morte, agarra, com a mão direita, crispada, um tufo de capim.²¹⁹

Encarregados de investigar e instaurar procedimentos judiciais sobre o assassinato do Padre Henrique, o aparelho policial e o judiciário atuaram quase sempre, ou sempre, no sentido de manobrar as investigações para evitar que se chegassem aos verdadeiros responsáveis pelo crime, utilizando-se para isso de todos os tipos de pretextos, evasivas, estratégias e intimidações para desviar a apuração do assassinato dos seus reais mentores e executores, produzindo para tanto encenações policiais e jurídicas com a finalidade lograr a opinião pública, chegando até a forjar responsáveis improváveis como autores do crime para servirem como uma compensação e justificativa ao público ávido pelo esclarecimento do crime. É neste contexto que Elio Gaspari descreve a atuação policial e judicial:

Exercitando seu apostolado junto aos jovens numa época em que o consumo da maconha e de psicotrópicos era quase um rito de passagem da adolescência, o padre Henrique viu-se pintado como homossexual, ganhão e drogado. Para quem não acreditasse em nenhuma dessas hipóteses, oferecia-se a teoria de que fosse tolo por meter-se com jovens pobres, homossexuais, ganhões a drogados. De qualquer forma, a culpa fora sua. A tese do crime

²¹⁸ GASPARI, Elio, *op. cit.*, p. 259.

²¹⁹ Disponível na Internet, em: <<http://www.torturanuncamais.org.br>>. Acesso em: 14 abr. 2004.

passional funcionou ao mesmo tempo como inibidora de protestos e como pretexto para quem buscava desculpa para calar. No início dos trabalhos policiais, o diretor do Departamento de Investigações, delegado José Bartholomeu Gibson, seguiu apenas as pistas que conduziam a viciados. Pudera, se tentasse procurar a camionete verde que levara o padre ao matagal, poderia descobrir que ela pertencia à polícia e na noite do crime fora abastecida com sua autorização?' Se pedisse ajuda à mãe do padre, descobriria que seu sobrinho Jerônimo Gibson a visitara 48 horas depois do crime para dizer-lhe que se tentasse saber quem lhe matara o filho, tomaria um tiro nas costas.²²⁰

Entre o dia 28 de maio de 1969, quando o Diário de Pernambuco fez uma pequena matéria sobre o assassinato do padre Henrique, e o dia 19 de outubro de 1969, quando o mesmo jornal faz uma reportagem sobre a sentença dada a Rogério Matos, tido pela polícia como principal suspeito pelo crime, esse jornal chegou a fazer 46 matérias jornalísticas de destaque, afora uma série de pequenas notícias sobre o crime, dando uma média de uma reportagem a cada três dias, sendo que quase todas, a partir de junho do mesmo ano, ganharam manchetes na primeira página do jornal. Nos anos seguintes, pelo menos até 21 de setembro de 1973, quando foi noticiado que Rogério Matos tinha sido solto devido à anulação de seu julgamento e de que teria enviado carta ao Diário de Pernambuco, na qual acusava o investigador alcunhado de X-9 e o oficial da Polícia Militar de Pernambuco Raimundo Ferreira como responsável pelo assassinato de padre Henrique,²²¹ o caso volta e meia ganhava destaque nas páginas desse jornal.²²²

No entanto, a repercussão do assassinato do padre Henrique na cidade do Recife e pela história à frente tinha começado a ganhar força no dia do seu

²²⁰ GASPARI, Elio, *op. cit.*, p. 260.

²²¹ Sobre estes acontecimentos, consultar: **Diário de Pernambuco**, 21/09/1973, p. 1, 2º Caderno. Quanto a X-9, esta era a alcunha do investigador Henrique Pereira, que hoje se encontra aposentado da polícia e está exercendo a advocacia, dividindo um escritório com um outro advogado, em uma sala num dos edifícios situados na Pracinha da Independência, no centro do Recife. O mesmo reside num conjunto habitacional do INOOCOP, situado em Afogados, e é, atualmente, freqüentador de uma igreja evangélica. A este suspeito se juntam outros, além do próprio Rogério Matos, como: delegado Bartolomeu Gibson; investigador de polícia Cícero Albuquerque; tenente José Ferreira dos Anjos, da Polícia Militar, e que esteve, posteriormente, envolvido no assassinato do procurador José Jorge; Pedro Jorge Bezerra Leite; José Caldas Tavares; e Michel Maurice Och. Todos eles foram acusados como responsáveis pelo seqüestro, tortura e morte de padre Henrique em inquérito aberto no Tribunal de Justiça de Pernambuco, posteriormente, arquivado. Estas informações estão contidas in **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: CEPE/Governo do Estado de Pernambuco, 1995, p. 56.

²²² Após esse período, as notícias sobre a apuração do assassinato de padre Henrique vão definhando no Diário de Pernambuco. Rogério Matos só viria a ocupar a primeira página do jornal em 26 de junho de 1976, quando é noticiado que teria sido condenado por transportar maconha.

próprio enterro, mas isso por iniciativa própria da sociedade civil que converteu o seu enterro num ato de protesto e de tomada de posição incisiva contra o autoritarismo, a opressão, a repressão e a censura que pairava no país. Um relato posterior nos dá com alguma precisão os acontecimentos que marcaram o féretro do padre Henrique e que deram início ao avivamento dessa marca de violação contra a dignidade humana:

A manhã do dia 28 de maio de 1969 foi tensa no cruzamento da Estrada dos Remédios com a Avenida Conde de Irajá. Segundo relatório "confidencial" enviado pelo comandante do 1º BPM ao Comandante Geral da PM, 350 soldados e dez viaturas da Companhia de Rádio Patrulha apareceram às 10h na frente do cortejo fúnebre do padre Henrique. Sob o comando do capitão Moury Fernandes, a tropa tomou posição "em linha" enquanto o tenente-coronel Josias José Vasco, comandante do 1º BPM, informava a alguns sacerdotes que o cortejo poderia passar, mas sem faixas e cartazes. Os padres argumentaram que seria impossível persuadir os estudantes. Então, a tropa recolheu seis faixas e sete cartazes, "todos com dizeres subversivos".

O féretro foi até a Igreja de Santa Luzia, na Torre, e partiu após 30 minutos para o Cemitério da Várzea. Outros momentos de tensão ocorreriam na Praça da Torre, quando cerca de mil estudantes passaram de braços dados, cantando hinos religiosos e em "perfeita ordem" na frente do pelotão; e na Cidade Universitária, com a prisão do ex-deputado federal Osvaldo Cavalcante de Lima Filho. O relatório diz que o enterro terminou "sem atropelos".

Mas os seguidores de padre Henrique estavam sendo acompanhados desde o início da manhã. Segundo o relato "confidencial" do major PM Romualdo Lucena Carvalho, quando chegou, às 8h15, a Igreja do Espinheiro "estava totalmente lotada" para a missa de corpo presente oficializada por dom Hélder. "Infiltrei-me em um grupo e arrisquei que talvez a morte do padre tivesse relação com a vida de conquistas que ele levava". Mas uma das pessoas retrucou: "A causa da morte não tinha relação alguma com a sua vida íntima, que desconhecia que fosse desregrada e que dom Hélder, em missa que oficiara um dia antes, deixara claro quem era o responsável pela morte do padre".²²³

A tensão voltaria à ordem do dia em 3 de junho de 1969, quando da realização da Missa de 7º Dia pelo falecimento e trucidamento do Padre Henrique. Nesse dia, a partir das 18 horas, todos os templos católicos, vários colégios, entre os quais estava o Colégio Nóbrega, aonde o Padre Henrique chegou a lecionar, celebraram missa pela alma do sacerdote assassinado. Ao ato litúrgico se juntaram diversas mensagens de condolências vinda de diversas partes do Brasil e do exterior, inclusive uma enviada pelo Vaticano, contendo uma mensagem do papa Paulo VI.

O começo do ato foi descrito desta forma pelo Diário de Pernambuco:

Os sinos de todas as matrizes e capelas da Arquidiocese de Olinda e Recife começaram a repicar, ontem, às 18 horas, anunciando a missa de 7º dias em

²²³ Matéria jornalística do Jornal do Commercio quando dos trinta anos da morte de padre Henri. Disponível na Internet, em: <<http://www.torturanuncamais.org.br>>. Acesso em: 14 abr. 2004.

sufrágio da lama do padre Antônio Henrique Pereira Neto, celebrada em mais de 150 templos. As missas, em sua maioria, tiveram início às 19 e 30, segundo determinações da Cúria Metropolitana.²²⁴

Mesmo sendo um ato religioso circunscrito aos recintos dos templos, a celebração causou algum receio nas autoridades de plantão, que temiam outros desdobramentos inconvenientes para o Estado:

O policiamento ostensivo montado pela Secretaria de Segurança, no sentido de evitar manifestações de caráter político que prejudicassem o caráter essencialmente religioso das celebrações, começou a funcionar às 16 horas, mantendo-se até às 21 horas.²²⁵

O esmero dos integrantes da Secretaria de Segurança pela ordem e segurança pública tinha as suas razões. Desde os primeiros momentos, havia fortes suspeitas de que foram membros de sua corporação, envolvido com o grupo paramilitar Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que arquitetaram o seqüestro e perpetraram o trucidamento do padre Henrique, tendo sido inclusive uma parte de seus membros acusados, posteriormente, como responsáveis pelo crime em inquérito aberto no Tribunal de Justiça de Pernambuco (vide nota 221). Daí a preocupação com os desdobramentos da celebração em manifestações mais amplas que pudessem ter uma repercussão acentuada junto à opinião pública, podendo, assim, gerar manifestações e mobilizações que pressionassem cada vez mais o Estado tomar as medidas cabíveis em relação aos verdadeiros responsáveis pelo crime. A preocupação era tanta que quando a Comissão Judiciária, nomeada pelo governo do Estado para apurar o crime, apresentou o seu relatório e uma espécie de suspeito providencial qualquer para o crime, como o faz o delegado na cena final do filme *Casablanca*, na qual manda prender um suspeito de plantão para tomar o lugar de um criminoso, um amigo seu que havia acabado de assassinar um oficial alemão, o Diário de Pernambuco, em um editorial intitulado *Dignificando a Justiça*, com uma linguagem que beirava os extremos do proselitismo e carregada de magniloquência e citações em latim, apressava-se em expor para a opinião pública que a Justiça tinha exercido o seu papel com primor e que, portanto, ela, a opinião pública, podia se aquietar e não mais se preocupar com uma possível ausência de justiça.

Os trabalhos levados a cabo pela Comissão de Justiça, designada pelo Executivo, indicação do Tribunal do Recife, para proceder ao inquérito sobre o trucidamento do Padre Henrique, na Várzea, podem ser apontados como tarefa

²²⁴ **Diário de Pernambuco**, 04/06/1969, p. 3, 1º Caderno.

²²⁵ **Diário de Pernambuco**, *op. cit.*

que, em derradeira análise, constitui a dignificação mesma da nossa justiça togada.(...)

O certo, porém, é que logrou superar as barreiras desorientadoras, reunindo o *quantum satis* para a justiça prossiga em sua caminhada, cujo desfecho, esperamo-lo todos, venha ser o deslinde deste crime que se faz imperioso não termine atirado ao rol dos mistérios insolúveis, resultando, ao contrário, o triunfo coroador da Justiça, mesmo em satisfação à consciência comunitária, afrontada com tamanho desprezo às mais rudimentares exigências da sociedade.²²⁶

No entanto, apesar desse retumbante editorial, o que passou a prevalecer foram imprecisões e falta de consistência nas investigações policiais e um conjunto de deslizos e um imediatismo do poder judiciário na apuração do assassinato do padre Henrique. Mas isso não era algo fortuito ou resultado de adversidades postas à frente da investigação, e sim algo premeditado, pois através dessas formas de condução se procurava forjar uma versão e obter um protagonista para o qual se pudesse transferir a responsabilidade pelo crime, desviando a apuração do trucidamento do Padre Henrique de seus reais algozes. Tal aspecto era tão saliente que o cada indício, evidência ou relatório da apuração contra o principal acusado, Rogério Matos, surgiam quase que de imediato argumentos e contra-provas que mostravam que se estava tentando restringir a responsabilidade pelo crime a um único suspeito ou as mesmas eram inconsistente ou, utilizando um linguajar policialesco, plantadas para forjar uma versão o mais verossímil possível sobre o crime. Nos anos subseqüentes esse perfil na condução dos trabalhos policiais e judiciais ficaria cada vez mais evidente, a ponto de ter havido sucessivos arquivamentos e reaberturas dos inquéritos ao longo das últimas três décadas.

No entanto, toda a repercussão sobre o assassinato do padre Henrique e as polêmicas sobre as investigações e procedimentos judiciais não foram suficientes para despertar no prefeito Geraldo Magalhães o interesse em fazer algum tipo de pronunciamento ou forjar algum posicionamento sobre o crime, pelo menos nada que se compare minimamente ao seu comportamento, que destacamos anteriormente, em relação à chegada do homem à Lua. Era como se houvesse uma espécie de naturalização da violência praticada sobre terceiros e a dignidade humana fosse algo secundário na ótica que se interpelava e interpretava as mediações políticas e sociais que perpassavam a cidade e o país, querendo,

²²⁶ **Diário de Pernambuco**, 05/07/1969, p. 5, 1º Caderno.

dessa forma, desconhecer e/ou ignorar o autoritarismo e a violência praticada contra a dignidade humana, principalmente, naqueles que lhes eram opositores ou nos que estavam no subsolo das desigualdades sociais, como a exercida contra Maria de França e uma criança que protegia do aparelho policial:

Sobrevém um imprevisto. Maria de França, embora tenha pouco que comer, hospeda a criança. Certa madrugada, gente da polícia, à procura de assaltantes, põe a porta abaixo e, mandando chumbo, invade a casa. Vendo, tarde demais, que estavam errados, advertem os moradores, vejam bem, bico calado, senão a gente volta e volta pra valer. Nem parecem ver, no meio da fumaça e da balbúrdia, a protegida da louca estrebuchando no chão, o pescoço esburacado com dois tiros de metralhadora. Pouco depois de meio-dia, antes do enterro da menina, Maria de França tem uma crise forte. Terminava o capítulo III com a sua alta do hospício; este é encerrado com um novo internamento.²²⁷

A sua concepção de modernidade e modernização só englobava uma concepção técnica e despolitizada da vida em sociedade, voltando-se para uma racionalidade planificadora que deveria orientar, deliberar e executar ações no interior da sociedade e de seus espaços, a partir de critérios técnicos e administrativos, para buscar a eficácia e eficiência que delegassem um desenvolvimento produtivo para a mesma, expurgando assim todas as veleidades, estigmas e confrontos sociais que criavam obstáculos às supostas grandes realizações e perspectivas de progresso do homem. No caso desse prefeito, era a realização de grandes obras viárias e a implantação de grandes equipamentos urbanos, todas sintonizadas com os mais recentes critérios de modernização para os grandes centros urbanos.

3. PELAS AVENIDAS QUE O RECIFE SE LOCOMOVE

Entre as obras viárias planejadas e iniciadas na gestão do prefeito Geraldo Magalhães se destacou a retomada com ímpeto das obras de construção da Av. Agamenon Magalhães.²²⁸ Foi na sua gestão que se elaborou o plano urbanístico dessa avenida, contendo jardins, áreas de estacionamento e outras destinadas à instalação de equipamentos urbanos, como áreas de lazer e esportes e postos de

²²⁷ Lins, Osman, *op. cit.*, p. 26.

²²⁸ Para descrição do plano urbanístico da Av. Agamenon Magalhães e o andamento de sua execução tomamos como fonte: **A Construção Norte Nordeste**, nº 9, fev. 1974, pp. 13-14; nº 11, abr. 1974, pp. 14-15; nº 40, set. 1976, pp. 34-36. Utilizamos ainda as matérias jornalísticas publicada in **Diário de Pernambuco**, 09/04/1969, p. 9, 1º Caderno; 22/11/1969, p; 14, 2º Caderno; 05/12/1969, p; 03, 1º Caderno; 03/03/1971, p; 3, 1º Caderno.

gasolinas, e um conjunto de obras de artes (viadutos, elevados, pontes-viadutos, passagens) ao longo do seu percurso.

A Av. Agamenon Magalhães deveria ter uma extensão de 7 km com uma largura que variava de 80 metros a 180 metros, na qual estavam incluídos as duas faixas de via expressa, margeadas por outras vias destinadas ao tráfego de baixa velocidade e a comunicação com outras avenidas, ruas e logradouros, sendo que as duas vias expressas eram separadas entre si pelo canal Derby-Tacaruna, contando, ainda, com sete pontes sobre o mesmo, com uma ponte-viaduto passando sobre o rio Capibaribe, no sentido Derby-Cabanga, com extensão de 282 metros e 40 metros de largura, e um conjunto de sete viadutos.

Pela ordem, no sentido norte sul, os setes viadutos eram os seguintes: um viaduto defronte da fábrica da Tacaruna, que hoje se encontra desativada, estando o mesmo localizado na área que tem a mesma denominação da fábrica; outro a partir da avenida, permitindo uma ligação direta entre a Rua Odorico Mendes, em Campo Grande, e a Av. Cruz Cabugá; um terceiro viaduto sobre a Av. Agamenon Magalhães, elevando-se a partir da Av. Norte, em Santo Amaro; seguindo-se um quarto viaduto sobre a Av. João de Barros, no bairro do Espinheiro; o quinto viaduto deveria sobrepor o Parque Amorim, na localidade que leva esse nome; já o sexto viaduto deveria ligar a Rua Paissandu, na Ilha do Leite; as passagens superiores sobre a Av. Central e Sul e Rua Imperial; uma ponte-viaduto na Ilha Joana Bezerra sobre o rio Capibaribe, e, por fim, um viaduto a partir da Rua Capitão Temudo, no bairro do Cabanga, todas essas últimas obras projetadas no extremo sul da Ilha de Santo Antônio. Essas passagens e estes últimos dois viadutos deveriam se articular com a Av. Sul e a uma ponte que deveria ser construída nas imediações de Afogados, sobre o Rio Jiquiá. Posteriormente, este último complexo de passagens e viadutos deu lugar a um projeto de elevado, denominado Elevado do Cabanga, ligando a Ilha Joana Bezerra ao bairro do Pina, área limite do distrito de Boa Viagem no sentido sul, com dois acessos, sendo o primeiro com uma largura de 23,2 metros, comportando seis faixas de rolamento numa extensão de 40 metros, e o segundo, com uma largura de 16,2 metros, comportando quatro faixas de rolamento numa extensão de 60 metros, erguido ao lado da Ilha Joana Bezerra, comportando ainda faixas de acesso, principalmente uma que interligava o elevado à Av. José

Estelita, via de acesso do distrito de Boa Viagem ao bairro de São José e do Recife. Outros dois viadutos, um partir da Rua Paissandu, próximo ao Derby, ligando as ruas e avenidas da zona oeste com a Av. Agamenon Magalhães.

Dos viadutos projetados, três deles (Viaduto Odorico Mendes, Viaduto Parque Amorim e Viaduto Paissandu) até hoje não foram construídos. Contudo, na sua maioria todo este conjunto de obras viárias seria executado ao longo da década de 1970, durante a gestão de três prefeitos à frente da Prefeitura da Cidade do Recife.

Coube ao prefeito Geraldo Magalhães iniciar de fato a construção da Av. Agamenon Magalhães, alargando e pavimentando os trechos entre o Paissandu e a Tacaruna,²²⁹ dotando de pistas para o tráfego local, de jardins, de iluminação a vapor de sódio os trechos já construídos. Desse trecho construído, o projeto e as obras reservaram a maior parte das áreas de jardins, de estacionamento e as reservados à instalação de área de lazer e posto de gasolina para o trecho que vai da Tacaruna até a Av. João de Barros. Para a construção dessas áreas paralelas às pistas expressas, a Prefeitura do Recife chegou desapropriar e indenizar cerca de 178 mocambos, dos 1.200 existentes no trecho entre a Tacaruna e a Av. Norte.²³⁰

No geral, o trecho da via expressa com os jardins e as áreas para equipamentos urbanos findavam num viaduto que se eleva a partir da Av. Agamenon Magalhães e passando sobre a Av. João de Barros. Esse viaduto era o denominado de João de Barros, composto de duas pistas elevadas, separadas entre si pelo Canal Derby-Tacaruna. As suas obras foram iniciadas em junho de 1970 e concluídas no primeiro semestre de 1971. Durante a sua construção e devido à observação de que de fato eram dois viadutos com cada um servindo ao fluxo de veículos num dos dois sentidos, a população começou a denominar o viaduto de “Romeu e Julieta”.²³¹ Esta denominação vigorou entre a população da cidade até meados da década de 1980, quando passou a ser conhecido pelo seu nome oficial – Viaduto de João de Barros.

²²⁹ Na primeira gestão do prefeito Augusto Lucena já haviam sido iniciados as obras de construção do trecho entre a Tacaruna e Av. Norte.

²³⁰ **Diário de Pernambuco**, 03/12/1969, p. 3, 1º Caderno.

²³¹ Referências sobre a denominação “Romeu e Julieta” encontramos in **Diário de Pernambuco**, 08/04/1970, p. 3, 1º Caderno e 16/09/1971, p. 3, 1º Caderno.

Algo similar aconteceu com a própria Av. Agamenon Magalhães, que durante muito tempo, e ainda hoje, era mais conhecida como Av. Canal, em virtude do Canal Derby-Tacaruna que se situa entre as suas pistas expressas. Essa designação era tão saliente que muitos endereços de firmas e residências estabelecidas ao longo da avenida optavam por denominar como seu logradouro de localização a denominação dada a partir do canal existente. Só nos últimos vinte anos, com a normatização dos endereços através do sistema de Código de Endereçamento Postal, foi que os endereços passaram a utilizar a sua designação oficial. Contudo, vale salientar que, mesmo com a normatização, ainda é comum, entre a população da cidade, a denominação de Av. Canal para identificar a avenida.

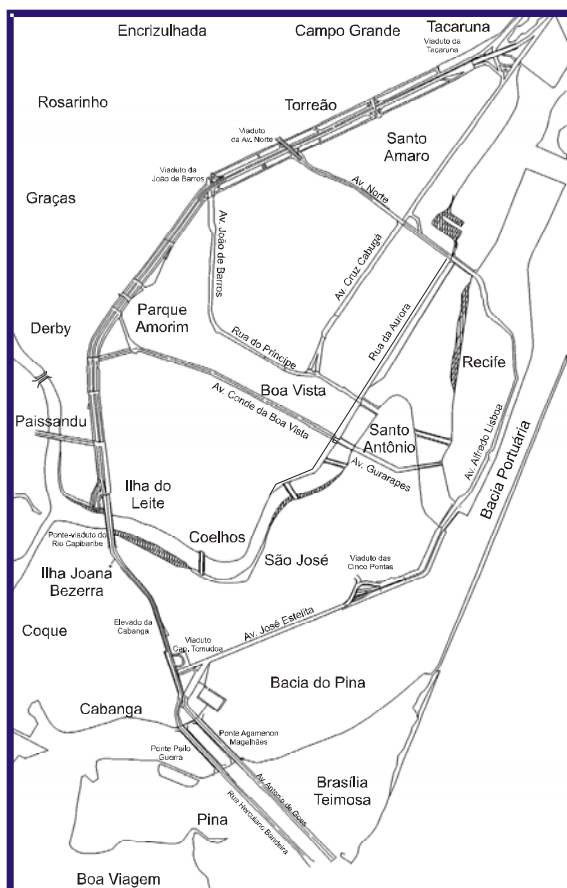
Ao prefeito Augusto Lucena coube a tarefa de dar continuidade à construção da obra viária, levando a abertura, o alargamento e a pavimentação da avenida da altura do Derby até o bairro da Ilha do Leite, área de fronteira com o Rio Capibaribe, e dando início aos trabalhos de limpeza e abertura das faixas que viriam a compor alguns dos trechos da avenida, ainda iniciados em sua administração, no Cabanga e Ilha Joana Bezerra. Ainda na sua administração, Augusto Lucena iniciou a construção da ponte-viaduto sobre o Rio Capibaribe, ligando a Ilha do Leite à Ilha Joana Bezerra, que seria concluída e inaugurada na gestão seguinte, de Antônio Farias, de 1975 a 1979, recebendo a denominação de Viaduto Joana Bezerra.

Ainda na gestão de Augusto Lucena seria construído o viaduto sobre a Av. Norte. Para a sua construção a Prefeitura do Recife teve que pavimentar, inicialmente, uma rua paralela à Av. Norte, a Rua Engenho Magaípe, para servir como desvio do tráfego da avenida. Essa providência inicial já começava a anunciar os percalços que os moradores vizinhos à obra teriam que passar para dar lugar a mais uma obra viária na cidade. Só para a pavimentação do desvio foram desapropriados 21 mocambos, seguindo-se mais onze casas de alvenaria, e tudo no curto espaço de um mês.²³²

O viaduto compreenderia um vão central de 76 metros, outros dois laterais de 30 metros cada e rampas de acesso, que deveriam medir, cada uma, 187,40

²³² Sobre as desapropriações, consultar: **Diário de Pernambuco**, 17/09/1971, p. 3, 1º Caderno e 21/09/1971, p. 01, 2º Caderno.

metros, além de guarda-rodas em peça aparente e jardins na área circunvizinha.²³³



²³³ Sobre aspectos da obra, consultar: **Diário de Pernambuco**, 19/05/1972, p. 3, 1º Caderno.

A construção do viaduto sobre a Av. Norte foi iniciada no final do mês de novembro de 1971 e a sua inauguração foi meticulosamente programada para acontecer quase um ano depois, em 5 de novembro de 1972, dez dias antes das eleições municipais do dia 15 novembro.

Para a inauguração do viaduto foram arregimentadas cerca de 20 mil pessoas, em sua maioria residentes nas localidades vizinhas, e às quais era anunciado que a obra era a eles destinada, mesmo se sabendo que a maioria não tinha automóvel para poder usufruir a fluidez do tráfego que o Viaduto da Av. Norte, denominado oficialmente de Viaduto Presidente Médici,²³⁴ passaria a oferecer aos condutores de veículos. No entanto, foi o aspecto de que a obra era para o povo, entidade genérica que serve como ser a qualquer discurso que não se volta para os sujeitos específicos e sim para as massas de indivíduos homogeneizados portadoras de aspectos vagos e gerais, que mais se ressaltou e que o mesmo, ali representado pelos 20 mil assistentes, deveria retribuir o bem recebido com dividendos eleitorais aos que se propuseram projetar e construir a obra. Não teria sido, portanto, um acaso que teria levado a uma aproximação da data de inauguração com a do pleito eleitoral. A quase coincidência de datas foi significativamente aproveitada pelas autoridades durante a cerimônia de inauguração. Disso se encarregou o então governador Eraldo Gueiros para solicitar aos eleitores que votassem nos candidatos que apoiavam o governo:

O governador Eraldo Gueiros apelou para que os recifenses continuem dando total apoio ao prefeito Augusto Lucena, “ele que trabalha incansavelmente pelo Recife “ e pediu para que o povo julgue no dia 15 de novembro, durante o pleito municipal, os candidatos inscritos e votem nos que prestam serviços à cidade e estão na legenda arenista.²³⁵

Durante o ato, um vereador com base eleitoral na localidade, Rubem Gamboa, havia antes feito um prelúdio ao apelo partidário e eleitoral que o governador faria logo depois em seu discurso:

“A ARENA é isto. Trabalho, realizações. Seriedade. Estamos respondendo com serviços públicos àqueles que apenas injuriam, detratam, mentem, caluniam, mostram estatísticas deformadas e procuram incutir no povo sentimento de revolta, anarquia e negativismo.”²³⁶

²³⁴ Pode-se levantar a hipótese de que a atribuição do nome do Presidente à época seja uma provável homenagem do prefeito Augusto Lucena ao mesmo pela sua decisão em ter feito o destombamento da Igreja dos Martírios em daquele ano.

²³⁵ **Diário de Pernambuco**, 06/11/1972, p. 5, 1º Caderno.

²³⁶ **Diário de Pernambuco**, *op. cit.*

Podemos entrever nestes dois pronunciamentos que, além da capitalização político-eleitoral do momento, os seus emissores salientam uma preocupação de se resguardarem das críticas que vinham sendo feitas ao projeto e a sua execução. As críticas tinham seus fundamentos, pois além de desapropriações indiscriminadas, seguidas de indenizações irrisórias, o planejamento e a construção do Viaduto da Av. Norte só se deteve para a própria construção do mesmo, sem esboçar algum tipo de planejamento ou intervenções que minimizassem ao máximo as perdas que comerciantes, moradores, proprietários e trabalhadores teriam com a obra. A consequência foi uma quase indiscriminada desvalorização dos imóveis na localidade, desfigurações urbanas que passaram a alterar drasticamente o cotidiano das pessoas, restrição das atividades econômicas e, conseqüentemente, uma diminuição nos postos de trabalho oferecidos pelos estabelecimentos comerciais e de serviços na localidade. Sobre esse conjunto de conseqüências, uma reportagem de Fernando Barreto, intitulada *Novo Viaduto causa problemas sociais à PMR*, nos traz um relato dos problemas que as pessoas da localidade passaram a viver com a construção do viaduto:

Na faixa de proprietários, uma artéria já pavimentada, foi transformada num beco sem saída. Casa de valor variado entre 60 e 140 mil cruzeiros tiveram seus preços de venda reduzidos, em função do desenvolvimento. Dois edifícios de apartamentos, que têm sua fachada para a Avenida Norte, darão vez a uma nova rua e seus preços de venda serão reduzidos, por apartamento, de mais de cem por cento. Os dois postos de serviço (Texaco e Petrobrás) praticamente deixaram de existir, pois desapareceram as vias de acesso para os mesmos. O prejuízo financeiro é incalculável. De uma equipe diuturna do Texaco, que desconhecia domingos e feriados, hoje, apenas, um vigia e portas cerradas. O Petrobrás pouco-a-pouco reduz o número de funcionários e ainda não cerrou suas portas em definitivo porque tem o suporte financeiro Country Club do Brasil²³⁷

Apesar de o repórter solicitar alguma atenção das autoridades para os problemas causados e a providência de possíveis soluções, a reação, pelo discurso que vimos acima, foi a de rechaçar toda e qualquer crítica à construção do viaduto e creditá-las, a partir de uma elevação do grau de maniqueísmo, àqueles críticos que estavam imbuídos de prestar um desserviço à cidade e, por conseguinte, colocavam-se contra o progresso e o desenvolvimento e as benfeitorias de que todos (o povo) seriam providos.

Isso significava que, assim como o show tinha de continuar, a construção da Av. Agamenon Magalhães, da mesma forma como a Av. Dantas Barreto ante a

²³⁷ **Diário de Pernambuco**, 10/09/1972, p. 12, 1º Caderno.

demolição ou não da Igreja dos Martírios, não deveria ser interrompida, e sim, custasse o que custasse, em nome do progresso, do desenvolvimento e da modernização, prosseguir e superar qualquer obstáculo. Os que surgissem deveriam ser removidos, e ignorados os efeitos de sua remoção.

Ao final da década de 1970, a Av. Agamenon Magalhães estava praticamente concluída, dotando o Recife de sua primeira perimetral e ligando a cidade de norte a sul. A sua conclusão foi obra do prefeito Antônio Farias (1975 a 1979), que na prática a concluiu com a construção do Elevado da Cabanga e com a construção de uma segunda ponte sobre o Rio Pina, juntando-se a uma outra já existente,²³⁸ que faria a ligação com a Av. Herculano Bandeira, situada no Pina, e dela com as avenidas Domingos Ferreira, Conselheiro Aguiar e Boa Viagem, no bairro de Boa Viagem.

Da gestão de Geraldo Magalhães à do prefeito Antônio Farias, o objetivo principal com a construção da Av. Agamenon Magalhães era dotar a cidade do Recife de um sistema viário que fosse capaz de viabilizar o deslocamento e que comportasse o fluxo de veículos pela cidade, evitando retenções, saturação de tráfego e morosidade no deslocamento. Tais propósitos estavam explícitos tanto no início da empreitada como no período em que se aproximava de sua conclusão, conforme trechos das reportagens sobre os objetivos da obra:

Com a conclusão dessa avenida, o Recife contará com a sua maior via de escoamento, desde que abrangerá o tráfego de todos os subúrbios. Desta forma, quem viajar de Afogados, por exemplo, para Olinda, não precisará passar pelo centro da Cidade, sem que, para tanto, tenha de cumprir um longo percurso. Também assim em relação a qualquer outro bairro, e vice-versa.²³⁹

Será uma continuação da Av. Saturnino de Brito, no Cabanga e da Av. Herculano Bandeira, do lado do Pina. Ela foi planejada de forma a ajustar-se ao plano funcional elaborado pela prefeitura, que antevê um grande fluxo de tráfego após a conclusão da Av. Agamenon Magalhães – complexo rodoviário urbano, que ligará o norte da cidade de Olinda ao extremo sul do Recife. Funcionará com mão única no sentido Cabanga-Pina, enquanto a ponte, com tráfego nos dois sentidos, ficará com mão única no sentido contrário.²⁴⁰

²³⁸ A ponte que já existia era a atual Ponte Gov. Agamenon Magalhães, que liga o bairro da Cabanga à Av. Eng. Antônio de Góis, no Pina. A ponte construída na gestão de Antônio Farias recebeu o nome de Ponte Gov. Paulo Guerra.

²³⁹ **Diário de Pernambuco**, de 09/04/1969, p. 9, 1º Caderno. O jornal se fundamentou em declarações do arquiteto Waldecy Pinto, à época assessor de Planejamento da Prefeitura.

²⁴⁰ **A Construção Norte Nordeste**, nº 50, jul. 1977, p. 22. Os propósitos apresentados na reportagem foram expressos pelo secretário de Obras da Prefeitura do Recife, eng. Gabriel Bacelar.

Ao final da sua gestão, dias antes de pedir exoneração²⁴¹ do cargo de prefeito e se desobrigar de passar o mesmo ao novo prefeito nomeado, Sr. Augusto Lucena,²⁴² o prefeito Geraldo Magalhães expôs durante quase 15 dias, na sede da prefeitura, uma maquete com toda a obra viária planejada para a Av. Agamenon Magalhães. Com essa atitude o prefeito pretendia marcar perante a cidade a sua figura como o homem público que naquele instante havia iniciado a modernização urbana do Recife e que se estenderia pelos próximos anos, outorgando aos futuros prefeitos um programa de intenções e projetos de modernização que deveria ser executado e que tinha a sua matriz em sua gestão.

Prefeitura expõe a maquete da Avenida Agamenon Magalhães

Está exposta no saguão da Prefeitura do Recife, desde ontem, a maquete da Avenida Agamenon Magalhães, cujas obras estão em andamento, desde que o Prefeito Geraldo Magalhães de Melo assumiu a chefia do Executivo recifense, porque se trata de obra prioritária: é a primeira perimetral do Recife.

Até 15 do corrente, O Prefeito do Recife pretende entregar ao público a pavimentação (...) no trecho compreendido entre Paissandu e Tacaruna.

Nesse trecho, também estão sendo realizadas as pistas de tráfego local e os jardins, além da implantação de luminárias a vapor de sódio.²⁴³

4. DISCURSO E PRÁTICAS MODERNIZANTES

No seu discurso de posse, Geraldo Magalhães havia enfatizado que a sua gestão à frente da Prefeitura do Recife iria privilegiar, principalmente, o desenvolvimento integrado, a assistência social, o paisagismo, sendo que a esses

²⁴¹ O Diário de Pernambuco, de 10/03/1971, informa que o prefeito teria pedido exoneração no dia anterior e passado o comando da municipalidade ao Vereador Aristóфанes Andrade, que teria passado o cargo no dia 05/04/1971 ao prefeito nomeado, Sr. Augusto Lucena. **Diário de Pernambuco**, de 10/03/1971 e 04e 05/04/1971.

²⁴² Desde a posse de Geraldo Magalhães, o ex-prefeito Augusto Lucena vinha, através da Câmara Municipal, onde exercia o mandato de vereador, e da imprensa, desenvolvendo atritos com esse prefeito sobre questões relacionadas às finanças da Prefeitura. O prefeito Geraldo Magalhães e seus colaboradores acusavam o ex-prefeito de ter deixado um volume muito grande de dívidas na Prefeitura, o que inviabilizava de imediato o programa de ações elaborado para a sua gestão. Em contra-ataque às críticas feitas a sua gestão, Augusto Lucena alegava que a administração de Geraldo Magalhães desconhecia o perfil e a dinâmica financeira que caracterizavam a administração pública, desqualificando a sua gerência e capacidade administrativa para gerir a cidade do Recife. Esse embate, no entanto, encobria outros pela disputa do poder municipal. O primeiro, tinha sido a insatisfação de Augusto Lucena em não ter sido reconduzido ao cargo de prefeito do Recife, sendo preterido por Geraldo Magalhães, integrante do grupo político comandado pelo então governador Nilo Coelho. O segundo embate foi à disputa pela sucessão que se daria em 1971, na qual Augusto Lucena desenvolveu, ao longo de 1969 a 1970, críticas e articulações contra a gestão de Geraldo Magalhães, conseguindo a preferência do governador Eraldo Gueiros, nomeado governador de Pernambuco para o período de 1971 a 1975, tendo sido por este indicado para suceder a Geraldo Magalhães no período de 1971 a 1975. Esses embates aparecem de forma clara nas páginas do Diário de Pernambuco, principalmente nos meses de fevereiro a maio de 1969, quando as questões sobre as finanças da Prefeitura colocam os grupos em choque em relação às acusações e respostas deferidas por ambos os grupos.

²⁴³ **Diário de Pernambuco**, de 03/03/1971, p. 3, 1º Caderno.

itens se juntava uma série de outros regularmente alinhavados nas elaborações para os planos de desenvolvimento da cidade.²⁴⁴ Dos três itens relacionados o prefeito só daria atenção, praticamente, ao desenvolvimento integrado, sob a perspectiva de obras viárias para a locomoção de automóveis particulares, e ao paisagismo, integrado às obras viárias. Nesse sentido, o projeto de construção da Av. Agamenon Magalhães era o primeiro passo para atingir os itens a serem de fato privilegiados. Para a sua execução, o poder municipal desde o começo de 1969 havia dado início à desapropriação de casebres e mocambos para a construção de ruas que facilitavam a ligação com a avenida projetada, como no caso de três imóveis desapropriados em Santo Amaro para dar passagem a Rua Frei Cassimiro.²⁴⁵ Em abril e maio do mesmo ano, a prefeitura desapropriou e demoliu 109 mocambos, pagando uma indenização total de NCr\$ (moeda da época) 70 mil aos seus proprietários.²⁴⁶ Para os moradores a indenização foi pequena ou quase irrisória²⁴⁷ e para os que continuaram a residir na localidade, conhecida como Chié, situada à época entre a fábrica da Tacaruna e o prédio ocupado pela atual Secretaria de Defesa Social, o destino foi serem empurrados cada vez mais para dentro da própria área, tendo que ocupar áreas cada vez mais alagadas e de mangues, e sobrepor moradias uma sobre as outras.²⁴⁸

As áreas desapropriadas foram destinadas à construção das duas faixas de tráfego da Av. Agamenon Magalhães, divididas pelo Canal Derby-Tacurana, e também reservadas para a construção de estacionamentos, instalação de equipamentos urbanos, construção de jardins, estabelecimento de empreendimentos prestadores de serviços aos seus usuários (postos de combustível) e a empreendimentos imobiliários.

Com esses mesmos objetivos, anos mais tarde, em 1977, o governador Moura Cavalcanti tentaria desapropriar uma área de 12.691 hectares, com cerca

²⁴⁴ **Diário de Pernambuco**, de 01/02/1969, p. 3, 1º Caderno.

²⁴⁵ **Diário de Pernambuco**, de 21/01/1969, p. 7, 1º Caderno.

²⁴⁶ BERNARDES, Denis, *op. cit.*, p. 82.

²⁴⁷ Para termos uma idéia do valor da indenização, tomando por base o valor do salário mínimo vigente em 1º/05/1969, de NCr\$ 156,00, ela equivalia a 4,12 salários mínimos, que à época era equivalente a 67,73 % do valor real do salário mínimo fixado pela primeira vez em 1940. Esses dados configuram uma indenização que mal dava para uma pessoa sobreviver quatro meses e muito irrisória para reconstituir qualquer tipo de moradia em alguma outra localidade.

²⁴⁸ Para um histórico e informes sobre a ocupação da Ilha do Chié, utilizamos o documento produzido pela Etapas, em parceria com a Associações Unidas da Ponte do Maduro, intitulado **Chié: uma história de luta**. Recife: Etapas, s/d, pp. 23-24. (Cadernos Conhecer Melhor, nº 3)

de 8.000 moradores, na Ilha de Joaneiro, vizinha à Ilha do Chié, com o objetivo de construir edifícios públicos e executar planos de urbanização. Cem famílias foram expulsas da localidade. As famílias restantes procuraram resistir e levaram o caso às barras da justiça para sustar a ação de desapropriação do governo. O juiz que concedeu ganho de causa aos moradores justificou da seguinte forma a sua decisão:

Não seria lógico que a pretexto de construção de suntuosos edifícios, belas avenidas ou agradáveis parques, sejam os desventurados da miséria tangidos para longe (...) com minguadas indenizações.²⁴⁹

Sem meias palavras, esse juiz exteriorizava para a sociedade os propósitos contidos no ideário da modernização executada através dos eufemismos de reurbanização e/ou planos de urbanização. Propósitos assumidos a partir de 1969, quando o autoritarismo bloqueou qualquer manifestação mais sistemática e organizada de oposição aos programas dos gestores do poder público e o questionamento aos interesses econômicos dos segmentos empresariais que deles eram aliados e lhes forneciam apoio político. Isso nós podemos depreender das justificativas alocadas por um órgão de imprensa representante do setor da construção civil para justificar projetos de urbanização na cidade, no caso aqui especificado, o da Ilha Joana Bezerra:

Para a prefeitura do Recife, a urbanização da ilha Joana Bezerra é importante pelo adequado aproveitamento que permitirá dos seus 120 ha, hoje uma zona alagadiça e empestada, onde existem cerca de 1.100 mocambos, e porque ela será cortada pela continuação da avenida Agamenon Magalhães até a avenida Sul.

O projeto prevê a completa transformação da área, que receberá residências de níveis médio e alto, centros comerciais, culturais, educacionais e de prestação de outros serviços, além de ambientes para lazer, esporte e recreação. A população atual de 7.575 habitantes será substituída por outra de 18.625 pessoas, que ocuparão 3.377 unidades residenciais.

A exemplo da outra proposta, esta também recomenda o adensamento da área, tendo em vista a alta taxa de uso dos equipamentos a serem implantados. A densidade bruta de ocupação da ilha Joana Bezerra se elevará dos atuais 63,12 habitantes/ha para 155,20 habitantes/ha e a área ocupada por construções, que no momento é de 5,5 ha passará para 14,43 ha, reservando-se 24,70 ha para logradouros e 80,87 ha para lazer.

A urbanização da velha e infecta ilha terá por outro lado repercussões sobre áreas vizinhas igualmente deterioradas, como os Coelhos e o Coque, que constituem, em conjunto, uma mancha negra a dois passos do centro do Recife.²⁵⁰

²⁴⁹ Sobre este fato, consultar MOURA, Alexandrina sobreira. **Terra do Mangue**: invasões urbanas no Recife. Recife: Ed. Massangana, 1990, p. 88.

²⁵⁰ **A Construção Norte Nordeste**, nº 16, set. 1974, pp. 10-14.

Esse discurso comporta em si todas presunções de um julgamento fundado em aparências e indícios do que é plausível para uma sociedade que premeditava caminhar em direção ao progresso, desqualificando ou denegrindo aqueles e as suas condições e modo de vidas que se apresentavam como entraves ao desenvolvimento concebido pela ótica desses sujeitos. O discurso também nos revela os interesses desses senhores: os planos de urbanização serviam antes de tudo para criar para eles oportunidades rentáveis de novos negócios dirigidos aos consumidores da classe média e alta com poder aquisitivo significativo. Daí esses senhores portarem um apoio quase irrestrito aos planejamentos e ações de caráter urbanístico do poder municipal,²⁵¹ justificando-o através de critérios técnicos e mercadológicos. Para tanto, faziam uso de um diagnóstico e linguagem repletos de tecnicidade e desprovidos de politização, julgando-se, assim, isentos das injunções políticas e ilógicas que atrofiavam a capacidade de autonomia e a escolha racional, o que lhes permitia velar os seus juízos de valor nas supostas críticas que externavam ao objeto/entrave à opção por aquilo que qualificavam como escolha racional. O uso desse tipo de discernimento já se pressupunha legitimado por julgar haver *a priori* um senso comum sobre a sua forma de avaliação e uma autoridade constituída que justificava o seu uso, forjadas a partir dos paradigmas da modernização, autorizando-os, sem constrangimentos, a empregar aparatos apreciativos de (des)qualificação quanto aos objetos/entraves.

A direção dada pela Prefeitura, desde a gestão de Geraldo Magalhães, constituiu-se num verdadeiro programa de favorecimento das novas oportunidades de negócios que esse discurso ideológico tanto enfatizava, pois quase de forma programática e sistemática se delineou para os próximos anos uma atuação do poder público em direção aos interesses relacionados acima. Isso é o que podemos depreender de um mapeamento da intervenção de seu governo no espaço urbano da cidade, conforme o QUADRO 05.

²⁵¹ Vale ressaltar que esta revista era financiada e dirigida aos empresários do setor da construção civil e por um conjunto de empresas ligadas a esse ramo de atividade econômica, servindo, assim, como órgão de análise dos seus negócios, informativo técnico, porta-voz dos interesses do segmento e articulador do mesmo.

QUADRO 05 – PRINCIPAIS INTERVENÇÕES DA POLÍTICA URBANÍSTICA DA GESTÃO DO PREFEITO GERALDO MAGALHÃES (1969 – 1970)

Ano	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
1969	Operação limpeza em terrenos baldios
1969	Inspeção sanitária de mercados públicos
1969	Projeto de transformação do Pátio de São Pedro em Centro de Turismo
1969	Aterro e construção do estacionamento do Cais de Santa Rita
1969	Início da urbanização da Rua da Aurora
1969	Duplicação da iluminação de algumas avenidas e praças
1969	Arborização de algumas avenidas e praças situadas em áreas nobres
1969	Pavimentação da Rua Antônio Falcão, ligando Boa Viagem à Imbiribeira
1969	Deliberação sobre novo desenho para as calçadas dos Recife
1969	Construção e inauguração de parque infantil na Rua da Aurora
1969	Construção e inauguração de obras de paisagismo na Praça do Derby
1970	Pavimentação de ruas centrais e de áreas nobres e sua iluminação
1970	Restauração das fundações do Teatro Santa Isabel
1970	Limpeza de galerias em diversos bairros do Recife
1970	Concorrência para novo trecho da Av. Agamenon Magalhães
1970	Restauração da ponte Duarte Coelho
1970	Alterações no trânsito na área em torno da Praça da Independência
1970	Construção do viaduto das Cinco Pontas
1970	Inauguração do Centro Pernambucano de Turismo do Recife (Pátio de São Pedro)
1970	Urbanização do Primeiro Jardim de Boa Viagem
1970	Construção do Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães
1970	Melhoramentos paisagísticos na Praça Sérgio Loreto
1970	Alargamento da Av. Domingos Ferreira
1970	Construção do viaduto sobre a Av. João de Barros
1969-1970	Construção e alargamento da Av. Agamenon Magalhães
1969-1970	Urbanização da Rua da Aurora, feita em convênio com a Sheel
1969-1970	Construção de estacionamentos (Rua da Aurora, Jardim de Boa Viagem, Av. Agamenon Magalhães)

Fonte: Diário de Pernambuco, abril de 1969 a dezembro de 1970.

Somem-se outras ações, como as tentativas de regulamentar as áreas de estacionamentos, concessão de incentivos fiscais para investimentos de empreendimentos urbanos (construção de edifício-garagem), programas de transformação das chamadas áreas problemas (o exemplo da Mustardinha e Brasília Teimosa) para a implantação de Centros Comuns, dotados de cinema, comércio, hotéis, clubes sociais e praças de desportos, retomada da tradicional política de “limpeza” da área central da cidade para combater o comércio ambulante, formulação de projetos de urbanização que não chegaram a ser concluídos, mas que proporcionaram o tratamento e a implantação de melhorias nas áreas para implantação de futuros negócios e edificações (caso do Cais do Apolo, onde a urbanização foi substituída posteriormente por estacionamentos, prédios públicos e agências bancárias).²⁵² Tratava-se, portanto, de empreitadas caracterizadas pelo que Denis Bernardes definiu como uma modernização

²⁵² Sobre as intervenções, planejamentos e rumos que tomaram consultar BERNARDES, Denis, *op. cit.*, pp.77-79.

marcada pela monumentalidade, em seu sentido de expressão edificadora, ou como bem define este historiador do Recife contemporâneo:

Há a considerar o aspecto político deste tipo de intervenção. Ele implicava a remodelação urbana – como expressão de objetivos governamentais que contemplavam a idéia de modernização – com todas as ambigüidades da expressão – que se inscreveria no que podemos chamar de monumentalidade, em seu sentido de expressão edificadora. Por outro lado, visava-se a abertura de novas oportunidades de investimentos pela oferta de novos espaços, potencialmente privilegiados para as incorporadoras, mas que haviam sido ocupados pela população de menor renda.²⁵³

Os limites dessa intervenção seriam dados por resistências da população residente nas áreas a serem atingidas, aspectos que trataremos nos capítulos seguintes, e seriam, também, objetos de perda de legitimidade política no desenrolar de acontecimentos que evidenciariam que a gestão municipal, associadas às gestões estadual e federal, tinha a sua preocupação e atuação dirigidas para esses empreendimentos e que tratava de forma superficial e até maquiava os problemas estruturais da cidade. Era o caso das enchentes periódicas da cidade, resultantes de um processo de urbanização e crescimento urbano que atrofiou e espremeu cada vez mais os cursos dos rios, com seus aterros indiscriminados, que atravessavam a cidade, sem que esta fosse dotada de um sistema de canais, galerias, comportas, perenização dos rios na área urbana para regularizar e disciplinar o avanço das águas nas épocas de maior precipitação pluviométrica e de enchentes em sua cabeceira e ao longo de seus rios tributários.

Essas condições para desencadear enchentes no Recife já eram bastante conhecidas, a ponto de elas já poderem constituir uma lei a partir da qual se poderia fazer uma previsibilidade do que viria acontecer quando as condições dadas se alinhassem.

Os que habitam as suas margens acostumam-se a ver, descendo a correnteza, bichos mortos e destroços: chuvas pesadas nas cabeceiras ou em um ponto qualquer do seu percurso. Além disso, sabem todos - e as últimas notícias só fazem confirmar - a ameaça que esse rio, decorativo e pacífico, constitui para o Recife. Nas cheias temporárias e cujas proporções avultaram no último decênio, de modo que as zonas seguras diminuem e crescem os danos, prevendo-se inclusive uma inundação que reduzirá a capital a lama (e não se veja, nisso, puro acaso ou uma fatalidade natural), traz o Capibaribe, desconjuntados, os mundos que percorre. Plantação, gado pesado e leve, de couro e de pena, habitação - o madeirame e o acervo doméstico -, gente, o que

²⁵³ Idem, p. 79.

não vem nesse dilúvio?, e pode mesmo engrossar as águas da cheia, anônimo, com suas baronesas e peixes, um açude solto.²⁵⁴

As providências para conter as enchentes por parte do poder público eram esporádicas e/ou de caráter emergencial, como a construção e limpeza de galerias nos bairros da cidade no mês de maio, como os realizados no ano de 1970, às vésperas do período de maior precipitação pluviométrica sobre a cidade.²⁵⁵ Foi o caso das enchentes de julho e agosto de 1970, que se iniciaram na região metropolitana invadindo conjuntos residenciais e vilas populares e chegaram ao Recife, acompanhadas de fortes chuvas que promoveram desabamentos nos morros da cidade, provocando logo de início o soterramento de duas pessoas. Nesse caso, combinado com a falta de galerias, ausência de serviços de manutenção nas existentes e obras de contenção dos morros, a precipitação pluviométrica se tornava uma verdadeira armadilha e promovia sessões de suspense e expectativas de terror para os moradores dos morros ante a possibilidade quase certa de desabamentos.²⁵⁶

Provocadas por uma grande vazão do Rio Capibaribe e seus afluentes, as águas da enchente de julho invadiram toda a Av. Caxangá, transformando-a num quase rio, inundaram o bairro da Cidade Universitária, interditaram pontes do Recife, a Av. Perimetral e isolaram bairros como Benfica, Coque e Boa Vista, chegando as águas da enchente a atingir um elevação entre 1 e 1,5 metros de altura, deixando um saldo de quase 61 pessoas mortas no Recife e região metropolitana. Na segunda semana de agosto daquele ano, mês em que normalmente se desfazia o perigo de enchentes, as águas do rio, agora através do Rio Beberibe, voltavam a inundar a cidade.²⁵⁷

A grande contradição em relação a esses fatos é que uma semana antes da primeira enchente, o Diário de Pernambuco noticiou o drama de falta e escassez de água encanada nos principais bairros da cidade (Boa Vista, Casa Amarela, Torre, Madalena, Cordeiro, Boa Viagem, Prado etc.).²⁵⁸ Mais de cinco meses após a enchente, a escassez de água ainda era um problema que atormentava a população da cidade e com tendência a se agravar, tanto que em 6 de janeiro de

²⁵⁴ LINS, Osman, *op. cit.*, pp. 161-162.

²⁵⁵ **Diário de Pernambuco**, de 01/05/1970, p. 3, 1º Caderno.

²⁵⁶ **Diário de Pernambuco**, de 21/07/1970, p. 3, 1º Caderno.

²⁵⁷ **Diário de Pernambuco**, de 21 e 22/07/1970 e 02 e 12/08/1970, diversas notícias nestas edições.

²⁵⁸ **Diário de Pernambuco**, de 15/07/1970, p. 2, 2º Caderno.

1971 o Diário de Pernambuco assim noticiava uma nova crise no abastecimento de água na cidade:

Falta d'água tende cada vez mais a se agravar no Recife

A falta d'água no Recife será cada vez maior. Os cinco mananciais que abastecem a capital, totalizando 205.900 metros cúbicos diários, por terem sido construídos há mais de 50 anos, não atendem mais à demanda populacional. O SANER confessa na ter condições financeiras para resolver o problema. Proclama, inclusive que a abertura de poços artesanais é apenas um paliativo para atenuar a crise em locais onde a falta d'água assume aspecto de calamidade pública.²⁵⁹

A ausência de investimentos e de uma política efetiva para solucionar os problemas da falta de água e das enchentes no Recife demonstrava a pertinência e a prioridade dada pela gestão municipal, estadual e federal para as grandes obras viárias, aos empreendimentos de urbanização, às políticas de embelezamento paisagístico e de logradouros de laser e a instalação de equipamentos urbanos adequados aos interesses sociais de maior poder aquisitivo, relegando ou no máximo maquiando as soluções para os problemas estruturais da cidade.

A solução oferecida pelas autoridades para os problemas das enchentes e da escassez de água encanada no Recife seria a construção de uma barragem e de um sistema de abastecimento de água no Rio Tapacurá, um dos afluentes do Capibaribe. O anúncio e a construção do Sistema de Tapacurá, como todas as grandes obras do período,²⁶⁰ passou a representar para as autoridades de plantão uma solução eficaz, moderna e de empreendedora magnitude para a resolução definitiva desses dois problemas que afligiam a cidade. A revista *A Construção Norte Nordeste* compartilhava à época do ideário das autoridades ao relatar numa reportagem, intitulada *Sistema de Tapacurá protege Recife das enchentes*, as qualidades e propósitos da obra, que para um leitor entusiasta com as empreitadas do “Brasil Grande”, da primeira metade da década de 1970, não deixaria dúvida quanto à possibilidade concreta de soluções dos problemas que afligiam a cidade.

O Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS, órgão do Ministério do Interior, concluiu recentemente as obras do sistema de barragens do Tapacurá, em São Lourenço da Mata, Pernambuco, área de jurisdição do seu 6º Distrito Federal de Obras e Saneamento.

²⁵⁹ **Diário de Pernambuco**, de 06/01/1971, p. 3, 1º Caderno.

²⁶⁰ De 1972 até o primeiro semestre de 1975, volta e meia o Diário de Pernambuco apresentava notícias e anúncios oficiais sobre a obra.

Tais obras fazem parte do plano para o aproveitamento integrado do vale do rio Capibaribe, abrangendo obras nas partes superior, média e inferior da bacia. A primeira fase do plano consiste na construção de barragens de acumulação dos rios Tapacurá e Goitá, ambos pertencentes à bacia inferior do rio Capibaribe e afluentes da margem direita, as quais, com as obras de canalização e endicamento no Recife, irão proteger eficazmente a capital pernambucana das enchentes catastróficas que a têm assolado com frequência. O sistema de barragens permitirá a ampliação do abastecimento de água (serão fornecidos cerca de 260 milhões de litros por dia, ou seja, o dobro do que é fornecido atualmente), o incremento da piscicultura, atividade de real interesse para a indústria da pesca, e a irrigação de várzeas. Tornará possível também o eventual aproveitamento hidrelétrico do potencial energético de rios que integram a bacia do Capibaribe.²⁶¹

Anos mais tarde, em 1975, a solução oferecida se mostrou ineficaz para a resolução dos problemas, pelo menos para o das enchentes. Foi nesse ano que o Recife foi atingido pela maior enchente de sua história.

Essa enchente atingiu o Recife na noite do dia 17 de julho de 1975 e inundou praticamente toda a planície aluviônica no entorno do Rio Capibaribe, deixando um saldo de 96 mortes e cerca de 10 mil desabrigados, só nas primeiras horas da cheia. Além disso, a enchente trouxe problemas de surtos epidêmicos (tifo) e do perigo da mordedura de cobras, que chegavam a cidade em grande quantidade com a correnteza das águas vindas do interior. Outros problemas foram os constantes blecautes em muitos bairros da cidade, a interdição das rodovias que davam acesso à cidade, o perigo de deslizamento de morros e áreas ribeirinhas e a ameaça de destruição de vias e pontes essenciais para a circulação no interior da cidade. Na prática, o Recife não só ficou isolado por alguns dias do resto do país como, também, internamente, áreas e bairros da cidade ficaram ilhados e isolados do resto da cidade, dificultando a comunicação entre os indivíduos e a tomada de providências e assistência para com os ilhados e desabrigados. Foi através do rádio, principalmente, o radinho de pilha, que a cidade, na prática, comunicou-se entre si e pode amenizar e solucionar alguns problemas.²⁶²

A enchente de 1975, além de sua dimensão trágica, teve como desdobramento, também, o de desmistificar todo um discurso fundado numa razão técnica e administrativa, com toda a sua eficiência e eficácia aludida aos quatro ventos, de que os planejamentos e as empreitadas obreiras, como a

²⁶¹ **A Construção Norte Nordeste**, nº 2, jan./fev. 1973, pp. 11-12.

²⁶² Sobre estes tópicos, consultar as reportagens do **Diário de Pernambuco**, entre os dias 18 e 22 de julho de 1975.

construção da barragem de Tápacura, eram suficiente para solucionar um problema secular na cidade do Recife: o da enchente. A enchente de 1975 mostrou o contrário, pois a barragem construída não foi o suficiente para impedir a maior cheia que a cidade assistiu em sua história e, ao mesmo tempo, criou uma descrença na população quanto aos méritos técnicos, administrativos e de planejamento das autoridades encasteladas no aparelho de Estado e em relação a sua tecnocracia.

A desconfiança foi explicitada em 21 de julho de 1975, menos de uma semana depois da grande enchente, quando correu pela cidade um boato de que a barragem de Tápacura havia estourado e que toda a cidade seria inundada pelas águas represadas na barragem. A consequência do boato foi à instalação de um pânico entre a população, principalmente, entre os que se encontravam na área central do Recife, com um corre-corre desesperado dos transeuntes querendo de alguma forma se dirigir as suas residências ou procurar um abrigo seguro.

A resposta do governo foi dizer que o boato fazia parte de um sinistro plano terrorista e sair à caça dos supostos responsáveis. Mais uma vez, como já era tradicional na história do Brasil, as forças ocultas eram convocadas para eximir as autoridades de suas responsabilidades pelos fatos trágicos que ocorriam na sociedade e procurar isentar as suas políticas estatais da responsabilidade pelo que acontecia.²⁶³

Essa enchente e tantas outras enchentes da cidade mais uma vez serviram aos noticiários da TV com imagens e dramas, e, na melhor das hipóteses, como fatos que promoviam um exercício em que a fatalidade não podia ser tão constantemente repetitiva se outras razões se interpusessem para volta e meia se fazer de novo presente. O que Maria de França faz após assistir mais uma vez a uma outra enchente na cidade: busca razões e processos que permitem o retorno cíclico das enchentes e descarta o acaso, o contingente, como se as enchentes fossem algo que podia ocorrer ou não ocorrer, o incerto, e não atribuído à responsabilidade e omissões dos homens.

Sim, lado a lado com a miuçalha das ruas, com os destroços que rolam no Capibaribe com a invasão do Recife pelas águas, peixes vivos e mortos entrando pelas janelas, cobras enrodilhadas nas cornijas, carros virados nas

²⁶³ Sobre o boato, consultar: **Diário de Pernambuco**, de 06/01/1971, p. 6, 1º Caderno.

copas das árvores, as coisas arrancadas dos lugares e vogando nesse caudal barrento que cheira a rato podre, tudo semelhante às imagens estampadas nos jornais e surgidas estes últimos dias na TV, perpassa a certa altura do livro de Julia Marquezim Enone um ser disforme e enorme, um açude. Tenta Maria de França precisar, na desordem da cheia, o difuso contorno desse reservatório perdido. O motivo, lançado como por acaso, mais de uma vez retomado e nunca desenvolvido de maneira sistemática, como se a imponência da imagem repudiasse ampliações, transcende o tema da riqueza dispersa e incita ainda um comentário.²⁶⁴



Fig. 21. Vista área da enchente de 1975.
Fonte: **Diário de Pernambuco**, de 18/07/1975, p. 1, 1º Caderno.



Fig. 22. Transeuntes em pânico com o boato do rompimento de Tápacura.
Fonte: **Diário de Pernambuco**, de 22/07/1975, p. 6, 1º Caderno.

Esse e outros dramas urbanos só eram objeto de atenção das políticas estatais nos momentos em que eles passavam à categoria de tragédias. Isso porque as empreitadas preferenciais das esferas públicas sempre estiveram orientadas, no período em foco, para as grandes obras viárias e todas as outras que a elas se articulavam, direta ou indiretamente, e aos interesses que as orientavam.

Iniciada na gestão de Geraldo Magalhães, essa política urbana teve continuação, de forma efetiva, no governo do prefeito Augusto Lucena. Como vimos no capítulo anterior, este prefeito deu prosseguimento à mesma com a implantação do sistema de iluminação a vapor de mercúrio das principais avenidas e ruas do Recife, com ampliação e reforma da Praça da Independência,

²⁶⁴ LINS, Osman, *op. cit.*, p. 162.

urbanização da Praça de Boa Viagem, desapropriação de mocambos para construção do estacionamento periférico da Ilha Joana Bezerra, alargamento da Av. Sul, melhoramentos na Av. Domingos Ferreira, conclusão da Av. Conselheiro Aguiar, ambas em Boa Viagem, pavimentação da Av. Dois Unidos, ligando a Zona Norte à BR 101, construção da Praça da Convenção e dos Jardins do Cais de Santa Rita.

Todas as obras estavam localizadas em eixos e corredores viários com o objetivo de tornar agradável o tráfego de veículos particulares e possibilitar o seu uso nos horários noturnos, bem como o de constituir logradouros apropriados ao lazer e ao estabelecimento de oportunidades de negócios dirigidos aos segmentos sociais mais abastados da cidade. E, seguindo a orientação de planos urbanísticos para as áreas problemas, a elaboração de projetos, através da Empresa URB-Recife, em sua gestão, tinham como propósito uma urbanização que pretendia “humanizar” as áreas consideradas como redutos de miséria, casebres, prostituição e promiscuidade incrustadas ou no entorno da área central e de bairros nobres da cidade. Era o caso dos projetos de urbanização para Brasília Teimosa (Pina), Ilha Joana Bezerra (São José), Lagoa do Araçá (Imbiribeira) e Ilha de São Simão (Boa Viagem).²⁶⁵ Todos voltados para atender aos interesses aventados no documento que acima transcrevemos e da análise que dele procedemos.

Esse conjunto de intervenções urbanas na cidade do Recife alterava profundamente o seu espaço e era realizada à margem do conhecimento e dos interesses da maioria da população, que não participava da discussão, formulação, deliberação e execução, mas sobre a qual recaíam as conseqüências das investidas obreiras que tinham por finalidade preparar ou dar suporte à execução das obras de urbanização sob o primado da modernização.

É por isso que para a protagonista Ana não há porque tomar conhecimento de qualquer obra ou construção, pois ela já sabe de antemão que as mesmas expressam uma operação que querem lhe impor uma outra situação na qual a administração e a técnica procuram gerenciar racionalmente a sua consciência e dirigi-la para o âmbito da sociedade de consumo, expropriando a sua essência e

²⁶⁵ Sobre estes projetos urbanísticos, utilizamos como fonte a revista **A Construção Norte Nordeste**, nº 16, set. 1974, pp. 10-14 e outros subsídios e análises de BERNARDES, Denis, *op. cit.* pp. 90-91.

tornando-a utilitária à produção e reprodução do capital, através da instituição de um outro modo de fluir o tempo que busca controlar de forma eficaz e dirigir o tempo do deslocar, do fazer uso, do criar algo e do existir dos indivíduos e de suas identidades afetivo-emocionais para o âmbito da sociedade de consumo.

Para Ana, em outros tempos as coisas do mundo lhe faziam sentido e lhe podiam trazer alguma consciência sobre o mundo e sobre sua própria existência. Ela sabia que as coisas resultavam das necessidades de seus afazeres e da necessidade dos que lhe eram próximos. Já nos tempos da sociedade industrial e do consumo, as obras ou construções lhes são externas e dela só lhe exigem a alienação da sua força de trabalho para a sua produção, sem que ela saiba para que fim se destina cada artefato que produz. Ela só sabe, que, em nome do progresso, os discursos lhe exigem a subordinação real e o seu disciplinamento à lógica do capital. Assim sendo, tomando consciência da dimensão que lhe subordina a sua condição de *ser* para coisificá-la, ela recusa a empatia e, como numa insurgência, escapa ao processo que busca premeditar uma existência independente do seu poder e antagônica aos seus interesses.

Qualquer obra ou construção — bordado, casa, família, poema — ensina um pouco sobre o modo como passa o tempo. Por isto Ana recusa todo compromisso regular, fugindo sempre das circunstâncias que façam algo crescer de suas mãos. As coisas de que se apossa e que, de nenhum modo, ajudou a produzir, talvez não lhe pareçam trazer a marca do tempo.

É inclusive a marca do tempo de épocas passadas que as obras viárias e toda a sua carga de empreendimentos e objetivos que visa contemplar quer diluir. As obras viárias podem ser entendidas como meras ações governamentais associadas aos interesses do capitalismo ou ainda serem objetos de uma análise que pode nos revelar as relações distorcidas, desiguais e subordinadas do trabalho para com o capital. Elas são os indícios de um processo mais amplo no qual a administração e a técnica procuram anexar cada vez mais o mundo vivido aos seus imperativos funcionais e utilitaristas, reduzindo o ser a uma coisa, objeto ou a algo medido pelo valor material que pode desfrutar no mercado. Assim sendo, essa empreitada mais ampla procura situar o homem no mesmo nível dos objetos e engrenagens do funcionamento da maquinária social e capacitá-lo a viver numa sociedade fundada numa estrutura industrial e em uma produção maciça de mercadorias. Para tanto essa empreitada formula e coloca em ação o ideário de fazer com que o sujeito tenha necessidade de virar as costas para o

passado, de que se aperceba de que os despojos da história devem ser atribuídos ao vencedor para que estes empreendam intervenções em nome do progresso e que nutram para com os mesmos uma empatia.²⁶⁶

As rupturas, as alterações, as deformações e as modelações no espaço desempenharam, também, a função de móbil para que o sujeito se aperceba da história de uma época como a do progresso, algo necessariamente desejável ou benigno para a sociedade e os homens. O espaço produzido pelas obras viárias passa a ser, também, um paisagismo que organiza no espaço uma paisagem para o seu maior aproveitamento e fruição, orientados pelo caráter utilitarista ditados pela lógica do mercado e da sociedade de consumo. Nesse espaço se fomenta a emergência de um homem urbano marcado por identidades descentradas, múltiplas, fragmentadas e contingentes, divorciado da matriz de sua experiência histórica, dos fundamentos de composição de sua identidade afetivo-emocional e dos despojos históricos que procuravam se conservar em sua memória. Ou seja, a nova organização do espaço urbano e de sua periferia permitia fragmentar, desmemorizar e desreferencializar o indivíduo.

A última grande obra viária, iniciada no final do período que estamos enfocando, apontava para construção de condições que viabilizariam o que colocamos acima. Tratava-se do Contorno Rodoviário do Recife, uma obra empreendida pelo governo federal e que tinha por objetivo desafogar o tráfego de veículos utilitários, de passeio e de carga que tinham, quase que obrigatoriamente, que transitar pelas avenidas e ruas do Recife para seguir em direção às regiões de Pernambuco e aos estados vizinhos, devido à ausência de auto-estradas e anéis viários que interligassem as estradas estaduais e federais que circundavam e atravessavam a periferia do Recife e cidades vizinhas, separando assim o tráfego urbano do rodoviário.

As obras do Contorno Rodoviário do Recife foram iniciadas em julho de 1975 e, já em julho de 1980, era inaugurado um subtrecho de 30,5 km, entre Prazeres, distrito de Jaboatão, e a cidade de Abreu e Lima, na Região Metropolitana do Recife.²⁶⁷ A construção de outros trechos e obras de artes prosseguiram até o final da década de 1980, quando foram concluídos quase 80% do que havia sido

²⁶⁶ Sobre estas colocações, ver BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história, in **Magia e técnica, arte e política**, *op. cit.*, pp. 224-226.

²⁶⁷ **A Construção Norte Nordeste**, nº 85, jun. 1980, pp. 25-28.

planejado. Esse contorno era composto de uma auto-estrada de 60,5 km, estendendo-se da cidade de Abreu e Lima, situada no litoral norte do estado, até Prazeres, distrito de Jaboatão, litoral sul de Pernambuco, composta por duas vias de tráfego, cada uma com 7 metros de largura, separadas por um canteiro central, assistido por vias paralelas de ligação às principais avenidas do Recife e cidades vizinhas. Compunham o projeto, também, pistas paralelas, anéis viários, terminais rodoviários, cerca de 17 obras de arte (duas pontes e quinze viadutos), obras de terraplanagem e de pavimentação de estradas existentes e um conjunto de obras de drenagem (valas, dutos e bueiros).²⁶⁸

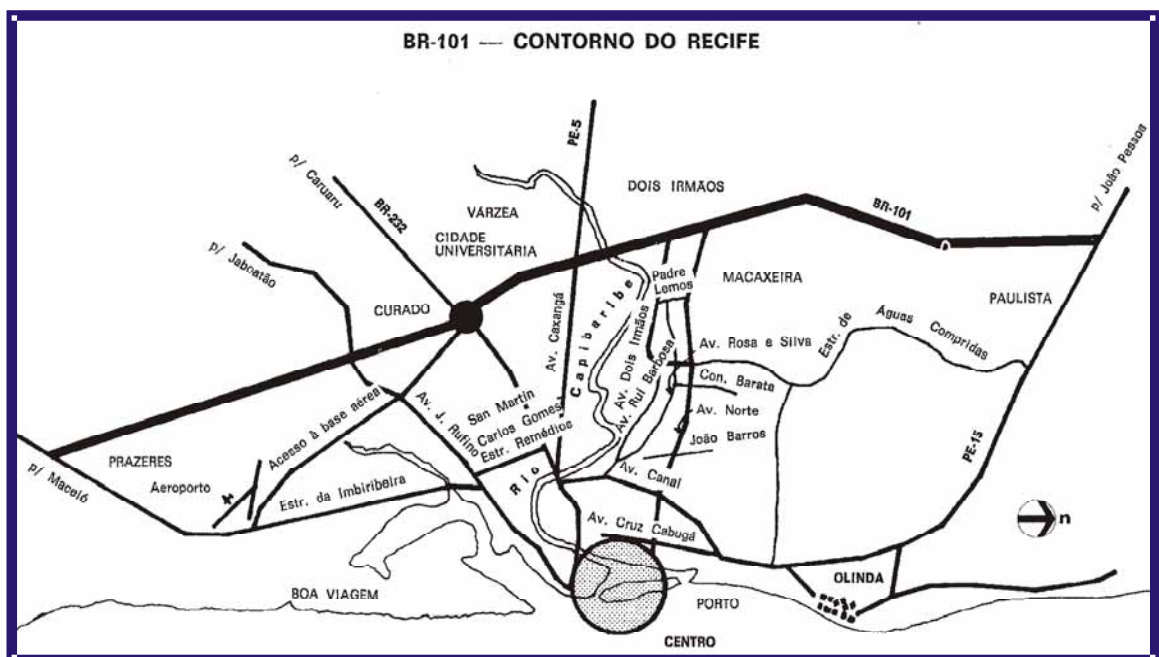


Fig. 23. Traçado do Contorno Viário do Recife.
Fonte: **A Construção Norte Nordeste**, nº 38, mai. 1976, p. 16.

O Contorno Rodoviário do Recife atendia, desta forma, às demandas por um circuito mais racional, eficaz e rápido para o escoamento de mercadorias oriundas do interior do estado para o porto do Recife e seus depósitos localizados nas suas perimetrais, o deslocamento dos veículos em trânsito pelo estado para rodovias fora da área urbana, o acesso rápido dos automóveis particulares às praias do litoral e cidades turísticas e o deslocamento territorial eficaz entre logradouros do Recife e para com as cidades da região.

O Contorno Rodoviário do Recife e as outras obras viárias da cidade fizeram o curso do tempo ou seu modo de fluir se diferenciar do que até então os indivíduos tinham como noção de tempo. A nova noção de tempo privilegiava o

²⁶⁸ **A Construção Norte Nordeste**, nº 20, jan. 1975, p. 26.

seu controle de forma organizada, lógica e sistemática para a maximização do seu uso, buscando minimizar o tempo de deslocamento e otimizá-lo em proveito da racionalização e organização da produção e circulação da mercadoria. A possibilidade de reter o tempo e dele usufruir se tornava cada vez menos possível. Algo similar a isso só a imobilidade instituída do tempo como aos que não aceitam a nova forma de fluir o tempo. Isto é, para aqueles que fogem de entender o curso inexorável do tempo, só restava impor-lhes um tempo imóvel que os fizessem sentir o tempo como algo lento que nunca passa, algo que satura sua ansiedade por outra qualquer forma de fluir, algo temporalmente prolongado que suscite o desejo do passageiro, algo no qual os objetivos se diluem até se perderem os seus significados e sentidos. Assim sobre Ana se instituiu uma coerção e atomização que coloca diante dela só a opção da nova forma de fluir o tempo:

Fuga impossível. Luta inglória. Ana da Grécia foge de entender o curso inexorável do tempo e é atirada nas prisões, para sentir nessa imobilidade o viajar do tempo e então desesperar: este o castigo seu. Mas acaso não ama de algum modo os interiores dos presídios exatamente porque a imutável nudez aí reinante simula a eternidade e volta o dorso ao tempo? Neste caso, por que foge? Teria sempre fugido no momento em que, em alguma oliveira vicejando no pátio ou no modo como o vento passava a soprar nas muralhas, pressentia o perigo de entender?²⁶⁹

Em Ana se entranha, também, uma nova percepção do espaço através das paisagens viárias. Percorrendo-a, por meio de novos maquinários de locomoção em auto-estradas e avenidas, ela obtém a consciência da cisão para com outros espaços. Algo que o sistema viário implantado no Recife, na década de 1970, possibilitou foi o de extinguir as fronteiras e anular a distância entre os espaços urbanos e rurais, entre a grande cidade e a pequena localidade, entre uma vida cotidiana ainda marcada pela solidariedade e aquela marcada pelos valores materiais e utilitaristas da sociedade de consumo.

O Recife estava se ligando às cidades vizinhas e com elas formando um novo conjunto urbano. A partir de suas obras viárias e daquelas que a ligavam às cidades em seu entorno, todo um conjunto de pequenas, médias e grandes cidades passaram a formar, a partir da década de 1970 e pela década de 1980 adentro, um único complexo urbano ou metropolitano, numa rápida urbanização que fez com que cidades vizinhas, ou um município e seus subúrbios,

²⁶⁹ LINS, Osman, *op. cit.*, p. 204.

aumentassem de tamanho e, em conseqüência, formassem um só conjunto, compondo um processo que os geógrafos chamam de conurbação, tendo por núcleo central o Recife.

O significado dessa conurbação foi o de forjar cidades onde a vida de seus habitantes se esvaía para o isolamento e definhavam as mediações que podiam estabelecer entre si, como bem observa Osman Lins ao comentar a perda de importância dos cinemas das pequenas cidades do interior como ponto de encontro das pessoas.

De qualquer modo, atravessar, hoje em dia, uma pequena cidade do interior à noite, é uma verdadeira experiência angustiante. Ruas desertas. Os expectadores de TV, isolados em alvéolos, perderam o gosto e as oportunidades de encontro.²⁷⁰

Nem o mundo do interior, aquele espaço rural onde ainda se poderia achar que o tempo podia passar, não conseguia mais se desvincular da concepção de tempo e espaço que emergia. Eis, portanto, a razão da ojeriza de Ana pelo rural, pois neste espaço conurbado ela já não pode mais portar uma consciência de que o tempo pode passar. A sua nova consciência é a de que o tempo não passa, ele simplesmente agora se desloca em ritmos e frações devidamente regulados. Ana e talvez tantos outros indivíduos foram tragados para uma nova condição de vida na qual até o passado, os espaços e os tempos de épocas anteriores eram agora estranhos a si e descobrem que já são e precisam ser uma outra espécie: o *Homo sapiens sapiens urbanus*.

Preferia as cidades. Não tanto porque aí se acumulem riquezas e ambições, favorecendo a rapinagem. Não. Porque nas cidades ela sente menos o evoluir das estações. Só vê o campo quando em trânsito – entre uma cidade e outra – e odeia os instrumentos agrícolas. Tinha a ilusão de que o tempo, emigrando de Creta, fazia servilmente o seu mesmo itinerário? Consta que só por acaso se via nos espelhos e mal sabia como era o próprio rosto. Principalmente, não guardava nada dos rostos que perdera. Assim, sempre tinha o direito de supor que esta jovem parada numa praça ou esta que passava num trem em movimento, olhos abertos por trás da vidraça, eram ela própria e o tempo que volvia. O que, portanto, legitimava esta dúvida: "O tempo passava?"²⁷¹

Ser e ter consciência de que é um *Homo sapiens sapiens urbánus* é para ela a forma que pode adquirir para analisar, criticar e se insurgir contra os estados de coisas que buscam deserdá-la e coisificá-la, pois a cidade não é mais entendida como uma fantasmagoria que produz uma impressão de que ela era outrora um objeto inanimado dotado de autonomia e autoconsciência que modela e organiza

²⁷⁰ LINS, Osman. **Evangelho na taba**: outros problemas inculturais brasileiros, *op. cit.*, p. 104.

²⁷¹ LINS, Osman. **A rainha dos cárceres da Grécia**, *op. cit.*, pp. 203-204.

a vida de seus indivíduos. A cidade é história e a história não é uma imagem eterna do passado, não é um tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras” que cabe aos seus sujeitos fazer explodir do *continuum* da história.²⁷²

É interessante notar que Osman Lins talvez seja um dos primeiros escritores brasileiros a dar à cidade um tratamento que recusa o fácil populismo de retratá-la a partir de uma relação embutida de uma empatia incomensurável para com a sociedade rural e patriarcal brasileira. Também, o escritor não se dispõe a tráfegar pelas variáveis do politicamente correto que apresentam argumentações com uma suposta verossimilhança na realidade urbana, mas que se utilizam de uma crítica mitigada que estão dirigidas para legitimação de direções políticas de grupos sociais em disputa por espaço na política de Estado. Osman Lins faz da cidade uma experiência histórica única, que através de Julia Marquezim Enone, Maria de França, Ana e de um narrador não nomeado, apresentam, desvelam, analisam, criticam e constroem projetos de uma cidade condizente com os interesses daqueles que até então são os deserdados na fase da modernização ditada pela lógica da internalização da produção capitalista e da instituição e consolidação da sociedade de consumo no país.

Uma lógica e um processo que reproduziram antigos e criou novos cárceres e celeiros no interior de cada cidade brasileira, expressando cada vez mais o significado do novo curso da história urbana no Brasil e, em especial, na cidade do Recife.

²⁷² BENJAMIN, Walter, *op. cit.*, pp. 229-231.

CAPÍTULO III

OS CÁRCERES DE UMA CIDADE

Essa pirâmide, esta pirâmide que é a geometria dramática do Estado social: No vértice, o Poder. Embaixo, as bases. Depois os labirintos intrincados das mediações classistas. Tudo isto no teatro. Pois sim, a cidade e a selva. Brasília é o Eldorado, aquilo que os espanhóis e outros visionários perseguiam. Você tem fome? Ele pergunta se você tem fome, você olha pra câmera e diz: “Tenho”.

(Fala de Glauber Rocha, no filme *Idade da Terra*, de Glauber Rocha)

Das razões que levaram a economia modernizante do “milagre econômico” ou do “Brasil Grande Potência” a forjar uma nova fisionomia do trabalho no país e na cidade do Recife, marcada por uma exacerbação e intensificação na exploração da força de trabalho das classes subalternas, mesmo se sabendo que à época se diversificavam as atividades econômicas e os postos de trabalho. Mas que tais ganhos foram dirigidos preferencialmente para uma faixa da sociedade e aos demais restou viverem cada dia como se fosse o penúltimo de suas vidas, habitando espaços para os quais foram removidos e neles depositados como coisas e a viver um mundo do trabalho no qual a tradicional ideologia de que o labor dignifica, enobrece e agrega virtudes e méritos ao homem foram cedendo lugar a uma apreensão de uma realidade na qual o trabalho era mais um insulto e uma detração para com a dignidade humana, diluindo os encantos populistas da vida simples e comedida dos que integravam a entidade classes populares.

1. FISIONOMIA DAS FAINAS DA ECONOMIA MODERNIZANTE

Nos áureos anos do ufanismo do “milagre econômico”, a classe média brasileira passou a ganhar um lugar ao sol quanto às possibilidades de obter postos de trabalhos que atendiam as suas ambições de meritocracia e *status* social. A ocasião se assentava num desenvolvimento econômico que viabilizou para os setores médios oportunidades de empregos com o incremento e surgimento de novas atividades de produção, de serviços, de comércio, de planejamento e de administração, criando oportunidades de funções gerenciais, administrativas, financeiras, técnicas, tecnológicas, mercadológicas e tantas outras exigidas pelo desenvolvimento do setor produtivo, de serviços, de comércio e de finanças, dirigidos pela internalização da produção capitalista da indústria de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos), de bens intermediários (aço, cimento, fertilizantes, insumos) e da construção civil voltadas para obras de infra-estrutura.

Alguns indicadores do período de 1969 a 1976 permitem avaliar como foi extremamente significativa essa internalização da produção. Comparando o ano de 1976 com o de 1964, temos os seguintes dados: a potência instalada para a geração de energia elétrica se expandiu de 6.840.000 megawatts para 20.827.000;²⁷³ a produção de cimento pulou de 5,4 para 19 milhões de toneladas;²⁷⁴ a produção de veículos automotores cresceu de 183.707 para 986.611, sendo que só a produção de automóveis de passeios variou de 104.710 para 765.291 unidades²⁷⁵; a produção de papel saltou de cerca de 0,65 para pouco mais 2 milhões de toneladas²⁷⁶; a produção siderúrgica se elevou de 1.945.605 milhões de toneladas, em 1968, para uma produção de 6 934 363 toneladas, em 1976, incluindo aí uma expansão da diversificação na produção

²⁷³ Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual., v. 3 de Séries Estatísticas Retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

²⁷⁴ Sindicato Nacional da Indústria do Cimento. Tabela extraída de: Brasil: Séries Estatísticas Retrospectivas 1977. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1977.

²⁷⁵ Anuário Estatístico da Indústria Automobilística Brasileira 2001. São Paulo: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, 2001. Ano-base 1957-2000.

²⁷⁶ Associação Paulista dos Fabricantes de Papel e Celulose. Tabela extraída de: Brasil: Séries Estatísticas Retrospectivas 1977. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1977.

siderúrgica (aço em lingotes, ferro gusa, ferro-ligas, laminados planos, laminados não-planos e semi-acabados).²⁷⁷

Já em 1976, a produção de televisores estabeleceu a marca de 1.872.000 unidades produzidas e a produção de geladeiras chegou a 1.276.000 unidades. Na parte relacionada com obras de infra-estrutura, a taxa anual de construção de estradas saltou de 12%, entre 1964-67, para 25%, entre 1968-72, e a média anual de pavimentação teve um crescimento anual de 33%, contra os 6% anuais do período anterior.²⁷⁸

As novas oportunidades de empregos com a internalização da produção capitalista permitiram a um setor das camadas médias urbanas compor uma nova categoria de assalariados, não-operários, praticamente concentrada nos grandes pólos urbanos do Brasil, entre os quais estava a cidade do Recife. Esta fração da classe média estava vinculada às funções burocráticas e tecnocráticas do Estado, à universidade, ao setor de transportes, ao sistema financeiro, ao processo de monopolização do comércio (supermercados e cadeias de lojas), ao setor administrativo e produtivo das empresas, e, no mais das vezes, era detentora de um leque de aptidões e dotes intelectuais e técnicos reconhecidos e recompensados materialmente pela modernização capitalista no país, o que lhes servia de suporte para a sua promoção social por meio da aquisição e posse dos novos brasões da riqueza e símbolos de *status* – os bens de consumo duráveis com as suas marcas portadoras de valor emblemático de ascensão social na sociedade de consumo.

A nova categoria de assalariados da classe média era a principal vitrine do sucesso de um país que seus governantes a todo custo procuravam atualizar com as modernas sociedades industriais e de consumo. A vitrine era o anúncio da emergência de uma nova nação e de uma ruptura antecipadamente informada com o passado histórico e o recente, fundado numa sucessão de eventos e instantes reveladores que pretensamente inauguravam uma outra era com uma outra ordem diferente no curso dos acontecimentos. Os conteúdos do passado

²⁷⁷ Instituto Brasileiro de Siderurgia e Associações Brasileiras dos Produtores de Ferro-Ligas. Tabela extraída de: Brasil: Séries Estatísticas Retrospectivas 1977. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1977.

²⁷⁸ Estes indicadores foram extraídos de BAER, Werner, Crescimento Brasileiro e a experiência do desenvolvimento: 1964-1975, in ROETT, Riordan (org.). **O Brasil na década de 70**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 73.

passaram a ser simplesmente imagens e não mais entendidos como resíduos de um passado que persistia na realidade do presente. Esses resíduos históricos passaram a receber um tratamento de forma estilizada, a-local e a-histórica, servindo como exemplos de referencial e de expressão do qual se operou um salto quântico entre o passado e o presente, no qual o presente se coloca de forma comedida e descontínua em relação aos resíduos históricos e sociais do passado.²⁷⁹

No corpo do romance *A rainha dos cárceres da Grécia*, através de ocorrências extraídas dos noticiários, Osman Lins vai detectando essa nova empreitada de estetização da realidade histórica e social do país. No trecho abaixo transcrito, a situação e existência de uma senhora com idade secular, com uma história de vida atravessada por infortúnios, reveses e insucessos, é tratada por um telejornal como uma ocorrência inusitada e um signo particular que aparece como caso individual, destacando-se como algo anômalo que não pertence à ordem de atualização pela qual passava o Brasil.

Vejo-a no Jornal Nacional, da TV Globo. Casou com 13 anos e trabalhou na lavoura a vida quase toda, sem saber até hoje o que é usar sapatos. Quatro filhos se foram nos seus braços: punha uma vela na mão do agonizante e deixava-o morrer. Que se recorde, nunca chorou. Assistiu a morte do marido; e a da mãe, envenenada por uma cascavel.

- A mim, as cobras não mordem: se enrolam nos meus braços e eu seguro assim a cabeça delas.

Atualmente faz bonecas de pano e tem saudades da enxada.

Chama-se Gertrudes Maria da Conceição, nasceu em Guaratinguetá, Minas Gerais, a 19 de janeiro de 1842 e só agora, com 133 anos, está solicitando aposentadoria ao I.N.P.S.²⁸⁰

As ocorrências do passado são apropriadas como contingentes, da qual se expurgam os seus conteúdos que integram uma realidade histórica ainda vigente no país (Gertrudes Maria da Conceição aparece como algo excêntrico fora do centro da atualização modernizante pela qual o país passa), sobressaindo-se só em sua forma (a senhora secular é muito mais um prontuário de informações desprovido de alguma experiência histórica), para, assim, servir a título de exemplo que podia confirmar ou demonstrar as mudanças e modificações na estruturação e condução do país na direção de uma sociedade moderna (o

²⁷⁹ Com relação a esta forma de tratamento dispensada para se compreender possíveis rupturas e as relações do presente com passado, utilizamos as formulações teóricas sobre a forma de pensar historicamente o presente e o passado, a partir dos paradigmas modernistas e pós-modernistas, desenvolvidas por JAMESON, Fredric, *op. cit.*, pp. 13-14.

²⁸⁰ LINS, Osman, *op. cit.*, p. 141.

I.N.P.S. como uma instituição estatal modernizada capaz de reparar os malogros do passado). Nesses termos, a personagem do noticiário é apreendida como um puro e simples fenômeno, portando uma capacidade irrefletida sobre o contexto histórico do presente e o desenvolvimento econômico posto em andamento que se pressupõe ter sido mutuamente acordado entre o governo e a sociedade, devendo, portanto, o caso de Gertrudes Maria da Conceição ser isolado e limitado em sua repercussão para não ecoar e, conseqüentemente, não alterar o equilíbrio do curso dos acontecimentos do presente, em que a sua principal expressão é vitrina estilizada com os adornos compostos pela nova categoria de assalariados da classe média.

A vitrina emergia, assim, como uma exposição e composição uniforme da sociedade brasileira no período, servindo como mostruário dos segmentos médios ávidos por estarem em dia e atualizados com o padrão de vida e de consumo das sociedades industrializadas dos países centrais, exercitando uma espécie de *update* à época. Mesmo aos que ainda pareciam excluídos, anunciava-se que dias melhores viriam com o progresso e o acúmulo de riquezas que em breve com todos seriam repartidos. Entretanto, nem para certos setores das camadas médias urbanas, que podemos classificar como não-assalariados, os prenúncios da modernização eram tão promissores como para a nova categoria de assalariados emergentes das camadas médias urbanas.

Entre eles estavam, de um lado, a pequena burguesia que à época sofria restrições nas condições para a reprodução das suas esferas de produção e circulação de mercadoria, assentadas na pequena e média empresa (comerciais, industriais e de serviço), assolada pela inflação que contraíam as suas taxas de lucros, pela concorrência engendrada pelo processo de monopolização que lhes retiravam mercados, pelo encarecimento do crédito que promovia uma sangria nos seus recursos e pela restrição de acesso às novas tecnologias que lhes limitavam capacidade de competir com as mercadorias produzidas pelas grandes empresas oligopolistas que agregavam aos seus produtos altos índices de produtividade.²⁸¹

²⁸¹ Sobre a distinção que aqui apresentamos para as camadas urbanas médias, divididas entre assalariados e não-assalariado, e com relação aos problemas quanto à esfera da produção e circulação controlada pela pequena burguesia, consultar: SILVA, Francisco Carlos Teixeira, A

Do outro lado, estavam os profissionais liberais, compostos principalmente por advogados, médicos, dentistas, engenheiros, contabilistas e outros que passaram, ao longo da década de 1970, a sofrer uma concorrência com o número crescente de profissionais alocados no mercado de trabalho pelas universidades e pelo processo de proletarização com a constituição de grupos empresariais no setor de saúde, na construção civil e nas grandes firmas de advocacia e serviços, principalmente a partir da segunda metade da década de 1970 e durante os anos de 1980, que foram paulatinamente diluindo o caráter autônomo de seus préstimos e subordinando-os à lógica das relações de produção capitalistas.²⁸²

No caso específico do Recife, podemos averiguar que as oportunidades de novos empregos e melhores salários foram ampliadas consideravelmente para as suas camadas média urbanas com a ampliação e o estabelecimento na cidade de um leque diversificado de grandes empresas voltadas para o comércio e a produção de bens de consumos não-duráveis, duráveis e intermediários. Já em 1968, é possível identificar no Recife um conjunto de estabelecimento de grandes empresas produzindo e/ou comercializando por atacado produtos desses setores industriais.

Conforme estudo de Manuel Correia de Andrade, no livro *Cidade e campo no Brasil*,²⁸³ o Recife, na época, era um centro metropolitano com importantes estabelecimentos de comércio e de produção que atendiam às necessidades de abastecimento das cidades vizinhas, e tinha um conjunto de 506 estabelecimentos de produção e/ou comércio por atacado, dos quais, dos 79 estabelecimentos investigados e relacionados pelo autor, uma grande maioria tinha uma influência em estados vizinhos e na Região Nordeste (44 empresas), outras empresas estendiam a sua influência tanto para a região nordestina como para outras regiões (14 empresas), algumas tinham a sua influência se

modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984, in LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9 ed. ver. atual. São Paulo: Editora Campus, 1990, p. 353.

²⁸² Estudos recentes sobre a estrutura de classes no Brasil levantam a proposição de que nas décadas de 1980 e 1990 o emprego assalariado de classe média teve um crescimento reduzido em relação ao verificado na de 1970, sendo que o crescimento verificado se restringiu mais à categoria de gerente/supervisor. Dentre os estudos está o recente trabalho de SANTOS, José Alcides Figueiredo. **Estrutura de posições de classe no Brasil**: mapeamento, mudanças e efeitos na renda. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Editora UFMG e IUPERJ, 2002.

²⁸³ ANDRADE, Manuel Correia. **Cidade e campo no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1974. Para o desenvolvimento deste tópico utilizamos o estudo constante neste livro intitulado *O Recife e o desenvolvimento da região nordestina*, principalmente, os itens desenvolvidos pelo autor: pp. 41-62.

estendendo para o Brasil (9 empresas), outras para o Nordeste, Brasil e exterior (7 empresas) e, por fim, para o Grande Recife e Pernambuco (5 empresas). As 506 empresas empregavam 5.167 pessoas, contra 17.044 empregados pelas 7.881 empresas voltadas para comércio de varejo estabelecidas na cidade.

No QUADRO 6, podemos averiguar um resumo dos ramos de atividade e do número de firmas selecionadas por Manuel Correia de Andrade, estabelecidas no Recife, que estendiam o seu comércio e a sua produção de bens de consumo não-duráveis, duráveis e intermediários para o estado, a região, o país e o exterior. Já no QUADRO 7, poderemos averiguar um crescimento do número de estabelecimentos entre 1969 e 1975, confirmando a tendência nacional da economia com um crescimento sustentado no processo de internalização da produção capitalista no Brasil, do qual o Recife não ficou à margem. A cidade do Recife e o estado de Pernambuco podem não ter tido a expansão industrial nos setores de produção de materiais não-metálicos, metalurgia, mecânica, material elétrico, material de transporte, química e plásticos, verificados na região Sudeste do Brasil, mas se integrou plenamente ao processo nacional como pólo regional difusor da circulação e fornecedor do consumo dessa produção, adquirindo uma importância urbana crescente e diversificando as suas atividades e funções, possibilitando novas oportunidades de empregos e remunerações para os integrantes da classe média.

QUADRO 06 – FIRMAS ESTABELECIDAS NO RECIFE E SEUS RAMOS DE ATIVIDADE (1968)	
Ramos de comércio e/ou produção dos estabelecimentos	Nº de Estabelecimentos
Tecidos, confecções e artigos têxteis	14
Ferragens e material de construção	04
Produtos químicos, insumos industriais e derivados de petróleo	08
Insumos e materiais para construção civil	06
Máquinas (escritório, indústria, agricultura), ferramentas, peças, pneumáticos, instrumentos óticos e médico- científicos	14
Automóveis, peças, acessórios para veículos, eletrodomésticos, móveis	10
Bebidas, produtos alimentícios, cigarros e material de limpeza doméstica	19
Loja de departamentos	1
Jóias e artigos para presente	1
Publicação e edição	1
Telecomunicações	1

Fonte: ANDRADE, Manuel Correia. **Cidade e campo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974, pp. 44-47, 50-53, 56-55.

QUADRO 07 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NO RECIFE (1975)	
Comércio Varejista – Gêneros de Comércio	
Ferragens, produtos metalúrgicos, material de construção, artigos sanitários, cerâmico, vidros e louças	386
Máquinas, aparelhos e equipamentos agrícolas industriais, comerciais e de uso técnico e profissional – inclusive peças e acessórios	72
Máquinas e aparelhos não elétricos de uso doméstico; máquinas e aparelhos eletrodomésticos; material elétrico e de eletrônica; aparelhos e equipamentos de comunicação – inclusive peças e acessórios	191
Veículos, peças e acessórios	224
Móveis, artigos da habitação e de uso doméstico	177
Papel, impressos e artigos de papelaria, livraria e de escritório	175
Produtos químicos e farmacêuticos	269
Combustíveis e lubrificantes	321
Tecidos e artefatos de tecidos	127
Artigos e vestuários e de armarinho	851
Produtos alimentícios	4.909
Bebidas, cigarros, fumo e artigos de tabacaria	380
Mercadorias em geral – inclusive produtos alimentícios	51
Mercadorias em geral – inclusive produtos alimentícios	36
Artigos diversos	445
Artefatos de borracha e de plástico e de produtos similares	28
Artigos usados	165
Comércio Atacadista – Gêneros de Comércio	
Produtos extrativos e agropecuários – inclusive produtos alimentícios	11
Ferragens, produtos metalúrgicos, material de construção, artigos sanitários, cerâmicos, vidros e louças	80
Máquinas, aparelhos e equipamentos agrícolas industriais, comerciais e de uso técnico e profissional – inclusive peças e acessórios	38
Máquinas e aparelhos não elétricos de uso doméstico; máquinas e aparelhos eletrodomésticos; material elétrico e de eletrônica; aparelhos e equipamentos de comunicação – inclusive peças e acessórios	41
Veículos, peças e acessórios	36
Móveis, artigos da habitação e de uso doméstico	4
Papel, impressos e artigos de papelaria, livraria e de escritório	37
Produtos químicos e farmacêuticos	76
Combustíveis e lubrificantes	21
Tecidos, artefatos de tecidos e fios têxteis	21
Artigos do vestuário e de armarinho	24
Produtos alimentícios	587
Bebidas, cigarros, fumo e artigos de tabacaria	28
Mercadorias em geral – inclusive produtos alimentícios	6
Artigos diversos	16
Artefatos de borracha e de plástico e de produtos similares	8
Artigos usados	28

Fonte: Censos Econômicos – 1975, Censo Comercial – Pernambuco, IBGE.

No entanto, o quadro econômico do Recife em 1969, sucintamente esboçado por Manuel Correia de Andrade, ainda não evidenciava o teor da articulação e a sua inserção no desenvolvimento e na diversificação do pólo urbano-industrial no país, que se estabeleceu a partir da década de 1950 e foi intensificado e consolidado no pós-1964, sob a hegemonia do capital monopolista,

bem como os padrões diversos de acumulação e reprodução capitalista no seu interior, dotando-a de setores produtivos para os mais diversos bens da produção capitalista (bens complementares, bens de capital, bens duráveis, bens intermediários, bens de consumo duráveis, bens de consumo não-duráveis), assentada numa estruturação de uma sociedade de consumo que se propunha a seguir o modelo daquelas instituídas nos países centrais do capitalismo: a produção e consumo ilimitado de bens duráveis.

Partindo desses pressupostos e tomando como base os indicadores do Censo Comercial – Pernambuco, de 1975, podemos averiguar o nível da importância da inserção e articulação da cidade do Recife no desenvolvimento e na diversificação do pólo urbano-industrial no país. Conforme o quadro acima (QUADRO 07), o setor comercial da cidade (varejo e atacadista) possuía um significativo número de estabelecimentos, que proviam as demandas de consumo por bens com funções na produção, de bens necessários à produção de outros bens, relacionados ao consumo de outros bens e destinados ao consumo final de quase todos os tipos de consumidores.

Esse comércio movimentava, para o ano de 1975, uma receita total de 15.172.522 (mil cruzeiros), sendo 15.019.498 (mil cruzeiros) com a venda de mercadorias, destinando 509.239 (mil cruzeiros) para o pagamento de salários e 950.297 (mil cruzeiros) para despesas diversas. O que demonstra que o setor era bastante significativo para a economia da cidade e que, junto com o setor de serviços, da administração pública, do ensino, da atividade financeira, da indústria e das atividades de profissionais liberais, puderam gerar e compor no Recife um segmento de trabalhadores compostos de estratos médios que se diversificaram em relação ao trabalho e ao nível de renda. Nelas estavam incluídos os pequenos e médios empresários, os profissionais liberais e, principalmente, a nova categoria de assalariados das camadas médias urbanas da cidade que passaram a ocupar os postos de trabalhos proporcionados pela modernização capitalista na cidade e no país (desenvolvimento do setor administrativo das empresas, do setor bancário, do setor de serviços, do setor de ensino, principalmente o de nível superior, e da administração pública voltada para uma maior intervenção do Estado na economia).

Nas TABELAS 08 e 09, podemos averiguar que, entre 1970 e 1980, cresceu o número absoluto de pessoas desse segmento de trabalhadores, obtendo cada vez mais uma renda apreciável para sua inserção como consumidor numa sociedade de consumo. Em contra-partida, podemos verificar uma continuação da concentração na distribuição da renda nos extratos médios para cima, verificando-se que o inverso ocorre para os extratos compostos pelos trabalhadores em geral. No ano de 1970, só 5% dos assalariados podiam obter uma renda superior a Cr\$ 1.001,00 ao mês, e, no ano de 1980, a situação pouco variou. Uma década depois, com o dinamismo da economia só foi possível crescer em 1% o número de pessoas que tinham uma renda superior a 10 salários mínimos.²⁸⁴

TABELA 08 - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE: DISTRIBUIÇÃO POR CLASSE DE RENDA (1970)					
Classe de Renda (Cr\$)		Número de Pessoas	1970		
			Frequência (em %)		
			Relativa	Acumulada	
Até	100	140.972	27,3	27,3	
101	- 200	194.270	37,7	65,0	
201	- 300	69.421	13,4	78,4	
301	- 500	50.485	9,8	88,2	
501	- 1000	34.976	6,8	95,0	
1.001	- 1.500	10.652	2,1	97,1	
1.501	- 2.000	6.800	1,3	98,4	
2.001	E mais	8.215	1,6	100,00	
Total		515.791	100,0		

Fonte: **Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife.**
Recife: CONDEPE, 1974, p. 11. (volume 2a)

O contraponto dessa concentração de renda se dava com a quase manutenção da massa de indivíduos com rendimentos inferiores a três salários mínimos e/ou sem rendimentos, que perfaziam um total de 87,16%, em 1980, contra 88,2%, em 1970, para os que ganhavam até Cr\$ 500,00²⁸⁵, com uma diminuição de 1,04%.

Integravam essa massa de indivíduos aqueles da categoria à qual pertencia a personagem Maria de França e tantos outros que cruzam a sua história e/ou outros sujeitos removidos dos relatos jornalísticos direto para as páginas do romance *A rainha dos cárceres da Grécia*. Para esses indivíduos, o trabalho que executavam ainda tinha o significado de algo que era penoso e não obtinha muito

²⁸⁴ Tomamos como parâmetros de comparação da renda o poder aquisitivo do salário mínimo entre os dois anos em foco. Em 1970, o salário mínimo (NCr\$ 187,20) variou o seu índice real de 68,93 % para 61,78 %, em 1980 (Cr\$ 5.788,80), comparado com o seu valor em julho de 1940. Esses cálculos são do DIEESE, com base nos índices de crescimento do PIB, do IBGE.

²⁸⁵ Este valor equivale ao valor de quase três salários mínimos no final da década, 2,88%, quando deduzimos a queda do poder aquisitivo real do salário mínimo ao longo da década de 1970.

apreço ou estima em qualquer que fosse a escala dos referenciais de meritocracia que a sociedade à época pudesse adotar. Os seus trabalhos ainda eram sinônimos de tortura, fazendo ainda ecoar o significado original do vocábulo latino que deu origem à palavra trabalho – *tripallium*.²⁸⁶.

TABELA 09 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL POR DISTRITOS NO RECIFE (1980)

Distrito	Rendimento Médio Mensal por Salário Mínimo								Total ¹
	Até 1	+ 1 a 2	+ 2 a 3	+ 3 a 5	+ 5 a 10	+ 10 a 20	+ de 20	S/Rend.	
Recife	97	155	98	81	8	8	-	66	513
Santo Antonio	268	172	106	104	42	22	16	283	1.032
São José	4.450	2.103	916	633	371	142	29	6.198	14.944
Boa Vista	5.199	3.227	2.017	2.567	2.606	1.489	647	8.461	26.453
Santo Amaro	7.421	3.789	1.711	1.561	1.391	742	281	12.284	29.281
Graças	4.550	1.358	888	1.539	2.295	2.300	1.675	8.017	22.665
Encruzilhada	10.112	4.695	2.461	2.723	2.671	1.667	608	16.260	41.371
Afogados	25.004	16.604	7.536	6.639	4.699	1.396	210	53.535	115.987
Madalena	10.182	5.499	2.672	2.669	2.890	1.775	672	19.100	45.586
Tejipio	15.636	12.525	5.405	3.392	1.799	393	46	41.134	80.466
Boa Viagem	34.251	21.070	9.827	9.641	9.845	6.166	3.877	75.513	170.549
Poço	4.897	3.011	1.221	1.031	944	839	557	9.615	22.043
Casa Amarela	35.498	20.831	7.237	4.855	2.847	1.244	572	62.396	135.664
Várzea	20.971	13.328	5.926	5.126	3.988	1.795	436	43.914	95.702
Beberibe	29.696	16.606	6.801	4.087	1.970	587	124	55.571	115.056
Total ²	208.242	124.831	54.102	46.648	38.366	20.565	9.750	412.347	917.312
Participação (%)	22,70	13,61	5,90	5,08	4,18	2,24	1,06	44,95	-x-x-x-
Acumulado (%)	22,70	36,31	42,21	47,29	51,47	53,71	54,77	99,72	-x-x-x-

Fonte: Recenseamento Geral –1980, Censo Demográfico – Pernambuco, IBGE.

(1) Este total inclui pessoas com rendimentos não declarados, excluídos da tabela.

(2) Estes totais apresentam uma ligeira diferença para mais no somatório dos distritos que segundo o censo são pessoas que não declararam o distrito de domicílio.

Para a protagonista Maria de França o trabalho estava longe de ser um fundamento de toda a sua vida, não constituía nem uma tendência inata que dava sentido a sua vida e muito menos lhe garantia alguma remissão com a qual pudesse compensar o seu infortúnio. Na maioria das vezes o trabalho se apresentava para ela como um *afazer*, um *que fazer* ou um *biscate*, uma ocupação ou serviço eventual obtido, quase sempre de curta duração e nem sempre regular. Era na maioria das vezes um trabalho ou emprego secundário, de onde procurava obter alguns poucos rendimentos para garantir a sua sobrevivência. Às vezes a personagem auxiliava a mãe no serviço de lavar as roupas dos outros, uma das atividades que a sociedade mais reconhecia como das pessoas mais humildes, de condição modesta e sem qualquer preparo para o exercício de qualquer outra atividade que exigisse um nível qualquer de mérito, como descrito no trecho do romance abaixo.

Maria, havendo ingressado na escola primária, falta à aula quando quer, não aprende nada e, "perdida entre irmãos", fica definitivamente em casa. Seu maior prazer, observar a transformação da roupa suja: sob as mãos da viúva, lençóis e camisas ficam limpos, lisos, "com um cheiro que a gente nunca sabe

²⁸⁶ Na língua latina o vocábulo *tripallium* designava um instrumento de tortura.

se é de capim ou de tijolo novo". Observa que as chuvas e o bom tempo, tão importantes no cultivo da terra, continuam a afetar, na cidade, o trabalho de limpar a roupa que os donos encardem.²⁸⁷

Nesse segmento da narrativa, Osman Lins nos anuncia o fado que o desenvolvimento econômico do “milagre econômico” do “Brasil Grande” reservou para aqueles que foram excluídos do acesso aos seus êxitos materiais. À massa imensa de Marias de França só foi reservado o estatuto de serem dedicados, sóbrios e dóceis e a tarefa de suportarem as condições de trabalho degradante e as baixas remunerações pelos serviços que podiam prestar, principalmente aos que, na escala social, um dia puderam reter para si aptidões intelectuais através do sistema educacional e desenvolver competências e habilidades para gerenciar a produção de riqueza e viabilizar o seu depósito nas mãos dos que detinham o controle de sua produção, circulação e consumo.

Sendo assim, restou a Maria de França, a que não garantiu para si um nível de conhecimento ou saber no sistema educacional que lhe pudesse agregar méritos, viver em seu gueto e executar o mais simples de qualquer trabalho para outrem. No máximo, qualquer saber adquirido só lhe serve para tomar ciência da instrumentalização de sua vida e lhe anunciar o fim e/ou começo dos intervalos regulares que se sucedem no tempo cíclico de sua vida até que um novo acontecimento instaure para si um outro tempo cíclico.

Ensina Maria de França a cantá-los e matricula-a na escola gratuita que fundou e orienta, apesar de analfabeto e pobre, com obrigações familiares. Ela, na fábrica de tecidos, chora de alegria quando assina pela primeira – e última – vez, o recibo: demitem-na a seguir, para não completar o chamado “período de carência”. O fato é decisivo para a tecelã e para o livro. Volta a trabalhar como doméstica – ominoso retrocesso – e a ouvir sob o leito a advertência de que alguém tenciona destruí-la. Uma tarde, agitando o jardim, tem o primeiro acesso violento de loucura.²⁸⁸

2. ARROUBOS E REPRODUTIBILIDADE TÉCNICA DA OMISSÃO

Os percursos da personagem Maria de França pelo sistema educacional não poderiam ser considerados uma mera ocorrência ou um caso fortuito, de caráter individual e isolado. A situação de Maria de França era um indício que anunciava com exatidão a crítica situação de acesso à educação formal pelas classes subalternas. Para uma compreensão mais pormenorizada desse quadro crítico passamos a apresentar alguns indicadores sobre a educação formal na Região

²⁸⁷ Idem, p. 11.

²⁸⁸ Idem, p. 16.

Metropolitana do Recife. Em 1977, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios constatou que 30,98% de sua população não era alfabetizada, sendo que entre as que eram consideradas alfabetizadas 33,82% tinham até quatro anos de estudos, 19,14% estudaram de 5 a 8 anos e, por fim, 11,84% chegaram a ter de 9 a 17 anos de estudos. A situação ainda era mais desequilibrada quando se verifica a relação entre os que freqüentavam a escola e as séries e graus que cursavam. De um total de 584.325 indivíduos que tinham acesso à instrução no sistema educacional, o quadro se apresentava da seguinte forma: 6,41% estavam no ensino superior, 13,77% estavam no 2º Grau e 79,82% estavam distribuídos pelas séries do primeiro grau.²⁸⁹

A desigualdade era, também, latente quanto ao acesso ao sistema educacional superior. Nesse item, tomando por base os dados do concurso de vestibular unificado, do ano de 1975, pode-se verificar que os candidatos classificados com renda de até Cr\$ 1.000,00 representavam 27,4%, 22,4% e 24,9% dos classificados para as áreas de Ciências Humanas, Letras e Artes; Ciências Exatas e Tecnologia e Biociências, respectivamente, sendo que a grande maioria dos classificados tinha uma renda que ia de Cr\$ 1.001,00 a Cr\$ 6.000,00. Outro indicador nos revela que entre os classificados o nível de instrução do pai era de 6,73% para os que não tinham nenhum estudo; 50,67% para os que só tinham o primário; 29,03% para os que tinham cursado o secundário e 11,63% para os que tinham o nível superior.²⁹⁰

Os indicadores acima demonstram que a garantia de uma educação continuada até o nível superior, capaz de garantir ao indivíduo condições de desenvolver competências e habilidades em áreas de conhecimento e profissões com melhores salários no mercado de trabalho, era uma condição adstrita aos que tinham uma estrutura econômica e social apta a prover um planejamento e investimentos em sua formação educacional e profissional.

Na tabela que segue (TABELA 10) podemos averiguar que as colocações acima não são meras suposições. Quanto menor era o número de anos de estudos mais baixo era a remuneração percebida pelos indivíduos entrevistados

²⁸⁹ Sobre este indicadores averiguar em **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 1997**, v. 2, t. 13, pp. 15-17.

²⁹⁰ Para o nível de instrução do pai, trabalhamos com a média das três áreas de ensino a partir dos indicadores recolhidos na **Súmula de Dados Estatísticos da RMR**, Recife: CONDEPE, 1974, pp. 88 e 89. (volume II)

na pesquisa. Isto é, 60,55% dos indivíduos entrevistados eram analfabetos ou tinham no máximo cinco anos de estudo e ganhavam menos que dois salários mínimos em 1973, à época com um valor de Cr\$ 312,00.

Ainda na primeira metade dos anos de 1970, Carlos Geraldo Langoni publicaria um estudo, fundado numa detalhada análise do Censo Demográfico de 1970, intitulado *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*, no qual apontava que o desequilíbrio na distribuição de renda no Brasil estava condicionado à relação entre a oferta e a demanda por mão-de-obra qualificada. Em outras palavras, o analista apontava como razões para a baixa remuneração da grande maioria dos trabalhadores a sua baixa escolaridade, sendo que esta situação seria automaticamente corrigida ao longo dos anos na medida em que os trabalhadores tivessem acesso ao sistema educacional formal e pudessem elevar o seu nível de escolaridade e qualificação.

TABELA 10 - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE: GRAU DE INSTRUÇÃO POR NÍVEIS DE RENDA (1973)			
Anos de Estudo	Total		
	Pessoas Remuneradas		Renda Média Mensal
	Nº	%	
Total	2.560	100,00	991,212
Analfabetos	363	14,18	331,250
1 – 5	1.187	46,37	582,620
6 – 9	426	16,64	829,610
10 – 12	352	13,75	1.363,235
13 – 17	225	8,79	2.871,626
18 e mais	6	0,23	6.666,666
Não Declarados	1	0,04	1.500,000

Fonte: **Súmula de Dados Estatísticos da RMR**. Recife: CONDEPE, 1974, p. 75. (volume II)

A análise de Carlos Geraldo Langoni tinha o mérito de expurgar em parte algumas das teses do liberalismo clássico de que a pobreza era um produto do fracasso pessoal, isentando a sociedade e o Estado da responsabilidade de sua existência, já que todos eram livres e iguais e podiam gerar riquezas através de seu trabalho em condições acessíveis a todos. Para Langoni, caberia ao Estado e ao setor privado alocar e garantir condições para que todos tivessem oportunidades para que se procedesse a uma autocorreção nas desigualdades, disponibilizando, assim, um sistema educacional que permitisse uma elevação da escolaridade e qualificação dos trabalhadores, atendendo tanto à pressão dos mesmos como à maior complexidade produtiva dos setores modernos do desenvolvimento econômico.

O primeiro e grande problema da análise de Langoni estava em de converter a educação numa variável indispensável e essencial na resolução das desigualdades de distribuição de renda no país, uma quase entidade portadora de poderes e autoridades excepcionais capazes de viabilizar a resolução do problema: *Educação continua sendo a variável mais importante na explicação das diferenças individuais de renda e, além do mais, a magnitude de sua contribuição tende a aumentar quanto mais dinâmica for a região.*²⁹¹ Quanto ao nível da distribuição de renda no país, segundo o autor, ela seria fruto de uma transição de setores tradicionais, que *quanto maior o nível de renda, maior também o grau de concentração,*²⁹² para setores modernos, *esta correlação tende a ser negativa.* Portanto, continua Langoni, *não há qualquer tendência inexorável a um agravamento perpétuo da distribuição de renda com o processo de desenvolvimento econômico,* pois *isso tenderia a ocorrer somente na fase de transição.*²⁹³ No linguajar da época, tão comum ao proselitismo governamental, isso significava o tradicional deixar o bolo crescer para depois ser repartido entre todos.

Obviamente, Carlos Geraldo Langoni não ignorava as condições alocadas e o modelo adotado e imposto para crescimento e o desenvolvimento econômico do Brasil como fatores que determinavam a desigualdade na distribuição da renda. Na compreensão do autor, a correção dessas desigualdades viria por uma expansão da oferta da educação formal, pressionado pelos trabalhadores, e por uma qualificação profissional da mão-de-obra patrocinada pelo setor privado em associação com o sistema educacional formal.

Em particular, com relação ao mercado de trabalho existem forças poderosas, tanto do lado da oferta como do lado da demanda, atuando no sentido de corrigir os ganhos excessivos de salários de certas qualificações de mão-de-obra. Em primeiro lugar, na medida em que os indivíduos respondem à sinalização fornecida pelo mercado, haverá estímulo para investimentos adicionais em capital humano em geral e, particularmente, no treinamento específico para as ocupações a qualificações em que maior é a expectativa de aumentos de demanda. Em nível de educação formal, esta pretensão pode evidentemente esbarrar na rigidez da oferta pelo setor público: de qualquer maneira, é razoável esperar-se que, sendo suficientemente forte a pressão da demanda, até mesmo as instituições (ainda que com certo atraso) respondam às necessidades da economia.

²⁹¹ LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1973, p. 211.

²⁹² LANGONI, Carlos Geraldo, *op. cit.*, p. 212.

²⁹³ Idem, p. 213.

Por outro lado, a limitação da oferta de certos tipos de mão-de-obra significa aumento de custos para a firma individual, criando conseqüentemente incentivos para que também o setor privado invista relativamente mais no treinamento específico a até mesmo aumente suas transferências para o sistema de educação formal.²⁹⁴

Na prática, isso significava enunciar que o fracasso e o sucesso dos indivíduos não estava condicionado as suas qualidades e virtudes, mas sim se saberiam ou não aproveitar as oportunidades ofertadas para o desenvolvimento de suas competências e habilidades e, conseqüentemente, de poderem se inserir de forma produtiva numa economia moderna em troca de melhores condições de trabalho e rendimentos. O fracasso agora não era mais visto como uma ausência de graça e sim de atitude.

Quando, em 1975, as estatísticas educacionais do país revelaram um alto índice de evasão escolar, as análises fundamentadas na existência ou não por parte dos indivíduos de habilidades para tirarem partido do sistema educacional no país e obter uma formação para sua ascensão econômica e social ruíam ante dados que revelavam uma escola muito mais apta a sentenciar e medir se o discente estava ou não apto e possuía qualidade para o acesso a uma formação educacional. Esse aspecto era revelado em uma reportagem intitulada *Estatística revela índice de evasão na escola*, do Diário de Pernambuco, de 10 de abril de 1975, que apresentava os resultados de uma pesquisa educacional na qual as entrevistas feitas com os adolescentes que abandonaram os estudos revelavam que os motivos para o abandono escolar estavam relacionados ao fato de não suportarem os propósitos primordiais de sentenciar e medir do sistema educacional:

Estatísticas recentes revelaram que de cada 100 adolescentes que abandonaram os estudos, 75 o fizeram-no por não suportar a escola – sistema educacional organizado em torno do exame e do diploma, feito para aprovar ou reprovar e não para formar.²⁹⁵

Na mesma reportagem, o então especialista em educação Fernando Antônio Gonçalves, professor da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e presidente da Coordenação Regional para o Desenvolvimento das Unidades de Educação do Ensino Superior do Norte e Nordeste do Brasil (Cordene), alertava para a incompatibilidade da estrutura do sistema educacional e da formação educacional institucionalizada para com as demandas da sociedade, o

²⁹⁴ Idem, p. 190.

²⁹⁵ **Diário de Pernambuco**, de 10/04/1975, p. 12, 2º Caderno.

desenvolvimento econômico do país e a rejeição da sociedade aos produtos que oferecia. Até então a formação oferecida pelo sistema educacional primava, por um lado, por uma educação que procurava alimentar e reproduzir um modo de vida, uma moral, uma ética e os valores de uma sociedade que ainda guardava em si traços significativos de uma estrutura fundada na autoridade e no prestígio do patriarca e numa organização social agonizante que pretendia manter em vigor a autoridade paternal e, por outro lado, uma educação provedora de méritos e formação profissional para uma elite estabelecida em sólidas estruturas econômicas e sociais. Disso se apercebe, já na segunda metade dos anos de 1950, Julia Marquezim Enone que, após concluir o seu Curso Normal, passa a antever que a formação educacional lhe havia preparado para ser mais uma Penépole, aquela que devia se submeter a Ulisses e administrar a sua casa, provendo-lhe herdeiros, guardando pela sua fidelidade para com ele, mesmo estando ausente e sem a certeza de se algum dia regressaria, recusando, assim, as ofertas alheias de matrimônio por longos anos e uma possível satisfação ante a sua condição de solitária e reclusa que lhe instituía para com o propósito de preservar o patrimônio (moral, ético, econômico e social) e o poder do seu patriarca (Ulisses).²⁹⁶

Julia Marquezim Enone descobre que outros fins poderia destinar à apropriação e ao domínio que fizera dos conteúdos e práticas da aprendizagem que lhe ofereceram no sistema educacional: ampliar o seu conhecimento sobre o mundo, traçar o seu destino e colocar os seus préstimos de reflexão e organização a mercê das lutas das classes subalternas.²⁹⁷

Põe-se a ler tudo que encontra, passando às vezes o dia inteiro no quintal, com um livro. Termina o curso na Escola Normal e parece inteiramente sem objetivo. De repente, começa a sair muito, as ausências se alargam, certas noites não volta e não precisa onde esteve, o pai insulta-a, algum homem?, investiga e descobre: muitas das cartas recebidas nesse tempo por administradores e proprietários de engenhos, intimando-os a comparecer aos Sindicatos Rurais, sem o que terão de vir "na marra e no cacete", são redigidas por ela. Participa, taciturna, os pés descalços, para fazer número, tendo à mão uma foice, de manifestações de lavradores no Cabo, em Aliança e em Vitória, inclusive no Engenho Galiléia, isso antes que o Governo de Pernambuco o expropriasse para dividir entre foreiros sublevados. É então que o pai, lutando

²⁹⁶ Sobre a condição da mulher no mundo homérico, da Grécia antiga, consultar: FINLEY, M. I. **O mundo de Ulisses**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1988, pp. 51-60 e 84-89. (Biblioteca de Textos Universitários, 1)

²⁹⁷ Nos fundamentos aqui no conceito de intelectual orgânico de Gramsci. Sobre este conceito do pensador, consultar: GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, pp. 21-28.

por uma autoridade em que talvez não acredite mais, decide enviá-la para longe do Estado e ocorre o último encontro com Heleno.²⁹⁸

O professor da reportagem citada acima já diagnosticava que talvez aquele tradicional sistema educacional que vigorou para Julia Marquezim Enone não mais continuasse a ser hegemônico ante os propósitos da Lei nº 5.692/71, que havia reformado o ensino nos níveis fundamental, médio e superior no país. Contudo, ele alertava que os propósitos se mostravam incapazes de serem alcançados em virtude dos escassos recursos destinados às unidades educacionais, em relação aos vultosos recursos destinados para outras entidades, e as poucas dotações orçamentárias para adequação e qualificação dos profissionais da educação e para a alocação de novos recursos humanos e materiais, aspecto que, segundo ele, não eram problema para os setores econômicos que o Estado considerava como estratégicos. Acrescentava, ainda, o professor outros fatores que podiam agravar a situação do ensino:

(...) o fluxo de alunos, a penúria acentuada dos recursos, o crescimento dos custos, a inadaptação dos produtos, a ineficácia e a inércia.²⁹⁹

Uma presciência do que seria um fato em 1975 quanto às condições e ao perfil do sistema educacional já podia ser detectada pela ausência de esmero e preeminência que a educação recebia nas políticas públicas definidas pela Prefeitura do Recife em 1969. Em fevereiro daquele ano, logo após o prefeito Geraldo Magalhães ter tomado posse, o dirigente da Fundação Guararapes, entidade responsável pela política educacional da cidade, exonerava 53 professoras e prometia para breve a rescisão de outros contratos, justificando que tal medida advinha de não poder *continuar com uma despesa além de nossa capacidade financeira, quando sabemos que existe gente demais na organização*. Mais adiante, o dirigente, professor Lucilo Ávila Pessoa, premeditava *que a quantidade já afastada não atingiu nem a metade das rescisões que se tornaram necessárias para o bom andamento dos trabalhos na Fundação e da organização administrativa*. Quando questionado sobre a possibilidade de faltar professoras para atender os alunos, o dirigente imediatamente alegou que as afastadas eram excedentes e *se ocorrer a falta de atendimento a qualquer aluno da Fundação (...), será matriculado em grupo escolar do Estado*.³⁰⁰

²⁹⁸ LINS, Osman, *op. cit.*, pp. 132-133.

²⁹⁹ **Diário de Pernambuco**, *op. cit.*

³⁰⁰ **Diário de Pernambuco**, de 25/02/1969, p. 2, 1º Caderno.

No centro dessa decisão do dirigente da Fundação Guararapes estava uma disputa política entre a administração recém-empossada e a anterior, do ex-prefeito Augusto Lucena (1964 a 1969). A administração de Geraldo Magalhães alegava que as demissões eram tanto por motivos financeiros como medida para dissipar o empreguismo praticado na administração anterior. Em contrapartida, o ex-prefeito Augusto Lucena questionava as demissões por prejudicar o plano escolar. Por outro lado, a acuidade do ex-prefeito para com o plano escolar era questionada na Câmara Municipal de Recife pelo líder da Arena e representante do prefeito na casa, vereador José Magalhães de Melo, irmão do então prefeito, que exibia documentação mostrando os débitos que a Fundação Guararapes tinha contraído na gestão anterior com o INPS, o FGTS, as contribuições do seguro de acidentes de trabalho e a arrecadação do Imposto Sindical. O débito totalizava NCr\$ 1.035.697,80, equivalente a 7.991,50 salários mínimos à época.³⁰¹

Independente de qual das duas partes do confronto tinha razão, podemos depreender algumas conclusões das duas gestões à frente da Prefeitura do Recife quanto à política educacional. Para a primeira gestão de Augusto Lucena, pode-se concluir que as obrigações financeiras para com os tributos e os direitos trabalhistas eram secundárias, devendo os recursos para tais fins aguardar outras oportunidades para o repasse enquanto são aplicados em outras inversões que a edilidade considera mais apropriada no momento e, caso fosse aceita a premissa de contratações de professoras por prática de empreguismo, a falta de critérios profissionais na escolha dos recursos humanos para o exercício da docência no ensino público, no qual vigora mais o critério da reciprocidade político-eleitoral para a contratação dos trabalhadores. Para a gestão de Geraldo Magalhães, pode-se concluir que a educação não era uma política pública que merecesse qualquer esforço de investimento e/ou de alocação de recursos. Ela deveria se contentar com o mínimo estabelecido e, quando se apresentassem problemas quanto ao cumprimento da oferta e resolução de problemas (alunos sem professoras), seriam tomadas medidas paliativas ou imediatistas independente das condições

³⁰¹ Sobre este confronto e denúncias, consultar: **Diário de Pernambuco**, de 22/02/1969, p. 3, 1º Caderno.

(moradia e locomoção) ou predisposição (nível e situação de aprendizagem) dos que deveriam ser atendidos.

Nesse sentido, o acesso à educação não era resultado de uma disposição interior ou maneira de agir dos indivíduos que nele ingressavam ou deveriam ingressar, e sim ditado pelas condições estruturais e pelas políticas públicas educacionais. Assim sendo, retornando ao segundo extrato citado neste capítulo do romance *A rainha dos cárceres da Grécia*, a inserção e a situação de Maria de França no sistema educacional formal não poderia ser explicada, pela lógica de Carlos Langoni, como uma ocorrência resultante da sua atitude (*havendo ingressado na escola primária, falta à aula quando quer, não aprende nada*). Essa lógica só servia para contornar a situação crítica e de caráter estrutural pela qual passava e passaria o sistema de educação formal no país naqueles anos e nas décadas que a eles se seguiriam, principalmente no Recife e em sua Região Metropolitana, e fazer prevalecer à idéia de que as deficiências na formação educacional eram muito mais o resultado de comportamentos individuais e isolados.

Os indicadores da educação, em 1970, mostravam justamente o oposto dessa idéia que se tentava firmar. Naquele ano, o número de indivíduos, de 15 anos e mais, que haviam completado a primeira etapa do ensino formal era de 28,7%, contra 22,6% em 1950, quando São Paulo nesse mesmo ano havia atingido 50% sobre o total de sua população. Para a população alfabetizada, a evolução no período havia sido de 10,7%, o que representava que mais de um terço da população ainda era considerada analfabeta (37,7%).³⁰² Tais indicadores nos demonstram que a atitude de Maria de França não era individual e isolada e muito menos resultado de sua disposição. A sua situação era comum a muitos outros da sua estirpe social e deitava suas raízes na estrutura existente no sistema de educação formal.

Segundo o *Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife*, em 1973 havia um déficit agudo na oferta aparente e bruta³⁰³ de vagas para o 1º e 2º

³⁰² Dados recolhidos no **Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife**, *op. cit.*, pp. 168-165.

³⁰³ A oferta aparente e bruta são conceitos utilizados pelo *Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife* no qual se estabelece uma relação com o conceito de déficit bruto (ausência de vagas para atender a população total que procura ou deveria estar inserida no sistema de educação formal), donde se pode extrair uma relação entre população dentro da faixa

graus, sendo que boa parte das vagas era ocupada por pessoas acima da faixa etária. No 1º grau, 23% das vagas foram ocupadas por pessoas fora da faixa (7 a 14 anos) e, para o 2º grau, as matrículas correspondiam a 46,76% de pessoas fora da faixa (15 a 19 anos). O déficit bruto e aparente era de 8,2% e 29,2%, respectivamente, para o 1º grau, e para o 2º grau havia apenas uma oferta de 35,5 mil matrículas para uma população de 221,9 pessoas situadas na faixa etária de 15 a 19 anos.³⁰⁴ Ao déficit se juntava o problema conhecido como “fenômeno de inchaço”, que se traduzia num número excessivo de matrículas na 1ª série do 1º e 2º graus, extrapolando a oferta oferecida. Outro problema ainda era o da evasão, relacionado diretamente com o problema da repetência. Para resolução deste último, buscou-se na época uma solução com o recurso do sistema de promoção automática, reduzindo artificialmente os índices de reprovação e se produzindo, assim, muito mais uma resolução mitigada.³⁰⁵

O déficit no número de matrículas, principalmente para o 2º grau, considerado elevadíssimo pelo *Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife*, fazia com que se tivesse uma apreciação distorcida da relação aluno professor, que se apresentava com uma média de 1 professor para 15 alunos. Segundo esse documento, tal relação era mais um resultado da pouca oferta de matrículas, 38.608 oferecidas em 1973, em relação a um quadro de professores, cerca de 2.693 docentes, que poderiam atender a um número maior de matriculados.³⁰⁶

Com relação ao corpo docente do 1º grau, considerando o aspecto quantitativo, a Região Metropolitana do Recife tinha em 1973 uma relação aluno/professor que poderia ser considerada satisfatória, com uma média de 29,2 alunos para cada professor. Quanto aos aspectos qualitativos, levando-se em conta a formação pedagógica, a situação era inversa: 22% dos professores não tinham habilitação para o exercício do magistério, 11% tinham apenas o curso primário, 55% tinham o curso normal e só 23% o curso superior. Para o ensino no

etária e número total de matrícula (oferta aparente) e déficit aparente, relação entre população dentro e fora da faixa etária e o número total de matrícula (oferta bruta). A partir destes conceitos emerge um outro, a oferta oferecida, significando o número total de matrículas oferecidas pelo sistema educacional.

³⁰⁴ Idem, p.172.

³⁰⁵ Idem, pp. 177-178.

³⁰⁶ Idem, pp. 182. Tomando por base a relação de 30 alunos por professor, poderíamos ter naquele contexto uma oferta de até 80 mil matrículas para o ensino do 2º grau.

2º grau, 53% dos docentes tinham alguma habilitação para licenciatura, destes 43% tinham o curso superior e 5% o nível médio, já 19% dos docentes tinham apenas o primário. Esses dados levaram a que os próprios formuladores do *Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife* formassem a seguinte avaliação:

Essas informações permitem a elaboração de hipóteses bem pouco otimistas quanto às qualidades do ensino oferecido. Sem uma educação pedagógica e formal adequada, é evidente que o nível das aulas ministradas por esses professores fica bastante comprometido, no que se refere à didática e ao conteúdo das informações transmitidas ao aluno.³⁰⁷

A situação dos equipamentos disponíveis para atender às necessidades educacionais apresentava também uma insuficiência. Dos 1.318 estabelecimentos da Região Metropolitana do Recife apenas 185 tinham uma biblioteca e só em 87 havia laboratórios. Outros equipamentos, como auditórios, ginásios esportivos, museus, oficinas e praças de esportes, também eram escassos e os existentes estavam concentrados em algumas unidades escolares no município do Recife, consideradas modelos.³⁰⁸ Por parte da Prefeitura do Recife, no período de 1969 a 1975, foram poucas as intervenções no sentido de propiciar unidades escolares que fossem dotadas de equipamentos para todas as atividades e práticas que englobavam o ensino. Na realidade, as intervenções só não foram nulas em virtude da construção do Colégio Municipal do Recife, localizado na Rua Jornalista Trajano Chacon, na Boa Vista, ao qual, posteriormente, foi acrescida a designação Reitor João Alfredo, constituindo-se num prédio imponente que destoava das demais unidades escolares da Prefeitura do Recife. A descrição de seu espaço, feita em reportagem do *Diário de Pernambuco*, mostrava como era uma unidade escolar à parte entre as existentes na cidade:

Construído em quatro pavimentos, o CMR dispõe de 22 salas de aula inclusive laboratório para pesquisas, biblioteca, salões de jogos, além de auditório para conferências e reuniões culturais e área de recreação, num total de sete mil metros quadrados de área construída.³⁰⁹

Essa unidade escolar, que comportava em sua fachada um painel com padrões cerâmicos de Francisco Brennand, era tão atípica, que nos anos de 1980, durante a primeira gestão do prefeito Jarbas Vasconcelos, 1986 a 1989,

³⁰⁷ Idem, p. 189, para a citação, e pp. 182 e 189 para os indicadores.

³⁰⁸ Idem, p. 190.

³⁰⁹ *Diário de Pernambuco*, de 12/03/1975, p. 3, 1º Caderno.

aproveitou-se o prédio para ali instalar diretorias, departamentos e repartições de serviços da Secretaria de Educação e Cultura do Recife, com os alunos sendo removidos para um prédio que foi construído ao lado e que obedecia, no geral, às mesmas características arquitetônicas das demais unidades escolares construídas ou reformadas nos anos 1980.³¹⁰

As demais intervenções da Prefeitura do Recife para prover ou melhorar as condições de ensino das unidades escolares da cidade se restringiam, basicamente, à obrigação de reposição do material básico de ensino, execução de serviços de manutenção e obras para a ampliação da área física destinada às salas de aula. Na maioria das vezes, como quando da ampliação do Grupo Escolar Padre José de Anchieta, no bairro da Mustardinha, em outubro de 1972, só eram acrescentadas como equipamento novo mais algumas áreas de galpão para a instalação de novas salas de aula.

Igualmente, foram feitas reformas gerais da cozinha, levantamento dos galpões laterais, conserto de cadeiras e carteiras das classes, quadro-negro e portas. Toda a instalação elétrica foi substituída e o sistema de iluminação recebeu novas lâmpadas fluorescentes e refletores.³¹¹

Quanto às novas unidades escolares, eram muito mais espaços aproveitados e convertidos em unidades escolares ou edificações construídas similares a um galpão com paredes e divisórias em alvenaria destinadas a salas de aula, direção da escola, banheiros, cozinha, almoxarifado e sala de professores, conforme as notícias sobre a inauguração das unidades escolares construídas no período que, com exceção do Colégio Municipal do Recife, se restringiam somente a informar sobre o ato de inauguração e a uma descrição sucinta do espaço mínimo para uma unidade escolar.³¹²

Um outro problema que se apresentava ao sistema educacional era a relação aluno/salas de aulas, cerca de 43 por sala, muito acima do padrão estabelecido de 30 alunos por sala pelo Conselho Estadual de Educação à época, havendo ainda uma subtilização das salas de aula por turno, pois só 28% dos

³¹⁰ As justificativas para o novo uso destinado ao prédio sempre recaíram sobre a questão da falta de espaço para comportar as divisões e os serviços administrativos da Secretaria de Educação e Cultura do Recife, conforme podemos averiguar ao longo dos anos a partir da nossa experiência de docente na Rede Municipal de Ensino da Cidade do Recife.

³¹¹ **Diário de Pernambuco**, de 15/10/1972, p. 3, 1º Caderno.

³¹² Fazemos aqui a observação de que foram poucas as unidades escolares construídas e inauguradas no período, cerca de cinco, apesar de haver a informação de que existiam 200 unidades escolares à época. Contudo, a maioria eram espaços aproveitados para sediar núcleos de alfabetização para o programa de erradicação do analfabetismo, em convênio com o MOBREAL.

estabelecimentos funcionavam apenas com um turno e 36% com dois turnos, havendo, desse modo, um índice de 64% de equipamento ocioso para plena utilização.³¹³ No entanto, as escolas mais concorridas e situadas em áreas de maior concentração populacional chegavam a oferecer de quatro até cinco turnos diários, constituídos nos intervalos entre os turnos da manhã e tarde, no horário de 11h30min às 13h30min, e entre o da tarde e da noite, entre 17h e 19h.³¹⁴

Quanto ao ensino profissionalizante instituído pelo Sistema Educacional de Educação, através da reforma do ensino de 1972, que tinha por objetivo oferecer ao ensino um caráter final com a criação de uma estrutura que pudesse oferecer ao aluno uma formação profissional, capacitando-o para o trabalho, a oferta e a estrutura ainda dependia dos antigos cursos profissionalizantes. No geral, havia 7 estabelecimentos oferecendo o ginásial/comercial, 6 o ginásial/industrial, para o 1º grau, e, com relação ao 2º grau, 63,1% ofereciam o curso científico, sendo que 63,1% se voltava para a preparação do aluno para o ingresso na Universidade, e apenas 2,4% ofereciam o curso de contabilidade. Para o curso normal, destinado à formação de professores para o 1º grau, havia apenas 28,7% de estabelecimento oferecendo essa formação. O ensino profissionalizante ainda dependia da antiga estrutura educacional e contava com poucos estabelecimentos para poder contemplar as metas preconizadas pela reforma educacional.

Na realidade, só a partir de 1972 passaram a existir centros educacionais capacitados a atender as metas do ensino profissionalizante e este era o caso do CIPAM (Centro Integrado Professor Agamenon Magalhães), com formação voltada para habilitações no setor secundário. A partir de 1973 começaram a funcionar outros centros capacitados (Centro Integrado do Instituto de Educação de Pernambuco, Centro Inter-escolar Almirante Soares Dutra, Centro Integrado Santos Dumont), que ofereciam habilitações em sua maioria voltadas exclusivamente para o setor terciário. Segundo os próprios analistas do *Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife*, a implantação das propostas da reforma do ensino era lenta:

³¹³ **Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife**, *op. cit.*, p. 190.

³¹⁴ Idem, nota de rodapé na p. 189. Ainda sobre estes turnos, principalmente, sobre o primeiro, nos anos da década de 1980 eles ficariam conhecidos pelo senso comum entre o pessoal envolvido com a educação como os “turnos da fome”.

Vê-se, assim, que as modificações propostas pela reforma do ensino estão sendo implantadas, lentamente, na RMR e que, no ensino regular, é basicamente através do 2º grau que se está oferecendo alguma formação profissionalizante. No que se refere ao sistema estadual de ensino, essa formação está sendo promovida de maneira mais sistemática – segundo dados da SEC – em 3 Centros Inter-escolares que oferecem habilitações nos setores secundário e terciário, e um Centro Integrado com habilitações apenas no setor terciário, todos situados no Recife.³¹⁵

Pode-se ver, pela situação descrita, que o aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo sistema de educação formal não dependeria muito da atitude dos interessados, pois a própria estrutura e condições de ensino tinham muito pouco a oferecer quanto a uma formação contínua para alocar e/ou elevar o nível de escolaridade e qualificação daqueles que procuravam os seus préstimos.

Caso venhamos a nos restringir à apreciação da educação formal oferecida pela Prefeitura do Recife, poderemos constatar que as ações planejadas e executadas no sentido de oferecer ao estudante uma formação mais ampla ficaram restritas a poucos feitos, como: a implantação de práticas esportivas estimuladas através da instituição e realizações de competições esportivas (Jogos da Mocidade do Recife e Jogos Esportivos das Praias do Recife); comemorações de efemeridades através de promoções e eventos culturais; implantação da disciplina Educação Moral e Cívica, sob supervisão direta das esferas do poder federal; atividades culturais e esportivas conjuntas entre as escolas e os centros comunitários; atividades extra-escolares permeadas pelo patriotismo e ufanismo em relação aos grandes vultos da História do Brasil.³¹⁶ Ações que pouco acrescentavam a uma formação educacional e profissional dos estudantes, servindo muito mais à constituição de uma cultura ideológica sintonizada com a necessidade de legitimação política e social do regime autoritário instalado no pós-1964.

No entanto, não era só a estrutura de ensino que determinava a relação entre o indivíduo e o sistema de educação formal; outras condições se revelaram também como fatores condicionantes para a crítica situação de acesso à educação pelas classes subalternas. Dentre elas estava a estrutura e organização curricular e a concepção que permeava o ensino, instituídos a partir da Reforma

³¹⁵ **Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife**, *op. cit.*, p. 194, para a citação e os indicadores.

³¹⁶ Sobre ações, consultar as seguintes edições do **Diário de Pernambuco**, de 11/04/1970, p. 3 e 8, Caderno Especial; 07/08/1971, p. 7, 1º Caderno; ; 29/08/1970, p. 5, 1º Caderno; ; 03/09/1970, p. 5, 2º Caderno; ; 07/08/1971, p. 7, 1º Caderno.

do Ensino, com a Lei nº 5.692/71, que se voltava muito mais para preparar um indivíduo apto a atender às demandas de produtividade do desenvolvimento econômico e a sua inserção como cidadão consumidor e utilitário no mundo urbano-industrial. Tais propósitos ficaram bem claras no documento *Proposta Curricular Ensino – 2 Grau*, publicado em 1976, pela Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco:

Para fazer face à complexidade desse mundo urbano-industrial, à demanda cada vez mais crescente de maiores níveis de produtividade, à determinada carência, em alguns setores, de um controle social formal mais eficiente, o homem moderno partiu para a racionalização progressiva de suas atividades, planejando-a e adaptando-a, sempre que possível, ao processo de mudança social pela qual passa a sociedade moderna que está sempre a exigir-lhe: eficiência, racionalidade, criatividade, espírito de equipe, produtividade, capacidade de adaptação às mudanças, mobilidade social.³¹⁷

Pelos propósitos externados acima, os currículos e, conseqüentemente, os conteúdos programáticos, as metodologias de ensino e os recursos didáticos seriam orientados para oferecer aos alunos do sistema de ensino formal uma percepção e aquisição de uma instrução voltada para moldar um comportamento e a formação de competências e habilidades aptas às exigências da lógica e do modelo econômico e político em vigor no país. Tais aspectos se revelavam de forma mais nítida quando passamos a observar os objetivos, que na sua maioria, se não em todos, compreendem o indivíduo como um ser desprovido de aptidões, isento de uma formação sócio-cultural modelar, inapto para a vida na sociedade contemporânea, possuidor de capacidades intelectuais limitadas, abstraído da realidade social em que vive, desequipado de proposições e projetos. Enfim, um indivíduo que para vir a ser um sujeito precisava ser formado, instruído, conduzido a tal condição, servindo a educação como meio de transição de seu estado débil para a sua inserção direta como cidadão utilitarista no mundo do trabalho ditado pela lógica da sociedade industrial e de consumo.

- pensar de maneira lógica a racional;
- assumir atitude científica;
- utilizar as habilidades de ler, escrever, falar a ouvir;
- apresentar uma boa cultura geral;
- engajar-se na força de trabalho;
- compreender os direitos e deveres da cidadania;
- compreender e participar das mudanças que ocorrem no mundo;
- compreender problemas nacionais e internacionais;
- praticar normas de saúde e segurança;
- saber administrar bens;

³¹⁷ **Proposta Curricular Ensino – 2º Grau.** Recife: Secretária de Educação e Cultura de Pernambuco, 1976, p. 15. (v. III – Estudos Sociais)

- saber buscar informações;
- valorizar a conservação dos recursos naturais e de bens pessoais e públicos;
- valorizar as tradições histórico-culturais da comunidade;
- apreciar o belo em suas diferentes formas de expressão;
- encontrar satisfação nas tarefas que executa;
- usar conscientemente as formas de lazer;
- formar o caráter;
- apresentar bom relacionamento humano;
- atuar efetivamente na vida da família, da escola e da comunidade;
- interessar-se por sua educação permanente.³¹⁸

A essa funcionalidade curricular, juntava-se uma metodologia que recorria aos tradicionais questionários, aulas expositivas subsidiadas por apontamentos expostos em lousas, um uso muito restrito de livros didáticos, escassos recursos didáticos, ambientes escolares deficitários em equipamentos, professores com pouca formação profissional e políticas públicas que estavam muito mais voltadas para iniciativas educacionais que servissem para exposição publicitária dos governantes.³¹⁹ Para este caso, citamos a construção e inauguração pelo Prefeito Augusto Lucena, em 8 de março de 1975, do prédio que passou a abrigar a sede do MOBRL/RECIFE, situado no bairro da Boa Vista, na Praça Chora Menino, com condições físicas e equipamentos adequados para receber uma administração burocrática³²⁰ e se constituindo, para um suposto orgulho da administração municipal, na primeira sede própria do Brasil para a entidade,³²¹ em contraste com as improvisadas e deficitárias salas de aula destinadas à alfabetização de jovens e adultos espalhadas pelo Recife.

O MOBRL/RECIFE era de fato a principal peça publicitária de divulgação de alguma ação da municipalidade na área de educação, onde, volta e meia, anunciava-se contratação de professores para a alfabetização em massa, destinação de recursos para ampliar as metas de alfabetização e indicadores de

³¹⁸ **Proposta Curricular Ensino** – 2º Grau, *op. cit.*, p. 17.

³¹⁹ Pelo que podemos averiguar, as notícias relacionadas à educação, publicadas no Diário de Pernambuco, entre 1968 e 1975, estavam mais relacionadas à inauguração e expansão física de unidades escolares. Sendo raras ou quase inexistentes notícias referentes às melhorias no sistema educacional formal, como: capacitação dos professores, alocação de recursos didáticos, melhorias nas condições do ensino. Na prática, só encontramos duas notícias: uma informando que as escolas iriam receber livros para ampliar o acervo de suas bibliotecas (Diário de Pernambuco, 10/04/1975, p. 12, 2º Caderno) e outra anunciando que um professor, aproveitando a experiência de uma visita às escolas na Inglaterra, iria capacitar profissionais da educação municipal com cursos de educação sanitária. As outras notícias davam conta das questões, discussões e projetos para a implantação das reformas educacionais preconizadas pela Lei nº 5.692/71.

³²⁰ **Diário de Pernambuco**, 08/03/1975, p. 3, 1º Caderno.

³²¹ **Diário de Pernambuco**, 09/03/1975, p. 30, 1º Caderno.

ampliação dos números de alunos matriculados³²², passando a idéia de uma parceria que somava esforços para erradicar o analfabetismo no Recife.³²³ Anos mais tarde, em 1975, essa parceria e outras pelo país afora se mostraram incapazes e só tinham a apresentar um malogro para com a pretensão de erradicar o analfabetismo, tanto que, contrastando com as manchetes e reportagens ufanistas de anos anteriores, uma outra, de 24 de setembro de 1975, sentenciava em sua chamada de forma precisa o *débâcle* do MOBRL:

O baixo índice do rendimento do programa de alfabetização do Mobral, a regressão ao analfabetismo, o volume de recursos aplicados em programas que extrapolam os limites de sua competência, são algumas críticas feitas ao Movimento.

(...) Uma comissão parlamentar de Inquérito – CPI – foi constituída, pelo Senado Federal, e terá dias para investigar as atuações do Mobral.³²⁴

Afora as iniciativas vinculadas ao MOBRL e algumas intervenções no sistema educacional do município, o governo de Augusto Lucena esteve sempre, do início até o fim do seu mandato, voltado para políticas relacionadas com a execução de obras viárias e de reurbanização e/ou reordenamento urbano. Só com o governo de Antônio Farias, de 1975 a 1979, já num contexto de maior mobilização e pressão política por parte da sociedade, foi que a educação passou a ocupar um espaço mais relevante na administração pública, tendo sido anunciado no primeiro ano de seu governo que a administração havia refeito o orçamento do município para aumentar os recursos destinados à educação e passando este item a ser uma prioridade da nova gestão municipal.³²⁵ O próprio Antonio Farias, anos mais tarde, apresentaria um resumo do papel e da ação que a Prefeitura da Cidade do Recife tinha destinado à educação, só alterado por força de lei e pressão social:

³²² **Diário de Pernambuco**, 05/11/1971, p. 6, 1º Caderno; 08/08/1972, p. 1, 2º Caderno; 20/12/1973, p. 2, 1º Caderno.

³²³ Em algumas das vezes, dirigentes nacionais do MOBRL vieram ao Recife para firmar convênios entre governos municipais e o estadual. Entre as visitas em destaque, sobressaiu a do sr. Mario Henrique Simonsen, presidente da entidade, no auge de divulgação e implantação do programa de erradicação do analfabetismo, em 11 de maio de 1971, quando palestrou sobre o funcionamento do órgão, a metodologia de ensino, as metas a serem atingidas, o perfil da administração do organismo e a importância do acesso à educação para todos os indivíduos. Dentre as metas, o presidente do Mobral teria afirmado que o objetivo era alfabetizar cerca de 6,4 milhões de analfabetos ao ano, de um total de 16 milhões, erradicando o analfabetismo no país em até três anos. Sobre estes fatos, consultar: **Diário de Pernambuco**, 12/05/1971, p. 3, 1º Caderno.

³²⁴ **Diário de Pernambuco**, 24/09/1975, p. 6, 1º Caderno.

³²⁵ **Diário de Pernambuco**, 05/11/1975, p. 3, 1º Caderno.

Houve na época em que eu estava na prefeitura, uma lei que passou à atribuição da prefeitura municipal todo ensino do primeiro grau. O governador de então, através de seu secretário de educação a cultura, nos dizia que as escolas de primeiro grau existentes em Recife seriam mantidas pelo governo estadual, mas as necessidades novas, o aumento da rede escolar para o primeiro grau, teriam que ser suportados pela prefeitura da cidade do Recife. É um peso muito grande. Então tivemos que construir novas escolas de primeiro grau. Até então, naquela época, só funcionava da quinta à oitava série, o Colégio Pedro Augusto. Então tivemos que ampliar, passamos a ter em diversas escolas o primeiro grau completo – da primeira à oitava séries. Para isto tivemos que reformular a Fundação Guararapes, o órgão gestor da educação municipal, fazendo também ali uma reclassificação, procurando pagar condignamente às professoras e todos àqueles que lá serviam. Para os senhores terem uma idéia das dificuldades da prefeitura da cidade do Recife, basta dizer que, quando assumimos, existiam ainda pensionistas percebendo cinqüenta cruzeiros por mês. E melhoramos substancialmente, demos aumentos muito grandes, mas sentíamos ainda, que não estávamos fazendo a justiça necessária àqueles ex-servidores municipais.³²⁶

No geral, a questão do ensino era tão deficitária que levou o médico Nelson Chaves, mesmo alegando fatores extra-escolares (alimentação, nível cultural, meio ambiente e social) para o fracasso escolar, a apontar as deficiências no sistema de educação formal como as razões para o insucesso daqueles que a ele recorriam.

O problema do pré-escolar tem sido objeto de muita discussão em mesas-redondas, seminários, etc., porém pouco tem sido feito no sentido de solucioná-lo. A idade de 0 a 6 anos é mais vulnerável às boas e más influências; é a etapa de formação da personalidade e do caráter, sendo a mais adequada para a educação e a profilaxia da deficiência física e mental. As crianças pertencentes às famílias pobres, que vivem em microambientes onde praticamente não há saneamento básico e onde predominam a desnutrição, a infecção, a promiscuidade e a deficiência de estímulos sensoriais, intelectuais e afetivos, têm quase sempre, um destino sombrio; a maior parte morre antes dos 5 anos de idade; outras, talvez paradoxalmente as mais bem dotadas geneticamente, as mais resistentes, ativas e hábeis, sobrevivem graças a um mecanismo de seleção natural, mas têm a rua como escola e sofrem a influência de delinqüentes que as encaminham para a criminalidade infanto-juvenil; são recolhidas em reformatórios, casas de correção, juizados de menores, onde se tenta reeducá-las e reajustá-las, o que é muito difícil, mesmo porque a metodologia utilizada nem sempre é a melhor. Outras, pertencentes a famílias menos pobres, chegam à idade escolar, mas como são portadoras de deficiência física e mental não conseguem aprender. Grande é o número de repetentes e desistentes da escola nas camadas de menor nível sócio-econômico; em diversos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento tem-se observado que 80% ou mais das crianças que iniciam o curso primário não o terminam. Isto as incapacitam a lutar pela vida ao lado dos bem dotados física e mentalmente; o resultado é a marginalização.³²⁷

A marginalização já era um fato do qual Julia Marquezim Enone, quando professora de uma escola da periferia do Recife, tinha conhecimento. O que

³²⁶ Depoimento constante no livro **Ciclo de Debates**: Política Urbana, Planejamento e Democracia, *op. cit.*, p. 93.

³²⁷ **Diário de Pernambuco**, 02/11/1975, p. 3, DP Especial, Caderno do Recife.

Nelson Chaves descobre através de seus estudos como uma possível fatalidade que se quer naturalizar entre as crianças e adolescentes das classes subalternas, a personagem descobre por experiência e se converte numa das marcas de sua vida para que ela sempre traga a sua memória e para que um dia possa celebrar aos outros para a omissão não virar uma forma natural de conduta e atitude entre os indivíduos.

Falo, principalmente, das duas funções que exerceu depois que saí, pela segunda vez, do Hospital de Alienados: durante um ano e meses, entre 1961 e 1962, mestra de uma escola primária no Alto José do Pinho, onde alunos de dez anos apareciam armados de faca; funcionária, por concurso, do Instituto Nacional de Previdência Social, sendo demitida com cinco anos de serviço, em meados de 67, por abandono de cargo, após uma carreira irregular, com faltas sucessivas.³²⁸

Para Julia Marquelim Enone a omissão a ninguém é permitido usufruir. Ela é própria daqueles *que até hoje venceram [e] participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão*. Compartilhar com a omissão significaria produzir uma empatia com o vencedor e a *empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores*.³²⁹ Julia Marquelim Enone rejeita a omissão e a empatia e ao mesmo tempo delega a si e aos seus a tarefa da transgressão, da insurgência e de fazer alguma coisa ante não fazer nada e se prostrar perante o mundo como expectador e conveniente com os rumos do cortejo dos dominadores. Nada para ela serve subterfúgio para outra coisa não fazer, por isso ela coloca no corpo, na boca, no espírito e na vida de um personagem do seu romance a *luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais*.³³⁰

Não é aqui o lugar onde tentarei analisar a inquietação, a necessidade de indagar (mas indagar o quê?) que em mim provoca certo personagem, Rônfilo Rivaldo, surgido no capítulo III e conhecido no bairro como Espanador-da-Lua: é alto e magro. Flutuando entre a ação social, o espiritismo, a superstição franca e o protestantismo, diz ter um guia do astral, Alberto Magno de Titivila, "arcebispo, inquisidor, cigano e mártir"; não obstante a orientação arquiépiscopal, deixa crescer a unha do dedo mínimo para cortar o azar e sabe de cor inúmeros hinos evangelistas. Ensina Maria de França a cantá-los e matricula-a na escola gratuita que fundou e orienta, apesar de analfabeto e pobre, com obrigações familiares.³³¹

³²⁸ LINS, Osman, *op. cit.*, p. 188.

³²⁹ Citações da tese número sete de BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história, in **Magia e técnica, arte e política**, *op. cit.*, p. 225.

³³⁰ Citações da tese número quatro. Idem, p. 223.

³³¹ LINS, Osman, *op. cit.*, p. 16.

3. QUANDO O TRABALHO NÃO ENOBRECE, MAS INSULTA

A trajetória e a disposição de Maria de França pelo sistema de educação formal era uma consequência direta da debilidade deste. Para ela o seu percurso e de tantos outros de sua classe social pouco alterou a tarefa de realizar um trabalho qualquer para sobreviver e tê-lo que suportar. De resto, o trabalho de lavar roupa só lhe é grato nos momentos em que ora lhe contempla com lembranças vagas e incompletas (o cheiro é de capim ou de tijolo novo) ora lhe permite contemplar uma transmutação (roupas sujas que ficam limpas e lisas como num passe de mágica) (ver citação na página 209-210). Ou, ainda, nos momentos em que o trabalho lhe fornece indícios para discernir sobre as razões que promulgaram o seu infortúnio (a chuva tão desejada anteriormente é agora um empecilho), a partir do qual começa a questionar se os fenômenos e as condições externas às relações entre os homens dispunham de fato de autoridade ou poder para prescrever o malogro do seu trabalho e lhe impingir condições de vida degradantes.

Esse discernimento e exame de Maria de França sobre a sua condição provém, antes de tudo, de sua experiência de vida, dos resultados das histórias que viveu e das relações mediadoras de sua existência. A personagem passa pela mesma experiência do retirante de *Morte e vida Severina*, de João Cabral de Melo e Neto, quando migrando do Sertão para a Zona de Mata de Pernambuco, com destino ao Recife, tentando deixar para trás uma paisagem de caatinga e seca que creditava ser a razão de seu infortúnio e de sua indignação, depara-se com uma paisagem da qual pressupõe:

Agora afinal cheguei
nessa terra que diziam.
Como ela é uma terra doce
para os pés e para a vista.
Os rios que correm aqui
têm água vitalícia.
(...)
Não tenho medo de terra
(cavei pedra toda vida),
e para quem lutou o braço
contra a piçarra da Caatinga
será fácil amansar
esta aqui, tão feminina.³³²

³³² *Morte e vida Severina*, in MELO NETO, João Cabral de, *op. cit.*, p. 158.

Logo, quase ao término de sua viagem, o retirante já passa a discernir e a tomar consciência de que não é a dinâmica ou os fenômenos da natureza e suas conseqüências que ditam o seu destino e os de outros da sua estirpe social:

Mas não senti diferença
entre o Agreste e a Caatinga
e entre a Caatinga e aqui a Mata
a diferença é mais mínima.
Está apenas em que a terra
é por aqui mais macia;
está apenas no pavio,
ou melhor, na lamparina:
pois é igual o querosene
que em toda parte ilumina,
e quer nesta terra gorda
quer na serra, de caliça,
a vida arde sempre com
mesma chama mortiça.³³³

Os acontecimentos e as condições que marcam tanto o infortúnio e a indigência do retirante como também os de Maria de França passam a ser perceptíveis não como resultantes das conseqüências da dinâmica e dos fenômenos da natureza e sim pelo percurso em sentido inverso da corrente dos préstimos que haviam sido acenados e reservados às massas de indivíduos e trabalhadores que só dispunham de sua força de trabalho para sobreviver, embutidos nas políticas de superação do subdesenvolvimento do país nos anos de 1950 e/ou nas estratégias de desenvolvimento econômico do “Brasil Grande”. Para esses dois personagens, de um poema e de um romance de décadas e contextos históricos distintos, separados por quase duas dezenas de anos, só lhes restou a condição de deserdados do processo de consolidação do pólo urbano-industrial como eixo dinâmico da economia, resultado das estratégias políticas e econômicas dos anos 1950 e das estratégias e políticas de desenvolvimento e modernização da economia brasileira, pós-64, que permitiram às empresas oligopolistas (nacionais e estrangeiras), a partir de 1968, a garantia de lucros extraordinários e os recordes de crescimentos anuais do PIB brasileiro durante o período do chamado “milagre econômico”.

A consciência de deserddado já era bem plausível no retirante de *Morte e vida Severina*. Sabe este personagem que as condições e mediações que dão suporte a sua vida e produzem e reproduzem os seus infortúnios e as suas indigências se perpetuam de forma consistente e ativa. Essa consciência lhe

³³³ MELO NETO, João Cabral de, *op. cit.*, p. 163.

chega a partir de sua reflexão sobre o combustível e o artefato de que se faz uso para iluminar os recintos. Para o retirante o querosene é a tradução do combustível que prescreve, alimenta e ilumina, do sertão ao cais, a sua condição, e, através de um outro exame, denuncia o artefato (uma outra lamparina distinta na forma, por alterações técnicas em sua feitura, das que usava na caatinga) como a empreitada de um ardil que procurava embutir em si uma consciência e crença na manifestação ilusória da promessa da modernização como condição de redenção dos deserdados. O objeto, a lamparina, procurava assim dissimular todo e qualquer traço da sua essência fundamental: a relação entre os homens,³³⁴ com o propósito de levar os Severinos a ignorar a origem material das necessidades e os interesses inerentes presentes nas relações econômicas e sociais de produção que prescreve, alimenta e ilumina a condição de deserdados dos Severinos e das Marias.

Chegados à cidade do Recife, que percursos Severinos e Marias poderiam seguir no mundo do trabalho? Já em 1956, Mauro Mota, no poema *A Tecelã*, transcrito na próxima página, apresentava os percursos e as experiências a que estavam expostos os protagonistas que, a cada dia, hora e minuto, precisam levar a vida na faina para arrancar dela uma sobrevida.

Não precisaremos de muito esforço para averiguar que o poema de Mauro Mota poderá muito bem servir de contraprova histórica às categorias, conceitos, análises e críticas que Karl Marx desenvolve na Seção III e IV, do volume I, Livro Primeiro, Tomo I, de sua obra *O Capital*.³³⁵ Do poema emerge a alienação da força de trabalho, a perda do controle sobre o processo de produção, a submissão real ao processo produtivo, a divisão técnica do trabalho, a automação, o processo de ampliação da produtividade, as taxas de mais-valia relativa, a eliminação da consciência sobre o que se produz e qual o seu destino, a massificação, a coisificação, a reprodução fisiológica e mental estendida a todos aqueles que levam uma faina e vida operária e as perspectivas de produção da exaustão prematura e do aniquilamento da própria força de trabalho desses,

³³⁴ LUKÁCS, Georg, *op. cit.*, p. 97.

³³⁵ Fazemos uma referência especial às seções intituladas *A produção da mais-valia absoluta* e *A produção da mais-valia relativa*, in MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp.147-289. (v. I, Livro Primeiro, t. I, Os Economistas)

prolongando, assim, o tempo do trabalho da tecelã num prazo determinado mediante o encurtamento de seu tempo de vida.³³⁶

Toca a sereia na fábrica
e o apito como um chicote
bate na manhã nascente
e bate na tua cama
no sono da madrugada.
Ternuras da áspera lona
pelo corpo adolescente.
É o trabalho que te chama.
Às pressas tomas o banho,
tomas teu café com pão,
tomas teu lugar no bote
no cais do Capibaribe.
Deixas chorando na esteira
teu filho de mãe solteira.
Levas ao lado a marmita,
contendo a mesma ração
do meio de todo o dia,
a carne seca e o feijão.
De tudo quanto ele pede
dás só bom dia ao patrão,
e recomeças a luta
na engrenagem da fiação.
Ai, tecelã sem memória,
de onde veio esse algodão?
Lembras o avô semeador,
com as sementes na mão,
e os cultivadores pais?
Perdidos na plantação
ficaram teus ancestrais.
Plantaram muito. O algodão
nasceu também na cabeça,
cresceu no peito e na cara.
Dispersiva tecelã,
esse algodão quem colheu?
Tuas pequenas irmãs,
deixando a infância colhida
e o suor infantil e o tempo
na roda da bolandeira
para fazer-te fiandeira.
Ai, tecelã perdulária,
esse algodão quem colheu?
Muito embora nada tenhas,
estás tecendo o que é teu.
Teces tecendo a ti mesma
na imensa maquinária,
como se entrasses inteira
na boca do tear e desses
a cor do rosto e dos olhos
e o teu sangue à estamparia.

Os fios dos teus cabelos
entrelaçados nesses fios
e outros fios dolorosos
dos nervos de fibra longa.
Ó tecelã perdulária,
enroscas-te em tanta gente
com os ademanos ofídicos
da serpente multifária.
A multidão dos tecidos
exige-te esse tributo.
Para ti, nem sobra ao menos
um pano preto de luto.
Vestes as moças da tua
idade e dos teus anseios,
mas livres da maldição
do teu salário mensal,
com o desconto compulsório,
com os infalíveis cortes
de uma teórica assistência,
que não chega na doença
nem chega na tua morte.
Com essa policromia
de fazendas, todo dia,
iluminas os passeios,
brilhas nos corpos alheios.
E essas moças desconhecem
o teu sofrimento têxtil,
teu desespero fabril.
Teces os vestidos, teces
agasalhos a camisas,
os lenços especialmente
para adeus, choro e coriza.
Teces toalhas de mesa
e a tua mesa vazia.
Toca a sereia da fábrica
e o apito como um chicote
bate neste fim de tarde,
bate no rosto da lua.
Vais de novo para o bote.
Navegam fome e cansaço
nas águas negras do rio.
Há muita gente na rua,
parada no meio-fio.
Nem liga importância à tua
blusa rota de operária.
Vestes o Recife e voltas
para casa, quase nua.³³⁷

³³⁶ Adaptamos aqui o seguinte texto de Karl Marx: *Ela produz a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador num prazo determinado mediante o encurtamento de seu tempo de vida.* MARX, Karl, *op. cit.*, p. 212.

A protagonista concebida por Osman Lins parece, no curso do romance, caminhar para a realização de um percurso que terá como termo a execução dessa perspectiva, pois outra qualquer não poderia, conforme a lógica meritocrática, resultar de uma Maria de França, detentora de um estatuto de deserdada, que há muito em sua vida pode constatar, por toda a sua infância, adolescência e vida adulta, que a sua condição seria premeditadamente perpetuada e reproduzida para alimentar a lógica da expansão e reprodução do novo estágio da internalização da produção capitalista no país. A justificativa seria em princípio de que as formas de aquisição e desenvolvimento de seu discernimento e de seu exame e as aptidões do seu intelecto tinham a sua sanção vedada pela sua falta de disposição em acessar os requisitos, as competências e as habilidades instituídas pelo sistema educacional, só reconhecidas quando confirmadas pelo sistema escolar através dos diplomas e títulos.

Desde o início da narrativa de *A rainha dos cárceres da Grécia*, o narrador nos anuncia a origem de Maria de França. Como muitos outros que habitam os alagados, as favelas, os morros e a periferia do Recife, ela integra o contingente daqueles que um dia emigraram do campo e das cidades do interior para o Recife. Desse contingente, tomando por base o censo de 1980, de uma população total de 1.203.987 habitantes, em 1980, 414.508 habitantes haviam emigrado para a cidade até então, sendo que 254 mil eram procedentes de zonas urbanas e 160 mil de zonas rurais. O processo migratório remontava aos anos de 1940 que, segundo o geógrafo Mario Lacerda, em declaração prestada para um artigo de Garibaldi Otávio, intitulado *Recife, o progresso impossível?*, publicado em 2 de novembro de 1975, no *Diário de Pernambuco*, tinha como seus fatores:

Não, é claro, por força da racionalização das atividades rurais, mas pela combinação dos efeitos da explosão demográfica com os das distorções estruturais da economia rural. Dessas resultam condições de existência, relações de trabalho, índices de ocupação e níveis de renda que se situam na base de pressões demográficas. Esse estado de coisas gera e alimenta fluxos que fazem crescer, celeremente, sem suporte econômico, cidades como o Recife.³³⁸

³³⁷ MOTA, Mauro. **Antologia em verso e prosa**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1982, pp. 58-61.

³³⁸ **Diário de Pernambuco**, 02/11/1975, p. 3, DP Especial, Caderno do Recife.

No mesmo artigo, o ex-prefeito Augusto Lucena apontava as conseqüências de um fluxo migratório que alocava no Recife cerca de 11 mil pessoas ao ano:

“Enquanto as soluções maiores não são encontradas – preocupa-se o sr. Augusto Lucena – o Recife continua recebendo os fluxos migratórios que vêm somar-se às populações já instaladas na cidade, pólo da Região Metropolitana, em busca de sua integração à economia urbana.”

Mas, Lucena reconhece que essa integração ocorre muito lentamente, permanecendo esses contingentes humanos longo tempo à margem do progresso econômico em atividades de subemprego, “biscates”, ou simplesmente sobrevivendo.³³⁹

Em seguida, o ex-prefeito sentenciava o resultado futuro que adviria da pressão demográfica ante a capacidade da cidade do Recife em atender à demanda por serviços de urbanizações por parte da população:

“Essas populações – argumenta Lucena – e mesmo aquelas que há algum tempo integram-se às atividades econômicas urbanas, mas com baixíssima renda familiar, devido à sua falta de capacidade profissional, passaram e passam a exigir os serviços mínimos de urbanização de responsabilidade municipal sem, entretanto, contribuírem com impostos ao nível dos custos dos serviços urbanos.”

A isso, o ex-prefeito soma o fato de que as populações dos municípios da Área Metropolitana, exercendo suas atividades no Recife, servem-se de equipamentos urbanos já deficitários da capital, mas residem e pagam seus impostos, especialmente os territoriais e prediais, nos municípios de origem.³⁴⁰

A lógica que permeava as análises e proposições do ex-prefeito Augusto Lucena era a do mercado: o acesso e o usufruto dos serviços urbanos e de seus equipamentos só devem ser realizados e/ou consumidos por aqueles que podem disponibilizar recursos e rendas, pagos através de tributos e taxas, para acessá-los e usufruí-los, pois a instalação, disponibilização, expansão e manutenção dos mesmos requer investimentos e uma constante captação de recursos. Seguindo essa lógica, os demais deveriam resguardar as suas demandas e velar por uma conjuntura na qual seriam suscitadas oportunidades de consumo dadas por uma redistribuição de superávits futuros na oferta quando da contemplação das demandas dos consumidores privilegiados.

De fato, esses foram os critérios e a racionalidade que orientaram as gestões de Geraldo Magalhães e Augusto Lucena, entre 1969 e 1975. No governo desses dois prefeitos o que mais se construiu no Recife foram avenidas, pontes, estacionamentos, jardins, praças, estacionamentos, ruas e tantas outras obras destinadas a um tipo de habitante que tinha como principal meio de

³³⁹ *Diário de Pernambuco*, *op. cit.*

³⁴⁰ *Idem.*

transporte o automóvel particular e que almejava usufruir de equipamentos urbanos sintonizados com seus desejos e padrão de consumo.

As prioridades definidas na gestão de Augusto Lucena confirmam a lógica e a racionalidade vigente e as avaliações e o juízo que esse ex-prefeito tinha para uma gestão municipal. As suas prioridades ficam claras quando fazemos um levantamento, através das notícias e anúncios oficiais publicados em jornais, das obras realizadas e inauguradas pela Prefeitura da Cidade do Recife. Tomando como base o ano de 1974, um ano eleitoral no qual seriam eleitos deputados federais e estaduais para a Câmara Federal e Assembléia estadual, respectivamente, e ocorreria uma eleição majoritária para a eleição de uma vaga de senador para o Senado Federal, o então prefeito Augusto Lucena se esforçou para evidenciar uma administração pública dinâmica visando seduzir o eleitorado e capitalizar votos para os candidatos do seu bloco político, representado pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido criado para servir de base de sustentação política ao regime autoritário pós-1964 e aos seus aliados estaduais e municipais.

Pelo noticiário dos jornais, podemos averiguar que a conclusão das obras e as suas inaugurações serviam ao prefeito e aos candidatos do seu partido como cenários e encenações onde se colocava em cena uma representação das virtudes e sucessos das políticas dos governos pós-1964, visando seduzir e aliciar as consciências e a presumível índole patriótica dos eleitores, que deveriam se traduzir em dividendos eleitorais nas eleições de 15 de novembro de 1974 aos candidatos da ARENA.

Contudo, das obras concluídas e inauguradas pela Prefeitura do Recife – construção de escadarias, pavimentação de ruas e avenidas, urbanização de logradouros, construção de galerias, instalação de posto de saúde e similar, construção e reforma de praça – apenas cerca de vinte se destinavam a atender preferencialmente à população de menor renda e estavam situadas em áreas urbanas desprovidas de equipamentos e melhorias urbanas. As demais obras, cerca de cem, que iam da pavimentação de ruas até a construção de avenidas, atendiam aos interesses de moradores de localidades com concentração de pessoas com médio e alto poder aquisitivo ou contemplavam as necessidades de

uma locomoção rápida e eficaz para os veículos, principalmente para o automóvel particular, representando, também, grande inversões de recursos municipais.

No quadro da página seguinte (QUADRO 08), apresentamos o levantamento realizado. Nele podemos verificar as localidades contempladas e tipos de obras realizadas, sendo que as assinaladas com um asterisco correspondem às obras realizadas em localidade de concentração de pessoas com baixo poder aquisitivo.

Ainda no dia 14 de novembro de 1974, às vésperas das eleições, como um reforço de última hora na campanha eleitoral, o prefeito Augusto Lucena anunciava em uma reportagem que até o final do ano mais 71 obras seriam concluídas e inauguradas. Um mapeamento dessas obras nos confirma que os critérios que definiam o tipo de obra e a sua localização eram os mesmos adotados para obras relacionadas no Quadro 08. A distribuição era a seguinte: 29 ruas pavimentadas, 2 travessas, 2 pontes, 6 praças e 9 áreas de ajardinamento de avenidas estavam localizadas em área com concentração de pessoas com médio e alto poder aquisitivo. As demais obras estavam em localidades com uma população com baixo poder aquisitivo (9 ruas pavimentadas, 1 travessa, 7 escadarias, 6 praças). Isso significava que 32% das obras eram destinadas a esta população.³⁴¹

A resposta das classes subalternas às prioridades definidas pela gestão Augusto Lucena e aos desdobramentos mais amplos das políticas estatais do regime autoritário foram a de impingir uma das derrotas eleitorais mais significativas da história eleitoral brasileira a um bloco político no poder. Só na cidade do Recife, dos 278.723 votos apurados para a eleição de senador, 222.933 votos foram destinados ao candidato da oposição, Marcos Freire, pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), conferindo ao candidato 79,98% dos votos, um dos maiores índices de votação desde 1964 até os dias atuais no Recife. A vitória do candidato da oposição se confirmaria também no Grande Recife e no estado de Pernambuco, desferindo uma derrota eleitoral tanto no governo municipal como estadual e federal. A resposta do eleitorado recifense também resvalou para as eleições proporcionais, na qual outorgou ao candidato Jarbas Vasconcelos 28.756 votos, o triplo e o dobro dos dois candidatos da

³⁴¹ **Diário de Pernambuco**, 14/11/1974, p. 2, 1º Caderno.

ARENA mais bem votados na cidade, Carlos Wilson Campos e Marco Antônio Maciel, respectivamente.

QUADRO 08 – OBRAS CONCLUÍDAS E INAUGURADAS POR AUGUSTO LUCENA EM 1974	
TIPO DE OBRA	LOGRADOURO
Alargamento de avenida	Av. Boa Viagem, no bairro de Boa Viagem
Alargamento de avenida	Av. Beberibe, entre a Encruzilhada e Beberibe
Alargamento de rua	Rua do Sol
Alargamento e pavimentação de avenida	Av. Sebastião Salazar, no bairro de Cajueiro
Alargamento e prolongamento de avenida	Av. Mascarenhas de Moraes, entre a Imbiribeira e Jaboatão
Ampliação e reforma de avenida	Av. Sul
Conclusão de faixas de avenidas	Av. Agamenon Magalhães
Construção de avenida	Av. Mario Melo, entre os bairros da Boa Vista e Santo Amaro
Construção de escadarias*	Uma escadaria, no bairro da Macaxeira
Construção de escadarias*	Três escadarias, no bairro do Vasco da Gama
Construção de estradas de acesso	Estrada de acesso entre a UR-7 e a Várzea
Construção de galerias	Sistema de galerias em uma rua, no bairro da Boa Vista
Construção de galerias*	Sistema de galerias em uma rua, no bairro do Jequiá
Construção de galerias	Sistema de galerias em duas ruas, no bairro do Parnamirim
Construção de ponte de acesso	Ponte para tráfego de veículos, entre Dois Unidos e Passarinho
Construção de ponte de acesso	Ponte para tráfego de veículos, entre Recife e São Lourenço da Mata
Construção de praça	Praça Rosa Gatorno, no bairro do Arruda
Construção de praça	Praça Visconde de Mauá (Estação Central), no bairro de São José
Construção de praça*	Quatro praças, no bairro Vila do IPSEP
Construção de viaduto	Viaduto ferroviário, no bairro de Afogados
Consultório odontológico	Fundação Guararapes
Iluminação de avenida	Av. Caxangá, entre a Madalena e a Várzea
Pavimentação de área	Área no em torno do Aeroporto dos Guararapes
Pavimentação de avenida*	Av. Malacó, na localidade do Alto de Santa Isabel
Pavimentação de avenida	Av. República de Honduras, trecho UR-3/Ceasa/Jardim São Paulo
Pavimentação de estrada	Estrada do Brejo, trecho Nova Descoberta/Beberibe
Pavimentação de rua	Rua Dr. Machado, entre o bairro da Encruzilhada e Sítio Novo
Pavimentação de rua	Uma rua, no bairro da Encruzilhada
Pavimentação de rua	Uma rua, no bairro do Rosarinho
Pavimentação de ruas	Seis ruas servindo de artéria, no bairro de Santo Amaro
Pavimentação de ruas*	Duas ruas, no bairro de Água Fria
Pavimentação de ruas	Vinte e duas ruas, no bairro de Boa Viagem
Pavimentação de ruas	Quatro ruas servindo de artérias, no bairro de Casa Amarela
Pavimentação de ruas	Oito ruas, no bairro do Prado
Pavimentação de ruas	Vinte e cinco ruas, no bairro da Torre e Madalena
Pavimentação e urbanização de ruas	Três ruas, no bairro de Casa Amarela
Pavimentação e urbanização de ruas*	Duas ruas, no Córrego do Jenipapo
Posto médico odontológico*	Unidade Mista Amaury de Medeiros, na UR-8, no Bairro da Várzea
Prolongamento de Avenida	Av. Conselheiro Aguiar, no bairro de Boa Viagem
Prolongamento e alargamento de avenida	Av. Recife, entre e a Estância e o Aeroporto Guararapes
Prolongamento e pavimentação de Avenida	Av. Domingos Ferreira, no bairro de Boa Viagem
Prolongamento e urbanização de avenida	Av. Cruz Cabugá
Reforma de giradouro	Praça do Parnamirim, no bairro do Parnamirim
Reforma de praça e terminal de ônibus*	Praça Pinto Damásio
Revestimento asfáltico	Rua Imperial
Urbanização de logradouro*	Melhoramentos urbanos em ruas, no Alto 13 de Maio

Fonte: **Diário de Pernambuco**, janeiro a dezembro de 1974.

A derrota eleitoral não se restringiria só ao Recife e a Pernambuco, ela se disseminaria por quase todo país, com o MDB elegendo 16 dos 22 senadores e

fazendo 160 deputados federais, 73 a mais do que tinha, ficando com 72,75% dos votos nacionais para as eleições majoritárias, impingindo não só uma derrota eleitoral ao autoritarismo instalado no aparelho de Estado, mas, também, conferindo ao mesmo um atestado de ilegitimidade e contestação às bases de legitimação do seu governo e as suas políticas estatais.³⁴² Constatação que teria sido observada pelo então presidente Ernesto Geisel, que tinha tomado posse meses antes, em março de 1974, em substituição ao presidente Médici, ao comentar a possibilidade de a Arena não ter a maioria da Câmara Federal, ao enunciar: *Vamos ter por quê? O que nos assegura? Acho bem possível que não tenhamos [...] Eleição é isso mesmo. O povo vota livre e, normalmente, no contra. E nós temos que respeitar. Pois não fizemos uma eleição? É isso, e pronto.*³⁴³

Naquele momento, o governo já passava a encontrar dificuldades para manter as condições de desmobilização política da sociedade e de impedir os enfrentamentos à sua política econômica, salarial e trabalhista. Além de se ver incapaz de enfrentar problemas estruturais que minavam e diluíam o “milagre econômico” (déficit públicos, elevação da inflação, evasão de divisas, déficit na balança comercial, crescimento das taxas de juros, elevação dos custos dos insumos básicos importados, ausência de uma infra-estrutura para manter o crescimento econômico e a presença de limites na capacidade da produção industrial instalada).

As dificuldades que o governo passou a enfrentar já em 1974 deitavam suas raízes nas prioridades estabelecidas ao longo da última década. No caso do Recife, as prioridades estabelecidas pelas sucessivas gestões à frente da Prefeitura da Cidade do Recife levaram a que os locais que não eram o seu foco de atenção conhecessem processos acentuados de desagregação em sua infra-estrutura urbanística. Era o caso de Jardim São Paulo, bairro construído para atender aos interesses de moradia de uma classe média de renda baixa, que presenciava pouco a pouco a deterioração de seus logradouros e a ausência de

³⁴² Sobre os resultados eleitorais nas eleições de 1974 no Recife e no Brasil, consultar: **Diário de Pernambuco**, 17 a 21/11/1974, principalmente, no 1º Caderno; LEITE, Romildo Maia. **Os Vulcões de Abril**. Recife: Edições Bagaço, 2002, pp. 250-251. (História das Eleições no Recife. V.2); GASPARI, Elio. **As ilusões armadas**. A ditadura derrotada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 253-467.

³⁴³ Segundo Elio Gaspari, Geisel teria sido aconselhado a cassar alguns parlamentares eleitos da oposição para resguardar a maioria da ARENA na Câmara de Deputados, o que teria motivado a dar esta declaração. Sobre este acontecimento, consultar: GASPARI, Elio, *op. cit.*, p. 467.

ações eficazes da municipalidade para conter o processo, ficando as ações preventivas e reparadoras por conta e custo dos próprios moradores.

Jardim São Paulo – parou no tempo

(...) é um bairro essencialmente sujo. Outros problemas, porém, atingem a localidade, tais como a falta de capinação, de terraplanagem, de iluminação, como informam seus moradores. Todavia, dos problemas comuns a qualquer comunidade, Jardim São Paulo não reclama sobre transporte e escola. “Nós somos muito bem servidos de transporte, pois as duas empresas que servem a linha, a Oliveira e a AVS, têm bastante ônibus e dispõem de um quadro de motoristas e cobradores cumpridores dos seus deveres” – disse o sr. Severino Camilo.

(...) O grande problema viário é a situação de quase intrasibilidade da via principal, na parte baixa, que tem motivado constantes reclamações dos moradores daquele bairro.

(...) Lixo é coisa que não falta no Jardim São Paulo.”

(...) O arrancamento do bueiro na Rua Galinéia, tornou a artéria intransitável. Agora é só depósito de lixo.

(...) Através de cotas as famílias de Jardim São Paulo estão comprando metralhas, para melhorar as condições das suas ruas, que não recebem terraplanagem nem pavimentação.³⁴⁴

A própria reportagem faz algumas ressalvas, salientando que a localidade não sofria de alguns problemas comuns a outras áreas urbanas. No geral, a situação era mais grave para muitas áreas onde se concentravam as populações de menor renda, como nos anuncia a seguinte manchete de jornal *Imigração provoca aumento de favelas do Recife*, informando que nelas moravam grande parte de *cerca 126.000 pessoas, de 1960 a 1970, [que] vieram para migrar no Recife, sendo 58% do sexo feminino*.³⁴⁵ O que permitia aos que pensavam e estudavam a cidade fazer certos diagnósticos sobre ela e pressupor que o Recife era um formigueiro que inchava:

Recife é um formigueiro que “incha”.

Recife tem hoje uma super população. Pelo menos, de acordo com a estatística do IBGE, somos mais um “formigueiro” do que uma cidade. O Recife está com 1.060.701 habitantes e conforme os sociólogos, a cidade “está inchando”. Os bairros mais habitados são Casa Amarela, Boa Viagem, Beberibe e Afogados. Entretanto, temos apenas 47 estabelecimentos hospitalares com internamento e 7.910 leitos.³⁴⁶

Era essa realidade que permitia a Osman Lins, através do narrador de *A rainha dos cárceres da Grécia*, sentenciar:

Muitos dos que saem do campo, sabe-se, ao campo voltariam, se pudessem, tão difícil para eles a vida na cidade. Aí engrossam o contingente dos que formam a “cultura da pobreza”, assinalada pela desproporção entre a estrutura mental dos

³⁴⁴ **Diário de Pernambuco**, 01/07/1974, p. 3, 2º Caderno.

³⁴⁵ **Diário de Pernambuco**, 23/08/1974, p. 3, 1º Caderno.

³⁴⁶ **Diário de Pernambuco**, 02/09/1974, p. 1, 2º Caderno.

indivíduos e a complexidade dos centros onde vão tentar a vida, com o que o fracasso é inevitável.³⁴⁷

A explicação para o fracasso inevitável residia em grande parte na falta de empregos disponíveis para os que o procuravam. Quando o tinham, a situação não era muito distinta em relação aos que procuravam outras ocupações e formas de sobrevivência. Um artigo no *Caderno do Recife*, publicado no Diário de Pernambuco, em 02 de novembro de 1975, calculava que 30% da população ocupada percebiam, em sua grande maioria, o equivalente a um salário mínimo ou até menos.³⁴⁸ Para muitos que buscavam trabalho na cidade, ter alguma ocupação e garantir comida, cama e alguns trocados já representava algum sinal de melhora em relação às situações de indigências e de dilapidação física e mental que podiam passar ante a ausência de algum bem ou qualquer perspectiva de rendimento para sobrevivência. Era essa a situação para a qual caminhava Maria de França antes de seu primeiro emprego como empregada doméstica:

Eis, então, jogando com as incertezas do tempo e sob o disfarce de simples abertura, o apólogo que orienta os episódios futuros do romance. A transferência da viúva e os primeiros cinco anos no Recife, ao termo dos quais – sempre mais soturna e mais distraída – não progrediu em nada, constituem o acesso a Maria de França e aos seus desastres. Queixando-se do aparelho genital, amortecido o lado esquerdo do corpo, vai a mãe para segundo plano; deixa no centro do palco, com dez anos completos, a heroína do drama. A transmissão opera-se de modo coerente: declinando as forças da mulher (surgem também distúrbios renais), Maria de França, apesar da idade, emprega-se como doméstica, a troco de comida, cama e ordenado insignificante.³⁴⁹

Uma reportagem de Jeová Franklin, para o Diário de Pernambuco, de 1969, intitulada *Somos um milhão de sobreviventes?*, informa-nos que a situação de Maria de França não era a única e muito menos um arquétipo que ilustrava uma obra de ficção. Analisando as condições de vida e de pequenos negócios da população mais pobre da cidade, o repórter nos fornece este quadro minucioso do dia-a-dia dos que procuram sobreviver de qualquer jeito e custo em qualquer situação:

Um casal de crianças se abriga sobre uma lata cheia de farinha e restos amarelos de comida, perto da grade de ferro corrida que sustenta os caixotes de bebidas de um dos restaurantes do mercado de São José. Ao pressentirem a máquina fotográfica, os guris escondem o rosto com as mãos.

³⁴⁷ Idem, p. 12.

³⁴⁸ **Diário de Pernambuco**, 02/11/1975, p. 1, Caderno do Recife.

³⁴⁹ Idem, pp. 11-12.

Eles não sabem que aquela comida está cheia de germe, mas escondem a cara com vergonha.

No restaurante do mercado – os populares mosqueiros – os ambulantes, prostitutas e empregados das barracas internas se apertam nos bancos toscos de madeira, na luta frenética para engolir a sopa de feijão ou o bocado de arroz, de macarrão e de carne, o mais rápido que puderem para que as moscas que envolvem o ambiente não tenham tempo de servir de tempero.

(...) Na Praça Joaquim Nabuco, o vendedor de milho com os mesmos dedos que contam dinheiro, limpam o nariz e mudam a posição da espiga sobre o carvão em brasa. “Milho verde, milho verde, assadinho na hora, Quem se habilita?

(...) E o moleque que vende picolé numa grande caixa encardida de isonor, distribui o produto sem qualquer proteção, segurando com as mãos imundas a massa de refresco congelado, estendendo o palito para o freguês.

(...) E o senhor não sabe o que é um comeu-morreu?

Explico: Um cachorro-quente preparado com um pão de duzentas gramas, carne picada e temperada com pimentão, tomate e outros ingredientes. É vendido às portas dos clubes nos fins de festas ou nas esquinas das principais avenidas, depois da meia-noite.

(...) Nem preciso ir perto do Capibaribe, em tempo de maré baixa, lá pelos lados do Coque, dos Coelho ou do Areial. Tampouco aos montes de lixo de Peixinhos ou à Ilha do Maruim. Basta chegar à avenida Conde da Boa Vista, Avenida Guararapes, Praça Joaquim Nabuco ou Dezesete: amendoim torrado, refresco de frutas, castanhas confeitadas, acarajé e camarão, peixe frito e outras milhares de formas em que se apresentam os germes camuflados da gripe ou tuberculose.

Mas para tudo há remédio. A dois ou três passos desses principais focos você sempre encontra um vendedor de óleos de piraquê ou de avestruz que cura desde o catarro crônico às enxaquecas, sem falar nas pílulas contra todos os vermes. “Um é mil, ou três por dois mil.”

Donde é fácil concluir que somos uma cidade habitada por sobreviventes.³⁵⁰

É óbvio que a preocupação do repórter com o que ele classifica de sobrevivência se refere à capacidade do sistema imunológico e das condições físicas dos habitantes da cidade de resistirem à proliferação de doenças que podem contrair ao se alimentarem de comidas produzidas e vendidas sem condições higiênicas e sanitárias. No entanto, na ânsia de mostrar um quadro crítico do comércio de comida popular que justificasse atitudes e a proposição de políticas públicas voltadas para a assepsia, o repórter nos traz detalhes de uma série de atividades, das condições de trabalho, dos trabalhadores nelas envolvidos e das perspectivas minguadas de rendas daqueles que não conseguiram obter uma ocupação e um rendimento no mercado de trabalho formal. Do quadro emergem crianças em idade escolar deslocadas para o mundo do trabalho, mulheres que prestam serviços sexuais como meio de vida, homens e adolescentes que realizam toda espécie de comércio e serviços para garantir a sobrevivência, ambientes insalubres e empestados de insetos (os mosqueiros)

³⁵⁰ **Diário de Pernambuco**, 15/06/1969, p. 5, 3º Caderno.

servindo de restaurantes, crianças indigentes que catam no lixo restos de comida para garantir um mínimo de alimentação. Aliás, para muitos o lixo ou os restos e detritos jogados fora eram uma das poucas fontes para obtenção de algum bem e/ou comida para a vida cotidiana. Tanto o eram que para a personagem Maria de França as latas de lixo eram sinônimo de fartura por nela poder encontrar tantas coisas que devidamente aproveitadas e reaproveitadas poderiam ser úteis a si e aos demais indivíduos que se encontravam em posição similar a sua:

Bem. Voltemos a Maria de França, para quem a fartura no Recife é tanta que transborda. Se duvidam, percorram as latas de lixo, antes que passem, nas ruas centrais, os caminhões da Limpeza Pública e, na zona periférica – pois as diferenças de classe fazem-se sentir nos setores mais inesperados –, as carroças puxadas a cavalo. Infelizmente, toda essa riqueza, reconhece, é desperdiçada por falta de cuidado e método. Se as coisas expostas nos vasilhames, à espera da coleta, fossem devidamente separadas, quantos armazinhos poderiam sortir os botões jogados fora e quantos caldos dariam as patas de galinha! Tal separação, observa, não ocorre aos expositores de detritos; assim, cada preciosidade incluída no lixo, limpa em si mesma, suja a outra; mesmo um pedaço de sabão ou de palha de aço, coisas destinadas à limpeza e portanto higiênicas, deitam a perder uma sobra de sopa.³⁵¹

Na reportagem o quadro socioeconômico aparece como algo contingente, resultante de uma situação individual construída a partir de certas circunstâncias anômalas, e não como resultado de um subemprego crônico produzido por um modelo econômico de desenvolvimento que optou pelo emprego sistemático de tecnologias, reduzindo e eliminando progressivamente postos de trabalho, e por uma política trabalhista e salarial que permitiu elevadas taxas de rotatividade, o disciplinamento e a contenção, redução e corrosão dos rendimentos da força de trabalho. Nesse contexto social, as massas de trabalhadores e seus dependentes tiveram que (re)elaborar e (re)colocar em prática estratégias com o objetivo de pelo menos recompor parte da renda necessária à sobrevivência. Dentre as estratégias estavam a extensão gradativa da jornada de trabalho e o deslocamento e a intensificação crescente de membros das famílias (mulheres e indivíduos em idade infantil) para o mercado de trabalho.

Uma dessas estratégias foi a empreendida pelo garoto Antônio da Silva Lima, de onze anos, logo nos primeiros anos do “milagre econômico”, em 1970, que saiu de sua casa, localizada num bairro da periferia do Recife, Jordão, para tentar se empregar no centro da cidade como vendedor de jornais. Contudo, a sua pretensão de ser um gazeteiro se mostrou frustrada pela recusa em ser

³⁵¹ LINS, Osman, *op. cit.* p. 158.

contratado por parte daqueles que organizavam o serviço de amarrar os pacotes e definiam os que podiam vender os jornais nas primeiras horas do dia. Sem obter o que pretendia, o garoto passou a perambular pela cidade e a solicitar ajuda aos transeuntes para poder se alimentar, terminando por se resguardar em algum lugar para futuras tentativas. E foi justamente nesse local de resguardo que o pior viria a lhe acontecer:

À noite, sem trocado, tendo apenas um café para alimentar o corpo e a alma, Antônio não teve coragem de voltar à casa liso ou “duro”.

Numa das calçadas da Estação Rodoviária arriou o corpo enfadado e raquítico. Ali mesmo esperaria por um novo dia.

A TRAGÉDIA

Noite a dentro, três pivetes que rondavam a Rodoviária resolveram fazer um susto a Antônio. Susto miserável, perverso. Juntaram jornais velhos e colocaram entre as pernas do garoto. Em seguida riscaram um fósforo e ficaram rindo, dando gostosas gargalhadas ao ver Antônio gritando desesperadamente com suas pernas sendo tragadas pelo fogo.

Pessoas que passavam nas proximidades foram ao seu encontro. Levaram-no ao Pronto Socorro e procuraram comunicar o fato à família, no Jordão. Foi quando a sua irmã mais velha foi visitá-lo e recebeu a informação de que as queimaduras foram de terceiro grau. Ameaça de as pernas não darem mais do corpo. As marcas ficarão para o resto da vida.³⁵²



Fig. 24. Foto de Antônio da S. Lima após ter sido criminalmente queimado.

Fonte: **Diário de Pernambuco**, de 19/04/1970, p. 16, 2º Caderno.

Outras crianças nem tentar buscar um trabalho se habilitavam, como fizera o menor Antônio da Silva Lima, pois já sabiam o que lhes esperavam e haviam diluído qualquer projeto de um labor recompensado por proventos que lhe

³⁵² A reportagem foi feita pelo jornalista Samir Abou Hana e foi intitulada *Antônio não sabia que era difícil vender jornal e terminou queimado*, in **Diário de Pernambuco**, 19/04/1970, p. 16, 2º Caderno.

pudessem assegurar uma sobrevivência e ajudar nas despesas da casa. Muitos partiram logo para a vida itinerante pelas ruas centrais da cidade e faziam de cada local público o seu pedaço de casa, sobrevivendo do que podiam recolher da solidariedade alheia e dos restos que cidade jogava no lixo. Era a questão do menor abandonado que cada vez mais se agrava na cidade, com diversas crianças, talvez centenas ou algumas mil, que passaram a perambular pela cidade e a mostrar a face de um modelo econômico que nada tinha a oferecer de proveitoso para os excluídos de suas benesses.

O menor abandonado está invadindo o Recife. Centenas de crianças maltrapilhas, sujas, desnutridas e muitas vezes apresentando feridas que não cicatrizam, geralmente nas pernas, pedem esmolas nas principais ruas da cidade e não se contentam em receber moedas.

O problema não é novo e está se agravando a cada dia. Se uma medida urgente não for tomada, tende a não ter mais solução, porque a maioria dos garotos se transformam em delinquentes perigosos e irrecuperáveis, embora muitos teimem em afirmar (teoricamente, é claro) que não existe ninguém irrecuperável. Mas o antigo ditado “uma vez ladrão, sempre ladrão”, prevalece nos nossos tempos.³⁵³

E foram esses menores que desenvolveram um hábito que exemplificava a matriz de sua origem social e petrificava a degradação e o perigo que suas vidas poderiam correr. Estamos falando do ato de “morcegar ônibus” como forma de contornar a sua indigência e poder se locomover pela cidade, conforme o depoimento de um menor de nome José Antônio Aguiar, de 14 anos, originário de Camaragibe, cidade do Grande Recife:

– Eu já peguei morcego nos elétricos porque não tinha dinheiro para pagar minha passagem. Pedia carona aos motoristas, mas eles não davam. Então eu tinha de me agarrar nos fios do ônibus para chegar no centro da cidade.³⁵⁴

Como afirmou Walter Benjamin, ao discorrer sobre o brinquedo e a brincadeira: *Os hábitos são formas petrificadas, irreconhecíveis, de nossa primeira felicidade e de nosso primeiro terror.*³⁵⁵ No entanto, aos menores abandonados outras experiências de terror seriam agregadas pelo Estado e sociedade quando estes esboçaram as suas únicas providências que algum dia foram tomadas para assisti-los e uma delas foi aquela que os policiais dispensaram, em Camanducaí, a um grupo de 93 menores: constrangimento, violência e humilhação para os que na escala social foram considerados impuros

³⁵³ **Diário de Pernambuco**, 02/02/1975, p. 31, 1º Caderno.

³⁵⁴ **Diário de Pernambuco**, 23/04/1975, p. 3, 1º Caderno.

³⁵⁵ BENJAMIN, Walter. Brinquedo e brincadeira. Observações sobre uma obra monumental, *in* **Magia e técnica, arte e política**, *op. cit.*, p. 253.

e que deveriam ser eliminados da sociedade para não mais macular a sua imagem.

Correções de provas escritas, trabalho vagaroso – ardem-me os olhos – , ocuparam-me o dia. Para não deixar sem acréscimo o livro e porque o assunto, a meu ver, integra o mundo de Maria de França, resumo a matéria hoje estampada no Diário Popular. Noventa e três menores, escoltados por treze homens da lei — alguns destes com capuzes ocultando o rosto —, foram conduzidos num ônibus para o município mineiro de Camanducaia e abandonados no mato, nus, às três da madrugada (chovia), debaixo de pau e de canos de ferro. Nivelados pelo singular tratamento, as acusações que pesam sobre os jovens delinquentes, entre os quais um epilético, são entretanto muito variadas, indo da cumplicidade no roubo de automóveis, à venda de biscoitos, sem licença, no Parque D. Pedro II.³⁵⁶

No entanto, o expediente de recorrer cada vez mais ao deslocamento de membros das famílias para o mercado de trabalho, sobressaia-se, também, à expansão do trabalho feminino, sendo que para as mulheres isso significou uma condição social ainda mais abjeta do que aquela experimentada pelos homens. Na medida em que se deslocaram para o mercado de trabalho, elas se viram na situação de terem que realizar uma dupla jornada (dentro e fora de casa) e, ao mesmo tempo, terem que enfrentar discriminações nos seus empregos, configuradas em remunerações mais baixas que a dos homens, demissões sumárias por estarem grávidas, dificuldades em arranjar empregos por serem casadas, submissão ao autoritarismo e à prepotência dos chefes e o consentimento ao tratamento quase servil nos empregos domésticos.

Contudo, a situação mais crítica era a enfrentada pelas mulheres com menos de 18 anos e direcionadas à prostituição e, neste caso, o Recife era uma cidade na qual o meretrício tinha se instalado de forma regular e havia se constituído num dos negócios mais rentáveis e capaz de absorver cada vez mais as menores de idade que eram aliciadas para a prostituição. Esse fato era tão relevante e explícito, que no final de 1973 o Juizado de Menores começou a investigar o crescente número de menores que alimentavam o plantel de prostitutas dos prostíbulos da cidade, terminando por descobrir que na cidade havia sido instalada uma rede que fraudava documentos que garantiam às menores uma idade adulta no papel e uma ou várias organizações que promoviam o aliciamento e o tráfico de menores de outras cidades e estados para as casas de prostituição da cidade.

³⁵⁶ LINS, Osman, *op. cit.*, p. 51.

Cerca de sessenta por cento das mulheres que freqüentam as casas de lenocínio do Recife são menores de 18 anos e os cartórios da cidade estão sendo apontados como culpados de fornecer registros que não correspondem à idade certa – segundo revelou ontem, a Curadoria de Menores da Capital. (...) Na realidade – disse o curador Wilson Campos de Almeida – a fiscalização do Juizado tem recolhido grande quantidade de menores, no Pina, Boa Viagem, Olinda e dentro do Recife, exploradas como verdadeiras escravas brancas, procedentes de todos os Estados brasileiros.³⁵⁷

Muitos dos prostíbulos autuados escondiam-se sob a fachada de empreendimentos comerciais voltados para o serviço de comercialização de refeições e de diversão com áreas destinadas à apreciação de músicas e dança por parte dos freqüentadores. Eram as conhecidas churrascarias, instaladas nos limites da cidade e servindo ora como motéis ora como prostíbulos:

Falsas churrascarias, cuja finalidade é o aluguel de quartos a casais, estão proliferando no Grande Recife, principalmente na Zona Norte, onde estão as denominadas “Canecão”, “Sambão”, “Castelo do Rei”, “Capim Verde”, “Cabeção” e várias outras; em Camaragibe, em frente a uma escola primária, fica a “Cantinho da Jovem Guarda” (de propriedade de uma “boneca”); e no centro da cidade, próximo aos colégios Municipal e Oliveira Lima, há um bordel, de propriedade da cafetina Verônica (a “intocável”), onde atos indecorosos são praticados à vista das crianças e mocinhas que freqüentam as escolas.³⁵⁸

No entanto, quem precisasse dos serviços de uma prostitua não precisaria se deslocar para os limites da cidade, pois a área central da cidade tinha à disposição dos interessados bordéis para atender à demanda suscitada. E não eram poucos nem estavam incrustados em alguma alcova, eram bem localizados e em bom número para atender aos inúmeros clientes e a seus variados gostos, tanto que a polícia se achou na obrigação de coibir a disseminação da prostituição pelo centro da cidade:

O delegado de Costumes concedeu o prazo de três dias para que as cafetinas que mantêm bordéis na Avenida Conde da Boa Vista e ruas adjacentes se mudem para Rio Branco. Após, não aceita desculpas e determinará o fechamento de todas as casa de tolerância. Agentes de Costumes detiveram ontem no centro da cidade cinquenta prostitutas que faziam o “trottoir”, levando-as à presença do delegado Lamartine Corrêa. As mulheres foram cadastradas e permaneceram quarenta minutos detidas. Saíram com a advertência de se forem apanhadas novamente serão colocadas ao xadrez.³⁵⁹

Podemos observar pela notícia que a preocupação das autoridades era mais com a manutenção de uma aparência do centro da cidade conforme os padrões morais vigentes, não se preocupando muito com a manutenção e/ou reprodução

³⁵⁷ **Diário de Pernambuco**, 16/10/1973, p. 3, 1º Caderno.

³⁵⁸ **Diário de Pernambuco**, 04/08/1974, p. 31, 1º Caderno.

³⁵⁹ **Diário de Pernambuco**, 02/08/1974, p. 12, 1º Caderno.

da prostituição, desde que ela fosse realizada longe dos olhos daqueles que poderiam se sentir ofendidos em sua moral pelo negócio do meretrício.

É dessa moral ofendida que muitas vezes partia a iniciativa para solicitar providências às autoridades, como a dos moradores de edifícios na Zona Sul da cidade, em outubro de 1969:

“Os moradores dos edifícios “COSTA AZUL”, “JOAZAEIRO”, “TIMBAUBA” e “PETROLINA”, perturbados em seu repouso noturno e atingidos em sua moralidade familiar, vêm muito respeitosamente, solicitar a v. excia. Que determine o fechamento das boates “DRINKS BAR”, “BAR MADRID” e “TONY’S DRINKS”, as primeiras ins assdiat idles EST HT H THAOO OTA RARAA instaladas no Mercado Público da Av. Conselheiro Aguiar em Boa Viagem e a última, defronte do mesmo estabelecimento.

A solução encontrada pelas autoridades para atender aos reclamantes foi o de criar no bairro do Pina uma espécie de Zona Franca para as boates ou inferninhos, como também, eram conhecidos, higienizando a paisagem onde estavam os *habitat* das residências da moral vigente e, ao mesmo tempo, conservando-os a alguns minutos de carros para que até os residentes das zonas higienizadas pudessem consumir as mercadorias dispostas e à venda nas “pensões alegres”.³⁶⁰ Pois o que havia de novo com relação à prostituição é que ela agora tinha se tornado de fato um artigo de massa numa sociedade que passava a primar pelo consumo massificado da mercadoria e, nesse sentido, o meretrício passou também a ser massificado com a incorporação cada vez maior da força de trabalho disponibilizada que se deslocava ao mercado em busca da sobrevida, no qual a prostituta será a própria e derradeira realidade permanente, concreta e fundamental do trabalhador que é ao mesmo tempo vendedor e mercadoria.³⁶¹ E, como já havia observado Walter Benjamin décadas antes, é na cidade grande que a prostituição seria massificada e convertida em artigo de massa:

Um dos segredos de Estado que só com a cidade grande chegou à prostituição é a massa. A prostituição inaugura a possibilidade de uma comunhão mítica com a massa. A formação da massa é, porém, contemporânea à produção em massa. A prostituição parece conter, ao mesmo tempo, a possibilidade de resistir num espaço vital em que, cada vez mais, os objetos de nosso uso mais íntimo se tornaram artigos de massa. Na prostituição da cidade grande, a própria mulher se torna artigo de massa. Essa característica completamente

³⁶⁰ As informações sobre esta possível Zona Franca estão na reportagem intitulada “*Inferninhos*” podem ser abertos no Pina, in **Diário de Pernambuco**, 11/10/1969, p. 8, 1º Caderno.

³⁶¹ Para esta assertiva no fundamentamos na colocação de Walter Benjamin: *Tal imagem é presentificada pela prostituta, que, em hipostática união, é vendedora e mercadoria*. Esta citação faz parte do texto deste autor intitulado: Paris, capital do século XIX, in KOTHE, Flávio (org.) **Walter Benjamin**. São Paulo: Ed. Ática, 1986, p. 40. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 50)

nova da vida na cidade grande é o que dá o significado real ao modo de Baudelaire encarar o dogma do pecado original. O conceito primitivo pareceu a Baudelaire suficientemente comprovado para denominar um fenômeno completamente novo e desconcertante.³⁶²

Na escala social dos trabalhadores, só os que viviam da mendicância e na condição de indigentes podiam temer mais pela vida e sobrevivência que as prostitutas e os menores abandonados. Eles se assemelhavam ao *thes* dos poemas homéricos que, segundo M. I. Finley, *nunca estava certo de nada* e o que havia de mais terrível nele *era a ausência de todo o vínculo, a sua não-pertença*.³⁶³ Ser um não ou sem-pertença era a história de vida de Manoel Rufino da Silva, de 22 anos, em agosto de 1970, originário de Manaus, que mendigava pelas ruas do Recife. Quando criança fora vítima de uma mordida de cobra no quintal de sua casa, como consequência dessa adversidade teve uma das pernas amputadas e ficou quase cego, tendo ainda perdido o pai e a mãe, tornou-se um deficiente físico e impossibilitado para realizar os diversos tipos de trabalho que em outra condição podia realizar. O seu destino, como evidencia a reportagem que relata a sua vida e condição, foi de ser: *Pobre, sem condições para o trabalho, semi-analfabeto, a única maneira que encontrou para sobreviver foi pedir esmola*.³⁶⁴ Passou então a nutrir uma ausência de irritação pela vida, não mais lutando por ela e sim por uma sobrevivência, não mais reivindicando a sua pertença e só a sua continuidade no mundo.

Com a mão estendida, uma voz piedosa de quem chora cantando, ele conta a história para quem tiver paciência de ouvir. No entanto, ele não quer só ouvidos, quer ainda mais: ajuda. Por isso conta a história da morte de sua mãe, dez anos após a do pai. Nesse tempo já estava “se pondo rapazinho”. E um rapazinho já pode lutar pela sobrevivência.

Trabalhar? Quem quer na sua empresa ou na sua repartição, um quase cego e sem uma perna? Saiu pedindo por aí, conseguiu ainda comprar uma perna de flandres com pau para amenizar o sofrimento.

Depois de cantar muito, de soprar seu choro solitário pelas ruas antigas do Recife, Manoel resmunga baixinho, numa maneira estranha de desabafo que o povo do Nordeste é mesquinho, não gosta de ajudar os mais pobres. Diz que há mais de três horas está no sol quente, implorando, pedindo e pouca gente ajuda.³⁶⁵

³⁶² Parque Central, in KOTHE, Flávio (org.), *op. cit.*, p. 133.

³⁶³ O *thes* tinha na Grécia Antiga, principalmente no chamado Período Homérico, um *status* similar ao de um trabalhador sem nenhuma qualificação e que se prestava a executar qualquer trabalho por comida, uma veste e algum lugar para dormir, aproximando-se, neste sentido, ao lumpemproletariado da sociedade capitalista e/ou sua versão mais comum, o mendigo. Sobre o *thes*, consultar: FINLEY, M. I., *op. cit.*, p. 55.

³⁶⁴ Trecho da reportagem *Drama dos mendigos emociona o Recife*, in **Diário de Pernambuco**, 19/08/1970, p. 5, 2º Caderno.

³⁶⁵ **Diário de Pernambuco**, *op. cit.*

Na condição de não-pertença, Manoel Rufino da Silva vai perdendo o sentido do que é comum a si e aos outros, tornando-se um sem-vínculo e passando a viver à margem da sociedade, sem qualquer pretensão de ter ou vir a ter alguma consciência para com ela ou nela. E, como um sem-pertença, torna-se mais um elemento da paisagem da cidade pela qual os transeuntes passam uma vista de olhos como se no seu lugar estivesse uma pedra, um poste, uma placa ou o resto de qualquer coisa no chão, recebendo atenção só quando protestam da sua presença e lhe é exigido o seu desaparecimento e/ou o seu afastamento para paragens cada vez mais distantes das vistas transeuntes. Quando a sua não-pertença se faz mais presente aos olhos dos transeuntes, Manoel Rufino da Silva torna-se um estorvo e ele passa a despertar algum tipo de irritação, velada por embustes de solidariedade.

Na medida em que o modelo econômico do “milagre econômico” do “Brasil Potência” impelia cada vez mais Rufinos para as ruas, a sua crescente presença só não passava mais a incomodar aqueles que sempre acharam poder percorrer paisagens expurgadas dos distúrbios e das mazelas produzidas pela economia mercantil, como também passaram a lhe conferir a si mesmo uma suposta autoridade para produzir sentenças permeadas pela ausência de um exame crítico e intransigência para com o contingente de Rufinos, que pareciam querer lhes ameaçar cada vez mais os sonhos e objetos de consumo, como demonstrava o Sr. Ronaldo Lacerda Miranda em uma carta enviada ao Diário de Pernambuco e publicada em 8 de abril de 1970:

De algum tempo para cá, poucos mendigos eram vistos nas ruas, pelas calçadas, pelos bares, onde quer que seja.

No entanto, parece que eles agora voltaram. E voltaram mais arregimentados, mais bem formados, parados nas esquinas, estirados nas calçadas. Os olhos implorando, as mãos maltratadas. São mãos que procuram a nossa caridade a todos instantes, em todos os momentos. E nos esquivamos. Não para não dar, numa recusa orgulhosa, mas, simplesmente porque sabemos que estamos alimentando uma miséria. E nos esquivamos. Numa rua só encontramos cinco ou seis. E o nosso coração vai amolecendo. Mais, mais um, até que, mecanicamente, metemos a mão no bolso. Oferecemos uma esmola.

(...) e o que mais me revolta são as condições de higiene. Todos andam imundíssimos, mal vestidos, mal penteados. Por isso o governo deve, ainda mais uma vez, trabalhar para a erradicação da mendicância.³⁶⁶

O excesso de humanismo do autor da carta se desmancha quando passamos a perceber, nas entrelinhas do que escreveu, um aludido

³⁶⁶ **Diário de Pernambuco**, 08/04/1970, p. 5, 1º Caderno.

profissionalismo da mendicância em concordância com uma suposta extorsão a que está ou poderá estar submetido. Até que o missivista admitiria tais aspectos desde que os mendigos estivessem bem vestidos, de banho tomado, exalando odores apreciáveis e não tivessem o corpo desfigurado. Contudo, caso eles assim se apresentassem não seria possível identificá-los como um não-pertença. E foi justamente numa situação de ter que provar que era uma mendiga para a que a caridade alheia lhe voltasse os olhos, que uma senhora, Alcina Maria da Conceição, recorreu a um vereador do Recife, Aristides Carneiro, para que a credenciasse como mendiga, no que prontamente ele lhe atendeu emitindo uma espécie de credenciamento de mendicância, conforme o texto do documento por ele despachado:

Declaro que a senhora Alcina Maria da Conceição, portadora do presente, residente em companhia de sua genitora, na Campina dos Coelhos, está impossibilitada de trabalhar, face doença que a vitimou, a qual não pode sentar-se, vendo-se assim obrigada a recorrer à caridade pública.

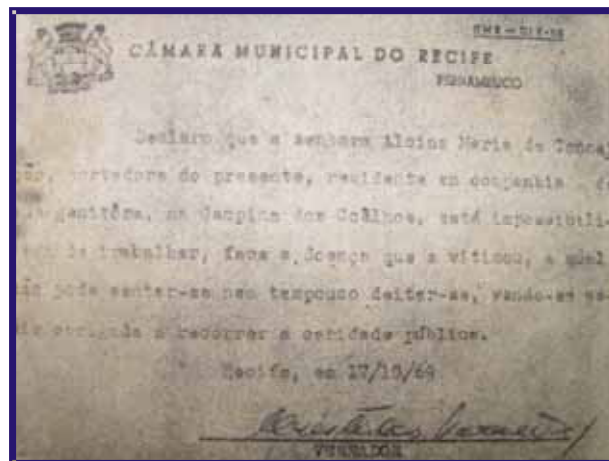


Fig. 25. Certificado de mendicância de Alcina M^a da Conceição.
Fonte: **Diário de Pernambuco**, de 26/12/1969, p. 6, 1^o Caderno.

Alcinas e Rufinos passavam a fazer parte de uma experiência de exclusão que não era mais periódica e nem resultava de uma de alguma anomalia ou de um acidente social. Porém, as políticas públicas e ações estatais para a reparação da condição de não-pertença deles eram quase sempre um sobressalto accidental, pois de regular só houvera ações que procuravam recolocar os mendigos e indigentes em um algum lugar exterior à vida comum da cidade. Assim foi a “Operação Caridade” desencadeada pelo delegado Mario Alencar, em outubro de 1969, voltada para remoção dos mendigos para um

abrigo no Cais do Apolo³⁶⁷ ou outra operação realizada por um outro delegado, Márcio Tomás de Alencar, em março do mesmo ano, que deveria resultar na remoção dos indigentes para um casarão no bairro de Tejió

Afora essas ações estatais, por várias vezes repetidas ao longo dos anos e que poderíamos classificar muito mais como uma espécie de faxina, só em 1975 o governo estadual procurou criar algum tipo de política mais regular para o problema, mesmo assim os propósitos e planos delineados beiravam a algo prolixo ou a uma retórica permeada de pleonasmos e pelo mais puro eufemismo no estilo politicamente correto visando dissimular uma envergonhada posição político-social. Abaixo transcrevemos os objetivos e perspectivas que se pretendiam alcançar, no governo de Moura Cavalcanti (1975 a 1979), para a erradicação da mendicância:

- a) Amparo dos egressos da mendicância, idoso, oferecendo-lhes melhores condições;
 - b) Contribuições para a melhoria dos aspectos do subsistema no que concerne à organização social;
 - c) Colaboração com a política de ação dos Governos Federal e Estadual no que se refere ao bem social.
- As principais perspectivas a serem alcançadas são:
- a) A modificação do quadro de referência descrito (mendicância, indigência);
 - b) Oportunidades de auferirem benefícios previstos na Lei 6179;
 - c) Participação num microssistema que permita usufruir dos indicadores sociais básico: alimentação, habitação, vestiário, lazer e assistência social.³⁶⁸

Mesmo para os que não eram menores abandonados, prostitutas e mendigos, obter uma ocupação no mercado de trabalho formal na cidade do Recife era algo que não estava disponível para todos que tinham essa pretensão. Até para os que viviam das atividades no mercado de trabalho informal a situação ainda era recoberta de obstáculos, imprevistos e adversidades.

Roberto Mota demonstrou, em um artigo intitulado *Renda, emprego, nutrição e religião*, que o produto industrial da Região Metropolitana do Recife cresceu a uma taxa média anual de 5,75%, entre 1950 e 1970. Contudo, segundo averiguação do autor, as indústrias modernas que se instalaram na região eram detentoras de tecnologias sofisticadas e mesmo as manufaturas mais tradicionais haviam, também, renovado o seu equipamento, resultando numa expansão industrial que se realizou a partir da incorporação de avanços técnicos à infraestrutura e mediante o emprego de menos gente. Tal fato era comprovado pelo

³⁶⁷ **Diário de Pernambuco**, 09/10/1969, p. 8, 1º Caderno.

³⁶⁸ **Diário de Pernambuco**, 19/05/1975, p. 3, 1º Caderno.

crescimento do emprego industrial, que não ultrapassou a taxa média anual de 2,09% no período, implicando numa redução da força de trabalho na indústria, de 27,% para 24,2%.³⁶⁹

Para referendar as suas colocações, Roberto Mota transcreve esta análise sobre as conseqüências do emprego de tecnologias avançadas na composição estrutural da força de trabalho:

Não obstante ter sido o Grande Recife uma área preferencial, do ponto de vista empresarial, para a localização de indústrias (...) o que significa dizer que para aqui foi carreada parte significativa dos investimentos realizados na região nordestina neste setor, o crescimento do emprego não ocorreu com bastante intensidade (...). A causa imediata deste fato (...) pode ser atribuída ao tipo de tecnologia adotada, caracterizada pela alta densidade de capital (...) Deve-se acrescentar para o caso particular da área metropolitana do Recife, a política de modernização e reequipamento de alguns subsetores da indústria de transformação, particularmente a indústria têxtil (...) Tal modernização deve ter-se orientado, em grande parte, para eliminação de tarefas semi-artesaniais ou manuais através de grau maior de mecanização (...). Não se pretende concluir serem a tecnologia adotada e o processo de modernização as causas fundamentais do desemprego ou subemprego existente na área metropolitana. Tais causas devem efetivamente ser pesquisadas no perfil da demanda, resultante da distribuição assimétrica da renda e do patrimônio, o qual orienta o aparelho produtivo para a dinamização de setores de reduzida repercussão sobre o mercado de trabalho, quando não para a retirada do excedente gerado pela economia para fora do processo produtivo.³⁷⁰

Tanto as colocações de Roberto Mota como a do autor citado, Leonardo Guimarães Neto, referendam uma análise feita de que o modelo econômico de desenvolvimento no país após 1964 optou pelo emprego sistemático de tecnologias, reduzindo e eliminando progressivamente postos de trabalho.³⁷¹ No caso do Recife, o reflexo se fez sentir por um decréscimo considerável nos postos de trabalho no setor industrial e um crescimento no setor terciário e/ou de serviços de vários tipos, de 58,6% para 68,5%,³⁷² entre 1950 e 1970, caracterizando-se por atividades terciárias de qualquer tipo e de ocupações de baixa produtividade.

A dimensão desses indicadores significava que a população economicamente ativa da Região Metropolitana do Recife era composta de 461.200 indivíduos, excluindo os 30.000 que estavam desempregados, conforme

³⁶⁹ MOTA, Roberto, Renda, emprego, nutrição e religião. **Ciência & Trópico**. Recife, v. 5, n. 2, pp. 121-153, jul./dez., 1976. Especificamente para o tópico aqui abordado, consultar: p.128.

³⁷⁰ GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Utilização da força de trabalho na região metropolitana do Recife**. Recife: CONDEPE, 1974 *apud* MOTA, Roberto, *op. cit.*, p. 128.

³⁷¹ Sobre este aspecto, consultar: MENDONÇA, Sonia Regina de e FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente: 1964-1980**. São Paulo: Ed. Ática, 1988, p. 9. (Série Princípios, 152)

³⁷² Indicadores constantes em: MOTA, Roberto, *op. cit.*, pp. 125-126.

o recenseamento de 1970, entre as quais cerca de 100.000 pessoas ganhavam em torno de Cr\$ 100,00 por mês no ano do censo, equivalente a US\$ 308,00 anuais. Já quanto à composição da força de trabalho do Recife, cerca de 30% era composta por desempregados e subempregados que tinham uma renda anual inferior a US\$ 308,00.³⁷³ Essa situação tendeu a se agravar nos oito anos seguintes na Região Metropolitana do Recife, quando pudemos constatar que de um contingente de 752.605 pessoas ocupadas, dos quais estão excluídos 56.066 que estavam desempregados, cerca de 345.764 trabalhadores ganhavam até um salário mínimo (45,94% do total de pessoas ocupadas), o equivalente a uma renda anual de no máximo US\$ 294,24.³⁷⁴

O quadro econômico e social do Recife e região metropolitana permitiu a Roberta Mota fazer as seguintes conclusões preliminares:

Podemos chegar a algumas conclusões preliminares. A primeira se prende ao sentido de "desemprego", "subemprego", "desemprego disfarçado", etc. Pois considerando apenas os poucos dados que já apresentamos, parece mais correto falar numa camada bastante estreita de indivíduos em pleno emprego, do que considerar desempregados ou subempregados apenas 30,0% da força de trabalho. O que surpreende no Recife talvez seja menos tanta subutilização de mão-de-obra do que o fato de afinal existir, na mesma área, um setor econômico moderno e desenvolvido, empregando trabalho qualificado e bem remunerado. Isto porém constitui exceção à regra geral do desemprego, aberto ou disfarçado, e da pobreza generalizada.

A segunda conclusão diz respeito à contradição mais ou menos evidente entre a população e a economia que teoricamente serviria para sustentá-la. Padrões de vida satisfatórios não se originam, para a grande maioria, a partir do seu desempenho nas estruturas "formais" da vida econômica do Recife.

E a terceira conclusão (à qual voltaremos com mais vagar) é a do Recife como cidade de biscateiros. Os desprivilegiados têm de encontrar recursos e meios para contornar sua oposição, ou alienação (mensurável pelos números do recenseamento) diante de um sistema econômico que nem os emprega nem sustenta. O ambiente da economia urbana expulsa, ou não permite que as pessoas participem dos circuitos regulares da economia monetária e abstrata. Portanto a "concretez" se encontra estimulada ou premiada. Tudo o que represente oportunidade concreta, mesmo irregular ou "informal", de ganho ou transferência de renda monetária ou em espécie, desempenha papel funcional ou adaptativo nesse meio de pobreza ou indigência. Esta situação vai afetar toda a vida econômica, social, política e cultural da nossa área, sem excluir as instituições religiosas, que serão pressionadas no sentido de adotar, em suas estruturas rituais e organizacionais, modalidades de troca ou transferência mais do que simplesmente simbólicas ou puramente devocionais.³⁷⁵

O interesse do autor era demonstrar que certas tradições religiosas, no caso o Xangô, podiam servir de estratégias para os desempregados e subempregados

³⁷³ Idem, p. 126. Para os indicadores e análise.

³⁷⁴ Tabelas da população economicamente por regiões metropolitanas – 1978 – Região Metropolitana do Recife, in IBGE. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro, 2003. 1 CD-ROM.

³⁷⁵ Idem, pp. 126-127.

poderem se alimentar, organizar e discernir, indo além de um mero conjunto de símbolos imaginários ou abstratos.

No caso do Recife, o trabalho de Roberto Mota nos subsidia para a assertiva de que o desemprego e subemprego crônico e a corrosão e até eliminação dos rendimentos para a população em geral levaram massas de indivíduos na Cidade do Recife a empreender a elaboração e a colocação em prática das estratégias, como aquelas inicialmente apresentadas a partir da reportagem de Jeová Franklin, com o objetivo de pelo menos recompor parte da renda necessária à sobrevivência.

A partir de reportagens no Diário de Pernambuco, entre 1969 e 1975, nos foi possível fazer um levantamento das formas de ocupação ou dos tipos de atividade, classificadas ou como subemprego ou como trabalho informal, às quais recorria a massa de desempregados do Recife para obter algum rendimento que lhe garantisse uma subsistência. A primeira que relacionamos era uma profissão considerada típica dos que tinham uma baixa qualificação: engraxador de sapatos.

É a profissão dos mais pobres. Quando ninguém consegue fazer mais nada na vida, vai ser engraxate. Essa é a opinião de muitos dos engraxates que trabalham no Recife, espalhados pelas avenidas, pelas praças, pelos morros, numa procura incansável dos que querem fazer alguma coisa. No centro da cidade eles proliferam por todos os lados. São mais de duzentos. Fora os meninos, que com caixinhas embaixo dos braços, ficam por perto dos bares, insistindo com o homem que bebe, tentando o rapaz que está ao lado da namorada.³⁷⁶

Outros, excluídos do mercado de trabalho pelo avanço tecnológico que subtraía postos de trabalhos, voltavam-se para a natureza para dela extrair tanto a subsistência como poder prover rendimentos:

A luta pela sobrevivência, dia a dia, torna-se mais difícil, principalmente para aqueles que não possuem um título de nível superior ou mão-de-obra qualificada. O desemprego atinge grandes proporções em virtude da automatização das indústrias, natural do avanço tecnológico, onde a máquina, gradativamente, expulsa o homem do trabalho, executando em tempo recorde e com perfeição as mais difíceis e variadas tarefas, inclusive as caseiras, denominadas domésticas.

Lutando contra tudo e contra todos os pescadores de siris, figuras típicas do Recife Antigo, permanecem ganhando o pão de cada-dia, jogando seus jererés nas outoras poéticas águas do Rio Capibaribe. Homens e mulheres, sem instrução ou profissão, mas possuidores de uma vontade férrea, não desanimam nem praguejam, quando no final do dia, apenas conseguiram pescar o suficiente para o café da manhã e a passagem de volta.³⁷⁷

³⁷⁶ **Diário de Pernambuco**, 01/07/1970, p. 5, 2º Caderno.

³⁷⁷ **Diário de Pernambuco**, 19/03/1975, p. 8, 2º Caderno.

No mesmo caminho de prover alimentos para terceiros, alguns insistiam em manter tradicionais formas de produção de alguns tipos de iguarias que serviam ou como uma sobremesa ou como uma merenda nos intervalos das refeições diárias, como o “raspa-raspa”:

Destinado a desaparecer com a concorrência dos sofisticados picolés e sorvetes, o “raspa-raspa” ainda encontra no Recife, pessoas que vivem exclusivamente desta atividade. (...)

Possuidor de quatro carroças, o “corveiro”, conforme é chamado pelos fregueses, diariamente, a partir das 8 horas, distribui o “sorvete” em quatro pontos do Recife, recebendo, para a execução deste trabalho, a colaboração de seus três filhos maiores. “Não rende o sustento da família”, explica José Justino, preparando mais um copo de “raspa-raspa” para um antigo freguês.³⁷⁸

Alguns se voltavam para o trabalho que fornecia insumos para uma das indústrias que mais cresceram nos anos de 1970, como a extração de areia:

Quem passa paralelamente ao canal do Arruda, entre o estádio do Santa Cruz e a Rua Cônego Barata (antiga Estrada Velha de Água Fria) pode ter a sua atenção voltada para montes de areias colocados, a curta distância uns dos outros, à beira canal.

Não se trata de atividade de limpeza da Prefeitura: são apenas o resultado do trabalho, sob o fervor do sol ou a umidade da chuva, de dezenas de homens que pertencem, usando o eufemismo economicista dos tecnocratas em voga, à grande quantidade de “mão-de-obra disponível de baixo custo” existente na região, para gáudio de dinâmicos empresários crioulos ou alienígenas.³⁷⁹

Já para alguns, as alterações na fisionomia viária da cidade, com as suas vias expressas, e as mudanças viárias na cidade, restrição de estacionamento, passaram a dificultar a realização de determinados serviços aos proprietários de veículos:

De uma maneira geral, todos os lavadores de carro se mostram insatisfeitos com a situação em que se encontram atualmente. O lavador Roberto Torres, casado e pai de uma filha, ainda está nesse serviço porque não encontrou emprego que lhe ofereça melhores condições de sobrevivência. Explica que o seu trabalho vem lhe causando desespero, em face das dificuldades para executá-lo.

Em decorrência dos problemas que estão enfrentando, o preço Cr\$ 10,00, por semana, para um local de estacionamento e uma lavagem diária, é considerado barato. É claro que os fregueses não concordam, mas somente nós, que fazemos o trabalho, sentimos as dificuldades”. Esclareceu que estão pensando em aumentar para Cr\$ 15,00.³⁸⁰

Já os que tinham o seu pequeno comércio, as mercearias de bairros, muitos deles se viram compelidos, ante a concorrência crescente dos supermercados, a alterar pouco a pouco o seu ramo de negócio, transitando do comércio varejista de alimentos para o ramo dos estabelecimentos que servem bebidas e petiscos:

³⁷⁸ **Diário de Pernambuco**, 14/04/1970, p. 3, 1º Caderno.

³⁷⁹ **Diário de Pernambuco**, 05/05/1975, p. 3, 1º Caderno.

³⁸⁰ **Diário de Pernambuco**, 19/05/1975, p. 2, 1º Caderno.

O cigarro em retalho, as 200 gramas de óleo para frituras e a venda de feijão, farinha, açúcar, café e arroz, em pequenas quantidades, desapareceram do pequeno comércio varejista do Recife. Com isso, as pequenas bodegas, muito comuns nos subúrbios não encontram outra solução de sobrevivência, a não ser derivar suas atividades para a venda de caldinhos, pingas e outros tipos de bebidas populares.³⁸¹

Contudo, das estratégias mais promissoras para a obtenção de uma renda mais significativa, quase ao nível de quem estivesse empregado formalmente no mercado de trabalho, estava o comércio ambulante de mercadorias que iam desde utilidades para o lar até rádios de pilha e roupas íntimas. No entanto, essa atividade mercantil apresentava riscos consideráveis para os seus mentores. De um lado, eles sofriam toda uma sorte de campanha de desqualificação e ações impetradas pelos comerciantes lojistas e, do outro lado, pressionado por esses mesmos lojistas e imbuído de contemplar as metas de uma reurbanização regida pelo signo do progresso, estava o poder municipal operando todo tipo de pressão e repressão para debelar e/ou conter o comércio ambulante para que este não concorresse com o comércio tradicional e não fosse um obstáculo aos programas de reurbanização da área central da cidade do Recife.

No período que aqui selecionamos foi constante a repressão do poder municipal sobre o comércio ambulante, repetindo as práticas de períodos passados e fundamentando as ações para épocas posteriores. Na prática, os confrontos entre a Prefeitura e os camelôs produziram verdadeiras batalhas campais e conflitos entre as partes. Já no final de 1968, episódios dessa natureza ganhariam repercussão nacional, quando a revista *Veja*, na sua primeira edição, datada de 11 de setembro de 1968, em uma reportagem intitulada *Recife assiste tôdas as semanas à luta entre ambulantes e fiscais*, mostrava:

De um lado, estão os ambulantes segurando tabuleiros sôbre a cabeça enquanto fogem. Do outro, fiscais da Prefeitura, acompanhados por um jipe velho, correndo atrás. No meio — caixotes, sacos, frutas, sabonetes, meias, espalhados pelo chão sujo das ruas estreitas do centro da cidade. É uma cena comum nas ruas do Recife, quase diária. Já faz parte de uma guerra que transtorna a vida da cidade e se tornou, na opinião de quase toda população, "um problema social".

Os lados da guerra — Nessa guerra entre os 10 mil ambulantes e os 36 fiscais que os combatem, há acusações de parte a parte. Os ambulantes se queixam de que os fiscais, auxiliados pela polícia, prendem a mercadoria, batem e fazem prisões ilegais. Jeferson Assis de Queiroz, o "Gordo" — 108 quilos, catorze filhos, mais um de criação (vende carteiras, canetas, lâminas de barbear) é considerado o líder da classe e lembra que anos atrás um guarda municipal matou um ambulante no cais de Santa Rita. Diz que os fiscais

³⁸¹ **Diário de Pernambuco**, 31/05/1975, p. 6, 1º Caderno.

"costumam aparecer de peixeira para impor respeito", o que aumenta a confusão.

O Prefeito Augusto Lucena responde que os ambulantes "assassinaram três fiscais e guardas-civis, a pauladas, pedradas e paralelepípedos". Mas se lembra de mais um morto a faca em outubro passado. E Natal Spinelli, chefe dos fiscais que combatem os ambulantes, se queixa de que com seus 49 anos está ficando velho para a missão: "Os nossos homens são magros, subnutridos, levam surras de ambulantes organizados".

Os lados da lei — O Sindicato do Comércio dos Vendedores Ambulantes do Recife, Olinda e Jaboatão, que funciona no primeiro andar de um velho prédio com escadas de madeira, esburacadas e bambas, recomenda: o ambulante que anda não é perseguido. Mas o Sindicato não é ouvido. Apenas 2 mil ambulantes são sindicalizados. O prefeito Lucena comenta: "Ambulante vem do latim, 'ambulare', quer dizer, andar. Mas eles não andam. Ficam parados, entulhando as calçadas do Recife, vendendo caldo de cana, sarapatel, carne verde, sapatos, peças de alumínio, ferro velho e soutiens. Não pagam impostos, sujam as ruas e andam com pêso roubado". Mesmo assim, o Clube dos Lojistas do Recife quer mais energia do prefeito. Os lojistas lamentam que "o Recife atualmente lembra muito bem as ruas persas. Tudo por culpa de Augusto Lucena, que não cumpre as leis que disciplinam a profissão do ambulante".

Uma defesa — O povo, geralmente, está ao lado dos ambulantes. Pessoa de Moraes, sociólogo de 42 anos, autor de "Tradição e Transformação do Brasil", tem uma explicação, aceita pelo prefeito, por deputados e padres: Recife é a cidade brasileira de maior vocação metropolitana, depois do Rio e de São Paulo. O número de homens que a procuram, vindos do interior de Pernambuco e outros Estados, é muito grande. Não há empregos para todos. Muitos se tornam ambulantes.³⁸²

Nessa matéria jornalística, podemos averiguar o tipo de tratamento dispensado pelo poder municipal aos camelôs da cidade. Eles eram considerados, fundamentalmente, uma anomalia urbana que dilapidava e desorganizava a paisagem urbana, um grupo que promovia a contravenção dos regulamentos e das formas de conduta da cidade, um aglomerado ou bando de indivíduos que realizavam uma transgressão imputável da lei criminal e tributária, uma categoria de habitantes de uma cidade que, segundo as autoridades, procurava se colocar à margem da disciplina e normatização determinada pelo aparelho de Estado. A partir dessa avaliação, o poder público passava a tratar os ambulantes como qualquer grupo fora da lei, dispensando aos mesmos um tratamento policalesco que ignorava ou não queria explicitar as razões sociais e econômicas que fomentavam o trabalho informal e o subemprego.

Contudo, o tratamento dispensado levou os próprios camelôs a forjar uma resistência que buscava responder na mesma mediada à violência estatal e fomentar uma organização capaz de prover estratégias, organizações e apoios a

³⁸² Matéria jornalística constante da **Revista Veja**, 11/09/68, n. 1. Disponível na Internet, em: <<http://veja.abril.com.br/numero1/index.html>>. Acesso em: 22 set. 2003.

sua luta. Estava em jogo para os mentores do comércio ambulante a existência das condições que lhes permitiam a sua própria sobrevivência, da qual eles não poderiam abrir mão sob pena de comprometerem a sua sobrevivência. Tanto isso era uma certeza para os camelôs que, a cada refluxo das chamadas “operação ambulante”, eles retornavam à cena urbana para reiniciar as suas atividades e aguardar em um futuro próximo uma nova reação estatal.

Isso era tão certo, que já em março de 1969, com um novo prefeito para a cidade, Geraldo de Magalhães, era retomada a “operação ambulante”. Para este prefeito, a atividade do comércio ambulante era um problema que deveria ser extirpado em definitivo da cidade:

O prefeito Geraldo de Magalhães Melo, desde que assumiu a chefia da municipalidade, tomou a decisão de acabar com o problema dos ambulantes do Recife, que representam caso inédito a todas as capitais de Estado. O chefe do Executivo recifense já teve oportunidade de participar de reuniões com as autoridades civis e militares estaduais, tratando francamente do assunto e demonstrando sua firme decisão de enfrentar a situação e livrar a cidade das pessoas que exercem aquele comércio.³⁸³

Imbuído do propósito de levar a cabo uma solução em definitivo para o comércio ambulante, o prefeito realiza uma nova operação contra os ambulantes, na semana de 8 a 12 de abril de 1969, na qual, como na ocorrida em setembro de 1968, ocorrem de novo cenas de confronto entre o aparelho repressor e os ambulantes, ganhando repercussão na cidade e levando o prefeito a se comportar como um general num campo de batalha ao afirmar que não daria trégua aos camelôs:

Três guardas municipais foram para o Pronto Socorro, com ferimentos graves. Antônio Alves da Rocha, Nelson Calixto de Carvalho e Amaro José da Silva reiniciaram ontem a luta contra os vendedores ambulantes, tendo sido agredidos com violência num conflito iniciado por volta das duas horas. O incidente começou quando um guarda pediu a um ambulante que recolhesse as suas mercadorias e se instalasse em outro local, em cumprimento das determinações do Prefeito Magalhães de Melo, no sentido de retirar os “camelôs” do perímetro central da cidade. (...) O homem a quem o guarda se dirigiu, João Bernardino de Brito, sem que ele soubesse, era justamente o líder dos vendedores ambulantes. Recusou-se a cumprir a ordem, ensaiou um comício e arregimentou companheiros contra o policial. De um instante para ou outro, o representante da PMR estava sendo massacrado por mais de trinta “camelôs”, quando vários outros policiais apareceram em sua ajuda. O líder dos “camelôs”, ao pressentir que levava nítida desvantagem, saiu em demanda das ruas Duque de Caxias, Do Livramento, Direita e da Palma, aliciando seus companheiros contra os guardas da Prefeitura. Mais de duas centenas de vendedores ambulantes entraram em choque com os

³⁸³ **Diário de Pernambuco**, 20/03/1969, p. 7, 1º Caderno.

representantes da Prefeitura, num “quebra-quebra” que se prolongou até às 13 horas.

Dois carros da Rádio Patrulha, uma Unidade Móvel e cinco viaturas do Departamento de Vigilância e Capturas Recomendadas, conduzindo mais de trinta policiais, chefiados pelo comissário José Anacleto, quase foram impotentes para enfrentar os vendedores.³⁸⁴

Do confronto resultou a prisão de vários vendedores ambulantes e treze deles foram recolhidos às dependências do DOPS e qualificados e cadastrados como subversivos por terem praticado supostos atos subversivos, ficando ainda os mesmos à disposição do órgão de repressão para uma minuciosa investigação sobre o histórico da vida de cada um.³⁸⁵ Essa intensificação da ação repressiva do poder Executivo contra os camelôs contou com o apoio explícito do Clube de Diretores Lojistas do Recife, que chegou, inclusive, a fazer uma solicitação ao governo estadual para que apoiasse e auxiliasse a ação do Executivo municipal através do emprego de contingentes da Polícia Civil e Polícia Militar de Pernambuco. Em suma, a questão e as soluções para os problemas envolvendo o comércio ambulante não passavam por nenhum tipo de negociação entre as partes envolvidas. O uso puro e simples da repressão era a única solução viável para o Executivo municipal e os lojistas.

Em outubro do mesmo ano, a Prefeitura, atenta aos protestos dos comerciantes, voltava a realizar novas operações, desta vez com o apoio da Secretária de Segurança Pública, de remoção dos camelôs,³⁸⁶ que desde setembro haviam retornado às ruas da área central da cidade.

Já em 1970, além da pura e simples repressão e atos de violência contra os ambulantes, a Prefeitura do Recife agregou as suas ações dispositivos legais e burocráticos para justificar a remoção e privar alguns ambulantes que tinham autorização legal para realizar o comércio ambulante, atendo-se, neste caso, à conjectura de que muitas licenças tinham sido obtidas de forma escusa ou eram falsas:

A maior parte de todas as etapas será a terceira e última, pois através dela a Prefeitura do Recife saberá quais os comerciantes-camelôs, que usando de artifícios conseguiram licença. Essa, se foi concedida por meio de fraude, será cancelada, conforme prevê Código de Urbanismo e Obras. E, segundo o diretor

³⁸⁴ **Diário de Pernambuco**, 12/04/1969, p. 5, 1º Caderno.

³⁸⁵ **Diário de Pernambuco**, 13/04/1969, p. 8, 1º Caderno.

³⁸⁶ **Diário de Pernambuco**, 18/10/1969, p. 3, 1º Caderno. Sobre outros fatos desta temporada de operações remoção dos camelôs, consultar as edições dos seguintes dias: 12/09/1969, p. 12, 1º Caderno e 25/10/1969, p. 7, 1º Caderno.

de abastecimento, pelo menos a metade dos ambulantes conseguiu licença fraudulentamente.³⁸⁷

Tratados ora como marginais e subversivos ora como infratores e até falsários, os camelôs viviam numa espécie de corda-bamba na qual cada dia era um dia incerto a sua integridade física e a garantia de obter algum recurso para a sua sobrevivência e de seus familiares:

As ruas estão cheias de gritos. São muitas vozes a gritar preços de mercadorias, miudezas, especiarias; são vozes implorando – num cantar rude – o pão de cada dia, o desafogo da miséria. Uns rotulam suas mercadorias com palavras engraçadas, cheias da verve do homem da rua, outros, seriamente, procuram agradar os fregueses.

São os ambulantes, espalhados pelos quatro cantos da cidade, lutando pela sobrevivência. Todos com os olhos presos na primeira esquina, à espera do fiscal da Prefeitura que pode aparecer de repente e levar para sempre seu ganha-pão. Alguns têm até mensageiros parados nas ruas, em pontos estratégicos – e pagos, pesadamente – para dar o aviso a tempo de empreender a fuga.

ESPERANÇA

Quando o ambulante sai de casa cedinho, apenas o café na barriga e as crianças chorando em casa, leva no tabuleiro não apenas a vontade de vender, a incrível vontade de ganhar um tostão a mais. Ele carrega a mercadoria, o tabuleiro, e, acima de tudo, a esperança.

Isso é o que, de um modo geral, afirmam esses esforçados trabalhadores. E a esperança se multiplica, quando encontram as ruas cheias de pessoas fazendo compras. Nos primeiros movimentos, já podem calcular como será o trabalho do dia: se é possível comprar o livro ou o caderno do menino, ou se, à noite, chegará em casa com o pão do dia.³⁸⁸

Nos anos que se seguiram, o comércio ambulante receberia sempre a mesma forma de tratamento por parte do poder municipal. Mesmo com toda a repressão de anos anteriores, os vendedores ambulantes sempre retornavam aos seus lugares no centro da cidade para realizarem as suas vendas, burlando a vigilância e reocupando os mais variados espaços da área central do Recife, voltando, assim, a serem objetos de novas “operações ambulantes” e de desqualificações feitas através de jornais, nos quais eram taxados de inconvenientes por promoverem algazarras nos locais em que se estabeleciam ou infratores por estarem desobedecendo às leis de segurança.

Operação Camelô

O Departamento de Licenciamento da Prefeitura do Recife iniciou, ontem, a chamada “Operação Camelô”, retirando os ambulantes das ruas centrais desta capital. Apesar da ação dos fiscais da PMR, muitos vendedores conseguiram burlar a vigilância.³⁸⁹

Os Camelôs não são mais problema

Operação Camelô

³⁸⁷ **Diário de Pernambuco**, 20/06/1970, p. 6, 1º Caderno.

³⁸⁸ **Diário de Pernambuco**, 08/07/1970, p. 5, 2º Caderno.

³⁸⁹ **Diário de Pernambuco**, 17/10/1972, p. 1, 1º Caderno.

A Algazarra dos camelôs e o colorido de suas mercadorias modificaram o panorama das imediações do Mercado São José.³⁹⁰

Em 1973, o prefeito Augusto Lucena tentaria uma solução paliativa, na qual parecia acenar com uma postura diferente das até então premeditadas pela municipalidade. Em princípio, tentou a Prefeitura do Recife legalizar os vendedores ambulantes como feirantes e localizá-los em pontos espalhados pela cidade, contornando a área central da cidade, sob a alegação de “evitar o comércio clandestino”. A medida não veio a surtir o efeito desejado em virtude da resistência dos camelôs que, após terem sido removidos e alocados em outros lugares, cerca de 33 feiras dispersadas pela cidade, retomaram aos antigos locais em que comercializavam.³⁹¹ O resultado foi mais uma ação da Prefeitura calcada no uso da repressão policalesca contra os vendedores ambulantes, tendo os seus resultado sido comemorados pelo Clube de Diretores Lojistas e a Associação Comercial:

A Assembléia Geral do Clube dos Diretores Lojistas atendendo proposta do Sr. Cristovão Pedrosa da Fonseca, aprovou, por unanimidade, voto de congratulações pelo êxito da "Operação Ambulante" e manifestou sua confiança na continuidade das medidas adotadas de forma a assegurar a permanência dos resultados, não só em benefício do comércio mas da própria população da Capital. O Conselho Diretor da Associação Comercial de Pernambuco, por seu turno, expressou seu agradecimento e reconhecimento pela atuação e apoio pelo afastamento dos ambulantes do Centro da Cidade. – CIDADE LIMPA – A "Operação Ambulante" realizada nos princípios deste mês vem mantendo as principais ruas do centro comercial do Recife desimpedida para o trânsito de pedestres, obtendo os resultados esperados graças às medidas adotadas pelo Governo do Estado e Prefeitura do Recife. As medidas tiveram por finalidade livrar as ruas centrais do Recife dos falsos ambulantes, enquanto a Municipalidade, por iniciativa do Prefeito Augusto Lucena, facilitava a localização dos verdadeiros vendedores nas 33 feiras da cidade. A população livrou-se ainda, de marginais que se confundiam com os vendedores ambulantes roubando carteiras a objetos, aproveitando-se dos aglomerados.³⁹²

Como salienta Denis Bernardes: *Além da linguagem militar, observe-se a introdução de uma classificação significativa: aquela que dizia distinguir entre verdadeiros e falsos ambulantes, assim como se dizia haver verdadeiros e falsos brasileiros.* Nesses termos, a proposição de legalização dos vendedores ambulantes, discutida, deliberada e executada no nível da Prefeitura do Recife, contando com apoio da organização classista dos comerciantes, configurou-se

³⁹⁰ Idem, 23/07/1973, p. 3, 1º Caderno.

³⁹¹ Sobre esta política para o comércio de vendedores ambulantes e a “operação ambulante”, consultar: BERNARDES, Denis, *op. cit.*, p. 92.

³⁹² Diário Oficial do Município do Recife, 03/08/1973, citado por BERNARDES, Denis, *op. cit.*, pp. 92-93.

muito mais como um estratagema para configurar condições de legalidade que pudessem qualificar os camelôs como infratores da lei, justificando o uso da repressão e dos dispositivos legais. Isso significava que não tinha havido uma deliberação entre as partes envolvidas, fundamentando-se a decisão do Executivo num exercício arbitrário do poder e assentada nos aspectos ou procedimentos que considerava concreto (casuísmo), o poder público se arvorava o direito de impor a solução que achasse mais razoável e produzia, ao mesmo tempo, os fundamentos para decretar a classificação daqueles a quem eram dirigidas as suas deliberações os quais, conforme a sua acomodação ou não ao que foi estabelecido, podiam ser considerados, classificados e autuados da forma mais conveniente e serem objeto ou não das ações do Executivo.

No ano seguinte, em 1974, a Prefeitura do Recife voltaria a autuar da mesma forma os vendedores ambulantes, após um novo ciclo de retorno e restabelecimento dos mesmos na área central da cidade.

Prefeitura retira camelôs já amanhã

A partir de amanhã todos os camelôs do Recife terão que retirar seus tabuleiros do centro da cidade, por determinação das autoridades municipais. Até hoje (...) podem vender suas mercadorias sem a interferência dos fiscais. Uma equipe está sendo treinada para realizar a retirada dos camelôs em desobediência às leis de segurança.³⁹³

Em 1975, o Diário de Pernambuco passaria a fazer outras considerações sobre a questão dos camelôs e as operações ambulantes a que estavam sujeitos. A questão não mais seria analisada sob o prisma do cumprimento ou não da lei, seria levada em conta a questão social que mantinha e reproduzia a atividade dos vendedores ambulantes e as possíveis conseqüências que resultariam da pura e simples interrupção da atividade.

Camelôs ficam preocupados com retirada.

A partir de amanhã os camelôs não poderão mais atuar no centro da cidade. Alguns deles temem que o custo de vida está muito alto e não tendo outro meio de sobrevivência, os mais fracos poderão se transformar em marginais, o que é verdadeiramente lamentável. Por isso esperam que a Prefeitura reconsidere sua decisão, evitando um mal maior.³⁹⁴

Alguns sinais de anuência para com o comércio ambulante já se anunciavam, desde que os camelôs cumprissem alguns requisitos básicos de convivência urbana, como o de evitar a proliferação do lixo com suas atividades.

Camelô ocupa espaço e suja as ruas e calçadas atrapalhando o comércio

³⁹³ **Diário de Pernambuco**, 31/12/1974, p. 1, 1º Caderno.

³⁹⁴ **Diário de Pernambuco**, 01/01/1975, p. 1, 1º Caderno.

Os comerciantes estabelecidos na Rua Camboa do Carmo estão reclamando contra a avalanche de camelôs de frutas que permanecem praticamente nas portas de suas lojas, fazendo daquela artéria um verdadeiro depósito de lixo. (...) “O que atrapalha mesmo é a sujeira, que está trazendo mau cheiro para o interior das lojas – acrescentou. (...)”³⁹⁵

As razões para essa alternância eram que o terreno no qual atuaram os prefeitos Geraldo Magalhães e Augusto Lucena era o da desmobilização política da sociedade patrocinada e instituída pelo autoritarismo e repressão dos governos pós-1964. Esse terreno tinha sido abalado não só pelos resultados eleitorais nas eleições de novembro de 1974, como também pela paulatina emergência da sociedade civil e dos movimentos políticos na cena política, os quais pressionaram as esferas do poder estatal, incluindo aí o municipal, a buscarem outros canais de interlocução do poder com a sociedade.³⁹⁶



Fig. 26. Comércio ambulante em rua da área central do Recife.
Fonte: **A Construção Norte Nordeste**, nº 20, jan. 1976, p. 24.

Sendo o Recife, à época, a cidade onde mais se evidenciava o agravamento dos problemas sociais no país, com a questão do comércio ambulante se constituindo numa de suas faces mais visíveis, a Prefeitura do Recife passou a tratar com mais acuidade o social, mesmo que fosse através de programas sociais, e começou a abrir canais de negociação e consulta com a sociedade para a tomada de decisões.

Na questão relativa ao comércio ambulante, esses sinais já poderiam ser verificados a partir do tratamento dado pelo poder Executivo e da relação estabelecida entre a Prefeitura do Recife e os camelôs. Conforme as manchetes e

³⁹⁵ **Diário de Pernambuco**, 02/09/1975, p. 3, 1º Caderno.

³⁹⁶ Sobre este aspecto, consultar BERNARDES, Denis, *op. cit.*, pp. 96-97.

notícias abaixo, podemos averiguar uma alteração na mediação entre o poder público e os integrantes do comércio ambulante:

Camelô tem apenas até o dia 10 para se localizar nas artérias permitidas

(...) ruas Direita, da Penha, Praça Dom Vital, Av. Dantas Barreto (a partir do trecho que dá entrada ao Pátio de São Pedro).³⁹⁷

Camelôs apóiam medida adotada pelo prefeito

(...) apóiam o prefeito Antônio Farias pelas medidas adotadas para proteger os camelôs da cidade. A posição da entidade foi transmitida ao secretário de Abastecimento e Concessões da Prefeitura Municipal do Recife, agrônomo Adalberto Farias, pelo seu presidente, sr. José Francisco da Silva. Esclareceu que os ambulantes acreditam nas autoridades.

Camelô reluta em sair do centro

(...) só sairão na data determinada pela PMR.³⁹⁸

Camelô atende pedido e sai das ruas sem a intervenção policial

(...) Carros com autofalantes percorreram as ruas pedindo a colaboração dos ambulantes que, depois, foram à PMR pedir permissão para comerciarem em áreas proibidas.³⁹⁹

Prefeitura autoriza camelô a vender na Rua do Livramento⁴⁰⁰

No geral, a situação envolvendo o comércio ambulante no Recife continuou quase a mesma. A diferença era que agora o tratamento dado pela Prefeitura do Recife não era mais decidido, como observa Denis Bernardes, em discussão fechada nos gabinetes, tomando conhecimento, *a posteriori*, a sociedade. De resto, em relação à questão sobre o camelô, a sua resolução ainda ficaria durante algum tempo no plano das intenções e projetos que nunca chegavam a funcionar, sendo que a novidade era admissão da organização da categoria de trabalhadores ambulantes e a sua representação na interlocução com o poder:

A questão dos ambulantes evidentemente continua presente, crescendo o lugar que ocupa no noticiário do Diário Oficial do Município do Recife. O receituário é o mesmo: interdição do comércio em determinadas ruas, proposta para transformar ambulantes em feirantes cadastrados, alocação de ruas onde o comércio ambulante seria permitido. A novidade está no fato de que a Prefeitura reconheceu a existência de um Sindicato de Ambulantes como interlocutor e diz submeter a este seu plano da "Operação Ambulante" mais uma e que não seria a última... O Sindicato dos Ambulantes diz apoiar a "Operação Ambulante", mas esta terminará também por não funcionar.⁴⁰¹

Apesar das mudanças que se anunciavam, os acontecimentos dos últimos anos deixaram seqüelas e chagas que dificilmente seriam esquecidas e cicatrizadas, principalmente aquelas que deixaram marcas pelo corpo dos

³⁹⁷ **Diário de Pernambuco**, 01/10/1975, p. 3, 1º Caderno.

³⁹⁸ **Diário de Pernambuco**, 05/10/1975, pp. 1 e 7, 1º Caderno

³⁹⁹ **Diário de Pernambuco**, 11/10/1975, p. 1, 1º Caderno

⁴⁰⁰ **Diário de Pernambuco**, 22/11/1975, p. 7, 1º Caderno

⁴⁰¹ BERNARDES, Denis, *op. cit.*, pp. 96-97.

comerciantes ambulante e lhes serviam para informar que o passado era e a ainda é real.

O ambulante Antônio Soares de Oliveira foi demoradamente espancado, ontem, na Rua do Riachuelo, por oito fiscais da Prefeitura, depois que teve o tabuleiro de cachorro-quente apreendido. Ao dirigir-se ao chefe da carrocinha, Ladelson, foi ofendido moralmente e duramente surrado.

O filho do camelô, W. G. O., de 11 anos, tentou livrar o pai, foi empurrado e caiu sobre um pedaço de vidro, sofrendo ferimentos na perna direita. Depois de servir de saco-de-pancadas durante quinze minutos, Antônio de Oliveira foi salvo por agentes da Secretaria de Segurança Pública, que o conduziram para a Delegacia de Capturas e o medicaram.⁴⁰²

Quando a atividade de mercador ambulante não era possível, uma boa parte dos habitantes da cidade recorriam, como vimos acima, às atividades que não requeriam a menor qualificação e que dependiam da vontade alheia para serem ou não remuneradas pelos préstimos realizados. Era o caso dos que se voltavam para a oportunidade de realizarem pequenos serviços nos veículos particulares que transitavam pelas grandes avenidas recém-abertas na cidade nos instantes ou minutos em que paravam em algum sinal de trânsito ou estacionavam em algum local. Essa atividade, lavador de carros e, principalmente, a de limpador de pará-brisas, a mais disseminada, tornou-se tão comum e em grande número que passou a merecer reportagem quanto à reclamação dos motoristas que se sentiam incomodados pelos que avançavam sobre seus carros e supostamente os constrangiam por um pagamento de um serviço que não haviam previamente requisitado.⁴⁰³

Em outras situações, naquelas em que não se realizava qualquer trabalho fora do ambiente doméstico, cabia aos que podiam executar algum trabalho para obtenção de renda, auxiliando os membros da família em afazeres para terceiros, como no caso da personagem Maria de França quando auxilia a mãe na lavagem de roupas:

Maria de França, enquanto espera, tenta obter trabalho em casas de família e, entre uma tentativa e outra, ajuda a mãe na barreira.⁴⁰⁴

Quando ela conseguia um emprego de doméstica estava sujeita aos limites da tolerância e ao estado afetivo suscitado pela consciência de seus empregadores que concebiam qualquer coisa de anormal, de acordo com suas

⁴⁰² **Diário de Pernambuco**, 22/08/1974, p. 12, 1º Caderno

⁴⁰³ Nos referimos a uma reportagem intitulada *Limpadores de pára-brisas incomodam os motoristas*, publicada no **Diário de Pernambuco**, 12/08/1974, p. 8.

⁴⁰⁴ LINS, Osman, *op. cit.*, p. 21.

opiniões e impressões previamente estabelecidas sobre a ordem das coisas, como perigo ao seu modo de vida ou *status* social. Ou ainda, quando se empregava como vendedora, a sua permanência no emprego estava condicionada a atingir metas de produtividade estabelecidas pelos empregadores.

A mãe dos surdos-mudos passa as manhãs fora, confiando-os à ama, em quem a violência cresce, cheia de ameaças. Haverá um duplo infanticídio? Serão esfaqueados os inocentes Dino e Lino? A seqüência, felizmente, foge a tais previsões: a patroa nota uma inchação na perna da empregada e quer levá-la à Clínica de Doenças Tropicais. Resistência de Maria de França. Havendo sido interna no Hospital de Alienados, diz, onde a trataram bem e tem amigos do peito, só confia nos seus médicos. Imediatamente, sem perceber por que, recebe as contas.

Admitida num armarinho (sem registro na carteira profissional), suas vendas não chegam nem ao mínimo exigido "e só por isso, ouvintes, me mandam passear, me mandam para o olho da avenida".⁴⁰⁵

Quando se dá por curada, Maria de França consegue um novo emprego de doméstica, mas aos primeiros sinais de negligência é mandada novamente embora:

Calma e proclamando aos "ouvintes" a sua cura total, mas com um sintomático rosário no pescoço, Maria de França consegue novo emprego de doméstica.

E Maria de França? Suas mãos, não muito versáteis, tornam-se pesadas, ela quebra torneiras, vassouras, cabos de panelas, portas: vai para a rua.⁴⁰⁶

A condição de Maria de França também poderia ser estendida para os que compartilhavam de sua convivência. Era o caso de seu noivo Nicolau Pompeu, conhecido por Dudu, nome que o identificava como jogador de um time suburbano do Recife. Ele, como tantos outros oriundos das classes subalternas, almeja, através da habilidade que tinha como jogador de futebol, economicamente e socialmente ascender e obter para si um *status* social. Não tendo conseguido o que almejava, recorre a recursos artificiais para melhorar a sua *performance* como jogador, e assim poder recolher algum prestígio de dividendo. Consegue usufruir um sucesso efêmero até que lhe desvendam o seu recurso e é submetido a uma pressão moral. Volta ao que era e continua a ganhar pouco, quando pagam, e passa a buscar outros trabalhos para recompor a renda, seja como guarda-noturno, em que é acusado de cumplicidade com assaltantes, seja como motorista, executando um trabalho estafante que lhe denuncia as condições críticas de seu estado de saúde. A retribuição que melhor lhe coube foi o direito de dormir numa garagem de ônibus para economizar alguma coisa. De resto, só

⁴⁰⁵ Idem, p. 21.

⁴⁰⁶ Idem, pp. 33 e 34.

teve como contra-dádiva as agruras da lei feita para os que descumprem ou são suspeitos de burlá-la. É demitido e, num processo de degradação física motivado pela doença, resolve Nicolau Pompeu, o Dudu, dar cabo da vida com um revólver que um dia lhe serviu como um instrumento de seus trabalhos realizados para sobreviver.

O "Torre", clube suburbano sem futuro onde o seu novo amigo atua como centro-avante, perde um campeonato atrás do outro. Paga uma miséria aos jogadores – quando paga – e a saída para o atacante é desgastar as forças que lhe restam como guarda-noturno, enquanto aspira à Seleção Brasileira. Nicolau Pompeu (seu nome esportivo, Dudu, raramente aparece nos jornais) irradia uma serenidade que Maria de França nem sequer imaginava. Isto apesar do passo rápido, dos olhos acesos, do chapéu levantado sobre a testa e do seu jeito – enganoso, afinal – de quem "se não abre o caminho no peito, abre no ombro".⁴⁰⁷

À falta de outra coisa, Dudu aceita o lugar de cobrador de ônibus, ganhando menos; para economizar e poder alimentar-se, dorme na garagem, dentro dos carros; e então lhe aparecem dores agudas nas costas. O motorista de um dos carros é Belo Papagaio.⁴⁰⁸

Denúncia, acusação e expulsão, atos ligados ao indicador, dedo de Júpiter, dominam o capítulo V. Denuncia-se o defloramento de Maria de França, Dudu é acusado de cumplicidade com assaltantes, de *dopping*, perde o emprego, sua noiva é expulsa de casa pela mãe e ele, tuberculoso (os pulmões, com as artérias e o tato, incluem-se na área de influência de Júpiter), sai do "Torre", sai da cidade e perde o convívio com os sãos, matando-se afinal com um tiro (o indicador, dedo do gatilho).⁴⁰⁹

Impossível, confessa, a operação. Mas não suporta ver gente morrendo e por isso caiu fora e não há quem o faça regressar. Encontram-no morto um ou dois dias depois, o dedo no gatilho do revólver. O revólver dos seus tempos de vigia?⁴¹⁰

O uso e cumprimento da lei, especialmente aquela que regia o mundo do trabalho, só era utilizada ou evocada pelos empregadores quando lhes traziam algum benefício ou lhes dava a oportunidade de submeter ou dispensar a mão-de-obra sem maiores custos. Podemos observar isso pelo uso sistemático de convites de volta ao trabalho feitos por empresas para que pudessem legalmente demitir funcionários sem ter que arcar com indenizações ou as tentativas das categorias patronais de retardar ao máximo a fixação de dissídios coletivos, apostando na letargia da Justiça do Trabalho, e, ainda, o expediente usado pelos empregadores de atrasarem o pagamento de salário, aproveitando-se da fragilidade ou dos trâmites burocráticos para se cumprir à lei.

Convite de Volta ao Trabalho

⁴⁰⁷ Idem, p. 23.

⁴⁰⁸ Idem, p. 34

⁴⁰⁹ Idem, p. 54.

⁴¹⁰ Idem, p. 38.

Pelo presente, convidamos o Snr. Silvio Pereira Costa, Carteira Profissional 67.711 – 316 – Pe. a comparecer ao trabalho dentro do prazo de 8 (oito) dias, da data da publicação deste edital, sob pena de ser demitido por abandono de emprego de acôrdo com C.L.T..
Supermercados Econômico S/A Loja 6⁴¹¹

Ao mesmo tempo em que adia mais uma audiência relativa ao dissídio coletivo suscitado pelo sindicato de ônibus e caminhões, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho marcou o prazo para as partes apresentarem as razões finais no processo.

O dissídio não pode ser apreciado porque a presidência do TRT continua sem as informações solicitadas ao Departamento de Estradas de Rodagem e Prefeitura do Recife, relativamente à incidência de salário na composição das tarifas, e, também, ao Instituto do Açúcar e Alcool, para que informe o percentual previsto para o mesmo fim, nos fretes pagos aos transportadores.

(...) O delegado do Trabalho, por outro lado, informou haver solicitado às entidades sindicais de trabalhadores que façam uma relação de empregadores que lhes devem salários atrasados, que – logo após conhecida a regulamentação do decreto-lei recentemente baixado sejam tomadas as providências que se fazem necessárias.⁴¹²

Mesmo tendo em mãos uma legislação trabalhista e política salarial que beneficiava amplamente as possibilidades de ampliação da exploração da força de trabalho, o não cumprimento das leis que regiam a C.L.T. era uma prática comum entre os empregadores. Podemos averiguar esse fato pelo número elevado de processos solucionados na Justiça do Trabalho, para todo o Estado de Pernambuco, considerando só as reclamações de empregados que foram reconhecidas como totalmente procedentes e tiveram decisão proferida em favor do reclamante, conforme quadro abaixo, no qual é possível perceber a crescente elevação nas indenizações pagas e uma média de 1.578 processos ao ano. No geral, isso significava que 5,71% das pessoas oficialmente empregadas, de um total de 193.593,⁴¹³ tomando por base o ano de 1972, tiveram que recorrer à Justiça do Trabalho para que os empregadores cumprissem com suas obrigações. Esse percentual mais que duplicaria se levássemos em conta os processos parcialmente procedentes, com os quais chegaríamos a um montante de 22.475 processos procedentes e parcialmente procedentes, equivalente a 11,61% do total de pessoas oficialmente empregadas.

Todas as condições que acima alinhavamos contribuíram decisivamente para configurar um quadro significativo de desigualdades econômicas e sociais no

⁴¹¹ **Diário de Pernambuco**, 07/10/1972, p. 9, 1º Caderno.

⁴¹² **Diário de Pernambuco**, 08/10/1969, p. 8, 1º Caderno.

⁴¹³ Número de empregados e salários pagos, segundo os ramos de atividade e classes de salário, por Unidades da Federação — 1972 – Pernambuco, in IBGE. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro, 2003. 1 CD-ROM.

Recife e em sua região metropolitana. A desigualdade podia ser medida pelo Índice de Concentração de Gini,⁴¹⁴ conforme tabela abaixo, na qual podemos averiguar um crescimento na desigualdade quanto à distribuição de renda entre 1960 e 1973. Nesse índice, quanto mais perto o indicador estiver de 0, mais equilibrada será a distribuição de renda e quanto mais próximo estiver de 1, maior será o desequilíbrio na distribuição de renda. No caso da Região Metropolitana do Recife, o índice de 0,524 significava que quase 53% da sua população tinham acesso a 10% da renda *per capita* da cidade.

TABELA 11 – PROCESSOS TOTALMENTE SOLUCIONADOS EM PERNAMBUCO (1969-1975)		
Ano	Nº de Processos Totalmente Procedentes	Valor das Indenizações Pagas (Cr\$ 1.000)
1969	1.972	1.651
1970	2.469	1.587
1971	1.605	2.610
1972	1.193	3.496
1973	1.174	5.435
1974	1.196	3.443
1975	1.439	4.934

Fonte: Processos solucionados, por Unidades da Federação – 1969/1975, in IBGE. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro, 2003. 1 CD-ROM.

TABELA 12 – RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA – RENDA PER CAPITA E ÍNDICE DE CONCENTRA GINI (1960-1973)		
Ano	Renda Per Capita em US\$	Índice Gini
1960 ¹	324	0,370
1961/62 ¹	432	0,423
1967 ²	312	0,501
1968 ¹	312	0,408
1973 ²	576	0,524

Fonte: UFPE. CME 1975:165 *apud* MOTA, Roberto, *op. cit.*, p. 146.

(1) - Apenas o município do Recife.

(2) - Região Metropolitana do Recife

4. OS CÁRCERES NÃO SÃO ILUMINADOS PELAS ESTRELAS

As repercussões de uma baixa renda *per capita* para a maioria da população do Recife se faziam sentir nas condições e nos ambientes que lhes serviam de moradia. Segundo uma pesquisa realizada pela Prefeitura e divulgada em 1973, a

⁴¹⁴ O Índice de Concentração Gini é utilizado para medir a distribuição de renda entre diferentes grupos de pessoas em relação a uma possível distribuição ideal. O índice se utiliza da Curva de Lorenz, criada por M. C. Lorenz, em 1905, que demonstraria a distribuição de renda a partir da seguinte fórmula: *Consiste em representar sobre o eixo horizontal, em porcentagem, o total dos destinatários da renda e sobre o eixo vertical a soma (ou porcentagem) de todas as rendas recebidas no período (um ano). Ligando os pontos desses dois eixos pode-se traçar uma linha ascendente a partir do ponto 0, com ângulo de 45°, o que representaria a curva de distribuição ideal da renda ou de igualdade absoluta: por exemplo, 10% da renda total corresponderiam a 10% das pessoas que receberam renda ou 90% da soma da renda total corresponderiam a 90% das pessoas a quem essa renda foi destinada.* **Dicionário de Economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 248. (Os Economistas)

cidade tinha cerca de 60 mil mocambos, nos quais viviam uma média de 5 pessoas por unidade, perfazendo um total de quase 300 mil pessoas, sendo que a maioria das habitações eram alugadas e se pagava um aluguel que ia além dos Cr\$ 50,00.⁴¹⁵

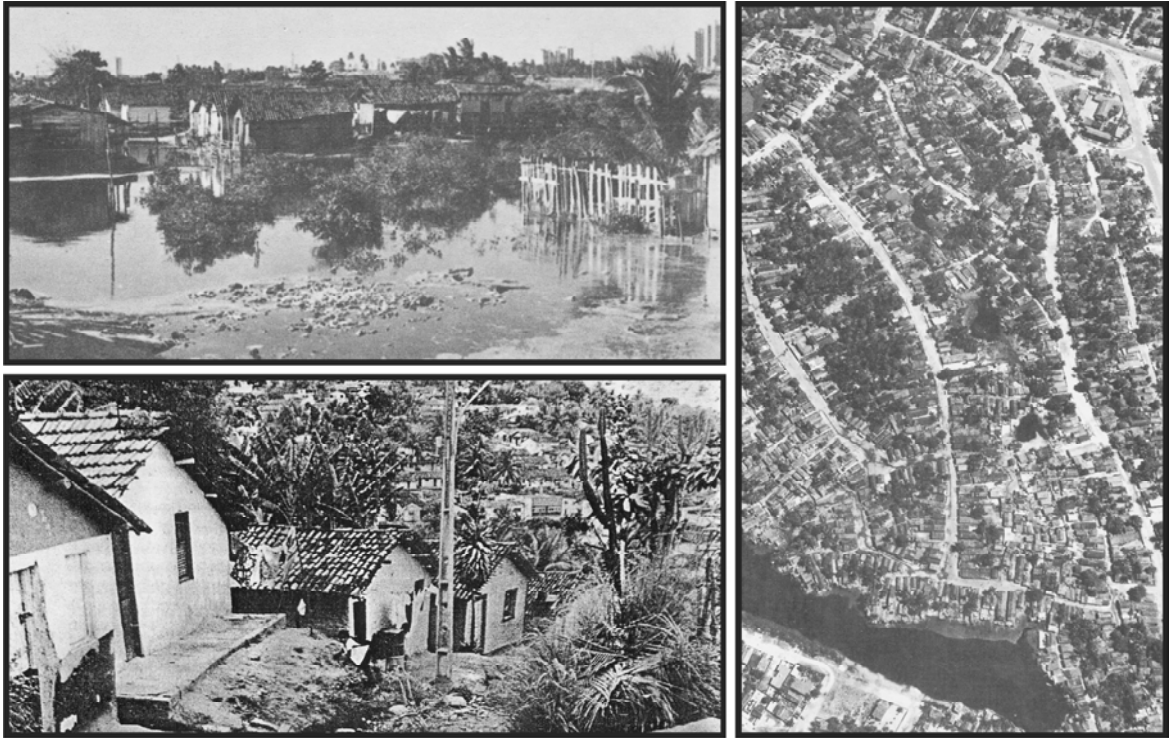
Conforme o Censo Demográfico de 1970, essas moradias denominadas mocambos integravam o item dos domicílios rústicos recenseados. O quantitativo dos que tinham essa classificação chegava ao número de 95.945, de um total de 326.094 domicílios recenseados, sendo que 200 foram considerados improvisados e o restante (229.949) recebeu a classificação de duráveis.

Como rústicos se compreendiam as moradias que não eram construídas de alvenaria e eram desprovidas de quase todas as instalações de infra-estrutura. Isso significa dizer que o complexo de moradias que formavam as favelas do Recife na década de 1970 era bem maior do que se fossem consideradas só as moradias rústicas. Alberto de Sousa, no seu livro *Do mocambo à favela: Recife 1920-1900*, estima, a partir de estudos da FIDEM e baseados nos censos demográficos de 1970 e 1980, que para a região metropolitana recifense havia, em 1978, cerca de 210 mil moradias e 1.135.000 habitantes espalhadas por favelas.

No Recife, as favelas se situavam em três áreas distintas da cidade. A primeira compreendia as favelas localizadas no entorno da área central da cidade, entre as quais as mais importantes eram as favelas localizadas em Santo Amaro, Coque, Coelho, Brasília Teimosa e Pina. A segunda área eram as aglomerações localizadas nas terras baixas e planas da planície aluviônica para o interior da cidade, compreendendo aí, também, as áreas de mangues, ribeirinhas e as atravessadas por complexos viários recém-construídos ou em fase de construção e planejamento, destacando-se como principais aglomerações de favela: as do Chié e Ilha do Joaneiro, situadas nos mangues e alagados de Campo Grande; as áreas que margeavam as aglomerações das residências de moradores de renda média alta da orla marítima de Boa Vigem; as localidades ribeirinhas dos rios Capibaribe e Beberibe, situadas em bairros como Casa Forte, Madalena, Beberibe, e as áreas que margeavam o Rio Jiquiá, como o complexo de favelas Jiquiá-Remédios. A terceira área era composta pelos morros que circundam o

⁴¹⁵ **A Construção Norte Nordeste**, nº 3, jun. 1973, pp. 26-27.

Recife, com uma altitude que varia de 50 a 100 metros, destacando-se as colinas de Cavaleiro e Guararapes, morros na fronteira com a cidade de Jaboatão (Prazeres), e as inúmeras favelas dos morros de Casa Amarela-Beberibe, que em 1980 tinham uma população superior a 400 mil habitantes.



(De cima para baixo e da esquerda para direita)

Fig. 27. Favela nos alagados do Coque.

Fonte: **A Construção Norte Nordeste**, nº 18, nov. 1974, p. 14.

Fig. 28. Favela nos morros de Casa Amarela.

Fonte: **URBIS: Revista de Urbanismo e Desenvolvimento**. Recife: URB- Empresa de Urbanização do Recife – PCR, Ano III, n. 4, jan./fev./mar., 1980. p. 42.

Fig. 29. Favela ribeirinha no Pina.

Fonte: RECIFE, Secretaria de Planejamento – URB. **Plano de Desenvolvimento do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1980 p. 18.

Grande parte das moradias localizadas nessas áreas de favelas era, em sua maioria, alugadas. Essa condição de ocupação pode ser verificada pelos indicadores apresentados pelo Recenseamento Demográfico de 1980, ao fazer um levantamento das residências particulares ocupadas nas aglomerações que eram consideradas essencialmente favelas.⁴¹⁶

Muitas dessas favelas eram recentes e ganhavam ou tiravam o seu nome de algum fato de grande repercussão, de um programa com sucesso de audiência, ou prestavam alguma homenagem à luta pela disputa do espaço urbano ou, ainda, eram pura ironia. Para o primeiro caso, destacamos as favelas do Skylab,

⁴¹⁶ O Recenseamento Demográfico de 1980 considerava essencialmente favelas as aglomerações com moradias rústicas e que eram desprovidas de instalações infra-estruturais.

que recebeu esse nome quando da queda da estação orbital com o mesmo nome em 1979, que teve uma grande repercussão quando do seu regresso desastroso ao se espatifar ao contato com órbita da Terra, e a do Vietnan, organizada no ano em que a Guerra do Vietnan começava a ganhar um desfecho com a vitória dos vietnamitas e a debanda geral dos americanos, que tinha um cenário um pouco parecido ao de um campo guerra:

O Jardim do Forte, no Bongi, é uma das vilas mais peculiares do Recife: nem tanto pela dificuldade de acesso ao local, que fica ilhado durante o tempo das chuvas, mas, pela construção de um verdadeira cerca de arame farpado entre o agrupamento de casas populares e uma favela, que margeia o local, propriamente chamada de “Vietnam”.

Ninguém no Jardim do Forte se aventura sequer a se aproximar da favela, pois dizem que é pior do que o Coque. Quem não é de lá, entrando não sai. Por conta disso, foi criada a cerca, mas, mesmo assim as casas da vila situadas na última quadra, próximas ao aglomerado de mocambos, ainda não foram habitadas, de modo geral.⁴¹⁷

Outras favelas ganharam o nome de novelas de grande sucesso, exibidas no momento em que estavam se organizando, como *Saramandaia* e *Chega Mais*, novelas da Globo exibidas em 1976 e em 1980, respectivamente. Outras memorizavam o significado da luta para se estabelecer nos espaços escolhidos para erguer as suas moradias, como a favela *Entra Apulso*, que tinha esse nome numa referência à luta sem trégua para ocupar terrenos abandonados e áreas de mangues nas proximidades do Shopping Center Recife, construído em Boa Viagem no final da década de 1970. Por fim, uma denominação como *Conjunto Oropa, França e Bahia* era uma pura ironia para com o circuito preferido para as viagens de lazer e turismo das classes de renda média e alta no final dos anos 1960 e meados da década de 1970.

A denominação de algumas favelas, no entanto, não estava relacionada com nenhuma realidade específica da localidade nem sua motivação se devia a algum fato inusitado. Era o caso da favela *Mata-Sete*, situada no bairro de Boa Viagem, com as mesmas condições precárias de habitação e infra-estrutura das demais favelas do Recife. Já a razão do seu nome não derivava de nenhuma situação de homicídio ocorrido na localidade, conforme relatou um morador a um repórter, em 1975:

Pedreiro em disponibilidade, José Marinho assegura que “assalto, quando acontece, é feito por gente de fora que vem para cá”.

⁴¹⁷ **Diário de Pernambuco**, 02/09/1974, p. 3, 1º Caderno.

Quando José Marinho, paraibano de Santa Rita, chegou ao Mata-Sete, há três décadas, “tudo isso era só um mangue”, lembra, enquanto observa um partida de dominó, pacificamente disputada por quatro amigos, em frente a uma pequena mercearia.

“E sabe por que esse lugar ficou conhecido como Mata-Sete? – pergunta, com voz apressada.

“É porque havia aqui uma gafeira. E a música que animava a dança dizia: ‘O Mata-Sete fugiu da cadeia/A coisa tava feia/Naquele lugar’. O disco era de Jackson do Pandeiro, se não me engano. Então, todo mundo dizia: ‘Vamos no Mata-Sete!’ Depois desse tempo, t⁴¹⁸ todo mundo ficou chamando o lugar por esse nome” – esclarece.

TABELA 13 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM DOMICÍLIOS PARTICULARES E MÉDIA DE PESSOAS POR DOMICÍLIO PARTICULARE EM FAVELAS DO RECIFE (1980)

Tipo de Veículo	População Residente	Domicílios Particulares	Média de Pessoas por Domicílio
Ambole	2.330	456	5,11
Beco da Tramways	2.677	538	4,98
Bode	5.066	1.149	4,41
Brasília Teimosa	16.527	3.334	4,96
Campo da Vovozinha ou Chega Mais	5.963	1.340	4,45
Campo do Onze	1.520	292	5,21
Cápua	2.700	625	4,32
Casa Grande	1.864	407	4,58
Chie	1.589	368	4,32
Coelhos	5.029	1.188	4,23
Conjunto Oropa, França e Bahia	2.057	447	4,60
Coque	4.676	1.127	4,15
Invasão do Mercado Público de Beberibe	286	66	4,33
Invasão da Rua Tabaiars	1.327	297	4,47
Entra Apulso ou Mata Sete	2.156	473	4,56
Fernandinho	1.104	300	3,68
Ilha de Joaneiro	6.616	1.422	4,65
Ilha de Santa Terezinha	1.661	329	5,05
Ilha do Destino	1.917	402	4,77
Ilha Sem Deus	600	127	4,72
Rivaldo ou Padre Cícero	1.056	237	4,46
São Lucas	1.076	229	4,70
Saramandaia	660	162	4,07
Sítio da Viúva	1.457	303	4,81
Sítio do Céu	4.129	924	4,47
Skylab	1.903	400	4,76
Vietnam	3.452	663	5,21
Vila Camponesa	2.475	542	4,57
Vila do Apulso	1.414	291	4,86
TOTAL	85.287	18.438	4,63

Fonte: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico – Pernambuco – 1980.

⁴¹⁸ **Diário de Pernambuco**, 02/09/1974, p. 3, 1º Caderno.

Analisando os nomes dados a diversas favelas (*Ilha das Cobras, O Formigueiro, Entra Apulso, Skylab, Skylab II, Ponte do Vintém, Brasília Teimosa, Ilha dos Macacos, Planeta dos Macacos* e outros), Yaponira Machado Barbachan Guerra chegou à seguinte conclusão:

Os seus moradores recorrem à fantasia como uma maneira de dar sentido à sua existência, de compensar a espoliação da qual são vítimas. Daí por que esses nomes não surgem por acaso. Têm significados que se explicam pelas determinações histórico-objetivas que pesam na situação de classe dessas populações. Cada denominação tem, por conseguinte, uma história que, no fundo, é a história de cada migrante, é parte de sua vida: o grito por um pedaço de terra mesmo que "a pulso", sustentado com "teimosia" pela população e com o trabalho do "formigueiro", a miséria do "vintém" e a luta das "cobras". Esse mecanismo tem, portanto, uma função compensatória que permite ocultar ou mascarar o real, atestando o absurdo desse real, mas tornando-o aceitável.⁴¹⁹

A maioria das favelas do Recife eram compostas de ruelas que, à medida que avançavam para o seu interior, podiam tanto se estreitar como se alargar. Nelas, os domicílios podiam ser tanto rústicos como duráveis e, neste caso, significava que eram residências com divisão em cômodos e construídas em alvenaria, rebocadas, pintadas e com algumas instalações de infra-estrutura (abastecimento de água, algum sistema de esgoto). Já para as demais, sendo consideradas rústicas ou não, até a década de 1960 predominava uma edificação que começava pelo chão de terra batida e seguia com paredes de madeira ou taipa, sendo que a primeira era utilizada mais nas edificações ribeirinhas e a segunda, nos morros, como no caso dos mocambos e da infra-estrutura da *favela do Coque*, situada na Ilha Joana Bezerra, em meados dos anos de 1970:

Quem vem pela Rua Imperial pode ter uma dessas dolorosas visões, entrando pela Rua Cabo Eutrópio, e atravessando, alguns metros adiante, a linha férrea. Encontra-se, então, no Coque, no maior aglomerado de mocambos do Recife. São 12.000 casas feitas de Barro e madeira, numa área que vai dos Afogados até as proximidades da Ilha Joana Bezerra, com uma população aproximada de 60.000 pessoas, a maioria crianças.

Quase que inteiramente situado nos mangues, o Coque se transforma num amontoado de ruelas de difícil acesso, algumas até iluminadas, onde, não raro, nos deparamos com crianças que partilham restos de comida com porcos e outros animais. Ali a fome é a grande responsável pelo alto índice de mortalidade infantil. As crianças, na luta pela sobrevivência, catam sururu nos mangues, depois, na feira dos Afogados ou nas pontes do centro da cidade.⁴²⁰

No ano de 1978, já se pode constatar que cerca de 85% das residências tinham piso de cimento ou de outro material, como a metralha formada a partir da

⁴¹⁹ GUERRA, Yaponira Machado Barbachan. **O espaço dos sem espaço**. Estudo de caso de representações sociais de migrantes de classes subalternas no Recife. Recife: Editora Massangana, 1993, p. 35.

⁴²⁰ **Diário de Pernambuco**, 27/07/1975, p. 5, Caderno de Domingo.

reunião de detritos resultantes de demolições (tijolos, pedras, cerâmicas, concreto), 90% tinham telhado de barro e cerca de 40% tinham paredes de alvenaria contra 20%, para paredes de madeira, e 40%, feitas de taipa.⁴²¹

A evolução que se constatou entre a década de 1960 e 1970 não pode ser creditada a algum tipo de progresso econômico e/ou à disposição de melhores condições socioeconômicas para os seus moradores. Muitas das melhorias nas edificações se devem muito mais à persistência e ao senso de oportunidade de seus moradores, como a disposição e criatividade em reaproveitar detritos para construções e a paciência e planejamento em fazer de um pequeno espaço uma edificação mais ampla, fazendo a mesma avançar no sentido vertical ou no sentido horizontal sobre áreas alagadas. Nesse sentido, são interessantes as observações sobre as edificações na favela denominada Brasilit, feitas por Maria Cristina Marques Ortiz e Renata Stadler de Almeida Hue:

(...) O chão de terra batida, muitas vezes úmido pelas águas servidas, no período das chuvas, torna-se um lamaçal que toma quase toda a casa. Requentes de casas de dois andares não faltam; surgem de vez em quando, feitas de tábuas, meio pensas. A tentativa de aproveitar ao máximo o espaço faz com que as casas avancem sobre uma lagoa de água parada, transformando-se em palafitas feitas de tábuas, com pequenas e precárias pontes fazendo a ligação com a terra firme.

A sensação de desafogo proporcionada pelo espaço da lagoa rodeada de mato a arbustos, mesmo com os barracos começando a avançar sobre ela, é um contraste brutal com as vielas que, momentos antes, nos faziam andar em fila indiana entre o muro e alguma casa que não se atreveu a usá-lo como arrimo.

A necessidade de se construir um abrigo com o mínimo de recursos faz com que a criatividade e a disponibilidade física se transformem nos componentes mais requisitados.

O abrigo, que no começo é instalado com o objetivo de ser provisório, acaba no entanto se tornando permanente. Uma das características dessas casas é a impressão de que elas estão sempre no meio de uma reforma que nunca tem fim.

Na impossibilidade de se comprar grandes quantidades de material, a alternativa é parcelar a montagem da casa. Às vezes se torna empreendimento de uma vida inteira. Constrói-se primeiro um núcleo, onde geralmente se usam como material refugos diversos. Tábuas de antigos caixotes fazem paredes e, segundo nos informou um antigo morador da região, as barrancas do rio Capibaribe fornecem barro preto a vermelho de boa qualidade que podem se transformar em material para construir paredes de taipa. Papelão, plástico, faixas de propaganda servem como tapa-buracos. As telhas onduladas de fibrocimento, que deveriam servir como cobertura das casas, podem assumir lugar de uma parede, uma divisória de terreno a remendar aqui e ali buracos que começam a surgir. Percebe-se que as pessoas preferem as telhas de barro, pois dadas as condições das casas – com teto baixo e sem forro – o barro fornece maior isolamento térmico.

⁴²¹ Para este tópico utilizamos como subsídios as informações e análises constantes em: SOUSA, Alberto. **Do mocambo à favela**: Recife, 1920-1990. João Pessoa: Editora Universitária, 2003, pp. 43-50, e ORTIZ, Maria Cristina Marques e HUE, Renata Stadler de Almeida. **Minaçu e Recife**: histórias de habitações e seus habitantes. São Paulo: Projeto, 1987, pp. 208-211.

(...) Ao mesmo tempo que ela remenda a casa provisória, vai reservando material para sua futura casa que muitas vezes vai surgindo de dentro da antiga. Pode-se ver com frequência telhas de fibrocimento de pequenas dimensões – mais ou menos 25 por 35 cm – que são usadas na fábrica como calço no transporte de placas, empilhadas a um canto à espera de uma quantidade suficiente para se montar um telhado completo. (...) Os tijolos, também à espera de quantidade suficiente, ficam cobertos por plásticos para não estragar com a chuva.⁴²²

Contudo, o elemento que configurava decisivamente a qualificação dos domicílios como habitações de um complexo de favelas era a quase ausência de instalações infra-estruturais nesses aglomerados urbanos. Para termos uma idéia dessa ausência, basta atentar para a distribuição das instalações infra-estruturais por domicílio em 1970 (TABELA 14).

TABELA 14 – DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES SEGUNDO AS INSTALAÇÕES EXISTENTES (1970)		
Características dos Domicílios	Nº de Domicílios	% Sobre o Total
Quanto ao abastecimento de água		
- Rede geral	102.098	52,95
- Poço ou nascente	20.175	10,46
- Não tem	70.536	36,58
Quanto à iluminação elétrica		
- Tem	165.792	85,63
- Não tem	27.817	14,37
Quanto às instalações sanitárias		
- Rede geral	36.059	18,19
- Fossa Séptica	38.051	19,75
- Fossa rudimentar	80.907	41,98
- Outro escoadouro	7.856	4,08
- Não declarado	29.836	15,48

Fonte: Censo Demográfico - 1970.

Na tabela só constam os domicílios considerados particulares ocupados por seus proprietários, não constando, portanto, os que eram alugados e os situados em alagados. Na realidade, a situação da maioria das palafitas, mocambos, casebres e casas,⁴²³ conforme o tipo de construção para o tipo de área ocupada,

⁴²² As averiguações e apreciações feitas por essas pesquisadoras ocorreram na primeira metade da década de 1980. Contudo, elas observam que muito do que foi pesquisado e estudado é resultante de um processo que remonta à década de 1960 e prossegue pela de 1970, permanecendo com muitas das mesmas características à época de suas pesquisas, tornando-se assim um subsídio importante para investigar as formas de edificações usadas nos anos do período que aqui delimitamos. Sobre a citação, consultar: ORTIZ, Maria Cristina Marques e HUE, Renata Stadter de Almeida, *op. cit.*, pp. 209-210.

⁴²³ Pelo que podemos observar, é possível fazer uma certa tipologia dos tipos de habitações utilizadas nas favelas do Recife, ressaltando ser ela muito restrita e genérica para um uso mais específico em estudos monográficos para contextos históricos que suscitam os tipos de moradias. Em princípio a tipologia contemplaria os seguintes tipos de moradias: *palafitas*, moradias construídas sobre um conjunto de estacas fincadas sobre as águas de rios, lagoas e praias; *mocambos*, habitações construídas de taipa ou outro material que são mais comuns nos mangues ou alagados; *casebres* e *casas*, ambas são edificações feitas em geral de um só tipo de material ou da combinação de diversos (madeira, chapas metálicas, taipa e alvenaria), tendo na maioria

possuíam uma quase total ausência de instalações infra-estruturais. No geral, nas localidades consideradas favelas, o esgoto corria a céu aberto para cursos de água, açudes, mananciais ou canais, sendo que estes eram na maioria das vezes um corredor aberto abaixo do nível da superfície por onde escorriam dejetos para algum rio, lagoa ou açude próximo.

Segundo Alberto Sousa, para o ano de 1978, 55% das habitações das favelas não se beneficiavam de nenhum serviço sanitário.⁴²⁴ Quanto ao abastecimento de água, para uma boa parte dos domicílios a água chegava através de sua obtenção em chafariz ou torneiras públicas, em cacimbas, quando não eram adquiridas de terceiros que tinham torneiras ou a revendiam em veículos adaptados para o seu transporte. O grande problema dessa forma de obtenção de água estava no seu armazenamento em condições que não asseguravam a impossibilidade de ser contaminada.⁴²⁵

Um outro grande problema era quanto à coleta de lixo e, nesse aspecto, quanto mais perto estivesse a favela do centro urbano do Recife mais chances ela teria de alguma vez ser assistida pela coleta de lixo. Normalmente, dois terços a três quartos das habitações, dependendo da localidade, não eram servidos pela coleta de lixo, sendo que as favelas periféricas raramente tinham acesso a esse tipo de serviço público, segundo pesquisas realizadas no ano de 1977.⁴²⁶

Das instalações de infra-estruturas, a de maior acesso era a iluminação elétrica e isso se devia basicamente às possibilidades e facilidades técnicas de se fazer uma extensão elétrica da rede de distribuição próxima às moradias, puxando, assim, através de um fio comprido ligado a um poste da rede de distribuição para os cômodos da casa, energia elétrica, a partir do qual eram criadas extensões para bocais de lâmpada e tomadas para intermediar a energia elétrica para algum equipamento eletrônico.

Segundo Alberto de Sousa, esse tipo de obtenção de energia era tão comum e impossível de ser controlado, que a partir dos anos de 1970 a companhia de energia passou a expandir a oferta de energia elétrica para os moradores das

das vezes divisões de cômodos, elas são mais próprias das aglomerações nos morros ou em terrenos menos sujeitos às intempéries da planície aluviônica, o que permite aos seus moradores realizarem planejamentos e investimentos na melhoria das moradias a médio e longo prazo.

⁴²⁴ SOUSA, Alberto, *op. cit.*, p. 52.

⁴²⁵ Idem, p. 53.

⁴²⁶ Idem, p. 55.

favelas. Esse procedimento foi possível em virtude de uma política adotada pela companhia de eletrificação para as habitações de pessoas de baixa renda, independente da sua situação jurídica, localização ou condições materiais, para absorver os seus moradores como consumidores regulares. Um segundo aspecto que favoreceu essa política foi à facilidade técnica e o baixo investimento de recursos para extensão de redes elétricas até as favelas.⁴²⁷

O processo que dava origem às favelas e a forma como eram constituídas e organizadas dependia muito do processo de ocupação da área em que ela seria erguida. As formas de ocupação da área iam desde a invasão, que Alexandrina Sobreira Mota subdivide em *invasão primária* (apropriação coletiva de áreas públicas, privadas ou mistas, onde não havia outra invasão e de caráter conflitivo com os proprietários) e *invasão secundária* (apropriação coletiva de áreas públicas, privadas ou mistas, onde já havia algum tipo de invasão e de caráter conflitivo com os proprietários), até a ocupação (apropriação coletiva de áreas públicas, privadas ou mistas de caráter gradual, não sendo conflitivo e tendo até consentimento do proprietário).⁴²⁸ Segunda a autora, a invasão passou a ser marca predominante na formação das favelas a partir da década de 1960 e de 1970. Nessas duas décadas, aconteceram cerca de 56 e 54 invasões, respectivamente, representando o período 28,4% das ocupações e/ou invasões ocorridas no Recife entre 1916 e 1987. A autora ainda observa que houve uma queda no número de invasões primárias na década de 1970 motivadas por alterações na conjuntura política na segunda metade da década:

Na década seguinte, entre 1971 e 1980, diminui o número de invasões primárias ocorridas em áreas privadas que constituem metade das ocorridas em áreas públicas. Até 1979 a trajetória das invasões na RMR foi similar à das invasões registradas a partir de março de 1964. Havia uma diferença básica: o processo de abertura iniciado em 1975 foi paulatinamente trazendo de volta a idéia de participação da sociedade civil. Registra-se nesta época a fundação do maior número de associações de moradores em Recife nos últimos vinte a cinco anos. A criação destes canais participativos deu lugar à crescente politização dos conflitos de propriedade na RMR à medida que os moradores se organizavam para reivindicar infra-estrutura para áreas há anos ocupadas ou a permanência na área recentemente invadida.⁴²⁹

⁴²⁷ Idem, pp. 51-52.

⁴²⁸ MOURA, Alexandrina Sobreira. **Terra do mangue: invasões urbanas no Recife**. Recife: Editora Massangana, 1990, p. 70.

⁴²⁹ MOURA, Alexandrina Sobreira, *op. cit.*, pp. 87-88, para a citação, e pp. 73-74, para os indicadores.

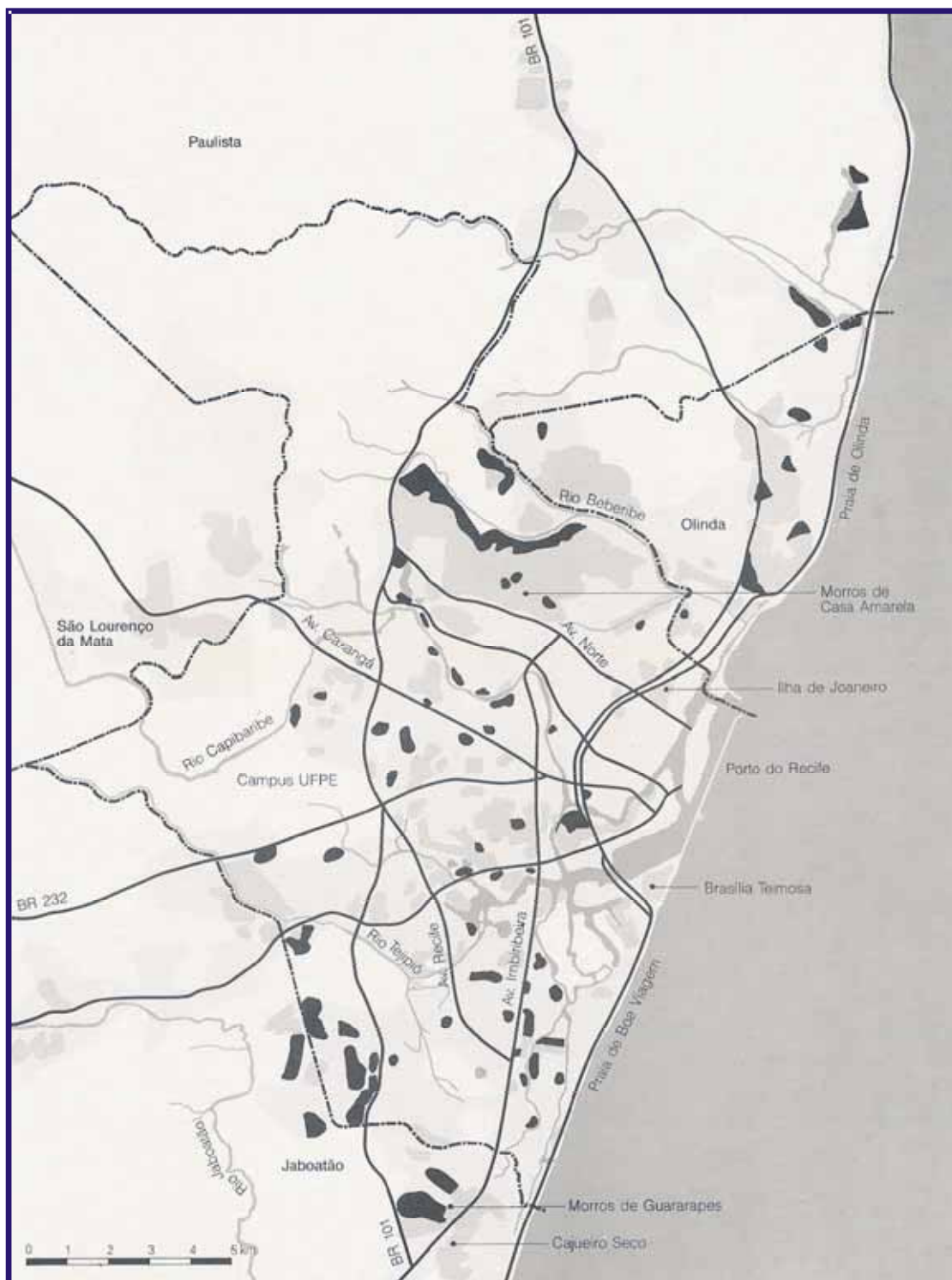
No contexto do processo de redemocratização do país, a ocupação de áreas privadas, públicas e/ou mista passou a ser politizada pelos seus ocupantes. Isso significa que os expedientes repressivos utilizados pelo poder público para expulsar os moradores, alegando o zelo do direito de propriedade privada de seus proprietários e a obrigação estatal de coibir ações de transgressões criminais contra esse direito, não podiam ser mais a única solução desenvolvida pelos governantes. A posse da terra ocupada ou invadida, através do título de propriedade, e a instalação de melhorias urbanas nas localidades de favelas passaram a ser entendidas pelos moradores como um direito adquirido, fundado nas obrigações do Estado para com a sociedade e em mecanismos jurídicos que garantiam a reivindicação da área ocupada para os seus ocupantes.⁴³⁰

Essa compreensão e o quadro político possibilitou, de um lado, que os moradores tivessem uma maior consciência política do problema que os afligia, uma maior participação comunitária e que forjassem uma organização pela luta de seus interesses e demandas perante o Estado, que estaria na base da proliferação de associações de moradores e outras formas de organização nos anos de 1980, quando foram criadas cerca de 50% de todas as organizações de moradores em Recife desde 1950, rompendo, dessa forma, paulatinamente com as formas tradicionais de fazer política (as práticas clientelistas, populistas e paternalistas) que mediavam as relações de reciprocidade e fidelidade política entre as classes subalternas e o Estado e seus políticos.⁴³¹

⁴³⁰ Entre os mecanismos jurídicos que podem ser utilizados para reivindicar a posse da terra e o seu título de propriedade está o direito de *usucapião*. Esse direito pode ser definido da seguinte forma: *Usucapir é forma direta de adquirir propriedade como resultante da posse mansa e pacífica ao longo do tempo, indiferente à titularidade passada, porque o adquirente não obteve a coisa de ninguém, nem em sucessão por morte nem transmissão entre vivos. O poder jurídico denominado direito de propriedade na hipótese de **usucapião** advém da lei que legitima o **poder de fato** estabelecido fisicamente por vontade unilateral de quem procede de modo a assenhorear-se da coisa sem ato nem fato jurídico de transferência de domínio, por não haver qualquer ato de vontade de transmitente algum, nem título judicial ou extrajudicial consubstanciando tal transferência. Onde não havia **direito de posse** o próprio sujeito criou o seu **direito à posse**. É uma situação fática imantada de juridicidade gerada pela inatividade do titular do bem cujo direito se esvai, sem conexão com o novo direito que se instala no lugar deixado vazio. Fenômeno da **prescrição extintiva**, para o titular inerte, e **aquisitiva**, para quem atua sobre a coisa, diligentemente, como bem próprio, assumindo o lugar vazio na posição de dono, na atualidade.* Esta definição está em: TAVARES, José de Farias. **O usucapião e a inexigibilidade tributária**. Disponível na Internet, em: <www.jfrn.gov.br/docs/doutrina76.doc>. Acesso em: 25 jan. 2004.

⁴³¹ Um caso típico de político que mediava essa relação era o Sr. Alcides Teixeira, que junto ao seu reduto eleitoral, localizado, principalmente, em Santo Amaro, promovia a aquisição de bens domésticos, recursos materiais para construção e intermediava com poder público melhoramentos urbanos para os seus eleitores. Quando da sua morte, o seu enterro foi acompanhando por cerca

ÁREAS DE FAVELAS NA CIDADE DO RECIFE NO INÍCIO DOS ANOS DE 1980



Mapa 4. Áreas de favelas na cidade do Recife no início dos anos de 1980.

Fonte: ORTIZ, Maria Cristina Marques e HUE, Renata Stadter de Almeida. **Minaçu e Recife:** histórias de habitações e seus habitantes. São Paulo: Projeto, 1987, p. 202.

de 100 mil pessoas, muitas das quais eram seus eleitores que algum dia tinham recebido do mesmo algum favor ou tinham sido contemplados por alguma benesse da Prefeitura do Recife graças a sua intervenção. Para averiguação desses procedimentos, consultar as reportagens sobre o seu funeral no: **Diário de Pernambuco**, 29/03/1973, p. 8.

Por outro lado, as derrotas eleitorais sofridas pelos governos autoritários em 1974 e a crescente presença de setores políticos à esquerda do espectro político entre os segmentos das classes subalternas levaram os governos municipal e estadual a adotar outras formas de lidar com os problemas relacionados às ocupações das áreas de favelas, levando-os à elaboração de novas estratégias e a programas que não contemplavam mais apenas a alternativa única da remoção dos moradores.⁴³²

A mudança de enfoque dos condutores da administração estadual e municipal já podia ser visível em declarações dadas a uma revista, na qual salientavam a preocupação de uma política que viesse a contemplar mais eficazmente os problemas sociais, urbanos e econômicos pelos quais passava grande parte da população do Recife e de Pernambuco.

Ainda sem condições de precisar os recursos de que disporá para atingir os objetivos básicos do Estado nos próximos quatro anos, o governo José Moura Cavalcanti já antecipou no programa que pretende realizar de 1975 a 1979 - I Plano de Desenvolvimento - as prioridades e as linhas gerais de sua administração. Transportes, energia e comunicações aparecem como os setores da economia que devem merecer os maiores investimentos do Estado, enquanto que na área do chamado desenvolvimento social destaca-se a preocupação com a política habitacional, de um lado, e de outro, com a formação e aperfeiçoamento de mão de obra e programas de profissionalização.⁴³³

(...) "É imperativo - assinala o prefeito - terminar de uma vez com as soluções de improviso, com a administração improvisada. Os problemas essenciais, como habitação, transportes, trabalho, abastecimento, recreação, cultura e saúde, devem ser enfrentados a partir do enfoque global de um plano integrado da cidade e da região metropolitana".

(...) "Recife - diz o prefeito - é foco absorvente de contingentes populacionais carentes de classificação profissional. Quase na mesma escala, é centro gerador de mão de obra especializada, desencontro que provoca o fenômeno do subemprego e participação econômica inativa. Existe uma carência muito grande de equipamento comunitário, espaço físico restrito e alta densidade demográfica. A situação poderá modificar-se, desde que se consiga modernização da legislação e execução de uma política racional de ocupação do solo".⁴³⁴

No tempo presente da declaração dessas autoridades, morar e viver em favelas, moradias deficitárias, logradouros desprovidos de qualquer urbanização, ruas e ruelas que se assemelham a labirintos e espaços que servem mais como abrigos já era um perigo. As tragédias já se anunciavam como irreversíveis e cabendo só a dúvida de saber quem dela teria a oportunidade de sobreviver.

⁴³² Sobre algumas dessas análises e aspectos, consultar: MOURA, Alexandrina Sobreira, *op. cit.*, pp. 89-90.

⁴³³ **A Construção Norte Nordeste**, nº 25, abr. 1975, pp. 12-13.

⁴³⁴ **A Construção Norte Nordeste**, nº 25, abr. 1975, p. 14.

A tragédia podia estar num quarto do bairro do Brás, em São Paulo, apinhado de parafernália industriais, quando as armadilhas da civilização matavam na calada do sono os seus moradores:

A notícia acusa outros pormenores expressivos, ausentes no romance de Júlia Marquês Enone, cuja ação decorre há alguns anos e numa capital menos atingida pelas quimeras da civilização industrial: no alojamento, havia geladeira, rádio-vitrola portátil, televisão e até projetor de diapositivos; num anônimo teatro do Brás, "iniciando-se na carreira artística", ensaiavam, todas as noites, Lucia e Maria do Carmo, mortas no incêndio.⁴³⁵

O desastre se abatia também sobre aqueles que buscavam dias melhores em outras terras e que para tal teriam que habitar cômodos apinhados que mais se assemelhavam aos cárceres do sistema penitenciário do país.

Traz o jornal de anteontem (O Estado de S. Paulo, última página), amplo noticiário sobre o incêndio de uma casa no Parque das Américas, em Mauá, causado pelo vazamento de um bujão de gás. Registro-o aqui porque já foi esquecido (os jornais de hoje e mesmo de ontem nada mais trazem a respeito) e porque as condições de moradia das vítimas lembram as de Maria de França, com os seus muitos irmãos sem rosto e sem nome. A habitação incendiada compunha-se de um quarto e uma cozinha. Quatorze pessoas moravam nos dois cômodos, sendo doze no quarto: só em uma cama, na hora da explosão, dormiam seis. O desastre ocorreu às três da madrugada e um dos inquilinos, que ainda não chegara do trabalho, declarou ao repórter: vinham todos do campo, de Ubá, em Minas Gerais; ganha-se mais em São Paulo, mas sofre-se "que nem um burro"; ali amontoados com treze viventes, quase não via ninguém e, assim, mal conhecia os outros moradores.⁴³⁶

E se não bastassem as armadilhas da civilização industrial, restavam ainda as intempéries da natureza que se voltava contra as interferências do homem em sua paisagem, não distinguindo se aquele que atingia fora impelido contra a sua vontade para buscar a sobrevivência nos limites de mediação entre o homem e a natureza.

Os que habitam as suas margens acostumam-se a ver, descendo a correnteza, bichos mortos e destroços: chuvas pesadas nas cabeceiras ou em um ponto qualquer do seu percurso. Além disso, sabem todos – e as últimas notícias só fazem confirmar – a ameaça que esse rio, decorativo e pacífico, constitui para o Recife. Nas cheias temporárias e cujas proporções avultaram no último decênio, de modo que as zonas seguras diminuem e crescem os danos, prevendo-se inclusive uma inundação que reduzirá a capital a lama (e não se veja, nisso, puro acaso ou uma fatalidade natural), traz o Capibaribe, desconjuntados, os mundos que percorre. Plantação, gado pesado e leve, de couro e de pena, habitação – o madeirame e o acervo doméstico –, gente, o que não vem nesse dilúvio?, e pode mesmo engrossar as águas da cheia, anônimo, com suas baronesas e peixes, um açude solto.⁴³⁷

Aqueles que buscavam a sobrevivência nos limites da mediação entre o homem e a natureza, faziam-no porque naqueles espaços da paisagem natural

⁴³⁵ LINS, Osman, *op. cit.*, p. 42.

⁴³⁶ Idem, pp. 40-41.

⁴³⁷ Idem, p. 162.

inóspitos foi o único lugar que lhes restou para repousarem após as emigrações em busca de outros dias e que, enquanto não chegam esses dias, iam arrancando da natureza a sua sobrevida.

Mesmo assim, aumenta o êxodo rural, gerando favelas como a do Coque – 60 hectares, no Recife, de terra pantanosa aterrada com lixo – onde vivem 10.000 pessoas, 90% das quais sem ocupação certa e que se alimentam de mariscos apanhados na lama. (p. 12)

De lugares como o Coque e tantos outros da cidade do Recife, apinhados de favelas que se amontoam uma sobre as outras, esvaía-se o aspecto bucólico da natureza e qualquer outra possibilidade de uma pretensa vivência marcada pelas propriedades da vida natural. Como na canção *Sampa*, de Caetano Veloso, os detritos industriais e a força do progresso vão apagando o brilho da natureza e das estrelas (*Da feia fumaça que sobe/Apagando as estrelas*) e o chão das moradias das favelas já não é mais salpicado de estrelas, como o chão do barraco da canção *Chão de Estrelas*, de Orestes Barbosa e Silvio Caldas (*mas a lua furando nosso zinco salpicava de estrelas nosso chão*). No lugar do barraco, emergem moradias que se assemelham a cárceres onde as estrelas não iluminam o seu chão e junto com outros cárceres formavam agora favelas em cenários impregnados de feições insalubres que atentam contra a saúde física e mental dos que nele vivem.

Percebe-se, olhando um mapa do Recife, a presença das águas. Mas é sobrevoando-a que se vê até que ponto a cidade é rasa e úmida. Além do mar que parece conquistá-la e dos extensos mangues, com as infectas habitações equilibradas sobre varas e nos quais o sol mais luminoso, quando refletido, perde o brilho, poço lívido e sujo, há os rios, vários. Antes de ser o que é, a planície, submersa ou quase, era cortada de rios em fim de viagem, ligados através de canais. Os pequenos rios brotavam na planície e os maiores chegavam de longe, da zona da Mata ou do Agreste, como o Beberibe e o Capibaribe. O visitante pode ir ao Recife e não ver os outros rios; impossível ignorar o Capibaribe, originário do planalto da Borborema e que, passando entre colinas de argila e areia, atravessa o coração da cidade.⁴³⁸

São, enfim, favelas, que juntamente com outros cenários da cidade vão compondo uma nova paisagem para o Recife. E mesmo que obras viárias e empreitadas de urbanização e/ou reordenamento urbano tentassem produzir uma realidade ou hiper-realidade agradável, as favelas emergiam nas entranhas e no cinturão da cidade como a marca da degradação a que foram submetidos aqueles que custearam com sua força de trabalho a modernização do Recife.

⁴³⁸ Idem, p. 161.

Talvez, como num jogo de reflexos (obtido, é verdade, com espelhos embaçados e em corredores sombrios), tenha perpassado no meu texto o espectro dessa operária e doméstica, atravessando consultórios e repartições, cruzando ruas não imaginárias de uma cidade real, o Recife, com os seus rios e pontes, seu porto, seus quartéis e as favelas que formam em redor da cidade uma espécie de aba negra e podre.⁴³⁹

⁴³⁹ Idem, p. 109.

CAPÍTULO IV

OS CELEIROS DE UMA CIDADE

Olha este câncer que te róí por dentro, que devora teu lindo rosto branco, os cabelos louros. Nada resiste ao tempo, nem tu resistirás, nem na sombra da lembrança. As águas se turvam quando são observadas por ti. A tua voz já não se ouve mais. Ainda estás vivo e te agitas, te agitas na tua longa agonia mas é o fim. Não resistirás à História, não resistirás a mais nada. O teu mal avança. Estás acabado. Não és mais do que um fantasma desbotado. Tu não és mais do que a sombra loura do nada, de um macho que está sumindo para sempre. O homem ainda se move mas sua imagem já está reduzida a pó, arrastada no nada sem fim dos fantasmas que se movem nas praias do passado. O silêncio não se mexe mais, apenas preenche o espaço. Não sé mexe mais, não vale mais a pena. Seja como for, vais desaparecer no dia em que os fantasmas deixarem de renascer.

(Fala de Moça, no filme *Claro*, de Glauber Rocha)

Sobre a recepção na cidade do Recife do modo e estilo de vida da sociedade de consumo e de como os seus principais apreciadores e consumidores, apoiados em postos de trabalhos e rendas econômicas apreciáveis, puderam usufruir desta forma de convivência ofertada por uma sociedade capitalista em franco processo de expansão por todos os cantos e recantos do país e da cidade, expressado na cultura do establishment e pela ascensão dos novos emblemas, marcas e estilos do consumo (apartamento, automóvel, luxo, sofisticação e ostentação), ao mesmo tempo em que shopping centers, restaurantes, espaços de veraneio e lazer, vias expressas, supermercados e lojas se estabeleciam como os novos espaços de convivência e reprodução da cultura da sociedade de consumo.

1. UMA CIDADE DE CELEIROS E CÁRCERES

Foi-nos possível averiguar na TABELA 09, apresentada no primeiro tópico do Capítulo III, a existência de uma concentração de pessoas com renda média e alta em alguns distritos do Recife. Pela ordem de importância, os distritos seriam: Boa Viagem, Graças, Madalena, Boa Vista e Encruzilhada. Nesses distritos, como já salientamos em capítulos anteriores, estavam localizados os bairros nos quais residia uma grande parte dos integrantes da classe média de renda média e os de renda alta, como Boa Viagem e o os bairros do eixo do Capibaribe (Madalena, Graças, Casa Forte). Note-se, ainda, que o distrito do Poço, tradicional localidade de residência de parte de elite da cidade, quando comparado em termos relativos, o número de moradias pelos demais indicadores, apresenta, também, indicadores significativos de uma concentração de renda. O mesmo nós poderíamos dizer para o distrito de Casa Amarela, caso venhamos a levar em consideração as imediações da Estrada do Arraial, que, como afirmamos anteriormente, concentravam segmentos sociais de alto poder aquisitivo.

TABELA 15 - EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS POR DOMICÍLIO NO RECIFE (1980)										
Distrito	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Recife	23	15	11	-	20	20	20	15	15	4
Santo Antonio	269	249	224	91	210	214	242	226	229	64
São José	4.705	3.684	1.929	278	2665	1.583	1.305	1.962	2.523	445
Boa Vista	7.322	6.685	5.878	3.290	5.797	6.060	5.498	5.913	6.062	2.858
Santo Amaro	8.072	6.899	5.494	1.760	5.593	4.530	3.486	4.925	5.875	1.947
Graças	5.486	5.409	5.349	4.035	5.109	5.424	5.271	5.336	5.300	4.295
Encruzilhada	11.258	9.959	7.921	2.594	8.710	7.992	4.141	7.925	8.760	4.159
Afogados	31.247	28.704	22.365	3.539	22.189	20.179	5.512	19.957	23.752	6.948
Madalena	12.476	11.387	8.864	3.100	9.283	8.164	5.109	8.429	9.639	4.158
Tejupio	21.274	19.738	13.870	756	14.817	10.534	3.797	12.597	15.336	2.850
Boa Viagem	46.627	43.797	34.227	12.798	35.211	28.176	17.792	33.706	36.814	16.964
Poço	5.444	5.011	3.942	1.396	4.035	3.248	1.926	3.754	4.206	1.895
Casa Amarela	36.638	33.109	22.753	2.552	25.229	13.127	5.137	18.251	24.630	5.081
Várzea	24.934	22.988	18.055	2.903	17.924	13.605	4.025	15.905	18.585	6.528
Beberibe	30.952	27.176	19.735	1.217	20.724	14.884	1.072	15.062	20.460	3.606
Total ²	246.727	224.810	170.617	40.080	177.516	137.740	64.333	153.963	182.186	61.802

Fonte: Recenseamento Geral –1980, Censo Demográfico – Pernambuco, IBGE.

Convenções:

A – Número de domicílios

B – Fogão a Gás

C – Iluminação Elétrica c/ Medidor

D – Telefone

E – Rádio

F – Água Canalizada/Rede Geral

G – Instalação Sanitária/Rede Geral

H – Geladeira

I – Televisão (cores/preto e branco)

J – Automóvel

Um outro aspecto que confirma essa concentração é a capacidade dessas localidades e das pessoas ali residentes de adquirir bens de consumo duráveis (fogão a gás, telefone, rádio, geladeira, uma ou mais de uma televisão em cores e/ou em preto e branco e automóvel), além de terem acesso nas suas residências aos serviços dos equipamentos urbanos necessários à vida numa grande cidade (iluminação elétrica com medidor, água canalizada ligada à rede geral, instalação

sanitária ligada à rede geral). Na TABELA 15 pudemos verificar que os distritos que mais concentram, tanto em termos absolutos como relativos, os bens de consumo duráveis e o acesso aos serviços urbanos seguem quase que a mesma ordem de importância em relação ao que destacamos acima para a concentração de renda.

Os indicadores de 1980 mostram também um crescimento significativo quanto a alguns dos itens relacionados no parágrafo acima quando comparados com os de 1970. Para o fogão a gás tivemos um crescimento de 71,56% quanto ao número de unidades existentes nos domicílios da cidade; para a geladeira ocorreu uma elevação de 97,48%; o número de televisão cresceu 153,64%. Os itens de acesso aos serviços cresceram bem menos, como a água canalizada ligada à rede geral, que cresceu 33,86%, e a instalação sanitária ligada à rede geral, que se elevou em 74,06%. O crescimento de alguns desses itens não acompanhou os outros na mesma proporção em virtude de as novas instalações atenderem em sua maioria não mais a unidades residenciais isoladas (casas), e sim a edifícios com vários apartamentos, onde uma única ligação atendia a todos os domicílios.⁴⁴⁰

Esses indicadores nos mostram que uma parcela da cidade do Recife e de sua população adentrava, naqueles idos de 1969 a 1975, plenamente numa sociedade de consumo: o mundo maravilhoso do consumo. Os principais integrantes dessa camada social eram os indivíduos que compunham as frações da classe média de renda média para alta, juntando-se àqueles que constituíam as classes dirigentes da cidade. Esses setores médios, com a expansão das grandes empresas e os êxitos do propalado “milagre econômico”, puderam galgar novos postos de trabalhos e remunerações altamente diferenciadas em relação aos demais trabalhadores, que tiveram seus salários reais comprimidos em nome de uma eficiência e racionalização econômica que resultou numa latente oligopolização da economia brasileira.

Para os integrantes dessas frações da classe média, a consciência de uma sociedade dividida entre os que tinham que produzir as mercadorias e serem

⁴⁴⁰ Para o ano de 1970, utilizamos como fonte de indicadores o Recenseamento Geral –1970, Censo Demográfico – Pernambuco, IBGE. Observamos que não incluímos na nossa análise o item iluminação elétrica com medidor em virtude do censo não fazer uma distinção entre as formas de ligação com rede elétrica, como o faz o censo de 1980.

administrados e os que dela se apropriavam e submetiam esses produtores passaria nos anos seguintes a ser substituída pela *aceitação da ilusão geral no consumo das mercadorias modernas*.⁴⁴¹ Foi essa consciência que levou paulatinamente os setores de renda média para alta a diluírem a sua *consciência do desejo e o desejo da consciência*,⁴⁴² que em outros tempos ainda lhes permitiam a percepção das classes sociais e até a proposição de projetos de sua abolição. No seu lugar, emergia o seu contrário: a absorção da *sociedade do espetáculo, na qual a mercadoria contempla a si mesma no mundo que ela criou*.⁴⁴³

No entanto, outros, os produtores da mercadoria, ainda emergiam na sociedade como sujeitos por ainda lhes restar a consciência de que a sua existência como tal derivava do seu não acesso à abundância de mercadorias que aportavam nos cenários da sociedade do espetáculo emergente. Tinham a consciência de que a liberação dos integrantes das frações da classe média da antiga penúria por mercadorias se assentava na sua participação maciça na produção das mercadorias e no seu infinito esforço para poder comer ou morrer.⁴⁴⁴

Essa consciência nos é revelada na forma como Maria de França avalia o espetáculo das mercadorias que passavam a povoar o mundo e a construir hipnoses e simulacros para os consumidores. Vivendo ela nos limites da sobrevivência, o espetáculo da mercadoria lhe escapa à percepção. Ela ainda podia atuar contra o embotamento de suas necessidades, pois o instrumento do capitalismo que alicia audiência para o espetáculo da mercadoria ainda não a havia educado, ainda não a havia subvertido.

O modo como essa avaliação se faz reacende a ironia. Maria de França, vivendo à beira da fome e sem condições para suprir devidamente qualquer necessidade, representa a maioria da população brasileira, ou, em termos amplos, dois terços do mundo. Limitada pela sua condição, é insensível às pratarias e louças exibidas nas lojas, aos automóveis, às moradias luxuosas, aos tecidos bons, aos restaurantes e a tudo que expresse fartura: só compreende o pouco. Este seu traço talvez negue um fenômeno geral, a hipnose do supérfluo que ofusca hoje em dia as classes pobres. Mais importante, todavia, que o simples registro de uma distorção comprovada e, até onde posso julgar, típica de estágios como o nosso, parecem-me as ressonâncias do achado romanesco. Para Maria de França, limitada de

⁴⁴¹ DEBORD, GUY, *op. cit.*, p. 33.

⁴⁴² Idem, p. 35.

⁴⁴³ Idem, p. 35.

⁴⁴⁴ Idem, p. 33.

maneira total por uma vida parca, riqueza e luxo, inacessíveis em todos os sentidos, escapam inclusive à sua percepção.

17 de julho

Mas será mesmo verdade que o embotamento do necessitado diante da riqueza carece de valor psicológico? A população aborígene africana com a qual ao longo de oito anos conviveu E. L. Magyar era indiferente, por não alcançar sua importância, a fenômenos como o eclipse do Sol. Para Jean-Paul Sartre, a obra só existe no nível de capacidade do leitor; a partir daí, seria necessária uma educação, esclarecendo-o. No que tange à riqueza, à compreensão da riqueza, pode-se indagar se tal educação não vem sendo exercida pela publicidade. Se for, esse instrumento do capitalismo, gerando, a princípio, diante dos bens e das necessidades, uma noção errônea – como tende a suceder, no início, com qualquer aprendizagem –, terá a longo prazo função subversiva.⁴⁴⁵

O mesmo não poderíamos afirmar para os setores médios. Na instalação e consolidação de uma eficiência e racionalização econômica, os setores médios foram às peças essenciais para o seu sucesso e, conseqüentemente, para o controle da produção e administração do novo estágio da internalização da produção capitalista no país. A contra-dádiva pelos préstimos prestados foi a estruturação de uma ação produtiva e consumista que tinha como destino o indivíduo da classe média e não o seu grupo social. Ou seja, começava a se operar tanto na cidade como no país uma mercantilização de toda atividade humana e de suas necessidades materiais e espirituais, atendidas pela instalação para a classe média de uma capacidade de poder adquirir e acessar os bens que lhes possibilitavam *ter* e *parecer* e que lhes davam o sentido da existência numa civilização do consumo individual. Era a sociedade de consumo com seus brasões e símbolos portadores de referenciais de existência e facilitadores e constituintes de sua consideração, prestígio e renome no interior da sociedade.

Dentre os brasões da riqueza e símbolos de *status*, destacavam-se o automóvel particular, principalmente os carros médios das marcas mais conhecidas, como Volkswagen, Ford e Chevrolet, e o apartamento de três a cinco quartos, com área de serviço, quarto de empregada, salas (jantar e visita), cozinha, banheiros (social e de suíte), varanda, uma ou duas vagas no estacionamento do edifício, serviços de elevadores e edificações dotadas de áreas de lazer (jardins, brinquedos de parques, áreas de práticas esportivas, piscinas), salões de festa e equipamentos de serviços.

A avidez pelos novos brasões sociais podia ser dimensionada pelo lançamento de automóveis na cidade. Foi o que ocorreu com o lançamento do

⁴⁴⁵ LINS, Osman, *op. cit.*, pp. 156-157.

Corcel de Luxo de quatro portas e do Volkswagen 1.600 de quatro portas no início de janeiro de 1969. Uma reportagem, datada de 5 de janeiro de 1969, no Diário de Pernambuco, falava do sucesso do lançamento desses dois automóveis no Recife, informando que o sucesso e a procura de informações era tão grande que para o modelo da Volkswagen a central de informações da empresa recebia uma ligação de consumidores interessados a cada 20 segundos. O mesmo veículo havia sido exposto na sede do Sport Clube Recife para apresentação ao público, e, segundo o periódico *Alcançou retumbante sucesso a apresentação do Volkswagen 1.600 de quatro portas, que foi lançado semana passada, durante três dias, com grande festividades (...)*. Já o Corcel de Luxo foi apresentado aos leitores como um (...) *modelo de luxo [que] está sendo fabricado para aqueles que fizeram questão de um carro um pouco mais sofisticado. (...) ou O Corcel de luxo é um carro para o gosto mais requintado (...), no qual (...) o que muda é só a decoração: (...), seguindo-se uma apresentação detalhada de diversos itens relativos à decoração, revestimentos e design do carro.*⁴⁴⁶



Fig. 30. Exposição do Volks 1.600 no Sport Clube Recife.
Fonte: **Diário de Pernambuco**, 05/01/1969, p. 5, 1º Caderno.

No lançamento desses automóveis, a mercadoria já não era apresentada como um valor de uso implícito no valor de troca e sim como a justificativa necessária para um padrão de vida que começava a ser consolidado, no qual a mercadoria e o seu consumo convertiam-se em uma cultura que atuava fundamentalmente como um esmaecimento, servindo de precondição para a constituição e consolidação da sociedade de consumo e de seu individualismo.⁴⁴⁷

⁴⁴⁶ **Diário de Pernambuco**, 05/01/1969, p. 5.

⁴⁴⁷ Sobre este tópicos desenvolvidos, utilizamos os argumentos de DEBORD, Guy, *op. cit.*, pp. 33-34, e JAMESON, Fredric, *op. cit.*, p. 318.

A ausência paulatina de ponderação sobre o valor de uso passava a agregar aos consumidores a impressão de que estavam próximos de se libertarem da antiga penúria. Os veículos expostos aos consumidores não valiam mais pelo uso e sim pela ilusão de poderem prover um espetáculo no qual a abundância iria agora se perpetuar. O Corcel de Luxo e o Volkswagen 1.600 não eram agora só mais um produto com valor de uso, eram, também, mercadorias que portavam em si uma ilusão que se manifestava aos indivíduos como um espetáculo, anunciando que a espera por fases de abundância para a celebração e a vivência de momentos de devaneio em relação à penúria poderiam ser delegados ao passado.⁴⁴⁸ Estava em curso o projeto de expurgo das agruras de um passado no qual a *imensa coleção de mercadorias*⁴⁴⁹ do capitalismo tinha que se sujeitar à medida do valor de uso dado pelo consumidor. Como nos extratos abaixo do romance de Osman Lins, o capitalismo, através da ilusão e do espetáculo, queria instituir uma nova era sem limitações para usufruir e/ou sem os cuidados rotineiros com a penúria e, ainda, consumir sem levar em conta a beleza e qualidade e sim as marcas e imagens dos espetáculos.

Significativa esta necessidade humana de celebrar as festas na abundância. Negando as limitações que regulam o nosso domínio sobre as coisas e permitindo-nos fingir que podemos fruir o mundo sem cuidados, banimos a penúria, instituímos por um momento a fartura e portanto o desperdício.⁴⁵⁰

Vejo, na revista alemã *Burda*, um anúncio das porcelanas de Delft, com o seguinte texto, em meio a uma seleção de jarros e outras peças elegantes: "Não olhe antes o fundo do objeto. Evite reações estereotipadas de admiração ou confiança. Os produtos de Delft se impõem pela sua beleza e qualidade." Curiosamente, repete esse anúncio o que afirma o teórico romano Bruno Molisani, em estudo sobre poema de Hugo (*Escrito na Vidraça de uma Janela Flamengo*). Molisani, aí, dá por demonstrada, *há muito tempo* "a vantagem, para o analista, de não levar em conta o nome do autor, o que impede reações estereotipadas de admiração ou confiança."⁴⁵¹

A emergência da possibilidade de se ter o automóvel particular era o resultado concentrado do trabalho social, num momento em que a economia no Brasil e, especificamente, no Recife e para alguns de seus segmentos sociais começava a se propalar uma abundância, a cuja aparência toda a realidade do país era submetida; o seu produto era agora o Brasil, grande potência.⁴⁵²

⁴⁴⁸ Sobre estes aspectos, consultar: DEBORD, Guy, *op. cit.*, p. 33.

⁴⁴⁹ Frase constante no primeiro parágrafo de O Capital, in MARX, Karl, *op. cit.*, p. 45.

⁴⁵⁰ LINS, Osman, *op. Cit.*, p. 85.

⁴⁵¹ Idem, p. 5.

⁴⁵² DEBORD, Guy, *op. cit.*, p. 34, sobre como a realidade é submetida a aparência da abundância econômica.

O emblema dessa abundância não era só o automóvel particular, havia ainda o apartamento residencial, que seria no período outro dos mais destacados emblemas de objeto de consumo da classe média. Por todas as grandes cidades brasileiras, inclusive o Recife, surgem, num curto espaço de tempo, incorporadoras, construtoras e empresas de financiamento habitacional voltadas para a construção de moradias para os setores com renda fixa alta e média e, portanto, com maior capacidade de endividamento. Disso se aproveitou a indústria da construção civil para implementar e dá curso aos seus empreendimentos, justamente num momento em que BNH disponibilizava grandes investimentos de capital, a partir dos recursos captados com o FGTS e nas cadernetas de poupança, para aquisição de moradias de padrão médio para alto e para o financiamento do capital de giro dos empreendimentos imobiliários.

Em tese, os recursos do FGTS e das cadernetas de poupança deveriam ter sido destinados à construção de casas populares, mas a maior parte dos recursos foram destinados para o financiamento da indústria de material de construção, de obras de saneamento urbano, principalmente nas áreas urbanas de maior expansão imobiliária, e aos financiamentos para a aquisição de moradias para os setores de renda média e alta, restando poucos recursos para cumprir o seu objetivo inicial. No caso, em todo o Brasil, foram construídas e financiadas pelo BNH, no período de 1964 a 1974, cerca de 1.050.000 unidades residenciais em todo o país, das quais apenas 266.275 eram moradias consideradas de caráter popular, que na cidade do Recife tinham um valor médio de Cr\$ 8.000,00 a Cr\$ 15.000,00, aí incluindo para este último os custos com infra-estrutura urbana, contra o financiamento para apartamentos de padrão médio de Cr\$ 50.000,00 a Cr\$ 120.000,00 e, para os com acabamento luxuoso, variando de Cr\$ 300.000,00 a Cr\$ 800.000,00.⁴⁵³

⁴⁵³ Os financiamentos para a aquisição das chamadas casas populares eram feitos através da Cohab-Recife, que recebia recursos do Plano Nacional da Habitação Popular — Planhap e se responsabilizava pela construção e intermediação sobre diferentes formas de financiamento, conforme o poder aquisitivo do interessado, para a aquisição do imóvel. Para os apartamentos destinados ao consumidor de renda média e alta, os financiamentos eram feitos através de recursos oriundos do FGTS e das cadernetas de poupança, na qual o comprador pagava o imóvel ao longo de 25 anos. Nestes empreendimentos, as construtoras recebiam financiamentos do BNH para a construção e recebiam o valor integral do imóvel quando concluída a venda do mesmo. Sobre estes aspectos, consultar reportagens na **A Construção Norte Nordeste**, nº 2, jan./fev. 1973, pp. 13-14; nº 3, mar./abr. 1973, pp. 26-27; nº 38, jul. 1976, pp. 26-27.

Considerando só as intervenções da Prefeitura do Recife e do Governo do Estado de Pernambuco, entre 1969 e 1970, na cidade do Recife, poderemos averiguar que as políticas estatais no período adstritas à construção de moradias para as classes subalternas se submetiam a essa lógica de alocação de recursos. Mesmo assim, a deliberação de construir unidades residenciais para esses segmentos sociais era muito mais um desenlace de uma obrigação de prover moradias para aqueles que tinham sido removidos de áreas onde seriam realizados alguma obra viária ou algum outro tipo de equipamento urbano. Foi o caso das habitações dos moradores da Ilha João de Barros, em dezembro de 1972, que foram removidos para casas construídas pelo governo estadual na Vila de Ouro Preto, Olinda, para que seus mocambos desapropriados dessem lugar a construção da Av. Agamenon Magalhães, conforme podemos averiguar na chamada de propaganda do governo estadual e na ilustração da mesma:

São 105 famílias, 532 pessoas. A partir de hoje, estão nas casas-embrião construídas pela Administração Eraldo Gueiros Leite, através da Secretaria Assistente. Deixaram para trás os escombros de 105 mocambos da Ilha João de Barros. Começa uma nova vida para essa gente toda.⁴⁵⁴



Fig. 31. Faixa anunciando mudança dos moradores de mocambos.
Fonte: **Diário de Pernambuco**, 08/12/1972, p. 11, 1º Caderno.

A Vila de Ouro Preto e as Urs (Unidade Residência), estas construídas pela Prefeitura do Recife, serviam como áreas habitacionais projetadas pelo Estado para alojar as populações removidas das áreas que seriam objetos de intervenção das políticas de reurbanização e/ou reordenamento urbano. Tanto a Vila como o complexo de Urs estavam situadas nas fronteiras das áreas de

⁴⁵⁴ Propaganda e matéria jornalística publicitária divulgada na edição: **Diário de Pernambuco**, 08/12/1972, p. 11, 1º Caderno.

periferia das cidades de Olinda e Recife. No caso das Urs, distribuídas pelos bairros do Ibura (Urs de 1 a 6, com 6.066 casas), Várzea (UR-7, 540 casas), Jardim São Paulo (UR-8, 573 casas), Jardim Ipiranga (UR-9, 129 casas), todas localizadas nos limites sul e sudoeste dos distritos de Afogados, Tejipió e Várzea, fronteira com a cidade de Jaboatão,⁴⁵⁵ construídas com o apoio financeiro do BNH, tratava-se de fato de empreendimentos governamentais muito mais voltados para a alocação dos indivíduos removidos em moradias que só se diferenciavam dos seus antigos mocambos por serem obras feitas de alvenaria, como podemos confirmar a partir de uma descrição das unidades residenciais da UR-6:

UR-6 RE 2.37 – UNIDADES RESIDENCIAIS

Este amontoado de siglas e cifras quer dizer o seguinte: UR-6 – unidade residencial seis (tal número é o código de identificação) e os números querem dizer: dois quartos numa área coberta com 37 metros quadrados.

Por ser uma área pioneira e oferecendo melhores condições, grande parte das unidades residenciais estão localizadas no Ibura: lá se encontram as Urs 6-5-4-3. A UR-7 está localizada na Várzea e a UR-8 ficará localizada no Jardim São Paulo e em Ipiranga. Serão residenciais mais para a classe média, com padrões superiores às de tipo popular.

Assim, nada menos de 1.030 casas foram construídas na UR-6, sendo que do tipo 2.37 são 488 unidades, e do tipo 0.52 542 casas. Quando um zero é colocado antes do número seguinte, quer dizer que a pessoa que for residir lá terá uma residência sem quartos, embora tenha cozinha, banheiro e lavanderia.

Dependerá das posses do novo proprietário fazer as devidas construções daquilo que julgar mais conveniente à sua casa.⁴⁵⁶

Outras remoções, como a que deu origem à UR-10, começaram com a transferência de moradores de áreas atingida pela cheia de 1966 no Recife e seguiram-se com recolocação de uma parte dos moradores da favela do Coque pelo governo estadual, em 1976, sob a alegação de que o local em que estavam os seus mocambos estava à mercê das cheias que ocorriam periodicamente na cidade, conforme depoimento de um morador da UR-10:

“O governo desapropriou porque queria tirar a favela do centro, alegando que ali haveria problema de cheia. Tirou o pessoal do centro onde eles tinham tudo e sacudiu aqui na UR-10, no Ibura, bem distante do centro com deficiências, sem médicos, nem lugar para fazer compras ... Sem saneamento básico, calçamento, acesso, transporte, a maior dificuldade. É como trocar de açúcar para o sal.”⁴⁵⁷

⁴⁵⁵ Estes indicadores são para meado do ano de 1973. Sobre eles consultar: **Diário de Pernambuco**, 06/08/1973, 1º Caderno.

⁴⁵⁶ **Diário de Pernambuco**, 14/06/1970, p. 15, 1º Caderno.

⁴⁵⁷ Este depoimento e outras informações sobre a UR-10 se encontram no trabalho produzido pelo Etapas, em parceria com a Associações de Moradores da UR-10, intitulado **A UR-10: o bairro e seus moradores**. Recife: Etapas, 1989, pp. 18-21. (Cadernos Conhecer Melhor, nº 1, v. 1)

Na prática, a política habitacional que os governos estavam implantando nos áureos tempos do “milagre econômico” para as classes subalternas tinha como objetivo fundamental a remoção de seus integrantes de localidades próximas da área central do Recife e das áreas consideradas nobres no seu entorno, que poderiam ser urbanizadas para dar lugar às obras viárias e a uma infra-estrutura urbana capaz de propiciar empreendimentos lucrativos no seu interior, como a construção de edifícios residenciais e empresariais, ramos de negócios voltados para o lazer e o entretenimento, estabelecimentos prestadores de serviços (hotéis, restaurantes, bares e estacionamento) e outros do setor terciário (supermercados, postos de gasolina), dirigidos a uma clientela detentora de rendimentos capazes de usufruí-los.⁴⁵⁸ Já quanto ao destino dos removidos, o que se traçava para eles era deslocá-los para áreas cada vez mais distantes das futuras zonas de empreendimentos, que servissem quase como depósito de gentes e os segregassem das futuras áreas hiper-gradáveis. Para isso surgiram a Vila de Ouro Preto e as Urs, na periferia das cidades de Olinda e Recife, e depois se empreendeu uma política de deslocamento ainda maior, como a construção dos conjuntos habitacionais em áreas vazias,⁴⁵⁹ nas zonas rurais das cidades do Grande Recife (Muribeca, Artur Lundgren, Maranguape, Rio Doce, Paratibe, Jardim Paulista). Dentre esses conjuntos habitacionais estavam as 293 casas entregues em abril de 1974:

Mais de 293 casas entregues ao povo pernambucano, às 17 horas de anteontem em Abreu e Lima, por ocasião da inauguração do Conjunto Habitacional Hermann T Lundgren – situado em Paulista e que fica a apenas 15 quilômetros desta Capital – marcaram a abertura das festividades do 3º ano do Governo Eraldo Gueiros e do 10º aniversário da Revolução de Março.⁴⁶⁰

A maioria desses conjuntos habitacionais eram financiados com recursos do BNH e das Cohab (do município e do estado). Contudo, nem todos os programas

⁴⁵⁸ No Capítulo II fizemos algumas referências a estes projetos de urbanização, como: Ilha Joana Bezerra e Brasília Teimosa. Na atualidade, é possível verificar que alguns desses projetos estão sendo postos em prática na faixa que vai da Ilha Joana Bezerra até os limites do bairro do Pina, compreendendo uma parte de Brasília Teimosa, mas não tanto com a dimensão que gostariam os que nos anos setenta elaboram os projetos de urbanização dessas áreas, devido às concessões feitas aos longos dos anos aos moradores das chamadas aglomerações subnormais.

⁴⁵⁹ O conceito de *áreas vazias* compreende espaços naturais ainda não colonizados pelo homem e desprovidos de atividades econômicas. O conceito é utilizado na História Econômica que se volta para o estudo da expansão da agricultura em áreas recém-colonizadas ou em vias de ocupação, principalmente nos estudos em relação à História Econômica da América Latina Colonial. O conceito se aproxima do de *arroteamento*, usado para explicar a expansão da agricultura pelas áreas florestais na Europa Feudal.

⁴⁶⁰ **Jornal do Commercio**, 02/04/1974, p. 5, Caderno I.

de habitação anunciados aos quatro ventos como intervenção estatal para solução dos problemas de moradias da população eram de fato direcionados aos integrantes das classes subalternas. Isso nos é possível desvelar quando analisamos mais detalhadamente uma reportagem do Diário de Pernambuco, datada de 12 de outubro de 1972, que tinha a seguinte manchete: *IPSEP e BNH fazem notável programa de habitação*, referendando a colocação acima de que a orientação dos financiamentos do BNH era mais destinada à construção e aquisição de imóveis de padrão médio para cima:

(...) os apartamentos tipo duplex do Conjunto Habitacional Nestor Cavalcanti, situados na Rua Padre Carapuceiro, em Boa Viagem, são os melhores já financiados pelo BNH, na cidade, de 158,88 m² e preços de venda que variam de Cr\$ 70.000,00 a Cr\$ 78.000,00, conforme sua localidade.⁴⁶¹

O tipo de apartamento, o seu tamanho, a sua localização e o seu valor não deixam dúvidas de que o notável programa de habitação anunciado na manchete da reportagem não se destinava a quem os recursos captados pelo BNH deveriam beneficiar. O destino dos financiamentos era viabilizar a realização do sonho da casa própria da classe média com renda e capacidade de endividamento que, além de ofertar a segurança da moradia livre dos aluguéis, podia servir de esteio de projeção social, dependendo da qualidade do imóvel.

Na cidade do Recife, o desejo de ter e o apego ao *status quo* que o apartamento ou a casa residencial poderia oferecer aos setores médios não era distinto, muito menos algo inusitado, em relação às outras grandes metrópoles do Brasil. No conto *A Ilha no espaço*, de Osman Lins, escrito originalmente para a televisão, temos um indício de que de há muito os integrantes da classe média alimentavam sonhos e projetos de projeção social, estilos de vida, formas de comportamento e de conforto, promessas de bem-estar material, reconhecimento e prestígio social próprio de uma sociedade de consumo. No conto, a ilha, como em uma metáfora, é o apartamento do principal protagonista da história, Cláudio Arantes Marinho, o único dos moradores do Edifício Capibaribe que nele continuou vivendo depois que todos os moradores dele debandaram. É como se o apartamento do décimo-oitavo andar fosse uma solitária ilha de vida naquele vasto edifício morto. À noite, a sua luz acessa o faz parecer um território estático iluminado nas alturas da cidade.

⁴⁶¹ **Diário de Pernambuco**, 10/10/1972, p. 3, 1º Caderno.

À semelhança das novelas policiais e fantásticas, *A ilha no espaço* é uma trama na qual alguns de seus moradores, sem nenhuma explicação plausível e envoltos em um profundo mistério, vão regularmente aparecendo mortos, sem que se consiga identificar a causa dessas mortes. O edifício começa a ganhar uma aura de maldição e as reações imediatas de seus moradores não tardam a se manifestar. Primeiramente, é o medo, depois a insegurança e por fim, ante a incapacidade de se dar uma solução ao problema ou uma explicação ao mistério, a debandada geral do Edifício Capibaribe, o símbolo da mais nova, sofisticada e bem acaba arquitetura residencial da cidade do Recife, nos idos de 1958. O único morador que se recusa a abandonar o edifício é o bancário Cláudio Arantes do Nascimento, cioso que estava do sacrifício e da alteração de sua existência que foi forçado a fazer para adquirir um apartamento no edifício.

Cláudio Arantes do Nascimento é um bancário de meia-idade que, nas horas vagas, faz trabalhos de contabilidade para recompor o orçamento família. Forçado pela ambição social da mulher e das duas filhas a abandonar a residência própria e a vida estabelecida e pacata no bairro da Madalena, vê-se cada vez mais pressionado a atender às necessidades de ascensão social da mulher e das filhas com a aquisição de um apartamento no Edifício Capibaribe. Para poder atender a insistência delas em morar num lugar mais central, mais chique, ele vendeu sua casinha suburbana, contraiu dívidas e comprou um apartamento. Mas o seu sacrifício não teve nenhuma retribuição: na hora da debandada dos aterrorizados moradores do edifício, a mulher e as filhas, em vez de ficarem ao lado dele, debandam também, deixando-o totalmente só.

Como único condômino a insistir em morar no Edifício Capibaribe, Cláudio Arantes do Nascimento termina por se tornar um misto de herói e protagonista maldito de um espetáculo do qual ninguém sabe o desfecho, e é acompanhado dia-a-dia pela imprensa.

Muito se falou a respeito. E Arantes, que adquirira, em razão dos sucessos precedentes, certa notoriedade triste, foi, por semanas, assunto obrigatório de conversas. No entanto, seis meses para trás, era ele um funcionário correto, desconhecido e aparentemente feliz.

Veio andando pelo cais da Rua da Aurora e deteve-se, como tantas outras vezes, naquela mesma hora, a contemplar a massa de concreto que se erguia ante ele, com suas inúmeras janelas cintilantes, sob o estrelado céu de março. Ali, entre tantos retângulos de luz, no antepenúltimo andar, estava a sua casa.

Lutara com a mulher, que o induzira a vender o chalé na Madalena, despendendo economias de anos, endividar-se nos Bancos para dar a entrada do

apartamento; e depois assinar um contrato cheio de cláusulas, autorizando a sangria no ordenado.

– Se for preciso, eu me emprego, ou você consegue emprego para uma das meninas, contanto que fiquemos com o apartamento.

Compromisso tomado, ninguém voltara a falar naqueles empregos possíveis: ele é que vinha pensando em aceitar umas escritas, para fazer em casa, à noite, esforço que assumiria agora sem repulsa, pois começara a orgulhar-se do edifício, dos polidos nas escadas, dos elevadores automáticos, do revestimento de mármore nas paredes do *hall*, sobretudo, do espaço ocupado pelos vinte andares daqueles blocos gêmeos, um atrás do outro e ambos voltados para o oceano.

"Um dia", pensava, "desaparecidas as pobres velharias da Rua da Aurora, uma fila imponente de arranha-céus se refletindo no Capibaribe", ele poderia dizer:

- "Sou dos antigos. Nosso edifício foi o pioneiro, e o primeiro a ser erguido nesta rua".⁴⁶²

A modernização em andamento na cidade do Recife já se havia operado para uma parte de seus habitantes, pelo menos para os setores médios ávidos por ascensão social e *status*, uma identificação psicológica e afetiva, racionalmente justificável, com determinados projetos de sociedade, estilos de vida, formas de comportamento e de conforto, promessas de bem-estar material e reconhecimento e prestígio social. No entanto, a modernização também trazia consigo os seus contrapontos: o enfraquecimento das relações entre os indivíduos e sentido de comunidade diante da carência de experiências comuns a todos. O homem passa a se encontrar solitário e já não pode mais dar conselhos, como também já não sabe dá-los e não pode mais recebê-los, pois já perdeu a consciência das causas, dos anseios e do patrimônio coletivo cultural do qual um dia fizera parte⁴⁶³.

Bastava, portanto, uma tragédia qualquer e/ou um desencantamento no mundo do espetáculo da mercadoria para que os indivíduos tomassem consciência de seu isolamento e da incapacidade de desvelar as determinações das questões de ordem coletiva. Esse é o caso de quase todos os moradores do Edifício Capibaribe, exceto Cláudio Arantes Nascimento que, em sua ilha no espaço e vivendo uma solidão física, tenta ainda resgatar com a cidade e seus expectadores uma solidariedade perdida e produzir experiências comuns a todos e adquirir para si uma consciência histórica. Contudo, não será no Recife e nem no edifício que encontrará o que anseia e sim num interior qualquer do Brasil, no

⁴⁶² LINS, Osman. **A ilha no espaço**. São Paulo: Editora Moderna, 1997, pp. 13-15

⁴⁶³ Para estas reflexões utilizamos o ensaio *Experiência e pobreza*, especialmente a p. 54, in BENJAMIN, Walter, **Magia e técnica, arte e política**, *op. cit.*, p. 54. Ver também, na mesma coletânea, o artigo *A crise do romance. Sobre Alexanderplatz, de Döblin*.

qual se estabelece após a sua fuga misteriosa e espetacular do Edifício Capibaribe. Nesse interior qualquer estruturará uma outra vida familiar e profissional e, quase por acaso, decifrá os misteriosos óbitos do edifício em que morava. Mas esta última será uma experiência que ele irá reservar só para si e os leitores do conto.

Realizar os sonhos e projetos de projeção social por intermédio de uma moradia dotada de ambientes de conforto, comodidade, conveniente e portador de *status* social não era uma aspiração recente, segundo nos mostra a trajetória de Cláudio Arantes Nascimento. A diferença no Brasil do “milagre econômico” era que nele havia amplas possibilidades concretas ao alcance dos que almejavam realizar os seus sonhos e projetos de projeção social. A outra diferença, em relação a um passado recente da cidade do Recife, era que agora o espaço para o cenário da projeção social era outro. Ou seja, a área central havia perdido a sua aura e outra havia emergido na cidade sob o signo da sociedade de consumo: Boa Viagem. E este era o mais significativo bairro do Recife, à época, onde se podia verificar a exatidão da emergência de um modelo de sociedade marcada pelo emblema social do consumo.

2. OS CELEIROS EM SEUS ESPELHOS

A partir do bairro de Boa Viagem, no período de 1970 a 1973, podemos conhecer melhor a dimensão do *boom* na construção de moradias para os setores médios que, com os sucessivos empreendimentos imobiliários passaram a configurar a sua paisagem.

Para o ano de 1973, o bairro já dispunha de uma estrutura de serviços (farmácias, supermercados, lojas, colégios, clínicas e hospitais) para atender às necessidades de sua população sem que ela precisasse se deslocar do bairro para outras localidades em busca de serviços, contando, também, com opções de lazer (boates, restaurantes, jardins e calçadões à beira-mar) e, ainda, com futuras obras, além das realizadas nos anos anteriores, de ampliação da rede de esgotos, de abastecimento de água e de melhorias no seu sistema viário. Entretanto, mesmo sem estas obras de infra-estrutura, Boa Viagem já dispunha nesse ano, para os seus recentes e futuros moradores, de empreendimentos imobiliários executados ou em execução com apartamentos de três quartos, salas

e demais dependências, com um padrão considerado médio, no valor de Cr\$ 50 mil a Cr\$ 120 mil, e outros, com uma área de 200 m² e acabamento de luxo, com preço variando de Cr\$ 300 mil a Cr\$ 800 mil. Quase todos os edifícios eram dotados de estacionamentos e possuíam áreas livres.

Os empreendimentos imobiliários não se restringiram só ao ano de 1973, eles se disseminaram pelo bairro entre 1970 e 1974, a partir de quando, tanto em Boa Viagem como em outros bairros da cidade, declinaram as obras, os investimentos e os negócios imobiliários com a retenção de inversões de capitais do BNH para o setor da construção civil.⁴⁶⁴ Esse fato se deveu aos problemas de crescimento do déficit público e da extrapolação da capacidade de endividamento do Estado ante o aumento do custeio da dívida externa do país, resultante da queda da oferta de capitais no sistema financeiro nacional e internacional com a elevação dos preços dos combustíveis a partir da crise do petróleo no final de 1973.

Datam do período a construção em Boa Viagem de edifícios que seriam na cidade sinônimos de conforto, ostentação, comodidade, conveniência e *status*. Entre esses edifícios, podemos destacar: Cote D'Azur, Saint Tropez, Shan Gri-lá, Timoneiro, Velásquez, Fragata, Príncipe Alberto e Michelangelo, todos fundamentalmente destinados aos segmentos sociais mais abastados da cidade. Para a classe média, o sinônimo de moradia com *status* eram os apartamentos de prédios organizados em forma de conjunto residencial, dos quais se destacava o Conjunto Residencial Jardim Transatlântico, dotado de vantagens que se aproximavam das dos prédios acima citados (salão, 3 quartos, sendo 1 com suíte, 2 banheiros sociais, varanda, copa e cozinha, dependências completas de empregada, garagem privativa, piscina) e com um valor de Cr\$ 198 mil, financiados em até 60 meses para a classe média assalariada emergente.

Alguns dos anúncios de venda de imóveis em Boa Viagem e Piedade,⁴⁶⁵ coletados no Diário de Pernambuco, nos mostram a emergência na cidade de

⁴⁶⁴ Em reportagem intitulada *Ano passado não foi bom para a construção*, a revista A Construção Norte Nordeste aponta para uma redução na construção de imóveis residenciais motivada, entre outros fatores, por uma *dificuldade de obtenção de financiamentos para capital de giro, junto às entidades de crédito públicas e privadas*, segundo depoimento de um empresário do setor da construção civil, à época, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil. In: **A Construção Norte Nordeste**, nº 23, abr. 1975, pp. 8-9.

⁴⁶⁵ Os anúncios abaixo foram extraídos do **Diário de Pernambuco** nos meses de março e agosto, entre os anos de 1972 e 1975.

espaços residenciais que se pretendiam ser quase autárquicos em relação aos demais espaços e/ou como um mouchão que se eleva pelas margens das grandes avenidas do Recife e procura ser distinto em relação à planície urbana. Dentre os anúncios, podemos destacar os seguintes:

Edifício Timoneiro

Mais luxuoso e confortável de Boa Viagem

Av. Beira Mar

Apartamento duplex, 3 quartos com varanda, 1 suíte, 2 banheiros sociais azulejados, amplo salão em L (living), com terraço e dependência de empregada, terraços com visão direta para o mar, play-ground, elevadores, garagem privativas no sub-solo, etc.

Edifício SHAN GRI-LÁ

Rua Felix de Brito, nº 605 – Boa Viagem

2 apartamentos por andar, áreas de 172,90 m2/apartamento, varanda, salas de jantar e estar, 3 quartos, despensas, suítes, 2 toiletes, 2 banheiros sociais, dependências de empregadas, copa e cozinha separadas, água própria, armários embutidos, ar-condicionado instalado nas suítes.

Preço a começar de Cr\$ 165.000,00, ou apenas 10% de entrada e o restante em 36 meses. Entrega para dezembro de 1972.

Vendas: Comissária Pernambucana de Negócios.

Edifício A.I.P. – 1º andar.

Imobiliária Nova York S. A.

Av. Conde da Boa Vista, 785.

Edifício Bandeirantes

Apartamentos ainda não habitados, com 2 salas, copa, cozinha, 3 quartos sociais com armários embutidos, banheiro social em cor e dependências completas para emprega.

Preço: Cr\$ 50.000,00 totalmente financiados.

Localizado à rua Antonio Falcão (por trás da casa de José Emírio de Moraes).

Edifício Fragata

More à Beira-Mar em Boa Viagem

2 apartamentos por andar, living, sendo uma suíte, 2 W.C. sociais, cozinhas, dependências completas para empregada e garagem para dois automóveis, no sub-solo. Em apenas 8 meses estará pronto.

Imobiliária Nova York S.A.

Ed. Tereza Cristina e Roberta

Rua Ademar da Costa Almeida, 51 – Boa Viagem

(entrada no n.º 577 da Rua Barão de Souza Leão)

2 apartamentos por andar, salas de estar e jantar, 3 quartos sociais, banheiro social em azulejo decorado até o teto e o piso de mármore, ampla cozinha, 2 pias de aço inoxidável, despensa embutida, dependências completas para empregada. Garagem para 2 automóveis.

Vendas: Predial Penedo Ltda.

Ed. Portugal

Av. Boa Viagem, 3500 – Beira Mar

Varanda, 2 salões, 1 suíte, 4 quartos, 2 WC, Copa, Cozinha, Grande área de serviço, 2 quartos de empregadas, 2 garagens, Central elétrica, Central de gás.

Vendas: EDIFIK imóveis.

Ed. Morada dos Nobres

Em Boa Viagem, 2 apartamentos/andar, sala de estar e jantar, varanda com piso em cerâmica São Caetano, W.C. e banheiros sociais, suíte e 2 quartos sociais, armários embutidos na suíte e nos quartos, copa/cozinha, quarto e banheiro de empregada.

os seguintes anúncios sobre vendas de imóveis recém-construídos ou em construção:⁴⁶⁶

Edifício Amsterdam

Rua Buenos Aires – Espinheiro

Apartamento com 4 quartos, 2 banheiros sociais com azulejo decorado e piso de mármore, varanda de mármore, ampla sala, cozinha e piso em mármore veneziano em azulejos em cor, ampla sala, etc.

Incorporação: DUBEUX Empreendimento Imobiliários Ltda.

Vendas NORPLAN

Rua Siqueira Campos, 160, Edifício São Francisco, 3º andar.

O Edifício Gonçalves Maia faz parte do Parque da Boa Vista

Rua Gonçalves Maia esquina com Avenida Manoel Borba

Imobiliária Nova York S. A.

Grupo Empresarial Lume

Rua do Sol, 143 – Edifício IPSEP – Recife

Ed. Acauã

Rua Bispo Cardoso Ayres

Hall em mármore, 2 apartamentos por andar, 6 andares, 2 elevadores, 3 (quartos (suíte), Sala ampla, Cozinha (azulejo do piso ao teto) – Balcão em mármore, 2 banheiros completos sociais.

Preço fixo em 48 meses ou pela imobiliária em até 15 anos.

INABI – Edifício Brasília, s/loja e térreo.

Edifício Búzios

Rua da Soledade, 57 – Boa Vista, logo ao sair da Barão de São Borja.

2 apartamentos por andar, 2 salas, varanda, 3 dormitórios sociais com armários embutidos, 2 banheiros sociais etc.

Comissária Pernambucana de Negócios

Av. Dantas Barreto, 576, 1º andar – Edifício AIP.

Conjunto Residencial Benfica

Dois quartos, Sala e Dependências Completas

Rua Demócrito de Souza Filho

Somente 2 apartamentos por andar.

Informações e venda: Unimov Imobiliária S. A.

Av. Guararapes, 86 – loja 3.

Parque Residencial Fernandes Vieira

Sala, 3 quartos, banheiro com azulejo até o teto, cozinha, dependências completas para empregada etc.

Vendas: Oimbral

Graças – Edifício João de Souza

No bairro mais tradicional do Recife, ali na Rua Esmeraldino Bandeira, esquina com Alberto Paiva, apartamentos sensacionais, com salão de 55 m², 3 quartos sociais, sendo uma suíte, instalação telefônica embutida. Área útil total 145 m².

Apenas 2 apartamentos por andar. Todo pastilhado e sobre pilotis.

Acabamento de classe: 2 banheiros com azulejos decorados até o teto, cozinha com balcão de mármore e pia em aço inoxidável. Dependências completas e mais 4 varandas para você desfrutar a lua de um dos bairros mais tradicionais do Recife. Preço fixo facilitado em 50 meses.

Sua casa em Casa Amarela

Ed. Pablo Picasso

Espinheiro

⁴⁶⁶ Os anúncios abaixo foram extraídos do **Diário de Pernambuco** entre os meses de março a novembro, no período de 1972 e 1975.

2 por andar, totalmente nascente, 186 m2 de conforto, elevador, 2 amplas salas com varanda, 3 quartos sociais (1 suíte), 2 WC sociais, cozinhas, terraço de serviço, dependências completas de empregada, esquadrias de alumínio, pilotis.

Vendas com EDAI

Ed. Conselheiro Rosa e Silva

Bom gosto elegância requinte e acabamento luxo espetacular.

2 apartamentos/andar, 4 quartos sociais (1 suíte), dependências para criados, 2 salas, copa/cozinha com balcão de mármore e armários de fórmica, 2 banheiros sociais em cor com piso de mármore, hall íntimo com lambris, varanda em mármore, 2 elevadores, garagem no subsolo.

No mais aristocrático bairro do Recife: AFLITOS

Vendas da INABI

Ed. Visconde de Utinga

Av. Agamenon Magalhães – junto ao n.º 2.279

Apartamentos com 3 e 4 quartos sociais – suíte com varanda – vestíbulo e lavabo – 2 W.C. sociais – sala com varanda – ampla copa-cozinha – terraço serviço – dependências completas de empregada – garagem – andar vazado para recreação com jardim.

Vendas: Valdeck Oliveira.

Edifício Banguê

Avenida 17 de Agosto junto ao n.º 1117 – Casa Forte

6 pavimentos com 12 apartamentos, área do apartamento 340m2, terraço, 2 salas, 4 quartos sociais, 2 banheiros sociais, cozinha, dispensa, terraço de serviço, dependências de empregadas, 2 ou 3 garagens.

Vendas: Aldo Brasileiro

Ed. Barão da Torre

Algumas características são comuns à boa parte dos imóveis dos anúncios acima. A maioria se propõe ofertar aos seus futuros moradores um ambiente seguro capaz de se colocar à margem das intempéries da sociedade; um espaço organizado, racionalizado e controlado, dotados de ambientes que garantem aos seus residentes o usufruto do conforto, da comodidade, da conveniência e dos serviços ofertados; um conjunto de dependências de uso comum de seus moradores que outorgam uma ostentação e *status* e os colocam num plano distinto e de indiferença para com o resto da cidade.

Em síntese, tratava-se de erguer e dotar a paisagem do Recife de condomínios do qual pudessem ser expurgados de seus recintos os problemas sociais da cidade, que comprometiam os seus empreendimentos individuais e os modos de vida almejados pelos segmentos de renda média e alta. Buscava-se, assim, tentar instituir e reproduzir um mundo à parte dos outros mundos da cidade, só que aqui não haveria lugar para nem contato com os aspectos indesejáveis tão vigentes na cidade, criando uma quase outra vida pública e privada fundada numa possível realidade agradável. Era como uma antevisão do

embalar-o-consumidor, que Fredric Jameson formularia quase duas décadas mais tarde:

A outra definição de reificação que tem sido relevante nos últimos anos é a do "apagamento dos traços da produção" do próprio objeto, da mercadoria assim produzida. Esse procedimento consiste em ver a questão do ponto de vista do consumidor: sugere o tipo de culpa da qual as pessoas são liberadas se conseguirem não se lembrar do trabalho que foi necessário para produzir seus brinquedos e suas mobílias. Na verdade, essa é a razão para termos nosso próprio mundo-objeto, as paredes, a uma distância amortecedora a um silêncio relativo a nosso redor; é para esquecer de todos esses inúmeros outros por algum tempo; você não quer pensar nas mulheres do Terceiro Mundo cada vez que usar seu processador de textos, ou em todas aquelas pessoas de classe baixa, com suas vidinhas de classe baixa, cada vez que você decidir usar ou consumir seus outros produtos de luxo: seria como ter vozes dentro de nossas cabeças; de fato, isso "viola" o espaço íntimo de nossa privacidade ou das extensões de nosso corpo. Assim, para uma sociedade que quer se esquecer das classes sociais, a reificação nesse sentido de embalar-o-consumidor é realmente muito funcional; o consumismo como cultura envolve muito mais que isso, mais esse tipo de "esmaecimento" é certamente a condição indispensável a partir da qual todo o resto é construído.⁴⁶⁷

Esse embalar-o-consumidor se torna tão relevante que o indivíduo consumidor aliena a capacidade de estabelecer as diretrizes do seu "ser" e "existir", submetendo-se às diretrizes estabelecidas pela cultura do consumo que os convertem em consumidores cindidos do mundo que produz e produzem as mercadorias. Quando se apercebem da sua condição de subalternos já se descobrem encarcerados e só a fuga desvairada, como para Cláudio Arantes do Nascimento, do conto *a Ilha no espaço*, ou a suicida é a válvula de escape, como para o personagem que descobre que sua sala agradável é um simulacro que lhe oculta um cárcere que o isola do mundo:

Era uma sala de cinco metros por sete, aprazível, com um lustroso piso de madeira e jarros de flores. O velho esburacou uma parede a golpes de martelo e de repente viu que por trás da parede havia outra, de aço. Abriu a leve cortina clara e debruçou-se à janela: dava para um abismo do qual não via o fim. Fez um rombo no assoalho, ouviu o rio que deslizava solene sob o piso e mergulhou para sempre nas águas caudalosas.⁴⁶⁸

Para embalar o consumidor, até a área central da cidade seria objeto de intervenções para a criação e instituição de espaços agradáveis que se articularam com os recintos. Contudo, três aspectos se sobressairiam nos empreendimentos imobiliários na região: primeiro, os imóveis residenciais seriam quase que basicamente destinados ao público que podemos classificar como classe média de renda média para baixa, daí a construção de diversos prédios

⁴⁶⁷ JAMESON, Fredric, *op. cit.*, p. 318.

⁴⁶⁸ LINS, Osman, *op. cit.*, p. 212.

com apartamentos em sua maioria de no máximo três quartos e/ou os chamados quitinetes (apartamentos conjugados com um quarto, cozinha, sala pequena, um ou dois banheiros e, muito raramente, uma área de dependência), como o Ed. Arpège, com apartamentos com quarto, sala e demais dependências, na Boa Vista. O segundo aspecto é o relacionado a uma série de imóveis com funções empresariais, objetivando oferecer espaços para a instalação de escritórios de profissionais liberais e firmas, estabelecimento financeiros e bancários, estabelecimentos de agenciamento de prestação de serviços, representações comerciais e industriais, consultórios médicos e odontológicos, lojas de serviços e artigos especializados e muitos outros ramos de negócios.

Desse segundo tipo de edifício podemos destacar o Ed. Capitólio (escritórios, apartamentos, lojas e sobrelojas), Ed. Celsius (escritórios e salas), Ed. Ébano (escritórios e apartamentos), Ed. Príncipe de Nassau (escritórios) e até um edifício-garagem, o Ed. Piratininga. Mas podemos destacar um prédio, situado na Rua do Riachuelo, nº 435, denominado Ed. Presidente Kennedy, que, de acordo com o seu anúncio, prometia que *Conforto é mais conforto onde tudo está mais perto*, combinando apartamentos amplos e bem acabados com um estacionamento ao lado do prédio e magníficas lojas no térreo.⁴⁶⁹ Outro que podemos destacar era o Ed. São Cristóvão, situado na Rua da Aurora, nº 295, que, quando do seu lançamento, garantia aos seus futuros proprietários as seguintes vantagens:

Você é um bom entendedor.

Não são necessárias muitas palavras para que você chegue à conclusão de que, nesse endereço, sua firma está no centro.

Centro da cidade e centro das atenções.

Perto da Conde da Boa Vista, da Guararapes, da União; quer dizer, no próprio centro de negócios recifenses.

E, além de tudo, você se instalará num edifício de alto luxo sem ter que pagar mais por isso.

Lojas. Sobre-lojas. Conjuntos comerciais.

No centro da cidade. No centro dos interesses. No centro do movimento.

Já é suficiente.

Mais do que isso seria subestimar o seu poder de decisão e o seu tipo comercial.⁴⁷⁰

Mas um dos que mais vai marcar a paisagem da Boa Vista será o Ed. Módulo, que seguia a tendência dos prédios construídos nas principais avenidas e ruas da área central do Recife, combinação de espaço para residência

⁴⁶⁹ **Diário de Pernambuco**, 04/08/1974, p. 11, 1º Caderno.

⁴⁷⁰ **Diário de Pernambuco**, 24/09/1972, p. 7, 1º Caderno.

(apartamentos) como outros destinados a salas comerciais, escritórios, sobrelojas e lojas no térreo. No caso do Ed. Módulo, o que o tornava atípico era a sua forma cilíndrica, algo não muito comum na cidade, principalmente para edifícios. Tanto era incomum, que os seus construtores volta e meia faziam propagandas nos jornais, acompanhadas de fotos da obra, nas quais divulgavam as etapas da obra realizadas, como se os leitores estivessem acompanhado os capítulos de uma telenovela: *Na Conde da Boa Vista, esquina com a Rua da Soledade, ergue-se a estrutura cilíndrica do Módulo, cuja última laje foi concretada 60 dias antes do prazo previsto.*⁴⁷¹ O formato do edifício foi seguido dois anos depois, em 1973, para a construção de um outro de nome Ed. Apolo XXI, na Rua dos Palmares, que anunciava: *Venha ver seu apartamento decorado e escolher sua paisagem.*⁴⁷²

Esses dois edifícios tinham algo em comum com o que Fredric Jameson nos informa a respeito dos edifícios sobre pilotis de Le Corbusier, que, segundo o autor, *separam de maneira radical o novo espaço utópico do moderno do tecido urbano decaído e degradado.*⁴⁷³ Eles não estavam sobre pilotis, mas sobre plataformas na qual suas formas cilíndricas pareciam querer se projetar sobre a cidade e observá-la e mostrando-se distinta dos demais elementos do tecido urbano, advogando para si uma esfera temporal e espacial moderna não encontrada ao seu redor. Não é à toa que seus nomes sugeriam servir de medida ou modelo (Módulo) ou indicavam uma sintonia com o estágio de desenvolvimento tecnológico (Apolo XXI).

Quanto à terceira característica, esta diz respeito à área de concentração dos novos imóveis. Pois, através da análise dos indicadores de fontes de recenseamento,⁴⁷⁴ pudemos verificar que da área central da cidade, o distrito da Boa Vista foi o mais contemplado com um número crescente de novos imóveis na região, com espaços destinados a domicílios através da construção de edifícios a partir de meados dos anos 1960 e na década de 1970.

⁴⁷¹ **Diário de Pernambuco**, 24/04/1971, p. 1, 2º Caderno.

⁴⁷² **Diário de Pernambuco**, 09/11/1973, p. 5, 1º Caderno.

⁴⁷³ JAMESON, Fredric, *op. cit.*, p. 67.

⁴⁷⁴ Utilizaremos para este segmento uma parte dos indicadores que foram recolhidos nos Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970 e 1980, e no Anuário Estáticos de Pernambuco de 1950. Uma outra parte destes indicadores forma utilizados em capítulos anteriores.

Esses aspectos podem ser averiguados com a variação no número de domicílios no distrito da Boa Vista, que subiu de 3.646 para 7.323 domicílios, entre 1950 e 1980, apresentando um crescimento de 100,85%, mas que não se revestiu num aumento do número de habitantes; pelo contrário, a população residente praticamente se manteve estagnada e numa tendência decrescente, variando de 30.646 para 30.611 habitantes, entre 1960 e 1980.

A maioria dos novos domicílios da Boa Vista estavam integrados ao atendimento de novas necessidades. No geral, a área central da cidade do Recife foi a única, entre 1950 e 1980, que conheceu um decréscimo em sua população e no número de residências a elas destinadas, enquanto a maioria dos demais distritos, exceto Santo Amaro, conheceram um incremento populacional e no número de prédios.

No caso específico do distrito da Boa Vista, uma parte das edificações era destinada ao domicílio residencial com alguns prédios e conjuntos residenciais. Nesse período ainda persistia, em menor número, a construção de edifícios com apartamentos de luxo, dois por pavimento, com amplas janelas e varandas para o horizonte, em uma edificação que se expressava num estilo majestoso e imponente, comportando ainda no seu é o Ed. Mário Melo, localizado na avenida com o mesmo nome, concluído em 1973. No entanto, as edificações com fins residenciais que mais se destacaram na época foram os grandes conjuntos residenciais nas proximidades da Av. Agamenon Magalhães, dos quais três se evidenciavam pelas suas dimensões: o Parque Residencial Boa Vista, situado na esquina da Av. Manoel Borba com a Rua Dom Bosco, comportando três blocos de edifícios, quase todos com mais de vinte andares; o Parque Residencial Planalto, com dois edifícios de 14 andares, localizado na Av. João de Barros, nº 633; e o Parque Residencial Fernandes Vieira, com três blocos de apartamentos de seis andares, na esquina da Rua Fernandes Vieira com a Rua Padre Inglês.⁴⁷⁵

Esses conjuntos residenciais compunham, basicamente, junto com as outras edificações, uma nova frente imobiliária composta de apartamentos destinados a uma clientela de classe média com empregos no crescente setor de serviços, o que na prática possibilitou ao distrito manter o seu número de habitantes. Juntos,

⁴⁷⁵ Sobre estes conjuntos residenciais, consultar: **Diário de Pernambuco**, 31/03/1971, p. 02, Caderno Especial; 22/11/1970, p. 32, 1º Caderno; e 13/05/1973, p. 14, 2º Caderno.

todos esses prédios formavam aquilo que poderíamos denominar de o eixo da Av. Conde da Boa Vista.

No geral, os novos conjuntos de edifícios, principalmente os conjuntos residenciais, emergiam, na paisagem do distrito da Boa Vista, com algumas características até então inéditas para a área central da cidade: eram dotados de serviços de portarias e controle de acesso ao seu interior; dispunham de equipamentos, estrutura e pessoal para a realização de serviços gerais; possuíam uma infra-estrutura para coleta de lixo, de locomoção vertical (elevadores) capaz de atender ao fluxo de pessoas, de comunicação (telefones); pátios e/ou garagens (térreas ou elevadas) para estacionamento; serviço de segurança; espaços reservados para atividades coletivas (salões); áreas de lazer (no caso dos condomínios residenciais); e muitos deles, principalmente os residenciais, eram cercados por muros, por questões de segurança.

Mais uma vez, buscava-se arquitetar uma realidade nos condomínios distinta da realidade das ruas da cidade, enviesadas com seus sintomas de desigualdades sociais, expressos pelo crescente número de indigentes que se alojavam pelas calçadas e becos atrás de esmolas e restos de comidas catados nos lixos; pelo fluxo crescente de desempregados que incrementavam o comércio ambulante, ocupando ruas e passeios; pela disseminação das transgressões caracterizadas por roubos e furtos sobre aqueles que se locomoviam desatentos com a sua segurança em meio à massa circulante; pelo incremento e o incômodo tráfego de veículos que tanto comprometia a segurança como tomava lugar dos transeuntes; pela deterioração urbana com o acúmulo de lixo e as diversas formas de poluição; pela depredação da paisagem urbana com as obras civis e públicas que desfiguravam os passeios, as ruas, as praças; as aglomerações humanas.

A impotência ante essas realidades desagradáveis da área central da cidade do Recife e de tantas outras áreas centrais de outras metrópoles brasileiras, contrapondo-se às promessas das realidades agradáveis apartadas do mundo real, passava a agregar aos seus habituais moradores e aos que nelas tinham que transitar uma insegurança e desconforto que depositavam sobre esses indivíduos o desalento e o desânimo para neles viverem, buscando por ali só transitar de forma sucinta para a resolução de suas necessidades e, o quanto

mais rápido possível, poder se deslocar para algum refúgio e/ou ficar circunspeto e anônimo durante o tempo que tinham de por ali passar para não ter que permutar com as realidades das ruas, avenidas, esquinas, becos e calçadas das grandes cidades. Assim parece se comportar o narrador de *A rainha dos cárceres da Grécia* em uma de suas visitas ao centro da cidade São Paulo, na qual demonstra uma angústia por não poder suportar um lugar que já lhe foge plenamente à capacidade de percepção e faculdade de entendimento, intimidando-o com perspectivas de um conhecimento saturado de imprevisibilidades, preferindo optar pelo distanciamento e a exterioridade em relação ao mundo que lhe cerca e o ameaça trespassar.

Habitado à alameda Lorena e arredores, evito, sempre que possível, aventurar-me ao centro da cidade. Pessoas que, nos bairros, movem-se naturalmente, parecem meio cegas quando investem – decididas, mas numa espécie de pânico – pela Quinze de Novembro ou pela Sete de Abril, áreas onde clama, intensa, a vida de São Paulo – e isto me atordoa: sem viver, como o personagem de Tchekhov, o seu Biêlikov, encerrado num estojo, só me encontro comigo quando imóvel.⁴⁷⁶

Um dos aspectos dessa suposta realidade desagradável externa aos grandes condomínios da Boa Vista, em que se procurava evitar o contato ou qualquer tipo de relação, eram os problemas de conviver quase lado a lado com a prostituição disseminada pelo centro da cidade. O Diário de Pernambuco, datado de 1º de março de 1971, noticiava os problemas crescentes dos moradores e das autoridades com o meretrício que invadia as ruas após as 21 horas, quando as prostitutas e as chamadas “bonecas” (hoje seriam os travestis) ocupavam as ruas do Sol, Matias de Albuquerque, Palma, a Av. Conde da Boa Vista e Pátio de Santa Cruz (este localizado no centro do distrito da Boa Vista). Para arrefecer ou expurgar a proliferação do meretrício da área central da cidade, a Prefeitura do Recife chegou a tomar medidas como fechar todas as *casas do ramo*, conforme denominava a reportagem, e transferi-las para as imediações da Av. Rio Branco, no Bairro do Recife, zona portuária onde as autoridades e a sociedade toleravam os negócios e a forma de ganhar a vida com a prostituição.⁴⁷⁷

A mesma reportagem alegava que as medidas teriam sido paliativas, pois tempos depois o meretrício retornou às áreas de onde foi inicialmente expurgado, inclusive, ficando conhecido o cais do Capibaribe como a “Rua do Quem-me-

⁴⁷⁶ LINS, Osman, *op. cit.*, p. 28

⁴⁷⁷ **Diário de Pernambuco**, 01/03/1971, p. 8, 1º Caderno.

quer”. Na mesma data o jornal notícia, também, problemas de sujeira e detritos urbanos acumulados nas margens do Capibaribe, nas proximidades da Ponte da Imperatriz. Já os exemplares do Diário Oficial do Município, principalmente na gestão de Augusto Lucena, citado por Denis Bernardes no livro *O caranguejo e o viaduto*, aludem aos problemas crescentes entre a municipalidade, aliada ao comércio varejista, frente ao comércio ambulante praticado pelos desempregados e subempregados como forma de compor uma renda para garantir a sobrevivência.⁴⁷⁸

Esses desempregados, subempregados, deserdados, mas não excluídos, pois eram os outros incluídos para permitir o embalo do consumidor, sentiam-se numa condição de subalternidade, no pleno sentido que Gramsci dava ao termo, como o define Fredric Jameson:

(...) o profundo sentimento de inferioridade em face do outro cultural, o reconhecimento implícito de sua superioridade inata, contra a qual a raiva pontual, ou o anti-intelectualismo, ou o desprezo da classe trabalhadora, ou o machismo são em si mesmos apenas uma reação secundária, uma reação à *minha (grifo do autor)* inferioridade antes de mais nada, antes de ser transferida para o intelectual. Quero sugerir que algo como essa subalternidade – Gunther Anders, há alguns anos, em um contexto um pouco diferente, a denominou de vergonha prometética, um complexo de inferioridade prometético diante da máquina” – é o que sentimos agora diante da cultura em geral.⁴⁷⁹

As classes subalternas, das quais fazia parte Maria de França e os da sua estirpe, não precisavam da máquina para sentir a vergonha prometética. A própria condição de vida, o peso da administração, a fúria do poder que a subordina e que tanto regulavam e ditavam a sua vida, não lhe dando nem o direito de alguma privacidade, já lhe tinham impingido a subalternidade e muitas outras vergonhas prometéticas. Para ela não havia um lugar agradável. Aliás o seu lugar deveria se subordinar à ordem e à lógica de preservação do lugar agradável dos outros.

Sobrevém um imprevisto. Maria de França, embora tenha pouco que comer, hospeda a criança. Certa madrugada, gente da polícia, à procura de assaltantes, põe a porta abaixo e, mandando chumbo, invade a casa. Vendo, tarde demais, que estavam errados, advertem os moradores, vejam bem, bico calado, senão a gente volta e volta pra valer. Nem parecem ver, no meio da fumaça e da balbúrdia, a protegida da louca estrebuchando no chão, o pescoço esburacado com dois tiros de metralhadora. Pouco depois de meio-dia, antes do enterro da menina, Maria de França tem uma crise forte. Terminava o capítulo III com a sua alta do hospício; este é encerrado com um novo internamento.

⁴⁷⁸ BERNARDES, Denis, *op. cit.*, p. 92-93.

⁴⁷⁹ JAMESON, Fredric, *op. cit.*, p. 319.

A propagação de lugares agradáveis alheios foi quase que como uma febre que agitou na cidade do Recife, no período de 1970 a 1973, os embalos dos consumidores aptos a adquiri-los e rendeu excelentes dividendos ao capital personificado na indústria da construção civil, vivendo à época os seus melhores momentos durante a década de 1970. Tal fato pode ser demonstrado pelo crescimento anual no número de licenças para construção, principalmente as obras de alvenaria, fazendo com que fossem reduzidas ou quase inexistissem as construções de taipas,⁴⁸⁰ tipos de construção de baixo custo e muito utilizada por segmentos sociais de baixa renda. A TABELA 16, formulada a partir de dados e subsídios da revista *A Construção Norte Nordeste*, nos mostra o crescimento da construção civil no Recife para o período em foco. A mesma revista afirma que para o ano de 1974 houve um decréscimo acentuado no número de licenças e de área construída, quando comparada aos melhores anos do período.

TABELA 16 - EVOLUÇÃO DAS LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL NO RECIFE (1966 – 1973)				
Ano	Alvenaria		Taipa	
	Licenças	Área Construída (mil m²)	Licenças	Área Construída (mil m²)
1966	1.718	304	601	54
1967	1.131	409	372	25
1968	1.141	389	70	3
1969	1.537	314	183	12
1970	1.455	320	---	---
1971	1.879	467	---	---
1972	913	571	---	---
1973	1.742	584	---	---

Fonte: *A Construção Norte Nordeste*, nº 1, nov./dez. 1972, pp. 18-19; nº 13, jun. 1974, p. 17; nº 23, abr. 1975, p. 8-9.

A expansão imobiliária se tornou no Recife um dos grandes negócios no período, abrindo possibilidades de diversificação dos empreendimentos da construção civil e a constituição de empresas que passaram a primar ou desejar ter um perfil marcado pelo profissionalismo, pelo planejamento e por uma administração eficaz e produtiva, orientada pelas demandas do mercado imobiliário, principalmente aquele composto por consumidores de renda média e alta. Podemos averiguar que, à época, havia um certo entusiasmo entre os

⁴⁸⁰ A taipa consiste num processo de construção no qual se erguem paredes com o socamento de barro amassado em um espaços compostos de um gradeamento feito de paus, varas, bambus, caules de arbustos e outros similares.

empresários da construção civil com a possibilidade de realização de grandes negócios a partir do extrato de texto que apresentamos abaixo:

Em 1971, a construção civil conseguira por outro lado dar um sentido novo ao seu esforço, com o ajustamento a um mercado que passou a ser cauteloso, exigente, desconfiado e eliminou grande parte de pequenas empresas. Isso determinou praticamente o fim de muitas experiências e improvisações do passado, quando muita gente comprava gato por lebre e, ainda por cima, sem jamais ver a tal lebre.

A dura lição serviu para um salto em 1972 e a conseqüente expulsão do mercado de vários vícios e distorções, fator que influenciou bastante a marcha ascendente de 1973 e a correspondente busca de melhoria da qualidade para tornar o produto de fácil comercialização.

Na zorra sul, Boa Viagem é um bairro que vem melhorando sensivelmente o seu sistema viário e sua estrutura de serviços. Juntando-se a isso a valorização rápida de seus terrenos e imóveis, fica bem claro porque a área é um campo muito fértil para a indústria da construção civil. Graças a essa fertilidade, as licenças em 1973 para edificações no bairro somaram 239, com uma área construída de 235,27 m². Nesse total, houve a construção de 4.949 dormitórios, de 148 casas, de 1235 apartamentos e ampliações em 24 imóveis.

Outro crescimento significativo em 1973 foi registrado no bairro de Casa Amarela, para o qual foram expedidas 208 licenças, correspondentes a uma área construída de 30.573 m². Nesse bairro surgiram mais 160 casas, 526 dormitórios, 130 apartamentos e foram feitas 38 ampliações. Mesmo assim ele foi superado pela região do 5º Distrito, onde as construções antes não tinham expressão, mas atingiram uma área construída de 47.868 m², entre: casas, apartamentos, dormitórios e ampliações.

A região, um pouco distante do centro e ainda rica de verde e de espaços vazios, parece que está constituindo agora uma nova fronteira para a indústria da construção do Recife.⁴⁸¹

Um grande negócio ou um recinto de conforto, ostentação, comodidade, conveniência e *status*, o uso dado aos apartamentos pelos seus moradores portava em si uma contradição digna daquela que Telêmaco, filho do herói grego Ulisses, personagem central do poema épico *Odisséia*, de Homero, nutria para com o celeiro de seu *oikos*. Ali eram guardados todos os proventos e riquezas da família do herói, mas o filho de Ulisses, quando da longa ausência do pai, só o visitava para medir com exatidão os bens entesourados e fiscalizar se algo havia sido subtraído.⁴⁸² O celeiro era a exata medida, para a família, de suas virtudes e o coração de todo o sistema que articulava e organizava a própria família do herói

⁴⁸¹ **A Construção Norte Nordeste**, nº 13, jun. 1974, p. 17.

⁴⁸² Referimo-nos à seguinte passagem da *Odisséia*: *Assim se expressavam. Mas Telêmaco já baixara ao espaçoso aposento paterno, de elevado teto, onde se acumulavam pilhas de ouro e de bronze, arcas de vestidos, óleo odorífero em abundância, talhas de velho e saboroso vinho, repletas de divino e puro licor, alinhadas ao longo da parede, aguardando o dia em que Ulisses voltasse a casa, após tantas provações. Sólida e espessa porta de dois batentes estava fechada por duplo ferrolho; dia e noite, ali se mantinha, vigilante, de guarda ao tesouro, a intendente Euricléia, filha de Ops, filho de Pisenor.* In HOMERO. **Odisséia**. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 25. Sobre um tratamento histórico em relação ao período homérico e ao aspecto que aqui ressaltamos, consultar: FINLEY, M. I. **O mundo de Ulisses**, *op. cit.*, pp. 60-61.

grego, era uma despensa. Contudo, era um local para se guardar e ostentar, mas não um lugar capaz de prover a realização do *ser* e do *existir*. O mesmo parecia acontecer com os apartamentos dos sonhos de consumo das classes com rendas apreciáveis no Recife.

A posse e morar num desses apartamentos servia mais como ter e reter para si um *status*, pois na primeira oportunidade que tinham de dele se ausentar, os seus moradores o faziam, principalmente, nos momentos em que mais tinham tempo e sossego para contemplar e usufruir os seus celeiros imobiliários. Contraditoriamente, os seus moradores, que ambicionaram tanto ter um desses imóveis e que para tanto se dispuseram a enfrentar orçamentos calculados, financiamentos, endividamentos, alterações de sociabilidade e tanta outras contingências, são os primeiros indivíduos que no primeiro feriado ou fim de semana de seus apartamentos fogem para algum outro lugar, como em busca de um retorno a algo que foi perdido. Numa passagem do *Evangelho na taba*, Osman Lins reflete, ao analisar a vida urbana de São Paulo e as contradições de uma educação que não prepara o homem para viver nos grandes centros urbanos, sobre essa contradição:

Exercem as grandes cidades uma influência ambígua. Por um lado, atraem cada vez mais as pessoas, principalmente aquelas que, nos lugares onde vivem, encontram dificuldade em expandir-se. Essa expansão abrange vários níveis: vai desde os indivíduos que desejam ganhar mais aos que desejam viver mais, de um modo mais pleno. Por outro lado, há a legião dos que, habitando a grande cidade, detestam-na e fogem dela. Não raro, a mesma pessoa que, anos antes, saiu de onde morava, transferindo-se para metrópoles como o Rio ou São Paulo, agora, mais ou menos bem situada na vida, quer uma casa de campo ou vai alojar-se nos arredores. Isto, claro, ocorre com mais intensidade e frequência em aglomerados mais áridos – de que São Paulo é um caso típico –, mas também em lugares menores e menos desumanos. O sonho metropolitano do retorno (ou da busca) a tipos de vida com características campestres gera toda uma indústria: são as granjas, as casas de praia, o turismo.⁴⁸³

A fuga serve como um desencargo, uma espécie de fuga através da qual almejam se desobrigar ou diminuir uma ansiedade de modo de vida no qual predomina a tendência e as atitudes de quem revela pouca ou nenhuma solidariedade para com o outro e busca viver exclusivamente para si, onde a prática ou o fato de consumir de forma ilimitada é a única que se apresenta como vantajosa e prazerosa. Todavia, como ressalta Osman Lins ao final do texto selecionado, a ânsia pelo desencargo faz com que os indivíduos em fuga

⁴⁸³ LINS, Osman. **Evangelho na taba**: outros problemas inculturais brasileiros, *op. cit.*, p. 89.

retornem não àquilo que supostamente um dia perderam, e sim a um paraíso de um consumo organizado para promover entretenimento aos ávidos por exercícios de atividades prazerosas. Era o que prometia a publicidade abaixo para os exaltados consumidores que buscavam novos embalos:

Praia Ponta de Serramby, a única praia virgem do Nordeste projetada exclusivamente para veraneio.

Despeça-se das praias sujas, do trânsito engarrafado, das buzinas, dos vendedores de bugigangas, da poluição, enfim.

Fuja para o repouso e a descontração.

Deixe-se envolver pela beleza selvagem de uma praia para gente exclusiva.

Município do Ipojuca – Entrada km 31 da Estrada de Porto de Galinhas.⁴⁸⁴

Chácara Alpina em Gravatá

Mobiliada e pronta para morar!

Local de maior progresso e valorização de Pernambuco.

Clima Suíço.

Apenas 1 hora do Recife.

Para você e sua família a casa ideal para seus fins de semana, férias e repouso. Passe seu fim de semana por nossa conta e sinta realmente o que isto representa.⁴⁸⁵

A situação descrita por Osman Lins aparece também no seu romance *A rainha dos cárceres da Grécia*, quando Maria de França assiste, do pátio do hospício em que está internada, a um incêndio em um apartamento que não está ocupado pelos moradores, que dele se ausentaram para passar um feriado ou fim de semana em algum lugar de entretenimento. O apartamento e o incêndio que nele ocorre servem agora como um espetáculo inusitado para aqueles que nunca tinham visto um incêndio e que viam no acontecido alguma coisa fascinante e deslumbrante.

"Vejo pela primeira vez um incêndio, espetáculo para mim inteiramente novo e que só conhecia até este momento através de descrições. Está ocorrendo o incêndio em pleno dia (às 10 horas mais ou menos) e em pleno bairro residencial, à Avenida Rosa e Silva, diante do hospício, que é onde em geral ficam os loucos.

"Muitas famílias usam fechar suas casas nos feriados para gozarem na praia ou em outros logradouros igualmente agradáveis um merecido descanso. É nessas circunstâncias que irrompe o fogo na casa supra referida. Na ausência, portanto, de seus proprietários e serviçais.

"O fogo revela-se através de rolos de fumaça, que se desprendem pelo telhado. Isto significa que o fogo já atingiu o telhado e que, portanto, assumiu grande altura. (...) Eu e os outros desassissados que, como eu, observam o sinistro, ficamos em grande alvoroço.

"Chega, fazendo soar as sirenas, o valoroso Corpo de Bombeiros, que entra logo em ação. Ligadas as mangueiras, os bravos soldados do fogo sobem ao

⁴⁸⁴ **Diário de Pernambuco**, 07/12/1974, p. 1, Caderno de Classificados.

⁴⁸⁵ **Diário de Pernambuco**, 01/07/1973, p. 5, 2º Caderno.

telhado do prédio e assestam as mangueiras, cuja água começa a jorrar para dentro do prédio em chamas. Vou ficar com muito medo de incêndios.”⁴⁸⁶

3. AS MARCAS E ETIQUETAS ASSINALAM OS CELEIROS

As afinidades nutridas pelos segmentos sociais de médio e alto poder aquisitivo com a sociedade de consumo não se restringiam só aos aspectos acima delineados, elas iam além de um apartamento, a sua inserção também enveredava para a esfera do consumo diário. Nesse caso, passou a ocorrer uma inversão quanto à falta de apreço pelo ato de fazer compras, ou seja: se realizar compras quase diárias no açougue da esquina, nas feiras livres, nas mercearias e nas quitandas de bairros, nos mercados públicos, nos armazinhos e em outros tipos de estabelecimentos era algo estafante, rotineiro e enfadonho, para os segmentos sociais de classe média até os de alta renda as compras passaram se constituir numa ocorrência dotada de um significado maravilhoso, agradável e prazeroso a partir da instalação de diversos supermercados pela cidade.

O supermercado não era uma novidade recente no Recife, desde o final da década de 1950, uma cooperativa de venda de alimentos dos funcionários da Fábrica da Torre vinha funcionando como uma loja similar a um supermercado, tendo sido, posteriormente, depois de adquirida pelo proprietário da fábrica, ampliada e remodelada até atingir o padrão estabelecido para um supermercado. Surgia assim o primeiro estabelecimento desse gênero na cidade, instalado na Rua José Bonifácio, no bairro da Torre, dando origem à rede de Supermercados Comprebem. A partir desse momento a população recifense passou a tomar conhecimento do novo modelo de estabelecimento para realizar as suas compras semanais e mensais em um único lugar que podia dispor de quase todos os produtos de que necessitavam para o consumo diário. No entanto, foi a partir do início dos anos 1970 que os supermercados passaram a ser definitivamente habitantes.

A propagação de supermercados começa ainda em 1969. Neste ano, a rede de Supermercados Bompreço, que desde 1966 passou a se instalar na cidade, já tinha construído três estabelecimentos no Recife, um em Casa Amarela, outro na Madalena e um no CARE (Centro de Abastecimento do Recife, atual CEASA). Este último ficava aberto aos domingos, até o meio-dia. Ainda em 15 de agosto de

⁴⁸⁶ LINS, Osman. **A rainha dos cárceres da Grécia**, *op. cit.*, pp. 100-101.

1969, a rede inaugurou o da Madalena, com uma área de 1.800 m², e uma outra loja no Parque Amorim, em 25 de setembro do mesmo ano. Já em 18 de setembro, do ano corrente, a rede Comprebem inaugurava uma outra loja no bairro do Espinheiro, situado na Av. João de Barros, que recebeu a alcunha de Espinheirão, e, segundo os anúncios de sua inauguração, era *mais uma superloja dos supermercados*. Uma outra loja da mesma rede foi inaugurada, em 14 de abril de 1972, no Largo da Paz, em Afogados, e outra na CEASA, em 25 de outubro de 1972. Quase dois anos depois da inauguração de seu último supermercado, a rede Bompreço inaugurava o seu maior supermercado, anunciando para toda a cidade o significado e a dimensão daquele empreendimento:

Tudo de Bom do Bompreço agora também no Arruda.

(...) Tudo isto em 2.000 m² de área de vendas. Com a maior área particular de estacionamento. E uma moderna PANIFICADORA, com o melhor pão da cidade (...).

O BOMPREÇO está crescendo para ficar à altura de sua preferência. Por isso ergueu no ARRUDA, em frente ao estádio do Santa Cruz, a sua 5ª loja. (...)

Super Mercados Bompreço
Servindo à Cidade Inteira⁴⁸⁷

Podemos observar nesse anúncio a ênfase dada à comodidade que o consumidor encontrará para a realização de suas compras. A propaganda acentua a disponibilidade de estacionamento amplo aos que são proprietários de automóveis, assim como frisa dispor de todos os produtos que necessitam comprar, inclusive o pão de cada dia do consumidor. Tudo isso em ambientes racionalmente organizados por seções de produtos e tipos de mercadorias, providos de uma assepsia e higiene que já se anunciavam por paredes revestidas de azulejos até o teto, carrinhos para carregar as compras até o estacionamento, dez a quinze caixas para um rápido atendimento, funcionários para embalagem e outras assistências, possibilidades de pagamento em espécie ou em cheque, ambientes arejados para o conforto, marcas as mais variadas de um mesmo produto para a livre escolha do cliente. Todo esse aparato, seguido de uma agressiva política de *marketing*, feita através de comerciais na mídia impressa, falada e televisiva e, ainda, utilizando-se de pôlderes, tinha como objetivo monopolizar o comércio varejista de produtos de consumo semanal e mensal de uma família tipicamente urbana, substituindo as feiras livres e os

⁴⁸⁷ Para a coleta das informações aqui expostas nos valem os diversos anúncios publicados no Diário de Pernambuco, principalmente, nas suas edições de 10/08/1969, 18/09/1969, 25/09/1969, 01/03/1970, 07/04/1971, 16/04/1972

estabelecimentos de varejo dos bairros, produzindo no consumidor, principalmente no da classe média, novos hábitos de consumo.

Um indício de que o ramo de supermercado prosperava é a notícia no Diário de Pernambuco, datada de 1º de março de 1970, informando que a administração do Grupo Bompreço havia se instalado no Recife, mais precisamente, na Av. Caxangá, onde montou o seu escritório central e galpões para servir de depósito e distribuição de mercadorias para as suas lojas, com o propósito de servir melhor à cidade.

Numa outra propaganda, de 1972, a mesma rede publica um anúncio comemorando os seus anos de existência no Recife, a inauguração de futuros estabelecimentos e uma política de trabalho e consumo afinada e dedicada com os interesses dos consumidores locais. Porém, faz questão de ressaltar que foi uma empresa que veio para o Recife e aqui se estabeleceu de fato para servir, orientada não pelo acaso ou alguma contingência favorável, mas pelo trabalho racionalmente planejado e executado de forma eficaz e eficiente, conforme o figurino da ideologia do desenvolvimento do “Brasil Grande” à época.

Bompreço, Ano 6

6 anos servindo sua família.

Este é o ano 6 do Bompreço. Em seis anos de existência no Recife, construímos 6 supermercados. E fazemos a nossa festa em junho, sexto mês do ano. Mas isto é só coincidência. Não acreditamos em números da sorte. Acreditamos no trabalho. Ainda este ano vamos inaugurar o Bompreço de Afogados e o da Boa Vista.

Em 2.160 dias crescemos e nos aperfeiçoamos. Para você. Com o bom-senso de sempre.⁴⁸⁸

Dando continuidade a sua expansão, o grupo Bompreço inauguraria em 1973 uma outra loja na Boa Vista, com o seguinte *slogan*: *nunca se viu tanta qualidade de uma só vez*.⁴⁸⁹ Outro supermercado seria inaugurado na Av. Caxangá, ainda no mesmo ano, informando a existência de estacionamento para 300 veículos e com o *slogan* que passaria a ser uma das marcas da empresa: *Por que pagar mais se você tem Bompreço?*⁴⁹⁰ Em 1974, o grupo inauguraria uma divisão de atacado na Av. Caxangá para atender ao comércio varejista do Recife e sua região metropolitana e do seu cartão para compras por atacado.⁴⁹¹ Por fim, o bairro Aflitos receberia o 17º supermercado da rede, em 1975, com o seguinte

⁴⁸⁸ **Diário de Pernambuco**, 04/06/1972, p. 7, 1º Caderno.

⁴⁸⁹ **Diário de Pernambuco**, 27/09/1973, pp. 6 e 7, 1º Caderno.

⁴⁹⁰ **Diário de Pernambuco**, 05/10/1973, p. 5, 1º Caderno.

⁴⁹¹ **Diário de Pernambuco**, 07/02/1974, p. 5, 1º Caderno.

anúncio fazendo um trocadilho com o nome do bairro e que sintetizava toda a ênfase dada à facilidade, comodidade, assepsia e prazer de comprar em supermercados:

Aflitos, tranqüilo, recebe o 12º Bompreço do Recife.

É o 17º da rede. É mais uma opção para você fazer suas compras de supermercado, num lugar agradável onde você pára o carro, sem atropelo e, quando volta para casa sai feliz da vida com a higiene, o padrão dos serviços, a variedade e os preços. O novo Bompreço–Aflitos tem padaria, tem lanchonete, tem rotisserie, tem a melhor seção de carne verde com técnica de corte exclusiva do Bompreço.

Pare no Bompreço–Aflitos. É mais uma opção para você.

AFLITOS:

Mais uma Opção Bompreço para o Recife

Abertura amanhã às 9 horas.⁴⁹²

Para as razões do sucesso dos supermercados eram alocados fatores como massificação de vendas, variedades de produtos e preços competitivos, conforme reportagem que tentava desvendar, em 9 de novembro de 1975, o segredo do sucesso:

O sucesso da massificação de vendas pelo auto-serviço, característica dos supermercados, deve-se em grande parte à filosofia operacional, ou seja, racionalidade nos métodos de distribuição, colocando à mão do consumidor o maior número possível de itens e opções, a preços convidativos e com o máximo de qualidade, através de melhores serviços.⁴⁹³

Acrescente a essas razões todo um aparato instalado para seduzir e enlevar o consumidor do supermercado, capaz de fazê-lo converter a simples necessidade de ter que comprar algo para o seu uso em um momento de excitação que lhe aparenta prover um significado maravilhoso, agradável e prazeroso, substituindo a razão e o bom senso de seu cálculo contábil pelo impulso desmedido de querer e ter mais e mais mercadorias que se mostram como encantos.

Se o leitor meditar um pouco ao sair de um supermercado e após dar um balanço nas finanças, há de concordar: é realmente um polvo com mil tentáculos.

Na verdade, você entra para comprar um pente e, quando menos espera, está com aquele simpático, prático e, como o navio português, maior por dentro do que por fora, carrinho cheio até em cima e por baixo também. É que ao entrar num supermercado o indivíduo como se transforma num autômato e agarra tudo que está al alcance das mãos. Há até quem pegue, nem sempre por engano, uma daquelas mocinhas que fazem propaganda de produtos de beleza.

E até caberia repetir o poeta: resistir quem há-de?⁴⁹⁴

⁴⁹² **Diário de Pernambuco**, 16/04/1975, pp. 6 e 7, 1º Caderno.

⁴⁹³ **Diário de Pernambuco**, 06/11/1975, p. 23, DP Especial, Caderno Bancos e Comércio.

⁴⁹⁴ **Diário de Pernambuco**, 16/10/1975, p. 14, 2º Caderno.

Transcrevemos acima um trecho de uma reportagem, datada de 16 de novembro de 1975, com o título *Supermercado, polvo da sociedade de consumo*, na qual o repórter procurava alertar o consumidor para as armadilhas criadas nos supermercados para seduzi-los e enlevá-los, conforme dissertamos acima. O trecho nos confirma que o que aventamos não se tratava de uma hipótese a ser confirmada ou não, já era uma realidade de fato que atingia o consumidor a ponto de a mesma reportagem propor uma espécie de decálogo para o consumidor não se deixar envolver pelos tentáculos dos supermercados:

- 1º) antes de ir ao supermercado, o aconselhável é fazer uma lista das compras, em casa;
- 2º) evitar levar a mulher;
- 3º) ir direto à seção de frios, sem olhar para os lados;
- 4º) usar dinheiro ao invés de cheque;
- 5º) deixar as crianças em casa;
- 6º) não ir na onda das “ofertas” ou “artigos do dia”;
- 7º) conhecendo a cara-metade, evitar que leve bolsa;
- 8º) não parar para ver novidades;
- 9º) indo com a madame, não esquecer o relógio;
- 10º) fazer amizade com um caixa...⁴⁹⁵

O sucesso dos supermercados era tão sólido junto aos seus consumidores que a possível concorrência que o pequeno comércio de bairro podia oferecer já não era mais uma preocupação das redes de supermercado. A concorrência que existia se dava agora entre as próprias redes, descambando para estratégias de espionagem e operações logísticas para vencer o concorrente:

Nos amplos ou apertados locais em que se estabeleceram os supermercados do Recife, onde são oferecidos para o consumo tanto guloseimas importadas quanto irrelevantes mas necessárias vassouras de piaçava (*attalea funifera*, em latim), desenvolve-se hoje uma verdadeira batalha. Afinal de contas, guerra é guerra, já dizia a madre superiora.

Com a investida das Casas Cias no ramo, estremecendo o **establismente** do Bompreço e do Camprebem, a concorrência não é fácil.

Sabe-se inclusive que os atentos serviços de segurança dos supermercados, que procuram evitar o furto de mercadorias e também minimizar e nem sempre confessada espionagem mútua de preços, estão agindo de forma cada vez mais drástica. Muitos meninos que fazem o levantamento de preços de produtos, para transmiti-los ao concorrente, já não estão a salvo dos serviços de segurança. Se flagrados nas suas missões possíveis, poderão sofrer desde puxões de orelhas até outras sanções que doam mais.⁴⁹⁶

Concorrência à parte, as redes de supermercados sabiam suspender a guerra entre si quando se tratava de comemorar o sucesso, a consolidação e a vitória do ramo varejista. A trégua teve lugar no dia 9 de novembro de 1975, dezoito anos após a instalação do primeiro supermercado no Recife, quando os

⁴⁹⁵ Idem.

⁴⁹⁶ **Diário de Pernambuco**, 06/01/1974, p. 5, 1º Caderno.

proprietários das redes de supermercados anunciavam publicamente a vitória de seu tipo de comércio sobre as tradicionais formas de comércio varejistas. No anúncio abaixo poderemos notar que os proprietários não só se consideravam vencedores por se acharem portadores de uma modernização que supera tudo o que antes existia como também se colocavam na postura daqueles a quem os despojos dos vencidos lhes deviam ser entregues como um tributo as suas vitórias, permitindo-lhes agora criar uma relação de empatia com os consumidores para mais eficazmente poderem ditar o que devem ter, o que devem querer e o que devem desejar.⁴⁹⁷

Dos Velhos Balcões às Modernas Gôndolas

Há 18 anos atrás, ainda imperavam entre nós os superados processos de distribuição de gêneros básicos. Surgiu, então, o Supermercado, substituindo os antiquados balcões pelas modernas gôndolas. Com ele, nascia o sistema de auto-serviço, colocando à mão dos consumidores milhares de itens comercializados. A velocidade com que se processa tão profunda evolução no comércio varejista é fenômeno mercadológico da maior importância na vida das cidades. O supermercado é, hoje, um ente familiar, oferecendo enorme contribuição ao conforto e bem-estar de todos e, também, uma grande lição de economia doméstica, ao lado de novo conceito de vida.

Associação Pernambucana de Supermercados

Associados:

Supermercados: Chaves – Primavera – Santiago – São Luiz – Multibom – Jóia – Comprebem – Limoeiro – Bompreço – Paulistão – Pague Menos – da Economia – Casas Cias – Frigorífico Ibérico – L. P. de Andrade.⁴⁹⁸

Uma reportagem publicada três dias antes desse anúncio, em 6 de novembro de 1975, sentenciava o itinerário e lugar futuro destinado ao tradicional comércio de bairro (mercearias, vendas, mercadinhos, bodegas, quitandas) ante a emergência e consolidação das redes de supermercados no Recife, levantando a tese de que, com a modernização e urbanização recente e a expansão da sociedade e do consumo de massa na cidade, o pequeno comércio se restringiria cada vez a atender aos consumidores e às localidades específicas à margem dos eixos de consumo providos de estruturas e equipamentos de uma sociedade de consumo e de massa, quando aventa a possibilidade de que uma *pequena e sofisticada boutique jamais teria o mesmo volume de negócios se ficasse situada no Alto José do Pinho – porque este tipo de comércio é uma exigência da sofisticação reclamada pelos moradores daquele bairro da Zona Sul*. O presente e

⁴⁹⁷ Sobre esta postura dos que na história vencem e se relacionam com os vencidos, consultar a Tese 4 e 7, de BENJAMIN, Walter, *op. cit.*, pp. 224-225.

⁴⁹⁸ **Diário de Pernambuco**, 09/11/1975, p. 13.

o futuro auspicioso do consumo estaria, segundo a reportagem, reservado às sofisticadas redes de estabelecimentos de vendas no varejo:

Recife, hoje, caminha para a época dos super e dos hipermercados e já possui alguns, situados, logicamente, nos bairros de mais alto poder aquisitivo e grande densidade populacional, como Casa Amarela, Boa Viagem, Espinheiro, Aflitos, Arruda, Água Fria e outros. Talvez ainda por uma questão de falta de hábito (a dona-de-casa “classe média” ainda prefere as feiras-livres aos supermercados) essa expansão venha sendo feita timidamente, embora não haja qualquer dúvida de que a tendência é sua ampliação sempre, e cada vez mais.⁴⁹⁹

Tanto o anúncio dos supermercados como a notícia do jornal tinha um destino certo, independente daquele que o guardasse entre as mãos e nele depositasse os olhos para alguma leitura. O destino, como para as novas redes de supermercados, era para os que haviam si estabelecidos como vencedores na ordem consolidada da sociedade industrial e de consumo emergente. Aos que delas foram privados, cabia-lhes o desterro e uma vida na adjacência tentando captar os sinais da ordem instaurada e, na medida do possível, ainda num tempo que lhes fosse hábil, tentar codificar os sinais e buscar alguma coerência e conhecimento sobre um mundo distante de usufruto e cada vez mais perto para deles se servirem como força de trabalho.

O narrador do romance de Osman Lins, apresentando uma pesquisa e estudo de uma socióloga, informa-nos a dimensão desse desterro e a condição de viver na adjacência da ordem instaurada, dando-nos a conhecer que os sinais do mundo, que é alheio aos deserdados, quando lhes chegam servem muito mais para confirmar a sua existência num mundo que os isola, fragmenta e deles se apropria como *quantum* de energia física e mental para prover a produção e circulação da mercadoria no mundo do espetáculo.

A socióloga Cesarina Lacerda, desenvolvendo sugestões de Lucien Goldmann, de quem foi aluna por correspondência, realizou pesquisa de campo nos bairros operários do Recife e constatou, o que já era previsível, o domínio absoluto do rádio como instrumento de informação e a nenhuma importância do jornal. Menos previsível é o desacordo entre o mundo configurado pelo rádio e, para os que sabem ler, o que estampam os jornais. Os jornais cedo ou tarde chegam à periferia, como papel de embrulho, trazidos pelos pobres ambulantes que os compram a peso para revender, e até soprados pelo vento. Uma dona-de-casa, entrevistada em 1968, acreditava ser recente o suicídio de Getúlio Vargas, ocorrido em 1954. Mas o aspecto que parece haver tocado Cesarina Lacerda e ao qual consagra extenso capítulo, é o que ela denomina “a confirmação da existência”. Marginalizado social e topograficamente, o homem

⁴⁹⁹ **Diário de Pernambuco**, 06/11/1975, p. 10, DP Especial, Caderno Bancos e Comércio.

da periferia tem poucas ligações com a cidade, não sendo insensível a essa exclusão.⁵⁰⁰

Os indícios do sucesso dos novos hábitos de compra da classe média ante a proliferação dos supermercados nos revelavam, também, uma distinção social quanto aos espaços de consumo por classes sociais. Não se tratava só de uma mera mudança quanto ao hábito da compra, revelavam, também, uma alteração que constituía espaços de consumo apropriados e a manutenção de outros de acordo com uma segregação social dada pelas condições econômicas e sociais de seus consumidores. A alteração nos é demonstrada por estudos quanto aos hábitos de compras, segundo o fornecedor, para o Grande Recife. O estudo, contido no *Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife*, informa-nos que das vendas de alimentos feitas pelo comércio varejista na área metropolitana quase 31% dos gastos com alimentação eram feitos em supermercados, com os outros tipos de estabelecimentos detendo indicadores bastante inferiores aos seus (TABELA 17). O mesmo estudo detecta o declínio acentuado dos gastos no tradicional comércio de bairro e nas feiras livres, conforme relato abaixo do documento em foco:

Por outro lado, no tocante às mercearias, verifica-se que sua importância declina à medida em que se eleva o rendimento mensal da unidade domiciliar. Por conseguinte, esse tipo de estabelecimento tenderá cada vez mais a perder posição relativa em função do aumento da renda real na Região, sendo o seu mercado progressivamente absorvido principalmente pelos supermercados. Outro tipo de varejista que tenderá a ver diminuída a sua participação na comercialização de gêneros alimentícios é o feirante.⁵⁰¹

Esse mesmo estudo constatou que nos setores que tinham uma renda entre 9 e 15 salários mínimos e nos que tinham mais de 15 salários mínimos, 39,3%, da primeira faixa, e 46,4%, da segunda faixa, realizavam preferencialmente suas compras em supermercados, ficando em segundo lugar o açougue/frigorífico (19,6% e 18,5%, pela ordem) e em terceiro a feira livre (12,3% e 9,2%, respectivamente).⁵⁰² Tais constatações só vinham evidenciar que as redes de estabelecimentos comerciais de auto-serviço (os supermercados), com as comodidades e facilidades oferecidas, eram um espaço destinado preferencialmente aos segmentos sociais de renda média para alta do Recife,

⁵⁰⁰ LINS, Osman, *op. cit.*, p. 78.

⁵⁰¹ **Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife**, *op. cit.*, p. 388.

⁵⁰² Idem, p. 391.

com os demais tipos de estabelecimentos sendo reorientados para os consumidores de baixa renda.

TABELA 17 - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE – HÁBITOS DE COMPRAS DA POPULAÇÃO, SEGUNDO OS FORNECEDORES (1973)	
Tipo de Fornecedor	Gastos em Alimentação (em %)
Supermercado	30,9
Açougue/frigorífico	17,1
Feira livre	16,1
Armazém/mercearia	12,4
Padaria/confeitaria	8,4
Mercado público	6,9
Ambulante	2,2
CEASA	1,7
Produtor	1,6
Cooperativa/subsistência	1,3
Quitanda/frutaria	0,6
Peixaria	0,2
Distribuidor/representante	0,2
Outros	0,4

Fonte: **Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife**. Recife: CONDEPE, 1974, p. 390. (volume 2b)

Numa certa medida, os indicadores e as evidências reforçam a colocação feita pelo narrador, através dos estudos de Cesarina Lacerda, da segregação espacial tanto quanto à moradia como quanto ao consumo entre as classes, segmentos e grupos sociais na lógica da sociedade industrial e de consumo instituída no Recife e no país.

E um outro elemento essencial reforçaria ainda mais essa segregação em relação aos novos hábitos de consumo. Nesse caso, era a nova ordenação urbana que avançava sobre o espaço da cidade, favorecendo as classes abastadas do Recife, possibilitando às mesmas percorrer itinerários e se aboletar por espaços nos quais podiam se isolar ou se colocar à margem dos deserdados da cidade.

As novas e largas avenidas, vias expressas e viadutos facilitaram significativamente, na cidade do Recife, o acesso dos consumidores possuidores de automóveis aos paraísos emergentes do consumo, que também dispunham de infra-estrutura (estacionamento) para facilitar o uso do veículo de seus clientes. Já a feira livre, o armazém/mercearia e os demais estabelecimentos, quase sempre localizados nos subúrbios e na periferia da cidade, passaram a ser os empórios

habituais dos segmentos sociais de menor renda, atingindo índices inferiores a 17,1% nos gastos em alimentos por tipo de estabelecimento de comércio, sendo, assim, os locais preferenciais dos hábitos de compras para os setores que tinham uma renda inferior a três salários mínimos.

No entanto, o caráter emergente dos novos hábitos de consumo não se restringiu só às facilidades e comodidades oferecidas pelos supermercados. Em 1973, já despontavam na paisagem urbana recifense empreendimentos destinados a alterar como nunca os hábitos de consumo de sua população ou de uma parcela dela no curto e médio prazo. Eram os *shopping centers* e um dos primeiros começou a ser erguido em plena área central da cidade, mais precisamente na Av. Conde da Boa Vista. Com uma área de 23.071 mil m², avenidas internas, lojas, apartamentos, escritórios, áreas de ventilação e renovação de ar, o *shopping center*, denominado de *Independência*, tinha sido lançado, em novembro de 1972, pela Unimov Imobiliária S. A., como um empreendimento que prometia operar uma redenção no comércio do centro da cidade, conforme esclarecimentos de Jenner Mello de Souza sobre a escolha da localização do empreendimento:

– O ponto pacífico, decisivo – informou o dr. Jenner de Mello de Souza foi o resultado de pesquisa. Começamos por discordar inteiramente do ponto-de-vista corrente, em certos circuitos de opinião de que o comércio do Recife caminha para Boa Viagem. Boa Viagem é um excelente bairro, puramente residencial. Sua valorização vem exatamente do fato de ser estritamente residencial e sua população que anda em torno de 159 mil pessoas, decresce verticalmente para 30 ou 40 mil pessoas, quando analisada em termos do consumidor em potencial.

Por outro lado, verifica-se que o centro da cidade não é assim tão distante que não permita a locomoção para fins comerciais. Há muitos anos, quando as ruas Nova, Imperatriz e Duque de Caxias tinham o melhor comércio da cidade, ali fervilhavam compradores de todos os bairros. Aqueles compradores pertenciam às diversas camadas sociais, mas agrupavam-se, principalmente, nas classes A e B. Hoje, se já não mais freqüentam, com a mesma assiduidade, o comércio daquelas ruas, deve-se isto única e exclusivamente à falta de conforto decorrente das dificuldades de trânsito e, notadamente, da impossibilidade de estacionamento de veículos na área central.⁵⁰³

A construção do *shopping center* foi entregue à Construtora Figueira, Jucá S. A., que começou a erguê-lo já no início de 1973. Assim, começava a ganhar corpo, em plena Av. Conde da Boa Vista, o *Shopping Center Independência*,⁵⁰⁴

⁵⁰³ **Diário de Pernambuco**, 05/11/1972, p. 3, 1º Caderno.

⁵⁰⁴ Em 1972, durante as comemorações pelo sesquicentenário da Independência do Brasil, os empreendedores deste *shopping center* anunciaram que a sua denominação seria *Shopping*

que tinha pretensões de ocupar um lugar significativo no comércio do centro da cidade e atender a uma clientela motorizada que não estava mais disposta a enfrentar a falta de comodidade e de facilidade oferecida aos usuários de automóveis particulares. Isso fica bem explícito nas razões arroladas para o empreendimento e nas vantagens oferecidas a sua futura clientela:

Toda a parte de lojas, com 48 unidades, disporá de estacionamento fácil, em qualquer dos quatro andares, de modo a dar ao comprador condições de ir no seu próprio carro fazer compras. Além das lojas, das faixas de estacionamento, o shopping center terá na sua base uma floricultura, destinada à decoração do ambiente e à renovação do ar.

Na torre de cima, com 20 andares, o prédio terá 120 apartamentos e 40 escritórios, sendo os custos totais do conjunto da ordem de Cr\$ 30 milhões. A conclusão do empreendimento está prevista para julho de 1974, num esforço conjunto da Figueira, Jucá, da Hoffman Bosworth, da Financeira Tabajara S.A. e da Unimov, empresa encarregada das vendas. Com o financiamento da Tabajara S. A. tanto as lojas, como os apartamentos e salas para escritórios, serão vendidos pelo Sistema Financeiro da Habitação, num prazo de 20 anos.

O shopping center da avenida Conde da Boa Vista será o primeiro a surgir na zona central do Recife. Atualmente existe um em construção em Boa Viagem, na Zona Sul, mas no centro de Recife não há nenhuma organização desse tipo, que tem a vantagem de permitir o estacionamento para compras, além da fácil penetração nas suas avenidas internas, onde podem passar 300 automóveis por hora.

Esse é um dado positivo comparado com a situação das ruas da Imperatriz e Nova – as de maior movimento comercial nas quais são comuns os engarrafamentos e não há chance de estacionar e, tranquilamente, penetrar em qualquer loja para compras. No shopping center da Conde da Boa Vista isto será possível não apenas no primeiro andar, que fica 1 m abaixo do nível da avenida, como nos três outros andares, com pistas de acesso e local para permanência de carros dos lojistas e compradores. Por força dessa facilidade, da concepção arquitetônica do conjunto, a Unimov já está vendendo, antes do lançamento, muitas unidades, sobretudo lojas.⁵⁰⁵

A construção desse *shopping center* continuou até quase o início de 1975, para depois ser interrompida e não mais ser concluída, pelo menos até os dias atuais. Hoje a construção é um quase esqueleto de concreto que se projeta numa das margens da Av. Conde Boa Vista, servindo de estacionamento e alojando no seu interior serviços informais de lava-carro, confecção de chaves, banca de jogo de bicho.⁵⁰⁶ Aquele ex-futuro *shopping center* é hoje uma ruína produzida pela própria lógica da modernização pela qual passava o Recife na primeira metade da década de 1970, contrariando todas as perspectivas feitas pelo sr. Jenner Mello de Souza quando do lançamento do empreendimento e da propaganda que procurava vender o produto aos possíveis interessados:

Center da Independência, em homenagem à efemeridade, conforme reportagem do **Diário de Pernambuco**, 26/11/1972, p. 3, 1º Caderno.

⁵⁰⁵ **A Construção Norte Nordeste**, nº 3, mar./abr. 1973, p. 29.

⁵⁰⁶ As condições e a constatação desses empreendimentos foi por nós verificadas *in loco*.

Olhe.

É o mais avançado know-how técnico em planejamento e construção de “shopping centers” que se afirma vitoriosamente no melhor local comercial do Recife: Avenida Conde da Boa Vista.

Para lá convergem todos os bairros da cidade. Passagem obrigatória de quase todos os habitantes. Lojas e escritórios em um centro comercial – além de apartamentos residenciais num bloco à parte – tudo isso facilita as compras, garante maiores lucros para quem ali se instala, conforto muito maior para quem ali reside.

Além disso, O Shopping Center Independência ainda veio resolver 2 problemas sérios: 1º) o do trânsito: – porque, embora no centro mais próspero da cidade, ele está a salvo da armadilha de congestionamento armada todos os dias contra quem depende das pontes... 2º) o do estacionamento: – porque, embora projetado para receber um fluxo impressionante de pessoas, ele oferece 300 vagas rotativas que proporcionaram 5.000 oportunidades de estacionamento por dia (além de sua própria vaga na garagem, é claro!).

Conheça o “Independência”, alie a ele os seus interesses, seus negócios! Nós próprios, da Unimov, já compramos lojas e escritórios para nossa nova Sede Própria, no Recife!

Fale hoje mesmo conosco, venha se unir a nós...⁵⁰⁷

Como vimos nos capítulos anteriores, a modernização que trespassava o projeto do Shopping Center Independência privilegiou a mobilidade territorial daqueles que podiam possuir um automóvel particular, facilitando o acesso aos celeiros do consumo, mesmo que distantes, mas capaz de promover uma locomoção rápida e eficaz e capaz de encurtar as distâncias e contrair o tempo de deslocamento. Nessas condições, a área central da cidade não oferecia, mesmo com a construção e o alargamento da Av. Dantas Barreto e outros projetos e empreitadas para a sua reurbanização, condições de atender aos anseios do consumidor motorizado e tinha ainda de concorrer com outras áreas que lhe ofertavam as comodidades e facilidades (Boa Viagem, por exemplo). Ou seja, parafraseando um dito popular: o problema do *shopping center* da Av. Conde da Boa Vista foi que ele começou a ser construído na hora errada e no lugar errado. Contudo, os seus anúncios, que apostavam no ufanismo do Sesquicentenário da Independência para denominar o empreendimento e preconizar o seu sucesso, em 1973, ainda não descortinavam o seu futuro destino para o público consumidor.

O mesmo não podemos dizer de dois outros *shopping center* em construção na mesma época. Em 7 de maio de 1974, a firma Viana Leal concluía e inaugurava um *shopping center*, iniciado em 1973, caracterizado por uma arquitetura que utilizava vãos de concreto e metais, divisórias internas e externas

⁵⁰⁷ Transcrito de peça publicitária do Shopping Center Independência, in **Diário de Pernambuco**, 18/05/1973, p. 3, 1º Caderno.

de vidros e tecnologias de locomoção, estando localizado próximo à Praça de Boa Viagem, epicentro urbano do distrito. O anúncio de sua inauguração já prometia aos seus futuros clientes a disponibilidade de tudo que almejam consumir sem sair do lugar:

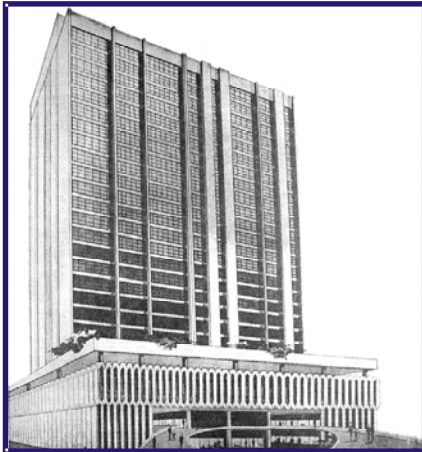


Fig. 33. Croquis do Shopping Center Independência
Fonte: **Diário de Pernambuco**, de 18/05/1973, 1º Caderno do Recife.

Fig. 34. Obras do Shopping Center Independência
Fonte: **A Construção Norte Nordeste**, nº 9, fev. 1974, p. 10.

Lá você vai encontrar muita coisa nova.

Por fora, um edifício moderníssimo, que deixou a praia da Boa Viagem ainda mais bonita. Por dentro, uma loja confortável, com muito espaço e muita coisa pra você escolher. Lá você vai encontrar tudo quanto é eletrodoméstico, em grande variedade e da melhor qualidade. Um departamento de equipamentos de som, com uma cabina acústica para demonstração.

Disco você pode ouvir antes de comprar, em fones de alta fidelidade. Equipamento fotográfico, filmes, roupas esportivas, artigos de praia, prataria, perfumes e presentes.

Uma enorme seção de brinquedos. E também de flores, artesanato, artigos hippies, jornais e revistas, frango assado para levar para casa.

A lanchonete tem até sorveteria, e vai virar ponto de encontro para muita gente. Venha conhecer o Shopping Center Viana Leal, nós esperamos você até as dez horas da noite, todos os dias.

E traga também o seu carro, ele vai gostar do nosso estacionamento no subsolo.

Tudo no mesmo lugar.

SHOPPING CENTER VIANA LEAL

Av. Conselheiro Aguiar, 4.777, em Boa Viagem.⁵⁰⁸

O outro *shopping center*, denominado de *Praia Sul Shopping Center*, teve a sua construção iniciada em meados de 1972, construído por um *pool* de construtoras, o empreendimento era capitaneado pela Construtora Loyo e teve as suas unidades postas à venda em 1974. Foi o primeiro centro comercial nesses moldes na cidade, localizado no início de Boa Viagem, num quarteirão na Av. Conselheiro Aguiar, nº 4880, ocupando uma área total de 7.300 m², com quatro pavimentos, acabamento de luxo, 75 unidades, um cinema no subsolo, restaurante panorâmico na cobertura, 65 lojas, nove conjuntos para escritórios e

⁵⁰⁸ **Diário de Pernambuco**, 03/05/1974, p. 5, 1º Caderno.

área de estacionamento, segundo informações recolhidas na revista *A Construção Norte Nordeste*.⁵⁰⁹ A notícia da sua inauguração enfatizava o seu caráter de centro moderno de compras e de ponta na cidade, merecendo por isso a presença de autoridades na sua inauguração.

Boa Viagem tem um Shopping Center com 75 lojas e um cinema.

O prefeito Augusto Lucena inaugurou terça passada o Praia Sul Shopping Center em Boa Viagem, localizado à Av. Conselheiro Aguiar, no principal pólo de comercialização daquele bairro.

O Praia Sul é um centro comercial avançado composto de 75 lojas, onde serão localizadas firmas comerciais dos mais diversos ramos de varejo, contando, no subsolo, com um cinema e, no pavimento de cobertura, com um restaurante sofisticado.

A construção do edifício de quatro pavimentos obedece à mais moderna técnica arquitetônica, sendo o conjunto dotado de rampas, escadas rolantes e elevadores, permitindo ao público todas as facilidades de acesso e, ao mesmo tempo, uma visão geral de todos os artigos que ali serão expostos à venda, segundo moderna concepção de marketing.⁵¹⁰

Ao contrário do destino do da Av. Conde Boa Vista, estes *shopping center* de Boa Viagem atingiram as expectativas, inaugurando uma série de construções de outros tipos de centros comerciais pelo distrito, até culminar, em 1980, com a inauguração do *Shopping Center Recife*. A razão do sucesso dessas empreitadas estava na sua sintonia com a lógica da modernização do espaço urbano que primava pela mobilidade territorial dos consumidores de renda média para alta e detentores de automóveis. Nesse caso, Boa Viagem era, como vimos anteriormente, por excelência, o principal condomínio desses consumidores.

Os espaços dos *shopping centers*, de acordo com o que se propunham ser e ofertavam aos seus clientes, aspiravam, tomando como suporte uma análise de Fredric Jameson, para o Westin Bonaventure, em Toronto, *ser um espaço total, um mundo completo, uma espécie de cidade em miniatura* (...) e corresponder a *uma nova prática coletiva, uma nova modalidade segundo a qual os indivíduos se movem e se congregam, algo como a prática de uma nova e historicamente original hipermultidão, como se não quisesse fazer parte da cidade, mas seu equivalente ou substituto*.⁵¹¹ Passando, assim, os espaços dos *shopping centers* a não mais se restringirem a ficar separados do tecido urbano decaído e degradante, pois neles há uma proposição muito mais incisiva e radical: a arquitetura e a composição de seus espaços, como os revestimentos de vidros do

⁵⁰⁹ Utilizamos esta revista para recolher informações sobre esses *shopping center*, especificamente, na revista **A Construção Norte Nordeste**, nº 9, fev. 1974, p. 10.

⁵¹⁰ **Diário de Pernambuco**, 17/10/1974, p. 5, 1º Caderno.

⁵¹¹ JAMESON, Fredric, *op. cit.*, p. 66.

Westin Bonaventure, querem repudiar, repelir, desfigurar e excluir a cidade em sua volta.⁵¹² Dela não querem fazer parte e sim ser um outro mundo, a partir do qual se poderá até depositar um outro olhar sobre a cidade. Isso se evidencia na própria publicidade da estrutura arquitetônica dos *shopping centers* em construção no Recife.

Do prédio da Viana Leal, é-nos informado que até a paisagem externa será diferente (*um edifício moderniníssimo, que deixou a praia da Boa Viagem ainda mais bonita*). Já no projeto do Shopping Center Independência duas enormes rampas nos retirariam do tecido urbano para nos levar a um outro mundo no qual poderíamos ter acesso a quase tudo o que nos é necessário, desde estacionar um carro até ir a um dentista, médico ou cabeleireiro quando precisássemos, ou fazer compras e, quem sabe, ali residir, excursionando o nosso olhar sobre o Recife, que agora é muito mais vizinhança composta de tecidos urbanos degradados e decaídos.

Contudo, a proposição mais radical ainda estava por vir, era a do Shopping Center Boa Viagem, futuro Shopping Center Recife, inaugurado em 1980.⁵¹³ O seu projeto arquitetônico se apresentava como um imenso complexo de prédios de até dois pavimentos instados em uma grande área, rodeada de outra que serviria de estacionamento para mais de 1.400 automóveis, isolado do espaço urbano por uma cerca. Conforme a Figura 31, as suas edificações em bloco não contêm nenhuma abertura ou vão aberto que permita a quem está dentro ter contato, pelo menos visual, com a cidade que lhe é externa. O mesmo acontece para quem está de fora do complexo, ele nada poderá observar do interior do *shopping center* e só irá pressupor, a partir da observação do complexo de edificações conjugadas, que ali existem ambientes reservados a uma outra realidade e dissociados dos demais espaços citadinos. As suas únicas aberturas

⁵¹² Referimos-nos à seguinte citação de Fredric Jameson: *O que quero ressaltar agora é o modo cuja analogia encontramos naqueles óculos de sol espelhados, que impedem um interlocutor de ver nossos olhos, dotando-nos assim de certa agressividade e certo poder sobre o outro. De modo similar, o revestimento de vidro dota o Bonaventure de certa dissociação peculiar e deslocada de sua vizinhança: não se trata nem mesmo de um exterior, na medida em que, ao se olhar para as paredes externas, não se vê o hotel, mas imagens distorcidas de tudo que o circunda.* Idem, p. 68.

⁵¹³ Na atualidade, após três etapas de expansão, o Shopping Center Recife ocupa uma área de 195.841 m², sendo 142.310 m² de área construída m² e 81.816 m² de área bruta locável, com 465 lojas satélites, 10 salas de cinema, 8 restaurantes, 4 praças de alimentação (57 lojas com um total de 1.678 lugares), espaço de lazer (boliche e vídeo games), drive thru e lava-jato. Disponível na Internet, em: <<http://www.shopping-recife.com.br>>. Acesso em: 13 jul. 2004.

são de dois tipos: algumas e poucas entradas, talvez duas no projeto original, para que o indivíduo possa ingressar no interior dos blocos; a segunda abertura são mais rampas de serviço por onde adentram as mercadorias para as lojas, produtos de manutenção e por onde os detritos produzidos no seu interior são remetidos para fora. Dentro do Shopping Center Boa Viagem, o indivíduo encontrará escadas rolantes, jardins, praças, ruas, ambientes climatizados e atalhos para se locomover ou se deter para relaxar ou se pôr entre ou perante lojas, escritórios, restaurantes, bancos e quiosques, tendo a seu dispor serviços e produtos distribuídos por seus estabelecimentos. Não se sentirá, portanto, no seu interior e sim num outro tecido urbano que por algum tempo pode habitar e que rivaliza com o outro tecido urbano que lhe é vizinho e está a sua volta.⁵¹⁴

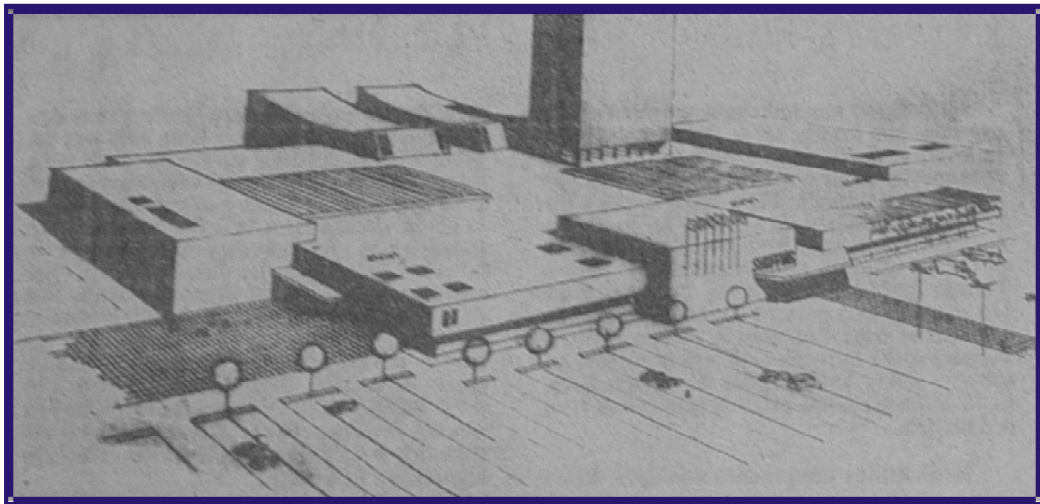


Fig. 35. Croquis do Shopping Center Boa Viagem.

Fonte: **Diário de Pernambuco**, de 16/07/1972, p. 24, 1º Caderno.

Nesse tipo de Shopping Center, o aspecto mais importante é o relacionamento entre as áreas de construção, estacionamento e parqueamento, garantindo aos usuários acesso fácil e saída rápida, além da total independência entre os tráfegos de usuários e de serviços.

(...) oferecerá toda uma gama de bens de compra comparada e de conveniência. Seu complexo de lojas incluirá mercadorias gerais, vestuários, móveis, bancos, postos de serviços, escritórios profissionais, cinemas, restaurantes, galerias de arte e, como ponto alto, as grandes lojas de departamento.

(...)

Para maior conforto de seus usuários, levaram-se em conta elementos da maior sofisticação, com adoção inclusive, de escadas rolantes, moderno sistema de refrigeração, fontes luminosas, jardins, além de proteção contra as mais diversas desfavoráveis condições climáticas.⁵¹⁵

⁵¹⁴ Aqui nos propusemos a dissertar como seria de fato se relacionar com o espaço do Shopping Center Boa Viagem. Esta empreitada só nos é possível porque o Shopping Center Boa Viagem é hoje uma realidade e nos permite pressupor que esta experiência é possível.

⁵¹⁵ **Diário de Pernambuco**, 16/07/1972, p. 24, 1º Caderno.

Dessa forma, os espaços dos *shoppin centers* se apresentam como híbridos que fundem concepções e dinâmicas distintas em uma nova ordem que se apresenta como real, mas que leva os seus usuários a mesclar realidade e ficção e, como na Alegoria da Caverna, da *República*, de Platão,⁵¹⁶ a se colocarem como incapazes de explicar para si o que presenciam e o atravessam, sabendo de antemão que ele é estéril e não se reproduz pelo tecido urbano externo a ele. Uma situação similar ao espaço que Júlia Marquês Enone vai construindo em seu romance, no qual as concepções antagônicas de cidades e tempos históricos se compõem e recompõem para produzir formas que mesclam o verdadeiro e o fictício, colocando em questão a capacidade de percepção e a faculdade de entendimento de um narrador.

Esse espaço híbrido, onde um espaço firme e um espaço móvel associam-se, resulta mais sugestivo e intrigante que a opção em favor de uma ou de outra alternativa. Apesar disso, como evitar a necessidade de indagar o que leva a romancista a integrar, no mesmo campo, concepções antagônicas? Motiva-a a lei da variação? Quer apenas a escritora, atenta ao conselho de Horácio, mesclar "o verdadeiro e o fictício"? Procura confrontar, com as suas obscuras implicações ocultistas, o líquido e o sólido? Não sei responder.⁵¹⁷

O espaço total e à parte da cidade não era só uma exclusividade dos supermercados e dos recém construídos *shopping centers*. Outros estabelecimentos comerciais no Recife também se propunham a atender aos gostos e necessidades dos consumidores nos mesmos moldes. Para tanto, desde muito, a presença de lojas de departamentos já era uma constante na cidade e em muito haviam antecedido os supermercados e *shopping centers*. Entre as já existentes, algumas bastante tradicionais na cidade, havia a Vianna Leal e Sloper. A elas se juntaram outras que se estabeleceram a partir do final dos anos de 1950 e durante a década de 1960, entre as quais estava a cadeia de lojas da Mesbla, com estabelecimentos nas ruas da Palma, Camboa do Carmo (as duas no centro da cidade), Largo da Paz (Afogados) e bairro da Encruzilhada, seguindo uma tática de instalar lojas em pontos estratégicos da cidade, de onde se podia acessar mais rapidamente o consumidor, e a Primavera, com um estabelecimento localizado num imenso prédio de quase quinze andares, na Ilha de Santo Antônio, com uma fachada coberta por um painel em azulejo de Francisco Brennand, e um

⁵¹⁶ Trata-se do diálogo entre Sócrates e Glauco, contido nas primeiras páginas do Livro VII, in PLATÃO. *A República*. São Paulo: Nova Cultural, 2000, pp. 225-229. (Coleção Os Pensadores)

⁵¹⁷ LINS, Osman, *op. cit.*, p. 110.

outro estabelecimento na Rua Imperatriz. Até que, em 22 de outubro de 1974, a cidade recebeu a sua mais nova loja de departamentos e que se tornaria um dos principais centros não só de compra como de encontros da área central da cidade: as Lojas Americanas, que se propunham a ser um encanto aos seus clientes.

Venha conhecer o mundo encantado de Lojas Americanas – abertura dia 22, 3ª
feira, às 10 horas da manhã.
Lojas Americanas S.A.
7 de Setembro, 267.⁵¹⁸

A essas lojas de departamento juntavam-se lojas especializadas na venda de produtos específicos, como a cadeia de Lojas Setas, voltada para a venda de confecções industrializadas de sua própria fábrica; a SOCIC e New-Lar, especializada em eletrodomésticos; Lutz Ferrando, voltada para venda de aparelhos óticos, relógios, máquinas de fotografar e prestação de serviços na revelação de fotografias; a Eletrônica Pernambucana, aparelhos elétricos, principalmente de som; as lojas Casas Maias, artigos de acabamento e de iluminação para interiores de residências; Casas José Araújo, tecidos e confecções industrializadas; A Girafa, loja especializada em tecidos finos; Ele&Ela Modas, loja especializada em vestuários sociais para homens e mulheres; Comercial Ramos, provavelmente a primeira boutique de acabamento para os que desejavam dar um acabamento ou reforma ao seu gosto nas suas moradias, com lojas na Av. Cruz Cabugá, Estrada dos Remédios e no Bairro de São José; e a rede de lojas da Farmácia dos Pobres, com sete farmácias distribuídas pelo Recife.

A presença de muitas dessas lojas na cidade já era uma constante, pelo menos desde o início dos anos de 1960. O diferencial era que a partir de 1970 esses estabelecimentos comerciais passaram a se aproveitar do acelerado crescimento econômico da primeira metade da década e se adequarem definitivamente a um padrão de comercialização típico das sociedades de consumo. Para tanto, passaram a investir maciçamente no *marketing*; na promoção de lançamentos; na venda especializada de determinados produtos dirigidos a uma clientela específica; na prestação de serviços especializados e de acordo com a comodidade do cliente; em novos estabelecimentos comerciais que

⁵¹⁸ **Diário de Pernambuco**, 1810/1974, p. 5, 1º Caderno.

prometiam atendimento individualizado e personalizado ao consumidor; na instalação de lojas que adotavam um padrão de estética e decoração considerado sofisticado para a época; em lojas que garantiam o bom gosto e sofisticação aos seus clientes; em ambientes climatizados e com acomodações confortáveis para os consumidores.

Quase todos os apelos publicitários evocavam uma relação individualizada entre o cliente e empresa comercial, permeada por uma tentativa de criar uma identidade afetivo-emocional do mesmo para com as mercadorias expostas ao consumo. Além disso, era comum na publicidade evocar personagens históricos, efemeridades e a fase de progresso pela qual passava o país para legitimar e qualificar o estabelecimento e os seus produtos à venda como acima da média em relação aos outros. Abaixo transcrevemos algumas propagandas que evidenciam esses apelos publicitários:

Veja em primeira mão, a partir de amanhã, os sensacionais lançamentos da FENIT exclusivos “para a linha de Verão 72” de CYBELLE Tecidos Finos. Imperatriz, 35 – Uma loja de alto estilo.⁵¹⁹

Dom Pedro I nunca comprou Philco na Socic...
Que Pena!
Socic
Serve bem como ninguém.⁵²⁰

Foto ZIMER
Técnica e rapidez para servir melhor.⁵²¹

Estamos na sua. E na nossa
Na nossa nova loja:
Rua da Aurora, 1255
Para servir bem. Atender Melhor. Sempre.
Mande as ordens.
Inauguração Hoje,
Às 9 da noite
Venha ver
Como estamos.
Casa Hollanda S. A.⁵²²

Móveis e Decoração
A bela Aurora do Recife
Imperatriz, 217
A Sala de Visitas da Cidade⁵²³

José Mário de Andrade – Eletro-domésticos.
Rua da Concórdia, 193 – Recife
Sensacionais ofertas de inauguração e de preços e prazos de pagamento.
Compre, usando a cabeça.⁵²⁴

⁵¹⁹ **Diário de Pernambuco**, ago./1972.

⁵²⁰ **Diário de Pernambuco**, mar./1972.

⁵²¹ **Diário de Pernambuco**, jan./1971.

⁵²² **Diário de Pernambuco**, nov./1972.

⁵²³ **Diário de Pernambuco**, fev./1971.

À vista ou a prazo, o preço é bem menor na Eletrônica Pernambucana.
Concórdia, 307.⁵²⁵

Seja sempre feliz
Móveis DATTI
Razões de Amor
Rua São Bento – Arruda⁵²⁶

Cabocla butique
Moderninha! Sofisticada! Feminina!
E com mil sugestões para você!
Sortimento sempre renovado e aqueles precinhos tentadores!
Rua 48 – n.º 190 – Espinheiro – Recife.⁵²⁷

França e Cia Ltda.
Retífica Paris
Pontualidade e Precisão
Recuperação de qualquer tipo de motores a explosão
Peças para motores em geral aos melhores preços da praça.
Estrada dos Remédios, 367/371 – Recife.⁵²⁸

Prá quem tem filhos e gosta deles.
Casa Marconi Júnior
Tudo para o homenzinho dos 2 aos 14 anos
Pça. Machado de Assis – Ed. Novo Recife – Loja 109 – Por trás do Cinema
São Luiz.⁵²⁹

A crescente publicidade nos jornais da época, principalmente no Diário de Pernambuco, a partir de 1970, passou a ocupar cada vez mais espaços nas suas páginas, anunciando toda a sorte de comodidades, facilidades creditícias, produtos os mais variados. Tanto que em 1975, a partir de cálculos que operamos, mais de 50% das páginas do jornal pesquisado eram destinadas à publicidade, sendo que os estabelecimentos comerciais respondiam por quase 60% a 70% das propagandas impressas. Tudo isso era um indício claro de uma acirrada concorrência para disputar a preferência do consumidor, devidamente acionado pelos apelos da publicidade.

Só uma das lojas atuantes no comércio da área central anunciou durante quase duas semanas a futura abertura de uma nova loja no centro da cidade. No dia marcado para a inauguração, fazendo um trocadilho com a situação de loja nova e a rua de sua localização (Rua Nova), anunciou que estava inaugurando a loja naquele dia, mas que o público viesse à loja como convidado, para visitar e conhecer as novas instalações e não como consumidor; ao mesmo tempo que

⁵²⁴ **Diário de Pernambuco**, set./1973.

⁵²⁵ **Diário de Pernambuco**, jul./1973.

⁵²⁶ **Diário de Pernambuco**, set./1972.

⁵²⁷ **Diário de Pernambuco**, mar./1974.

⁵²⁸ **Diário de Pernambuco**, jun./1975.

⁵²⁹ **Diário de Pernambuco**, dez./1975.

informava dispor a loja de seis pavimentos, cada qual voltado para um grupo específico de produtos de consumo e um andar só para o serviço de crédito e que servia ainda como ambiente de acomodação para os clientes. Essa mesma loja foi uma das pioneiras na publicação de jornais que circulavam como encarte nos periódicos da cidade.

Hoje Aberta
Para visitação pública a partir das 10 horas da manhã
Uma Nova Loja: Rua Nova, 363.
Lojas Boa Vista.
Térreo – Bijuterias, perfumes, presente e eletro-portáteis.
1  andar – Confe   es femininas, calçados, bolsas, cama e mesa.
2  andar – Confe   es masculinas, calçados e artigos para viagem.
3  andar – Copa e Cozinha.
4  andar – Eletrodomésticos, Departamento Eletr nico com cabine de som.
5  andar – Departamento de Crédito e LBV – Center Room.⁵³⁰

Ao apelo publicitário, precedeu, durante anos, um empreendimento local que tinha por objetivo começar a cativar e fazer despertar nos futuros consumidores o desejo, a necessidade e uma certa consciência para a aquisição dos bens de consumos úteis à vida numa sociedade moderna. O empreendimento era a Feira do Comércio e da Indústria do Nordeste (FECIN), realizada no espaço do atual Parque da Jaqueira, às margens do Rio Capibaribe e da Av. Rui Barbosa, que acontecia todo final de ano. Tratava-se de um misto de parque de diversões e de uma exposição destinada a apresentar ao público consumidor da cidade os mais recentes produtos industriais de consumo, com demonstrações de seus usos, utilidades e versatilidades. A FECIN do Parque da Jaqueira teve início em 1967 e ali aconteceu pelo menos até o ano de 1975, quando foi transferida para uma área próxima ao CEASA, na periferia da cidade.

A exposição atraía um público imenso ao qual eram apresentados e informados os novos produtos de consumo. O visitante era devidamente cativado, às vésperas do período de maiores compras, o final do ano, para dispor de recursos para as compras nas melhores casas do ramo que lhe iriam disponibilizar os produtos. Na VII FECIN, em 1973, a exposição passou a contar com um pavilhão internacional destinado à apresentação dos últimos lançamentos internacionais. No mesmo local, ocorreu também, em dezembro de 1970, a I Feira Brasileira da Criança (FEBRAC), outro evento de exposição de produtos destinados ao público inf nto-juvenil. A partir de abril de 1973, instalou-se ali um

⁵³⁰ **Diário de Pernambuco**, 02/07/1972, p. 5, 1  Caderno.

play center que, segundo a publicidade, era o maior centro de diversões do Recife, com cerca de 20.000 m².⁵³¹

Dos magazines às exposições da FECIN, o *marketing* passava a funcionar como uma peça fundamental e estrategicamente formulada que visava persuadir o consumidor, fazendo-o crer que as possibilidades de consumo de objetos inanimados não era só uma mera apropriação de um valor de uso, mas que a relação com as mercadorias podiam, também, prestar-se a um culto para com objetos apreendidos como sobrenaturais, capazes de prover as mais variadas resoluções dos mais diversos problemas e até capazes de contemplar as mais complexas necessidades, agregando, assim, qualidades além das do uso a que se destinavam, tal qual a persuasão e simulação ardilosa encontrada pelo narrador de *A rainha dos cárceres da Grécia* em um manual que prometia facilitar os trabalhos dos profissionais do ensino:

Adquiri dois exemplares do opúsculo: um de 1961 (11ª edição) e outro (14ª edição) de 1968. A mais antiga traz uma introdução do autor – acadêmico e, portanto, imortal, mas não sei se ainda vivo –, datada de março de 1930; a de 1968 manteve a introdução, mas – como fazem, maduras, no registro dos hotéis, algumas damas – omitiu a data. Reza a folha de rosto de 1961, um pouco à maneira dos velhos tónicos contra a calvície: "PROCESSO NOVO E INÉDITO, QUE EVITA AO PROFESSOR O TRABALHO DE CORRIGIR PROVA POR PROVA". Em 1968, essa comprida isca sofre um corte: o processo deixa de ser "novo", continuando a ser "inédito", não obstante os seus 38 anos.⁵³²

Acompanhando as publicidades no Diário de Pernambuco, pudemos verificar que a propaganda de produtos e serviços não se afastava desse tipo de persuasão e simulação ardilosa. Muito pelo contrário, ia além desses propósitos, com o *marketing* fazendo da própria mercadoria um fim em si mesmo através de um espetáculo que faz o *consumidor real tornar-se um consumidor de ilusões*.⁵³³

Para o consumidor real, através dos jornais quase tudo, das necessidades atendidas às ilusões, era oferecido: produtos sofisticados (*SEIKO, precisão mundial*); acessórios para automóveis (*Goodyear. A serviço da sua segurança*), confecções e artigos de cama, mesa e banho (*As calças Billi-Export são um novo produto BILLI NORTE; Mosquiteiro Automático Jogoly*); produtos alimentares industrializados que dispensavam o serviço da cozinha (*MAGUARY, é sorvete da*

⁵³¹ As fontes de informações sobre a FECIN foram os anúncios publicitários do evento publicados no **Diário de Pernambuco**, durante os meses de dezembro, entre 1968 e 1975.

⁵³² LINS, Osman, *op. cit.*, p. 122.

⁵³³ DEBORD, Guy, *op. cit.*, p. 33.

própria fruta; CACIQUE Café Solúvel, o café mais jovem do Brasil; Mistura preparada para PIZZA RECIFE, caixinhas de 500gr, porção para 6 pessoas); eletrodomésticos e móveis que facilitavam o trabalho e a vida doméstica (Fogão Brasil-Gás, LORENZETTI – o chuveiro mais vendido do Brasil; Cadeiras Sólido - Regulagem automatizada; Decore com LUSTRES Eletropraça; Ninguém precisa suar tanto na vida. Ar condicionado Brastemp é com M. Moraes); produtos eletrônicos para o entretenimento (SEMP Televisor e Rádio – os mais avançados meios de comunicação; Colorado RQ o Pelé dos Televisores; LUZ NEGRA – última bossa em iluminação); acessórios para a atividade da escrita que supostamente acresciam algo mais aos seus detentores além das finalidades a que se destinavam (BIC. Uma esferográfica de classe com garantia; SHEAFFER – Prestígio Mundial em suas mãos); artigos de higiene e beleza que prometiam restaurar ou incrementar nas pessoas o padrão de beleza vigente (WELLATON. O Shampoo que lava colorindo... cosmética do Cabelo de Fama Mundial; Evite flagelos da juventude, ACNESPIN conserva a beleza e a saúde eterna da pele; Kolestol – Combate a caspa e evita a queda do cabelo; WELLA – Símbolo de beleza capilar); bebidas (Antarctica – O Rei dos Refrigerantes; Chegou Coca-Cola FAMÍLIA para sua próxima refeição; Aguardente Pitu – O aperitivo do Brasil; Royal Label Black. O Whisky do Ano) que agregavam as pessoas ou eram sinônimos de prestígio e cigarros (Leve Charm para sua mulher; Vá além com Hilton 100mm – o cigarro à sua altura.) que informavam agregar nos indivíduos um certo status ou virtude; produtos de limpeza que garantiam a assepsia dos lares (Água Sanitária DRAGÃO, limpa, esteriliza e alveja; Insetos? Inseticida SENTINELA); serviços de viagens em aviões de tecnologia avançada (Este é o Samurai! Substitui os aviões da VASP movidos a motores de pistão, agora com possantes turbinas Rolls-Royce; com radar, cabina pressurizada e o mais veloz de sua categoria; Viajar no caravalle virou um brinquedo! CRUZEIRO – Nacional & Internacional); serviços de profissionais liberais e formação profissional (Divórcio e Casamento no exterior sem viajar, Você sabe falar inglês ou francês? YÁZIGI); agências de turismo e lazer (Conheça as delícias das ESCURSÕES Exprinter, Manchete Viagens e Turismo; ONA Turismo; Exitur S. A. Agência de Viagens e Turismo); serviços urbanos (Garagem automática Marquês do Herval); revistas especializadas para os diversos interesses (Desfile – A Revista da Mulher

Brasileira; Pais & Filhos; O Cruzeiro; Ele Ela – para ler a dois; A Cigarra; Revista Planeta); produtos com capacidade de restaurar qualidades perdidas (FRAQUEZA SEXUAL. Para a fraqueza sexual, só existe um produto eficiente, o TONOKLEN, restaurador das energias perdidas. À venda nas boas farmácias.).⁵³⁴

Será a propaganda de um produto local, o leite CILPE, vendido em padarias e estabelecimentos similares, que melhor irá traduzir a experiência da adaptação do consumidor às novidades da tecnologia trazida pela sociedade de consumo. Tratava-se de um anúncio no qual o consumidor poderia optar entre uma embalagem moderna e a tradicional, referendando uma das regras mais tradicionais do *marketing*: onde o que vale não é o conteúdo, mas a forma como o produto é apresentado e oferecido ao cliente.

Leite pasteurizado Tipo C
Em embalagem de polietileno
CILPE
Você pode, agora, escolher o leite CILPE em saquinhos plásticos ou na garrafa tradicional.⁵³⁵

Obviamente a opção por um novo tipo de embalagem não visava oferecer ao cliente uma nova opção de escolha, mas sim substituir uma embalagem de custo elevado por outra que se apresentava com custo bastante reduzido, principalmente em virtude de o país à época já possuir uma produção industrial de materiais de polietileno que reduziam sensivelmente os custos com a produção de embalagens. Mas para o consumidor a novidade era apresentada como uma possibilidade de ele optar entre o moderno e o tradicional.

Nas possibilidades de ofertar uma opção pela modernização, o consumidor era tentado até mesmo a partir de anúncio de viagens interestaduais, como num anúncio de ônibus feito pela empresa Itapemirim:

A partir de hoje, este ônibus da ITAPEMIRIM estará na rota Recife-Rio-São Paulo, Ida e Volta. Ônibus? Olhe bem. É uma rodonave – uma nave da estrada – com bar, toilettes, laterais estofadas, cafezinho, cartuchos falados com descrição do trajeto, música ambiente. Lanches a bordo. E leite. Leite mesmo, anatômico, para você dormir à vontade. Uma nave de sonho, para uma viagem encantada.

Acompanhado de uma foto do veículo de transporte, esse anúncio era uma tentativa arrojada do tipo “canto das sereias” aos que necessitavam viajar milhares de quilômetros e que não dispunham de recursos para fazê-lo através de

⁵³⁴ Os anúncios que apresentamos foram coletados em edições do **Diário de Pernambuco**, entre janeiro de 1970 e dezembro de 1975.

⁵³⁵ **Diário de Pernambuco**, dez./1969.

transporte aéreo. Procurava-se seduzir o consumidor não pelo serviço locomoção a ser prestado, relegado a um plano secundário, mas pelo ambiente de requinte, comodidade e conforto e *status* social que ele oferecia aos passageiros, alçado como quase um fim em si mesmo.

Seja qual fosse o celeiro e o simulacro que os indivíduos portassem, ambos tiveram que coexistir com os cárceres na cidade do Recife. Uma coexistência desvelada e anunciada com persistência pela protagonista Jùlia Marquezim Enone em seu romance, o que de certa forma parece assustar e/ou causar um acanhamento no narrador, que só pela persistência da romancista toma consciência de uma lógica que produz desenvolvimentos e progressos para uns a custa da desagregação de outros.

Quis saber de J.M.E. por que oferecia, no romance, condições de moradia menos deploráveis aos migrantes. A escala onde se processavam os infortúnios das suas personagens – respondeu-me – e mesmo a natureza desses males eram inacessíveis a gente como a do Coque, que ela não conhecia tão bem. Lembrava, a propósito, o interesse que podia ter um estudo das classes sociais baseado no tipo de desgraça peculiar a cada uma. Que haveria de comum entre a dor de Édipo e a luta de Fabiano com a estiagem, em *Vidas Secas*?⁵³⁶

Na cidade do Recife, a qualidade da moradia para as classes subalternas, como vimos anteriormente, em nada se aproximava das oferecidas às classes de maior poder aquisitivo. Os da estirpe de Maria de França dependiam exclusivamente de seus esforços e da conjunção de condições e fatores para obter um espaço para depositar o corpo e constituir algo similar a uma vida doméstica que ainda podiam acalantar, e no entanto, na maioria das vezes, iria depender da persistência de transformar o bruto em algo que algum dia pudesse portar alguma graça.

Para a constituição desse estado de coisa, em muito contribuíram as minguadas políticas e incentivos promovidos pelo Estado para a alocação de condições e de moradias para os sujeitos da classe social de Maria de França. Caracterizando-se, muitas vezes, como ações estatais adstritas à vontade e às ações esporádicas dos governantes, ficando mais restritas à esfera da campanha com o objetivo de persuadir possíveis eleitores e/ou de externar que as políticas públicas tinham, também, o objetivo de contemplar demandas não só de determinados segmentos preferenciais, mas também do interesse geral de todos que constituíam a sociedade.

⁵³⁶ LINS, Osman, *op. cit.*, pp. 12-13.

Examinando o Diário de Pernambuco em busca de notícias sobre políticas habitacionais dirigidas aos habitantes de menor renda, já pudemos verificar anteriormente (Capítulo III) que tais políticas não eram uma prioridade das administrações públicas no período que aqui delimitamos. Quando existiam, elas dependiam muito de recursos externos e das políticas habitacionais de órgãos governamentais de outras esferas do poder estatal e eram na maioria das vezes programas parciais, nos quais se iria requerer a co-participação dos prováveis interessados.

Abaixo transcrevemos parte de uma notícia sobre a aprovação, pelo BNH, de um financiamento para a construção de casas em uma unidade residencial (UR-11). Contudo, vale salientar que as casas foram construídas na condição de um projeto piloto, no qual o governo e os futuros moradores participavam e dividiam responsabilidades e custos na construção das moradias. Um pouco adiante, a mesma reportagem frisava que outros 400 lotes, além das 1.228 casas de caráter popular construídas, foram urbanizados para dar lugar às futuras construções de casas pelos interessados.

BNH aprova financiamento para construção da UR-11

A diretoria do Banco Nacional de Habitação aprovou o pedido de financiamento, encaminhado pela Companhia Popular do Recife para a construção do conjunto residencial UR-11, localizado no Ibura.⁵³⁷

“Cohab constrói mais 1.226 casa do Ibura

A Cohab – Recife construirá, com financiamento, em parte do BNH, mais 1.226 casas no Ibura, para abrigar os atuais moradores do Parque Histórico Nacional dos Guararapes. Essa unidade será a 11ª da entidade habitacional do município. (...) ⁵³⁸

Quando da entrega das casas construídas pela Prefeitura do Recife, em convênio com os órgãos estatais, elas serviam muito mais como um meio de propaganda política da eficácia administrativa do mandatário da municipalidade. Foi o ocorrido com a inauguração de 129 casas na UR-9, num logradouro denominado Jardim Ipiranga, em junho de 1973, pela COHAB.⁵³⁹ Outras vezes, o próprio prefeito antecipava a inauguração, visitando a localidade onde tinham sido construídas as casas, procurando transmitir o seu esmero como administrador que acompanhou de perto as suas realizações e estava atento para a verificar se

⁵³⁷ **Diário de Pernambuco**, 05/07/1972, p. 5, 1º Caderno.

⁵³⁸ **Diário de Pernambuco**, 30/07/1974, p. 12, 1º Caderno.

⁵³⁹ **Diário de Pernambuco**, 13/06/1973, p. 2, 1º Caderno.

a execução da empreitada tinha sido feita a contento e com a qualidade e padrão almejados.

Prefeito foi observar casas que serão inauguradas hoje

Está confirmada para hoje, às 19 horas, a inauguração pelo prefeito Augusto Lucena do Conjunto Residencial Santos Dumont – UR-9 – em Ipiranga, Afogados, constituído de 129 casas tipo duplex, dotadas de três quartos, sala, cozinha, banheiro e terraço. (...) ⁵⁴⁰

Em outros momentos, as autoridades até se dispunham a atender o clamor daqueles que tinham dificuldades em arcar com o pagamento dos imóveis que haviam adquirido, ante a compressão de seus rendimentos, conforme o caso em que o governo estadual chegou a reduzir a prestação das casas adquiridas na COHAB – PE, de Cr\$ 105,24 para Cr\$ 31,45.

Governo reduz prestações de casas da Cohab-Pe

Dez mil promitentes – compradores das casas da Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco, em dia com o pagamento de suas prestações estão sendo beneficiados, a partir deste mês, com reduções de até 71% no valor das mensalidades, (...) ⁵⁴¹

Afora essas políticas estatais que procuravam muito mais obter vantagens políticas e capitalizar reconhecimentos empreendedores para as autoridades governamentais, a situação de moradia das classes subalternas era em sua maioria desagradável e desordenada em termos de infra-estrutura, higiene, salubridade, serviços etc, juntamente com as suas localidades, que qualquer discernimento mais atento assim os classificaria. Tanto o eram, que, para Maria de França, sair de uma moradia para outra representou uma vez a possibilidade de acesso a um ar mais respirável. De resto, outros ambientes mais condignos ela só encontraria nas casas em que trabalhava como doméstica ou no bordel no qual exercia a atividade de prostituta.

A voz sob a cama e o espírito soturno do ex-barbeiro, silenciosos durante os cinco ou seis dias em que o visitante se mete no bordel, usando as camisolas das mulheres, perfumado, unhas pintadas, reaparecem quando ele vai embora, seguem-na quando ela muda de emprego e só emudecem quando Maria de França evolui de doméstica a operária de fábrica, voltando a ocupar, com a mãe doente, o seu quarto de subúrbio, agora mais respirável: foram-se alguns dos irmãos. Belo Papagaio e mesmo o defloramento esvaem-se como um sonho. Mas a facilidade com que a operária cede a qualquer proposta, abrindo-se em terrenos devolutos ou em fundos de quintal, confere a este período certo clima de degradação. ⁵⁴²)

Até as chamadas unidades residenciais, as URs, estavam mais para depósito das gentes que os condutores da modernização em curso consideravam

⁵⁴⁰ **Diário de Pernambuco**, 26/08/1973, p. 7, 1º Caderno.

⁵⁴¹ **Diário de Pernambuco**, 13/01/1974, p. 23, 1º Caderno.

⁵⁴² LINS, Osman, *op. cit.*, p. 15.

inconvenientes e que pressupunham enodoar as vitrines e a ordem da sociedade industrial e de consumo emergente. Para não macular o celeiro e dar consistência aos simulacros, operava-se, portanto, uma exclusão espacial e um bloqueio do acesso ao conhecimento do que de fato se passava no centro hegemônico da modernização em curso.

O rádio, dirigindo-se, através do locutor, a um ouvinte não especificado e sempre encarecido, vai ao encontro de um vácuo. "Chega ao homem dos morros e dos alagados como (enfim!) a voz da cidade, que o acolhe e reconhece. A linguagem radiofônica, portanto, reveste-se para ele de um caráter ao mesmo tempo balsâmico e recompensador. O silêncio da cidade representa uma forma de negação do ser: para existir, é necessário que a cidade fale. A mensagem radiofônica desempenha esse papel, confirma uma existência problemática e assume, com isso, um estatuto privilegiado e quase diríamos sacral." A interpretação de Cesarina Lacerda talvez explique a atração dos pobres pelo rádio. Seja como for, busca avaliar o significado, na chamada classe C, de um tipo de mensagem altamente cordial, freqüente nesse meio de comunicação e lisonjeiro para o destinatário. Além disso, sem o saber, justifica a ensaísta, sob perspectiva sociológica, o discurso de Maria de França, que finge dirigir-se – solução evidente a partir do capítulo II – ao público de uma emissora de rádio. Animam a obra os clichês de linguagem se – solução evidente e comuns aos locutores, e certos esquemas típicos de programas radiofônicos, dentre os quais o noticiário, empregado com humor e eficácia, envolvendo tanto as personagens (inclusive a própria narradora), quanto os acontecimentos mundiais, deformados pelo anacronismo e outros fatores.⁵⁴³

Esse processo produziria não só deserddados, segregações, desigualdades, como também iria prover e/ou intensificaria na cidade do Recife a cisão de suas memórias, culturas e histórias, permeadas por um poder político que almejava dirigi-los, e que passaremos a analisar e criticar no próximo capítulo.

⁵⁴³ Idem, pp. 78-79.

CAPÍTULO V

MEMÓRIAS, HISTÓRIAS E CULTURAS CINDIDAS

A Independência, a Proclamação da República, a Abolição da Escravatura são conquistas de nosso povo. É por isso eu as defenderei até à morte. Mesmo quando exerço a violência eu estou consciente de que estou defendendo os mais sagrados direitos humanos. A Independência, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República são conquistas de nosso povo. É por isso eu as defenderei até a morte. Mesmo quando exerço a violência eu estou consciente de que estou defendendo os mais sagrados direitos humanos. A Independência, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República são conquistas de nosso povo. É por isso eu as defenderei até a morte. Mesmo quando exerço a violência eu estou consciente de que estou defendendo os mais sagrados direitos humanos. Nós não conhecemos o luxo da decadência! Os guerreiros dormem com a história na cama das revoluções! Meus impulsos me lançaram no centro dos grandes acontecimentos. O fogo das paixões revolucionárias! Eu queria estar com você e não com ela. Mas o amor me divide. Meus impulsos me lançam no centro dos grandes acontecimentos.

(Fala do Cristo Militar, no filme *Idade da Terra*, de Glauber Rocha)

Como as diversas classes sociais e as suas frações expressaram na cidade do Recife a sua relação com a modernização em curso no país, redefinindo, recriando, reestruturando e reorganizando o seu fazer cultural e político, no qual memórias, histórias, estilos e modos de vida e culturas perderam as suas unicidades instituídas e se fracionaram para poderem expressar as demandas, os interesses, as ambições e os desejos políticos de cada um dos segmentos sociais da cidade, numa época em que a indústria cultural e a reprodutibilidade técnica puderam expandir as suas ofertas de produtos culturais, mas encontraram os seus limites dados pelos interesses políticos e ideológicos hegemônicos.

1. RESCISÕES MODERNIZANTES: DO CULTO À EXPONIBILIDADE

Havia algo de novo entre os componentes da paisagem urbana do Recife, naqueles últimos anos de 1960, mas que não era tão novo assim. Era recente, mas desde algum tempo já ia ocupando aos poucos um lugar nas praças, nos calçadões das ruas e avenidas ou em algum curto espaço numa esquina ou sob as marquises dos edifícios. Começava a se constituir num quase local que ia ganhando as ruas e, entre os trajetos dos transeuntes, expunha à vista de todos os interessados um bem que podiam adquirir a preços até então não vistos, tornando-se uma espécie de posto no qual as pessoas da cidade poderiam acessar o mundo e recolher para si alguma informação imediata ou um conhecimento para uma possível e futura degustação através da razão.

Esse algo não tão novo e nem recente eram as bancas de revistas que passaram cada vez mais a exibir e comercializar uma profusão crescente de publicações dirigidas tanto ao grande público como a um público específico. A novidade era que as bancas de revistas já não mais se restringiam à venda de jornais, gibis e algumas poucas revistas de circulação semanal e nacional (*O Cruzeiro, Manchete, Fatos&Fotos*). Com a expansão e modernização do parque gráfico no país, possibilitado pela importação de modernas máquinas impressoras, com os novos equipamentos de reprodutibilidade técnica e a expansão e diversificação da oferta de insumos crescentes e diversificados para impressão (papel e corantes químicos), as bancas de revistas tinham agora a sua disposição um leque mais amplo de publicações a oferecer tanto ao grande público como ao específico: jornais, revistas semanais ou mensais (jornalísticas, esportivas, econômicas, informações culturais, conselhos de beleza, moda, decoração), publicações especializadas (jornalísticas, científicas, literárias, esportivas), coleções em fascículos sobre as mais variadas áreas de conhecimento, coleções (literatura, música, arte, teatro, pintura) e a tradicional enciclopédia em fascículos.

Desde meados de 1960 e pelos anos afora na década de 1970, as bancas de revistas começaram a dispor publicações para todos os interesses e gostos: revistas semanais (*Realidade* – 1966, *Veja* – 1968), revistas de nus femininos (*Status, Homem, Ele e Ela*, todas do início dos anos de 1970), enciclopédia em fascículos (*Conhecer* – 1968, *Enciclopédia Abril*, primeira metade dos anos de

1970), livros com peças teatrais (*Teatro Vivo* – a partir de 1974), coleção religiosa em fascículos (*A Bíblia* – 1968), livros de literatura (*Biblioteca Universal* – 1973-1974, *Literatura Brasileira Contemporânea* – 1973-1974, *Clássicos Modernos* – primeira metade dos anos 1970), livros de filosofia (*Os Pensadores* – primeira metade dos anos 1970), adaptações de clássicos da literatura para o público juvenil (*Coleção Grandes Aventuras* – primeira metade dos anos 1970), música em fascículos (*História da Música Popular Brasileira*, primeira metade dos anos 1970), história em fascículos (*Grandes Personagens da História Universal* – primeira metade dos anos 1970), medicina em fascículos (*Medicina e Saúde* – 1968), livros de pintura (*Os Impressionistas* – primeira metade dos anos 1970), jornais da grande e pequena imprensa nacional (*Folha de São Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Pasquim*, *Movimento*, *Lampião*).⁵⁴⁴

Em 1967, durante o III Festival de MPB, da TV Record, Caetano Veloso, quando apresentou a canção *Alegria, alegria*, já decodificava a experiência que os indivíduos transeuntes por entre bancas de revista e ruas passaram a sentir com o advento da moderna indústria cultural no país: *o sol nas bancas de revista/me enche de alegria e preguiça/quem lê tanta notícia?/eu vou/ /por entre fotos e nomes/os olhos cheios de cores/o peito cheio de amores vãos/eu vou/por que não? por que não?*⁵⁴⁵

A letra da canção vai assim constatando e comunicando aos seus contemporâneos o cotidiano das pessoas nas grandes cidades, nas quais elas se deslocam cada vez mais de forma rápida e intensa e uma indústria cultural que não aguarda mais a visita do consumidor nos seus antigos endereços de exposição de mercadorias (as livrarias).⁵⁴⁶ Ela agora se interpõe entre o fluxo de

⁵⁴⁴ As fontes para identificação das publicações foram suas próprias edições e algumas publicidades delas em jornais do período, especialmente o Diário de Pernambuco. A maioria das publicações é de acervos pessoais e de bibliotecas localizadas no Recife, como: Biblioteca Pública Estadual.

⁵⁴⁵ Disponível na Internet, em: <<http://caetano-veloso.letas.terra.com.br/letas>>. Acesso em: 30 mai. 2004.

⁵⁴⁶ A maioria das livrarias do Recife, até o início dos anos de 1970, eram casas do ramo que se voltavam tanto para a venda de livros como para artigos de papelaria, material para escritório e estudantil. Entre estas, a que mais se destacava era a Livraria Nordeste, localizada na Rua Imperatriz, que dispunha de uma maior acervo e espaço destinados à comercialização de livros das mais diversas editoras do país. Para a obtenção destas informações, recorremos ao depoimento da Profa. Sílvia Cortez Silva, docente da graduação e pós-graduação da UFPE, com formação na área de História e de Biblioteconomia.

Mais adiante voltaremos a mencionar a Livraria Nordeste, quando formos estabelecer uma relação entre ela e a Livraria Livro 7.

transeuntes e vai apresentando e buscando seduzir, através de prateleiras, estantes, escaparates, vitrines e expositores das bancas de revista, o consumidor para os produtos abarrotados de ofertas de tantas notícias e conhecimentos quanto fosse possível lê. Mas, num sentido mais amplo, acontecia aquilo que Walter Benjamin aventara no início do século vinte com a expansão da reprodutibilidade técnica, a transição do *valor de culto* para o *valor de exposição*

Seria possível reconstituir a história da arte a partir do confronto de dois pólos, no interior da própria obra de arte, e ver o conteúdo dessa história na variação do peso conferido seja a um pólo, seja a outro. Os dois pólos são o valor de culto da obra e seu valor de exposição. A produção artística começa com imagens a serviço da magia. O que importa, nessas imagens, é que elas existem, e não que sejam vistas. O alce, copiado pelo homem paleolítico nas paredes de sua caverna, é um instrumento de magia, só ocasionalmente exposto aos olhos dos outros homens: no máximo, ele deve ser visto pelos espíritos. O valor de culto, como tal, quase obriga a manter secretas as obras de arte: certas estátuas divinas somente são acessíveis ao sumo sacerdote, na *cella*, certas madonas permanecem cobertas quase o ano inteiro, certas esculturas em catedrais da Idade Média são invisíveis, do solo, para o observador. À medida que as obras de arte se emancipam do seu uso ritual, aumentam as ocasiões para que elas sejam expostas. A exponibilidade de um busto, que pode ser deslocado de um lugar para outro, é maior que a de uma estátua divina, que tem sua sede fixa no interior de um templo. A exponibilidade de um quadro é maior que a de um mosaico ou de um afresco, que o precederam. E se a exponibilidade de uma missa, por sua própria natureza, não era talvez menor que a de uma sinfonia, esta surgiu num momento em que sua exponibilidade prometia ser maior que a da missa. A exponibilidade de uma obra de arte cresceu em tal escala; com os vários métodos de sua reprodutibilidade técnica, que a mudança de ênfase de um pólo para outro corresponde a uma mudança qualitativa comparável à que ocorreu na pré-história.⁵⁴⁷

Para essa transição a reprodutibilidade técnica exerceu um papel primordial ao permite a indústria cultural reproduzir em grande escala os objetos de arte para o consumo em massa. Pois, segundo Walter Benjamin: *Na medida em que ela multiplica a reprodução, substitui a existência única da obra por uma existência serial. E, na medida em que essa técnica permite à reprodução vir ao encontro do espectador, em todas as situações, ela atualiza o objeto reproduzido.* E, nesse contexto, a aura⁵⁴⁸ da obra de arte vai sendo dissipada para dar lugar aos objetos de arte de consumo. Dessa forma irá proceder o ex-companheiro de Júlia Marquezim Enone com o romance inédito que a ela havia deixado, isto é: de romance inédito que se presta a um certo culto e caminha para se converter em

⁵⁴⁷ BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica, in **Magia e técnica, arte e política**. 3. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987, pp. 172-173. (Obras Escolhidas, v. I)

⁵⁴⁸ Conforme Walter Benjamin, aura: *É uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja.* In BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica, *op. cit.*, p. 170.

uma lenda, sujeito a rituais, o narrador, mesmo não encontrando editores, apropria-se de um mecanismo de reprodutibilidade técnica para reproduzir os escritos de Júlia Marquezim Enone para expô-lo e atualizá-lo junto a um público espectador.

2 de maio

Inclino-me a supor que sim. A obra, mesmo embrionária, concerne ao ente coletivo – nós – de cuja substância ela se forma. Depois, quem se ocupa de livros deve sempre recordar, e a volta a esse extenso período, acredito, não é de todo improvável, a reprodução manuscrita. Por último, o livro quase lendário de Julia Marquezim Enone, onde homens informados e sensíveis reconhecem, ocultas com zelo, certas explorações audaciosas, transita entre algumas dezenas de leitores e de interessados na arte romanesca, graças àqueles sessenta e cinco exemplares que eu próprio copiei numa obsoleta máquina a álcool.

Contém-me ainda um senão. Admitindo, sem reserva, a condição pública da obra literária, mesmo não editada; e que a modesta reprodução subtrai o livro ao total anonimato, fico indeciso. Quais as probabilidades de obter editor para um ensaio sobre livro quase ignorado e não acessível, por enquanto, aos leitores em geral?⁵⁴⁹

Gerada pela indústria cultural através dos equipamentos de reprodutibilidade técnica, a exponibilidade permitiu tanto à obra de arte como a qualquer outro objeto reproduzido ganhar as ruas e se expor e se atualizar em profusão junto aos transeuntes, convertendo-os em espectadores. No Recife, essa exponibilidade, constatada e criticada por Caetano Veloso, não seria difícil de averiguar. Bastava andar pela Av. Guararapes e logo no seu início, no sentido Leste, poderíamos encontrar algumas das mais tradicionais bancas de revista da cidade: Banca Globo, Banca Guararapes e Banca Monteiro. Elas não eram as únicas da cidade e de sua área central, outras a elas se juntavam e formavam um *pool* de bancas de revistas que ao longo dos anos ofertavam quase todos os tipos de publicações destinadas a esse ramo de negócio. O destaque que damos para as três bancas citadas é devido ao fato de que elas desde muito cedo se evidenciam por uma capacidade de alocar e diversificar a oferta, quase que de imediato ou num curto espaço de tempo, dos produtos da indústria cultural. Essas bancas, inclusive, eram numa espécie de ponto de encontro de uma clientela fiel aos seus produtos, principalmente a Banca Globo, localizada num calçadão entre a Av. Guararapes e um refúgio, no lado direito da avenida, no sentido Leste, em frente ao Cinema Trianon. Com relação à Banca Globo, tal fato se devia à presteza que tinha em oferecer aos seus consumidores, além das últimas publicações especializadas e

⁵⁴⁹ LINS, Osman, *op. cit.*, pp. 2-3.

de conhecimento, as edições do dia dos principais jornais do Sul do país, inclusive aos domingos, atraindo e constituindo para si uma clientela específica (jornalistas, professores, artistas, escritores etc.).

Ao longo dos anos de 1970 e 1980, a estratégia da Banca Globo se disseminou por outras bancas de revistas da área central do Recife e de seus principais subúrbios. A estratégia só sofreu alguma retração nos anos de 1990, quando as principais publicações passaram a ser oferecidas ao consumidor através de assinatura, com entrega em domicílio.⁵⁵⁰

Fosse qual fosse o itinerário das bancas de revistas, postar-se diante delas era como encher os olhos de cores e notícias, não só como Caetano Veloso, mas também como Maria de França, que passa pela mesma situação do compositor de como lê tantas notícias (*quem lê tantas notícias?*):

Maria de França é receptiva à leitura. Mecanicamente, por assim dizer, reage à palavra impressa, onde quer que a encontre. Nada, portanto, que se relacione, mesmo de longe, com qualquer idéia de formação cultural. Ao contrário, em trânsito num mundo que não entende, o acesso à infinidade de escritos que a submergem – embalagens de remédios e de enlatados, bulas, volantes, almanaques, folhetos populares, letreiros comerciais, cartazes de rua, folhas soltas de jornais – só contribui para ainda mais atordoá-la. Principalmente o acesso a pedaços dos diários e das revistas ilustradas. A rigor, ela não difere substancialmente, senão em grau, do moderno leitor de jornais. É certo que, nem uma vez, ela adquire nas bancas o jornal do dia e não parece ocorrer-lhe que esse ato seja possível. Mas quem hoje é bastante informado para, percorrendo os jornais, apreender todo o vocabulário e estabelecer as conexões indispensáveis entre os fatos? Basta que se interrompa durante uma semana – ou menos – o convívio com eles e é como se houvéramos perdido os últimos capítulos de algum folhetim absurdo e labiríntico.⁵⁵¹

Pela apreciação que o narrador faz do acesso e dos hábitos de leitura de Maria de França, poderíamos supor que ela absorve os restos e detritos atirados ao léu pelos consumidores das mercadorias da indústria cultural, assim como os da sua classe que catam e devoram de forma desatinada os restos de comidas e objetos para algo ter e poder sobreviver. Assim, também, as informações e os conhecimentos lhes chegam e, de forma desconexa e em profusão. Maria de França vai também coletando e ingerindo os detritos culturais sem desenvolver qualquer hábito de seleção e sistematização sobre eles. Simplesmente, ela

⁵⁵⁰ Sobre este itinerário das bancas de revistas, utilizamos informações do depoimento da Profa. Silvia Cortez Silva.

⁵⁵¹ LINS, Osman, *op. cit.*, p. 200.

devora por ter alguma necessidade irresistível de consumir ante a sua penúria e carência por informações e conhecimentos.

Essa não é, porém, a lógica de consumo daqueles que podiam adquirir e usufruir as mercadorias culturais, como frisa o narrador ao averiguar os hábitos de leitura dos que compram jornais, como se estivessem consumindo informações e conhecimentos para a sua distração e diversão ou para poder participar de um jogo construído sobre uma trama que se desenvolve através de episódios sucessivos. Ou, mais ainda, como um recurso terapêutico apto a preencher os vazios de suas existências e os recompensarem pelo isolamento e pela ausência de um passado e presente sem memória, no qual habitam.⁵⁵² Não obstante, o consumo das mercadorias culturais lhes serve, também, como constituição de um pecúlio e sistema de bens para si, utilizando-os como moeda de troca para o acesso às recompensas, reconhecimentos e promoções sociais e meritocráticas.

Para esses consumidores, a modernização da cidade do Recife não foi só provendo-a de bancas de revistas, mas também redefinindo, modernizando e alocando novos cenários como opção para o consumo de outros produtos culturais, mesclando lazer, diversão, entretenimento e um possível modo de vida cultural no Recife, entre 1969 e 1975. Os cenários foram se disseminando pela cidade em sintonia com os novos parâmetros de consumo ditados pela consolidação no país de uma indústria cultural que se estendia por quase todos os setores de produção e comercialização dos bens culturais.

A primeira grande opção adequada aos novos critérios de consumo e aos anseios do público consumidor foi o cinema Veneza, construído pelo Grupo Severiano Ribeiro, na Rua do Hospício, centro da cidade, inaugurado em 29 de

Valemos-nos aqui das colocações de François Dosse sobre o destino de boa parte da produção historiográfica patrocinada e incrementada na atualidade pela indústria cultural, na qual este historiador afirma: *A história que se consome tornou-se recurso terapêutico para preencher vazios, para romper o isolamento dos subúrbios de passado sem memória. O historiador desempenha então o papel de conservador: ele tranquiliza. Assim, chamam-no com maior frequência à cabeceira de uma sociedade ferida. Na falta de um presente que entusiasme e perante um futuro inquietante, subsiste o passado, lugar de investimento de uma identidade imaginária através dessas épocas, no entanto próximas, que perdemos para sempre. Essa busca torna-se mais e mais individual, mais local, na falta de um destino coletivo mobilizador. Todos abandonam os tempos extraordinários em troca da memória do cotidiano das pessoas comuns. Uma topografia estética nova instala-se, conforme se fale de uma aldeia, das mulheres, dos imigrantes, dos marginais... Sobre este campo de investigação novo, a etnologia interna alimenta-se da crise da noção de progresso e desabrocha em um 'presente imóvel'* DOSSE, François. **A história em migalhas**: dos Annales à Nova História. São Paulo: Editora da UNICAMP/Editora Ensaio, 1992, p. 14.

dezembro de 1970, com a exibição, em *avant-première*, do filme *Aeroporto*, estrelado por grandes astros do cinema à época (Burt Lancaster, Dean Martin, Jean Seberg), um dos primeiros filmes do gênero catástrofe a tomar conta das telas dos cinemas da época. E isso aconteceu dezoito anos depois da inauguração, em 1952, do último cinema instalado na cidade, o São Luiz.⁵⁵³

O filme *Aeroporto*, assim como a obra homônima, de Arthur Hailey, que lhe serviu de matriz, era puro entretenimento. Eram típicas mercadorias produzidas por uma indústria cultural que destinava os seus produtos a uma clientela não muito exigente com os bens culturais que lhe exigissem maiores esforços de interpretação e reflexão dos conceitos estéticos agregados ao objeto significativo da obra de arte, contentando-se só em contemplar e absorver o puro divertimento ou recolher exemplos de moral, ética, altivez e denodo de acordo com a praxe institucionalizada, subsidiando, assim, o seu modo de vida, modo de ser, modo de demonstração e as performances meritocráticas.

Nesses termos, o cinema Veneza veio a ser um ambiente apropriado para usufruir essas mercadorias. Esse cenário tinha por *slogan* “O Melhor da Veneza”, comportando 800 cadeiras distribuídas num espaço acarpetado do piso ao teto, passando uma sensação de aconchego e proteção. O cinema era ainda dotado da mais recente tecnologia de exibição existente no país e possuía uma sala de espera com sofás, um bar que servia uísque e champagne, um espaço reservado que oferecia uma certa intimidade para os casais, um balcão servindo de *bombonière* e uma máquina de fazer pipoca. No geral, a concepção do novo cinema contrastava com a suntuosidade e a mescla de estilos barrocos e neoclássicos do cinema São Luiz. Para o Veneza se adotou uma concepção que seguia uma estética de grandes simplicidades de linhas, orientando-se por um gosto tido como moderno que estruturava a organização do espaço e do visual a partir do desenho industrial (*design*). Era seu objetivo, portanto, dotar o espaço de uma funcionalidade, acompanhado por equipamentos, instalações e funcionários provedores de serviços e outras demandas além do espetáculo cinematográfico, capaz de atender às exigências de comodidade, recreação e divertimento do público que o freqüentava, inserido em uma estética que se voltava para a possibilidade de identificação com essas demandas.

⁵⁵³ **Diário de Pernambuco**, 23/12/1970, p. 7, Caderno Especial.

A própria programação do cinema passou a ser diferenciada em relação aos demais cinemas da cidade, adotando um procedimento no qual o filme ficaria em exibição até se esgotar o interesse do público. Para tanto a programação do cinema passou a adotar a exibição de filmes considerados superespetáculos. Nessa linha, os primeiros filmes exibidos foram, além do citado acima, superproduções cinematográficas como: *Ana dos Mil Dias* e *Tora, Tora, Tora*.⁵⁵⁴

Três anos mais tarde, em 12 de março de 1974, na esquina da Av. Visconde de Suassuna com Rua do Hospício, ao lado do Parque 13 de Maio, seria inaugurado um duplex de cinemas, o Ritz e o Astor, com o mesmo padrão de luxo e estética, mas com dois diferenciais: um espaço que comportava um público menores, cerca de 400 lugares, e, uma grande novidade na cidade, um espaço reservado, com quase 50 lugares, especialmente para fumantes, e com poltronas onde podia se acomodar um copo com bebidas e um cinzeiro, tendo o ambiente um serviço de bar.⁵⁵⁵ Esse detalhe chegou a merecer um decantamento do colunista Paulo Fernando Craveiro em sua coluna, na qual ressalta o aspecto inovador e uma comodidade que vinha atender a um público supostamente constrangido por não poder beber, fumar e conversar nas salas de exibição:

Para atenuar o sofrimento dos espectadores cinematográficos do Recife, que nem sempre encontram nos cinemas da cidade o conforto que seria de se esperar, isentando-se deste crime de lesa comodidade apenas o ótimo Cinema Veneza, o Astor e o Ritz trazem perspectivas inusitadas.

Por trás do balcão das duas salas cinematográficas prestes a serem inauguradas existirão bares, com vidros isolantes que não permitirão a passagem do som de conversas e do tilintar de copos para a sala de projeção. Ali as pessoas podem marcar encontro e, bebendo, conversar, ao mesmo tempo que olhem desatenciosamente o filme.⁵⁵⁶

Esses cinemas inauguravam no Recife uma estrutura e forma de exibição de espetáculos cinematográficos dotados de uma funcionalidade e de condições

⁵⁵⁴ Para consultas sobre o cinema Veneza, utilizamos: MARCONI, Celso. **Obra jornalística de Celso Marconi**. Recife: Edições Bagaço, 2000, pp. 554-557. (Cinema Brasileiro, v. I). Outra fonte foi FILHO, Kleber Mendonça. **Sem título**. Banco de dados. Disponível na Internet, em: <<http://cf1.uol.com.br:8000/cinemascope/prodrecife.cfm?CodMateria=54>>. Acesso em: 13 out. 2003. Uma terceira fonte quanto à descrição do Cinema Veneza, porém, mais sucinta, pode ser encontrada na coluna de Fernando Spencer, *Cinema*, in **Diário de Pernambuco**, 29/12/1970, p. 4, 2º Caderno.

⁵⁵⁵ MARCONI, Celso, *op. cit.*, pp. 259 e 566-568.

⁵⁵⁶ **Diário de Pernambuco**, 25/01/1974, p. 7, 2º Caderno.

Quanto à avaliação e celebração do colunista, ela nos faz levantar a questão de se ele gostaria de converter os cinemas em bares, restaurantes, botequins, ou o inverso, dada a sua falta de acuidade em observar a natureza do espaço, estando muito mais preocupado com a emergência de ambientes onde ele e outros de sua ordem podiam vir a ter o privilégio de exercitar um estilo de vida que consideram ter o direito de pôr em prática em qualquer espaço, independente da sua natureza.

aptas a atender às exigências de usuários com interesses num entretenimento personalizado e ao gosto ditado pela sua capacidade de consumo e pela seu *status* social, diferenciando-se do tratamento uniformizado e homogeneizado destinado ao grande público freqüentador dos demais cinemas da cidade, nos quais a ausência de cuidados e de manutenção com o ambiente e/ou atenção para com o público freqüentador por parte dos proprietários, interessados em minimizar ao máximo os custos operacionais de exibição do espetáculo, levavam os espectadores a retribuir com uma assistência que primava mais pela falta de apreço com o espaço cinematográfico e com o direito alheio de assistir aos espetáculos em comodidade e com interesse.

Nas suas crônicas e notas, publicadas no *Jornal do Commercio* e depois organizadas no livro *Obra jornalística de Celso Marconi*, o crítico de cinema Celso Marconi por várias vezes tece comentários e denuncia a situação de anarquia e constrangimento provocada por espectadores nas sessões de cinemas da cidade e a falta de autoridade e apreço do poder público e dos proprietários para disporem de ambientes de espetáculos e condições que permitissem aos interessados assistir à exibição dos filmes em condições de comodidade e segurança para usufruir o lazer. A solução para esse impasse foi a criação de espaços destinados, como o Veneza, o Ritz e o Astor, a um público mais exigente.⁵⁵⁷

Para o grande público sem exigências de tratamento personalizado e com capacidade orçamentária limitada para custear entretenimento acima da sua renda, eram destinados os antigos cinemas do centro da cidade e dos bairros, sendo que alguns ofereciam até sessões específicas para atrair um grande público. Um exemplo desses tipos de sessões eram as programações de cinema denominadas de “sessões das senhoritas”. Tratava-se de uma prática usual de muitos cinemas da cidade de dispor de um dia na semana, preferencialmente no turno da noite, para exibição de filmes com ingresso pela metade do preço para o público feminino. Com esse procedimento, o exibidor atraía um grande público para as suas sessões nos dias da semana de menor movimento, preferencialmente às terças-feiras, quartas-feiras e quintas-feiras. Outro procedimento similar eram as sessões da meia-noite, principalmente no cinema

⁵⁵⁷ Idem, pp. 356-357, 370-371.

São Luiz, que tinham por objetivo oferecer espetáculos cinematográficos a custos baixos aos que não podiam pagar o preço usual do ingresso e atrair o público que trabalhava até mais tarde ou que tinha hábitos noturnos de lazer.⁵⁵⁸

Esses tipos de espetáculos cinematográficos já eram comuns na segunda metade da década de 1960, mas se tornaram uma constante a partir da primeira metade dos anos 1970 como uma estratégia para reverter a queda paulatina do público que ia ao cinema em virtude da concorrência de outras formas de entretenimento e do conforto das atrações e do custo quase zero que a programação da televisão oferecia para reter em casa o público que optava pelo cinema como diversão. Os cinemas mais atingidos pela concorrência foram os de bairros, conhecidos como “pulgueiros” ou “poeiras”, e no Recife, em pouco mais de duas décadas, na medida em que se disseminava a televisão e os costumes e entretenimentos próprios de uma grande cidade (futebol, boates, praias), dos mais de 50 cinemas existentes, só restavam 24 salas de exibição, em 1972, e muitas delas ameaçadas de serem fechadas para dar lugar a lojas, depósitos, supermercados, armazéns, casas de show ou, ainda, o seu terreno vir a ser ocupado por um prédio residencial ou empresarial.⁵⁵⁹

Concorria, também, para o colapso dos cinemas de bairro a existência dos cinemas do centro da cidade que, com as facilidades de locomoção alocadas no período e o conforto que ofereciam em relação aos dos bairros, além de se voltarem para uma programação cinematográfica de lançamentos de filmes, retiravam cada vez mais o público dos chamados cinemas “pulgueiro” ou “poeiras”. Uma reportagem de Fernando Spencer, de 25 de setembro de 1972, *Morrem os cinemas de bairro do Recife: no dia 30 mais dois vão desaparecer*,

⁵⁵⁸ Sobre estas sessões de cinema, ver as crônicas relacionadas na nota anterior.

⁵⁵⁹ Existe uma infinidade de casos que podemos averiguar e citar, bastando só identificar os antigos endereços dos cinemas e verificar *in loco* o que hoje se tem no lugar. Para citar alguns exemplos, vamos relacionar alguns por nós conhecidos: Cinema Vera Cruz, em Campo Grande, foi supermercado e hoje é uma quadra esportiva de uma escola; ainda em Campo Grande, Cinema Edem foi convertido num armazém e depois em igreja evangélica, voltando a ser armazém recentemente; Olímpia, na Encruzilhada, com diversas ocupações comerciais sucessivas; Cinema Espinheiro, no bairro do mesmo nome, escritório de uma construtora; Cinema Boa Vista, na Ilha do Leite, foi supermercado e hoje é uma papelaria. No entanto, um dos casos mais irônicos é do Cinema Torre, que foi fechado para dar lugar inicialmente a um prédio, mas foi ocupado por uma casa de espetáculos e dança, com serviço de bar, que fez sucesso durante os anos setenta e oitenta e, na atualidade, deu lugar a um prédio de padrão de luxo de médio para alto, tendo o mesmo a denominação de *Cine Torre*.

fazia um diagnóstico das razões do colapso e aventadas as perspectivas sinistras para os cinemas de bairro:

DOIS SE DESPEDEM

No fim deste mês, dois tradicionais cinemas recifenses cerrarão suas portas, **O Ideal**, no Pátio do Terço, construído há mais de 40 anos, e o **Torre**, inaugurado por volta dos anos 30. Ambos pertencem à cadeia de Luiz Severiano Ribeiro. O primeiro será transformado possivelmente num armazém de açúcar e o segundo, num majestoso edifício de apartamentos.

FIM

Segundo o sr. José Ronaldo Gomes, executivo de Luiz Severiano Ribeiro no Nordeste, os cinemas de bairros tendem a desaparecer dentro de pouco anos. Uns dois ou três poderão sobreviver. A maioria não tem condições, pois operam com 90% de sua capacidade ociosa.

Motivos desse final melancólico: falta de reequipamento; preços dos ingressos (os mais baixos do País); competição da TV, futebol, outros divertimentos que estão surgindo e a censura para menores de 18 anos.

A renda de um desses cinemas oscila entre 200 e 250 cruzeiros por dia. É impossível mantê-los abertos. A tendência é permanecer apenas os do centro, os lançadores. Na época atual, uma cadeia exibidora, para sobreviver terá de primar pela qualidade e esquecer quantidade.

Cineminha de subúrbio já era...⁵⁶⁰



Fig. 36. Cinema Torre pouco antes de encerrar suas atividades.
Fonte: **Diário de Pernambuco**, de 16/07/1972, p. 24, 1º Caderno.

Jota Soares, outro jornalista da cidade ligado ao cinema como crítico e como diretor, escreveu um artigo no qual fazia um retrospecto dos áureos anos e, ao mesmo tempo, produzia uma espécie de obituário da cultura cinematográfica do século XX.

Mas, de que serve tudo isto? Estão acabando os cinemas no mundo inteiro. Os estúdios de Hollywood fecharam; os astros e estrelas estão morrendo; a televisão ganha terreno e prende o povo em casa. Mesmo ensinando a cometer crimes, os mais terríveis, a TV aperta a garganta do cinema, estrangulando-o friamente. Entretanto, Hollywood, ao vender doze filmes, assumira uma culpa sem defesa em torno de sua grandeza: praticou suicídio. O confrade Celso Marconi, há dois anos atrás, numa crônica muito sincera, revelou a morte de vinte e nove cinemas no Recife nos últimos doze anos. Mas

⁵⁶⁰ **Diário de Pernambuco**, 25/01/1972, p. 8, 2º Caderno. Utilizamos esta reportagem, também, para recolher as informações que apresentamos nos parágrafos acima.

o número já se eleva a quarenta. E vão fechar mais outros, vão acabando a alegria de gente de todas as cidades. Acabaram a presença dos ídolos; arruinaram toda uma grandeza que varou o século, intitulando-se da maior diversão do mundo. O luxo vai oferecendo conforto ao alto mundo, através de casas de espetáculos. Mas o mundo da tela, o verdadeiro exército de fanáticos da Sétima Arte, fica dia a dia, privado dos seus ídolos. Não há filmes em número suficiente para a programação, as fontes fecham suas portas e os exibidores tomam suas simbólicas “diligências” e buscam outros ares, outros negócios que possam garantir o pão de cada dia.⁵⁶¹

Jota Soares e outros cinéfilos teriam ainda que aguardar alguns anos pela frente para poderem dispor de tecnologias (vídeo-cassete, CD-Rom, DVD-vídeo, TV a cabo) para acessar e assistir aos seus filmes preferidos sem ter que depender das programações dos cinemas ou da boa vontade das distribuidoras para a sua cessão. Mas, à época, as inovações na programação dos cinemas atendiam também às demandas específicas desses usuários. Havia também as programações de exibição exclusiva de filmes do que à época se chegou a denominar de cinema de arte, atendendo a um público específico que detinha o costume de devotar, venerar e cultuar produções cinematográficas pelas suas qualidades intelectuais e artísticas, mas que não tinham espaço na programação normal dos cinemas pela falta de repercussão comercial junto ao grande público. Uma das iniciativas foi à revitalização do Cine Clube Projeção 16,⁵⁶² a partir de fevereiro de 1971, que passou a fazer projeção de filmes considerados clássicos e/ou de arte no último domingo de cada mês no auditório da AIP (Associação de Imprensa de Pernambuco).⁵⁶³ Este cineclubes encerraria as suas atividades em 1974⁵⁶⁴ e, praticamente, finalizou o movimento do cineclubismo, que ficou restrito

⁵⁶¹ **Diário de Pernambuco**, 25/09/1972, p. 8, 2º Caderno.

⁵⁶² O Cine Clube Projeção 16 foi fundado por volta de 1966. Essa associação não tinha só a pretensão de organizar uma platéia de cinéfilos e alocar condições para exibição de filmes não veiculados pelo circuito comercial. Seus integrantes desenvolveram atividades, como o I Ciclo de Debates sobre o Cinema no Nordeste, realizado em 1969, no Recife, no qual discutiam temas e questões em relação à arte/indústria e indústria cinematográfica/comercialização, promoveram encontro e reuniões com autoridades e organismo do Estado, como o governador Nilo Coelho, a EMPETUR e a SUDENE, procurando obter políticas e recursos dirigidos à produção e difusão cinematográfica local e o apoio na constituição e funcionamento de cineclubes. O grupo chegou a realizar algumas produções cinematográficas, como o documentário, no formato de curta-metragem, filmado em 35 mm, *Terra Livre*, de F. Bandeira de Melo. Outro grupo, o Cinema – 1, participava conjuntamente como Cine Clube Projeção 16 dessas atividades, chegando inclusive os seus integrantes a realizarem quatro documentários em 35 em um ano (*Viva a Vila*, *O Chofer é a Beleza do Mundo*, *Terra Livre*, *Férias em Garanhuns*). Muitas dessas informações foram extraídas da reportagem *Cinema pernambucano ontem, hoje e amanhã*, de Cristina Tavares Correia, in **Diário de Pernambuco**, 24/08/1969, p. 5, 3º Caderno.

⁵⁶³ **Diário de Pernambuco**, 12/02/1971, p. 4, 1º Caderno.

⁵⁶⁴ Sobre o destino dos cineclubes em Recife, que praticamente deixaram de existir, ficando dependente da iniciativa individual de alguém que possuísse um projetor e uma tela de exibição,

a uns poucos cinéfilos ávidos por debates e estudos em torno da evolução e realização de determinados tipos de obras cinematográficas que não estavam acessíveis no circuito comercial.

No entanto, como compensação aos cinéfilos, no ano seguinte, o auditório da AIP era convertido em um cinema com uma programação especializada na *exibição de filmes exclusivamente artísticos, produções que dificilmente seriam lançadas num cinema do centro*.⁵⁶⁵ Surgia assim, no Recife, a primeira sala de cinema voltada, exclusivamente, para projeção dos chamados filmes de arte. Por outro lado, a lógica que definia o formato das novas salas de projeção não foram relegadas para a instalação do Cinema de Arte/AIP, seguindo os mesmos critérios dos cinemas Veneza, Astor e Ritz, só atentando para o número de lugares devido à frequência, que consideravam restrita:

Como vem acontecendo no mundo inteiro, o Cinema de Arte/AIP não terá mais de 180 poltronas. Quadros de Bajado, um artista de Olinda, decoram a sala de projeção numa homenagem aos artistas de ontem e de hoje. Nas paredes vamos encontrar “posters” com outras figuras importantes do cinema. Na parte externa haverá uma pequena livraria, para a venda de revistas, nos moldes da existente no Aeroporto dos Guararapes, bomboniere, sanitários e toiletes. A bilheteria funcionará ao lado da sala de projeção. O novo Cinema de Arte terá todos os requisitos de um grande cinema: ar condicionado, salão de espera, tela panorâmica e plana.⁵⁶⁶

Desse tipo de programação para exibição de filmes de arte, a iniciativa mais antiga era a programação denominada Cinema de Arte Coliseu, em Casa Amarela, que oferecia sessões específicas de filmes de arte desde o início dos anos da década de 1960 e que, segundo Celso Marconi, *vem prestando um serviço ao público de bom gosto da cidade*.⁵⁶⁷ Posteriormente, em setembro de 1975, a programação foi transferida para o Cinema Art Palácio, localizado no centro da cidade (Bairro de Santo Antônio). Neste local, a programação recebeu a denominação de Cinema de Arte do Recife, com a exibição de duas sessões semanais, uma na sexta-feira, a partir das 23 horas, e outra no sábado, pela manhã, às 10 horas, tendo como estréia de sua programação no novo local o

consultar uma série de artigos de Celso Marconi, entre 16 e 19 de outubro de 1974, no Caderno II, do Jornal do Commercio.

⁵⁶⁵ **Diário de Pernambuco**, 10/06/1975, p. 9, 2º Caderno.

⁵⁶⁶ **Diário de Pernambuco**, 10/06/1975, p. 9, 2º Caderno.

⁵⁶⁷ Celso Marconi, *op. cit.*, pp. 380-381.

filme *As Noites de Cabiria*, de Frederico Fellini, um dos diretores mais cultuados pelos cinéfilos.⁵⁶⁸

Havia ainda, nos anos de 1960, uma sessão de arte nos sábados pela manhã, no cinema São Luiz. A outra iniciativa partiu da Prefeitura do Recife, ao reabrir, em 3 de dezembro de 1973, no Teatro do Parque, as suas sessões cinematográficas, suspensas quinze anos antes por força de um decreto municipal, passando-se a denominar Cinema Educativo do Recife, com a proposta de mesclar a exibição de filmes de arte com filmes educativos e a projeção de curtas metragens.⁵⁶⁹ Posteriormente, a programação do Teatro do Parque ficou restrita à exibição de filmes às segundas-feiras e terças-feiras, quando não coincidia com o uso do teatro para a apresentação de espetáculos teatrais e musicais, e se mantém funcionando até os dias atuais. Por fim, em 1976, surgia uma das últimas salas de cinema destinadas à exibição de filmes de arte, instalada na recém-inaugurada Casa da Cultura, antiga Casa de Detenção, que tinha sido convertida em centro artesanal e com pretensões de abrigar nichos artísticos culturais.⁵⁷⁰

Nas duas décadas seguintes, após os anos de 1970, com introdução e vulgarização dos aparelhos domésticos de reprodução eletrônica (do vídeo-cassete até o atual DVD) e a instalação de lojas e redes de locação de fitas cassetes e/ou a sua venda através de coleções nas bancas de revistas, os cinemas do centro do Recife seguiriam o mesmo trajeto que um dia os cinemas de bairro tiveram que percorrer, pouco a pouco foram sendo desativados e dando lugar a outros tipos de estabelecimento. Dentre os que resistiram, há o cinqüentenário Cinema São Luiz, que se mantém devido a uma pressão para que subsista como forma de preservação de um patrimônio arquitetônico e de uma tradição da cidade. Fora este, ainda restam os cinemas Astor e Ritz, hoje voltados exclusivamente para a exibição de filmes eróticos. O resto foi sendo fechado para dar lugar a lojas, e com eles se foram também os cinemas de arte, só restando o Cinema do Teatro do Parque que até hoje, no final do expediente comercial do centro da cidade, exhibe filmes a preços considerados populares.

⁵⁶⁸ **Diário de Pernambuco**, 09/09/1975, p. 7, 2º Caderno.

⁵⁶⁹ **Diário de Pernambuco**, 03 e 04/12/1973, pp. 7 e 10, respectivamente, 2º Caderno.

⁵⁷⁰ Celso Marconi, *op. cit.*

Contudo, os que mais ganharam com as alterações na forma de acesso e exibição dos filmes foram, justamente, aqueles que durante anos reclamaram que o mercado cinematográfico só queria lucro e que por isso se recusavam a exibir as produções cinematográficas consideradas clássicas, artísticas e *cult*, por serem pouco rentáveis. Com os aparelhos domésticos de reprodução eletrônica e locadoras, os cinéfilos, finalmente, podiam acessar e exibir para si ou para os da sua ordem, na hora e local mais conveniente e de sua escolha, os filmes que tanto cultuavam. Para tanto passaram a contar com locadoras especializadas e, caso quisessem dispensar algum recurso a mais, podiam até adquirir seus próprios filmes e montar os seus acervos.

Finalmente emergia para os cinéfilos um poder que tanto acalentaram por anos: o da livre escolha. Da mesma forma que nos anos de 1960 e 1970, o grande público já podia escolher entre o cinema, com as suas programações promocionais nos cinemas do bairro ou do centro, e a TV ou outro tipo de entretenimento. E os segmentos da classe média podiam optar, de acordo com suas intenções e formas de exercitar o seu modo de vida, entre os modernos cinemas da cidade. A penúria da livre escolha e os desmedidos esforços dos cinéfilos para disponibilizar condições de escolha com o tempo foram se dissipando com os aparelhos domésticos de reprodução eletrônica. Contudo, a livre escolha de hoje e a restrita escolha de décadas passadas na realidade, ontem e hoje, fundiam os critérios que definiam mídia, mercado e arte pela indústria cultural, pois naqueles anos da década de 1970, a exibição dos chamados filmes de arte era só uma questão que girava em torno do retorno do investimento e, por conseguinte, da obtenção do lucro. Em outras palavras, tanto os filmes de arte como outra qualquer produção artística (teatro, música, pintura, literatura) foram despidos de uma possível transcendência estética e *de todo apelo a uma supra-realidade que só se mostra na experiência do sublime*⁵⁷¹ como os objetos de arte portadores de um valor de culto para usos rituais onde o que importa é que se saiba que existam e não sejam vistos, segundo Walter Benjamin. A partir da indústria cultural, da reprodutibilidade técnica e da emergência do valor de exposição, a obra de arte passou a ocupar também um

⁵⁷¹ CUNHA, José Auri, **Filosofia**. Iniciação à investigação filosófica, *op. cit.*, p. 264.

lugar no mercado como um objeto de consumo, *suprimindo demandas perfeitamente atendidas na esfera da circulação de mercadorias*.⁵⁷²

Disso se apercebeu o narrador de *A rainha dos cárceres da Grécia*, a partir do momento em que passou a reconstruir o percurso do romance de Júlia Marquezim Enone por editoras e a registrar os argumentos e subterfúgios de seus proprietários para recusar uma futura edição e publicação do romance da ex-companheira. Todos sintonizados com a demanda do mercado e a capacidade da esfera da circulação de mercadoria em atendê-la.

7 de novembro

Semanas antes de concluir o livro, iniciado em novembro de 1969 (ela trabalharia ainda oito meses inteiros sobre a redação original, alterando-a bastante), recebeu Julia Marquezim Enone, com a data de 11-1-1972, carta na qual um editor lhe dizia ser inútil enviar-lhe o manuscrito. A situação do mercado, pouco sensível a obras nacionais, impunha-lhe certas exigências, "dado que uma editora visa precipuamente à obtenção de lucros". Outro lhe devolveu o texto definitivo: alegava não estar examinando originais. Esta carta se perdeu. Pode ser que a escritora a atirasse na cesta. Cerca de dois meses após a sua morte, dirigi-me a um terceiro. A seu ver, respondeu-me, a obra ficara inconclusa, motivo pelo qual achava não se justificar a edição.⁵⁷³

Quando era possível atender às demandas pela esfera da circulação de mercadorias, mercado, mídia e arte eram disponibilizadas para o consumo. O Cinema de Arte/AIP foi um exemplo, pois normalmente ocupava 50% da capacidade de sua lotação. Outro exemplo foi o Cinema de Arte do Recife, no Art Palácio, com suas sessões de sábado pela manhã quase sempre lotadas, que só teve as suas atividades encerradas na segunda metade dos anos de 1990, porque o cinema foi fechado para dar lugar a lojas. Nesses casos, como afirma Fredric Jameson, a livre escolha não era mais que um estratagema da indústria cultural para vender seus produtos, no qual o consumidor passa a si identificar não com a mercadoria, mas com uma profusão de imagens a sua disposição e que a ele lhe entrega o simulacro de que pode fazer uma seleção para o seu consumo ou, devidamente rebatizada, deter para si uma livre escolha:

Horkheimer e Adorno perceberam, há muito tempo, na era do rádio, a peculiaridade da estrutura de uma "indústria cultural" comercial na qual os produtos eram de livre escolha. A analogia entre a mídia e o mercado fica de fato cimentada por este mecanismo: não é porque a mídia é semelhante ao mercado que as duas coisas são comparáveis; na verdade, é porque o mercado não se assemelha a seu "conceito" (ou idéia platônica), do mesmo modo que a mídia não se assemelha a seu próprio conceito, que as duas coisas podem ser comparadas. A mídia nos apresenta uma livre seleção de

⁵⁷² Idem.

⁵⁷³ LINS, Osman, *op. cit.*, pp. 55-56.

programas – o consumidor, entretanto, não escolhe nem o conteúdo dos programas nem seu agrupamento – e essa seleção é rebatizada de "livre escolha".

É claro que no processo do desaparecimento gradual do espaço físico do mercado, e da identificação gradual da mercadoria com sua imagem (ou marca, ou logotipo), dá-se uma outra simbiose, mais íntima, entre o mercado e a mídia.⁵⁷⁴

A afirmação da indústria cultural e a aurora do simulacro da livre escolha prenunciavam, nos idos dos anos 1970, aos indivíduos que eles iriam poder, de imediato ou mais adiante, sobrepor-se aos condicionantes exteriores e coercitivos que a sociedade sobre eles abrigava, promovendo, assim, rupturas nas redes e tramas sociais e de poder, providas e nutridas pelas esferas sociais e políticas, que regulavam, controlavam e normatizavam os seres humanos. O problema dessa fantasmagoria residia no fato de que a sociedade não era exterior e não se sobrepunha aos indivíduos. Era das mediações significativas dos e entre os seres humanos que a sociedade se fazia a cada fase ou período histórico. Fossem elas sociais ou de outro espectro, a natureza dessas mediações se vinculava e/ou se vinculava diretamente às condições materiais existentes e às formas como são apropriadas pelos seres humanos e como estes organizavam e organizam para si a produção e reprodução das condições materiais e sociais de reprodução de suas existências, definindo, nesses termos, os interesses e a posição dos grupos de indivíduos, conforme o controle, a distribuição e o consumo que cada grupo de indivíduos possa exercer sobre a produção, posicionando-os socialmente e definindo a relação entre si para a constituição da sociedade.

Nesses termos, admitir ou levar em consideração que a indústria cultural e o seu simulacro da livre escolha tinham a capacidade de se colocarem acima dos indivíduos e de sua sociedade e que dispunham de autoridade e de faculdade sobre ambas era, no final das contas, acatar o paradigma de que elas eram onipotentes.

Mas, admitindo a onipotência da indústria cultural e de seus simulacros, cabe-nos indagar por que ela não foi eficaz para impulsionar a produção e o consumo, através da sua reprodutibilidade técnica, do seu aparato de mídia ou da sua estrutura mercantil, de determinados bens culturais para um público, fosse ele o específico ou o grande público. Como, por exemplo, em relação à produção de

⁵⁷⁴ JAMESON, Fredric, *op. cit.*, p. 282.

conhecimento histórico e de outras áreas de conhecimento no Brasil da época, tendo em vista que nos anos 1960 o país conheceu uma espécie de *boom* na publicação de revistas, coletâneas e ensaios nesse tipo de literatura⁵⁷⁵ No entanto, o que se verificou, num momento em que a indústria cultural se consolidava e se expandia no país, na primeira metade dos anos de 1970, foi um refluxo na edição e publicação de estudos e pesquisas de autores brasileiros, e principalmente na área do conhecimento histórico. Em contrapartida, o historiador/autor brasileiro tinha o seu lugar ocupado pelo que se convencionou chamar de época de autores *brasilianistas*, ganhando espaço tanto no mercado editorial brasileiro como nas universidades e nos institutos de estudos e pesquisas.

A maioria dos estudos e pesquisas desses autores versava sobre temáticas relativas ao conhecimento histórico do país e a designação *brasilianistas* estava relacionada a sua condição de pesquisadores e autores estrangeiros, norteamericanos na maioria, abordando temáticas diversas e cada um com o seu perfil ideológico e sua metodologia de estudo e pesquisa e suas temáticas, que vinham ao Brasil, financiados por universidade e fundações estrangeiras, realizar exaustivas pesquisas e trabalhos de coletas de fontes, muitas das quais favorecidas pela facilidade de acesso aos arquivos sob controle do Estado.⁵⁷⁶

Já o conhecimento histórico publicado e destinado ao consumo no ensino de 1º e 2º Graus se restringia aos livros didáticos de alguns poucos autores (José Jobson de Arruda, Armando Souto Maior, Borges Hermida, Edward McNall Burns), reproduzindo conhecimentos históricos de décadas superados pelas pesquisas históricas, colocando-se na contramão do conhecimento histórico que

⁵⁷⁵ Nos anos 1960, o mercado editorial voltado para a publicação de estudos e pesquisa no Brasil conseguiram editar e publicar diversas revistas (Teoria e Prática, Parte, Política Externa Independente, Revista Civilização Brasileira, Revista Paz e Terra) ou dissertações, teses, estudos e pesquisas, produzidos por autores vinculados às universidades ou institutos de estudos e pesquisa em coleções de editoras (Brasiliiana, da Companhia Nacional Editora; Debates, da Editora Perspectiva). Estas informações e outras que utilizamos para o desenvolvimento destes tópicos podem ser encontradas *in Nosso Século*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, pp.48-49, 135-139 e 260-263. (v. 5, 1960/1980).

⁵⁷⁶ A relação de historiadores classificados como *brasilianistas* é bastante considerável, mas, para citar alguns, vamos relacionar os que tiveram maior projeção no país, como: Ralph Della Cava, Thomas Skidmore, Robert Levine, Alfred Stepan, W. F. Dulles, Sheldon Maran, Kenneth Paul Ericson, Michael Hall, Peter Esemberg, Alan K. Manchester, Boris Koval, Stuart B. Schwartz, Werner Baer.

chegava ao grande público através de produtos da indústria cultural e enviesados de malfadadas atualizações históricas.⁵⁷⁷

Contudo, a retração na produção, divulgação, circulação e consumo do conhecimento histórico produzido pelo historiador/autor brasileiro não era uma consequência da ocupação do espaço que, em princípio, lhe cabia, perpetrada por pesquisadores estrangeiros, montados em uma logística adequada à pesquisa e em amplos recursos. A presença e a escalada dos *brasilianistas* não era a causa do deslocamento do autor/historiador brasileiro, mas uma consequência. Por outro lado, as restrições de acesso do cidadão ao conhecimento histórico, principalmente nos níveis da educação de 1º e 2º Graus, não eram motivadas por uma incapacidade da indústria cultural em gerar uma produção e mercado editorial apto a atender a essa demanda.

As razões tinham suas origens nas deliberações, tomadas à luz das concepções políticas e ideológicas do regime autoritário do período, para as esferas culturais e de ensino e pesquisa, que tinham como um dos fundamentos a desmobilização política da sociedade com a restrição do acesso desta a um conhecimento que lhe pudesse prover informações e conhecimentos a partir dos quais se poderia adequar de forma mais sistematizada e incisiva uma análise e crítica da realidade social e histórica do país. O outro fundamento, adequado ao modelo de desenvolvimento econômico instituído para o país, era uma escolarização/qualificação da força de trabalho potencial e ativa e a constituição de mecanismos e centros de produção de conhecimentos e tecnologias sintonizados com e subordinados à lógica da produção capitalista.

⁵⁷⁷ Poderíamos citar inúmeros exemplos desses três aspectos que relacionamos e que podemos encontrar nos livros didáticos do período, mas vamos nos restringir só a um exemplo para cada caso: para o primeiro, destacamos o tratamento histórico dado ao personagem histórico Zumbi, comumente interpretando e classificado, a partir de uma visão maniqueísta, como um facínora e os seus oponentes como heróis, como o bandeirante Jorge Domingos Velho, sabendo-se que à época havia estudos históricos e produções culturais (o filme *Ganga Zumba*, de Cacá Diegues) que desqualificavam essa interpretação; quanto ao segundo aspecto, vale a apenas citar as coleções da Abril Cultural, como *Grandes Personagens da História Universal* e *Grandes Personagens da História do Brasil*, amplamente consumidos em fascículos pelo grande público, que ofertavam conhecimentos históricos que mantinham algum tipo de atualização com a produção de conhecimento histórico mais recente, como o referente a personagens como Antônio Conselheiro, Spartacus, Zumbi, mesmo que não fosse a ideal; por fim, sobre o terceiro aspecto, vale citar as incorreções nas atualizações feitas por José Jobson de Arruda que classificava a propriedade aristocrata do Período Homérico, o *oikos*, como coletiva, ou a classificação dos hilotas, da cidade-Estado de Esparta, como escravos, quando os autores consultados (Moses I. Finley e Claude Mosse) classificavam de propriedade privada e servos, respectivamente.

Uma das primeiras iniciativas do regime autoritário foi a mutilação e até o aniquilamento dos movimentos de educação e cultura popular, como: Centro Popular de Cultura/UNE (CPC), Movimento de Cultura Popular (MCP), MEB, Centro de Educação Popular (Ceplar), Pé no Chão e outros mais.⁵⁷⁸ A segunda iniciativa do regime foi, como aponta José Willington Germano, *a eliminação da crítica social e política, para obter a adesão de segmentos sociais cada vez mais amplos para o seu projeto de dominação*.⁵⁷⁹ Essa iniciativa foi viabilizada pela repressão aos movimentos e às mobilizações dos estudantes e professores, pela intervenção e ocupação de universidades, nomeação *pro-tempore* de reitores para as instituições, demissão e cassação dos direitos políticos de professores universitários, exclusão de estudantes do ensino universitário através do Decreto-lei 477, de fevereiro de 1969, uma espécie de AI-5 para o âmbito das universidades e escolas.⁵⁸⁰ A essas medidas o regime autoritário implementou uma reforma universitária em 1968, que, no geral, pretendia renovar o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito das universidades brasileiras com a extinção dos sistemas de cátedras; a introdução da organização departamental; a divisão do currículo em dois ciclos, um básico e outro profissional; a integração das atividades de ensino e pesquisa; a ênfase na pós-graduação, a substituição do sistema serial pelo de créditos; a implementação de mecanismos de promoção universitária calcados na formação continuada.⁵⁸¹

No papel, a reforma universitária promoveria uma verdadeira reestruturação e renovação na universidade brasileira. Entretanto, ela se deparou, de forma estrutural, com a falta de dotações orçamentárias para viabilizar o alcance dos resultados almejados com a reforma. Grosso modo, a reforma se restringiu ao âmbito formal e burocrático, pois as dotações orçamentárias disponíveis foram dirigidas para as áreas de ensino, pesquisa e extensão que a política de Estado consideravam estratégicas: o desenvolvimento de conhecimentos e tecnologias

⁵⁷⁸ Sobre este aspecto, consultar: GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil** (1964-1985). 3 ed. São Paulo: Cortez Editora/Editora da UNICAMP, 2000, pp. 106-107. além desta referência, nos fundamentos neste livro para o desenvolvimento deste tópico referente às universidades brasileiras da época.

⁵⁷⁹ GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil** (1964-1985), *op. cit.*, p. 109.

⁵⁸⁰ Para um histórico sobre a repressão aos movimentos e às mobilizações de resistência e oposição dos estudantes e professores universitários, consultar o autor citado acima no item Repressão e mobilização: o contexto histórico da reforma universitária de 1968, pp. 106-117.

⁵⁸¹ Idem, pp. 118-119.

para os setores estratégicos da economia brasileira. E, muitas das vezes, essas dotações orçamentárias não eram distribuídas eqüitativamente entre as universidades, mas sim concentradas em alguns institutos e centros de pesquisa de algumas poucas universidades consideradas de excelência (USP e UnB) ou centros instalados especificamente para esses fins, como o Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA). De resto, as dotações orçamentárias para as demais universidades eram as obrigatórias: pagamentos dos salários, custeio do consumo de insumos e serviços (água, luz, telefone) e verbas para a manutenção e conservação dos equipamentos universitários. Outros recursos disponíveis eram oriundos de instituições externas às universidades, como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que chegou a arcar, em 1981, com 61% do total de recursos destinados a alguns programas de pós-graduação.⁵⁸²

O resultado da repressão e da reforma universitária foi uma crescente evasão de profissionais para universidades e centros de estudos e pesquisas no exterior, ao mesmo tempo em que se verificava uma atrofia na pesquisa e extensão em grande parte das áreas de conhecimento por falta de recursos, condições e logística, principalmente nas áreas de ciências humanas e sociais, tidas pelo regime autoritário como secundárias ou inexpressivas em termos de conhecimento científico. Esse vácuo seria ocupado temporariamente, durante os anos 1970, pelos chamados *brasilianistas*, que dependiam muito mais das condições alocadas nos seus países de origem e tinham que responder mais à ordem política e social vigente em seus países.

Na prática, principalmente nas áreas de conhecimento das ciências humanas, as atividades nas universidades passaram a se restringir só ao ensino, mesmo assim constantemente vigiados e à mercê de intervenções dos organismos estatais responsáveis pela censura e repressão.

Instituíam-se, portanto, a partir do ensino universitário, obstáculos às possibilidades de desenvolvimento da reflexão analítica e crítica, passando, no caso específico do conhecimento histórico, pela dilapidação das condições que o indivíduo tinha de poder produzir e acessar conhecimentos sobre a sua formação histórica e social. Nesse sentido, tanto pela universidade ou centros de estudo e pesquisa como pela sociedade, o regime autoritário irradiava e instituía o

⁵⁸² Idem, pp. 117-120 e 153, para os aspectos desenvolvidos neste parágrafo.

procedimento e as condições, em relação ao conhecimento histórico, de que o indivíduo poderia vir a delegar o acontecido e os processos que articulam os acontecimentos no seu cotidiano e na sua sociedade à ação dos sujeitos que transcendem o seu mundo, desde o herói, passando pelo Estado ou pelas categorias onipresentes, até aos deuses. Pondo nelas e neles uma devoção e um crédito para que possam restabelecer o curso das coisas, restituir o equilíbrio, restaurar a ordem ou reparar o itinerário do seu mundo, esteja em crise ou não.

Um dos meios mais eficazes para se chegar a essa forma de procedimento foi desarticular o ensino de História e tornar desinteressante o seu estudo. A desarticulação se institucionalizou com a Lei 5.692, de 1971, que, a título de reformar e modernizar a educação no Brasil, adequando-a às novas demandas e realidade da sociedade e economia brasileira, desencadeou uma das mais incisivas operações de desestruturação do ensino de História no país. Com essa lei, a carga horária, o espaço ocupado e o conteúdo da disciplina de História foram fragmentados, pulverizados e até eliminados, dando lugar a uma série de disciplinas criadas para servirem de caixa de ressonância da ideologia da integração, do desenvolvimento e da segurança nacional por anos formulada na Escola Superior de Guerra. No bojo desta empreitada vão surgir disciplinas como Organização Social e Política do Brasil (O.S.P.B.), que procurava informar aos discentes a organização estatal e social que eles encontrariam no país e às quais deveriam se adequar, respeitando as suas normas, regras, valores e princípios; Educação Moral e Cívica, encarregada de transmitir aos alunos o código moral e ético e as formas de comportamento e procedimento cívico de que deveriam apropriar-se para serem reconhecidos como cidadão pelo Estado e, no segundo plano, pela sociedade. A essas duas disciplinas se juntava uma genérica e abrangente área de Estudos Sociais, que muitas vezes substituía e incorporava conhecimentos de História e Geografia, selecionados de acordo com a adequação ao ideário ideológico vigente.⁵⁸³

⁵⁸³ A área de conhecimento de História não foi a única atingida pela reforma do ensino de 1971. Disciplinas como Filosofia, Línguas Clássicas (latim e grego) e Sociologia foram simplesmente eliminadas do currículo. Outras disciplinas foram tão alteradas em sua fisionomia e estrutura, como Língua Portuguesa, convertida na genérica e inconsistente Comunicação e Expressão, que no final das contas não se sabia mais se tinham alguma relação com a disciplina que lhe dera origem ou se tratava de algo novo e de uma complexidade tão abrangente que se tornava difícil a cognoscibilidade quanto a sua natureza e sua área de conhecimento.

Mas a empreitada mais ardilosa foi fazer do ensino de História algo desinteressante, que, segundo Sergio Paulo Rouanet, como tal se encarregou de expurgar do estudo da história a tradicional empreitada de buscar nela os fins edificantes de onde o homem poderia se apropriar das experiências do passado para fundamentar a sua consciência e atuação como cidadão. Esse expurgo diluía, assim, a função cívica e patriótica que podia ser (re)construída a partir do momento em que os indivíduos reconheciam o passado e nele si reconheciam. Ao mesmo tempo, do estudo da história também era excluído o seu componente lúdico, eliminando-se o hábito de contar as diversas histórias da humanidade, como se contava uma estória que dava prazer aos ouvintes.⁵⁸⁴

No seu lugar emergia um estudo da história nacional e da humanidade que era reduzida a uma sucessão cronológica e retilínea de datas providas com fatos de teor imanente, organizados a partir de uma seleção prévia de acontecimentos históricos, sujeitos históricos e memórias com o objetivo de construir um informativo da história para fins de representação ideológica. Ou então fazendo no estudo da história uma operação que procurava trazer o passado para o presente de forma fragmentada e atribuindo a cada época um caráter único e sustentando que cada uma era explicada por si mesma. Chegando-se ao ponto, com o chamado marxismo vulgar, estranhamente admitido pelo regime autoritário, segundo Sergio Paulo Rouanet, que privilegiava no estudo da história o movimento secular das estruturas econômicas, nas quais os homens são suprimidos como sujeitos históricos para ceder lugar aos conceitos e categorias econômicas como sujeitos históricos, que independente da época e do lugar produzem sempre um mesmo conjunto de efeitos.⁵⁸⁵

Que repercussões a ressonância e a reação a essas formas de estudar a história poderiam ter tido e o que teria sido gerado entre e pelos indivíduos? Será justamente na forma como Maria de França passa a narrar os fatos da história de Recife e Olinda e a situá-los no tempo e espaço e estabelecendo a relação entre passado e presente que podemos averiguar alguns dos significados, da mesma forma como podemos nos debruçar sobre o impacto ou o sobressalto infligido no personagem-narrador de *A rainha dos cárceres da Grécia*.

⁵⁸⁴ ROUANET, Sergio Paulo. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987, p. 317.

⁵⁸⁵ ROUANET, Sergio Paulo, *op. cit.*, p. 318.

Ao longo do romance, principalmente nas páginas em que emergem os extratos do romance de Júlia Marquezim Enone, no qual Maria de França narra a história da ocupação e das guerras holandesas em Olinda e Recife, o narrador se esforça em uma análise e exercício de reestruturação da narrativa histórica feita pela personagem para apresentar aos possíveis leitores de seu ensaio/diário uma coerência na narrativa histórica e salientar as pertinências presentes no texto, mas veladas pela forma de exposição.

Esclarecido o paralelismo absoluto entre os quadros de guerra disseminados na obra e a invasão de Pernambuco, nexos que a seleção de exemplos privilegiados talvez engane, fazendo-o parecer transparente, mas que se dissolve no enredoso do texto e ilude o observador, insinua-se uma hipótese para o motivo da intermitente fusão Recife/Olinda. Não custaria a Júlia Marquezim Enone, tão desenvolvida na invenção do cenário e nada convencional na montagem da mediação, representar, via Maria de França, cenas da invasão de Olinda sem trazer a montanha a Maomé. Mas quem sabe se não lhe pareceu demasiado jogar nesses termos com a apreensão do espaço e do tempo, tangendo para a visão da narradora uma cidade distante do lugar onde ela vai ordenando o seu discurso, e, simultaneamente, os fantasmas três vezes seculares de uma guerra?

Teríamos então aí um caso raro e exemplar, no qual a eficácia dos resultados advém da sobrecarga de recursos. As imagens fragmentadas de 1630, dispersas em duas cidades separadas, impõem-se ao leitor porque, exatamente, ao impossível do seu ressurgimento, da sua renovação, da sua transgressão às leis do *tempo* acrescenta-se o impossível de uma transgressão às leis do *espaço*. Com máquinas aladas, Júlia Marquezim Enone remove os alicerces e as construções de Olinda (algumas das quais, nesse lance encantatório, renascidas do pó, com suas arcas, seus armários, os leitos com sobreleito), mescla à capital de hoje a de ontem, unindo – com isto impondo-as sem recusa possível – visões afastadas entre si e, de um ponto de vista natural, duplamente inacessíveis ao "eu" que vê e fala.

Insisto: minha posição, diante das obras literárias, é reverente e pouco amiga de certezas. Não sou dos que fazem perguntas e logo as transformam em convicções. A hipótese acima coexiste em mim com outra, oposta: a preocupação com o espaço e a conseqüente remoção de Olinda teriam conduzido ao motivo da Guerra Holandesa. Seja como for, aí reina, indiscutível, alheio a intenção e origem, o fenômeno de um problema romanesco fora dos padrões, instalado, pela ciência e pela intuição da escritora, na fronteira tênue onde a razão, fascinada, rende-se ao absurdo.⁵⁸⁶

O narrador, apesar do esforço em fazer crer para si que a narrativa sobre o período holandês comportaria uma coerência adequada a um estilo literário, não se deixa de se surpreender com uma ausência de lógica na exposição feita por Maria de França. De fato, a personagem mistura acontecimentos e espaços distintos e, muitas vezes, passado e presente se atravessam. Contudo, isso estaria longe de significar uma ausência de lógica, a não ser que fosse a lógica preconizada pelos historicistas, que, segundo Jacob Gorender, ao analisar a

⁵⁸⁶ LINS, Osman, *op. cit.*, pp. 136-137.

forma de exposição de Marx em *O Capital*, privilegia o fluxo singular dos acontecimentos:

É que a exposição deve figurar um "todo artístico". Suas diversas partes precisam se articular de maneira a constituírem uma totalidade orgânica e não um dispositivo em que os elementos se justapõem como somatório mecânico. Ora, a realização do "todo artístico" ou da "totalidade orgânica" pressupunha a aplicação do modo lógico e não do modo histórico de exposição. Ou seja, as categorias deveriam comparecer não de acordo com a sucessão efetiva na história real, porém conforme as relações internas de suas determinações essenciais, no quadro da sociedade burguesa. Por conseguinte, o tratamento lógico da matéria faz da exposição a forma organizacional apropriada do conhecimento a nível categorial-sistemático e resulta na radical superação do historicismo (entendido o historicismo, na acepção mais ampla, como a compreensão da história por seu fluxo singular, consubstanciado na sucessão única de acontecimentos ou fatos sociais). A exposição lógica afirma a orientação anti-historicista na substituição da sucessão histórica pela articulação sistemática entre categorias abstratas, de acordo com suas determinações intrínsecas. Daí que possa assumir a aparência de construção imposta à realidade de cima e por fora.

Na verdade, trata-se apenas de impressão superficial contra a qual é preciso estar prevenido. Porque, se supera o histórico, o lógico não o suprime. Em primeiro lugar, se o lógico é o fio orientador da exposição, o histórico não pode ser dispensado na condição de contraprova. (...) Em segundo lugar, porém com ainda maior importância, porque o tratamento histórico se torna imprescindível nos processos de gênese e transição, sem os quais a história será impensável.⁵⁸⁷

A lógica que privilegia a sucessão única dos acontecimentos, impondo uma seqüência obrigatória, na qual o acaso é absolutizado, era própria da forma como o Estado autoritário no Brasil conduzia a apropriação e definia e implementava as formas de comemorações dos acontecimentos históricos singulares, únicos e irrepetíveis da história local e nacional, instituindo uma descontinuidade entre os fatos e/ou personagens históricos objetos de comemorações e os sujeitos históricos do presente e a formação histórica destes e dos sujeitos históricos do seu passado.

Dessa forma, as comemorações patrocinadas que eram instaladas, como os sucessivos aniversários do golpe de 31 de março de 1964, redefinido como revolução, tinham a empreitada de anunciar à sociedade a necessidade de uma atrofia histórica em suas mobilizações, haja vista que com o Golpe de 1964 os militares e seus aliados haviam promovido um acaso restaurador da ordem e paz social e implementado uma dinâmica de desenvolvimento social e econômico reparadora para todos os indivíduos. Tal aspecto era muito bem salientado pelo

⁵⁸⁷ Estas assertivas de Jacob Gorender fazem parte da Apresentação, in MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo, Abril Cultural, 1983, pp. XXVII-XVIII. (Os Economistas, v. 1, Livro Primeiro, Tomo 1)

prefeito Augusto Lucena, em 1972, às vésperas da comemoração de mais um aniversário do referido golpe:

O Brasil de nossos dias, graças à sua legítima liderança no Hemisfério, pela confiança e pelo patriotismo de seus líderes, alçou-se ao respeito e à admiração internacionais. E esse exemplo do que pode fazer o trabalho e a ordem, juntos extrapola o nosso mais do que justificado orgulho para transformar-se numa lição a todos os povos.

Justamente agora, quando o Brasil convoca os seus valores maiores, a sua tradição libertária e a inteligência histórica para comemorar os 150 anos de Independência, faz-se imprescindível ressaltar que a liberdade em que somos – também uma aquisição – é o próprio fruto de fidelidade ao Cristianismo, perseverança nos seus ideais e do amor à Pátria. Herança essa ungida em lances de magnitude, que vão desde o epicismo e o desprendimento mais puro ao patriotismo mais autêntico.⁵⁸⁸

Nas palavras do então prefeito Augusto Lucena, o Golpe de 1964 é identificado como um acaso absoluto de um *deus ex-machina*, uma fatalidade, um destino, uma providência que se fazia necessária independente de causalidades genéricas ou singularidades, onde a história ganha contornos a-locais e a-históricos e provém aos homens, entendidos, na melhor das hipóteses, como súditos ou peões, volta e meia outros acasos absolutos (Independência e Cristianismo) e fundamentos imanentes (patriotismo, valores maiores, tradição libertária, lances de magnitude etc).

Um pouco mais de quatro meses antes, em novembro de 1971, quando das reverências pelas vítimas da Intentona Comunista de 1935, o prefeito Augusto Lucena enunciava um discurso no qual o histórico não entra como uma contraprova para fundamentar a lógica do fio condutor da exposição, mas para encerrar qualquer possibilidade de investigação, problematização ou uma comprovação dedutiva, para reforçar o princípio da não-contradição e da naturalização da ordem política e social vigente, sobre a qual alguns fatos (a Intentona) e algumas entidades consideradas sinistras (bolchevismo) são alçados à condição de entidades extra-históricas que tinham por objetivo distorcer o percurso e a pureza dos acontecimentos.

Esse 27 de novembro de 1935, que a cada ano se acresce e assoma em horror e aviva a imagem da traição execrável, é, sem nenhuma dúvida, a lembrança que mais dói no povo brasileiro.

As mãos do ódio armado que saíram das trevas e, encharcadas de sangue, eliminaram irmãos que dormiam e jogaram no luto e na orfandade uma legião de inocentes, foram decepadas pela bravura de nossos soldados. Mas ainda espreitam e tramam no disfarce de calculistas apátridas a serviços do verdadeiro imperialismo.

⁵⁸⁸ **Diário de Pernambuco**, 30/03/1972, p. 7, 1º Caderno.

Em março de 1964, as nossas valorosas Forças Armadas, sob os aplausos do povo, cortaram, novamente, as mãos do ódio, quando inúmeras delas já haviam logrado o timão do Poder.

Agora, neste dia de reverência aos que tombaram pela verdade democrática e pela autonomia brasileira, o governo do Recife rende, também, as homenagens de gratidão e do reconhecimento aos que fizeram e mantêm vivo o movimento cristão e democrático de março – essa esplêndida bandeira de civismo.

Mais do que palavras, o novo espírito nacional que nasceu da Revolução Democrática de Março impõe a vigília a todos os seus soldados – militares e civis – à frente a insigne figura de estadista de homens que é o general-presidente Emílio Garrastazu Médici.

Infelizmente, há uma elite falida e alienada que se arreceia em tomar posição frontal e de vanguardas contra o materialismo e os seus áulicos de todos os matizes, hesitando entre a justiça social cristã e a escravidão estatal e sem saída do bolchevismo.

Quando, neste 27 de novembro de 1971, o atoar dos canhões e dos mosquetes anunciar a oração da Pátria pelos que morreram para que ela permanecesse soberana, estaremos, mais uma vez, povo e governo, unidos na mesma prece e na mesma certeza de que o Brasil continuará em seu caminho, livre e cristão. Liberdade e crença que o conduz para a História e para a Eternidade.⁵⁸⁹

No discurso de Augusto Lucena, as Forças Armadas e o governo emergem como seres/sujeitos racionais que delegam ao povo um padrão inteligível para o seu passado aparentemente caótico, agindo para promover o bem supremo na pátria em seu percurso pela eternidade. Os militares se prestaram ciosamente a exercer esse papel, principalmente nos chamados “anos de chumbo”, entre 1969 e 1975, marcados pela repressão, censura e vigilância, quando, na prática, a partir dos quartéis e por percursos pelas esferas do poder e pela sociedade,⁵⁹⁰ passaram a ditar as formas de celebrações e a definir o viés das comemorações das efemérides. No geral, essas comemorações se caracterizavam por uma desinformação quanto aos detalhes, às formas e aos nexos internos de cada um dos fatos ou personagens históricos apropriados para as celebrações, com a história ganhando um caráter de mera ilustração empirista. Assim sendo, personagens históricos, como Tiradentes, passam a ser exemplos da experiência de ser brasileiro:

⁵⁸⁹ **Diário de Pernambuco**, 27/11/1971, p. 5, 1º Caderno.

⁵⁹⁰ É interessante notar que qualquer que fosse a efeméride na cidade ou no estado, pelo menos entre 1969 e 1974, a presença dos comandantes do Exército, da Marinha e Aeronáutica na região Nordeste, que tinham seus comandos sediados em Recife, era quase que obrigatório. Nas diversas reportagens sobre efemérides, os jornais sempre destacavam a presença de um ou outro comandante e, muitas vezes, faziam uma transcrição na íntegra de seus pronunciamentos, acontecendo o mesmo para ocasiões nas quais eles eram convidados para realizarem palestras ou fazerem algum pronunciamento e até nos momentos de festividades, como futebol ou carnaval, registravam-se a sua presença. Outro detalhe que merecia atenção da imprensa eram as transmissões de comandos, sempre contando com a presença de autoridades e políticos.

Todo cidadão – disse o coronel Gabriel Duarte Ribeiro – deve cultivar os mesmos sentimentos de Tiradentes, para que possa ser um bom brasileiro. Temos a missão de proporcionar segurança à Pátria, segurança desenvolvimentista embora elementos escravos de uma ideologia incompatível com nossos princípios queiram impedir esse desenvolvimento.⁵⁹¹

Outros fatos históricos, como as duas batalhas de Guararapes, são promovidos como referências e exemplos de construção da nacionalidade no Brasil e do amor à pátria, conforme trecho de comunicado da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG):

As Batalhas dos Guararapes constituíram um marco de nossa nacionalidade, fortificando os laços indestrutíveis de amor à Pátria comum.⁵⁹²

Por outro lado, as comemorações do 7 de setembro passam a ilustrar *uma demonstração de civismo e exaltação de nossa soberania*.⁵⁹³



Fig. 37. Propaganda governamental fundada em fatos históricos.
Fonte: **Diário de Pernambuco**, de 18/08/1975, p. 5, 1º Caderno.

No entanto, é nas grandes celebrações que se evidenciará uma contradição inerente às mesmas. Ou seja, ao mesmo tempo em que a história passa à condição de ilustração para a sociedade, esta, apesar da convocação e da divulgação maciça para cativar as mentes e os corações de seus indivíduos, perpetra um distanciamento em relação às comemorações das efemérides.

⁵⁹¹ **Diário de Pernambuco**, 23/04/1970, p. 3, 1º Caderno.

⁵⁹² **Diário de Pernambuco**, 18/04/1971, p. 3, 1º Caderno.

⁵⁹³ **Diário de Pernambuco**, 09/09/1970, p. 3, 1º Caderno.

Podemos averiguar isso durante o trajeto dos despojos de D. Pedro I pelo Recife, em 11 de maio de 1972, por ocasião das comemorações do 150 anos da independência do Brasil, durante o qual a participação popular parece ser mínima, mesmo durante o cortejo, pois quando os jornais se referiam à presença do povo, nas entrelinhas das reportagens poderíamos identificar como povo um aglomerado de estudantes convocados, disciplinados, ensaiados e posicionados, ao longo do trajeto ou na visita pública aos despojos, no Palácio do Campo das Princesas, pelas autoridades, principalmente os alunos de escolas públicas, para promoverem manifestações cívicas, supostamente entusiásticas:

Toda a Praça da República se achava ornamentada com bandeiras do Brasil, de Portugal e do Estado de Pernambuco, tendo especial conotação cívico-social a numerosa presença de alunos de ambos os sexos de diversos estabelecimentos de ensino primário e médio. Privado e oficial, bem uniformizados e conduzindo bandeiras, cartazes alusivos à independência do Brasil.⁵⁹⁴

Participação popular de verdade nas comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil só houve nos jogos da MiniCopa do Mundo, organizada pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD) e financiada pelo Estado, que reunia em uma disputa futebolística a seleção brasileira de futebol e seleções de outros países convidadas para o evento esportivo, com os jogos acontecendo nas principais cidades do país, entre as quais o Recife. Mesmo com esse apelo a uma das paixões do brasileiro, a garantia de um público médio só foi possível com a inversão de recurso para a construção de monumentais estádios de futebol e a instalação de equipamentos urbanos e logística para facilitar o acesso e a acomodação dos torcedores.⁵⁹⁵ Foi o caso das intervenções da prefeitura nas proximidades do Estádio José do Rego Maciel, o Estádio do Arruda, situado no bairro do mesmo nome e pertencente ao Santa Cruz Futebol Clube, onde foram construídas rampas de acesso, pavimentadas ruas, construídos estacionamento e pontes sobre o Canal do Arruda, no curto espaço de três meses. Além disso, o governo do Estado de Pernambuco financiou a construção das últimas etapas do

⁵⁹⁴ **Diário de Pernambuco**, 12/05/1972, p. 3, 1º Caderno.

⁵⁹⁵ Os jogos da MiniCopa no Recife, onde esteve sediada a seleção de Portugal, tiveram uma média de público de 15 mil torcedores, considerada uma presença de público médio para os padrões da época, que só consideravam grande público se o número de torcedores superasse os 20 mil. Por outro lado, é bom destacar que a média de público no Recife tinha alguma relação com a forte presença na cidade de uma colônia de imigrantes portugueses significativa. Sobre o público dos jogos, consultar os boletins das rodadas realizadas e publicadas nas páginas esportivas do Diário de Pernambuco.

Estádio do Arruda com recursos, emprestados a juros baixos, do Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe).⁵⁹⁶

A existência de outras efemérides é aproveitada para a instalação de espaços que deveriam servir para a sociedade como local de culto à pátria e de aprendizagem de um tipo de patriotismo que nunca era muito bem definido e se apresentava amplamente vago e aplicável a qualquer oportunismo político-ideológico. Foi o caso da construção e inauguração do Parque Histórico dos Guararapes, em 18 de abril de 1971, com a presença do então general-presidente Emilio Garrastazu Médici, provido de um monumento e equipamentos de lazer para visitação, que teve dessa forma o seu significado definido por Potiguar Matos, então reitor *pro-tempore* imposto pelo regime autoritário para a Universidade Católica de Pernambuco:

Bem haja, pois, o Governo em criar o Parque Histórico dos Guararapes. Ali se encontra a grande lição que nos há de guiar nas horas de dúvida e indecisão. Então os alicerces da unidade nacional, as marcas inauguradas do sentimento comunitário.⁵⁹⁷

Mais uma vez, o público presente à inauguração eram estudantes desviados das salas de aula, conforme indicam as diversas reportagens do Diário de Pernambuco no dia seguinte. Já as pretensões que Potiguar Matos nutria para o espaço não se verificaram ao longo dos anos, para lá os integrantes da entidade chamada povo só iam, antes e depois da inauguração do Parque, quando ocorria na localidade a tradicional e secular Festa da Pitomba.

Ora, diante da forma como as comemorações das efemérides eram organizadas e da relação estabelecida para com a sociedade, e também como o estudo de História era conduzido no país, pessoas como Maria de França ou qualquer outro só poderiam se apropriar de uma exposição historicista na linha fotográfica e positivista, conforme ressalta Jacob Gorender.⁵⁹⁸ No entanto, essas não eram as únicas formas de acesso de Maria de França ao conhecimento da história de sua localidade. Como a Festa da Pitomba, que tem sua origem nas comemorações da vitória sobre os holandeses, ela pode captar para si memórias, registros e informações históricas através de outras manifestações culturais das

⁵⁹⁶ Sobre estes aspectos, consultar o Diário de Pernambuco, nas suas edições entre fevereiro e março de 1971, principalmente, o caderno dedicado aos esportes.

⁵⁹⁷ **Diário de Pernambuco**, 18/04/1971, p. 3, 1º Caderno.

⁵⁹⁸ Sobre esta colocação deste historiador, consultar: GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ed. Ática, 1978, pp. 31-32. (Ensaio, n. 29)

gentes de sua cidade, como nas temáticas desenvolvidas por folguedos ou então tomar ciência através de relatos de outros ou de conversas com eles.

Cheio de marujos, o navio, associado às imagens evidentes de guerra, ancora "na praça, no chão seco" – espaço anômalo – e com esta manobra ingressa no irreal. Isto se escapa ao leitor que a romancista aí não se reporta à *guerra* e sim à *feira*: alude à Nau Catarineta, folguedo popular do Nordeste que o inglês Henry Koster, parece, é o primeiro a descrever (*Travels in Brazil*, 1816), mas já se pode ver, em segundo plano, num esboço de Franz Post. Baseado no naufrágio do navio que, em 1565, se dirigia a Lisboa vindo do Recife, representa, com dançarinos e cantores, a tripulação em luta contra o Demônio, a Fome e o Extravio, chegando por fim à terra firme. Não me consta que alguma fonte mencione expressamente a Nau Catarineta entre os festejos com os quais Matias de Albuquerque "encanta e engana" Olinda e Recife. Haveria, entretanto, prefiguração mais acessível da ameaça holandesa, à qual sobrevive a Nau em perigo, comandada pelo ínclito e leal Capitão?

Imagem também enigmática da *feira* é a do "boi com fitas verdes nos chifres", decerto um particular do Cavalo-Marinheiro, auto pastoril do Nordeste, que o intolerante cronista de costumes P.e Lopes Gama, no século passado, chama "agregado de disparates". As muitas figuras do auto-gente, animais e seres fantásticos – cantam, bebem, dançam e correm, oito horas seguidas. Afinal morre o Boi, "sem que nem para que", diz Lopes Gama, e ressuscita por via de um clister. Dispensando-me de indicar a equivalência, nesse breve passo do romance, entre os instrumentos musicais e as vozes de comando ou entre os fogos de artifício e as lanças, elementos com a identidade à flor do nome e obviamente associados à oposição *feira/guerra*.⁵⁹⁹

Este o portentoso naufrágio que Maria de França e Antônio Áureo assistem; e no qual o "espírito de luz", irritado, vê um desperdício. Impossível dizer se o seu julgamento reflete a posição da escritora perante o fato histórico ou se expressa de um modo geral a reação dos pobres.⁶⁰⁰

A narrativa histórica de Maria de França concentra em si a angústia, o desgosto, as feridas e a deserção que a ela e a outros de sua estirpe foram impostos na longa história de um país e de uma cidade onde as elites e/ou os mandantes sempre quiseram e premeditaram se apropriar de seus despojos, fossem os oprimidos nas guerras do açúcar da Olinda e Recife colonial ou na Recife rasgadas por feitos modernizantes. Então como poderia Maria de França separar passado e presente e distinguir localidades sem ter que mesclá-los? Afinal, para a personagem, como um dia propôs Walter Benjamin: *Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi". Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como relampeja no momento de um perigo*.⁶⁰¹ Pois só a história como mera ilustração empirista se presta a conhecer

⁵⁹⁹ LINS, Osman, *op. cit.*, pp. 129-130

⁶⁰⁰ Idem, p. 134.

⁶⁰¹ Benjamin, Walter, *op. cit.*, p. 224.

o passado tal como ele foi à luz da imagem de seu presente que se dirige ao seu próprio presente.⁶⁰²

Portanto não há nada de desconexo, delirante, irracional no discurso de Maria de França. Como alertou Jacob Gorender, a sua exposição só não obedece à lógica que justapõe mecanicamente um somatório do material histórico que ela investiga, mas se volta para a articulação de partes que constituem uma outra totalidade orgânica no qual as partes narradas vão obedecendo a uma lógica de exposição conforme as relações internas de suas determinações essenciais.

2. AS METAMORFOSES DOS ESTILOS E MODOS DE VIDA

As bancas de revistas e os cinemas tiveram o mérito de tornar evidente para todos uma relação consolidada entre a produção cultural e o espectador/consumidor. Por outro lado, a relação entre os antigos e novos complexos de estabelecimentos de usufruto do lazer e do entretenimento e outros de acesso ao saber e bens culturais tiveram a relevância de anunciar na cidade do Recife a emergência de novas formas de cultivar os modos de vida de suas gentes, agregando algo aos indivíduos e ao mundo ao seu redor.

Os estabelecimentos que de imediato passaram a registrar as novas formas de cultivo dos modos de vida foram os restaurantes, bares e outros nos quais eram oferecidos alguns tipos de diversão (música, dança, show, espetáculos teatrais), dos quais emergia um novo estilo de consumo. O primeiro sintoma dessa emergência foi o aparecimento de novos e/ou a reestruturação de antigos estabelecimentos que passaram a primar pelo requinte marcado por apuro na organização de ambientes no qual o freqüentador pudesse usufruir uma certa intimidade, como nas recepções e nas reuniões informais oferecidas em seus ambientes privados.

Esses estabelecimentos eram motivos de notas nas colunas sociais dos jornais da cidade, significando que freqüentar um determinado estabelecimento era primar pelo bom gosto e ter um *status* além da média, bem como um restaurante que recebesse comentários significava ser um lugar de bom gosto. Um dos colunistas que mais se utilizavam desses comentários era o jornalista

⁶⁰² Fizemos aqui uma adaptação da frase de Walter Benjamin: *Pois irrecuperável é cada imagem do presente que se dirige ao presente, sem que esse se sinta visado por ela.* Idem, p. 224.

João Alberto, conforme podemos averiguar nos extratos abaixo de suas colunas no Diário de Pernambuco.

CHEZ MICHEL

O Recife, em matéria de bons restaurantes, está realmente muito bem servido. Inclusive na categoria de alto luxo. Anteontem, estive conhecendo o Chez Michel, inaugurado na véspera. Uma casa realmente sensacional, feita com o maior bom-gosto e que nada fica a dever aos melhores restaurantes do Sul. Na decoração, destaque para três painéis de Corbiniano. Homem de fina sensibilidade, Michel dotou sua casa do melhor, inclusive com a importação de muitas iguarias. Na parte externa, haverá uma churrascaria francesa e uma máquina de caldo de cana. Mas o detalhe mais curioso da casa está no cardápio (igualmente feito com bom-gosto): a cada mês, ele será mudado, no que diz respeito às especialidades da casa, com pratos que homenagearão figuras de destaque. (...) ⁶⁰³

Quick's é a Casa de Pasto mais Nova da Boa Vista. (...) é a mais sofisticada casa de lanche do Recife, inaugurada recentemente, na Gervásio Pires, 356, em frente à Phillips. ⁶⁰⁴

Muito bem freqüentado o Restaurante Igarassu, inaugurado recentemente, no prédio do mesmo nome (térreo) na Praça do Carmo. Na última sexta-feira, o seu proprietário, sr. João Justo, reuniu a imprensa para um coquetel de apresentação da mais nova casa de pasto do Recife. ⁶⁰⁵

Restaurante do Minho

Dia 29/08 às 17:00 horas – Inauguração do Restaurante do Minho, mais uma casa portuguesa a seu serviço, sob a direção do maitre AMARAL. Apresentação diária de Galo Preto e outras atrações. Rua Ulhoa Cintra, 122 ⁶⁰⁶

DOÇARIA

Vitória Wanderley retornando a uma antiga e quase esquecida tradição pernambucana: a dos pastéis da vovó, os finos doces caramelados e os regionais doces de frutas. Tudo isso será oferecido numa galeria do Edifício Pessoa de Melo ainda este mês. ⁶⁰⁷

Filial

A Adega da Mouraria, que é um dos nossos melhores restaurantes, sempre freqüentados pelo melhor da sociedade, prepara-se para abrir uma filial. Será, também, no centro da cidade, com o mesmo requinte. ⁶⁰⁸

Para tanto, esses estabelecimentos passaram a prover uma certa originalidade quanto ao tratamento, que ia desde atendimento personalizado a assistência aos grupos em reuniões informais de negócios ou em busca do lazer depois do trabalho em seus escritórios; uma certa concepção de bom gosto ditado por uma decoração que misturava desde estilos clássicos aos novos padrões de ambientes influenciados pelo *design* industrial; comodidades marcadas por climatizações e iluminação diferenciada em relação à realidade dos outros

⁶⁰³ **Diário de Pernambuco**, 15/04/1973, p. 3, 2º Caderno.

⁶⁰⁴ **Diário de Pernambuco**, 10/03/1974, p. 3, 2º Caderno.

⁶⁰⁵ **Diário de Pernambuco**, 09/05/1974, p. 5, 2º Caderno.

⁶⁰⁶ **Diário de Pernambuco**, 27/08/1974, p. 7, 2º Caderno.

⁶⁰⁷ **Diário de Pernambuco**, 04/11/1974, p. 7, 2º Caderno.

⁶⁰⁸ **Diário de Pernambuco**, 10/10/1975, p. 7, 2º Caderno.

ambientes da cidade, criando uma quase outra realidade agradável sintonizada aos desejos de seus freqüentadores; e, por fim, um espaço apurado e sensível que fugia ao lugar comum e ofertava situações aprazíveis.⁶⁰⁹

Abaixo, destacamos alguns anúncios desses tipos de estabelecimento, nos quais são destacados os ambientes com sua especialidade na bebida de *status* social da época (o whisky), seu conforto, seu diferencial e serviços, referendando as observações e apreciações do colunista social acima citado.

Central Drinks – Bar e Restaurantes, Av. Manoel Borba.

Restaurante PANORÂMICO A. I. P. – a mais bela vista da cidade.

Whisky Bar – Térreo do Hotel Guararapes

Restaurante Grande Hotel, Martins de Barros, 593 Ar condicionado, cozinha internacional, estacionamento, elevador.

VISITE O RESTAURANTE CLUBE DA INDÚSTRIA

Cardápio a *la carte* – Salão de Drinks – Aberto das 9 às 17hs

Encarregamo-nos de Banquetes e Coquetéis, Inaugurações e Casamentos

Edifício Limoeiro, 6º m – R. Marquês do Recife, 154.⁶¹⁰

Esses ambientes privilegiavam uma clientela desejosa de possuir um novo estilo de consumo, de ostentação e de modo de vida, sintonizados com os que se praticavam nos principais centros de consumo do país. Não foi à toa que o colunista João Alberto, quando da descrição do restaurante Chez Michel, fez questão de ressaltar que o mesmo estava à altura dos melhores restaurantes do Sul do país; ou seja: quem se habilitasse poderia agora estar sintonizado com os mesmos padrões de consumo das principais e mais sofisticadas praças de consumo do país.

O que fundamentava o desejo por um novo estilo de consumo dos integrantes dessa clientela era terem agregado a si uma moralidade que se desvinculava da transcendência, fosse ela uma moral absoluta (a religiosa) ou relativa (a estética), para se adequarem a uma outra moralidade imposta pelo mundo que lhes era externo, exigindo deles, sobretudo, para o reconhecimento, a recompensa e a promoção social e a consagração do prestígio social, a adoção de uma concepção positiva da moral e da ética estruturada no poder aquisitivo e na capacidade de consumo e pela ocupação que podiam alçar no mercado de

⁶⁰⁹ Fizemos aqui uma descrição destes ambientes fundamentados numa série de publicidades sobre os mesmos e em descrições feitas em diversas notas do colunista social João Alberto, do Diário de Pernambuco.

⁶¹⁰ Anúncios retirados do Diário de Pernambuco, nas edições dos meses de fev./1970, jan./1970, dez/1969, dez/1969, mar/1970, pela ordem de apresentação dos anúncios, respectivamente.

trabalho, através de prováveis méritos profissionais que lhes garantiam boas rendas com as quais podiam acessar o consumo de artigos de luxo e supérfluos, realizar atividades extravagantes e onerosas⁶¹¹ e usufruir de opções de lazer que à época eram consideradas *in*.⁶¹² Na realidade eram aqueles segmentos da classe média alta, que através dos postos de trabalhos obtidos na nova fase da economia capitalista no país pretendiam realizar suas ambições meritocráticas e possuir um *status* social equivalente aos da elite da cidade.

A confirmação do *status* social desses indivíduos vinha através do anúncio público do reconhecimento do *status* feito por profissionais com autoridade reconhecida pelas elites da cidade para proclamar os que estavam sintonizados com os princípios que fundamentavam o seu modo de vida e a sua moralidade. E talvez um dos mais apurados profissionais para esse serviço era o citado colunista João Alberto, principalmente quando destacava em sua coluna a frequência de indivíduos em determinados restaurantes e passava a tecer arroubos, elevados aos extremos, sobre as suas supostas qualidades morais, éticas e profissionais, como se fosse uma espécie de certificado de um rito de passagem.

Jantar no Barril

Quem esteve visitando o Recife foi o engenheiro Lauriston Pessoa Monteiro, um dos diretores do Grupo União – setor de Petróleo e Investimentos. Uma figura humana extraordinária, *gentleman* realmente, ele foi diretor da saudosa “Great-Western” e vice-presidente da Rede Ferroviária Federal, antes de passar para a iniciativa privada. Na sexta-feira, ele participou de um jantar dos mais simpáticos, no Barril, ao lado do seu irmão Ronaldo Pessoa Monteiro, do excelente cirurgião plástico Arlindo Aguiar (com Ana Cristina superchic) e do seu grande amigo Wilson Lustosa.

A “Adega da Mouraria” muito movimentada durante o almoço. Políticos, jornalistas e homens de negócios aderiram à casa da rua Ulhoa Cintra. Semana passada, em mesa muito movimentada, encontrei Augusto Novais (IPSEP) e o deputado Oswaldo Rabelo. Depois chegou o secretário do Interior e Justiça e seus auxiliares diretos.

⁶¹¹ Dentre estas atividades podemos citar: aparelhar automóveis com uma série de acessórios (pneus tala larga, jantes feitas de material metálicos especiais, equipamento de som ambiente, revestimentos de materiais sofisticados) para passeios visando à ostentação, viagens turísticas para lugares de projeção internacional, recepções organizadas para comemorações festivas, passeios náuticos em embarcações tipo iate ou lanchas, praticar tênis etc.

⁶¹² O termo *in* significava estar na moda ou consumir e ser algo que correspondia aos valores positivos da moda. A este termo se contrapunha outro, o *out*, significando fora de moda ou de praxe ou até mesmo o sinônimo de alguém que é deselegante no consumo e no modo de vida. Estes dois termos eram muito usados pelo colunista social João Alberto em suas colunas sociais, no Diário de Pernambuco, e no seu programa diário de televisão *Top Set*, na TV Rádio Clube. Sobre este programa do colunista social, ver: TELES, José. **Do frevo ao manguêbeat**. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 174.

Neste mesmo dia, almoçando tranquilamente, o secretário Urbano Vitalino. Em outra mesas o companheiro Joesil Barros, gerente de publicidade do DIÁRIO. Sobre a “Adega da Mouraria” ela tem um dos melhores “maitres” do Recife: Amaral. E para quem gosta de **buffet** de frios, fica nossa indicação.

MIRAMAR

Quem estava jantando no Miramar, no fim-de-semana, foi o casal Euclides Medeiros. No mesmo grupo, o dentista e senhora José Medeiros.⁶¹³

A antinomia desses estabelecimentos e do modo de vida e da moralidade que os trespassavam estavam presentes nos locais e entre as gentes situadas no inverso da escala social da cidade do Recife. No seu extremo estavam os parques de diversões de rua⁶¹⁴, os bares e os bordéis que eram crescentemente ameaçados de extinção e/ou de transferência para guetos por injunções e pressões da nova ordem modernizante, do modo de vida emergente da sociedade de consumo e da moralidade tradicional, todos mantidos por um arcabouço que se fundava em preceitos irrefletidos que ignoravam as particularidades e a complexidade da situação a que se propunham julgar, por não estarem sintonizados com a moral, normas, valores, ética, costumes e comportamentos que adotavam.

Uma das primeiras formas de diversão a sofrer pressões e injunções dessa frente e das modernizações efetuadas no Recife foi a festa de rua, ou parque de diversão de rua, principalmente com a modernização viária da cidade, que lhe foi retirando espaços que agora eram destinados ao pleno uso, em tempo integral, das maquinárias automobilísticas, alocando-os em espaços cada vez mais restritos que dificultavam o funcionamento dos equipamentos de diversão, quando não entrava em cena a concorrência das novas formas de diversão e entretenimento ou o moralismo para fazê-los desaparecer.

Em 1975, quando ainda subsistiam muitos parques de diversão de rua no Recife, os sinais claros de um processo quase irreversível de sua extinção eram

⁶¹³ Pela ordem de transcrição das notas jornalísticas: **Diário de Pernambuco**, 27/08/1973, p. 7, 1º Caderno; 09/09/1973, p. 137, 2º Caderno; 04/06/1974, p. 5, 2º Caderno

⁶¹⁴ O parque de diversão a que nos referimos eram as tradicionais festas de ruas instaladas e realizadas em determinados logradouros no período do ano em que se comemorava a semana dedicada ao santo ou santa da igreja da paróquia local. Nestas festas, eram instalados brinquedos (roda-gigante, carrossel, barca, montanha russa, trenzinho, casa da mulher monga) e barracas de venda de alimentos (venda de cachorro-quente, maçã-do-amor, pitomba, pastel, bebidas) e jogos (tiro ao alvo, pescaria, roleta, argola, baralho). A maioria destas festas de rua foram sendo extinta no correr das duas últimas décadas devido à concorrência dos chamados *playcenter*, aos entraves burocráticos para instalação dos parques e o advento de uma série de novos entretenimentos. Os parques de diversão que restam na cidade são, normalmente, instalados nas periferias da cidade ou em localidade para atender a uma clientela com pouca renda para usufruir o entretenimento que requer do indivíduo um poder aquisitivo maior.

apresentados na reportagem *Transferência dos parques traz problemas de espaço*, do Diário de Pernambuco, na qual, primeiramente, alocava-se o progresso criador de problemas para a manutenção e existência desse tipo de diversão:

Os funcionários dos parques de diversões instalados em frente à Igreja de Nossa Senhora do Carmo, para os festejos em homenagem à Padroeira do Recife, reclamam de que a transferência dos brinquedos motivou “aperto do espaço”, mas acham que “a brincadeira vai dar pra animar a festa”. Os brinquedos foram transferidos por determinação do Departamento de Trânsito (DETRAN), sob o argumento de que, caso continuassem onde estavam, atrapalhariam o tráfego de veículos e de pedestres.

“O problema é que, depois de trazidos para cá, os brinquedos ficaram muito perto uns dos outros e o movimento dos pedestres pode ser atrapalhado” – dizia, à tarde de ontem, Djalma Benjamin, funcionário de um dos três parques de diversões em frente à Igreja.⁶¹⁵

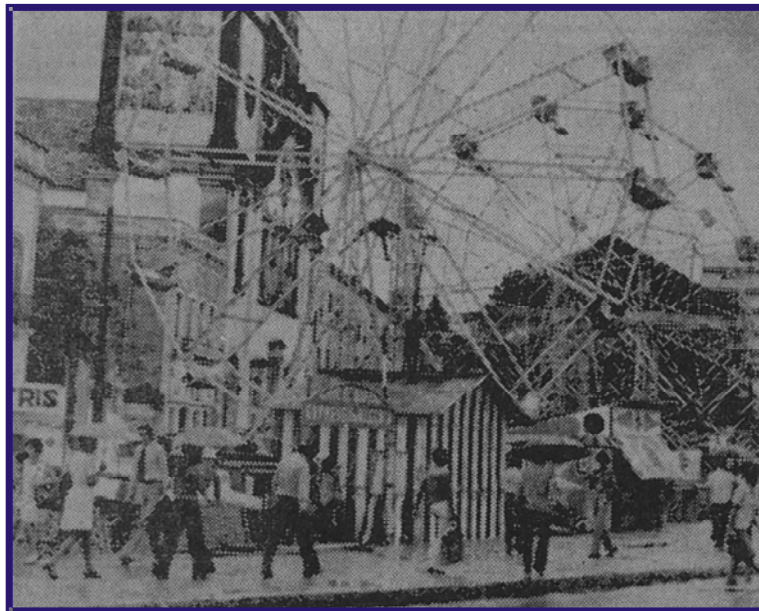


Fig. 38. Festa de rua na área central do Recife.
Fonte: *Diário de Pernambuco*, de 11/07/1975, p. 3, 1º Caderno.

A esse fator se somava a concorrência de outras formas de diversão que retiravam cada vez mais a clientela dos parques de diversão de rua, conforme alegava Onésimo Viana, diretor da Empresa Metropolitana de Turismo (Emetur), na mesma reportagem:

Segundo ele, a televisão, o cinema, as boates e os clubes, todos surgidos há pouco tempo, mudaram os hábitos do povo, proporcionando-lhes diversão mais barata e confortável. “Tudo isso, além das novas avenidas que são abertas e tornam áreas restritas em muito espaçosas, faz com que o povo deixe de comparecer às festas de rua. Hoje, somente uma parcela da gente humilde vai às festas”, disse Onésimo Viana.⁶¹⁶

⁶¹⁵ *Diário de Pernambuco*, 11/07/1975, p. 2, 1º Caderno.

⁶¹⁶ *Diário de Pernambuco*, *op. cit.*.

Anexa a esses fatores, havia ainda a oposição de integrantes da classe média, que viam nas festas de rua um atentado e ameaça aos seus preceitos morais e modos de vida:

As festas do Carmo, de Nossa Senhora das Salinas (em Santo Amaro), de Santa Luzia (na Torre), além de outras, tinham apenas um caráter religioso, mas atualmente são pretextos para bebedeiras e “paquerações”. Essa é opinião do advogado e poeta Fernando Leal Martins, salientando que os festejos de rua, ao perderem o sentido religioso, ficaram descaracterizados, transformando-se em festas mundanas, conseqüentemente, evitadas pelos religiosos praticantes.⁶¹⁷

Numa situação oposta às festas de rua, crescia cada vez mais o número de estabelecimentos que mesclavam diversão e prostituição, nos quais as pessoas desejosas de satisfazer a sua libido e à procura de diversão, encontravam pelo Recife adentro e na periferia da cidade casas travestidas de churrascarias que ofereciam serviços no valor de até Cr\$ 30,00, equivalente a menos de 10% de um salário mínimo, preço acessível a muitos das classes subalternas que tivessem alguma renda. Essas churrascarias, boates, inferninhos, *rendez-vous*, prostíbulos, *drinks* dançantes, bordéis ou outra denominação qualquer, ainda conseguiam preservar e manter um certo alarido e festividade que foi sendo expurgado das ruas e principais áreas de lazer do Recife para dar lugar a uma nova cultura de diversão. Essa é uma constatação feita pelo narrador de *A rainha dos cárceres da Grécia* ao averiguar as canções presentes no romance da ex-companheira e relembrar que no seu presente é mais comum ouvi-las nos cabarés, que o leva a rememorar os bairros festivos de uma outra época.

Ontem, dediquei a tarde aos que restavam e constatei que inclusive as canções antiquadas, do tipo que se ouve nos cabarés decadentes e que as prostitutas em artigo de abandono repetem madrugada adentro, interpretadas pelos astros da seresta e do samba compassado, nas vitrolas automáticas da zona, têm lugar no seu livro. *A Rainha dos Cárceres da Grécia*, assim, para quem como eu o conhece, torna-se mais e mais semelhante, quando o lemos, a um bairro festivo que se cruza e onde, das lojas e das ruas transversais, vêm ao nosso encontro breves retalhos de músicas: o livro ressoa.⁶¹⁸

E ao que parece, além de uma certa repulsa moral ao meretrício, o que mais incomodava os queixosos quanto à presença dos estabelecimentos de meretrício na proximidade de suas residências era justamente esse aspecto festivo que o narrador rememora e, principalmente, por serem estuantes festividades que lhes despertavam um receio de se propagarem até o ambiente de suas esferas

⁶¹⁷ Idem.

⁶¹⁸ LINS, Osman, *op. cit.*, p. 95.

privadas, despertando-lhes o temor de poderem vir a desestruturar o modo de vida, os costumes e os comportamentos de tradicional ou novo *status* social.⁶¹⁹

Contudo, as casas de meretrício não só tentavam preservar uma antiga festividade perdida pelas ruas da cidade como também ainda procuravam mesclar em si a aspiração de querer ser um lugar onde fosse possível tratar de negócios e, ao mesmo tempo, ser uma confraria que preservasse aspectos de uma morada habitual de pessoas que mantêm laços entre si, como numa família.⁶²⁰ Assim nos parece ser o bordel onde Maria de França vai exercer o ofício de prostituta, que a ela lhe parece respeitável por portar elementos próprios de uma residência familiar, revelando-nos um aspecto comum às muitas casas de meretrício do Recife: o dos ambientes servirem tanto como lugares para o exercício da profissão como uma moradia, e, assim sendo, na composição do ambiente, na medida do possível, e nas horas em que não se trabalhava, eram tratados como residências dos que ali moravam.

Assim, quando Maria passa a trabalhar, aos doze ou treze anos, em mais uma casa de aparência respeitável (na verdade, conforme indicam certos pormenores, um bordel disfarçado, apesar das estampas de santos pelos quartos), vemos delinear-se como num melodrama a prostituição precoce.⁶²¹

Ao lado dos bordéis, prostíbulos, drinks dançantes etc, o Recife era polvilhado de botecos, bares, bodegas, restaurantes e tantos outros do gênero onde um estilo de vida habitava, distinto daqueles onde transitava o *establishment* da cidade e tão decantados nas colunas de João Alberto. Era o modo de vida do tradicional boêmio, que não prestava crédito e não se conciliava com o bom gosto, a sofisticação e o refinamento dos ambientes classificados como da moda ou *in* pelos Joões Albertos de plantão. Esses remanescentes da boêmia se apropriavam dos bares como se fossem suas moradias e, entre um bar e outro, catavam amigos, conhecidos ou alguém disposto a lhe pagar uma bebida, de preferência um cachaça, e um tira-gosto. Um retrato desse tipo de boêmio foi feito

⁶¹⁹ Em quase todas as reportagens nas quais são registradas manifestações de repúdio de pessoas residentes próximas às casa de meretrício, principalmente em bairros como o Pina, Boa Viagem e Boa Vista, as manifestações também incluem reclamações sistemáticas e indignadas contra o alarido das festividades praticadas nos ambientes. Sobre este aspecto, consultar as seguintes edições do **Diário de Pernambuco**, 01/10/1969, p. 8, 1º Caderno; 04/10/1969, p. 8, 1º Caderno; 11/10/1969, p. 8, 1º Caderno; 06/02/1970, p. 8, 1º Caderno; 19/08/1972, p. 13, 2º Caderno; 16/10/1973, p. 3, 1º Caderno; 02/08/1974, p. 12, 1º Caderno; 04/08/1974, p. 31, 1º Caderno.

⁶²⁰ Nas reportagens a que nos referimos na nota 519, é possível encontrar informes sobre este aspecto.

⁶²¹ LINS, Osman, *op. cit.*, p. 14.

pelo jornalista Silénio Homem, depois de ter encontrado em um bar um antigo conhecido, de nome Pedro Malazarte, que sempre andava pelos bares com uma sacola de plástico onde guardava uma garrafa de aguardente, um copo, frutas da estação e manuscritos de suas memórias.

Bebe pela medida antiga, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva. O dia e a noite não lhe fazem sentido. Seu tempo é marcado pelo ritmo regular das lapadas e pelo casto beijo – não é mais que isso – ao tira-gosto. Suas datas importantes são todas móveis, pois depende da eventual chegada de um amigo ao boteco onde baixou.

– Amigo, saúda com voz cava e longa à chegada do conhecido. E vai se abancando de mão estendida o coração ávido de fraternidade e de pinga.⁶²²

A situação de Pedro Malazarte se assemelha à de Maria de França e Nicolau Pompeu, o Dudu, seu noivo, ao brincarem no Carnaval de rua do Recife, que ainda conseguia subsistir no final dos anos 1960 e início de 1970. No trecho do romance de *A rainha dos cárceres da Grécia*, que seria um extrato do romance inédito de Júlia Marquezim Enone, cujos parágrafos vão sendo compostos a partir da montagem e combinação de trechos de músicas e nomes de canções e blocos carnavalescos do Recife, os dois personagens vão cantando canções carnavalescas e entrando como penetras nos bares e sob as mesas dos bares, de onde vão catando restos de cerveja, lança-perfume, confetes, serpentinas, para, ao som das músicas que ainda tocam na noite e madrugada adentro, viver o carnaval, uma das poucas diversões comuns a todos na cidade que eles podiam usufruir:

"Nicolau e eu debaixo de uma mesa, cama fofa de confetes e serpentinas *que eu até me embaraço*, o bar quase deserto, que horas?, noite alta?, músicas na cabeça, *ó jardineira, que vais fazer, mandarim?, gosto de te ver, morena, soltando papagaio de papel*, bom é lança-perfume com cerveja, Nicolau se levanta e emborca sobras de copos, grito embaixo da mesa que não precisa pressa e ele *"Eu quero ver queimar carvão, eu quero ver carvão queimar, a sede me tortura, negra"*, também eu com sede, sede e dor de cabeça, mas o que dói de verdade é o homem do piano, batucando e berrando

*"Eu já cantei muito em serenata
na porta de uma ingrata",*

a ingrata uma tolerada gorda e serzida, *estandartes no ar*, um mascarado na porta, dançando feito um boneco e gritando para dentro "Olha a Porteira do Mundo, gente, a Porteira do Mundo!", madrugada alta, *um coro* muito longe entoia a *marcha regresso*, chora a tolerada junto do piano manchando a cara pintada de vermelho, um coração miúdo em cada lado da cara, se lamenta para o homem *"Esta vida é mesmo assim, Hermilo, viver feliz quem me dera*, Hermilo canta batendo no piano

*"Eu não sei o que fazer
para o meu amor não chorar",*

Nicolau canta com ele, vão por aí pedaços do domingo e do Recife, *Rua Nova, Imperatriz, Imperador, Praça da Independência*, eu e Nicolau Pompeu de

⁶²² **Diário de Pernambuco**, 05/10/1975, p. 16, Caderno de Domingo.

*chapéu de sol aberto, os blocos famosos, Bloco das Flores, Andaluzas, Pirlampos, Os Corações Futuristas, a Lira de Charmion, a multidão me acompanha, o cara grita, agora dentro do bar: "A Porteira do Mundo! A Porteira do Mundo!"*⁶²³

Mas, até este Carnaval comum a todos e a todos capaz de reunir em uma celebração, vai se despedindo de sua tradicional forma para receber um tratamento estilizado e converter-se em mais um objeto de consumo, como um espetáculo da indústria cultural ou de turismo. Algo que tinha sido constatado num texto escrito por Stélio Gonçalves, em 1969:

Alguns turistas menos avisados, teima em querer conhecer o nosso carnaval. Na verdade, cai no conto do maior carnaval do mundo. Esta terra, já teve o carnaval mais autêntico, mais rico em folclore, mais animado no tempo em que o povo era o único e exclusivo responsável pela festa. Porém, depois, começaram a aparecer os "donos". Finalmente, a Câmara Municipal, através da lei 9355 oficializou o carnaval. O município passou a ser o único e exclusivo responsável pelos festejos, dando cartas e jogando de mão. As entidades especializadas – Federação Carnavalesca e Associação dos Cronistas – foram relegadas a plano secundário. Basta dizer que na constituição da COC (Comissão Organizadora do Carnaval), enquanto a Câmara Municipal tem cinco representantes e o prefeito 4 (quatro), a Federação e a Associação dos Cronistas contam apenas, com delegado, cada uma.

O carnaval que surgiu e vivia da alma das ruas livre e independente como o próprio frevo, passou a ser transformado num carnaval-espetáculo, com desfile para-militar, sob a batuta do novo órgão municipal.⁶²⁴

Nos anos que se seguiram, os fatos vieram dar razão a esse jornalista, pois, em meados dos anos de 1970, o até então melhor Carnaval do mundo, o Carnaval de rua do Recife, definhava a um ponto de nos dias de entrudo as ruas da área central da cidade, com exceção de alguns poucos pólos e dos locais de desfile das agremiações carnavalescas, ficarem tão abandonados quanto nas altas horas da madrugada. Para isso contribuiu uma série de medidas e políticas estatais em relação ao Carnaval da cidade, como: instituição de normas, disciplinares e regulamentos para o desfile das agremiações carnavalescas; subordinação das mesmas às subvenções financeiras controladas pela Prefeitura do Recife e integrantes da Câmara Municipal; perda de autonomia das agremiações para o poder de coordenação, direção e disciplinamento dos órgãos estatais responsáveis pela organização do Carnaval; restrição das apresentações das agremiações aos desfiles institucionalizados para geração de um espetáculo destinado aos que podiam pagar ingressos para assistir a ele em arquibancadas; cerceamento da liberdade de expressão e criação das agremiações

⁶²³ LINS, Osman, *op. cit.*, pp. 88-89.

⁶²⁴ **Diário de Pernambuco**, 23/11/1969, p. 3, 1º Caderno.

carnavalescas e da participação do folião com imposição de itinerários de apresentação e exposição das agremiações através de passarelas normatizadas por arquibancadas e cordões de isolamento; proibição e repressão às formas tradicionais do folião comemorar o Carnaval, fosse o mela-mela ou os corsos, como forma de higienizar e hipoteticamente civilizar a festa.

Esses fatos seriam confirmados, seis anos depois, em 1975, pelo próprio Stélio Gonçalves em um outro texto:

O carnaval do Recife, considerado o melhor do mundo, tem enfrentado ultimamente os mais sérios problemas. Enquanto nos clubes sociais tudo parece ir muito bem, com uma preparação a capricho, cuidando-se dos menores detalhes para se dar o melhor ao associado, o carnaval de rua sofre um esvaziamento, deixando muito a desejar. Os organizadores, impondo os seus regulamentos, as determinações, as proibições, as interferências indébitas, fazem de tudo à inteira revelia do povo e dos verdadeiros líderes do carnaval.

Com isso, a “desorganização organizada” que sempre foi o carnaval de rua do Recife – livre, espontâneo e criativo, passou a ser tutelado, programado, arrancado de suas verdadeiras raízes e, por isso, vai aceleradamente se descolorindo e morrendo. O carnaval de rua era uma festa de todos. Ricos e pobres, sem distinção e sem fronteiras.⁶²⁵

Na segunda metade da década de 1970, o colapso do Carnaval de rua do Recife era tão evidente que aquele que ainda quisesse brincar os festejos momescos tinha que recorrer quase que obrigatoriamente a duas outras opções, conforme o seu poder aquisitivo, isto é: ou se dirigir ao Carnaval de Olinda,⁶²⁶ caracterizado por uma festa de rua, apropriada para os foliões com menos renda e dispostos a lá ressuscitar as figuras típicas de outros carnavais,⁶²⁷ ou então freqüentar o Carnaval dos clubes sociais e esportivos do Recife, mas condizentes com os que tinham uma renda disponível para custear ingressos, bebidas, comidas e fantasias. Foi para esta última opção que se dirigiu a classe média recifense, lotando os clubes sociais da cidade e levando o jornalista João Alberto a escrever uma reportagem, intitulada *O melhor carnaval interno do mundo*, na

⁶²⁵ **Diário de Pernambuco**, 05/02/1975, p. 2, 1º Caderno. Além dos artigos de Stélio Gonçalves, utilizamos como subsídio um série de outras reportagens sobre o Carnaval do Recife, principalmente as que foram publicadas às vésperas dos festejos momescos, entre janeiro e fevereiro, quando se levantavam questões e teses quanto aos destino da festa.

⁶²⁶ Reportagens de fevereiro de 1974 anunciavam que o Carnaval de rua de Olinda já superava o do Recife, atraindo muito para si muitos foliões desta cidade. In **Diário de Pernambuco**, 28/02/1974, pp. 1 e 7, 1º Caderno.

⁶²⁷ No referimos aqui aos foliões que se dispunham a se fantasiar para brincar o Carnaval. As figuras típicas eram muito comuns nos carnavais do Recife, contudo, nos anos de 1970, começaram a escassear e aparecer em maior profusão no Carnaval de Olinda. Sobre este aspecto, consultar: **Diário de Pernambuco**, 08/03/1973, p. 10, 1º Caderno e 01/03/1974, p. 10, 2º Caderno.

qual se enchia de satisfação por ter finalmente os da sua ordem encontrado um espaço condigno para brincar o Carnaval sem ter que recorrer às ruas: *O Recife provou, mais uma vez, que possui o mais animado carnaval de clubes do país. Enquanto a alegria desaparecia das ruas, os clubes – todos eles – viam suas sedes superlotadas, num entusiasmo fora do comum.*⁶²⁸

A celebração, a apologia e a satisfação do colunista João Alberto com o sucesso do Carnaval de clube e com as novas formas e meios de lazer e entretenimento disponíveis tinham um público certo. Além das elites da cidade, dirigiam-se, preferencialmente, às frações da classe média assalariada urbana que, nos áureos anos do “milagre econômico”, puderam obter melhores salários devido a sua importância nas esferas técnicas e administrativas da produção capitalista no país, podendo, dessa forma, terem acesso e obterem créditos e demais benefícios para elevar e manter o seu padrão de consumo, pois, no período do chamado “Brasil Potência”, 1969 a 1974, as políticas econômicas do *Estado redistribuíram os recursos necessários para a manutenção do modelo econômico, privilegiando os estratos de alta renda, tornados “consumidores preferenciais”*.⁶²⁹ Viabilizando, assim, o aumento da capacidade de consumo e endividamento, auxiliado ainda pelas linhas de financiamento direto ao consumidor à época (os financiamentos para aquisição de automóveis de passeio até a casa própria), desses consumidores preferenciais.⁶³⁰

A vitória do Carnaval dos consumidores preferenciais tinha como contraparte a diluição da *desorganização organizada* do Carnaval do Recife. Com ela uma das últimas formas de conservação e de ativação da reserva de consciência crítica das classes subalternas vai sendo ameaçada e a sua memória passa a correr perigo de serem *representadas como despojos atribuídos ao vencedor*.⁶³¹ Ficava então aberto o terreno para exclusão da experiência (recorrer à memória

⁶²⁸ **Diário de Pernambuco**, 08/03/1973, p. 1, Caderno Especial.

⁶²⁹ Sobre este aspecto da distribuição de renda no período do chamado “milagre econômico”, consultar: MENDONÇA, Sonia Regina de e FONTES, Virginia Maria, *op. cit.*, p. 24.

⁶³⁰ Para constatar essa distribuição da renda no Brasil, que favoreceu segmentos da classe média, em 1970, a partir dos dados do censo demográfico de 1970, 20% da população, equivalente a cerca de 22 milhões de indivíduos da população absoluta do país à época, tinham acesso a 63,3% da renda nacional. Destes, 15% recebiam um rendimento *per capita* equivalente a US\$ 720 e os outros 5% percebiam um rendimento de US\$ 2.940. Constituindo-se, assim, conforme salienta Werner Baer, um amplo mercado consumidor, *in* BAER, Werner, *Crescimento brasileiro e a experiência do desenvolvimento: 1964-1975*, *in* ROETT, Riordan (org.). **O Brasil na década de 70**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, pp. 79-81.

⁶³¹ BENJAMIN, Walter, *op. cit.*, p. 224.

do conteúdo do passado com outros do coletivo) e da utopia (conservação das forças da rememoração capazes de desenvolver questões, problemas e tarefas históricas delegadas pelo passado) dos oprimidos.

Osman Lins nos anuncia, no final de *As rainhas dos cárceres da Grécia*, o perigo a que estava sendo submetida a memória dos oprimidos, dos subalternos e dos deserdados na medida em que as condições do seu *fazer-se lembrar, fazer pensar, lembrar-se de* iam sendo diluídas para dar lugar a outras promotoras da simplificação de seus contextos históricos e sociais e do esvaziamento do conteúdo crítico destas, tornando-os aptos aos padrões de convivência da sociedade de consumo e a estabelecerem uma relação de empatia com os vencedores. O anúncio de Osman Lins se faz na personagem-símbolo Mimosina ou Memosina, uma referência à deusa grega da memória Mnemósina,⁶³² que aparece no romance como a gata de estimação de Maria de França. O destino da gata é quase uma antevisão que o autor faz para o destino dos sujeitos deserdados do Brasil e da cidade do Recife. A gata e eles estão condenados a perder a sua natureza, a esquecerem quem são e, portanto, a perderem seus acervos de referências e os seus recursos de existência; estão impelidos a trocar a sua significação da realidade e linguagem por uma outra e, portanto, terem uma outra natureza contrária a sua real natureza; estão em vias de ser não um outro ser mas uma outra coisa e, portanto, caminhar sem esmo e se arrastar pelos cantos do mundo quando a angústia os abatem. Perdida a memória, tornam-se estéreis, não podem gerar, como a deusa Mnemosina, suas gerações futuras para quem algo podiam delegar. Sem memória e em uma vida angústia, a gata de Maria de França se enfurna por bueiros para se converter em mais um dos despojos e/ou detritos nas ruínas da história.

Que faz no livro Mimosina ou Memosina (o nome é grafado indiferentemente), a gata estéril de Maria de França? Casual, em obra tão altamente construída? Nasce apenas para esconder-se dos pássaros – *topos* do "mundo às avessas" – e acentuar o gigantismo deles, insinuando que este é verdadeiro, não um resultado da loucura? Pode ser. Mas qual a razão da esterilidade ou, melhor, da sua indiferença crescente pelos machos? Porque Memosina, a princípio, nada tem de anormal. Chega porém o dia em que não parece mais reconhecer os da sua espécie, como se perdido o olfato e cega:

"Que é isso, Mima, Memosina querida, nem olhas o rapaz, o airoso, de rabinho alto, só o rabo? Hein?"

⁶³² Mnemósina era filha de Úrano e Géia e teria se unido durante nove noites consecutivas com Zeus e, desta união, um ano depois, teriam nascido as nove musas.

Gatos, quando adoecem do intestino, comem certas folhas, tratam-se. Mimosina, doente, esquece as ervas curativas.

Mais tarde, erra de casa em casa, esquecida da sua, deixa de atender pelo nome, pára de miar, tenta comer farelo e grãos de milho, briga com o gato, mata-o, quer devorá-lo e, finalmente, sua "cor de girassol" virando para um tom cinzento, passa a andar cada vez mais estranha junto ao rodapé, põe-se um dia a chiar

("viraste rato, Mimosina?, com medo de que gato?"),
mete a cabeça num buraco, morre assim. O gato enlameado e com jeito de lontra esgueira-se no esgoto.⁶³³

3. O ALARIDO DAS CULTURAS INSURGENTES E OS PODERES

Para outras frações da classe média, além daquelas que integravam o *establishment*, as condições para se viabilizarem consumidores preferenciais não se apresentaram tão propícias quanto para aqueles que ocupavam os postos de trabalho no novo padrão de acumulação capitalista no país, caracterizado por uma acumulação e reprodução ampliada do capital monopolista assentada na expansão da indústria de bens de consumos duráveis.⁶³⁴ Essas frações eram integradas por trabalhadores do setor terciário (bancários, comerciários, empregados de escritórios, prestadores de serviços etc.) e de um outro leque de trabalhadores não-manuais distribuídos por diversas esferas da atividade econômica, social e cultural (professores, funcionários públicos, jornalistas, acadêmicos etc.), alijados dos postos de trabalhos mais significativos da economia brasileira à época e com rendimentos estacionados em termos de ganhos reais.

Desses segmentos, os indivíduos que mais se expressaram no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 foram aqueles que integraram os agrupamentos sociais caracterizados pela qualidade e expressão política, intelectual e artística de seus membros. Foram eles que de forma mais sistematizada avaliaram a desmobilização e autoritarismo político posterior à instituição do AI-5, no final de 1968, que excluiu, expurgou e reprimiu da participação e ação política os

⁶³³ LINS, Osman, *op. cit.*, pp. 191-192.

⁶³⁴ As políticas industriais do Brasil, após 1964, favoreceram, principalmente, uma reprodução e acumulação capitalista baseada na grande empresa, operando uma crescente concentração de capitais, através da introdução de indústrias de bens de consumo duráveis que incorporava cada vez mais tecnologias sofisticadas, favorecendo, assim, segundo Sonia Regina de Mendonça e Virginia Maria Fontes: *a concentração de renda, criando novos empregos relacionados às esferas técnicas e administrativas, com salários mais elevados, mantendo-se o salário mínimo sob maior controle*. MENDONÇA, Sonia Regina de e FONTES, Virginia Maria, *op. cit.*, p. 9.

indivíduos e grupos de oposição ao regime militar e ao seu projeto de modernização do país.

No Recife, como em outras cidades do Brasil, esses integrantes construíram para si posturas que expressavam uma pauta de conhecimentos e experiências, um conjunto de emblemas e caracteres e uma linguagem com significantes-significados para se apresentarem e interagirem com outros integrantes, com os seus séqüitos e outros segmentos da sociedade. E estivessem ou não conscientes, tinham a pretensão de arquitetar e reproduzir projetos, programas e estratégias de intervenção estrutural ou conjuntural no seu mundo. Nos referimos, neste sentido, a uma gama de indivíduos conhecidos como: *hippie*, intelectual contestador, politizado, boêmio existencial, agitador cultural, artista *underground*, liberal etc.

Transitando pela cidade ou se acomodando em algum lugar, organizando uma atividade ou participando de alguma, produzindo algum artefato ou consumindo outro, a essas empreitadas adotavam de forma premeditada uma estética para expressar a sua insatisfação econômica, social, política e cultural com uma sociedade que lhes havia negado reconhecimento ou podia prescindir de suas habilidades e competências, negando-lhes uma projeção e estabilidade na modernização da economia e da sociedade brasileira.

Eram, portanto, uma assimetria em relação ao *establishment* na cidade do Recife, tanto que os seus estabelecimentos e pontos de encontro se diferenciavam, na forma, no conteúdo e no espaço, aos da elite social, econômica e política da cidade. Os seus ambientes foram se constituindo, já no final dos anos 1960, nos limites do distrito da Boa Vista, fronteira com o de Santo Antônio, separados apenas pelo Rio Capibaribe e ligados pela Ponte Duarte Coelho, onde emergiram redutos que dariam origem a um complexo de estabelecimentos e um logradouro composto por becos, travessas, ruelas, recintos, passagens, calçadas e ruas, reunindo ao longo dos anos diversos indivíduos que eram caracterizados por marcas diversas (*hippies*, intelectuais progressistas, jovens universitários, artistas *underground*, mentores e gurus intelectuais, atores, escritores, musas, entendidos, músicos, cantores, políticos etc.).

Quase todos, ao seu modo, guiavam-se pela adoção de comportamentos que os posicionassem como irreverentes para com as regras e os dogmas

estabelecidos, propondo como alternativa um estilo e um modo de vida não-convencional em relação àquele ditado pelas normas e valores da sociedade de consumo emergente. Desta, rejeitavam, em princípio, a sobrevalorização da mercadoria, contestando a mentalidade que inferia à mesma um conjunto de possíveis propriedades além daquelas dadas pela sua real natureza. Por outro lado, eles se voltavam contra a sacralização, em curso, dos perfis dos indivíduos que comportavam em si funções ou aptidões utilitaristas ao processo de produção circulação e consumo da mercadoria em larga escala.

O reduto tinha como eixo central a Rua 7 de Setembro, entre a Av. Conde da Boa Vista e a Rua do Riachuelo, onde estava localizada a mais famosa e procurada livraria da cidade à época, a Livro 7, que um dia chegou a ser considerada como a maior livraria do Brasil, ao ocupar um imenso galpão por onde se distribuíam prateleiras, estantes e expositores com quase toda a produção editada no país.

A Livraria Livro 7 havia começado as suas atividades no início da década de 1970 e, inicialmente, foi instalada num casarão na mesma rua, dividindo o espaço com uma loja de disco (Disco 7) e bar (Casarão 7). Já nesse primeiro local, a livraria começou a se diferenciar das demais livrarias da cidade por ter implantado uma espécie de auto-serviço para os seus clientes, assistidos por funcionários que indicavam as salas e prateleiras onde estava o livro procurado. Esse tipo de tratamento se diferenciava do atendimento no balcão nas outras livrarias da cidade, onde o cliente indicava o livro que queria ou solicitava uma indicação e o balconista ia buscá-lo entre as prateleiras. Nem mesmo a Livraria Nordeste, localizada na Rua da Imperatriz, durante muitos anos a livraria mais completa e diversificada e um ponto obrigatório dos intelectuais, acadêmicos, escritores e jornalistas do Recife, havia adotado um modo de atendimento como o inaugurado pela Livro 7.⁶³⁵

Mas as inovações da Livro 7 não se restringiram só ao tipo de atendimento. Quando a livraria foi acomodada no galpão, o seu proprietário (Tarcísio) incrementou eventos como lançamentos de livros com noites de autógrafos, além de dispor de espaços nos quais o cliente podia consultar e folhear o livro de seu

⁶³⁵ Segundo a Profa. Silvia Cortez Silva, só quando o cliente tinha alguma relação mais estreita de amizade e conhecimento com o dono da Livraria Nordeste, o sr. Aluísio Chagas, é que tinha permissão para ter acesso direto às prateleiras de livros.

interesse, bancos de praça para conversas entre os clientes, estacionamento para carros e, por fim, já no final dos anos 1970, implantou um sistema de crediário próprio, chegando a ter um cartão de compras para o cliente.

Ainda na 7 de Setembro, esquina com a Rua do Riachuelo, havia uma outra livraria, a Síntese, que procurava seguir o mesmo padrão da Livro 7. Mas era no trecho acima delimitado que se concentrava uma série de bares, botecos e outros estabelecimentos para se comer, beber e conversar, entre os quais: o Calabouço, o Bierhouse, a Lanchonete Fun's, um trailer que servia hambúrguer de carne de soja, uma apertada lanchonete (o Vintém Lanches) que vendia um cachorro-quente expresso e a preços módicos, diversos botecos e lanchonetes estabelecidos em sobrelojas.

Cortando a Rua 7 de Setembro e ligando-a à Rua do Hospício, havia e ainda há uma passagem que os seus freqüentadores denominaram de “Beco da Fome”, na qual se agrupavam diversos botecos e uma livraria (a Dom Quixote) que tinha pretensão de ser uma alternativa comercial à Livro 7. Já na Rua do Hospício havia um restaurante que mesclava comida chinesa e japonesa (o Fuji), e era nela que se encontravam o Diretório Central dos Estudantes da UFPE e centros de educação da UFPE, locais de reuniões e manifestações políticas dos agrupamentos político-partidários excluídos da vida política tradicional, e o cinema Veneza e alguns colégios.

Ao reduto descrito, juntavam-se outras ruas (Rua da Saudade, Rua da União e becos e ruelas que as cortavam) que formavam, direta ou indiretamente, dependendo do ano, o circuito das peregrinações de um novo estilo de boêmia que surgia na cidade e persistiu durante os anos 1970 e 1980.

Um quase depoimento, em artigo escrito para o jornal do Commercio, do jornalista José Teles, assíduo freqüentador do reduto nos anos 1970, fornece-nos um considerável diagnóstico do modo e estilo de vida nesse reduto:

Numa data tão assim, como direi, magna deste JC, não poderiam faltar umas mal tecladas sobre a Sete de Setembro, uma rua que, tal certas mulheres lindas, mesmo devastadas pela insensatez do tempo não perdem o charme. Por Sete de Setembro quero dizer a parte que vai da esquina com a Conde da Boa Vista até a esquina com a Riachuelo. O maracatu começou ali por volta de 1970. Não fui sócio-fundador, nesta época baixava eu nas cercanias: na lanchonete Fun's, na Conde da Boa Vista, esquina da Saudade, onde hoje é um banco. Na Fun's foi onde rolou a primeira batata frita decente do Recife. Só em 70, pode? A Sete de Setembro começou a engrenar quando a Livro 7 passou para a galeria onde tem hoje as lojas Disco de Ouro, Disco 7, e um maracanã chinês do self-service. Idos dos 70 e poucos. Poetas a dar com o

pau. Universitários afanando livros e Tarcísio 7 nem aí. Quase simultâneo à livraria veio o bar Casarão 7. Grande bar. Sob aquelas mangueiras de saudosa memória, rolaram muitos poemas e outros tantos romances. Aí a livraria de Tarcísio mudou-se para aquele galpão metros adiante. E a coisa engrenou de vez.

A estudantada toda baixava lá porque a intelectualidade toda baixava lá. Ali nasceu a arte interativa. Artistas sempre pedindo um trocado pra inteirar alguma coisa: um cartaz, um show, uma sopa no Beco da Fome. De bar só o Casarão e o Bierhouse, escurinho, com reservados, ótimo prum esquentar antes do bem-bom. Um belo dia, os casais correm tudo pra calçada, uns ainda sem os devidos ajustes exigidos pelo decoro. O motivo. O cupim fez parte do forro ceder, e caiu com o forro uma nuvem de baratas. Trocaram-se suspiros de prazer pelos gritos de pavor.

E aí veio o bloco, Nós Sofre Mais Nós Goza. Chique ir à concentração, sair nele, e conhecer as figuras que pontificavam na rua; uma delas era Wellington Virgolino com sua charmosa peruca Kanekalon de nylon. Se for citar todos os nomes, vira um catálogo: tinha um monte de pintores, poetas saindo pelo ladrão, tudo com livro editado pela Pirata, comunistas de várias alas, e universitários, tudo barbudo. Nos sábados estavam todos lá em frente à livraria azarando as moças e vice-versa, entornando a batida de caju da Livro 7 e conferindo os lançamentos. Os próceres da cultura oficial pintavam também: Amaro Quintas, Nilo Coelho, vez perdida, mestre Giba.⁶³⁶

Para outros, a nova estética parecia muito mais uma postura atitudinal que mesclava o querer parecer ser *flâneur* com comportamentos irreverentes. No mais, isso era muito mais como um conjunto de instruções e estratégias voltadas para a execução da tarefa, portadora de intenções e projetos, de ocupação de espaço no cotidiano da sociedade e no movimento incessante da modernização brasileira. Aos outros, calcados em suas experiências de vida, tecer enlevos irônicos com o mundo ou parecer que ociosamente o contempla e, ao mesmo tempo, renega-no não lhes era atraente. Preferiam cultivar a solidão pelas ruas ou entre paredes a se aglomerarem sem poderem expressar coerentemente o que queriam; gostavam da convivência não para executar performances e sim para obter e prover esclarecimentos; almejavam uma vida social para compartilhar experiência e utopias e não para poderem possuir marcas; recusavam o júbilo para terem uma satisfação. Esse outro era uma antinomia dos outros que só um escritor poderia personificar em seus livros para que os seus leitores não esquecessem que esse outro existiu, como Júlia Marquezim Enone.

No período entre a demissão do emprego e o nosso encontro, na primeira coletiva de dois artistas raros, com algo de angélico no modo de ser, José Cláudio e Montez Magno, ambos de vida modesta e que, assim mesmo, tantas vezes hospedaram-na, oscilou entre trabalhos grosseiros e fases de inatividade no sentido corrente, quando se enfiava nas bibliotecas, na *Livro 7* – cujo dono lhe emprestava edições estrangeiras, que ela devolvia imaculadas – ou em

⁶³⁶ TELES, José. **Muita farra na Sete de Setembro**. Banco de dados. Disponível na Internet, em: <<http://carlota.cesar.org.br/notitia/mabuse/leitura>>. Acesso em: 22 mai. 2003.

casas de intelectuais, como Hermilo Borba Filho, Paulo Cavalcanti, Jefferson Ferreira Lima e Gastão de Holanda, onde passava dias lendo ou discutindo. Também era comum vê-la em Recife e Olinda, um ar de romeira, com sandálias franciscanas e vestidos de segunda mão, mal passados, sempre muito limpos, uma bolsa a tiracolo com o sabonete e vagos manuscritos que a ninguém exibia, seu perfil saliente deslizando ante as paredes das galerias de arte, percorrendo sem dinheiro as livrarias e as casas de discos, quando não vagava pelas ruas, saturando-se da topografia das cidades que no seu livro haveria de unir, preferindo os lugares onde se agitava, oprimida, a gente do serviço pesado, ou das ocupações transitórias, ou sem meio algum de vida — carregadores de frete, mercadores ambulantes, mendigos, prostitutas, ciganos, cantadores de feira —, gravando as caras de fome e as vozes cantantes do seu povo.⁶³⁷

E outros mais havia na cidade e em outros lugares do centro da cidade que se juntavam aos do eixo da Rua 7 de Setembro, mas congregando um público diferenciado composto pelo pessoal empregado em escritórios, firmas, bancos e lojas e por estudantes frequentadores dos cursos preparatórios⁶³⁸ para os exames de vestibular, nos quais buscavam lazer, badalação, paqueras ou uma simples comemoração e bate-papos depois das estafantes jornadas de trabalho e das longas cargas horárias dos cursinhos. O principal bar era o Mustang, localizado numa loja de um edifício, na Av. Conde da Boa Vista. Nas outras lojas, do mesmo edifício, vários outros bares, botecos e uma boate se juntavam ao Mustang. No geral, seus frequentadores em muito se diferenciavam daqueles do eixo da Rua 7 de Setembro. Neles havia uma acentuada despreocupação em prover um discernimento quanto aos movimentos de resistência ao regime autoritário dos pós-64 e/ou um desconhecimento premeditado quanto aos impasses políticos que marcaram a década de 1970 no Brasil. Suas preocupações se voltavam mais para as possibilidades de ocupar postos de trabalhos na economia do “Brasil Grande”, em franca expansão, de obter uma formação capaz de garantir uma posição na mesma e de poder ter acesso a uma renda financeira que os capacitasse para participar da sociedade de consumo.

⁶³⁷ LINS, Osman, *op. cit.*, pp. 188-189.

⁶³⁸ Na década de 1970, três cursos preparatórios para o vestibular com sede no distrito da Boa Vista se destacaram, eram eles: o Radier, na Rua Fernandes Vieira, com o *slogan*: *Sua vida universitária começa no RADIER*; o Esuda, na mesma rua, com o seguinte *slogan*: *a equipe que mais entende de vestibular*; e o Curso 2001, na Rua Riachuelo, que tinha o seguinte *slogan*: *Um nome, uma equipe*. Esses cursos foram uma referência durante os anos 1970 na preparação dos estudantes secundaristas que tinham pretensões de ingressar nas universidades através do exame do vestibular. Sobre as propagandas, consultar o Diário de Pernambuco no período, principalmente após a época de proclamação dos resultados do vestibular, meados para final de janeiro.

Já para o público do eixo da Rua 7 de Setembro, apesar de suas diferentes matrizes político-ideológicas e de seus diversificados níveis de politização, o curso dos acontecimentos políticos ante os recrudescimentos do autoritarismo do regime militar ou em relação aos sucessos e insucessos dos movimentos de resistência ao mesmo tinham direta ou indiretamente influenciado das mais diversas formas o seu comportamento. Como podemos depreender do relato de José Teles, a explicitação política por meios didáticos de denúncia e conscientização foi praticamente substituída pela irreverência intelectual ante o senso comum, pela transgressão do *status quo*, pelos atos de rebeldia contra o modo e estilo de vida vigente, pela crítica às posições políticas consagradas (de direita ou esquerda) e pela oposição deliberada à sociedade de consumo e à moral, aos costumes e aos valores pequeno-burgueses.

A contrapartida desse público era tentar manter de alguma forma os centros de convivências, o barzinho ou o boteco com suas cadeira e mesas distribuídas pelas calçadas da Rua 7 de Setembro, do Beco da Fome, do calçadão do Mustang e em tantos outros becos nas ruas vizinhas, onde podiam *deixar-se levar pela admiração despreocupada do movimento das ruas*,⁶³⁹ como nos lembra Denis Bernardes, antes que os templos de consumo e a monumentalidade das políticas de Estado os retirassem das ruas.

Essa monumentalidade já se expressava no primeiro viaduto que o Recife veio a ter, o Viaduto das Cinco Pontas, inaugurado em 24 de outubro de 1970 pelo prefeito Geraldo Magalhães. Ainda hoje, quem transita pelo viaduto ou quem se detém a observar com alguma atenção a planta baixa ou uma fotografia de uma vista de cima do viaduto é capaz de questionar se ele foi construído com a finalidade de solucionar problemas de estrangulamento do tráfego na área entre a Av. José Estelita, que liga a Ilha de Santo Antônio ao Pina, e outras vias que dão acesso à Ilha do Recife e a Boa Vista, ou era muito mais um monumento. Pois o viaduto mais se assemelha à décima letra do alfabeto grego, a *lambda*, em sua forma minúscula e numa posição invertida (λ). Isso significa que tinha num dos sentidos uma pista que se iniciava num grau de 45° para findar numa curva de 90°, numa extensão de mais ou menos 500 metros, com uma outra pista em curva acentuada ligando-se ao vão central do viaduto no início desta curva. Isso

⁶³⁹ BERNARDES, Denis, *op. cit.*, p. 138.

significava que qualquer motorista que desenvolvesse uma velocidade superior a 40 ou 50km e desviasse a atenção por alguns segundos corria o perigo de colidir com outro veículo, além de ter de fazer um esforço acima do normal para manter o carro na faixa. Esse perfil da obra levanta a suspeita de que, além da questão do tráfego, a obra veio a se constituir num monumento para marcar uma administração à frente da Prefeitura do Recife, como nos faz supor este trecho de apresentação da obra aos habitantes da cidade: *A leveza de suas linhas encobre a estrutura potente, característica das obras projetadas com vistas ao futuro.*⁶⁴⁰

Outra obra monumental do prefeito Geraldo Magalhães foi a urbanização da Rua da Aurora, situada às margens do Rio Capibaribe, entre a Rua Princesa Isabel e a Av. Norte, construída na Boa Vista, realizada em parceria com a Shell e inaugurada em 5 de outubro de 1970. Na realidade era um parque margeando o rio com postos de gasolina, estacionamento, jardins, rampa para as embarcações de remo, quadras de esportes, parques infantis, passeios e o à época badalado e concorrido tobogã (escorrego de mais de 10 metros de altura). Finalmente, na visão da gestão em curso, o Recife tinha um parque à altura das grandes cidades, como nos faz entender um trecho da propaganda anunciando a inauguração: *Era só um cais. E quem vem de fora, exclama surpreso: Da última vez que eu vim ao Recife, não havia essa praça tão linda.*⁶⁴¹

Mas a mais monumental das obras desse prefeito foi o ginásio que levou o seu nome, o Ginásio Geraldo Magalhães, inaugurado em 12 de novembro de 1970, localizado na Av. Mascarenha de Moraes, conhecido na cidade como “Geraldão” pela sua dimensão. Era um ginásio como capacidade para acomodar até 12.000 espectadores sentados e com todas as instalações necessárias para as práticas dos esportes em recinto fechado, além de amplos estacionamentos, restaurantes, acomodações para imprensa e tribunas de honra. Na realidade o ginásio não serviu só para a realização de atividades esportivas, foi também utilizado como a grande casa de espetáculos da cidade, uma espécie de versão recifense do Canecão do Rio de Janeiro. Ali, durante quase todos os anos da década de 1970 e alguns da de 1980, aconteceram diversos shows de artistas

⁶⁴⁰ **Diário de Pernambuco**, 25/10/1970, p. 16, 1º Caderno. Ainda sobre a obra, existem outras informações nas edições do Diário de Pernambuco dos dias 06 e 23/10/1970.

⁶⁴¹ **Diário de Pernambuco**, 04/10/1970, p. 32, 1º Caderno. Ver também na página 11 propaganda da Shell anunciando a inauguração.

nacionais e internacionais (Chico Buarque, Rita Lee, Doces Bárbaros, Caetano Veloso, Roberto Carlos, Secos e Molhados, Johnny Mathis) e espetáculos (Holliday on Ice, Buzina do Chacrinha), além de concurso de Miss Pernambuco e até formaturas de curso superior.⁶⁴²

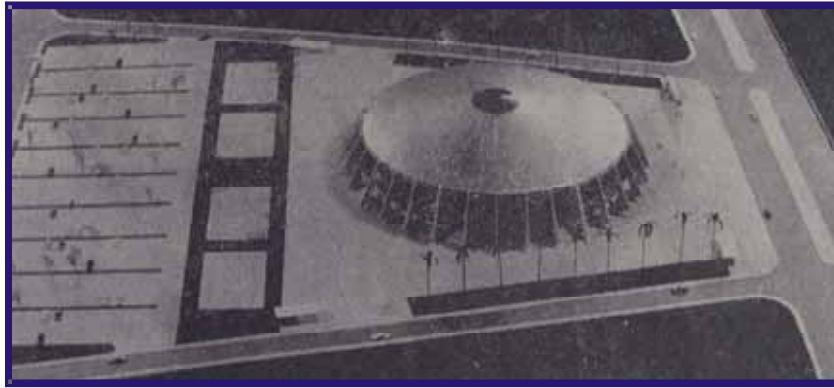


Fig. 39. Maquete do Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães.
Fonte: **Diário de Pernambuco**, de 08/04/1970, p. 5, 1º Caderno.

Em pouco mais de um mês o prefeito Geraldo Magalhães inaugurava três obras monumentais destinadas ao trânsito, lazer, esportes e espetáculo. Estava se iniciando no Recife, como em quase todo o Brasil, uma era de grandes obras que tinham por objetivo, além do uso a que elas se prestavam, expressar o arrojo empreendedor e administrativo dos governos do regime autoritário e a visão de onipotência do seu poder através da monumentalidade que se inscrevia na paisagem urbana.

Foi um período, pelo menos na primeira metade dos anos 1970, em que uma cidade como Recife assistiu emergirem em sua paisagem majestosos edifícios e complexas edificações com funções econômicas projetadas em linhas arquitetônicas modernas e se utilizando para a sua construção de quase todos os materiais modernos para edificação e equipamentos para o seu funcionamento. São dessa época, entre 1969 e 1975, as seguintes edificações: edifício-sede do Departamento de Estrada de Rodagem de Pernambuco (1971); Fórum Agamenon Magalhães, sede do Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região (1972); Palácio dos Desportos, edifício-sede da Federação Pernambucana de Futebol (1972); terminal açucareiro do IAA (1972); Terminal Rodoviário de Santa Rita (1972); edifício-sede da SUDENE (1974); edifício-sede da Regional Nordeste da Rede

⁶⁴² Sobre o ginásio, consultar: **Diário de Pernambuco**, 13/11/1970, p. 3, 1º Caderno e 15/02/1970, p. 30, 1º Caderno.

Ferroviária Federal S/A (1974), Faculdade de Administração da Fesp (1975); Edifício Ministro Eraldo Gueiros – CELPE (1975).

Contudo, a mais expressiva edificação e expressão de monumentalidade que o poder público municipal pôde inscrever na paisagem do Recife foi o edifício-sede da Prefeitura da Cidade do Recife, o Palácio Capibaribe, quase todo construído na gestão de Augusto Lucena e em grande parte ocupado no final da gestão deste prefeito. O prédio tinha 17 pavimentos no bloco principal e três no bloco secundário, 27.773m² de área construída, com capacidade para acomodar 5.245 funcionários.



Fig. 40. Palácio do Rio Capibaribe ao centro da Ilha do Recife.
Fonte: **A Construção Norte Nordeste**, nº 34, mar. 1976, p. 22.

A magnitude do prédio é sentida por quem o observa num raio de até 5 km, caso não tenha nenhum grande obstáculo visual pela frente. Pode-se então observar a imponente e o destaque na paisagem urbana do edifício situado às margens do Rio Beberibe, na parte norte da Ilha do Recife, como se fosse um imenso obelisco anunciando a onipotência e onipresença do poder estatal sobre a cidade. E parece que essa concepção não estava longe das mentes de seus mentores, conforme podemos averiguar no sucinto detalhamento do significado do prédio para a cidade:

Aí está, em poucas palavras, o sonho de uma administração transformado em realidade: PALÁCIO RIO CAPIBARIBE. Edifício Sede da Prefeitura Municipal do Recife. Um marco de tenacidade e coragem representativo da força e da fé do nosso povo que serve de lema e bandeira de nossa cidade. O maior edifício público municipal da nossa da Região e um dos maiores e mais belos do país, o PALÁCIO RIO CAPIBARIBE é sem dúvida um monumento à grandeza, ao

progresso do Recife e ao espírito desenvolvimentista que se implantou no Brasil a partir de 31 de março de 1964.⁶⁴³

De toda a tenacidade, coragem, força e fé que presumidamente pontuavam a administração estatal, tanto no município do Recife como na União, poucas ou rarríssimas vezes foram mobilizadas para a resolução dos problemas e a contemplação dos direitos daqueles que integravam os contingentes de deserdados e extorquidos pela modernização brasileira. Muito pelo contrário, as Marias de França, as Anas e as Júlias Marquezim Enone só tiveram acesso a um Estado que fazia questão de se hipertrofiar quando a demanda era por elas solicitadas. E fosse qual fosse o direito, do mais singelo ao mais ou menos complexo, a burocratização entrava em cena para retardar ao máximo ou para sempre os encaminhamentos e/ou qualquer resolução possível. Era um Estado (ou ainda o é?) que sempre era ineficiente para atender às necessidades ou executar qualquer política para as classes subalternas, mas nunca para o capital e os seus consumidores preferenciais. O Estado estava sempre debilitado para cumprir suas obrigações com os deserdados e extorquidos, nunca para com os que personificavam o capital.

Esse Estado sempre fazia questão de se sobrepor à sociedade e através de seus monumentos evidenciar a sua onipotência e onipresença em relação a ela. Então, aí das Marias de França que ousassem exigir algum retorno que lhes era de direito e desafiar a força e a capacidade de coação do Estado, iriam sentir na pele a força do despotismo burocrático e o peso da angústia de se perderem em seus infinitos labirintos.

Disse, há perto de um mês, que as repetições e as variações transformam em pesadelo as aventuras de Maria de França. Referia-me antes de tudo ao seu litígio com algo para ela tão desnorteante como um quebra-cabeça insolúvel. Uma legislação, com seus artigos, parágrafos e alíneas, compõe essa entidade com que luta a heroína. Compõe, eu disse: faz parte da composição. Vejo o texto legal, aí, como uma espécie de veículo inseguro, acionado por condutores ineptos e malignos, que trocam peças, invertem comandos, deterioram o veículo, transformando-o num monstro voluntarioso – num insano. Assim, o desequilíbrio mental da personagem soa com ironia: há, nos seus atos, no objetivo que busca, certa coerência. A verdadeira loucura reina no outro lado, na máquina viciosa. O ambíguo confronto entre a mulher e esse ente só pode ser expresso através de uma série de respostas, tão laboriosas como ineficazes, a exigências que se alteram sem cessar.

Nada, portanto, justificaria a opção de reduzir a uma frase o pesadelo de Maria de França, dizendo por exemplo que às dificuldades vencidas sucediam-se outras; ou que um fator inesperado, quando tudo parecia chegar a bom termo,

⁶⁴³ **Diário de Pernambuco**, 163/0311/19750, p. 10, 1º Caderno. É interessante observar aqui que o prédio leva o nome de um rio que não o margeia.

decretava o reinício do ciclo. De maneira esquemática, como num protocolo ou numa ficha, darei então pela ordem o histórico das providências – todas vãs – exigidas da simplória aspirante a uma pensão não-vitalícia. Perder-se-ão no meu resumo a movimentação e o tom do original. Não me seja atribuído o que nele restar de atraente e ágil.⁶⁴⁴

Inicia-se aí a "descida" de Maria de França ao purgatório da burocracia e ante esses balcões decorrem vários episódios do seu drama. O primeiro, é favorável: embora trabalhasse na fábrica onze meses, pagou – não sabe como – doze, estando em condições de reivindicar o que pretende. Dão-lhe um formulário que preenche a duras penas e que deve entregar na Rua do Riachuelo, com duas ou três certidões. Mais de ano, entretanto, havendo decorrido entre o pagamento da última mensalidade e a solicitação do benefício, prescreveram os seus direitos, a não ser que prove ter sofrido o primeiro acesso de loucura antes de encerrado aquele prazo. A reivindicação, com isto, poderá ser discutida, alegando-se que se nada requereu quando ao abrigo da lei, foi justamente por estar internada como doida.⁶⁴⁵ (20)

Quanto ao seu processo, depois de novos trâmites, expiações e cerimônias legais, volta à Riachuelo, gravado com um misterioso adendo: o caso é de histeria. Nicolau Pompeu quer saber quem subscreve o diagnóstico; mas a assinatura é ilegível; e variada, aleatória, não reconstituível a peregrinação dos papéis nos desvãos oficiais. Recebe, entretanto, uma informação importante: o velho almoxarife, depois de lhe impingir um folheto com os seus versos, deixa escapar que, em todos os pedidos de pensão por doença mental, alguém declara tratar-se de histeria, para dificultar ou até impedir a atribuição do benefício. Dá, em segredo, o nome do médico a quem Maria de França deve procurar, historiar o processo, solicitar revisão.⁶⁴⁶ (34-35)

Eis aí uma das razões que levou Júlia Marquezim Enone a ser uma antinomia em relação aos seus coetâneos que integravam os novos boêmios que passeavam pelo Recife.

4. REZENDE E OS (DES)ENCANTOS MODERNIZANTES

Toda essa nova fase da boêmia da cidade do Recife era direta ou indiretamente herdeira de uma outra boêmia que tinha como eixo de circulação para seus integrantes os bares e os restaurantes dos distritos de Santo Antônio e São José (Bar Savoy, Restaurante Dom Pedro, Restaurante Leite, Sorveteria Botijinha, a Sertã, Brahma Chopp, Central e outros), aos quais se agregavam outros bares e restaurantes de outros redutos da cidade, como no Bairro do Recife (Bar do Valdemar Marinheiro, Gambrinus, Bar 28, Scoth Bar), na Boa Vista (Buraco de Otília, Torre de Londres, A Cabana) e no Pina (Maxime's e Pra Vocês). A boêmia que por ali circulava era muito mais dada à tradicional roda de artistas, intelectuais, políticos, jornalistas e empresários que cultuavam um modo

⁶⁴⁴ LINS, Osman, *op. cit.*, pp. 18-19.

⁶⁴⁵ Idem, p. 20

⁶⁴⁶ Idem, pp. 34-35.

de vida que apreciava a idéia e a possibilidade de fazer do prazer um cabedal supremo para si e outros, constituindo-se na razão e objetivo final de suas vidas.

As suas sessões de boêmias se davam, principalmente, nos seus momentos de folga ou após o trabalho, para beber, divertir-se, amar, conversar e contemplar o mundo e suas mudanças, numa performance, aliada às pretensões hedonistas, que procurava expandir de forma contínua a compreensão da realidade, tentando apreendê-la em sua quase totalidade e nela incluir, como proeminente, aquilo que integravam as suas realidades concretas, desde os fundamentos materiais de suas vidas até as suas inquietações, desgostos, angústias ou todo aquele conjunto de sentimentos que muitas vezes lhes renunciavam as ameaças imprecisas e indeterminadas sobre os seus futuros, mostrando para eles os limites do homem e os dotando-os de uma consciência que apreendia esses limites como inexoráveis, absolutos e incontornáveis.

A consciência dos limites já tinha sido anunciada por Carlos Pena Filho quando registrou o existencialismo e a solidão a que foram submetidos os boêmios do final dos anos 1950 (*São trinta copos de chopp,/ são trinta homens sentados,/ trezentos desejos presos,/ trinta mil sonhos, frustrados.*). Aqui já existia uma solidão no mundo, ao qual eles não eram integrados e/ou por ele ignorados, não lhes cabendo nenhum grau de proeminência para as suas realidades concretas. Contudo, a solidão era para com e no mundo e não entre eles, ou seja: na medida em que três ou trinta boêmios pudessem juntar seus copos, podiam entre si compartilhar trezentos desejos presos e trinta mil sonhos frustrados. Já em 1974, Hermilo Borba Filho anunciava uma outra solidão produzida por um mundo que não mais só não queria integrar e/ou ignorar aqueles boêmios em processo de desfalecimento, mas segregá-los ou bani-los, colocando-os compulsoriamente diante de si os seus limites e o nada.

Olhei as minhas mãos e vi que nelas havia escamas. Então era aquilo. Eu fora atingido pelo cogumelo. E por que não aquelas pessoas? Por que tinham sido poupadas? Comecei a sentir uma fraqueza enorme e a tremer todo. Então era aquilo: estava definitivamente condenado. A carne começaria a desprender-se dos ossos, chegariam as dores, que outros sintomas se apresentariam? Onde me refugiar? Para quem apelar? Com toda a certeza todos os outros estavam mortos, pulverizados, reduzidos a átomos. Somente eu e aquele grupo: o contaminado e os puros. Já todos me acenavam com as mãos indicando que me deveria afastar. E foi o que fiz. Sozinho pelas ruas, sentia uma vaga sensação de fome, entrei por acaso num restaurante e comi um enorme rosbife sangrento, com poeira radioativa, a cerveja que tirei da geladeira deveria estar preservada mas ao bebê-la senti um vago gosto do ovos podres. Assim mesmo

dessedentei-me. Que deveria fazer então? Andar até não mais poder ou procurar um leito onde me deitasse e deixasse que as moléculas se fossem decompondo? Meu corpo era um bom laboratório e pouca coisa restaria para os vermes. Consolei-me com esta idéia, válida quanto qualquer outra naquela situação. Sentei-me à beira de uma calçada e fiquei olhando o nada. Bem defronte de mim um prédio desmoronou-se e me vi coberto de poeira.⁶⁴⁷

Hermilo Borba Filho integrava uma geração, formada no Pós-Guerra, que advoga para si uma vanguarda não mais restrita ao pioneirismo na *intelligentzia* e a uma capacidade de ser iconoclástica. Ele havia descoberto que podia fazer muito mais e produzir uma arte tão equivalente quanto à dos tradicionais centros produtores de cultura (o eixo Rio-São Paulo, para o Brasil, e a Europa Ocidental, em escala global).⁶⁴⁸ Essa descoberta era fomentada por uma renovação tecnológica que permitia a essa vanguarda um experimentalismo e uma reprodução e difusão de suas experiências artísticas e intelectuais até então por eles não sonhadas. Bastava se associarem, reunirem alguns recursos, adquirir alguns equipamentos e botar mãos à obra e cabeça para funcionar e criar e daí, como nos anos 1950, no Recife, emergirem movimentos com proposições de desenvolver técnicas, idéias e novos conceitos no mundo da produção artístico-cultural, como o que aconteceu em relação às artes gráficas com o Gráfico Amador. Movimentos como esse também só eram possíveis porque a vanguarda local agora dispunha de empregos no setor público e privado capazes de lhes proporcionar rendas que os permitissem ousar, não dependendo mais de rendas herdadas da família e/ou da ajuda e proteção de mecenas, como uma grande parte dos intelectuais e artistas tinham dependido até a Segunda Guerra Mundial.⁶⁴⁹ Por outro lado, passaram a contar também com prestígio junto à sociedade e ao poder estatal, e deste último podiam obter condições e recursos para as suas intervenções artísticas e/ou poderem expandir e investigar mais a fundo seus estudos e pesquisas, como o Movimento de Cultura Popular, na gestão do prefeito Miguel Arraes, na Prefeitura da Cidade do Recife, (1960 a

⁶⁴⁷ BORBA FILHO, Hermilo. **AGÁ**: romance, versão cor-de-rosa. Rio de Janeiro, 1974, p. 21.

⁶⁴⁸ Com relação aos aspectos gerais da produção cultural e da posição do artista e do intelectual no Pós-Guerra, utilizamos como base o capítulo *Morre a Vanguarda. As artes após 1950*, in HOBBSAWM, Eric, *op. cit.*, pp. 483-503.

⁶⁴⁹ Entre alguns artistas e intelectuais, podemos citar o exemplo de: Capiba e Osman Lins, funcionários do Banco do Brasil; Hermilo Borba Filho, professor universitário; Mauro Mota, Carlos Pena Filho, jornalistas; João Cabral de Melo Neto, diplomata; Joaquim Cardozo, engenheiro; para citar alguns.

1961), e através de agências e instituições de estudos, pesquisas e planejamentos (Comdepe, Sudene e Universidade Federal de Pernambuco).

As novas possibilidades e condições coincidiam com uma época em que vários setores da classe média brasileira não mais dependiam da burguesia comercial exportadora e importadora para ter postos de trabalho e meios de ascensão social e política.⁶⁵⁰ Após 1930, a consolidação e a expansão do pólo urbano-industrial passou a criar postos de trabalhos e a proporcionar rendas mais favoráveis para os trabalhadores não-manuais que pudessem ocupar funções na esfera técnica, produtiva e administrativa, tanto no aparelho de Estado e nas grandes empresas estatais como nas empresas privadas do setor secundário e terciário. Esse processo não só levou a uma expansão da classe média como também a sua diversificação, forjando novas categorias de trabalhadores não-manuais e novas demandas e interesses políticos.

Dessa classe média emergiram indivíduos e grupos que se dirigiram à cena política, social e cultural da cidade do Recife para ali não mais se apresentarem como portadores ou porta-vozes ou, ainda, reprodutores de novas técnicas, idéias e conceitos no mundo da produção artístico-cultural e intelectual. Caminharam para a cena para lá ocupar um espaço e, muitas vezes, com a pretensão de serem a força dirigente do Estado e da sociedade. Não é à toa que muitas das produções culturais (artísticas e intelectuais) tinham à época o claro propósito de

⁶⁵⁰ Desde o segundo governo Vargas, começou-se a articular um processo de internalização da produção capitalista no país, tendo como eixo a viabilização no país de uma indústria de bens de consumo duráveis e de setores estratégicos. Essa política industrial tinha como objetivo eliminar a médio e longo prazo o fluxo crescente de bens de consumo duráveis, bens de capital e insumos realizadas para o Brasil pelo capital comercial exportador-importador, controlado por grandes firmas de exportação e associados às indústrias dos países centrais, principalmente aquelas estabelecidas nos EUA. Até então, esse quadro econômico não só comprometia a balança comercial como restringia a capacidade de investimentos e o desenvolvimento econômico no país. Por outro lado, as grandes firmas nacionais de exportação e importação eram as que garantiam, pelo menos até 1930, os melhores postos de trabalho e remuneração para o leque de trabalhadores não-manuais da sociedade brasileira (advogados, engenheiros, contadores, economistas, administradores etc). Com as políticas industriais e a consolidação e expansão do pólo urbano-industrial, a oferta de empregos e de melhores rendas cresceu consideravelmente para os trabalhadores não-manuais no setor público e privado. Isso criou condições para os vários segmentos da classe média romperem com a tutela e dependência que tinham para com o capital comercial exportador-importador para usufruir de uma ascensão econômica, social e política. Permitindo a elas rever, refazer, recompor as suas alianças políticas com outros setores das frações da burguesia no país e com segmentos das classes trabalhadores em ascensão com a expansão industrial no Brasil, principalmente nos seus grandes núcleos urbanos, conforme os suas demandas, interesses e ambições políticas. Sobre essa tese, consultar BOITO JR., Armando. **O golpe de 1954**: a burguesia contra o populismo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. (Coleção Tudo é História, 55)

reformular ou de alterar a estrutura e a dinâmica do Estado, tanto a nível local como nacional, no sentido de implementar transformações estruturais ou conjunturais, ou então de reformá-lo, contanto que fosse capaz de operacionalizar uma modernização da sociedade e da economia na cidade e no país.

Em outras palavras, não queriam mais fazer uma produção artístico-cultural e intelectual conforme a demanda ou o gosto tradicional ou moderno das classes dominantes. Queriam produzir algo com propósitos que iam desde emancipar os oprimidos e neles desenvolver uma personalidade política e social capaz de elevá-los à categoria de sujeitos históricos ou então, como os demiurgos, ordenar o caos e dirigir, calcado no consentimento das classes sociais, a sociedade e o Estado.

No entanto, as mesmas condições históricas que permitiram esses *flash* de preeminência à classe média e, através de alguns de seus integrantes, galgarem alguns degraus na cena política, social e cultural, também lhes impuseram limites e redefiniram o seu papel, como a tecnologia que tornou a arte algo onipresente e amplamente acessível a todos na sociedade, minimizando a fronteira entre a arte do entretenimento e diversão e as tradicionais “grandes artes”⁶⁵¹ e diluindo a autoridade das novas vanguardas. Outro elemento foi que a internalização da produção capitalista no país tinha uma lógica modernizante que não pretendia ir muito longe em suas concessões e, caso fosse pressionada, não se faria de rogada para impor a desmobilização política e usar o autoritarismo para fazer valer o seu projeto. Por fim, a emergência e consolidação da sociedade de consumo e da indústria cultural logo mostraria aos que se voltavam à produção artístico-cultural e intelectual o papel que lhes tinham sido reservado: a sua proletarianização e algumas concessões para poderem usufruir, os mais produtivos, o consumo do *establishment*.

Nos primórdios da década de 1970, os boêmios do eixo Santo Antônio/São José já pressentiam que os seus tempos já definhavam, tempos como aqueles narrados, mais de um quarto de século depois, por Luce Pereira, no Jornal do Commercio, em um artigo intitulado *E o imperador deu lugar aos mendigos*:

Laurentino não frequenta as mesas do Dom Pedro, mas, plantado com sua caixa na calçada do restaurante, há meio século, já viu de tudo por ali. Ainda

⁶⁵¹ Já nos anos 1970, podia-se comprar um fascículo e um LP, contendo a história da vida e a gravação da 9ª Sinfonia de Bethovem ao preço hoje equivalente a R\$ 10,00.

traz nos olhos os últimos sacolejos do bonde que se foi com a estruturação do sistema de transportes, na década de 50, e suspira ao lembrar das inúmeras personalidades que saíram de sua cadeira com os sapatos tinindo. Os cantores Augusto Calheiros, Orlando Silva, Carlos Galhardo, Jackson do Pandeiro ... Até já perdeu a conta de quantos clientes famosos atendia antes de subirem para as alardeadas apresentações na Rádio Jornal do Commercio, que "falava para o mundo" diretamente do prédio onde hoje funciona o JC. Só não esquece as gordas gorjetas.

"Um dia, até fui tomar uma cachaça com o sambista Jamelão, na Leiteria do Imperador (atualmente, a loja da Telpe), e o homem me deu 5 mil réis. Era tanto dinheiro nesse mundo, que eu fiquei zonzo", conta o animado Laurentino, reverenciando as lembranças com um largo sorriso sem dentes. Aliás, é bom que se diga, mesmo tendo dia em que consegue engraxar apenas um par de sapatos e meter R\$ 2,00 no bolso, insiste no bom humor e no propósito de não abandonar o local. "Daqui só saio depois de morrer".⁶⁵²

Já Hermilo Borba Filho não precisou esperar alguma posteridade para melhor poder pensar e deduzir o que estava acontecendo com a sua geração de boêmios. Ele já sabia o trânsito das coisas por vir ou que já vinham de há muito, e, nesse sentido, não só o trecho que acima separamos de seu romance *Agá* era análise e crítica do definhamento de tantos projetos perpetrados como toda a obra se constitui numa espécie de inventário e testamento para os que ainda virão pela frente. E isso ele não reservou só aos leitores de seu romance, levou também para as páginas dos jornais, como a crônica abaixo, datada de 5 de outubro de 1972, publicada no Diário de Pernambuco, na qual ao mesmo tempo em que coloca em questão o fino trato, o bom gosto e a sofisticação dos restaurantes do *establishment*, informa-nos a sua consciência sobre os seus limites inexoráveis, absolutos e incontornáveis com que se deparava:

Aqui, no Recife, tenho os meus recantos preferidos. Sou, mesmo, de restaurantes populares. Ainda a peixada do Maxime, a carne-de-sol de Exedito, o contrafilé da Mocambo, o misto do Xiru, a lingüiça do Gregório, a feijoada do Pina (ando 120 quilômetros e me empanturro de galinha-de-cabidela, carne-de-sol, mão-de-vaca, buchada, lingüiça, galinha guisada, na Mãe Amara, em Caruaru; ando 60 quilômetros e como guaiamuns e camarões de água doce no Buraco da Jia do meu amigo Luís), as agulhas fitas da beiramar, em Olinda. A restaurante de luxo só vou quando convidado por amigos e sempre fico embatucado em escolher a cozinha internacional. Cozinha internacional eu tenho, a preço de bolo de goma, das mais gostosas, no Restaurante Escola do Senac. Lá, sem dúvida, comi uma *paella* melhor que a da Espanha. Pedi até a receita: galinha, carne de porco, lagosta, peixe, camarão, mariscos, ostras, atroz, açafrão, cheiro verde. Temperar todas as carnes e refogá-las em azeite espanhol. Depois cozê-las em fogo brando. Ferver o arroz com açafrão, escoar e juntar com os outros pertences em tabuleiro untado com azeite e papel celofane e levar ao forno. Este prato deve ser servido em tacho de cobre para que o mesmo mantenha o seu cheiro. Estou mentindo. Nem tudo isto posso comer mais. Tenho de cuidar do meu colesterol, dos meus lipídios e triglicerídeos, do meu amado ácido-úrico. E

⁶⁵² Luce Pereira E o imperador deu lugar aos mendigos. Disponível na Internet, em: <http://www2.uol.com.br/JC/_1999/80anos>. Acesso em: 22 mai. 2003.

mesmo se assim não fosse, eu morreria de vergonha com tanta abundância, quando o feijão chocha-bunda sem carne ainda é o prato de resistência de toda uma população faminta aqui no Nordeste.⁶⁵³

Os herdeiros de Hermilo Borba Filho teriam contra si a vantagem de herdarem um fazer cultural que acalentava para o homem ele *ser* no mundo e não *estar* no mundo, mas não sabiam como fazer para *ser* num mundo que acenava com o aniquilamento do sujeito e o fim dos sentidos da existência, oferecendo como contraparte as possibilidades de serem representados, pensados e/ou um referente adequado à sociedade de massas e de consumo. A saída foi a radicalização de toda e qualquer proposição de vanguarda e ação iconoclástica.

Despontava, assim, a chamada geração do desbunde que criou, nos anos 1970, uma atmosfera que passou a se valer dos resíduos culturais, fossem eles populares, eruditos ou da cultura oficial e tradicional, sobre as quais se exercitavam reflexões e irreflexões calcadas no princípio das idéias que se tinha sobre a realidade histórico-social do passado e do presente, compondo-se um amálgama que aparentemente se apresentava como caótico, mas que tinha em si uma sincronia com o objetivo de instituir coincidências e coexistências entre distintas e similares ações, movimentos e exercícios culturais. A partir desses princípios, passava-se a questionar e a romper com as certezas derivadas de uma lógica que se dispunha a fixar a representação histórica anterior, para, em contrapartida, estabelecer uma relação e coexistência entre o presente daquele que se candidata a produzir cultura e o seu espectador/consumidor e destes com a realidade história anterior.⁶⁵⁴

⁶⁵³ BORBA FILHO, Hermilo. **Louvações, encantos e outras crônicas**. Recife: Edições Bagaço, 2000, pp. 93-94.

⁶⁵⁴ Muitas das proposições que fizemos neste parágrafo e faremos nos dois que se seguem foram feitas a partir das análises que Fredric Jameson faz para a produção cultural que na atualidade se intitula de *pós-moderna*. Não estamos com isso querendo afirmar que uma parte ou toda da produção artístico-cultural dos anos 1970 poderia ser caracterizada como pós-modernista, conforme habitualmente é definida pelos seus adeptos e/ou consumidores, que vêem no pós-modernismo uma manifestação de uma consciência de uma ruptura real com o modernismo e uma tentativa de definição de uma identidade em confronto com as anteriores, numa sociedade regida por novos imperativos e por uma tecnociência computadorizada. Aqui, acordamos com a tese de Fredric Jameson, segundo a qual o pós-modernismo seria uma das fases do modernismo, mais precisamente, uma das formas de se expressar o alto modernismo, próprio do capitalismo tardio que teria esgotado as possibilidades de vanguarda e genialidade do artista modernista com as novas tecnologias de reprodutibilidade técnica e exposição da arte e a sua capacidade iconoclástica ante a apatia e despolitização da sociedade contemporânea, não havendo, portanto, uma ruptura ou salto para a frente em consonância com uma nova época, período, fase ou estágio das esferas econômicas, sociais, políticas e culturais da sociedade e história humana.

Uma leitura apressada, atravessada por critérios calcados no bom senso, avaliaria essas posturas culturais como esquizofrênicas. Elas seriam de fato, mas não nesse sentido, e sim no que propõe Fredric Jameson, ao se apropriar da descrição que Lacan dá para a esquizofrenia: *a ruptura na cadeia dos significantes, isto é, as séries sintagmáticas encadeadas de significantes que constituem um enunciado ou um significado*.⁶⁵⁵

Em outras palavras, o que se manifestava como descontinuidade, alteridade, contingente e fragmentado e desprovido de lógica, seria muito mais uma reemergência de um sentido global mais unificado de uma nova realidade histórico-social aparentemente desconexa, no qual a contemplação mais uma vez vai sendo ameaçada de ser substituída por uma crítica dos sujeitos que querem construir a si mesmos e ao seu mundo. Nesse ideário, alocavam-se uns e outros projetos de redefinição da relação do homem com a sua coletividade, querendo, assim, convergir para um novo tipo de sujeito-histórico que desenvolve, nesses seus primórdios, uma guerrilha para se libertar e expurgar a sujeição imposta pela sociedade do consumo, do espetáculo e do simulacro e poder deter para si a oportunidade de novo, como os sujeitos das realidades históricas anteriores, ter uma viva voz para de si mesmo falarem.⁶⁵⁶

Uma das primeiras manifestações da vanguarda recifense expressava algo similar ao que acima colocamos. Era uma espécie de manifesto de um grupo denominado *Nuvem 33*, com os seus propósitos expressos em um artigo de Thiago Araripe, artista versado em música e outras formas de expressão artística, escrito para o Diário de Pernambuco, em 13 de novembro de 1972:

Há vestígios do “Nuvem 33” na cidade; blocos de uma nuvem que você vê mutar-se em carneirinhos brancos, ou fadas, ou personagens de quadrinhos boiando no alo do céu. Muito mais que um simples grupo fazendo música; o movimento onde se compõe e se cria visualmente em torno de um comportamento assumido por cada elemento NUV. Na medida em que se aprofundar o relacionamento entre as pessoas do grupo – os NUVS – as individualidades criativas 33 irão construindo um universo cheio de imagens e de pequenas estruturas secundárias, filiadas à base comum do movimento. Assim, falar sobre cada pessoa do “Nuvem 33”, dizer o que cada uma faz, não tem de imediato o significado maior que seria afirmar que somos muito mais aquilo que inventamos – o mundo de personagens que se desprendem das nossas canções, desenhos e histórias, tais como Oedipus, Mama, Mil, Gurip’s, Homem Toque e outros.

⁶⁵⁵ JAMESON, Fredric, *op. cit.*, p. 53.

⁶⁵⁶ Sobre as análises de Fredric Jameson, consultar as páginas do seu livro, utilizado nesta tese: pp. 34-35, 42-43, 45-46, 48-49; 52-53 e 56-57.

O trabalho do “Nuvem 33” faz-se por blocos, pouco a pouco sedimentando-se o esqueleto geral do grupo. Tal “fragmentação” seria uma forma de se estar considerando a própria época super-dividida em que nos encontramos. Então o método do mosaico se adequaria mais ao movimento, considerando-se ser esse o meio capaz de oferecer, simultaneamente, visões de uma realidade que não se pode classificar de única, proporcionando leitura mais rápida do geral.⁶⁵⁷

Nesses extratos do manifesto, um dos primeiros enfoques que podemos perceber é a afirmação do princípio da existência de projetos, programas e estratégias autônomas e independentes no interior do grupo, mas que podem se sincronizar por questão de coincidência e possibilidades de coexistências, sejam elas distintas ou similares em suas ações, movimentos e exercícios culturais, algo que já se pode prever pela própria necessidade de o grupo informar a existência no seu interior de esferas ou unidades autônomas. O segundo enfoque reclama para o grupo e daqueles que a ele venham se agregar uma postura diferenciada em relação à lógica que fixa de como *era* e/ou *é* a representação histórico-social do presente e do passado, reivindicando outras possibilidades para a realização de interferências, apresentação de inferências e indicação de referências sem que nenhuma se imponha como uma visão única da realidade, mas todas como visões disponíveis para uma leitura de um mundo que reconhecem se apresentar difuso e desconexo. Em síntese, eles desconfiavam da certeza vanguardista e da confiança iconoclástica do modernismo e carregavam em si uma incerteza sobre o que tinham a dizer e fazer e, no entanto, tinham a certeza de que algo estava fora da ordem e não queriam esperar uma concordância institucionalizada, queriam experimentar e exercitar a sua viva voz de sujeitos sem um juízo final, como iria aventar Caetano Veloso duas décadas mais tarde: *Alguma coisa está fora da ordem/Fora da nova ordem mundial.../Eu não espero pelo dia em que todos os homens concordem/Apenas sei de diversas harmonias possíveis sem juízo final.*⁶⁵⁸

A incerteza era regra entre quase todos aqueles que, direta ou indiretamente, naquele momento queriam pensar o mundo e se manifestar no mundo através de sua produção artística. E ela se juntava à desconfiança sobre

⁶⁵⁷ **Diário de Pernambuco**, 13/11/1972, p. 10, 2º Caderno.

⁶⁵⁸ Treco da canção de Caetano Veloso *Fora da ordem*. Disponível na Internet, em: < <http://caetano-veloso.letas.terra.com.br/letas>>. Acesso em: 30 mai. 2004.

tudo que já vinha pronto e acabado, moldado e estilizado, legitimado e consagrado, como instigava Alceu Valença na sua canção *Cabelos longos*:

Eu desconfio dos cabelos longos
De sua cabeça
Se você deixou crescer
De um ano pra cá
Eu desconfio dos cabelos longos

Eu desconfio de sua cabeça
Eu desconfio no sentido estrito
Eu desconfio no sentido lato
Eu desconfio dos cabelos longos
Eu desconfio é do diabo a quatro
Do diabo a quatro...⁶⁵⁹

O próprio Alceu Valença e o seu parceiro musical, Geraldo Azevedo, externavam, na prática e no seu percurso artístico, a incerteza quanto ao que queriam ou não para sua produção artística e aquela desconfiança que nutriam para com toda apologia ou sentença oriunda de indivíduos mais afetos ao lugar-comum dos modismos e ao *mise-en-scène* usados como forma de garantir uma projeção e ocupar um espaço entre os seus pares e as platéias disponíveis. A certeza e a confiança Alceu Valença e Geraldo Azevedo foram buscar no experimento e na submissão ao julgamento dos sujeitos com os quais pretendiam ter uma empatia:

Os dois compositores/interpretes fizeram várias apresentações em lugares populares do Recife, como Mercado de São José e Mercado de Sítio Novo, a fim de sentirem a aceitação que poderia ter o som que estão fazendo, pelo público realmente popular (isto é, o operário, o biscateiro, o vendedor ambulante, etc.).

Tiveram, sempre, o maior sucesso, pois realmente uma música nordestina e a harmonização mais sofisticada viam não mata a sonorização do folclore pernambucano, aonde vão buscar inspiração.⁶⁶⁰

Experimentar e/ou se expor era talvez a única lógica fixada na qual se confiava ou ordem de que se tinha certeza na geração desbunde. Essa se fazia apresentar através de manifestações marcadas por uma poética do espetáculo, fundada na eficácia dos gestos simbólicos que ocupavam um lugar central nas suas performances. Procurava-se, assim, através da espetacularidade, atingir ao mesmo tempo a consciência burguesa, a arte bem comportada, os discursos e linguagens instituídas e as posturas políticas imperantes.

⁶⁵⁹ VALENÇA, Alceu. **Molhado de Suor**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1974. Letras das canções de Alceu Valença: Disponível na Internet: <<http://www.nordesteweb.com/alceu>>. Acesso em: 12 mai. 2003.

⁶⁶⁰ **Jornal do Commercio**, 26/01/1973, p. 1, Caderno III.

Através dos comportamentos e dos efeitos de choque e estranheza, a relação entre arte e política, sociedade e política e arte e sociedade foi levada aos limites de suas possibilidades. Alguns de seus momentos podem nos servir de exemplo para dimensionar o seu alcance. Como a I Exposição de Arte Chantecler, organiza por Paulo Bruscky, artista plástico de vanguarda do Recife, em 1973, em uma boate com o mesmo nome da exposição, em plena zona do meretrício, no bairro do Recife:

Os versos do poeta e pintor Montez Magno, rabiscados numa folha de cartolina, logo à entrada da boate seriam a definição exata das intenções e dos sentimentos dos artistas recifenses que, na sexta-feira à noite, promoveram a I Exposição de Arte Chantecler, sob a coordenação do pintor Paulo Bruscky. Foi uma invasão (ou intrusão forjada).

O salão ficou literalmente tomado. Prostitutas e boêmios misturavam-se a jovens barbudos e universitárias tão curiosas em “conhecer o ambiente” quanto em admirar as obras expostas. Pelas paredes, ao lado de pequenos cartazes com os preços da casa (“Rum: dose – Cr\$ 3,00), estavam pinturas e desenhos de todas as tendências e técnicas, além de poemas manuscritos em cartolina. Da radiola de fichas, saíam alternadamente músicas de Raul Seixas e Valdick Soriano.

(...) O primeiro impacto aconteceu cedo da noite. Ao pé da escada, descobriu-se um “cadáver”, coberto por um lençol e todo manchado de “sangue”. Foi providenciada a vinda imediata da Polícia Técnica que constatou tratar-se de um boneco de pano, pintado de mercúrio. Todos foram parabenizar o pintor Paulo Bruscky pela excentricidade, mas o autor da brincadeira tinha sido o artista Alves Dias.⁶⁶¹

Outros eventos tinham tudo para fazer um sucesso similar ao da I Exposição de Arte Chantecler, como o *Concerto Chaminé*, realizado na cidade de Olinda, no qual se apresentariam 25 grupos musicais e mais outros cinco formados de última hora para participar do evento. No entanto as chuvas que tomaram a noite afastaram o público que tinha ido assistir ao Concerto, levando os proprietários dos equipamentos de som a requisitarem a retirada dos equipamentos receosos dos danos que a chuva poderia causar, já que o show era realizado ao ar livre. Mesmo assim, houve alguns pontos alto no show, enquanto a chuva permitiu alguma apresentação:

A apatia do público foi quebrada, no instante em que surgiu no palco o grupo “Likas’s”. E todos procuraram um bom lugar para ver os aeróbicos movimentos do líder do grupo – Liça –, de batom, brincos e disposto a “acabar com a brincadeira/requebrar as cadeiras/ao som de rock”, como dizia a letra de uma das músicas que interpretou. O baterista de “Lika’s”, da mesma maneira, agitou o público, ao se apresentar vestido de branco, batom forte e recheada cabeleira “black-power”.⁶⁶²

⁶⁶¹ **Diário de Pernambuco**, 07/10/1973, p. 13, 1º Caderno.

⁶⁶² **Diário de Pernambuco**, 26/08/1974, p. 5, 1º Caderno.

Um outro evento musical ficou marcado pela originalidade do local onde foi realizado e por uma espécie de despedida e um até logo de alguns dos compositores e cantores que se apresentariam. Era o show *7 Cantos do Norte*, realizado no interior da Igreja do Carmo, em Olinda, em 25 de outubro de 1975, por ter uma boa acústica, segundo o organizador do evento Tiago Amorim, e com a participação de Flaviola, Marco Pólo, Ricardo Bezerra, Geraldo Azevedo, Alceu Valença, Fagner, Robertinho (o Robertinho do Recife).⁶⁶³ Depois desse show, os quatros últimos artistas, nos anos que se seguiram, entrariam firmemente no circuito nacional de música, com vários discos e clips gravados, shows ao vivo e musicas na mídia e muitas outras participações em trilhas sonoras e grandes espetáculos, constituindo-se em figuras proeminentes da história recente da música brasileira, radicando-se no Sul do país e só voltando ao Recife para a realização de shows, não mais em igrejas, e sim nos grande teatros da cidade, como as duas apresentações do show *Vou Danado P'ra Catende*, de Alceu Valença, no Teatro Santa Isabel e Teatro do Parque, em abril e dezembro de 1975, respectivamente, após a sua consagração no Sudeste.⁶⁶⁴

Outras iniciativas e movimentos musicais também se faziam presentes na cidade do Recife, como a tentativa de modernização eletrônica na interpretação e arranjos musicais dos ritmos regionais empreendidas pelo Quinteto Violado, que em 1972 gravaria um disco do qual muitas faixas chegariam ao topo das paradas musicais nacionais, como a antológica regravação de *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga, cujo arranjo marcado pela exploração ao máximo de cada nota musical e cujo uso combinado e harmonioso de diversos instrumentos eletrônicos, de corda e de percussão, no qual nenhum se destaca mais que o outro, ao contrário da sanfona, que tinha uma relevância nas gravações anteriores, fizeram da interpretação algo similar a um concerto de orquestra de câmara.⁶⁶⁵

Na esteira do sucesso do Quinteto Violado ira surgir a Banda de Pau e Corda, em 1973, com uma proposta mais conservadora em relação aos arranjos e instrumentos. Como nos dá a entender o nome do grupo, suas intervenções musicais sobre os ritmos regionais se restringiriam ao uso de instrumentos que

⁶⁶³ **Jornal do Commercio**, 25/10/1974, p. 4, Caderno II.

⁶⁶⁴ **Diário de Pernambuco**, 20/04/1975, p. 3, 1º Caderno e 04/12/1975, p. 11, 2º Caderno.

⁶⁶⁵ Sobre o sucesso do Quinteto Violado, consultamos algumas reportagens do **Diário de Pernambuco** à época, principalmente, uma reportagem de Geneton Moraes Neto: **Diário de Pernambuco**, 30/04/1973, p. 8, 2º Caderno.

não recorressem a nenhum recurso ou acessório eletrônico, a não ser aquele indispensável para distribuição e propagação do som musical, mas mantinha a linha de arranjos e interpretações inauguradas pelo Quinteto Violado, levando o grupo, logo no seu primeiro ano de existência, a gravar um disco.⁶⁶⁶

Encabeçada pelo Quinteto Armorial e Cláudio Aguiar, uma outra corrente musical procuraria dar um tratamento erudito às tradições e ritmos musicais do Nordeste, com interpretações, criações e arranjos fundamentados em estudos e pesquisas musicais. A partir de 1975, quando Ariano Suassuna assumiu a Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Recife, na gestão de Antônio Farias, seria dado um apoio a essa linha de produção musical no Recife, com a instituição do Movimento Armorial, do qual resultariam a Orquestra Romançal do Recife, a Orquestra Armorial, o Balé Armorial e a Orquestra Popular do Recife.⁶⁶⁷

O movimento criado por Ariano Suassuna e algumas das medidas que veio tomar à frente da Secretaria, como vedar o uso do Teatro Santa Isabel para a apresentação de shows considerados *pop*, suscitaram a tese de que um dos objetivos do movimento era produzir uma reação aos movimentos culturais e artísticos da cidade fundados na cultura *pop*.⁶⁶⁸

Foi justamente o movimento musical no qual se procurava mesclar o som *pop* com os ritmos musicais da região e outros de caráter experimentais que mais fez jus a uma cena e atmosfera *udigrúdi* que, em princípio, rejeitava os padrões e a estética comercial dos sistemas de comunicação da indústria cultural (TV, indústria fonográfica e entretenimento).

Um dos grandes destaques do movimento musical foi o conjunto de rock denominado Ave Sangria, conjunto de um só LP, mas que marcou a cena musical com o uso de muita percussão, guitarras pesadas e vocais certos e ferinos.

Fundado em setembro de 1972, o grupo musical teve, inicialmente, a denominação de Tamarineira Village, uma referência ao bairro (Tamarineira) onde residiam alguns dos integrantes do grupo. Suas primeiras apresentações foram nos primeiros meses de 1973 e em meados de 1974, já com a denominação de

⁶⁶⁶ **Diário de Pernambuco**, 15/10/1971, p. 3, 1º Caderno.

⁶⁶⁷ **Diário de Pernambuco**, 20/11/1975, p. 6, 1º Caderno.

⁶⁶⁸ Sobre a trajetória de Ariano Suassuna à frente da Secretaria de Educação e Cultura do Recife e o seu projeto cultural, consultar: DIDIER, Maria Thereza. **Emblemas da Sagração Armorial**. Ariano Suassuna e o Movimento Armorial (1970-1976). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000, principalmente, pp. 27-34.

Ave Sangria, viaja para o Sul do país e grava, pela Continental, o seu primeiro e único LP, apreciado pela crítica, que o considerou uma renovação musical da música *pop* brasileira similar à que vinha fazendo o grupo musical Os Novos Baianos.

No LP do Ave Sangria Havia uma música intitulada *Seu Waldir*, que chegou a ser objeto de uma polêmica entre colunáveis e autoridades locais por relatar uma paixão homossexual de um adolescente por um senhor inseguro em assumir o *affaire*. O jornalista José Teles nos relata dessa forma a polêmica e seus desdobramentos envolvendo a canção *Seu Waldir*, na qual esteve envolvido o colunista João Alberto:

Essa foi a faixa [Seu Waldir] do disco mais tocada nas emissoras de rádio recifenses, agradando a muitos pela irreverência, mas fazendo com que outras vozes se levantassem contra aquela "imoralidade". Uma delas teria sido a do jornalista João Alberto, colunista social do *Diário de Pernambuco*, que apresentava um programa diário na TV Rádio Clube (ligada à Rede Tupy). Esse programa, conta o "Ministro da Informação" do Ave Sangria, Raffles, durante algum tempo, encerrava-se tendo "Seu Waldir" como música de fundo e o apresentador pregando uma catilinária contra uma música que "agredia a moral e os bons costumes do nosso povo". Almir Oliveira, baixista e compositor do grupo, contemporiza: "Não fosse João Alberto, seria outro". Diz-se que foi a mulher de um general, indignada, quem se queixou ao marido contra a impunidade daquele samba desnaturado. Quem quer que tenha sido o responsável, foi "Seu Waldir" quem levou a censura federal a exigir o recolhimento do LP em todo território nacional. Nos anos 80, a música foi gravada por Ney Matogrosso, e em 1989 novamente foi centro de uma polêmica no Recife. Há muito fora de catálogo, o LP foi relançado com bastante badalação na cidade. O crítico Héber Fonseca aproveitou o ensejo – o disco completava 15 anos de lançamento e de censura – e escreveu, no *Jornal do Comércio*, um pequeno e virulento artigo contra o colunista João Alberto. A direção do JC considerou o ataque muito forte e demitiu Fonseca no mesmo dia da publicação do artigo.

A censura não poderia ser mais competente. Não proibiu apenas uma obra de arte, acabou também com seus criadores. O disco chegou a voltar às lojas, sem a faixa maldita, mas aí o grupo entrou no maior baixo astral, ficou inteiramente desmotivado:

"Era uma porção de caras pobres, alguns já com filhos, que haviam largado tudo, emprego, o escambau, para se dedicar à música. A gente ensaiava várias horas, todos os dias. Ninguém havia ainda visto grana, a esperança era o disco. Com a proibição, o grupo perdeu o pique".⁶⁶⁹

A letra da canção que tanto havia atentado contra a insofismável moralidade e a inteligência musical do colunista João Alberto, muito mais capacitada para deglutir os melodramas musicais permeados de tecnicidade do *show business*, era a seguinte:

⁶⁶⁹ TELES, José. **Do frevo ao manguebeat**, *op. cit.*, pp. 174-175 e 170-174 sobre a história do grupo.

Seu Waldir, o senhor/ Magoou meu coração/ Fazer isto comigo, Seu Waldir/ Isto não se faz não/ Eu trago dentro do peito/ Um coração apaixonado, batendo pelo senhor/ O senhor tem que dar um jeito/ Senão cometo o suicídio/ Nos dentes de um ofídio/ E vou morrer. Eu falo tudo isto/ Pois sei que o senhor está gamadão em mim/ Eu quero ser seu brinquedo favorito/ Seu apito, sua camisa de cetim/ Mas o senhor precisa ser mais decidido/ E demonstrar que corresponde ao meu amor/ Pode crer/ Senão vou chorar muito, seu Waldyr/ Pensando que vou lhe perder/ Seu Waldyr, meu amor.⁶⁷⁰

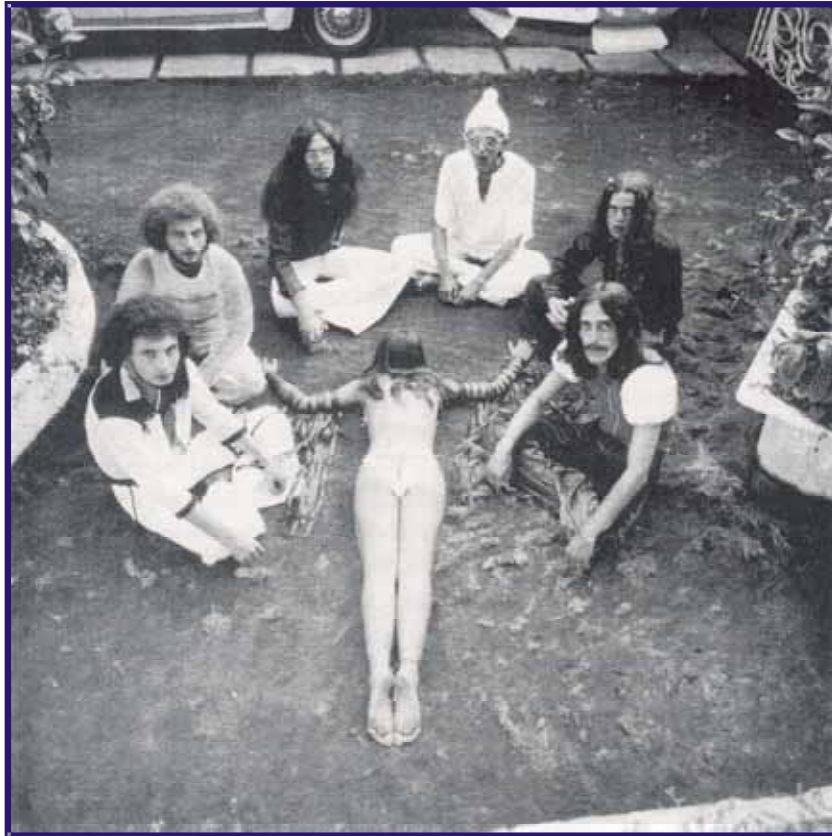


Fig. 41. Foto dos integrantes do conjunto Ave Sangria.
Fonte: TELES, José. *Do frevo ao manguebeat*. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 183.

Outro acontecimento musical foi o *I Parto de Música Livre do Nordeste*, realizado no Teatro Santa Isabel, em 1973, no qual, segundo José Teles, o Recife, e, provavelmente o resto do país, nunca testemunhou desbunde igual.⁶⁷¹ Nesse show houve de tudo um pouco, desde Luiz Gonzaga até o cantor, letrista e músico Flaviola, que simplesmente passou quase 20 minutos narrando um ato homossexual passivo, no melhor estilo de um Jean Genet, como o protagonista central de seu romance *Querelle de Brest*, que depois virou filme de Rainer Werner Fassbinder, passando antes por uma performance do artista plástico Paulo Bruscky, que encenou um parto em uma múmia. Toda essas cenas musicais tinham como um dos principais gurus o músico e cantor Lula Côrtes, que fazia a ponte entre o

⁶⁷⁰ Idem, pp. 173-174.

⁶⁷¹ Idem, p. 165.

movimento musical local e o cenário internacional da música *pop* e, ao mesmo tempo, articulava, agitava e promovia acontecimentos, produções e grupos e indivíduos nas cenas musicais.⁶⁷²

As trupes e personagens musicais dos anos 1970, no Recife, traduziam um momento da história do país em que, para alguns, a incerteza e ausência de perspectiva num país profundamente marcado pelo autoritarismo, a repressão e a censura do regime militar, principalmente após a instituição do AI-5, em 1968, no qual quase todas as formas de expressão políticas, culturais e acadêmicas passaram a ser objeto de averiguação e cerceamento, bem como as possibilidades de legalmente poderem se organizar. A opção de uma parcela dos jovens da classe média recifense, principalmente aqueles que se enquadravam no perfil da classe média baixa, foi a busca de outras alternativas de expressão e aglutinamento, mesmo que não tivessem um ideário pré-fixado de como e do que queriam mas que pudessem experimentar, vivenciar e refletir questões, contextos, contradições e aspirações um tanto que destituídas de alguma sistematização mais orgânica em termos de projeto, ideologia e estratégia. Como vimos anteriormente, era a marca do desbunde usado como forma de expressão e oposição contra tudo que achavam que eram imperativos instituídos, como nos descreve José Teles, a cena musical *pop* do Recife era heterogênea e não tinha um itinerário dado *a priori* ou que viesse a servir de fio condutor do movimento musical:

Ao contrário dos mangueboys, no entanto, a turma dos 70 não se preocupou em cerzir uma cena local através de manifestos ou trajes com que fossem identificados. Se cena houve, então foi uma colcha de retalhos, de muitas tonalidades e feita com tecidos de procedências variadas. Não houve, enfim, uma ação premeditada: a "cena" foi acontecendo sem muito respaldo da imprensa, que, feito o Mr. Jones da canção de Bob Dylan, sabia que algo estava acontecendo, mas não do que se tratava.

Se o pau-do-índio foi o barato identificado com o manguebeat, os desbundados dos 70 iam de cogumelos, maconha e ácido, que, de repente, começou a aparecer de forma abundante na Veneza Brasileira. Os shows tanto podiam rolar no Drugstore Beco do Barato, no pátio de São Pedro, em Olinda, em Fazenda Nova ou no vetusto Santa Isabel.⁶⁷³

O mesmo não poderíamos dizer de alguns indivíduos que forjaram na cena teatral de Olinda e Recife, a partir de 1974, um movimento teatral que recusaria a

⁶⁷² Para o desenvolvimento deste tópico utilizamos o capítulo intitulado *Os anos 70*, de TELES, José, *op. cit.*, pp. 145-177, principalmente, as informações contidas nas: pp. 146, 148, 152, 156, 165, 166, 171 e 174.

⁶⁷³ Idem, p. 148.

linguagem cênica convencional, em meio a uma produção teatral local marcada até então pelas encenações cênicas fundadas nos padrões clássicos do teatro e pela montagem de peças consideradas clássicas ou suficientemente assimiladas pelos padrões morais vigentes. O grupo teatral a que nos referimos era o Vivencial Diversiones, criado a partir de uma arregimentação de jovens de Olinda, realizada por um ex-seminarista, o dramaturgo Guilherme Coelho. Esse, em seus momentos iniciais, esteve ligado à Pastoral da Arquidiocese de Recife e Olinda. Após o primeiro espetáculo, o *Vivencial I*, o grupo se estabeleceu numa área que hoje margeia uma das vias expressas do Complexo Salgadinho, em Olinda, perto da divisa com o Recife, e passou a adotar a denominação que o marcou.

Mesmo estando na cidade vizinha, o criador e os atores que depois passaram a atuar no grupo circulavam constantemente pelos circuitos culturais, intelectuais e boêmios do Recife. Tanto que algumas de suas peças tiveram suas primeiras encenações no Teatro Santa Isabel, no final da década de 1970 e início da década de 1980. Os seus espetáculos eram caracterizados por pequenos esquetes, organizados a partir de diversas leituras, intercalados por músicas, utilizando-se para tanto de um leque bastante diversificado de referências e fontes artísticas e ensaísticas, como também se apropriavam de depoimentos, entrevistas, declarações e produções de personalidades da vida política e cultural do país, entre os quais estava o cineasta Glauber Rocha, talvez o intelectual e artista que mais influenciou o grupo com sua concepção barroca e alegórica voltada para a produção de um cinema capaz de ser ao mesmo tempo crítico para com a realidade brasileira e de pensar e propor projetos para o Brasil. Selecionando e articulando textos de outros e mesclando-os com os que redigiam, o grupo procurava inventar e reinventar uma estética teatral a cada momento de encenação. Guilherme Coelho e os demais integrantes do grupo tinham como objetivo não só descrever a realidade na qual viviam, mas operar sobre ela uma análise e crítica, produzindo um impacto sobre o espectador, destituindo-o de seu conformismo e levando-o, através do uso de uma exposição dialética e clara e de uma linguagem inteligível, a uma reflexão crítica nos moldes do teatro brechtiano.⁶⁷⁴ Com esse espectro, o Vivencial Diversiones foi uma

⁶⁷⁴ Tanto no Vivencial Diversiones como Teatro Popular do Nordeste, dirigido por Hermilio Borba Filho, havia uma presença marcante das teorias de Bertold Brecht sobre o teatro épico, que em

experiência artística que buscou expor, refletir, discutir e propor uma outra Olinda e Recife, num dos momentos de sua história em que a miséria e o autoritarismo mais acirravam os seus problemas estruturais, conjunturais e diários. Como nos relata o próprio Guilherme Coelho:

O Vivencial, quando montou o seu primeiro espetáculo, o grupo era muito grande, com 30 e poucas pessoas, tinha como proposta dar resposta aos condicionamentos culturais. Isso era uma bandeira que o grupo todo na época defendia. Era um grupo de jovens de Olinda. Então, a coisa era dar resposta aos condicionamentos culturais que todo mundo vivia e era muito o que se respirava na época. Problemas de violência, de sexo, de drogas, dos próprios membros do grupo, que queriam dizer alguma coisa em relação a esses condicionamentos.⁶⁷⁵

As características e proposições do Vivencial Diversiones tinham muito haver com a modernização imposta a partir do golpe militar de 1964, que com seu autoritarismo, repressão e uma censura quase cotidiana às manifestações políticas e artísticas produziu novos condicionamentos para escapar ao arbítrio, conforme o depoimento do Guilherme Coelho:

P - Esses condicionamentos a que você se refere têm alguma relação como golpe militar de 64.

R – Tinha sim, porque o pessoal estava sentindo a mordida cada vez mais apertada e todos participavam de grupos de jovens ligados à Igreja, à pastoral da Diocese ligada a jovens, e sentia que o cerco cada vez mais estava se fechando. O grupo estreou em 74, com *Vivencial I*, a peça que depois deu nome ao grupo, que não tinha nome ainda. Depois é que, por conta desse espetáculo do *Vivencia I*, é que ficou com o nome de Vivencial. Tinha passado o AI5 e o pessoal estava sofrendo todas essas coisas. O grupo era bem diversificado no seu elenco e na faixa social, e sentia na pele todas essas mordidas e problemas da censura. O espetáculo foi interditado pela censura. A gente só escapou das penalidades da censura porque não cobrávamos ingresso. Como era uma coisa aberta e na época se podia fazer o que quisesse, desde que não cobrasse ingresso (na época o critério era esse), era portas abertas. Então, a gente não sofria, não precisava mandar o texto para a censura.⁶⁷⁶

O Vivencial Diversiones era também objeto de agravo por parte do tradicional teatro recifense, representado à época pelo bem comportado e convencional Teatro de Amadores de Pernambuco, TAP, que primava por encenações teatrais clássicas e pela exibição de espetáculos dirigidos ao público

linhas gerais podemos definir como um efeito cênico fundado num jogo a partir do efeito de distanciamento, no qual o público não se envolve emocionalmente na ação dramática; pelo contrário, passa a refletir sobre ela, de modo a poder transformar uma situação real.

⁶⁷⁵ Para uma reconstituição parcial do que foi o Vivencial Diversiones, utilizamos os comentários de Milton Baccarelli e as entrevistas concedidas ao mesmo por Guilherme Coelho e Antônio Cadengue, principais espantes desse grupo teatral. A entrevista de outras pessoas ligadas ao movimento teatral no Recife e Pernambuco, em geral, encontram-se transcritas no livro BACCARELLI, Milton. **O teatro em Pernambucano** (Trocando a máscara). Recife: FUNDARPE/CEPE, 1994. Sobre esse trecho da entrevista, consultar a página 90.

⁶⁷⁶ BACCARELLI, Milton, *op. cit.*, p. 91.

familiar. Um dos dirigentes deste grupo teatral destilou de forma bastante explícita a sua repulsa ao tipo de espetáculo que o Vivencial Diversiones fazia:

O Vivencial, por exemplo, foi um grupo que apareceu lá pelas bandas de Olinda e que eu, sinceramente, eu gostaria até de não contar na história do teatro do Recife como realmente um conjunto. Não era teatro. Meramente o *streeep-tease* ou tipo de espetáculo meio... eu não quero criticar. Um espetáculo que eu não apreciava. Acho que não adiantava muito no Teatro com T maiúsculo, esse tipo de espetáculo. Não adiantava muito.⁶⁷⁷

Havia fortes razões para o temor dos que faziam o TAP em relação ao advento e ao sucesso do Vivencial Diversiones. Na prática este grupo teatral ameaçava a hegemonia e a referência de teatro que o TAP tinha construído na cidade do Recife ao longo da primeira metade dos anos 1970 quando, a partir de 1970, após a inauguração de seu teatro, na Praça Oswaldo Cruz, na Boa Vista, passou a ser de fato o único grupo teatral da cidade a ter uma regularidade em suas montagens teatrais e a ter um público fiel para as suas apresentações.

A origem do TAP remontava ao Grupo Gente Nossa, constituído na década de 1930, quando Waldemar de Oliveira fundou no interior do grupo um departamento autônomo e depois, juntando-se aos seus irmãos (Alfredo, Walter e Ademar) e outros membros de seu clã, fundou o TAP, que passou a adotar, desde então, um repertório que incluía peças clássicas e outras consagradas junto ao público e a produzir encenações nas quais predominavam a montagem e a direção convencional para os espetáculos teatrais. Sobre essa fisionomia do TAP, em 1970, integrantes do Teatro Popular do Nordeste (TPN), dirigido por Hermilo Borba Filho, faziam a seguinte crítica ao grupo às vésperas da inauguração de sua casa de espetáculos:

Quanto ao repertório, penso que está coerente com a mentalidade burguesa do grupo – da qual discordo, mas respeito. Não querem correr grande risco, preferindo sempre o mais certo e garantido, o vai dar “mais bilheteria”. É uma questão de ótica, Jeová. Cada um tem seu caminho no mundo. O importante é realizá-la.

(...) O repertório do TAP tem sido o mais eclético possível, montando autores estrangeiros (que já tinham sido anteriormente testados), pouco se preocupando com autores brasileiros e mesmo quando isso aconteceu foi com autores já testados, como Nelson Rodrigues Dias Gomes. Porque Luiz Marinho já tinha sido revelado pelo Teatro do Movimento de Cultura Popular.

Agora, o que não entendo é o fato contraditório do TAP, pessoa de idéias e posições declaradamente conservadoras, pensar em montar “Mãe Coragem”, de Brecht, autor marxista e revolucionário.⁶⁷⁸

⁶⁷⁷ Esta declaração é de Reinaldo de Oliveira e está contida no livro de BACCARELLI, Milton, *op. cit.*, p. 105.

⁶⁷⁸ Entrevista concedida ao repórter Jeová Franklin, para a reportagem *De quem é a culpa, se o povo prefere futebol?*, in **Diário de Pernambuco**, 15/02/1970, p. 2, 3º Caderno.

A possibilidade de o TAP encenar Brecht parecia em princípio causar estranheza aos membros do TPN. Mas, seguindo o seu raciocínio, Brecht era, à época, no Brasil um autor teatral que tinha algumas de suas peças encenadas com grande sucesso no eixo Rio-São Paulo, enquadrando-se, portanto, na lógica que o próprio Hermilio Borba Filho desvelara para o TAP: encenar autores sem correrem grandes riscos e com bilheteria garantida. Já com relação à adoção dos fundamentos de montagem e direção do teatro épico, desenvolvidas pelo próprio Bertold Brachet para suas peças, isso era uma outra questão que o TAP podia contornar com uma encenação convencional.

Na prática, o TAP era uma casa de espetáculos com o objetivo de oferecer encenações teatrais como puro divertimento e entretenimento para uma platéia composta por integrantes da classe média e da classe dominante local. Aliás, a sua matriz originária era composta de profissionais de prestígio na área médica e bem situados financeiramente na cidade do Recife, quando, nos idos de 1941, para celebrar o primeiro aniversário da Sociedade de Medicina de Pernambuco, Otávio de Freitas solicitou a Valdemar de Oliveira, também médico, que encenasse uma peça para a celebração. Essa experiência definiu daí em diante o tipo de espetáculo e o público a que se deveria dirigir, e tendo cumprindo a contento o seu papel, o TAP pôde ao longo dos anos angariar louros e dividendos pela tarefa executada, culminando com a construção de sua casa de espetáculos, que recebeu apoio financeiro de empresas e do poder estatal.⁶⁷⁹

O mesmo apoio não recebeu o Teatro de Revista do Recife, de Barreto Júnior. Apesar de seus mais 50 anos dedicados ao chamado teatro rebolado, esse produtor, diretor e ator, que chegou a ter cinco teatros espalhados pelo Recife, na primeira metade dos anos 1970, passou a presenciar um certo movimento que pretendia desqualificar os seus espetáculos a partir dos critérios arbitrados pelo modo de vida e da moralidade vigente, como externava um certo senhor, denominado Mayerber de Carvalho, antigo produtor de teatro de revista, em uma reportagem intitulada *Era teatro e se chamava de “rebolado”*, do Diário de Pernambuco, em 27 de maio de 1974:

⁶⁷⁹ Sobre estes aspectos, concentramo-nos em duas reportagens sobre o Teatro de amadores de Pernambuco publicadas in **Diário de Pernambuco**, 01/03/1970, p. 16, 1º Caderno e 03/04/1971, p. 9, 1º Caderno.

O Teatro Rebolado, considerado por Mayerber de Carvalho como uma consequência de baixa categoria da revista, teve um grande palco no Marrocos, na Praça da República. A diferença é que este último apelava para as piadas de mau gosto e “strip-tesse”, na base do apimentado. Na revista, apesar da comédia, isto não existe.⁶⁸⁰

Esse tipo de crítica não era novidade. Ela sempre era desferida por aqueles que pretendiam diferenciar o teatro de Barreto Júnior do que consideravam teatro de qualidade, como Valdemar de Oliveira ao considerar uma afronta de Barreto Júnior em colocar uma dançarina de rumba, vestida apenas de biquíni, desfilando por uma passarela em pleno palco do Teatro Santa Isabel.⁶⁸¹ Contudo, Barreto Júnior não teve a mesma sorte de Valdemar de Oliveira quanto à fidelidade de seu público e apoio para manutenção de suas casa de espetáculos.

Seu público, ele o foi perdendo para as pornochanchadas do cinema nacional que invadiram as salas de exibição por quase todos os anos 1970, e que eram, por sinal, muito mais apimentadas que os espetáculos de Barreto Júnior no que se refere a cenas de caráter libidinoso. No entanto, as pornochanchadas eram muito mais toleradas pela censura e moral vigentes, pois a temática era quase sempre a mesma e adequada à manutenção e reprodução do exagerado senso do orgulho masculino: as aventuras sexuais do garanhão patriarcal e de seus herdeiros fora do âmbito familiar com moças libidinosas e libertinas que estavam sempre prontas e dispostas a testar a competência e qualidades de suas virilidades.

Quanto ao apoio do poder público, pelo que se tem conhecimento, este não atuou no sentido de oferecer condições para um funcionamento mais adequado do teatro rebolado de Barreto Júnior. Pelo que se sabe, uma das únicas medidas que o poder estatal tomou na direção do seu teatro foi o de desapropriar o terreno e demolir o Teatro Marrocos que nele existia, nos anos 1970, localizado nas proximidades da Praça da República, e resguardar o terreno para uma futura concessão à Caixa Econômica, que ali instalou uma agência bancária nos anos 1990. Talvez fosse demais para a época o poder estatal ter quer conviver com uma casa de espetáculos que primava pela crítica de costumes, pela irreverência

⁶⁸⁰ **Diário de Pernambuco**, 27/05/1974, p. 2, 1º Caderno.

⁶⁸¹ Sobre apreciação de Valdemar de Oliveira, consultar: FIGUEIRÔA, Alexandre. **Barreto Junior: o rei da chanchada**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002, p. 55. (Coleção Malungo, v. 7)

aos modos de vida e pelo deboche aos valores, instalada bem em frente à sede do poder executivo estadual, o Palácio dos Campos das Princesas.

No geral, toda a produção teatral no Recife teve problemas quanto a sua implementação e manutenção, que iam desde a censura até à falta de público, ausência de recursos, falta de apoio estatal, número limitado de casas de espetáculos e de arrendamento oneroso. Nem o Teatro Popular do Nordeste conseguiu sobreviver, apesar de toda a sua experiência e contribuição cênica para o teatro local, e foi definhando nos anos 1970. Mas dele ficou uma das contribuições mais significativas para o movimento teatral local, que ao estudar e pesquisar a cultura cênica e dramaturgia das manifestações artísticas da região pode operar montagens e realizar direções que em muito se aproximaram da contribuição que Bertold Brecht delegou ao teatro no início do século XX.⁶⁸²

O Vivencial Diversiones era, em certa medida, um herdeiro do teatro engajado e de vanguarda produzido pelo TPN e da irreverência, mordacidade e sarcasmo do teatro rebolado de Barreto Júnior. Mas o grupo não se restringiu apenas a fazer uma fusão dessas contribuições ao teatro local, projetou-se para uma síntese delas e arremessou-se na cena cultural com uma das críticas mais ácidas aos paradigmas culturais que queriam manter a cultura da região petrificada para cultos e fonte de exemplos. Dessa forma, o grupo se indispunha contra a idéia de uma cultura regional fossilizada que se prestava como exemplo e subsídio que eram, antes de tudo, orientados para a constituição de uma suposta identidade e unidade cultural e social da região nordestina, servindo, também, como um anteparo e filtro às contribuições culturais externas que viessem a interagir com as locais, depurando, assim, as possibilidades e os elementos analíticos e críticos que se poderiam suscitar. E por esse percurso, o grupo se insurgia contra o ideário fundado na manutenção intocável do legado da cultura regional alçados à condição de matrizes autênticas da cultura brasileira, travestida de cultura popular que, segundo Jomard Muniz de Brito, servia como

⁶⁸² Na entrevista, chega-se até aventar a hipótese de que as teorias de Bertold Brecht já eram vivenciadas pelos atores populares em folguedos como o Bumba-meu-boi muito antes do século XX. Sobre esta assertiva, consultar a reportagem de Jeová Franklin, *De quem é a culpa, se o povo prefere futebol?*, in **Diário de Pernambuco**, 15/02/1970, p. 2, 3º Caderno.

uma espécie de compensação: *se não podemos ser os melhores na economia, nós somos os melhores na autenticidade nacional*.⁶⁸³

Nesse bojo, tanto o Vivencial Divisiornes como o pensador cultural Jomard Muniz de Brito tinham que dar de frente com a institucionalização da dicotomia entre cultura popular e cultura erudita que tinha sua relação arbitrada pelas esferas culturais dominantes, de onde partiam as deliberações para o que podia ou não podia ser interagido entre as supostas culturas. Ou com um modelo cultural que se apropriava da cultura regional, dela expurgando o seu conteúdo crítico e estilizando-a, alocando-a como fundamentos sobre os quais se legitimam a ordem social vigente na cidade e na região, salvaguardada e tutelada pela classe dominante e seu intelectuais orgânicos.

A crítica será levada ao seu limite possível por Jomard Muniz de Brito através de seus filmes em Super-8 e de seus ensaios. Dessas produções, queremos destacar uma na qual o pensador cultural conseguiu sintetizar melhor a sua crítica em forma de expressão artística e manifesto.

A produção é o filme *o Palhaço Degolado*, de 1977, no qual o próprio Jomard Muniz de Brito, travestido de palhaço circense, percorre as dependências da Casa de Cultura e, ao mesmo tempo, vai enunciando um discurso e destilando uma crítica aos tutores da cultura oficial no Recife e em Pernambuco (Gilberto Freyre e Ariano Suassuna).

O local não poderia ser mais adequado para a encenação que Jomard Muniz de Brito pretendia realizar. Afinal de contas, não fazia muito tempo que a Casa de Cultura ainda era a Casa de Detenção do Recife, construída em meados do século XIX e inaugurada em 23 de abril de 1858, bem na área central da cidade, entre o bairro de Santo Antônio e de São José, não só com o propósito de deter e enclausurar os que cometiam algum tipo de delito, como também, segundo Denis Bernardes, *que a advertir os “de fora”*.⁶⁸⁴ No início da década de 1970, a Casa de Detenção do Recife já não tinha mais como manter agregado a si o emblema que indicava a todos de fora e dentro a existência de uma ordem a ser observada e cumprida. As mudanças urbanas na cidade e no próprio aparelho de Estado

⁶⁸³ Esta assertiva faz parte do depoimento que Jormad Muniz de Brito prestou a Maria Thereza Didier, para tanto, consultar: DIDIER, Maria Thereza. **Emblemas da Sagração Armorial**. Ariano Suassuna e o Movimento Armorial, *op. cit.*, pp. 49-50.

⁶⁸⁴ BERNARDES, Denis, *op. cit.*, p. 51.

encarregado da ordem e da aplicação da justiça tinham tornado o emblema caduco e o próprio espaço se mostrava incapaz de cumprir os seus objetivos numa sociedade muito mais complexa e dimensionada em relação àquela para a qual foi criada, passando a se constituir muito mais num estorvo e/ou numa inconveniência que maculava a paisagem urbana em pleno período em que se procurava torná-la cada vez mais agradável, conforme os parâmetros da sociedade de consumo.

Da idéia inicial de demolir a Casa de Detenção do Recife se chegou ao projeto de preservá-la como monumento histórico, mas dissociado do submundo dos condenados ou Casa dos Horrores, como era conhecida na cidade.⁶⁸⁵ A desativação da Casa de Detenção do Recife foi feita em 9 de março de 1973, através de decreto do governador de Pernambuco, e no dia 12 do mesmo mês começou a demolição dos muros da antiga penitenciária, à qual antecedeu uma solenidade onde o então governador Eraldo Gueiros, parodiando Napoleão Bonaparte, quando este se deparou com as pirâmides do Egito Antigo, enunciou: *Do alto destas muralhas 118 anos nos contemplam.*⁶⁸⁶ Posteriormente, o espaço foi formalmente convertido em Casa de Cultura, em setembro do mesmo ano, pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, com apoio de órgãos federais. As obras de restauração e de adequação do espaço aos novos objetivos foram iniciadas em fevereiro de 1974, sendo a Casa de Cultura do Recife inaugurada em 14 de abril de 1976.

Com a conversão se procurava dissociar da imagem do Recife elementos e conteúdos degradantes e de violência à dignidade humana contidos no interior de algumas de suas edificações, aproveitando-se a sua monumentalidade para estabelecer uma relação entre o poder e a cultura.⁶⁸⁷ Assim sendo, queria-se, por um lado, expurgar a dimensão trágica da vida dos deserdados, que de tão trágica teria levado um dos prisioneiros a escrever nas paredes de uma de suas celas um libelo extremado de apelação pela revisão da sua condição: *Nem tudo no mundo*

⁶⁸⁵ Uma reportagem de Jeannette Lima, intitulada *Um submundo para os condenados: Casa de Detenção do Recife* e um outra com a seguintes denominação *Uma recordação da Casa dos Horrores*, ambas publicadas no Diário de Pernambuco, nos informa sobre detalhes de como era a vida dos prisioneiros no presídio, não diferenciando muito dos atuais presídios espalhados pelo Brasil afora. Para se inteirar sobre as reportagens, consultar: **Diário de Pernambuco**, 08/06/1972, p. 1, 3º Caderno e 14/03/1973, p. 14, 2º Caderno, respectivamente.

⁶⁸⁶ **Diário de Pernambuco**, 13/03/1973, p. 1, 1º Caderno.

⁶⁸⁷ Sobre este aspecto, consultar: BERNARDES, Denis, *op. cit.*, p. 138.

*está completamente errado. Até o relógio parado está duas vezes certo ao dia.*⁶⁸⁸

Por outro lado, informava aos de dentro e de fora, como a antiga Casa de Detenção do Recife um dia o fizera para a lei, qual era a cultura local, qual era o seu valor, que relação com ela se podia estabelecer, como ela podia ser entendida e como ela podia ser consumida, e, metaforicamente, a abrigava em um cárcere. Disso se apercebeu Jomard Muniz de Brito e por isso ele investe no seu filme, inicialmente, contra as fachadas e os portões da antiga Casa de Detenção do Recife, clamando pelo comandante-mor da cultura aprisionada:

Mestre Gilberto Freyre! Senzala?
Casa-Grande de detenção da cultura.
Muito bem situada nos trópicos,
Triste trópicos.

Passando em seguida a denunciar o relativismo do conhecimento que Gilberto Freyre produz e da incognoscibilidade do absoluto e da verdade que apregoa, contanto que sirva para manter a sua hegemonia entre as esferas culturais locais e inibir críticas a si.

Democracia racial, a seu modo
Morenidade, brasilidade, a seu modo
Luso-tropicologia. A seu modo

Para em seguida investir contra a nostalgia gilbertiana que se esforça em manter o simulacro de que nada de novo há no *front* da decantada sociedade patriarcal-escravocrata açucareira e que o moderno é bem-vindo, desde que não se alterem as hierarquias sociais e mediações políticas e culturais:

Aí que saudades, porque um povo só se conhece
e se preserva pela sua cozinha...

Segue-se então um discurso, no qual o *palhaço degolado* vai desmistificando a lógica cultural que informa que as matrizes autênticas da cultura brasileira são as do Nordeste, paradigma usado como um recurso que inibe uma atualização cultural, atrofia a criação cultural e aprisiona a produção cultural, expurgando a cultura como práxis e convertendo-a num populismo para amenizar as tensões sociais:

A praça é do povo como o céu
é dos poetas populistas?
Dos líricos burocratas?

⁶⁸⁸ Esta frase foi recolhida e a nós repassada pelo escultor e pintor Corbiniano Lins quando visitou a penitenciária, após a sua desativação e junto com outros artistas, a convite do Governo do Estado.

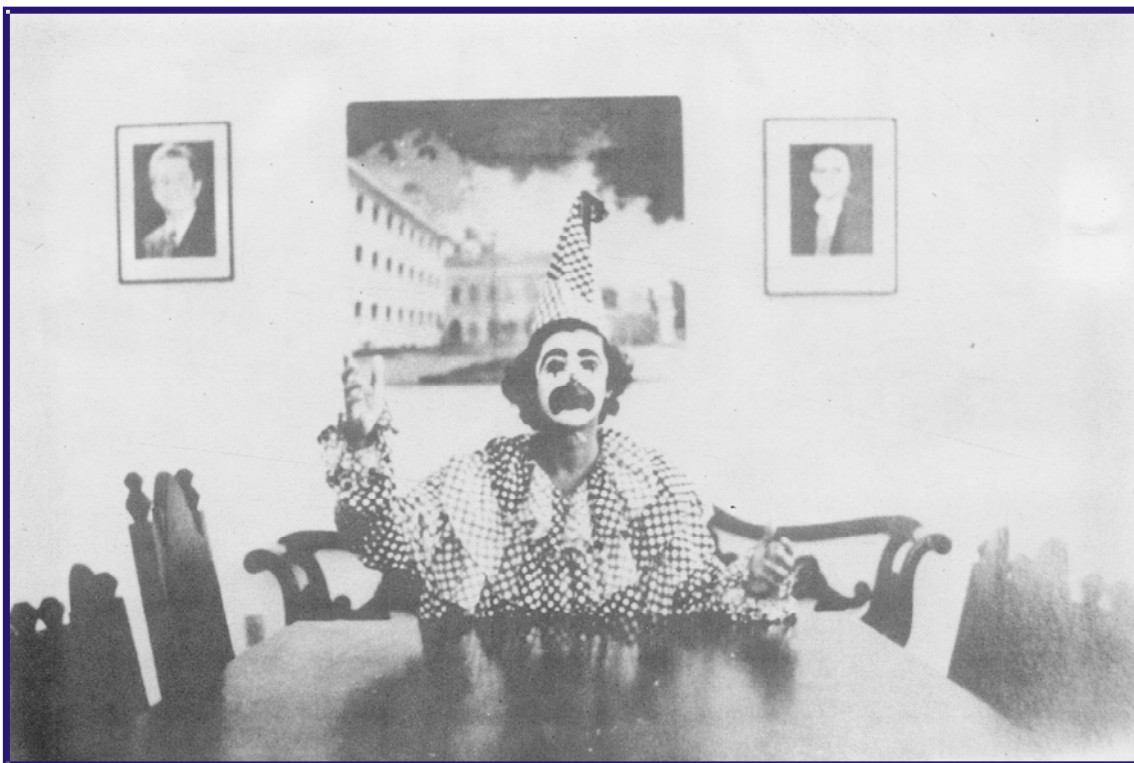


Fig. 42. Cena do filme *O Palhaço Degolado*.

Fonte: FIGUEIRÔA, Alexandre. *O Cinema Super 8 em Pernambuco: do lazer doméstico à resistência cultural*. Recife: FUNDARPE, 1994, Caderno Iconográfico.

Sobrevém uma cena na qual se questiona uma política cultural que destina recursos e condições para reprodução da cultura petrificada e dos estudos e pesquisas que previamente já se sabe irão consagrar aqueles que lhes destinaram os proventos. Mas essa mesma política é incapaz de pensar e projetar uma educação formal sem vinculá-la à ordem cultural vigente.

- “Como é dura a vida do colegial
começar o ano com lápis de classe
assinalando os brasões e
suas armas armoriais...”

Perseguido por policiais, espancado e aprisionado, o *palhaço degolado* chega ao fim de sua investidura e tem para si uma consciência trágica de que enquanto a cultura gilbertiana e armorial se mantém a ferro e pedras, assistida pelo poder estatal, no mundo real os bens culturais produzidos por eles são ameaçados de destruição e/ou de confisco:

Onde está o prof. Paulo Freire?
Em Genebra? Ou na Guiné-Bissau?
Nas ilhas greco-socráticas ou na ilha do Maruim?
O que restou? O que restou?
O que restou dos seus círculos de cultura?
TI JO LO
VOTO LIVRE
1964 EXÍLIO
FOME

1968

1978

Até quando? Até quando? Até quando?

A saída?

ATÉ QUANDO?⁶⁸⁹

Até quando? Não enquanto ficarmos procurando gilbertianos que querem tutelar a cultura e as artes locais. Pois quando estes saírem da cena, ela será ocupada por outros que irão restaurar mitos, como Nassau, para manter à distância a discussão de nossas contradições e desigualdades ou outros mais, montados em posturas politicamente corretas, tomarão a cena para promoverem uma assepsia nas desigualdades sociais e econômicas e sobre elas destilarem populismos intelectuais que prometem um salvacionismo para as classes subalternas. Mas tudo isso só é possível porque ainda se tem como eixo de discussão a dicotomia encanto/desencanto ante o moderno, a modernidade e a modernização. É preciso dialetizar essa dicotomia, pois ela é, ao mesmo tempo, encanto e desencanto, tese e antítese, e só pela práxis se pode fazer uma síntese, ou seja: não mais contemplar o moderno, a modernidade e a modernização e sim analisá-lo e criticá-lo e nele intervir para transformá-lo. Pois se foi possível investigar e desvelar o (des)encanto moderno dos anos 1920, por que não o (des)encanto modernizante na história recente de uma cidade e de um país?

Osman Lins o fez nos idos de 1970 e o expressou de forma significativa no trecho abaixo:

Maria de França, a quem é confiada essa mensagem, em vez de voltar à Rua do Riachuelo e entregá-la (para novamente voltar e novamente voltar e novamente voltar?), cruza o Recife com o papel na bolsa, ao acaso, medindo sem indulgência o espaço existente, infranqueável, entre ela e os que passam. A sua frente vai um homem, com um volume embrulhado em folhas de jornal. Ela segue-o a distância. O desconhecido entra numa rua de pouco trânsito, desfaz o embrulho, retira uma pedra de calçamento, estende a mão direita sobre o meio-fio e esmaga-a, em três golpes. Vem correndo pela rua, mudo de dor, a mão sangrando. Imóveis, face a face, olham-se. Maria de França cruza com ele e segue em direção à pedra jogada no solo.⁶⁹⁰

⁶⁸⁹ O roteiro do filme *O palhaço degolado* está disponível in BRITTO, Jomard Muniz de. **Atentados poéticos**. Recife: Edições Bagaço, 2002, pp. 167-172. Quanto ao filme, utilizamos uma gravação em vídeo-cassete cedida para consulta pelo próprio diretor.

⁶⁹⁰ LINS, Osman, pp. 38-39/

CONCLUSÃO

(DE)FEITOS MODERNIZANTES

HOMEM DO POVO

Um momento, minha gente, um momento. Com a licença dos doutores. Seu Jerônimo faz a política da gente, mas seu Jerônimo não é o povo não. O povo sou eu que tenho sete filhos, não tenho emprego nem casa pra morar!

SENADOR

Meus amigos, meus amigos! A fome e o analfabetismo são propagandas extremistas. O comunismo é o vírus que contamina as flores, contamina o ar, contamina o sangue, a água e a moral. Em Eldorado não existe fome, nem desemprego, nem miséria, nem violência, nem feiúra. Nós somos um povo belo, forte e viril como nossos índios.

(Falas do filme *Terra em Transe*, de Glauber Rocha)

A que conclusões podemos chegar ao nos propormos realizar uma investigação e reflexão histórica sobre as possibilidades de se estabelecer uma mediação entre conhecimento histórico e literário para estudar a relação entre a história recente do Recife e o romance A rainha dos cárceres da Grécia, de Osman Lins, sem ter que privilegiar a dicotomia real X irreal, muito mais apropriada ao serviço de reforçar a obstaculização da problematização da história/História. Mas sim, na medida do que foi possível, trazer à luz de nossa reflexão os sonhos, os projetos, as memórias e as experiências de vida dos vencidos, soterradas nas ruínas da história e/ou apropriadas como despojos pelos vencedores, constituindo-se, assim, num conhecimento capaz de auxiliar a crítica e o combate ao discurso solitário do poder.

Iniciamos este trabalho enfocando a pertinência e os significados contidos no tecido literário do romance *A rainha dos cárceres da Grécia*. Nas primeiras intervenções, procuramos estabelecer uma relação da obra de Osman Lins com o processo de modernização na cidade do Recife e, de uma forma geral, no Brasil, num período em que se consolidava e se reproduzia o processo de internalização da produção capitalista no país e, concomitantemente, consolidava-se a sociedade de consumo e o seu pólo urbano-industrial. O delineamento dessa proposição não se constitui em algo original e muito menos requer algum grande esforço, em termos de estudos e pesquisa, para estabelecer tal relação. As suas possibilidades saltam aos olhos de qualquer leitor do romance, pela clareza, objetividade e precisão com que Osman Lins, através de um narrador inominável, vai contando histórias de uma cidade e cidades e de um país, não tomando como ponto de partida os sucessos paradoxais ou uma análise cadenciada da modernização brasileira, mas a partir das tragédias e das chagas constituídas e incrustadas nos que foram tragados e deserdados pela voracidade da nova etapa da modernização brasileira que consolidava e reproduzia a sociedade capitalista nos tempos do chamado “milagre econômico” e/ou “Brasil Grande Potência”, entre 1969 e 1975. Da primeira à última linha do romance, o compromisso do autor é com a dimensão e o significado histórico do infortúnio e do desastre que se abateu sobre as classes subalternas no longo percurso de constituição e desenvolvimento de uma sociedade capitalista que se apresentava como inelutável e premeditava moldar os indivíduos para terem uma sobrevida no mundo do capital como autômatos.

A submissão e homogeneização dos sujeitos das classes subalternas na sociedade capitalista passou a ser, então, o alvo primordial da crítica de Osman Lins. E essa crítica se condensa em seus principais protagonistas, entre as quais a personagem Júlia Marquezim Enone, que representa a tomada de consciência e a crítica em relação à modernização em curso; Maria de França, que se apresenta como a que a incita e a ela procurava resistir, investigando as suas debilidades; Ana, que ascendeu à cena do romance como a promotora da insurgência contra a sacralização da modernização e a perpetuação do seu ideário fundado na supremacia do “ter” e “parecer” sobre o “ser” e “existir”. As três personagens foram se agregando a um narrador que conta as suas histórias e as

de outros de sua estirpe para que elas não sejam perdidas. Não há, portanto, no romance de Osmam Lins coadjuvantes; todos são condensados num único personagem com várias histórias marcadas por infortúnios e desastres e algo em comum: a ausência do triunfo.

Mas, quando procuramos averiguar a relação entre uma história contada e a história passada na cidade e na época que serve de palco para os personagens do romance, identificamos que a relação não só era possível como essencial, por um lado, para alçar compreensões, interpretações e explicações outras e mais outras nas quais emergem o significado do conteúdo de uma arquitetura de tempo que procurou instrumentalizar e domesticar os sujeitos, uma dinâmica e atualização técnica e administrativa que buscava fazer de cada ser mais uma peça de uma engrenagem, uma esterilização da história que almejava estar apta a expurgar o senso crítico dos indivíduos e a promover uma dilaceração da memória para fazer de cada ser uma coisa-refém de um mundo cada vez mais reificante. Por outro lado, *A rainha dos cárceres da Grécia* produz, também, uma ativação da reserva de consciência crítica que ainda detemos, permitindo-nos apropriarmo-nos da história como portadora de vida e não como coisas petrificadas a serviço de choques terapêuticos para preencher nossos vazios e/ou dissimular a nossa apatia diante de um mundo cada vez mais individualista e incerto, do qual foram-se expurgando as relações, as tradições e as histórias que eram comuns a todos e portavam e (re)construíam a cada momento os sentidos da convivência indivíduo/comunidade.

Essa dialetização da relação entre literatura e história permitiu averiguarmos como a cidade do Recife, o epicentro da Região Metropolitana do Recife, entre 1969 e 1975, foi modernizada para se integrar de forma cabal aos padrões de uma sociedade de consumo e industrial, promovendo um reordenamento urbano em seus espaços citadinos, uma urbanização viária, a instalação de novos equipamentos urbanos e a remodelação de suas paisagens. Todas ou quase todas arquitetadas através de ações instituídas e constituídas pelos poderes públicos, associados ao capital havido por novas oportunidades de negócios e aliado às classes sociais mais abastadas da cidade, com interesses numa mobilidade territorial eficaz num tempo hábil, a partir de uma política assentada num aparelho de Estado de feições autoritárias, tecnocráticas e de uma

racionalização instrumental da sociedade, impondo sobre as classes subalternas os custos dessa modernização.

Os custos se expressaram em uma das mais intensas e significativas deteriorações empreendidas sobre as condições de vida e subsistência das classes subalternas em toda a história do Brasil. Saúde, habitação, alimentação, segurança, educação, trabalho foram incomensuravelmente dilapidados em suas condições no que tangia ao que as classes subalternas podiam usufruir. Chegando-se a um limite em que os integrantes dessas classes não eram mais conduzidos a emigrar, como em outras épocas, mas eram removidos como estorvos e depositados em favelas e cárceres espalhados pela cidade e/ou em sua periferia ou, ainda, tangidos a contemplar e absorver para si modos, formas e situações de vida que tanto ameaçavam de desestruturação as suas consciências como deterioravam a própria condição física e mental de cada indivíduo para pelo menos poder sobreviver ao dia seguinte.

Os fatos, os acontecimentos, os processos, as empreitadas, as ações, as atitudes e as posturas que vão se desenrolando no decorrer do período que delimitamos podem até suscitar a questão “onde está a ficção e a realidade?”, pois tanto a realidade que o romance de Osman Lins procurou (re)apresentar, desvelar e refletir como a que podemos acessar através dos registros da história portavam em si indícios e sinais cada vez mais claros de que elas, a do romance e a da história, estavam deixando de fazer sentido ou não mais possuir sentido algum, pelo menos os que eram conhecidos e serviam de referência para a existência, cedendo lugar à angústia.

Mas não foi essa dicotomia (irreal X real) o centro de nossa discussão. Pois admiti-la significaria prestar-se a mais um exercício que releva a empreitada que procura obstaculizar a problematização da história/História. No nosso caso, pretendemos, na medida do que foi possível, trazer à luz de nossa reflexão os sonhos, os projetos, as memórias e as experiências de vida dos vencidos, soterradas nas ruínas da história e/ou apropriadas como despojos pelos vencedores. Caso isso tenha sido possível, conseguimos exercitar uma das obrigações, funções e tarefas a que os historiadores devem se submeter: produzir um conhecimento capaz de auxiliar na crítica e no combate ao discurso solitário do poder.

Portanto, isso não é uma questão de mérito, virtude ou vontade pessoal. Se assim o considerássemos, seria uma leviandade de nossa parte. É muito mais o resultado de que não somos nós que contamos uma história; mas história que nos provoca, nos convoca e nos impele a contar uma história, pois é ela que no fundo nos conta, principalmente numa cidade que vive a condição histórica de não ser uma periferia e ao, mesmo tempo, não ser o centro. Uma contradição que se reproduz em cada esquina e rua do Recife, onde convivem desvalidos pelas calçadas à beira das quais passam carros de último modelo com senhores e senhoras montadas em supérfluos e ostentações. Onde alguns moram em apartamentos de dezenas de metros quadrados e ao lado de seus prédios proliferam misérias e favelas onde famílias tentam sobreviver em cubículos. Ou quando alguns gastam meio, um ou dois salários mínimos em jantar e outros, na porta dos mesmos restaurantes onde se janta, pedem uma ajuda para comprar um pão ou vendem uma flor para algum trocado ter e poder sobreviver até o dia seguinte. E, afora outras contradições, vão de alguma forma incomodando a todos e, desses todos, uns fogem para os celeiros e outros enfrentam as contradições, como aquelas pessoas da Rua 7 de Setembro ou de outras paragens do Recife que, fossem ou não fossem consistentes e conscientes, não queriam ser omissas e, cada uma a sua maneira, expressava sinais de sua intolerância para com os encaminhamentos que a cidade e o país tomavam e as ameaças que não se dirigiam só às classes subalternas, mas também aos que não foram classificados e qualificados como clientes preferenciais da modernização brasileira.

Esses paradoxos vão sendo desvelados por Osman Lins com um diferencial: não são resultados de equívocos de uma política de modernização, não são resultados de um infortúnio nem uma consequência natural das desigualdades econômicas e sociais, são produtos de uma lógica premeditada que estabeleceu como critério primordial e fomentou como condição *sine qua non* para a geração e extração de reservas necessárias para subvencionar a modernização em curso – a extorção da força de trabalho dos que poderiam agregar valor à acumulação e reprodução ampliada do capital numa sociedade de consumo e industrial. Não é à toa que uma das temáticas principais de *A rainha dos cárceres da Grécia* é a precariedade do sistema previdenciário do Brasil. Ele existe não para servir ao

cidadão e muito menos para assisti-lo na contemplação de alguns de seus direitos. Ele é muito mais uma simulação que vende ou difunde a imagem de que no país todos têm direito a alguma assistência, independente de sua situação socioeconômica. No entanto, quando uma Maria de França procura um direito ou uma assistência, o simulacro se revela enquanto tal, entrando em cena um conjunto de artifícios para postergar até o infinito o usufruto que as Marias de França almejam, até que elas se dêem por vencidas e desistam. Pois as reservas de bens e benefícios se destinam a outros fins ditados pela lógica da modernização. Para os deserdados, o acesso aos bens e benefícios só se dá na medida em que servem como expressão das vicissitudes da ordem vigente (as publicidades político-ideológicas para a obtenção de dividendos políticos) ou para remover entraves à modernização (compensações paliativas para remoção dos estorvos que dificultavam empreitadas modernizantes).

O resultado de tanta sanha modernizante é uma cidade não mais cindida em espaços segregacionistas por todos os lados, mas sucateada e fracionada em sua memória, história, cultura, sonhos, projetos, experiências de vida, inviabilizada por uma desmobilização política da sociedade e por um autoritarismo que silenciou as falas e vedou as possibilidades de (re)organização dos seus sujeitos.

Mas até esse aparato teve que se deparar com os seus limites, pois na medida em que a modernização deitava raízes profundas pela sociedade, ela precisava cada vez mais dos préstimos da força de trabalho que até então deserdou do acesso aos seus bens e benefícios. Isto é, ela precisou então formular a representação do ser/sujeito tido como excluído como um agente social e histórico diferenciado que precisava ser incorporado à sociedade de consumo e industrial e ao seu mundo do trabalho e social e ser, ainda, absorvido pelo processo de homogeneização da sociedade capitalista. É justamente aqui que o romance *A rainha dos cárceres da Grécia* desvela a mais instigante empreitada da modernização brasileira: a simplificação do contexto histórico e social dos sujeitos das classes subalternas, esvaziando os seus conteúdos críticos, e procurando fazer com que todos sejam aptos e adaptáveis aos padrões de convivência da sociedade capitalista ao escamotear as experiências vividas, os sonhos e os projetos contidos no passado desses ex-excluídos.

É por isso que para Osman Lins o triunfo não é o eixo do seu romance; o triunfo é simplesmente excluído. O que importa para o autor é redimir as memórias, as histórias, as experiências de vida, os sonhos, os projetos contidos no passado dos ex-excluídos, para que o passado seja citável, em cada um dos seus momentos. O seu eixo foi o conhecimento de um mundo capaz de auxiliar o exercício de um pensamento e ação, uma práxis, crítica, ou seja: uma atividade desmistificadora por excelência.

E essa desmistificação recai sobre uma cidade saturada de agoras e expelindo histórias/estórias por todos os seus poros que não podem ser perdidas nem ignoradas ou dessubstancializadas. Assim sendo, a história do Recife deveria emergir como espaços/momentos de (re)invenção da luta cotidiana e como um fermento que fomenta a criatividade por uma cidade para todos, recusando a incorporação e a formação de novos mitos nos seus cidadãos, rejeitando as concepções dogmáticas teórico-autoritárias da história/História, expurgando as padronizações e naturalizações de comportamentos, atitudes e valores preconizados pela ordem político-ideológica dominante.

Essas respostas seriam dadas ao longo das três décadas subseqüentes através das mobilizações e movimentos políticos e sociais dos habitantes do Recife, durante as quais recolheriam para si sucessos e insucessos. A melhor expressão desse exercício foi o movimento *mangue-beat*, no qual Chico Science e seus companheiros, carregados pelas gentes dos mangues e dos morros, tomariam de assalto a cena cultural, social e histórica da planície aluviônica do Recife. Recusando o populismo cultural, a estilização midiática e o *nonsense* da *intelligentsia*, dissertariam sobre a lama e o caos da cidade do Recife numa era de indústrias culturais e mercados de consumo vorazes, mas sem medo deles e temor pela tecnologia, sem ter que primeiro deglutir as teorias sobre feudalismos ou imperialismos culturais para poder falar das chagas de suas vidas, sem ter que repensar as suas proposições políticas e culturais à luz das teses daqueles que almejavam ser força dirigente. Afinal de contas, as classes subalternas não eram hegemônicas, mas passavam a ter uma certa consciência de que as modernizações recentes da sociedade e economia brasileira as tinham feito emergir com uma capacidade e força que lhes anunciavam as possibilidades de

exercitar o seu fazer político sem ter que subordiná-lo aos interesses, às demandas e às ambições políticas alheias.

Os *mangue-beat* e as classes subalternas sabiam que não tinham ganhado nem uma batalha ainda. Contudo, começaram a conhecer a sua força política e a usar o seu poder e agora podiam pressionar por uma cidade que fosse, pelo menos, negociada com eles, não porque isso fosse uma concessão mas sim porque assim o queriam. No final das contas, os itinerários de Joana Marquezim Enone, Maria de França, Ana e do narrador não se perderam na poeira dos tempos, e o Recife pode ser uma cidade mais generosa do que esta que até então nossas angústias e incertezas só puderam conhecer.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES DE PRIMÁRIAS DE CONSULTA

1. OBRAS LITERÁRIAS DE OSMAN LINS

LINS, Osman. **A ilha no espaço**. São Paulo: Editora Moderna, 1997. (ALMDN)

LINS, Osman. **A rainha dos cárceres da Grécia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986. (BCB)

LINS, Osman. **A rainha dos cárceres da Grécia**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1976, (Série Escalada) (ALMDN)

LINS, Osman. **Avalovara**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1974. (Série Escalada) (ALMDN)

LINS, Osman. **Evangelho na taba**: outros problemas inculturais brasileiros. São Paulo: Summus Editorial, 1979. (BCU)

LINS, Osman. **Nove, novena**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1974. (Série Escalada) (ALMDN)

2. OBRAS LITERÁRIAS DE OUTROS AUTORES

BORBA FILHO, Hermilo. **AGÁ**: romance, versão cor-de-rosa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. (ALMDN)

DANTAS, Maria da Paz Ribeiro. **Joaquim Cardozo**: contemporâneo do futuro. Recife: Ensol, 2003. (ALMDN)

MELO NETO, João Cabral de. **A educação pela pedra e depois**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. (Poesia Completa). (ALMDN)

MELO NETO, João Cabral de. **Serial e antes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. (Poesia Completa). (ALMDN)

MOTA, Mauro. **Antologia em verso e prosa**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1982. (ALMDN)

PENA FILHO, Carlos. **Livro Geral**. Poemas. Recife: Gráfica e Editora Liceu/Tânia Carneiro Leão, 1999. (ALMDN)

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 12. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1978. (ALMDN)

SENNA, Orlando (Org.). **Glauber Rocha**: roteiros do terceiro mundo. Rio de Janeiro: Alhambra/Embrafilme, 1985. (ALMDN)

3. COLETÂNEA DE CRÔNICAS

BORBA FILHO, Hermilo. **Louvações, encantos e outras crônicas**. Recife: Edições Bagaço,

BRITTO, Jomard Muniz de. **Atentados poéticos**. Recife: Edições Bagaço, 2002. (ALMDN)

MARCONI, Celso. **Obra jornalística de Celso Marconi**. Recife: Edições Bagaço, 2000. (ALMDN)

4. COLETÂNEA DE DEBATES, RELATÓRIOS, ESTUDOS, REVISTAS, INDICADORES, PROJETOS

IAB-PE/CEP. **CICLO de Debates**: Política Urbana, Planejamento e Democracia. Recife: IAB-PE/CEP, 1982. (BCU)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil** - 1977. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. (BCCS)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico** – 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1952. (BCCS)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico** – 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1962. (BCCS)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico** – 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1972. (BIBGE)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico** – 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1982. (BIBGE)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 1 CD-ROM.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas Históricas do Brasil**: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. (Séries Estatísticas Retrospectivas, v. 3) (BCCS)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** – 1977, Rio de Janeiro: IBGE, 1978. (v. 2, t. 13.) (BCCS)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral** – 1970, Censo Demográfico – Pernambuco. Rio de Janeiro: IBGE, 1972. (BIBGE)

- PADOVANO, Bruno Roberto e ANDRADE, Vitória Régia (Coords.). **Recife: Utopia Viva**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco – FAUPE, 1992. (BURB)
- PERNAMBUCO, Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FIDEM. **Cidade do Amanhã**. Região Metropolitana do Recife. Recife: FIDEM, 1987 (Série Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente) (BSPUMA)
- PERNAMBUCO, Instituto de Planejamento de Pernambuco. **Anuário Estático de Pernambuco** - 1950. Recife: CONDEPE, 1951. (BCSB)
- PERNAMBUCO, Instituto de Planejamento de Pernambuco. **Anuário Estático de Pernambuco** - 1960. Recife: CONDEPE, 1962. (BCSB)
- PERNAMBUCO, Instituto de Planejamento de Pernambuco. **Anuário Estático de Pernambuco** - 1970. Recife: CONDEPE, 1971. (BCSB)
- PERNAMBUCO, Secretária de Coordenação Geral - CONDEPE. **Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife**. Recife: CONDEPE, 1974. (v. 2a) (BCSB)
- PERNAMBUCO, Secretária de Coordenação Geral - CONDEPE. **Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife**. Recife: CONDEPE, 1974. (v. 2b) (BCSB)
- PERNAMBUCO, Secretaria de Educação e Cultura. **Proposta Curricular Ensino – 2º Grau**. Recife: Secretária de Educação e Cultura de Pernambuco, 1976. (v. III – Estudos Sociais)
- PERNAMBUCO, Secretaria de Planejamento - FIDEM. **Região Metropolitana do Recife: plano de preservação dos sítios históricos**. Recife: FIDEM, 1978. (BCSB)
- PERNAMBUCO, Secretaria de Planejamento - FIDEM. **Sumula de Dados Estatísticos da RMR**. Recife: FIDEM, 1978. (v. I) (BCSB)
- PERNAMBUCO, Secretaria de Planejamento - FIDEM. **Sumula de Dados Estatísticos da RMR**. Recife: FIDEM, 1978. (v. II) (BCSB)
- RECIFE, Prefeitura da Cidade do Recife. **Estrutura Urbana do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1976. (BURB)
- RECIFE, Prefeitura da Cidade do Recife. **Recife: A Estrutura Urbana, As Diretrizes de um Sistema Integrado de Transporte, A Revitalização da**

- Cidade. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife – Secretária de Planejamento – Empresa de Urbanização do Recife, 1976. (BURB)
- RECIFE, Secretaria de Planejamento – URB. **Plano de Desenvolvimento do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1980. (BURB)
- SUDENE. **Estudos de Transportes do Grande Recife**. Recife: SUDENE/Wit Olaf Prochnik, 1973. (BCFS)
- 5. JORNAIS, REVISTAS E OUTROS**
- A CONSTRUÇÃO NORTE NORDESTE**. São Paulo: Editora PINI, nov./dez. 1972 a dez. 1979. (BCFS)
- DIARIO DE PERNAMBUCO**. Recife: Diários Associados, jan. 1969 a mar. 1978. (APEJE)
- JORNAL DO COMMERCIO**. Recife: Empresa Jornal do Commercio, jul. 1969, jun. 1971, abr. 1972, jun. 1972, jan. 1973, abr. 1974, out. 1974. (APEJE)
- LISTEL. **Recife 1970** – Páginas Amarelas. Recife: Listas Telefônicas Brasileiras S/A, 1970. (FCCR)
- LISTEL. **Recife 1971** – Páginas Amarelas. Recife: Listas Telefônicas Brasileiras S/A, 1971. (FCCR)
- REVISTA VEJA**, Ano I n. 1. nov., 1969. Disponível na Internet, em: <<http://veja.abril.com.br/numero1/index.html>>. Acesso em: 22 set. 2003
- URBIS: REVISTA DE URBANISMO E DESENVOLVIMENTO**. Recife: URB- Empresa de Urbanização do Recife – PCR, Ano III, n. 4, jan./fev./mar., 1980. (BURB)
- 6. DISCOGRAFIA**
- VALENÇA, Alceu. **Molhado de Suor**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1974. 1 disco de vinil. 33 rpm. (ALMDN)
- QUINTETO VIOLADO. **Quinteto Violado**. São Paulo: Philips, 1972. 1 disco de vinil. 33 rpm. (Série de Luxo) (ALMDN)
- VALENÇA, Alceu & AZEVEDO, Geraldo. **Quadrafônico**. São Paulo: Copacabana, 1972. 1 disco de vinil. 33 rpm. (ALMDN)
- VALENÇA, Alceu. **Vivo**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1976. 1 disco de vinil. 33 rpm. (ALMDN)
- AVE SANGRIA. **Ave Sangria**. Rio de Janeiro: Continental, 1974. 1 disco de vinil. 33 rpm. (AJRFB)

- NOTARO, Marconi. **Marconi Notaro no Seb Reino dos Metazoários**. Recife: Abrakadabra, 1973. 1 disco de vinil. 33 rpm. (AJRFB)
- RICERDO, Sergio. **A Noite do Espantalho**. São Paulo: Phonodisc, 1978. 1 disco de vinil. 33 rpm. (ALMDN)
- CÔRTEZ, Lula e RAMALHO, Zé. **Paêbiru: o Caminho da montanha do Sol**. Recife: Abrakadabra, 1975. 1 disco de vinil. 33 rpm. (AJRFB)
- FALVIOLA. **Flaviola e o Bando do Sol**. Recife: Solar, 1976. 1 disco de vinil. 33 rpm. (AJRFB)
- AZEVEDO, Geraldo. **Geraldo Azevedo**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1976. 1 disco de vinil. 33 rpm. (ALMDN)

7. FILMOGRAFIA

- O PALHAÇO degolado. Direção: Jomard Muniz de Britto, 1977, 1 fita de vídeo (15 min. Aprox.), VHS, son., cor. (AJMB)

8. DEPOIMENTOS

- SANTOS, Luís Domingues dos. Recife, Pernambuco – BR, 20 out. 2003. Coleta de informações registradas por Luís Manuel Domingues do Nascimento.
- SILVA, Silvia Cortez. Recife, Pernambuco – BR, 26 jul. 2004. Coleta de informações registradas por Luís Manuel Domingues do Nascimento.
- CELESTE, Maria. Recife, Pernambuco – BR, 18 nov. 2003. Coleta de informações registradas por Luís Manuel Domingues do Nascimento.
- BARROS, Jorge Ricardo França. Recife, Pernambuco – BR, 25 agot. 2003. Coleta de informações registradas por Luís Manuel Domingues do Nascimento.
- NOGUEIRA, Maria Emilia. Recife, Pernambuco – BR, 5 mai. 2004. Coleta de informações registradas por Luís Manuel Domingues do Nascimento.

FONTES SECUNDÁRIAS DE CONSULTA E REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICAS

1. TEORIA E METODOLOGIA

- ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- BAUDRILLARD, Jean. **A troca simbólica e a morte**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989. (Obras Escolhidas, v. III)

- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. 3. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas, v. I)
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. A aventura da Modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BOLLE, Willi. **Fisiognomia da Metrópole Moderna**: representação da história em Walter Benjamin. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (Orgs.). **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. São Paulo: Papirus, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. São Paulo: Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Ensaio racionalistas**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Narrativa, sentido, história**. São Paulo: Papirus, 1997. (Coleção Textos do Tempo)
- CUNHA, José Auri, **Filosofia**. Iniciação à investigação filosófica. São Paulo: Editora Atual, 1992.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DOSSE, Francois. **A história em migalhas**: dos Annales à Nova História. São Paulo: Editora da UNICAMP/Editora Ensaio, 1992.
- ECO, Umberto. **Sobre a literatura**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete Aulas Sobre Linguagem, Memória e História**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- GOENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ed. Ática, 1978. (Ensaio, n. 29)
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- HABERMAS, Jürgen. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990. (Nova Enciclopédia, n. 1)
- JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo**. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- KOTHE, Flávio (Org.) **Walter Benjamin**. São Paulo: Ed. Ática, 1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 50)
- LIMA, Rogério e FERNANDES, Ronaldo Costa (Orgs.). **O imaginário da cidade**. Brasília: Editora da UNB/Imprensa Oficial, 2000.
- LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**: estudos de dialética marxista. 2. ed. Rio de Janeiro/Porto: Elfos Ed./Publicações Escorpião, 1989.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (Feuerbach). Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1982.
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Os Economistas, v. 1, Livro Primeiro, Tomo 1)
- PLATÃO. **A República**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Os Pensadores)
- REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1999. (Série Fundamentos, n. 125).
- ROUANET, Sergio Paulo. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.
- SOUSA, Daniel. **Teoria da história e conhecimento histórico**. Lisboa: Livros Horizontes, 1982.
- ZAIDAN FILHO, Michel. **A crise da razão histórica**. Campinas: Ed. Papyrus, 1989.

2. HISTÓRIA ANTIGA E CONTEMPORÂNEA

- ALFÖLDY, Géza. **A História social de Roma**. Lisboa: Editorial Presença, 1989. (Biblioteca de Textos Universitários, n. 102)
- FERREIRA, José Ribeiro. **A Grécia Antiga**. Lisboa: Edições 70, 1992. (Lugar da História, n. 47)

FINLEY, M. I. **O mundo de Ulisses**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
(Biblioteca de Textos Universitários, n. 1)

GUARINELLO, Luiz Noberto. **Imperialismo greco-romano**. São Paulo: São Paulo: Ed. Ática, 1987. (Série Princípios, n. 124)

HOBBSAWM, Eric, **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MOSSÉ, Claude. **As instituições gregas**. Lisboa: Edições 70, 1985. (Lugar da História, n. 25)

3. RECIFE: HISTÓRIA, SOCIEDADE, POLÍTICA, CULTURA, URBANISMO E ECONOMIA

AGUIAR, Roberto Oliveira de. **Recife da Frente ao Golpe**. Ideologias Políticas em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1993. (Série Teses Universitárias)

AMORIM, Luiz Manuel do Eirado (coord.). **Delfim Amorim**. Arquiteto. 2. ed. Recife: Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de Pernambuco, 1991.

ANDRADE, Manuel Correia. **Cidade e campo no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1974. APOLODORO. **Biblioteca de Mitologia**. Madrid: Alianza Editorial, 1999. (El Libro de Bolsillo, n.1604)

BACCARELLI, Milton (Coord.). **O teatro em Pernambucano** (Trocando a máscara). Recife: FUNDARPE/CEPE, 1994.

BERNARDES, Denis. **Recife: o caranguejo e o viaduto**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

BRAGA, João. **Trilhas do Recife**. Guia turístico, histórico e cultural. Recife: ALEPE/Ed. do Autor, s/d.

CASTELÃO, Fernando. **Todos contam a sua história**. Rádio – Teatro – Televisão. Recife: Edições Bagaço, 1999.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife: pontos de encontros**. Recife: Edição do Autor, 1999.

DIDIER, Maria Thereza. **Emblemas da Sagração Armorial**. Ariano Suassuna e o Movimento Armorial (1970-1976). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000.

FIGUEIRÔA, Alexandre. **Barreto Junior: o rei da chanchada**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002. (Coleção Malungo, v. 7)

- FIGUEIRÔA, Alexandre. **O Cinema Super 8 em Pernambuco**: do lazer doméstico à resistência cultural. Recife: FUNDARPE, 1994.
- GOUVEIA, Graça. **Barreto Guimarães**: por amor a Olinda. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 2001. (Perfil Parlamentar. Século XX; v. 4)
- GUERRA, Yaponira Machado Barbachan. **O espaço dos sem espaço**. Estudo de caso de representações sociais de migrantes de classes subalternas no Recife. Recife: Editora Massangana, 1993.
- LEITE, Romildo Maia. **As fornalhas de Março**. Recife: Edições Bagaço, 2002. (História das Eleições no Recife. v. 1)
- LEITE, Romildo Maia. **Os Vulcões de Abril**. Recife: Edições Bagaço, 2002. (História das Eleições no Recife. v. 2)
- MENDONÇA, Luís Carvalheira e PEREIRA, Affonso Cezar B. **Transporte Coletivos no Recife** – Uma Viagem no ônibus da CTU (1957-1987). Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987. (coleção Recife, n. 50)
- MOURA, Alexandrina Sobreira. **Terra do Mangue**: invasões urbanas no Recife. Recife: Ed. Massangana, 1990.
- NOVAES, Ferdinando. **Olinda, evolução urbana**. Recife: FUNDARPE, 1990.
- ORTIZ, Maria Cristina Marques e HUE, Renata Stadter de Almeida. **Minaçu e Recife**: histórias de habitações e seus habitantes. São Paulo: Projeto, 1987.
- OUTTES, Joel. **O Recife**: gênese do urbanismo 1927-1943. Recife: FUNDAJ/Ed. Massagana, 1997.
- PARAISO, Rostand. **A Esquina do Lafayette e outros tempos do Recife**. Recife: Edição do Autor, 2001.
- PARAISO, Rostand. **Charme e magia dos antigos hotéis e pensões recifenses**. Recife: Edições Bagaço, 2003.
- PARAISO, Rostand. **O Recife e a II Guerra Mundial**. 2. ed. rev. e ampl. Recife: Edições Bagaço, 2003.
- REZENDE, Antônio Paulo de Moraes (Org.). **O Recife**: que História é essa?. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987.
- REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. **(Des)encantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.
- REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. **O Recife**: histórias de uma cidade. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.

- SOUSA, Alberto. **Do mocambo à favela**: Recife, 1920-1990. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.
- TELES, José. **Do frevo ao manguebeat**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 1998.
- 4. BRASIL: HISTÓRIA, SOCIEDADE, POLÍTICA, CULTURA, URBANISMO E ECONOMIA**
- ADAIL e outros. **Antologia Brasileira de Humor**. Porto Alegre: L&PM, 1976. (A a J, v. 1)
- BAER, Wener. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.
- BOITO JR., Armando. **O golpe de 1954**: a burguesia contra o populismo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. (Coleção Tudo é História, n. 55)
- BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.
- CAMARGO, Cândido. **São Paulo 1975**: crescimento e pobreza. São Paulo: Ed. Loyola, 1976.
- CASTRO, Antonio Barros e SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985.
- DREIFUSS, René. **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura**: o regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (O Brasil Republicano, v. 4)
- GASPARI, Elio. **As ilusões armadas**. A ditadura derrotada. São Paulo; Companhia das Letras, 2003.
- GASPARI, Elio. **As ilusões armadas**. A ditadura envergonhada. São Paulo; Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. **As ilusões armadas**. A ditadura escancarada. São Paulo; Companhia das Letras, 2002.
- GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora/Editora da UNICAMP, 2000.
- HERBERT, Nadine. **A década de 70**. Apogeu e crise da ditadura militar brasileira. 3. ed. São Paulo, Editora Ática, 1996.
- LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1973.

- LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Campus, 1990.
- MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. **Acumulação monopolista e crises no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira** – Uma visão econômica, social e política. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- MENDONÇA, Sonia Regina de e FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente: 1964-1980**. 4. ed. ver. e atual. São Paulo: Ed. Ática, 1996. (Série Princípios, n. 152)
- ROETT, Riordan (org.). **O Brasil na década de 70**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. **Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda**. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Editora UFMG e IUPERJ, 2002.
- SINGER, Paul. **A crise do “milagre”**. Interpretação crítica da economia brasileira. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- TABORDA, Felipe e LEITE, João de Souza. **A Herança do Olhar**. O design de Aloísio Magalhães. Rio de Janeiro: ARTIVIVA Produções Culturais/Petrobrás/Senac Rio, 2003.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. 11 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- WEFFORT, Francisco C. **Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968**. São Paulo: Ed. Brasiliense/CEBRAP, 1972. (Cadernos CEBRAP, n. 5)
- 4. CRÍTICA LITERÁRIA**
- ALMEIDA, Hugo. **Osman Lins: o sopro na argila**. São Paulo: Nankin Editorial, 2004.
- DALCASTAGNÈ, Regina. **A Garganta das Coisas**. Movimentos de *Avalovara* de Osman Lins. Brasília: Imprensa Oficial/UnB, 2000.
- FERREIRA, Ermelinda. **Cabeças Compostas: A personagem Feminina na Narrativa de Osman Lins**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2000.

FERREIRA, Ermelinda. **Vitral ao Sol**: ensaios sobre a obra de Osman Lins. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004.

NITRINI, Sandra. **Poéticas em Confronto**. Nove, Novena e o Novo Romance. São Paulo: Hucitec; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

5. DICIONÁRIOS E LITERATURA GREGA

AUGUSTO, Adilson e FORTE, Paschoal Miguel (Edit.). **Dicionário de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os Economistas)

BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário de Mitologia**. 3. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000. (v. II, J-Z)

BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário de Mitologia**. 4. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000. (v. I, A-I)

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989.

CAMPOS, Haroldo (Trad.) **Ilíada de Homero**. São Paulo: Mandarim, 2001. (v. I e II)

HAMILTON, Edith. **A Mitologia**. Lisboa: Publicações dom Quixote, 1983.

HESÍODO. **Os trabalhos e os dias**. São Paulo: Iluminuras, 1990. (Biblioteca Pólen)

HESÍODO. **Teogonia** – A origem dos Deuses. São Paulo: Iluminuras, 1991. (Biblioteca Pólen)

HOMERO. **Odisséia**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MORENO, Cláudio. **Tróia**. O romance de uma guerra. Porto Alegre: L&PM, 2004.

6. LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

ARRUDA, José Jobson de A. **História Antiga e Medieval**. São Paulo: Editora Ática, 1976.

BECKER, Idel. **Pequena História da Civilização Ocidental**. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental**. 18. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.

HERMIDA, Borges. **Compêndio de História do Brasil**. 53. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

HERMIDA, Borges. **História Geral para os cursos de grau médio**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

MAIOR, Armando Souto. **História Geral**. 16. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

7. REVISTAS, COLETÂNEAS, DOSSIÊS, COLEÇÕES E CADERNOS

A UR-10: o Bairro e seus Moradores. Recife: Associações de Moradores da UR-10 e Etapas, 1989. (Cadernos Conhecer Melhor, n. 1, v. I)

A UR-10: O Bairro e sua Organização. Recife: Associações de Moradores da UR-10 e Etapas, 1990. (Cadernos Conhecer Melhor, n. 2, v. II)

CASA Amarela: memórias, lutas, sonhos. Recife: FEACA - Departamento de Memória de Casa Amarela, 1988. (Série – I, Entrevistados)

CHIÉ: uma história de luta. Recife: Associações Unidas da Ponte do Maduro e Etapas, 1990. (Cadernos Conhecer Melhor, n. 3)

CIÊNCIA & TRÓPICO. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, v. 5, n. 2, jul./dez., 1976.

CONTINENTE MUTICULTURAL. Recife: CEPE Editora, Ano III, n. 31, jul./2003.

CULT –REVISTA BRASILEIRA DE LITERATURA. São Paulo: Lemos Editorial, Ano V, n. 48, jul./2001.

Nosso Século (1960/1980). São Paulo: Abril Cultural, 1980. v. 5.

PERNAMBUCO, Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964.** Recife: CEPE/Governo do Estado de Pernambuco, 1995.

SITES CONSULTADOS

DISPONÍVEIS NA INTERNET:

<<http://caetano-veloso.lettras.terra.com.br/letras>>. Acesso em: 30 mai. 2004.

<<http://carlota.cesar.org.br/notitia/mabuse/leitura>>. Acesso em: 22 mai. 2003.

<<http://cf1.uol.com.br:8000/cinamascopio/prodrerecife>>. Acesso em: 13 out. 2003.

<<http://www.abap.org.br/notic/figuraajornal/mapa1.jpg>>. Acesso em: 31 abr. 2004.

<<http://www.amartinho.home.sapo.pt/escola/latim/latim10/gramatica>>. Acesso em: 28 ago. 2003

<<http://www.carlota.cesar.org.br/arqbr>>. Acesso em: 11 ago. 2003.

<<http://www.jfrn.gov.br/docs/doutrina76.doc>>. Acesso em: 25 jan. 2004.

<<http://www.nordesteweb.com/alceu>>. Acesso em: 12 mai. 2003.

<<http://www.shopping-recife.com.br>>. Acesso em: 13 jul. 2004.

<<http://www.torturanuncamais.org.br>>. Acesso em: 14 abr. 2004.

<http://www.tropicalsom.hpg.ig.com.br/artistas/c/chico_buarque.htm>. Acesso em:
06 mar. 2004.

<http://www2.uol.com.br/JC/_1999/80anos>. Acesso em: 22 mai. 2003.

<http://www2.uol.com.br/JC/_2000/1510/cd1510.htm>. Acesso em: 05 abr. 2004.

